

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO

## **LONGE É UM LUGAR QUE NÃO EXISTE MAIS**

**Um estudo sobre as relações entre comunicação, sociabilidade e política, em Belo Horizonte, nos anos 70.**

Abril de 1994

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO 6/079

## LONGE É UM LUGAR QUE NÃO EXISTE MAIS

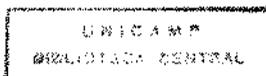
Um estudo sobre as relações entre comunicação, sociabilidade e política,  
em Belo Horizonte, nos anos 70.

Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado  
em Ciências Sociais, área de Cultura e  
Política, do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>.  
Evelina Dagnino. t

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defen-  
dida e aprovada pela Comis-  
são Julgadora em 06/04/94

*Evelina Dagnino*

Abril de 1994



*"Minha mãe achava estudo  
a coisa mais fina do mundo.  
Não é.  
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.  
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,  
ela falou comigo:  
'Coitado, até essa hora no serviço pesado'.  
Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.  
Não me falou em amor.  
Essa palavra de luxo."  
(Adélia Prado)*

A Berguinho, Marina, Isabel e André.

À lembrança do meu pai.

## Agradecimentos

A Evelina Dagnino, pela difícil tarefa de orientação e pela paciência em suportar minha obstinação na busca de caminhos diferentes na elaboração deste trabalho.

A Beth Leitão e Leila Mariné, pelas longas horas de discussão deste texto, pelo trabalho conjunto de descoberta de conceitos chaves para a análise realizada e, especialmente, pela amizade, apoio e companheirismo que sempre me demonstraram.

A Marion Aubré, pela acolhida em Paris e pela orientação à pesquisa bibliográfica.

A Heloisa, Solange, Laetitia, irmãs e amigas, que percorreram comigo toda a trajetória de descobertas, pelo carinho, amizade, paciência, ajuda e, especialmente, pelos "palpites" corretos e estimulantes.

A minha mãe e irmãos, pela solidariedade e carinho.

A Vera Regina, Vanessa, Bia, Coca, Paulo Bernardo, Júlio Pinto e Paulinho, colegas de departamento, pelas orientações, opiniões, estímulo e amizade.

A Alexandre, Regina e Aurora, pela acolhida carinhosa e solidária nas minhas "aventuras campinenses".

A Celina Borges, companheira de viagem, pela atenção, carinho e ajuda durante toda a minha trajetória no doutorado.

A Maricélia, Fabiano e André, pela ajuda na pesquisa documental, na realização das entrevistas e na transcrição das fitas.

A Neyce, minha afilhada e sobrinha, e a Marina, minha filha, pela ajuda inestimável na transcrição das fitas.

A Júnia, pela correção dos originais.

A Ísis, pela leitura atenta, pelas sugestões preciosas e, especialmente, pelas orientações para a normalização bibliográfica.

A Ana Luiza e a André, meu filho, que me ajudaram a "decifrar" o computador.

A Lauro Diniz e a Afonsino, pela acolhida gentil e atenciosa que me proporcionaram na Globo-Minas.

A todos entrevistados e participantes desta pesquisa que, ao me darem seu tempo, deram-me muito de seu coração nas lembranças evocadas.

Às agências de fomento à pesquisa - CAPES, CNPQ E FAPEMIG - cuja ajuda tornou viável este trabalho.

Aos professores do Doutorado, pela amizade, dedicação e incentivo durante o curso.

Enfim, a todos que de uma ou de outra maneira me acompanharam nessa viagem e compartilharam da minha experiência,

os meus mais sinceros agradecimentos.

# SUMARIO

INTRODUÇÃO .....	1
<b>CAPÍTULO 1: A PAINA DO TRAVESSEIRO .....</b>	<b>21</b>
1.1. A voragem do progresso .....	22
1.2. Do <i>kaol</i> ao fast-food .....	35
1.3. Sou do mundo, eu sou Minas Gerais .....	52
1.4. Paixão e faca amolada .....	58
<b>CAPÍTULO 2: "MUNDO MUNDO VASTO MUNDO" .....</b>	<b>75</b>
2.1. O jornal embrulhado na memória .....	77
2.2. Ásperas dissonâncias .....	111
2.3. Uma rua começa em Itabira que vai dar em qualquer ponto da terra . . .	121
2.4. Muito além da Serra do Curral .....	149
<b>CAPÍTULO 3: CRIAÇÕES E CRIATURAS: FIGURAÇÕES DO SOCIAL NA</b>	
<b>TRAJETÓRIA DE UM PERSONAGEM DA MÍDIA .....</b>	<b>165</b>
3.1. Nasce uma estrela .....	166
3.2. Minha vida daria um romance .....	177
3.3. As mortes de Ângela Diniz .....	184
3.4. Mata-se uma mulher .....	197

<b>CAPÍTULO 4: O VISÍVEL INVISÍVEL: MENTIRAS E VERDADES NAS</b>	
<b>RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA</b> . . . . .	221
4.1. Os donatários de 1978 . . . . .	222
4.2. O Brasil na mão . . . . .	245
4.3. Os tigres da Cornualha . . . . .	261
4.4. O visível invisível . . . . .	279
<b>CAPÍTULO 5: A REVOLTA DOS PEÕES: MÍDIA, IMAGINÁRIO</b>	
<b>IGUALITÁRIO E A DESTITUIÇÃO DE DIREITOS</b> . . . . .	296
5.1. A cobertura da imprensa: "Força selvagem" . . . . .	303
5.2. "Tá raiano a liberdadi no horizonte do Brasiu" . . . . .	341
<b>CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES SEM PONTO FINAL</b> . . . . .	364
<b>BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	394
<b>ANEXOS</b> . . . . .	423

# INTRODUÇÃO

*"Se quer seguir-me, narro-lhe; não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços. Dela me prezo, sem vangloriar-me."*

*(Guimarães Rosa)*

Este trabalho busca analisar as transformações sofridas pelo sistema de comunicação de massa, em Belo Horizonte, na década de 70, tentando captar e compreender as diferentes interfaces que são construídas entre esse sistema e a experiência social, notadamente nos campos da cultura e da política.

"Quem não comunica se trumbica". As palavras do velho animador de programas de rádio e de televisão ecoaram, no início da década de 70, como arauto dos novos tempos que se anunciavam no espaço da comunicação social no país. O dito - quase profético - era indicativo de que, na área de comunicação de massas, o Brasil havia, definitivamente, se modernizado. Não sem razão, grupos de jovens artistas alçaram o animador - e o *design* do seu programa de televisão - à condição de emblema da nova ordem comunicativa. Afinal, popularesco, irreverente, de visual exuberante e com altos índices de audiência, Chacrinha e seu programa eram bastante representativos das características que passaram a marcar a prática dos meios de comunicação massiva no Brasil. Até a década de 40, a imprensa escrita havia dominado inteiramente o panorama da comunicação massiva, ainda que sua estrutura se mostrasse marcada pela incipiência organizativa em que paralelamente à permanência de alguns títulos no mercado de jornais - muitos deles ainda hoje em circulação - se verificava também o

surgimento e desaparecimento de inúmeros outros que não conseguiam lograr sua inserção definitiva e duradoura no terreno social. A partir de 40, a comunicação de massa conhece um grande impulso, especialmente decorrente do desenvolvimento do rádio comercial, que apresenta um vigoroso crescimento até a década de 50, quando surge a primeira emissora de televisão no país. Finalmente, nos anos 70 esse desenvolvimento se consolida, como um amplo, moderno e integrado sistema de comunicação, claramente ancorado no mercado.

O que nos chama a atenção no caso - enquanto uma outra advertência do bordão cunhado por Chacrinha - é que a emergência do moderno sistema de comunicação é acompanhado pelo aparecimento de um conjunto de estudos e pesquisas que tentam analisar o novo fenômeno e dar conta das questões por ele suscitadas. Assim, pode-se assinalar que a presença dos modernos meios massivos indica também o aparecimento de um veio de reflexões e de produção teórica até então inexistente, já que o próprio objeto de investigação ainda era marcado pela incipiência, no terreno social. Portanto, torna-se importante destacar que, se no plano social o bordão do animador de televisão anunciava o aparecimento de um novo fenômeno, essa novidade ensejava também novos temas de estudos para os intelectuais que se preocupam com a compreensão e análise dos fenômenos sociais.

Sem pretender fazer aqui uma retrospectiva dos estudos sobre a comunicação social - o que seria inadequado e inoportuno dados os objetivos de nosso trabalho - é preciso apontar alguns aspectos que têm marcado a reflexão na área. O ponto de partida para a constituição do objeto de estudos da comunicação tem sido

assinalado pelo surgimento de um conceito de comunicação, cuja matriz teórica se localizaria nos pioneiros estudos americanos das décadas de 30 e de 40 e, mais especificamente, nos trabalhos de SHANNON e WEAVER (1987) e em seu modelo da teoria matemática da comunicação, ou teoria da informação. De alguma maneira, todos os trabalhos desenvolvidos nos anos mais recentes têm criticado a incipiência teórica e metodológica das formulações do processo comunicativo que foram derivadas daquela matriz teórica. Aparecem críticas severas a tais formulações pelo formalismo conceitual que elas impõem à ação comunicativa, bem como ao viés empiricista e funcionalista da sua abordagem. Contudo, apesar de tais críticas, essa concepção - amplamente contestada e debatida - ainda não foi superada e definitivamente afastada do âmbito dos estudos comunicativos. Observando-se a produção posterior a ela, o que se pode perceber são tendências que, recortando questões e se contrapondo a aspectos distintos apresentados pelo modelo informacional, acabam por configurar novos paradigmas marcados, porém, pela insuficiência e pela fragmentação. Em suma, o que queremos dizer é que a crítica - acertada e necessária - ao modelo da teoria da informação não deu lugar a uma nova construção teórica que pudesse dar conta da especificidade e complexidade do processo comunicativo contemporâneo, mas a uma profusão de enfoques - ricos e interessantes no tratamento de certos aspectos muitas vezes essenciais à abordagem do tema - que pecam sobretudo por sua natureza parcial. De tal maneira que, ao nos reportarmos ao vasto painel de paradigmas e de matrizes teóricas hoje existentes no campo da análise da comunicação, é possível perceber que tais paradigmas oscilam - ou podem ser ordenados - entre três conjuntos de pares antinômicos, (CASTRO, 1989) configurando cada um ênfases distintas:

- o primeiro deles tem como ponto nodal a **relação comunicação-sociedade**, e aqui podemos observar duas tendências que se opõem. A comunicação é vista enquanto sistema isolado e formalizada em modelos que destacam seus elementos internos e partes constitutivas **OU** é tratada enquanto um dos aspectos de relações sociais mais amplas, inscrita e subordinada a uma dinâmica mais global, da qual ela não é mais que instrumento e materialização - sendo este último aspecto tratado como secundário e, às vezes, até mesmo esquecido;

- o segundo par antinômico se constrói em torno da **natureza da relação efetivada no processo comunicativo**. A comunicação é então configurada enquanto relação unilateral, linear, em que um emissor transmite mensagens para um receptor, unilateralidade que é mantida mesmo quando se admite a troca de papéis **OU** enquanto relação dialógica, calcada na bilateralidade, na relação biunívoca de polos que, alternadamente, emitem e recebem em perfeita igualdade de condições;

- e, finalmente, uma terceira vertente circunscreve a oposição construída em torno de uma compreensão diferenciada **da natureza do produto comunicativo**. A comunicação é tratada enquanto processo de transmissão de informações, transferência de sinais (acústicos, visuais) apenas apreendido nos seus aspectos operacionais e quantitativos **OU** enquanto processo de significação com ênfase na natureza simbólica e nas operações de codificação e decodificação, construção de sentido e interpretação.

Observa-se ainda que, grosso modo, a maior parte dos estudos se localiza num ou noutro polo da antinomia e que acabam por oscilar entre uma abordagem tão ampla que não possibilita explicar a ação específica dos meios de

comunicação ou tão interna ao processo comunicativo efetivado pelos meios que se desarticula de uma visão que recupere sua globalidade e sua relação com o social. A rigor, como adverte RUBIN (1992:4-5), a antinomia que ordena os estudos da comunicação revela um componente mais essencial: são perspectivas teóricas baseadas num social figurado previamente, ainda que elaboradas a partir de paradigmas diferenciados e até contrapostos, sejam eles "tradicionais" ou "críticos", "apologéticos" ou "apocalípticos". Essa construção apriorística do social induz a pensar a comunicação - especialmente a comunicação efetivada pelos *media* - como intrínseca ao social, mas como algo quase agregado, como um apêndice do processo de configuração do social já pré-concebido a partir de outros determinantes.

Ora, a presença de pelo menos dois fatores exige que a análise da comunicação social se faça a partir de outra perspectiva e de outros fundamentos. De um lado, a relevância da ação dos *media* na sociedade, expressa na intensidade e na extensividade dos processos comunicativos mediáticos presentes em todos os campos da vida social, configura uma das especificidades do "viver contemporâneo". A comunicação deixa de ser definida como simples meio técnico envolvido numa teia de relações sociais e passa a ser concebida como uma forma de relação social que permeia e participa da configuração do social. Não se reduzindo ao aparato tecnológico, mas dele absorvendo uma lógica toda própria de funcionamento, a comunicação na contemporaneidade torna-se um espaço sócio-econômico e cultural, de fato uma dimensão nova e essencial da sociabilidade contemporânea. Por outro lado, o desenvolvimento de outros campos de estudos, especialmente daqueles relacionados à linguagem, exige que se conceba o processo comunicativo como **instituído** pelo social,

ao mesmo tempo em que, por seus procedimentos operatórios próprios e pelas relações que agencia, se apresenta também como **instituinte** da teia de relações configurada socialmente.

Obviamente, conceber a comunicação desta forma, e particularmente a comunicação realizada pelos *media*, significa trabalhar fora da perspectiva antinômica aqui apresentada, concebendo como intrínsecos ao objeto de estudo tanto as relações derivadas da experiência social que o institui quanto os procedimentos operatórios expressos na ação comunicativa instituinte dessa mesma experiência. Assim, a perspectiva teórica aqui adotada pretende circunscrever uma abordagem da comunicação que, fundada na compreensão dos elementos constitutivos da experiência social nos anos 70, se articule à compreensão da formação de um sistema comunicativo próprio a tal experiência, o qual realiza uma ação que, incidindo sobre aqueles mesmos elementos, acaba também por constituí-los.

Abordar a comunicação social nessa perspectiva significou interrogar o conjunto de transformações em que emerge a experiência da condição contemporânea, visando a compreender a articulação de duas temáticas fundamentais. Em primeiro lugar, buscou-se captar os elementos que, presentes na experiência contemporânea, fundam a emergência da comunicação enquanto um espaço sócio-cultural significativo que tende a se configurar como uma dimensão específica da sociabilidade. Além disso, dadas as peculiaridades da década de 70, período em que se consolidam os traços mediáticos do sistema comunicativo do país, tornou-se necessário enlaçar os atributos derivados das transformações na sociabilidade àqueles produzidos pela experiência

histórica do regime autoritário e da luta pela democratização da sociedade. Em segundo lugar, tentou-se compreender alguns dos modos operatórios do sistema mediático, buscando apreender como se constroem as relações entre a ação mediática e a experiência social e por quais diferentes maneiras tais relações interferem nas condições de realização das ações dos sujeitos que se inscrevem no terreno social.

A rigor, o suposto básico em que se investiu no presente trabalho implica em admitir que as transformações na sociabilidade produzidas com o concurso fundamental da ação mediática interferem significativamente nas condições de inteligibilidade do social apresentadas pelos sujeitos que o constituem, o que acaba por resultar em alterações essenciais no terreno da política e, especialmente, nas condições de exercício da cidadania.

Assim, a temática central do trabalho acabou por exigir que se tecesse uma rede conceitual complexa e diversificada que, partindo de uma questão específica - o fio da ação comunicativa mediática -, se articulava aos padrões de **sociabilidade** configurados na contemporaneidade e incorporados na **experiência** concreta da década de 70, agenciando elementos que tornassem possível a compreensão das alterações que se produziam no campo da **política** e no exercício da **cidadania**. São conceitos cuja definição e apropriação aparecem ao longo do texto, orientando e demarcando a reflexão e, necessariamente, desdobrando-se nos pontos cuja complexidade exigiu um trabalho conceitual mais apurado.

Certamente a amplitude temática configurada nessa rede conceitual implicou realizar delimitações que tornassem viável o trabalho. Essa delimitação se apresentou, inicialmente, na escolha do universo empírico da investigação, quando optamos por realizar o estudo sobre a cidade de Belo Horizonte, que nos parecia condensar, na singularidade de sua vida social, alguns dos elementos necessários à reflexão pretendida.

Em primeiro lugar, a sua própria condição de "cidade artificial", como ensinavam antigamente os compêndios escolares, a qual, vivenciando um intenso crescimento a partir dos anos 50, expressão do radical processo de urbanização ocorrido no país, viu o racionalismo positivista orientador de sua construção ser dissolvido na completa transformação do território urbano. Essa dinâmica, intensificada nos anos 70, trouxe para a vida de seu habitante alterações significativas na percepção do social, na referencialidade temporal-espacial da cidade e nas suas formas de convivência e sociabilidade.

Em segundo lugar, como ocorreu também em todo o país, observa-se em Belo Horizonte uma profunda transformação no panorama da comunicação social, expressa na emergência de um complexo sistema de comunicação no plano nacional articulado a novas condições de existência de meios massivos de âmbito local e regional.

E, finalmente, como não poderíamos deixar de apontar, a escolha da empiria de um trabalho diz muito de seu autor, pois importa o reconhecimento de

relações que nos afetam e que se construíram como desafios tanto no plano da reflexão quanto na nossa ação cotidiana. Vale dizer, investigar as relações que se construíram em Belo Horizonte entre a experiência social e a ação da mídia, na década de 70, significava realizar uma viagem ao passado recente da cidade, mas representava para mim, principalmente, retomar, no plano da reflexão, o meu próprio passado, enquanto vivência pessoal articulada à experiência coletiva. Nesse sentido, lembrando a advertência feita por Guimarães Rosa no conto citado na epígrafe desta introdução - "Não se esqueça, é de fenômenos sutis que estamos tratando" - o trabalho figurava uma viagem insólita que, agenciando afetos diversificados nas lembranças mobilizadas pelos eventos, acontecimentos e questões surgidos no percurso, fosse capaz de suportar, para além das idiossincrasias, o corte ferino da crítica de idealizações e utopias construídas no passado, sem que isso significasse a ruptura da esperança nas promessas e profecias que ainda estão por se realizar.

Entretanto, a delimitação da temática através da circunscrição de um universo empírico mais restrito ainda era insuficiente para a viabilização do trabalho. Impunha-se ainda efetuar uma outra operação metodológica que, sem prejuízo das questões essenciais norteadoras da reflexão pretendida, estruturasse a investigação empírica, tornando-a factível no tempo disponível e nas condições existentes para a sua realização. Essa operação se efetuou através da opção por dois eixos de pesquisa - distintos, embora intrinsecamente articulados, - que acabaram ainda por fornecer a própria ordem de exposição dos resultados obtidos. O primeiro eixo de investigação, denominado no projeto da tese de **plano horizontal**, implicou na identificação e análise das transformações ocorridas na década de 70 em Belo Horizonte, bem como o

mapeamento das modificações sofridas pelos meios de comunicação massiva em operação na cidade naquele mesmo período. Nesse eixo de investigação buscou-se compreender as articulações que se construíam entre as alterações processadas na cidade e expressas na fisionomia urbana, na rede de relações sociais, nos padrões de convivência, de sociabilidade e de ação política, indicando ainda as transformações na inteligibilidade do social implicadas nas diferentes perspectivas sobre a sociedade e a cidade que aí se manifestavam. Ao mesmo tempo, ao incidir sobre a estruturação e funcionamento dos meios de comunicação, a pesquisa pretendeu identificar os elementos que articulavam as transformações no terreno social e político com alterações que se processavam no sistema comunicativo, especialmente através da lógica que prevalecia na ordenação deste sistema e na operação de seu funcionamento.

O segundo eixo de pesquisa - o **plano vertical** - exigiu que identificássemos e delimitássemos alguns eventos que tiveram repercussão na cidade e que foram objeto da cobertura da mídia. Tais eventos foram selecionados através de estudos exploratórios - realizados ao longo da pesquisa, alguns deles sob a forma de trabalhos acadêmicos apresentados nas disciplinas cursadas no doutorado - que revelaram suas potencialidades para a análise, através de critérios como: abordavam temáticas diversificadas que produziram impacto sobre a "opinião pública"; foram objeto da cobertura da mídia em diversos veículos massivos - rádio, televisão, jornais e revistas semanais -; receberam tratamento em diferentes modalidades discursivas do jornalismo; expressavam diferentes possibilidades de articulação entre os eventos abordados e o registro mediático, proporcionando a apreensão de múltiplas relações entre a operação mediática e a experiência social neles condensada. Assim, no plano

vertical foram investigados três eventos específicos: a greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, ocorrida em julho de 1979; a escolha do governador Francelino Pereira, em 1978, através do escândalo da falsificação das sinopses da Agência Nacional, ocorrida em março e abril daquele mesmo ano, a qual veio a público no mês de julho imediatamente posterior; e a história de Ângela Diniz que, através de diversos acontecimentos, percorre toda a década de 70, destacando-se especialmente o episódio de sua morte (1976) e o julgamento de seu assassino (1979 e 1981). Com relação a tais eventos, buscou-se apreender os modos operatórios da mídia, as diferentes construções discursivas que ela agenciava, correlacionando-os com as percepções e análises de indivíduos que participaram dos eventos selecionados.

A pesquisa realizada utilizou três modalidades diferentes de procedimentos de coleta de dados. A primeira delas refere-se ao levantamento bibliográfico sobre Belo Horizonte e os meios de comunicação de massa aqui existentes na década de 70, o que nos permitiu uma primeira aproximação com o tema, a identificação de fontes documentais, a apropriação dos elementos históricos, o conhecimento dos eventos mais importantes e o mapeamento dos meios de comunicação de massa.

A segunda modalidade, a pesquisa documental, permitiu-nos o acesso às fontes primárias identificadas - relatórios técnicos, dados censitários, informações sobre audiência e, especialmente, o material produzido pela mídia sobre os eventos selecionados. Aqui, além das pesquisas nos arquivos oficiais, foram feitos levantamentos nos arquivos de jornais, rádios e televisões de Belo Horizonte. Se o

levantamento de dados no âmbito da imprensa escrita foi relativamente fácil, em decorrência da natureza do próprio material pesquisado, bem como do acesso mais rápido às fontes, no caso do rádio e da televisão foram muitos os problemas da investigação. Não apenas a conservação do material é muito mais precário - no caso da *Tv Itacolomi* o acervo do seu Departamento de Jornalismo desapareceu - como a própria forma de organização do acervo é mais complexa. Dessa maneira, mesmo tendo contado com um acesso extremamente facilitado ao arquivo das emissoras - especialmente na Rede Globo-Minas - o levantamento foi extremamente difícil e moroso. Por um lado, a maior parte do acervo se encontrava registrado na forma de filmes de 16mm, cujo material, o celulóide, dificulta a manipulação e a conservação. Além disso, o registro, em fitas de vídeo ou filme, era sempre do material bruto coletado pelos repórteres, não havendo condições de apuração da edição feita e do que, afinal, integrou a matéria efetivamente veiculada pela emissora, o que exigiu uma série de providências na tentativa de esclarecer o âmbito de veiculação do noticiário televisivo sobre os eventos - tentativas que foram pouco eficazes - e estabeleceu a cautela como procedimento no uso desta fonte de informação.

E, finalmente, a pesquisa de campo, quando foram feitas 21 entrevistas não-estruturadas com um conjunto de indivíduos, selecionados através de critérios derivados das informações coletadas na pesquisa documental. Esse conjunto de entrevistas incluiu dois grupos distintos: o primeiro referente a intelectuais, políticos, artistas, jornalistas e dirigentes sindicais do período, procurou coletar informações sobre a cidade e a mídia e, especialmente, apreender a percepção dos entrevistados sobre as transformações vivenciadas no período, bem como refletir com eles sobre as hipóteses

do trabalho, a partir da interrogação sobre os significados produzidos na sua experiência, pela rememoração ampla da vivência na cidade e da sua relação com o sistema mediático. O segundo grupo de entrevistados incluiu alguns dos "personagens" dos eventos selecionados e alguns dos jornalistas que participaram da sua cobertura. Ao definirmos as fontes de pesquisa de campo, optamos por investigar as percepções que se construíam sobre os acontecimentos selecionados através de depoimentos de indivíduos que tomaram parte nos próprios eventos, seja na condição de participantes diretamente envolvidos, seja na condição de jornalistas que estiveram presentes nas cenas dos acontecimentos e que, nessa condição, participaram da cobertura jornalística. Com esse grupo, pretendeu-se principalmente investigar as percepções e os significados produzidos pela experiência direta no evento, correlacionando-os com os procedimentos operados no discurso mediático enquanto elemento que participava da própria constituição do acontecimento. Essa definição expressa uma importante opção metodológica derivada da própria concepção teórica que orientou o trabalho. Essa opção resultou, de um lado, da noção de **recepção** adotada e foi, de outro, uma decorrência necessária da concepção de comunicação já aqui delineada. Em relação ao primeiro aspecto, a noção de recepção - ainda que relacionada a critérios de audiência para fins de definição do alcance e do âmbito da ação dos *media*, ou, quando muito à construção de representações, estratificadas sócio-economicamente, do "destinatário" das mensagens mediáticas - implica apreender uma relação social construída discursivamente, em que o sentido dos objetos mobilizados no discurso é construído pela negociação ativa entre os parceiros da interação, através dos operadores lingüísticos mobilizados no discurso. Pois, como argumenta FAUSTO NETO (1992:63)

"a noção de recepção é construída pelo campo emissor a partir de certas referências que o primeiro recebe do segundo através do jogo de envios e re-

envios de signos situados sócio-discursivamente. O primeiro pressuposto é que tais campos se estruturam relacionalmente, não gozando nenhum deles de hegemonias, no que diz respeito à posição estrutural de campos enunciadores. As 'instruções' feitas pela emissão à recepção repousam, portanto, no mecanismo implícito de que a emissão 'sabe que a recepção sabe...'. Apesar de, socialmente, se constatar a existência de um pólo que estrutura e regula a emissão dos discursos, isto não quer dizer, a despeito deste pólo imaginar os efeitos de sentido, que haja o desaparecimento da condição de sujeito do discurso, algo que aliás, **está em ambos os pólos.**" (destaque nosso).

Nesse sentido, pareceu-nos fundamental refletir sobre as modalidades operatórias da mídia através da articulação dos dispositivos mobilizados no seu discurso - e expressos nas matérias jornalísticas coletadas sobre os acontecimentos - com os jogos de "envios e re-envios de signos situados sócio-discursivamente" produzidos por indivíduos situados nos pólos da emissão e da recepção mediática, mas que, envolvidos na interação comunicativa, intercambiavam significados sobre sua experiência e se tornavam, cada um a seu turno, emissor e receptor de discursos diferenciados. Vale dizer, na cena do acontecimento o participante era receptor do discurso mediático que se produzia sobre o evento, mas tornava-se também produtor quando ressignificava esse discurso através de "atos de linguagem" que eram apreendidos e trabalhados pelos jornalistas que produziam novos discursos a serem veiculados pela mídia. Obviamente, não estamos pressupondo nem uma relação simétrica entre estes indivíduos, nem a "reprodução exata" das emissões dos participantes pela mídia. Mas estamos admitindo que, na cena dos acontecimentos, os significados produzidos resultam de relações, mesmo tensas, conflituosas e assimétricas, que se efetivam entre sujeitos que, na condição de participantes diretos dos eventos - "personagem" ou "narrador" -, instituem um **lugar comum** de produção de sentido. Esta noção de recepção, que continua levando em conta a fixação sócio-tecnológica dos lugares de "falante" e de "ouvinte"

estabelecida pela mídia, busca superar tanto a concepção de um receptor passivo quanto uma visão meramente instrumental do processo comunicativo, na qual

"as interações entre as partes - emissor/receptor - sejam automaticamente ajustadas e, ao mesmo tempo, assépticas, atribuindo-se ao conceito de interação uma dimensão puramente restrita, na medida em que a comunicação seria uma conseqüência mecânica (efeitos) das ações de A sobre B." (FAUSTO NETO, 1992:58).

Nas entrevistas, que às vezes se prolongavam em até cinco horas, procurou-se traçar a história de vida do entrevistado, perquirir sobre as experiências vividas, especialmente na década de 70, buscando compreender os eventos, as circunstâncias específicas de sua atuação e reconstruí-los em sua ótica, sob enfoques interpretativos pessoais, relacionando-os sempre aos elementos que emergiam na cobertura da mídia. Enfim, buscou-se compor um painel em que a experiência relacionada aos eventos se articulava sempre - consistente ou contraditoriamente, não importa - aos dispositivos expressos no discurso mediático.

Em relação às entrevistas, duas questões importantes se apresentaram para o desenvolvimento da pesquisa. A primeira delas, que trouxe uma limitação à coleta de dados, diz respeito à recusa - explícita ou implícita na forma de adiamentos contínuos das marcações feitas - de algumas pessoas a nos concederem entrevista: os familiares de Ângela Diniz e o ex-governador Francelino Pereira. A segunda questão diz respeito ao próprio trabalho da memória que a entrevista implicava. A rigor, ao entrevistado falta "a liberdade de quem escreve diante de uma página em branco e que pode apurar, retocar, refazer" (BOSI, 1987:2) E a narrativa oral, por mais que o entrevistado pretenda ordená-la e precisá-la, aparecerá entrecortada pelas lembranças

que se cruzam, pelas omissões e apagamentos que se produziram no tempo e, especialmente, marcada pela reconstrução do passado com as imagens e as idéias do presente. Pois, "a memória não é sonho, é trabalho. (...) E a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual". (BOSI, 1987:17) Entretanto, era exatamente isto que se buscava: captar as lembranças dos entrevistados enquanto uma "construção no futuro" e articulá-las como sentido produzido - e não como algo relatado "tal como aconteceu" - aos elementos extraídos das matérias coletadas. Sob essa ótica, os depoimentos foram transcritos tal como colhidos na cadência, na expressão e na forma que lhes deram os entrevistados para, posteriormente, serem trabalhados temática e lingüisticamente.

Os dois planos que direcionaram a pesquisa forneceram a estrutura da tese, que apresenta duas partes distintas de exposição. A primeira parte é composta de dois capítulos. No primeiro, são abordadas as transformações ocorridas em Belo Horizonte, buscando-se apresentar diferentes facetas da vida cotidiana do belo-horizontino dos anos 70. Articulando-se elementos quantitativos obtidos na investigação aos significados produzidos na experiência social do habitante da cidade e apreendidos através de uma multiplicidade de fontes - depoimentos, produção literária e musical, matérias jornalísticas, trabalhos acadêmicos, entre outros - tentamos construir um amplo quadro de referência que nos permitiu identificar, a partir da reflexão orientada conceitualmente, as diferentes maneiras de constituição do social, da cultura e da política que se apresentavam no horizonte da vivência coletiva da cidade. Além disso, buscamos captar e compreender as novas formas de convivência social que se

constituíam e os padrões de sociabilidade e de ação política que daí emergiam, compondo um tecido multifacetado em que as tensões e os limites experimentados pelos sujeitos lhes forneciam as condições de inteligibilidade dos processos sociais, ao mesmo tempo em que lhes permitiam tentar inscrever nesses processos a marca da sua intencionalidade.

O segundo capítulo procura descrever o processo de constituição de um novo sistema comunicativo na cidade, buscando identificar os elementos que presidiram a essa constituição e que definem a sua lógica de funcionamento. Caracterizando de forma distinta as mudanças operadas no segmento da mídia impressa, do rádio e da televisão na cidade, a reflexão feita no capítulo percorre três linhas diferenciadas, ainda que entrelaçadas, de argumentação. Em primeiro lugar, destacam-se os elementos extra-funcionamento mediático - especialmente aqueles relativos às condições de seu financiamento - que foram relevantes na produção das modificações que se verificaram no período. Em segundo lugar, apresentam-se as transformações no interior do próprio sistema mediático, expressas na modernização técnica, nas alterações das formas de gerenciamento e, particularmente, nos seus modos de funcionamento e operação. E, finalmente, são identificadas as maneiras pelas quais esse novo sistema comunicativo se articula à experiência social, construindo novas condições de inteligibilidade e de ação para o cidadão, especialmente pela configuração de um "espaço público mediático" que passa a circunscrever novas possibilidades de publicização e de visibilidade social inscritas no próprio tecido social.

A segunda parte da tese, composta de três capítulos, dedica-se à análise dos três eventos selecionados. Nessa parte, objetiva-se refletir sobre alguns dos modos operatórios utilizados pela mídia, articulando-se, nessa reflexão, as condições de produção do discurso mediático, derivadas do seu modo próprio de funcionamento, aos elementos que, fundados no terreno social, expressam as condições, possibilidades e limites da experiência social. Assim, o terceiro capítulo enfoca os acontecimentos da história de Ângela Diniz que foram objeto da cobertura jornalística e que se inicia nos primeiros anos da década de 60 através do destaque que o seu casamento recebe nas colunas sociais dos jornais locais. Ainda que abordando os processos de conversão simbólica operados pelo discurso mediático, que se expressam na construção de "imagens" do social como cenários de movimentação dos "colunáveis", o capítulo organiza-se em torno de duas questões fundamentais. A primeira tenta dar conta dos processos de "personalização" dos eventos produzidos pela mídia, enquanto um procedimento intrínseco ao funcionamento mediático, buscando compreender através da empiria mobilizada pela estória de Ângela Diniz os elementos que engajam os receptores e o "personagem" neste processo. A segunda questão busca elucidar os modos de operação agenciados pelo discurso mediático, expressos no modo de construção do "personagem" e da estrutura narrativa, de maneira a construir os sentidos dos acontecimentos e a instituir a legitimidade da instância mediática.

O episódio da falsificação das sinopses da Agência Nacional no processo de indicação do deputado Francelino Pereira para o governo de Minas, em 1978, é o tema do quarto capítulo. Relacionando os processos políticos institucionais vigentes no período marcado pela restrição ao exercício da cidadania aos procedimentos

mediáticos de produção de visibilidade, buscou-se refletir sobre os modos operatórios que aí se apresentavam. De um lado, as tensões e limites que o contexto autoritário colocava para a produção de visibilidade do campo da política pois, na medida em que circunscrevia um amplo espaço de segredo para o exercício político, configurava uma imagem da política marcada pela excludência do cidadão e pela presença dos *arcana imperii*, os mecanismos de visibilidade produziam tão somente o deslocamento continuado das zonas de segredo. Por outro lado, o episódio da falsificação das sinopses possibilitou a reflexão sobre os modos de relacionamento entre política e mídia na produção da verdade e na existência da mentira deliberada no campo da ação política, introduzindo a dimensão ética como um dos modos problemáticos de constituição do discurso mediático.

No quinto capítulo abordamos a greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, deflagrada na última semana do mês de julho de 1979. O eixo central do capítulo é a discussão do processo de conversão simbólica da greve realizada pela mídia - a ressignificação do evento em "acontecimento mediático" - e os elementos que, tecidos pelo social, fundam as possibilidades e os limites desta ressignificação e, ainda que produzindo sentidos "legítimos" e "autorizados" no espaço mediático, revelam, inesperadamente, conflitos e tensões existentes na experiência social.

Com o sexto capítulo, onde buscamos formular algumas das conclusões apontadas pela reflexão realizada ao longo do texto, chegamos ao final do nosso trabalho. Como nos alertou Guimarães Rosa, trata-se da narrativa de uma experiência - a elaboração de um trabalho acadêmico - colada às impregnâncias da experiência social

múltipla, tensa, contraditória e ambígua, na qual se misturam os diferentes fluidos que compõem a vivência coletiva contemporânea. Expressões da presença, na vida social, de sujeitos "sempre frustrados mas sempre ressurgentes de uma história que não dominam". (THOMPSON, 1981:101). Lembranças tecidas pelo fio da narração, em que a voz do narrador, misturada às demais, às vezes demonstra a emoção pela evocação de suas próprias lembranças, se confrange pelos limites que o "ser social" impõe à "consciência" e se alegra quando a tensão condensada na "experiência" exige instituir um "novo começo". Uma experiência que "tomou-me tempo, desânimos, esforços". E, se tem algum mérito, este talvez seja o de ter suscitado novas questões e novos desafios à interrogação incessante que fazemos à vida, pois, como ensina Adélia Prado,

*"Cantiga triste, pode com ela  
é quem não perdeu a alegria."*

## CAPÍTULO 1

### A PAINA DO TRAVESSEIRO

*"A expressão de uma cidade é múltipla  
A beleza de uma cidade é instável  
Sua grandeza é limitada  
à fronteira mesma das cousas  
Uma cidade se assemelha às outras  
porém se a amamos é única:  
tem a forma de coração  
traz nosso aroma predileto  
é a paina do travesseiro  
em que repousa a nossa fronte  
Belo Horizonte bem querer."*

(Henriqueta Lisboa)

## 1.1. A voragem do progresso

Em 1970, segundo dados do censo, Belo Horizonte ingressara no reduzido grupo de cidades brasileiras de mais de um milhão de habitantes <sup>1</sup>. Afinal, desde a década de 50, vivenciando o intenso processo de urbanização do país, a cidade apresentava os mais vigorosos índices de crescimento populacional. De acordo com os dados disponíveis, verifica-se que a cidade havia crescido às taxas de 7,0% nos anos 50, com pequenos decréscimos nas décadas de 60 e 70. Entretanto, a magnitude dos dados absolutos nos mostra um quadro em que, no período de 1950 a 1980, a cidade passa de uma população de 352.724 habitantes para 1.780.855 habitantes. Isto significa dizer que, no espaço de 30 anos, a cidade aumentou em cinco vezes a sua população.<sup>2</sup>

Essa configuração demonstra que ficara para trás a imagem de uma cidade bucólica "em que a paz envolvente propiciava o exercício fecundo do

---

<sup>1</sup> Segundo o censo de 1970: São Paulo (4,9 milhões), Rio (4,3), Belo Horizonte (1,2), Recife (1,08) e Salvador (1,02). IBGE. Censo demográfico de 1970.

<sup>2</sup> Os Censos demográficos registraram em Belo Horizonte o seguinte quadro:

ANO	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1950	352.724	-
1960	693.328	2.069 hab/km <sup>2</sup>
1970	1.235.030	3.686 hab/km <sup>2</sup>
1980	1.780.855	5.315 hab/km <sup>2</sup>

O município de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana apresentaram um crescimento muito grande neste período, o que se pode constatar se compararmos os índices belo-horizontinos de crescimento populacional com os do município de São Paulo, reconhecida como uma das cidades que mais cresceu no país.

ANOS	BELO HORIZONTE	SÃO PAULO
50/60	7,0	5,6
60/70	5,9	4,7
70/80	3,7	3,6

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980.

pensamento." (CORREIA DIAS, 1980:126). Entretanto, se a imagem era verdadeira, para Correia Dias seria enganoso idealizá-la.

"Na realidade social - aí incluindo o meio intelectual - havia muito de rotineiro e de acanhado a esse tempo na nova cidade. Quem ler o relato do dia-a-dia belo-horizontino, retirado do noticiário dos jornais ou das reminiscências dos memorialistas, haverá de notar a recorrência de certos fatos nessa vida humana coletiva."

Dentre os fatos assinalados encontram-se aqueles reveladores de um "certo ritualismo" e do moralismo da nova cidade. Do ritualismo, esse autor rememora as cerimônias religiosas transplantadas de Ouro Preto e as "solenes exéquias pelos políticos e outras figuras importantes"; RENAULT (1988:90) lembra as festas cívicas com suas cenas repetitivas, "o hasteamento da bandeira, os discursos dos políticos, ostentando os impecáveis ternos brancos, e o sol refletindo-se no metal dos instrumentos de sopro da banda militar." Do moralismo, CORREIA DIAS (1980:127) cita a celeuma provocada "quando se cogita colocar, num ponto central da cidade, um busto de Anita Garibaldi, em homenagem ao papel histórico que desempenhou no Brasil e na Itália." Também sinal expressivo do ambiente da bucólica capital mineira no início do século é a descrição do *footing* na Praça da Liberdade:

"Os locais do lazer e encontros para flerte à distância fixaram-se durante anos, como se algum geômetra os marcasse sobre a topografia da cidade. Sem qualquer *outdoor* ou convocação publicitária a sociedade elegia um local para espairar. O ponto escolhido poderia durar alguns anos. Assim foi com o *footing* nas alamedas da Praça. Os dois blocos do seu quadrilátero ajardinado - divididos pela via de acesso ao Palácio - lotavam-se de moças e rapazes. Também sem predeterminação de qualquer ordem, na alameda da esquerda de quem sobe a Avenida João Pinheiro, concentrava-se a elite. Na alameda da direita ficava a gente mais humilde. Nenhum psicólogo ou sociógrafo jamais explicaria, de forma concludente, essa distinção social tão discriminatória. A gente humilde não transitava na alameda da esquerda. Brancos, por sua vez, não se intrometiam no *footing* do outro lado. E, assim, de dezoito e trinta às vinte e duas e trinta, essa multidão caminhava vagarosa, a conversar, a flertar". (RENAULT, 1988:52).

Na cidade que surgira na última década do século passado, fundada numa concepção que "devia expressar em tudo a negação da cidade colonial, romper com seus valores, seus ideais"(CORRÊA, s.d.), a vida "ronceira não muda seus hábitos. Era um viver tranqüilo, sóbrio, sem vãos altaneiros. A sobriedade predominava em tudo. Na alimentação, no vestuário, nos divertimentos." (RENAULT, 1988:88). Na confluência da tradição e da modernidade, do atraso e da vanguarda,<sup>3</sup>

"notava-se, na Capital das primeiras décadas, uma face docemente bucólica, ao lado da face deformada do moralismo e do convencionalismo ritualista. Acrescente-se a isso a mediocridade da prática e dos atores políticos, com algumas exceções, para evocar uma atmosfera espiritual mesquinha e, segundo alguns dos que a viveram, francamente sufocante."(CORREIA DIAS, 1980:128).

Os anos 50 representam o início de uma fase particularmente movimentada em Belo Horizonte, cujo processo de crescimento atinge sua culminância, em termos dos efeitos sobre a cidade, na década de 70. Tornando-se uma metrópole de mais de um milhão de habitantes e centralizando o desenvolvimento industrial em curso em Minas, a cidade vai intensificar a atração que sempre exerceu sobre a população do interior do estado ou mesmo de outros estados limítrofes. Belo Horizonte, que, em virtude de sua peculiar criação, sempre foi considerada uma cidade "madrasta",<sup>4</sup> vê

---

<sup>3</sup> Aqui estamos, de fato, nos referindo às impressões expostas por Humberto WERNECK (1992:33) e que nos parece interessante reproduzir: "Com seus vinte anos, que coincidiam com os vinte do século, a capital de Minas encarnava ao mesmo tempo a modernidade e a tradição. O atraso e a vanguarda. Emaranhava-se em contradições, em paradoxos. Pedro Nava dá notícia de cavalheiros disfarçando a cachacinha em xícaras de café, quando a bebiam nas mesas próximas à entrada do Bar do Ponto, à vista dos passantes. Mas fala também da desenvoltura com que nas farmácias se podia comprar um 'boneco' de cocaína, ou do acintoso passeio em carro aberto, pela rua da Bahia, dos donos dos bordéis, para exibir à freguesia suas novas atrações."

<sup>4</sup> Diferentemente da maioria das capitais brasileiras, Belo Horizonte foi uma cidade planejada. Criada no final do século passado, com o principal objetivo de reorganizar a economia mineira a partir de um centro regional, Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897, após quatro anos de construção sob o comando de uma comissão dirigida por Aarão Reis e depois Francisco Bicalho, com a participação de engenheiros e urbanistas. "No plano, delimitavam-se a área urbana, a suburbana e a rural. Prevvia-se o traçado, como também as construções de casas, edifícios públicos para os órgãos

intensificar-se nos anos 70 o processo de migração:<sup>5</sup> em 1970, cerca de 50.5% de sua população, ou seja, 624.013 habitantes, eram de migrantes. Já em 1980, a porcentagem de migrantes aumentou para 51,8%, ou seja, 922.959 pessoas. Além disso, verifica-se que também nesse período houve o incremento da participação de pessoas de procedência rural no conjunto da população de não-naturais do município, conforme os dados disponíveis. Essas informações nos sugerem, por um lado, a ocorrência de profundas alterações na vida urbana e, por outro, um conjunto de questões decorrentes seja do rápido aumento populacional, seja do tipo de habitante que, via migração, passa a compor a população da cidade.

Belo Horizonte, uma "cidade amável", no entender de Otto Lara Resende, de ruas tranqüilas, "de descer Bahia e subir Floresta", havia "perdido a

---

oficiais, dentro de certos padrões, até com minúcias. Em torno desse centro haveria uma avenida - a Avenida do Contorno." *MEMÓRIA da Economia da Cidade de Belo Horizonte*, 1987, p.12-13.

<sup>5</sup> BELO HORIZONTE - POPULAÇÃO POR ORIGEM -1970/80

ORIGEM	1970		1980	
	POP.	%	POP.	%
Naturais do munic.	611.017	49,5	857.896	48,2
Migrantes	624.013	50,5	922.959	51,8
TOTAL	1.235.030	100	1.780.855	100

BELO HORIZONTE- PROCEDÊNCIA DOS NÃO NATURAIS -1970/80

ORIGEM	1970		1980	
	POP.	%	POP.	%
URBANA	533.517	85,5	574.224	62,4
RURAL	90.496	14,5	345.370	37,4
TOTAL	624.013	100	919.593	100

FONTE: *PERFIL de Belo Horizonte*, 1985.

inocência" e "afinal se revelava uma tolice como as outras".<sup>6</sup> Seu desenho concebido para conter uma cidade pequena e tranqüila é agora percebido como

"absurdamente quadriculado; (as ruas) mostram-se esclerosadas, obstruídas por absurdos coágulos motorizados, que ora se deslocam com excessiva velocidade, ora se detêm por tempo indeterminado em meio a um barulho infernal de buzinas, apitos, sirenes, ronco de motores, freadas de pneus, estrondos, choques e gritos de pessoas que apregoam coisas, que reclamam, protestam, cantam ou choram."<sup>7</sup>

O relato, de um jornal da época, evidencia o chamado processo de "metropolização" e a troca irreversível do bucolismo das primeiras décadas do século, pela experiência do trânsito metropolitano. Assim, ao invés de encontrarmos os peripatéticos das gerações dos intelectuais dos anos vinte ou as travessuras dos

---

<sup>6</sup> "Ostentando com maior intensidade ainda a 'maravilha de milhares de brilhos vidrilhos' dos seus anos vinte, Belo Horizonte permanecia a 'amável cidade' de Otto Lara Resende, cujas ruas guardavam muito do ar provinciano e onde, em um passeio noturno, ainda era possível resgatar, sem muito esforço, a imagem do espectro itinerante da moça-fantasma que descia da Serra do Curral em busca dos namorados perdidos. A Belo Horizonte do princípio da década de sessenta oferecia a um observador desavisado a imagem de uma pacata cidade, cujos habitantes levavam uma vida que hoje nos parece incrivelmente tranqüila: poucos crimes, tráfego reduzido e distrações inofensivas.(...) Como dissera o compositor Rômulo Paes alguns anos atrás ao cantar a cidade, a vida prosseguia regular e segura, '**descendo Bahia e subindo Floresta**'.(destaque nosso) STARLING, 1986. p.77 e 78. "Bahia e Floresta" referem-se às ruas onde circulavam os bondes e depois os troleibus e ligavam, nesse percurso, o centro da cidade ao bairro da Floresta, um dos mais tradicionais da cidade. A rua da Bahia sempre foi uma referência importante para a história da cidade e as estórias sobre ela comparecem em todos os memorialistas belo-horizontinos.

Segundo CORREIA DIAS, "no início dos anos 40, Belo Horizonte ainda tinha o ar bucólico dos tempos do Amanuense.(Romance de Cyro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, ambientado na Belo Horizonte dos anos 20, foi publicado em 1937.) Mesmo durante a II Guerra Mundial, ainda há gestos de inocência. Lembro-me de um *black-out*, a que a cidade foi submetida por um general imaginoso, encarregado da defesa civil. As luzes das ruas se apagaram. Nas casas, nos estabelecimentos de qualquer gênero, todos deviam igualmente apagar a iluminação. Sirenes soaram. Durante o bombardeio simulado todos deveríamos procurar os (inexistentes) abrigos." CORREIA DIAS, 1980, p.135.

"*Eu me mudei para Belo Horizonte no final da década de 50. Vim para estudar e não para trabalhar. Por coincidência vim estudar no Colégio Santo Antônio, aqui perto, na rua Pernambuco. Tinha um semi-internato. Eu cheguei numa Belo Horizonte totalmente inocente. O bandido daqui era um tal de Zé Muniz, falavam dele ainda, na fama dele, que ele trocou tiros com a polícia. Ou o Sete Dedos que era o terror... mas todos seriam anjos hoje...*" Entrevista feita com o jornalista e escritor Roberto Drummond, em abril de 1992. Ver ainda: ANDRADE, 1966. p.125

<sup>7</sup> BH aos 80 anos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez. 1977. p.4.

"modernistas" no viaduto de Santa Teresa<sup>8</sup>, deparamo-nos com o belo-horizontino participando intensamente da civilização do automóvel e vivenciando a experiência da multidão urbana.

A rigor, para WILLIAMS (1989:396) "a cidade (...) sempre foi associada a uma concentração de tráfego. (...) Mas o tráfego não é apenas uma técnica; é também uma forma de consciência e uma forma de relações sociais". Aqui, tráfego refere-se tanto aos problemas de circulação nas cidades, decorrentes de uma série de decisões de caráter político que demandam soluções urbanísticas, alterando muitas vezes a feição do aglomerado urbano, quanto à situação

"das movimentadas ruas das metrópoles - as pessoas vistas como átomos isolados, fluindo nesta ou naquela direção; uma corrente comum de identidades e de direções separadas - (...) ao lado delas, este modo de relação representado pelo automóvel: privado, fechado, um veículo individual num fluxo comum que o pressiona e é apenas um aglomerado de indivíduos; certas convenções subjacentes de controle externo, mas dentro delas uma rápida sucessão de sinais de alerta, proibição, concessão, irritação, enquanto seguimos, cada um o seu caminho, porém num modo comum." <sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> "Muito mais tarde, Gustavo Capanema evocaria os diálogos peripatéticos de Mendes Pimentel e Rafael Guimarães calmamente percorrendo as ruas arborizadas, em que a paz envolvente propiciava o exercício fecundo do pensamento." CORREIA DIAS, 1980. p.126.

"Tornou-se ainda mais célebre o alpinismo urbano posto em moda por Carlos Drummond de Andrade, que, ao voltar para casa, no bairro da Floresta, tarde da noite, no final dos anos 30, às vezes escalava um dos arcos do recém-construído viaduto de Santa Teresa, o do lado direito de quem segue para o bairro da Floresta. (...) Vinte anos depois, a chamada geração de 45, que não admirava apenas as façanhas literárias do poeta, tratou de imitar, ritualmente, as escaladas noturnas no viaduto. Agora, eram Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino que subiam e desciam, correndo, pela estreita faixa de cimento, com menos de um metro de largura, enquanto um companheiro mais velho, João Etienne Filho, em pânico, lhes rogava que descessem.(...) WERNECK, 1992. p.46-47

<sup>9</sup> Estamos aqui particularmente interessadas no que WILLIAMS (1989) denomina "estruturas de sentimento", conceito que utiliza no livro *O campo e a cidade* e que encontra sua melhor expressão no capítulo denominado "Cidades e Campos". Ao examinar a literatura inglesa que aborda a temática do campo e da cidade - "um levantamento dos processos que julgo mais importantes, com suas principais variações, dentro de uma determinada literatura e de uma determinada sociedade" - o autor percebeu que em torno das comunidades existentes, historicamente variadas, cristalizaram-se atitudes emocionais poderosas que, mobilizando associações negativas e positivas, manifestam certas imagens e associações, as quais, apesar das diferenças, persistem. São imagens que expressam significados variados: em termos de sentimentos e de atividades; no tempo e no espaço. Significados que mudam, tanto em si próprios, quanto em relação a outros. Manifestam uma história ativa e contínua, em que as relações não se referem

Neste ponto podemos ser auxiliados pela visão do cronista belo-horizontino, que nos revela que na outrora "capital de hábitos modestos, contida entre Bahia e Floresta ou endomingada na Praça da Liberdade, surgiram milhares de pessoas, milhões de habitantes que levam três horas da Praça 7 à casa, pela Amazonas engarrafada de ônibus"<sup>10</sup> ou, ainda, pela alegação irônica do repórter anônimo de que "foi o automóvel que estragou os planos de Aarão Reis".<sup>11</sup>

Ao mesmo tempo, a presença do automóvel no cenário metropolitano se faz, como nos disse WILLIAMS (1989), ao lado da multidão, tema sempre recorrente na literatura européia do século XIX, e presença marcante no cenário belo-horizontino dos anos 70. De fato, como ensina BENJAMIN (1989a:124-125), a experiência da multidão é uma das condições do homem moderno.

"O mover-se através do tráfego implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo. Nos cruzamentos perigosos, enervações fazem-no estremecer em rápidas seqüências, como descargas de uma bateria. Baudelaire fala do homem que mergulha na multidão como em um tanque de energia elétrica. E, logo depois, descrevendo a experiência do choque, ele chama esse homem de um 'caleidoscópio dotado de consciência'. Se, em Poe, os passantes lançam olhares ainda aparentemente despropositados em todas as direções, os pedestres modernos são obrigados a fazê-lo para se orientar pelos sinais de trânsito."<sup>12</sup>

---

apenas a idéias e a experiências, mas também articulam um sistema mais amplo. Para o autor, tais atitudes emocionais, enquanto formas de consciência desigualmente compartilhadas, expressam "estruturas de sentimentos" que se constituíram através de um processo histórico repetido em muitas vidas e muitos lugares e que é, fundamentalmente, uma alteração das percepção e dos relacionamentos.

<sup>10</sup> "Mas era uma capital de hábitos modestos, contida entre Bahia e Floresta ou endomingada na Praça da Liberdade. Tudo mudou de repente na velha capital do leite e do café misturado por coronéis de regimentos perremistas. Surgiram milhares de pessoas, milhões de habitantes que levam três horas da Praça 7 à casa, pela Amazonas engarrafada de ônibus em fila indiana." OSWALDO, Ângelo. Te digo hoje que te amo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1980. Caderno de Turismo, p.1.

<sup>11</sup> FOI o automóvel que estragou todos os planos de Aarão Reis. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez. 1971. p.24

<sup>12</sup> E de acordo com ROUANET (1990:46): "Na esfera da vida cotidiana, o choque se impôs como a realidade onipresente. O indivíduo está exposto aos choques da multidão, na qual tem que abrir seu caminho, com gestos convulsivos, como um esgrimista, distribuindo estocadas, como choques, sem os

De fato, esses dois elementos - o automóvel e a multidão - naturalizados no cotidiano da grande cidade, condensam na virtualidade de suas significações um conjunto de alterações na vida do habitante das metrópoles, as quais muitas vezes passam despercebidas, principalmente por aqueles que as estão vivendo. Assim, a multidão e o automóvel emergem solidários na vida urbana marcada pela necessidade de vencer rapidamente grandes distâncias, de compor, na precisão do tempo, as tarefas complexas que se tornam cada dia mais urgentes e que transformam a rua num obrigatório território de passagem, no qual todos são transeuntes que decretam, na sua pressa e no seu movimento marcado pela intencionalidade, a morte do *flâneur*.<sup>13</sup>

Transitar na cidade significava, portanto, adquirir outros comportamentos diferentes daqueles exigidos pela *flânerie*: é preciso dominar o tempo e o espaço que garantem a circulação urbana, ou seja, os locais e os horários - ambos

---

quais a cidade não seria transitável. A sobrevivência, na cidade, exige uma atenção superaguçada, a fim de afastar as ameaças múltiplas a que está sujeito o passante. A experiência do choque acaba produzindo um novo tipo de percepção, voltada para o idêntico, uma nova sensibilidade, um novo aparelho sensorial, por assim dizer, concentrado na interpretação do choque, em sua neutralização, em sua elaboração, em contraste com a sensibilidade tradicional, que podia defender-se pela consciência, contra os choques presentes, mas podia também, pela memória, evocar experiências sedimentadas em seu próprio passado e na tradição coletiva."

<sup>13</sup> "Ainda era possível ficar na periferia da massificação, sem se deixar absorver por ela. Esse ponto intermediário é o lugar social do *flâneur*. Ele despreza a massa e é cúmplice dela. Refugiado nas Passagens, observa a multidão que desfila nos *boulevards*. Seu homólogo é o passante, o homem da multidão, que é arrastado inexoravelmente, como um autômato, para um destino desconhecido. O *flâneur* tenta defender sua integridade como indivíduo se distanciando do passante, desindividualizado pela massa. Ao mesmo tempo, ele depende da massa para existir socialmente. Através dela, vê o mundo; por culpa dela, deixa de vê-lo. Ela se interpõe entre ele e a cidade, tornando-a opaca; mas nessa interposição, a cidade torna-se visível. 'A massa é o véu através do qual a cidade costumeira acena para o *flâneur*'. (...) Mas os dias do *flâneur* estão contados. O desenvolvimento do capitalismo sabota essa figura derradeira da autonomia. No fim, o *flâneur* é absorvido, transformando-se em funcionário do capital. Com o advento do 'grand magasin', a própria *flânerie* é posta a serviço do volume de vendas. 'O *magasin* é o último passeio do *flâneur*, através dele a inteligência se dirige ao mercado. Para olhá-lo, segundo imagina; na verdade para encontrar um comprador'. A partir desse momento, a massificação se consuma. O indivíduo se perde na multidão sem deixar rastros". ROUANET, 1990. p.65-66.

precários - dos ônibus urbanos; é necessário escapar das cotoveladas e ser capaz de se engalfinhar na luta por um lugar nas intermináveis filas de ônibus; é preciso ter uma mirada arguta e econômica que permita vislumbrar, num relance, entre as cabeças da multidão, o local da parada, evitando o assalto à bolsa, o mendigo da calçada, o camelô da esquina e até mesmo aquele velho chato, que sempre em busca de papo, provoca uma perda de tempo que acaba por tornar o dia inadministrável.<sup>14</sup>

Labiríntica e populosa, a grande cidade vê seu centro perder o aspecto monumental que o caracterizara e, à moda de um formigueiro, vai cortando as árvores das avenidas centrais, aumentando as pistas cinzentas de circulação de veículos, reduzindo os canteiros e passeios e tornando a travessia de uma rua uma aventura que exige concentração, energia e velocidade. O congestionamento do trânsito impõe aos ônibus uma velocidade média de dez quilômetros por hora e

"os cruzamentos simétricos, atualmente, obrigam os carros à marcha lenta de vinte quilômetros horários e provocam colisões sucessivas - no ano passado [1973] 560 pessoas morreram em acidentes de trânsito na cidade." <sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> "Mais de setecentos e cinquenta mil belo-horizontinos engalfinham-se diariamente na disputa de um lugar em 1.899 ônibus que compõem a frota da cidade, uma das mais árduas batalhas urbanas. Qualquer operário de BH já incluiu em seu vocabulário a palavra 'pique' e sente na carne seu significado, pois é naquele horário que ele, cansado do dia de trabalho, enfrenta enormes filas à espera de um ônibus que o leve de volta para casa. E quando consegue um lugar, sente-se apenas como 'massa' transportada dentro de um veículo que carrega o dobro de sua capacidade." TRANSPORTE coletivo. Um desafio que a cidade ainda não conseguiu vencer. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez.1979. p.8

<sup>15</sup> "Os majestosos ficus das principais avenidas e praças logo lançaram suas vigorosas raízes em combate contra o asfalto. Ornamentavam, é certo, mas também perturbavam o trânsito, e dez anos atrás, todos já haviam desaparecido.(...) A rigidez do traçado, em que pese a boa intenção de seu autor, constitui-se, na verdade, no maior desafio dos arquitetos belo-horizontinos. Há dois anos, depois de estudos demorados, inaugurou-se uma via elevada destinada a desafogar o trânsito do centro; mas, além das curvas fechadas, a via comete o absurdo de ter um cruzamento bem no meio." O DESESPERO das metrópoles. *Veja*, São Paulo, 18 abr.1973. p.42-48

Ver também: "O PACE (Programa da Area Central) tem os seguintes objetivos: transformar as principais vias do centro em corredores de transportes, com preferência para os coletivos, dificultando o tráfego para os veículos particulares. Visa também o Programa da Area Central facilitar o acesso dos pedestres." PACE mágico muda esta cidade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez.1980. Caderno Especial: BH cidade 2000, p.5

Se era esta a situação do Centro Tradicional de Belo Horizonte, seu crescimento também trazia a marca de agitação e de improvisação, o que acabava por marcar a experiência do seu habitante. À explosão populacional correspondeu, certamente, uma ampliação do espaço urbano. Abriram-se novos loteamentos luxuosos para onde acorreu a classe média endinheirada produzida pelos anos do "milagre", fugindo do bulício e da confusão do centro e dos bairros incluídos na Avenida do Contorno. Aumentaram as áreas de favelamento e os loteamentos clandestinos para onde se dirigiam os migrantes que buscavam na cidade melhores condições de vida.

Obviamente, a existência de favelas não constituía nenhuma novidade numa cidade que, já à época de sua construção, não oferecia espaço para residência de seus operários, como relatam os primeiros prefeitos, e onde as primeiras áreas de favelamento surgiram para abrigar principalmente os trabalhadores que aqui chegaram para a construção da nova capital.<sup>16</sup> O que era novo na década de 70, ou melhor, o

---

"Todos os meses, o Departamento Estadual de Trânsito registra 1.200 carros novos e hoje a cidade tem mais de mil veículos, com um movimento diário de 120, tudo convergindo naturalmente na Praça Sete, vindos a maioria das avenidas Amazonas e Antônio Carlos." DUZENTOS mil veículos vão parar BH na década de 70. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez.1969. Suplemento Especial: BH na década de 70, p.11

<sup>16</sup> "Nos relatórios dos prefeitos são inúmeras as referências sobre a necessidade de se localizar a população operária em áreas especiais, distantes do centro urbano." SOMARRIBA et al., 1984. p.31 e seguintes.

"Desde o início a cidade tinha vontade para além dos seus construtores-dirigentes. Os bairros pobres se impuseram por entre os riscos do xadrez do engenheiro e do governo. Bairros pobres, desassistidos, onde se avolumava a população que construía a cidade, que trabalhava no comércio, população periférica que era a dor de cabeça das autoridades por que dizia-se desregrada, pronta para a vadiagem e a farra. 'As favelas que proliferaram em torno da capital de Minas apareceram em datas diferentes. As mais antigas remontam à própria origem da cidade (1895). Os trabalhos de sua construção atraíram muitos operários, aventureiros, imigrantes sem profissão definida. Estavam concentradas em duas zonas: o Córrego do Leitão (atual bairro do Barro Preto), e a Favela ou Alto da Estação (hoje Santa Teresa). Lá viviam mais ou menos 10.000 pessoas muito turbulentas, entre as quais os crimes e as disputas eram muito freqüentes'. Santa Teresa, Floresta, Santo Antônio, Carmo, Barro Preto, bairros nascidos com o desemprego, com as levas de migrantes pobres, feitos de cabanas, cafuas miseráveis. Este também o padrão de construção da cidade, que não tinha só o oficial. A outra matriz urbana a miséria: Os Marmiteiros, o Pindura Saia, o Buraco Quente, a Pedreira Prado Lopes, o Pau Comeu, o Morro do Papagaio, o Morro do Querosene..." *MEMÓRIA...*, 1987. p.60-61.

que se torna mais visível neste período, já que é uma questão antiga e que se intensifica desde a década anterior, é o acelerado crescimento das áreas faveladas bem como a magnitude que esse problema assume neste período. O favelamento, os loteamentos clandestinos e a ocupação de espaços não-urbanizados nas grandes cidades fazem parte da própria estratégia de sobrevivência da população pobre no contexto urbano, que sob o olhar ora complacente e cúmplice, ora repressor e violento dos poderes públicos, se fixa no território da capital mineira e contribui com seu trabalho, seus modos de vida e sua luta cotidiana para a constituição que a cidade passa a ter. (Cf. BALAN et al. 1975). Assim, faz parte do cotidiano dos habitantes de uma grande cidade - e, no nosso caso, passa a fazer parte do cotidiano belo-horizontino com uma visibilidade incontestável nos anos 70 - a coexistência, nem sempre harmoniosa e tranqüila, de vários "pedaços" que compõem, pela diferença, a existência da própria cidade.<sup>17</sup> Nesta, convivem vários e diferentes "processos de morar"<sup>18</sup> - as famílias que se amontoam sob os novos viadutos, as favelas, a periferia, os bairros de tradição operária, o centro tradicional, as moradias de classe média, os novos condomínios fechados, os conjuntos habitacionais - enfim, uma extensa lista de probabilidades que expressam menos que possibilidades de escolhas familiares ou individuais, mas, sim, a condensação, no plano urbano, da complexidade da vida social contemporânea. A

---

<sup>17</sup> Estamos nos referindo especialmente à formulação de MAGNANI (1984) e ao apropriado uso que dela fez SÁDER (1988): "Desse cruzamento de falas e experiências foi se reconstituindo um novo espaço público. É o que J.C. Magnani tão bem apresentou ao falar dos 'pedaços' da cidade: os lugares, em cada vizinhança, que constituem a mediação entre a casa e o mundo. 'O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.' A paisagem alisada sofre um 'restriamento' (o termo ainda é de Guattari) nesses 'pedaços' por onde fluem novos significados coletivos que expressam as interpretações formuladas sobre as condições de vida na metrópole."

<sup>18</sup> Estamos nos referindo especificamente à pesquisa realizada pelo PLAMBEL, em 1977, denominada "Processos de Morar".

rigor, "os processos de morar" vão muito além de sua significação literal, já que a forma de inserção e de fixação no espaço urbano se faz de muitas maneiras, o que acaba por conotar "o ato de residir" na cidade, produzindo todo um conjunto diferenciado de significações. Entretanto, é a diferença conflituosa da experiência do "morar", vivenciada na unidade tensa e contraditória da cidade, que se torna um dos elementos constitutivos da condição moderna, forjando, na contemporaneidade, os variados modos que o habitante da cidade apresenta de lidar, conviver e olhar o cotidiano urbano.

Nessa perspectiva, para o belo-horizontino dos anos 70, a expansão da cidade significa tanto a ampliação do seu horizonte físico - para muito além dos limites da Avenida do Contorno, circunscrevendo uma região que passa a se denominar "Grande BH"<sup>19</sup>- quanto a **complexificação** da vida social e ambos os sentidos se manifestam nas diferentes alterações que o aglomerado urbano sofre naquele período.

"Quando vejo esta cidade cheia de arranha-céus, carros, confusão, sinto que não pertencço a este mundo e que morri. Porque a fisionomia urbana, que me era tão familiar e que eu conhecia como a palma da minha mão, hoje me é

---

<sup>19</sup> " A desabalada expansão da cidade continuou, à sombra da especulação imobiliária, em resposta a este bárbaro povoamento. As adjacências da cidade industrial de Contagem, em pleno progresso, constituíram a principal frente de ocupação. A cidade cresceu em direção a Oeste. Vários assentamentos operários, rarefeitos, se localizaram ao longo do eixo Cidade Industrial/ Barreiro/ Durval de Barros(Ibirité)... Em menor medida, o complexo da Pampulha favoreceu a ocupação da Zona Norte. A região de Venda Nova, áreas limítrofes da cidade com outros municípios(...) começaram a ser ocupadas lentamente. De toda forma, este processo de expansão periférica de Belo Horizonte provocou a conurbação com outras cidades do Aglomerado Metropolitano, dando corpo à Metropolização que se consolidaria na década de setenta... A metropolização de Belo Horizonte não foi um processo isolado no Brasil. Os demais grandes centros urbanos do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador), no início da década de 70, também constituíam importantes aglomerados, produto do padrão de acumulação de riquezas gestado durante os últimos trinta anos. Na busca de alternativas para equacionar os problemas causados e vividos por estes aglomerados metropolitanos, o Governo Garrastazu Médici criou as Regiões Metropolitanas. Através da Lei Complementar n. 14 de 08/07/73, além de outras Regiões, foi constituída a Região Metropolitana de Belo Horizonte, composta de 14 municípios... Instituiu-se uma autarquia (Lei estadual n.6.603, de 30/04/74) para o planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL -, para realizar estudos e elaborar política de planejamento, sem o poder, contudo, para executar políticas." *MEMÓRIA...*, 1987. p.38 e 47.

completamente desconhecida. (...) Onde estão os poentes maravilhosos descritos por Pedro Nava nas suas memórias? Belo Horizonte era a cidade do céu. Em qualquer lugar você via o céu, era uma cidade inscrita no ar, como os profetas do Aleijadinho estão inscritos no ar."<sup>20</sup>

Assim se refere à cidade o escritor e jornalista Guilhermino César, numa entrevista ao *Estado de Minas*, em 1979 e, enfaticamente, constata que sua cidade e os tempos eram outros. E continuando seu acerto de contas com a metrópole, assevera:

"Está-se matando a Praça Afonso Arinos que era uma coisa tão bonita na cidade. Ela fazia parte de nosso cotidiano, por ela passávamos e ficávamos a conversar sob a alameda de ficus, pois ali perto era a Faculdade de Direito. Destruíram-na em nome de um progresso besta e estúpido."

A cidade cresceu, transformou-se e, transfigurada na "voragem do progresso", produz a experiência de "viver numa metrópole num crescimento vertiginoso que, para realizar-se, teve de destruir e refazer constantemente seu ambiente construído".(SADER, 1988:67).<sup>21</sup> Voraz, o progresso devora os marcos de referência dos velhos tempos: o Bar do Ponto; as alamedas de ficus da avenida Afonso Pena; os casarões do tempo da fundação da cidade, no bairro dos Funcionários; as retretas endomingadas na Praça da Liberdade; a Feira de Amostras; a Serra do Curral ... Mas, profícuo, o progresso produz também sua nova referencialidade e sobre as ruínas se erguem os marcos que expressam no espaço as alterações do tempo: os viadutos, os quarteirões fechados ao tráfego, os túneis, os arranha-céus de vidro e concreto, a Nova

---

<sup>20</sup> CANTO de amor (com algum ódio) à outrora formosa cidade dos horizontes belos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez.1979. p.4

<sup>21</sup> Estamos nos apropriando aqui do uso que Sader faz do termo "voragem do progresso", que nos parece interessante principalmente pela aproximação que possibilita, no terreno da experiência, com o conceito benjaminiano de "progresso". Cf.SADER, 1988, especialmente as pp. 66 e seguintes; e 115 e seguintes. Ver também: KOTHE, 1985, p.153 e seguintes.

Rodoviária, a poluição, o *shopping*, a sinfonia da Fiat na Praça da Liberdade, os barzinhos...<sup>22</sup>

## 1.2. Do kaol ao fast-food

Belo Horizonte, anos 70. Como se viu, já se passara o tempo em que a cidade "sorrindo púbere, núbil, sensual, sem malícia" era "um remanso para fugir às partes agitadas do Brasil".<sup>23</sup> Belo Horizonte, anos 70. Vive-se aí, nas peculiaridades que lhe são próprias, a experiência social das transformações que se processam no país, completando-se nesta década um conjunto de toda ordem de alterações que se iniciaram em períodos anteriores, ao mesmo tempo em que emergiam novos processos de importância fundamental para os anos futuros.

Nos anos iniciais da década de 70, o país viveu a euforia do "Brasil Grande", um espetáculo concebido nas planilhas do Ministério do Planejamento e que apresentava índices fantásticos de crescimento econômico, investimentos maciços e obras gigantescas. Vendiam-se fantasias de um "Brasil Potência", a se consagrar definitivamente como um país moderno, urbano, industrial. Na ribalta deste espetáculo, o Estado, constituído em ator privilegiado, cuidou de estruturar um complexo aparato institucional e financeiro, garantindo a execução do modelo econômico. No seu centro,

---

<sup>22</sup> Sobre a destruição da antiga referencialidade que marcara o centro belo-horizontino e o surgimento de novas referências significativas enquanto marcas de novos padrões de sociabilidade, ver: LEMOS, 1988; DRUMMOND de ANDRADE. Triste Horizonte. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez. 1977. p.8.

<sup>23</sup> DRUMMOND de ANDRADE. Triste Horizonte. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez. 1977. p.8.

a expansão do departamento de bens de consumo duráveis, o que tornava o modelo afinado com a nova ordem econômica internacional.<sup>24</sup>

"O novo padrão de crescimento exigia que, paralelamente, se erguesse uma indústria de bens intermediários, capaz de atender à necessidade de insumos dos demais ramos dinâmicos. Minas oferecia um parque de bens intermediários bastante ativo, próximo das matérias primas e dos centros consumidores, Rio e São Paulo, favorecido por condições institucionais de atração e apoio à industrialização." (*MEMÓRIA...*, 1987:45).

Nestas condições, Minas Gerais e, particularmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte integraram-se ao "milagre brasileiro" através do processo denominado "segunda industrialização mineira", em que um conjunto de elementos provocou uma acelerada expansão da indústria, diversificou sua estrutura produtiva, desenvolveu e ampliou a atividade comercial e a estrutura de serviços.<sup>25</sup>

Em consequência do desenvolvimento industrial e do processo de migração, a composição e o âmbito das classes sociais da cidade foram bastante alterados. Alguns aspectos devem aqui ser ressaltados. Certamente não se pretende, nos limites de um capítulo introdutório, dar conta dessa discussão e sequer temos aqui este

---

<sup>24</sup> As análises das condições que produziram o chamado "milagre brasileiro", bem como das mudanças no papel do Estado ocorridas neste processo, foram realizadas por diversos autores. Entre eles ver: FURTADO, 1972. SINGER, 1972. BAER, 1977. Sobre o chamado "milagre mineiro", ver: CAMPOLINA, 1981.

<sup>25</sup> "Quando as premissas para o novo estágio de desenvolvimento se consolidaram, Minas e particularmente o núcleo dinâmico de sua economia, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, integraram-se imediatamente ao *boom* econômico. Os Censos Econômicos assinalam que, entre 1970 e 1975, o produto industrial mineiro registrou uma taxa anual de crescimento de 20,4%, bem próxima da brasileira (20,2%). As vendas comerciais no Estado também cresceram vertiginosamente à taxa anual de 19,3% assim como a renda auferida de serviços(22,3%). As taxas de crescimento da região Metropolitana foram, por sua vez, bem superiores à brasileira e à mineira, denunciando a continuidade do processo de concentração industrial que vinha ocorrendo desde a década de vinte. O produto industrial bruto da RMBH cresceu 22,3% ao ano, no mesmo período, enquanto as Vendas Comerciais e a Renda de Serviços, respectivamente, 21,8% e 29,9%, ambas bem acima das nacionais (18,4 e 24,7%)." *MEMÓRIA...*, 1987. P.45. Ver também : CAMPOLINA, 1981.

objetivo. Pretendemos apenas chamar a atenção para alguns dos efeitos do chamado "milagre mineiro" no cotidiano de Belo Horizonte, no que se refere a essa questão. Segundo nos aponta LE VEN (1987:25-49), com o crescimento econômico, a diversificação da estrutura produtiva e a modernização tecnológica ocorridos principalmente na primeira metade da década de 70,

"a estrutura e a composição da classe trabalhadora mineira mudaram profundamente, ao mesmo tempo em que se tornaram possíveis altas taxas de exploração. A grande novidade foi a criação de um polo automobilístico, com um novo segmento de força de trabalho. Portanto, o proletariado mineiro se renovou e se diversificou, tanto nas novas indústrias como nas antigas, que conheceram novas formas de gestão."

Ao mesmo tempo, verifica-se que as taxas de crescimento não foram acompanhadas por um correspondente crescimento da ocupação.<sup>26</sup> Isto ocorria, seja pela adoção de tecnologia poupadora de mão-de-obra, seja pela introdução de modernas técnicas de gerenciamento que aumentavam a produtividade sem recurso demasiado ao recrutamento. Assim, as enormes levas de migrantes que chegavam à cidade atraídos pelas notícias que davam conta do *boom* econômico ou que, sem alternativa no meio rural, tão simplesmente buscavam a cidade grande não conseguiam encontrar ocupação regular e estável nas indústrias da cidade ou de Contagem e, "engordando" as

---

<sup>26</sup> "Apesar de expressivo o crescimento industrial, seus efeitos sobre a ocupação não seguiram o mesmo ritmo. Aliás, a própria natureza de crescimento industrial não permite que o setor seja um grande absorvedor de trabalhadores. O progresso técnico, seja induzido pela permanente concorrência inter-capitalista, seja induzida pela pressão dos salários no custo, aumenta permanentemente a relação Capital-Trabalho. No caso de Minas, ocorreu forte modernização tecnológica e organizacional nos setores tradicionais o que se traduziu numa redução relativa da demanda de trabalho.(...) Apesar do grande crescimento econômico, os problemas sociais foram negligenciados. Este aumento fez-se em grande parte através de uma rápida modernização tecnológica e conseqüentemente com grande acréscimo de produtividade. O crescimento do emprego foi relativamente modesto. Enquanto o produto subiu da taxa média de 13% ao ano no período de 1959/74, o emprego cresceu apenas 3% ao ano. Este aspecto agravou-se pelo fato de que o salário médio elevou-se menos que o produto. O resultado foi que a participação dos salários do pessoal ligado à produção na apropriação do produto industrial caiu de 20,5% em 1959 para 16,6% em 1970 e 11,7% em 1974. Isto contribuiu para agravar ainda mais a desigualdade na distribuição de renda". CAMPOLINA, 1981. p.230 e seguintes.

estatísticas, participavam do mercado de trabalho informal, principalmente na figura da multidão de ambulantes que lotavam o centro da cidade. (Cf. MENDONÇA et al. 1987; CILMINELLI, 1984). Entretanto, um segmento da economia, exatamente aquele que apresentou um dos mais altos índices de crescimento do período - o da construção civil - parecia estar na medida para receber o novo morador da cidade. Segundo CAMPOLINA (1981:225),

"articulada com o crescimento industrial, com o grande número de novos projetos em implantação ou ampliação, com o elevado volume de investimentos públicos em infra-estrutura e serviços básicos, a construção civil cresceu em 22,74% ao ano no período 1970-1977, contra 7,31% ao ano na década de 60".

Assim, o migrante se integra aos antigos habitantes da cidade e, como muitos deles, se torna "peão de obra", vivenciando um cotidiano marcado pela instabilidade no emprego, pelo risco permanente de acidente de trabalho e pela remuneração insuficiente para lhe garantir a vida, a esperança e os sonhos que o tinham empurrado em direção à capital do estado. (Cf. BALAN et al., 1975; FURTADO, 1984).

Mas, por outro lado, melhor aquinhoadas pelos frutos do "milagre", crescia também a classe média, cuja ampliação é acompanhada de uma intensa segmentação interna. Principalmente até 1977, o crescimento da atividade comercial e da estrutura de serviços, a ampliação da atividade estatal bem como o desenvolvimento empresarial, que aumentava a demanda por quadros de administração intermediária, forneciam a base para a ampliação dos estratos médios e inferiores cuja experiência social em muito se diferenciava daquela vivida pelas camadas altas. (Cf. TEIXEIRA, 1986).

A Belo Horizonte, "provinciana saudável de carnes leves, pessegúneas", dos amanuenses, "que cheirava a jasmim e ao gás lacrimogêneo", se consumira na "voragem do progresso" e "sobre o corpo crucificado da primeira" erguera-se a metrópole:<sup>27</sup>

"Uma cidade é sinfonia  
com ásperas dissonâncias  
É um ser total de osso e carne,  
Tem nervos, músculos e sangue:  
O sangue de seus habitantes,  
Os nervos de seus habitantes,  
A própria força e fraqueza."<sup>28</sup>

Constata-se que "a expressão de uma cidade é múltipla", uma polifonia tensa que marca os homens que a compõem, pela experiência una e dilacerada de constituição do social.<sup>29</sup>

A cidade se transforma, modifica-se, torna-se mais complexa e sua feição parece, numa mirada ingênua, obedecer aos padrões da desordem e do caos. Um olhar mais arguto, porém, vê o caótico e desordenado panorama urbano desdobrar-se num outro. Certamente, não aquele expresso nas estatísticas congeladas dos técnicos de planejamento urbano - a cidade fantasmática da tecnocracia - mas no território que a experiência diferenciada das pessoas que nela vivem e trabalham acaba por produzir:

---

<sup>27</sup> As remissões acima evocam a cidade do tempo do *Amanuense Belmiro* (décadas de 20 e 30), romance de Cyro dos Anjos já aqui citado. Também fazem referência à poesia de Carlos Drummond de Andrade, *Triste Horizonte*, (BELO HORIZONTE, 80 anos: nem o rompimento do poeta sensibilizou as autoridades. A cidade ficou pior. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez.1977. p.8) e ao romance *Hilda Furacão*, de Roberto DRUMMOND (1991), que é ambientado na Belo Horizonte do final da década de 50 e início dos anos 60.

<sup>28</sup> A poesia é de Henriqueta Lisboa - *Belo Horizonte, Bem querer* - já referida na epígrafe deste capítulo. (BH ano 80. Edição histórica. *Jornal de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1977. p.52).

<sup>29</sup> Aqui nos inspiramos na discussão de Claude Lefort sobre a constituição do social. Ver especialmente: LEFORT, 1979; LEFORT, 1983.

o "pedaço", nichos de sociabilidade, usos segmentados e diferenciados do espaço comum construído pela experiência conflituosa e tensa dos habitantes da cidade.

Neste processo de diferenciação do espaço urbano alguns elementos chamam a atenção enquanto condensação das alterações nos padrões de sociabilidade existentes. Em primeiro lugar, a clara diferenciação espacial do comércio varejista, que vai encontrar na Savassi e depois no *shopping* seu *locus* privilegiado. No início da década de 70, aconteceu a transformação definitiva no, até então, bairro dos Funcionários, que passa, por uma associação nominal com uma antiga padaria ali existente, a denominar-se "região da Savassi". Segundo o estudo feito por LEMOS (1988:314) os quarteirões próximos ao Cine Pathé haviam se tornado

"um território especial, onde circulavam as vanguardas da época. Ali ficavam os restaurantes e boates onde os homossexuais, estudantes ativistas e artistas se encontravam. Todos os grupos estigmatizados de então se reuniam nesse sagrado território, que virou referência, na cidade."

Ainda de acordo com LEMOS,

"o crescimento do bairro coincide com a semi-saturação do Centro Tradicional; o comércio mais sofisticado procurava uma alternativa para se expandir. Ao mesmo tempo em que as empresas imobiliárias buscavam novas opções de investimento em áreas menos saturadas, o poder público, através de uma legislação tolerante, estimulava a transformação do bairro".

O comércio popular e seu séquito de ambulantes e camelôs continua no centro, expande-se das ruas vizinhas à Praça da Estação - sua localização tradicional - para as até então sofisticadas áreas próximas da Igreja São José. Longe do centro, na periferia da zona sul, a parte nobre da cidade, surge, no final da década, o *shopping*, esse território asséptico de circulação da "juventude dourada", que encontra nele tanto as condições para uma freqüentação segura - distanciada física e socialmente da convivência tensa e por vezes violenta com a diferença e a desigualdade - quanto as

facilidades para o consumo sofisticado da "distinção social"<sup>30</sup> que passa a fazer parte do cotidiano marcado pelas desigualdades.

Em segundo lugar, nos anos 70, até os bares belo-horizontinos - expressão sempre presente na constituição da sociabilidade do habitante da cidade<sup>31</sup> - já não eram os mesmos. Os bares e "grutas", enquanto redutos exclusivos da boemia e da intelectualidade, se transfiguram nesse período. Sua transfiguração se expressa na segmentação acentuada e na diferenciada distribuição espacial, na ampliação e diversificação de seus freqüentadores, ou ainda na modificação do seu uso social. Em relação à segmentação chegam a

"se consagrar com termos específicos: bares da esquerda festiva(...), juventude coca-cola(...), badalação(...). Somam-se a essas categorias os bares freqüentados por homossexuais e prostitutas, que funcionam sobretudo no período da noite". (LEMOS, 1988:216).

Quanto à sua distribuição geográfica verifica-se que o Centro Tradicional perde, também nesse período, a quase exclusividade de localização dos barzinhos. Eles se espalham pelos diferentes bairros da periferia da Avenida do Contorno, com alta concentração dos tipos sofisticados na região da Savassi e, no centro, convive

---

<sup>30</sup> Estamos usando aqui o conceito de "distinção social" no sentido que lhe confere BOURDIEU (1974), quando nos ensina que a delimitação e a demarcação que a cultura manifesta não constituem apenas diferença e diversidade de padrões e normas que regulam o sentir, o pensar e o agir na sociedade, mas de distinções que expressam as marcas da desigualdade no terreno cultural. Não se trata, nesse caso, de lidar com uma estrutura que distingue e organiza, a partir de um conjunto de elementos, práticas culturais diversas, mas de uma estrutura de significação que imprime a elas um selo de legitimidade e, por essa via, produz/reproduz as relações de força presentes na sociedade. Ainda sobre essa questão ver: ORTIZ, 1983. p. 81-82.

<sup>31</sup> É mesmo marcante como toda a memorialística belo-horizontina refere-se sempre à atração exercida pelos bares sobre os habitantes da cidade. Uma olhada rápida sobre o assunto sugere que, de fato, "Belo Horizonte, a cidade dos barzinhos" como seria chamada nos anos 70, já está presente nas diversas versões dos locais de encontro que marcaram as épocas da vida da cidade. Ver especialmente: WERNECK, 1992. p.34 e seguintes; RENAULT, 1988. p.82-84 e p.113 e seguintes; É NOITE na cidade: seu garçon, faça o favor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez.1971. p.16.

harmoniosamente com o popular "botequim", onde a cachaça e o "kaol"<sup>32</sup> continuam a fazer a festa de seus freqüentadores. Amplia-se a faixa de jovens que passam a freqüentar o barzinho, ou seu correspondente adolescente, a lanchonete moderna; a figura feminina passa a compor o ambiente sem a necessidade da "proteção" do acompanhante masculino. E o mais interessante é que o barzinho ou seus correspondentes acabam por representar um substituto para a **convivialidade** construída no espaço aberto do *footing*, inaugurando um modo fechado e, até certo ponto, privado de convivência social.<sup>33</sup> Entretanto, se este modo novo de relação social, que encontra sua expressão privilegiada no *shopping*, mostra sua força nos anos 70, paradoxalmente é também nesse período que surge uma outra festa na praça: a feira *hippie* da Praça da Liberdade, um espaço alternativo de exposição e venda de produtos artesanais e que se transforma, ainda naquela década, num espaço de **convivialidade** aberta, descontraída e alegre, misto das atitudes residuais do *footing* e dos traços da "contracultura" jovem que havia marcado os anos finais dos 60.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> A denominação kaol ( ou caol) identifica a refeição vendida nos bares e botequins populares, especialmente no centro da cidade. Essa refeição, servida diretamente no prato ( o também chamado Prato Feito ou P.F.), retira seu nome dos ingredientes que a compõem: K (ou C) refere-se à cachaça ou à carne, A ao arroz, O ao ovo frito, estrelado sobre o arroz, e L à linguiça, opcional que se tornava obrigatório quando o K (ou C) se referia à cachaça. Às vezes, quando a refeição vinha com carne (C ou K) o freguês podia optar ainda por um copo de leite (L).

<sup>33</sup> "Ao contrário da praça, o bar é um observatório antropomórfico. Entre o tilintar das garrafas, o perfume das mulheres e o vozerio ensurdecedor das idéias delirantes, esboça-se o retrato do mineiro belo-horizontino, sócio permanente dessas mesas rútilas. Um universo inteiro é desvendado a cada gole de cerveja, caipirinha e cachaça. Um incessante perscrutar de mistérios e desejos. Visto do bar, o duro panorama de minério e argamassa dilui-se na suave premonição dos visionários. A cidade se reinventa e ganha espírito. Novos e surpreendentes bailados surgem na coreografia interminável de gestos, olhares, poses e risos. No bar o mineiro explode seu ritual profano de prazer e alegria, na convivência afetiva, efervescente, propícia ao encontro e ao confronto saudável das ideologias (...) No bar o tempo é uma falácia, a vida é magnífica e o amor é possível. No bar o fim do mundo é adiado, a lágrima é permitida e o desejo é indiscreto. No bar a esperança é infinita, o perdão saboroso e a beleza reina absoluta. No bar todos estão vazios e a conspiração é pública. O bar é o segundo lar do mineiro." **BELO HORIZONTE: Cidade revelada**, 1989. p.108.

<sup>34</sup> "As praças, em sua grande maioria, estão sob o peso do vazio e do silêncio. A primitiva idéia grega - a platéia do encontro e do convívio - é agora corpo do inútil. Na modernidade, um reduto da ausência. A capital testemunha, há uns trinta anos, essa perda de função e identidade da praça onde antes se

Em terceiro lugar, novas formas de sociabilidade são tecidas pelas estratégias de sobrevivência das camadas populares e pelo uso modificado do espaço da cidade que estas novas formas vão acabar por expressar.<sup>35</sup> A migração intensa nas décadas anteriores produz uma expansão urbana sem precedentes na cidade o que vai exigir uma alteração bastante radical no cotidiano das chamadas classes populares. De um lado, ela provoca a valorização de terrenos que haviam sido ocupados - de forma legal ou não - por famílias de renda mais baixa. A necessidade de modernizar a malha urbana e a pressão por habitações de melhor padrão vão levar à expulsão - violenta ou por acordo entre as partes - dos antigos moradores que passam a residir em áreas cujo

---

cultivava a espontaneidade do diálogo e do comércio informal. Os espaços livres - prolongamento direto ou indireto das habitações - são hoje, regra geral, rótulas do fluxo de tráfego agressor e indiscriminado. Nossas praças não mostram mais a face do lugar reservado ao verde permanente, à sombra mágica das amendoeiras, ficus, salgueiros ou espatódias, à abertura apropriada aos bancos e ao sol acolhedor, ao lazer e à fantasia dos jogos das crianças. Em Belo Horizonte, a praça está muda. Perde seu significado real e simbólico, diante da transformação da máquina social em busca do consumo: o shopping center agora é a praça. Resta, talvez, um réquiem à maioria das praças da cidade. À exceção da Praça da Liberdade, que nos fins de semana ganha alegria solta, espontaneidade e comunicação, entre flores, artesanato, cerveja e música; ou mesmo da Praça do Papa, assentada em chão ferro, enquanto espia as pipas no ar do seu próprio espaço, ante o roxoazul dos contrafortes da Serra do Curral, mas, que ainda assim, semi-habitada, chora o vazio das sombras do verde." *BELO HORIZONTE: cidade revelada*, 1989. p.108

Especificamente sobre a Praça da Liberdade ver: ALBANO et al., 1985.

<sup>35</sup> O quadro urbano metropolitano apresenta um perfil que expressa o resultado provisório do processo histórico-espacial, no qual se situam as classes sociais. O preço da terra urbana, a lógica e a alocação dos recursos públicos e a distribuição das atividades são elementos que articulam a compreensão da estrutura sócio-espacial urbana prevalente na cidade em 1981. Estudo feito em 1958 mostrava uma cidade segregada, sim, mas não com os contornos apresentados na década de 70. Não havia um espaço tão próprio do operariado que residia e se misturava nas periferias de então, áreas que na década de 70 seriam classificadas de intermediárias. Via-se mais a exclusividade dos espaços das "elites", caminhando então para o sul. Segundo TEIXEIRA (1986), o espaço retratava mais o dualismo "elite/povo" do que "uma clara divisão em classes sociais. Em 70, o espaço parecia estar muito mais marcado como espaço de classe, por maior que fosse sua heterogeneidade interna. Aparecem nítidos os espaços do operário, especialmente o do mais qualificado, o espaço da burguesia e seus prepostos, o das classes médias e a periferia - uma mistura de excluído/disponível/agente realizador da fronteira." As conclusões do trabalho de Teixeira apontam que os espaços da Aglomeração Metropolitana de Belo Horizonte, no início dos anos 80, são socialmente complexos, não se tratando, via de regra, de espaços uni-classistas, como se vigorasse uma lógica de guetos. No entanto, a distribuição das classes sociais, para o autor, estaria longe de ser aleatória, como se o espaço urbano fosse socialmente indeterminado. As coletividades intra-urbanas seriam substantivamente diferenciadas quando se destacam composições de classe coabitando no mesmo espaço. De fato, para o autor, haveria um padrão social de moradia que se define a partir das classes e de suas relações. A cidade, ao concretizar as relações estruturais, as redefine e as transforma em relações de vizinhança, num extremo, e em relações de segregação, no outro.

valor se mostra mais compatível com seus níveis de ganhos. Aliás, como diversos estudos constatam, este é, de fato, o processo básico de expansão das grandes cidades, que nas décadas de 60 e 70 se torna bastante agudo.<sup>36</sup> As camadas mais pobres da população ou se fixam nas favelas situadas em áreas próximas ao centro, conseguindo, através dos mais diversos processos, resistir à especulação imobiliária ou residem nas áreas periféricas do aglomerado urbano, distantes do centro (e por vezes próximas dos núcleos industriais), inteiramente desservidas de infra-estrutura e de equipamentos de consumo coletivo. (Cf. SADER, 1988).

Um estudo sobre o assunto, já aqui citado, (BALAN et al., 1975) apresenta algumas descrições do cotidiano desses belo-horizontinos e das suas formas de integração no território da cidade, buscando caracterizar as diferenças existentes entre as aglomerações faveladas, os bairros periféricos e os bairros "industriais". As favelas de Belo Horizonte, tão antigas quanto a fundação da cidade, pontilham o panorama urbano, com nítida preferência pelas margens do Ribeirão Arrudas, que atravessa a cidade, e as encostas dos morros que protegem os bairros residenciais de classe média da Zona Sul. Situadas no centro da cidade, ou em áreas próximas, elas são sempre pontos estratégicos para a população que lá reside, pois geralmente estão próximas dos locais de trabalho ou dos chamados serviços sociais, especialmente da área de saúde. Os bairros denominados periféricos situam-se em áreas distantes do centro da cidade, que concentra as atividades comerciais e financeiras.

---

<sup>36</sup> "A partir de 1965, o desfavelamento voltou a ser encarado, em Belo Horizonte, como um problema policial. Em dezembro desse ano foi criado um órgão de assessoria ao DBP (Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares), os Serviços Municipais para o Desfavelamento das Áreas Urbanas e Suburbanas. Este, nos seus três primeiros meses de existência, destruiu número muito maior de barracões do que o DBP o fizera durante seus dez anos de funcionamento anterior." AFONSO & AZEVEDO, 1987. p.119.

"Para muitos somente ele [o centro] mereceria o nome de 'cidade'. A periferia é o resto, quer dizer, principalmente a habitação, o dormitório, para as classes sociais que, através de um processo seletivo, são expulsas para fora da cidade 'urbanizada'. São os loteamentos que prometeram 'luz, água, ruas calçadas, grupo escolar e lotação, em suaves prestações'. Contudo não passam de bairros improvisados, ou mesmo clandestinos, antigas fazendas que entraram no jogo da especulação imobiliária, com ruas vermelhas abertas por trator, esburacadas no tempo das chuvas e poeirentas na seca, com barracões espalhados sem ordem, casas que estão sempre à espera de mais um cômodo. A presença de um ônibus ou lotação é altamente desejada, porque o bairro por si só não tem vida: as pessoas dependem do centro para o trabalho, comércio e mesmo para o lazer urbano como o cinema." (BALAN et al., 1975:5).

Os bairros industriais apresentam as mesmas características dos periféricos, deles diferindo pelo fato de que não dependem tanto do centro da cidade, uma vez que sua maior relação se dá com os aglomerados industriais, especialmente na região da Cidade Industrial. (Cf. ALBANO, 1980; FILGUEIRAS, 1986).

Uma das favelas estudadas no trabalho acima referido - a Vila União, também chamada Vila dos Urubus, localizada na região próxima ao ribeirão Arrudas e nas vizinhanças de Santa Efigênia - vivia naquele momento um processo de remoção, que se iniciara de forma violenta em 1968. Posteriormente, cessada a resistência dos moradores, a remoção foi encaminhada pelo órgão municipal de competência do assunto. A situação da favela é assim descrita:

"Hoje a vila parece uma cidade que sofreu um ciclone. Muitos (moradores) tinham lotes do lado de Venda Nova, Betânia e vão construindo lá suas novas casas. A prefeitura dá tijolos e telhas e o transporte do material. Outros recebem simplesmente a indenização financeira e vão para outras favelas, principalmente o Alto do Minério, por estar situada no mesmo lado da cidade.(...) Eles (os moradores) lamentam a perda da proximidade do centro, onde continuarão trabalhando, e dos hospitais. Ali, na vila em demolição, uma geração foi criada: jovens que sempre disseram morar em Santa Efigênia, mas que tinham orgulho de pertencerem aos "Urubus", com seus próprios padrões de comportamento, com a vida organizada em torno da pracinha, convivendo com as surpresas e as armadilhas que o Arrudas lhes pregava, sempre às turras com a polícia, que também lhes dava proteção. Povo alegre, que à noite canta,

domina o samba, e tem seus sábados felizes. Vila interessante, que viu Belo Horizonte crescer e que é um pedaço da história da capital. Vai desaparecer, para ceder o lugar às novas avenidas asfaltadas." (BALAN et al., 1975:11-12).

Nos chamados bairros periféricos, há uma grande movimentação nos pontos finais dos ônibus:

"O ônibus no ponto final é cercado de uma população colorida e pululante. Carroças, bicicletas, alguns carros, caminhões velhos, homens agachados nas esquinas, vendedores de pipoca, mulheres carregando trouxas de roupas, ou ainda lavagem, e crianças, muitas crianças...O movimento dos ônibus na hora de pegar ou largar o trabalho manifesta uma ocupação intensa: pedreiros, bombeiros, eletricitas, domésticas, lavadeiras, empregados do setor de serviços, militares da PM, engraxates, camelôs, todo um povo em constante intercâmbio com a cidade. Desce de manhã cedinho para o centro e volta à tarde, dormindo num ônibus superlotado, carregando a roupa e o material de trabalho: a pasta com as ferramentas, a marmita, caixa de picolé, carvão para o amendoim torrado, etc . Eles vivem da cidade como esta também deles se utiliza, como testemunha uma opinião ouvida uma vez no ônibus: 'Eles não vão nunca nos tirar daqui, senão como funcionaria a cidade lá em baixo sem a gente?'" (BALAN et al., 1975:15).

A vida social nos bairros periféricos é intensa. A base dos relacionamentos é a vizinhança. Emprста-se facilmente o dinheiro do gás, imprescindível, pois não há mais lenha nas redondezas. Aliás, ali se emprста para a condução, para se levar o doente de táxi para o hospital ou ainda para enterrar os mortos. O movimento na rua ou na beira dos campinhos de futebol é constante. Os botequins vivem cheios e servem de ponto de encontro, de troca de informações e de lugar para se contar histórias. A sinuca atrai sobretudo os jovens. À noite, sentados nas portas das casas, homens tocam violões, pandeiros e acordeons.

Os bairros mais distantes e mais ligados à área industrial - os denominados industriais - são em geral mais novos. Seriam bairros "quase sem

história". Ou melhor, cuja própria história é produzida em conexão com as transformações ocorridas na cidade. São o resultado do processo global de industrialização e da "urbanização desurbanizada". Há uns dez anos atrás eram fazendas, hoje são bairros ocupados por uma população que tenta uma experiência urbano-industrial.<sup>37</sup>

Diferentemente das áreas residenciais de classe média, os bairros aqui denominados "populares" são mais do que um local de moradia, eles constituem uma rede de relações sociais.<sup>38</sup> Para a população ali residente, a experiência comum da pobreza constitui o primeiro patamar para o estabelecimento de relações que se desdobram num conjunto de ações destinadas a assegurar a sobrevivência em condições extremamente adversas. A vivência comum da privação e da exclusão exige o estabelecimento de relações de solidariedade que se expressam sob a forma de ajuda, troca e dependência mútua entre os moradores, articulando-se uma forma própria de cultura, que estabelece padrões de relacionamento e de convivialidade, seja dos moradores entre si, seja deles com o espaço ampliado da cidade.

---

<sup>37</sup> "No tecido urbano a composição de cada fio é diferente. Se a instalação de indústrias recebeu reforços do Estado e obedeceu a planejamentos, pesquisas de viabilidade, legislação e infra-estrutura, o estabelecimento da classe trabalhadora, ao contrário, foi um processo desordenado, ocupando as lacunas, ultrapassando as restrições e imprimindo 'soluções' de moradia, trabalho e lazer. As favelas e loteamentos periféricos, em terrenos desbravados pelos trabalhadores, permitiram o crescimento da periferia e a abertura de novas fronteiras. Rapidamente, entretanto, valorizadas as áreas, os moradores foram sendo expulsos para outros lugares." FILGUEIRAS, 1986. p.79.

<sup>38</sup> "...uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho e a condições precárias de existência é mais dependente da rede formada por laços de parentesco, vizinhança e origem. Esta malha de relações assegura o mínimo vital e cultural que se traduz em estratégia de sobrevivência e é no espaço regido por tais relações que se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção - onde se tece, enfim, a trama do cotidiano." MAGNANI, 1984. p.80.

"A moradia e seu mundo de sociabilidades, o bairro e seus 'pequenos' dramas cotidianos montados em torno das condições imediatas de vida e em torno das chamadas carências urbanas" ganham uma nova visibilidade na década de 70, através do que seria denominado "movimentos sociais urbanos". (Cf. TELLES, 1987:62). Assim, também em Belo Horizonte, a exemplo do que aconteceu em outras grandes cidades do país, especialmente após a segunda metade da década de 70, surgiram inúmeras organizações de defesa e de melhoria dos locais de moradia, que logo se espalharam pelos espaços da cidade, reivindicando do poder público melhores condições de vida. Segundo levantamento feito pela Fundação João Pinheiro em 1980, havia na Região Metropolitana de Belo Horizonte 265 associações voltadas para a reivindicação de melhorias urbanas. Dessas, 181 foram criadas no período de 1974-80 e 167 se localizavam no município de Belo Horizonte. (Cf. SOMARRIBA et al., 1984:57).

Sabe-se que este tipo de organização por local de moradia sempre fez parte do cotidiano da cidade em razão das características peculiares de sua criação já aqui referidas. Segundo a pesquisa citada, houve, nos anos 30, associações de bairros ligadas aos partidos políticos existentes, e que apresentavam reivindicações específicas, como transporte, abertura de ruas, iluminação, jardins, etc. Segundo FILGUEIRAS (1986:201),

"a partir de 1946, organizaram-se os comitês pró-melhoramentos e as Uniões de Defesa Coletivas, muitas com ligações clientelísticas com políticos populistas, intermediárias no encaminhamento de melhorias e reivindicações. Neste período, destacaram-se as organizações surgidas em favelas e vilas."

O golpe de 64 vai reprimir e desmobilizar as associações existentes, ocorrendo o arrefecimento quase completo das lutas pela melhoria das condições de moradia. (Cf. SOMARRIBA et al., 1984:45).

Somente a partir de 1974 é que voltam a se manifestar, com algum vigor e certo grau de autonomia em relação ao Estado, entidades e movimentos voltados para as questões urbanas. Lutando por melhores condições de vida no seu local de moradia, essas novas organizações surgiram em novas bases e em um período em que eram impostas severas restrições à ação política. Ao mesmo tempo, o movimento sindical que, com imensas dificuldades, começava a se reorganizar, encontra-se com o movimento associativo de defesa das condições coletivas de vida urbana que, por não ser imediatamente taxado de subversivo, tinha melhores condições de se desenvolver. (LE VEN, 1984:29). Assim, o enfrentamento coletivo e público das privações que sempre marcaram o cotidiano das camadas populares aproveitava-se do fato de que tais lutas não se inscreviam no terreno da política tradicional, ocupava os espaços de movimentação que se abriam - como, por exemplo, aqueles relativos às condições ambientais - e acabava por se desdobrar na denúncia e, por essa via, na recusa às condições de exclusão que lhes eram impostas.

Nesse contexto, as ações empreendidas pelas camadas populares - fundadas na sociabilidade produzida pela vivência comum da privação e da exclusão e articuladas pela necessidade de alterar as suas condições de vida - transformaram simbólica e concretamente seu espaço de inserção na cidade e exigiram do Estado nova postura e a criação de canais de relacionamento com os movimentos populares e com a própria população que os integrava.

Em 1977 um dos problemas mais sérios vivenciados pela população trabalhadora de Belo Horizonte - o transporte coletivo - provocou manifestações explosivas, quebra-quebras e apedrejamento de ônibus.

"Aqui é interessante observar que esses protestos assumem formas diferenciadas conforme a região da cidade. Assim, em Venda Nova, distrito de Belo Horizonte, com características de cidade-dormitório e com uma estrutura ocupacional muito heterogênea, predominam os quebra-quebras. Na região da Cidade Industrial, mais especificamente o Barreiro, habitada por uma população predominantemente operária, os moradores, além de promoverem quebra-quebras, se organizam através das associações comunitárias e participam de um dia de boicote à empresa de transporte que lhes serve. As respostas do Poder Público também são diferenciadas. Enquanto no primeiro caso limita-se a policiar as filas de ônibus nos horários de *rush*, no segundo além do policiamento, exige da empresa o cumprimento de suas obrigações quanto a horário e número de veículos que servem à região". (SOMARRIBA et al., 1984:49-50).

Segundo estudos disponíveis, o período de 1976 a 1981 foi de grande mobilização da população trabalhadora em associações de moradores, comissões, clubes de mães e creches comunitárias. Sucederam-se mobilizações para a conquista de água, esgoto, asfalto, escolas, postos de saúde, e contra a poluição ambiental. Como se sabe, toda essa movimentação das camadas populares foi percebida como o aparecimento na cena política de "novos" sujeitos políticos, que trouxeram para a cena pública os problemas da esfera de reprodução da força de trabalho, suas estratégias de sobrevivência, seus processos de organização e luta. A partir de movimentos deflagrados pela recusa às condições de vida que lhes eram impostas,

"ganhou força a busca de reconhecimento da cidadania, demonstrando a situação daqueles que mais acentuadamente sofriam os resultados da acelerada urbanização e que estavam totalmente alijados da distribuição de bens e

serviços pelo Estado, gestor dos equipamentos coletivos e das condições urbanas de produção.<sup>39</sup>

Mas a experiência dos movimentos sociais apresenta também uma outra faceta particularmente interessante. Segundo a análise de DURHAN (1984), um dos aspectos que atestam a "novidade" dos movimentos sociais nesse período, diz respeito à "vivência da comunidade, isto é da *coletividade* de iguais criada pela ação conjunta de *todos*, (que) se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado." (Destques no original). Para além da heterogeneidade e da desigualdade constitutivas da vida urbana, os movimentos sociais de cunho comunitário - e aqui trata-se tanto dos movimentos associativos de luta contra a pobreza e de melhoria das condições de vida, quanto dos movimentos feministas e de defesa do meio ambiente, entre outros - a dinâmica participativa e os processos decisórios implementados parecem indicar a emergência de "um processo novo, o de constituição de pessoas na *esfera pública*, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária." (DURHAN, 1984:30).

---

<sup>39</sup> Frente às críticas feitas às análises dos movimentos sociais enquanto formas instituintes de "novos sujeitos políticos" e sua capacidade de organização autónoma frente aos poderes instituídos, críticas estas motivadas pela fragmentação e mesmo cooptação de alguns dos movimentos pelas estruturas políticas tradicionais, especialmente na segunda metade da década de 80, é interessante a observação de TELLES (1987), no final do artigo já aqui referido: "Se para muitos esses movimentos assumiam o significado de uma ruptura com o passado e de uma promessa de futuro, isso não deve ser tomado como sinais de uma mera projeção intelectual ou política que deveria ser descartada em nome de uma maior objetividade da análise. Pois indagar sobre os significados que esses movimentos assumiram e que construíram, naquilo que foi tomado ( e vivido) como o seu real, é uma forma de elucidar a experiência de uma época. Como diz Castoriadis, o desenvolvimento da História é uma contínua criação de significações e, por isso mesmo, é impossível separar fato e sentido: 'este mundo de significações, sendo aquele no qual vive o 'sujeito' do conhecimento, é também em função do qual necessariamente ele apreende, para começar, o conjunto do material histórico'. (Castoriadis, 1975)."

Assim, enquanto condensações das alterações nos padrões de sociabilidade, estes três elementos expressam bem que, a seu modo, o habitante da metrópole dos anos 70 vai marcando sua presença no espaço da cidade e tecendo aos "pedaços" a sociabilidade característica dos novos tempos. À perda da referencialidade e da convivência provincianas, mas aconchegantes e identitárias dos velhos tempos, o belo-horizontino opõe o anonimato da multidão, em que a perda da identidade obriga os indivíduos a construir seus nichos de sociabilidade nos quais constituem, sob novas condições, suas formas de reconhecimento e identificação. À saturação dos espaços abertos de **convivialidade**, embora de freqüentação ritualista e restrita, ele responde com a criação de novos espaços, cuja segmentação garante traços de privacidade no plano do social, e com a apropriação de antigos espaços dando-lhes novos usos e significações. À desigualdade social e à iniquidade crescentes do cotidiano resiste pela adoção de padrões mais igualitários de relações e de atitudes inconformistas frente ao existente.

### 1.3. Sou do mundo, eu sou Minas Gerais

E, também a seu modo, surge, ao lado da "algaravia metálica das máquinas e motores da arrancada industrial que irrompeu nos outrora recatados caminhos das Minas"<sup>40</sup>, um outro som que, anunciando profeticamente a Travessia em

---

<sup>40</sup> "O ouro da Gerais, que dois séculos atrás revestiu altares, rebrilhou em bordados nas saias rodadas das sinhazinhas, erigiu casarões, fomentou revoltas e sedimentou uma civilização, parecia suficiente para várias gerações - mas, na verdade, acabou em pouco mais de cinquenta anos. Desde então, o mineiro desconfia de tudo. É compreensível, portanto, que a algaravia metálica de máquinas e motores da arrancada industrial que irrompeu nos outrora recatados caminhos das Minas, trombeteando uma era de opulência talvez comparável àquele esplendor barroco do século XVIII, encontre no mineiro um espectador cauteloso." LINDENBERG, C. O que muda em Minas: as alterações introduzidas no estado com a inauguração da FIAT Automóveis. *Veja*, São Paulo, 14 jul. 1976. p.92.

1967<sup>41</sup>, descobre que "sua arma é o que a memória guarda dos tempos da Panair."<sup>42</sup>

A música mineira dos anos 70, que reinscreve na cena tomada de assalto pela "voragem do progresso" a toada "do carro de bois de nossa terra", emerge "nos bailes da vida e nos bares em troca de pão"<sup>43</sup> buscando integrar - de forma crítica e radical - os tempos passados nas incertezas do futuro. Pois,

"(...) meus olhos cheios de poeira e dor  
tudo é previsto pelos livros santos  
que só não falam que o sonho acabou." <sup>44</sup>

Junto à produção de uma sonoridade rica, que incorpora à música da terra a universalidade dos sons do *jazz* e do *rock*, a nova música mineira canta "a angústia de quem tem os pés plantados em dois tempos, como raízes, os olhos vazados de paisagens de amanhã e na garganta o silêncio das multidões de agora". (GUERRA, 1976).

"Num domingo qualquer  
Qualquer hora  
Ventania em qualquer direção  
Sei que nada será como antes  
Amanhã...  
Que notícias me dão dos amigos?  
Que notícias me dão de você?  
Sei que nada será como está  
Amanhã ou depois de amanhã  
Resistindo na boca da noite um gosto de sol." <sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> *Travessia*: música de Milton Nascimento e letra de Fernando Brant, ganhadora do II Festival Internacional da Canção, em 1967 (Milton Nascimento conseguiu o prêmio de melhor intérprete e classificou *Travessia* em segundo lugar).

<sup>42</sup> *Saudade dos aviões da Panair*: (ou *Conversando no Bar*) música de Milton Nascimento e letra de Fernando Brant, de 1974.

<sup>43</sup> *Pelos bailes da vida*: música de Milton Nascimento e Fernando Brant, de 1981.

<sup>44</sup> *Montesclareou*: Música de Tino Gomes e letra de Georgino Júnior.

<sup>45</sup> *Nada será como antes*: Música de Milton Nascimento e letra de Ronaldo Bastos, de 1971.

E, definitivamente, o habitante da cidade afirma sua nova condição, uma novidade que busca assegurar uma identidade constituída na rememoração das promessas do passado e na crítica aos limites do presente como antecipação do futuro.<sup>46</sup>

"Eu sou da América do Sul  
Eu sei vocês não vão saber  
Mas agora eu sou *cowboy*  
sou do ouro, eu sou vocês  
sou do mundo, eu sou Minas Gerais." <sup>47</sup>

Na "ambigüidade e polivalência que perfilam toda a cidade em progresso" <sup>48</sup>, desdobram-se outros territórios, cidades invisíveis tecidas com o fio mágico da ficção. Assim, também na literatura, a experiência social do período comparece conotando o passado da cidade: transfigurada pelo progresso emerge o "Curral dos Crucificados"<sup>49</sup>, onde as levas de migrantes palmilham, "lenta e inexoravelmente, a escalada da crucificação." A analogia configura de forma escandalosa, quase obscena, a ruptura com o passado que se quer idílico, e faz

---

<sup>46</sup> Estamos nos inspirando aqui nas formulações de Walter Benjamin, especialmente na forma dos comentários de: MATOS, 1989. p. 29-124.

<sup>47</sup> *Para Lennon e McCartney*. Música de Lô Borges e letra de Márcio Borges e Fernando Brant, de 1971.

<sup>48</sup> *BELO HORIZONTE: cidade revelada*, 1989. p.153.

<sup>49</sup> "Nem sempre a cidade permite estes devaneios espetaculares. Pode-se mostrar, de repente, um novo Curral, não 'del-Rei', mas dos desclassificados, dos imigrantes de um nordeste eufemicamente chamado de Bahia. É então o Curral dos Crucificados, romance de Rui Mourão, que danifica as estruturas das acomodadas linhas da capital mineira, a partir da Praça da Estação, uma estação da via crucis da desesperança, do desamparo do homem em sua miséria obscena. Analogias escandalosas: do curral das vacas, ou das éguas, do curral del-rei ao curral do gado humano, sempre tangido e 'palmilhando, lenta e inexoravelmente o caminho da crucificação'. Ou pode, transformista, se mostrar a Beagá do grotesco, anárquico, masoquista e fetichista carnaval da alucinação também lingüística da Cidade Calabouço, do mesmo escritor." *Belo Horizonte: cidade revelada*, 1989. p.152.

explodir, pelo inesperado da rememoração, a cadeia de significação do passado congelado: curral del rey, curral de homens...

Neste período, a produção literária mineira realiza-se principalmente através do conto. Também ele não mais obedece aos limites da Avenida do Contorno: "é jogo, falácia, simulação descontínua do existente", (*BELO HORIZONTE...* 1989:152) e, pela invenção da palavra, suspende as categorias que governam o real e descobre as suas múltiplas possibilidades de significação. De acordo com Adélia Bezerra,<sup>50</sup> a produção mineira desse período apresenta inequivocamente "índices de modernidade" que carregam, na sua maneira de tratar o mundo, riscos e vantagens. Essas características modernas da ficção mineira, que vão se manifestar tanto nos contos quanto nos romances, expressariam no plano da "invenção" as respostas a "uma gama variada de apelos que têm sua origem em elementos históricos, sociais e políticos."<sup>51</sup> Nessas condições, a produção literária expressaria no plano estético - enquanto unidade de forma e conteúdo - a experiência social do período, apreendida de modo peculiar pelo autor - sua maneira de tratar o mundo. Obviamente, não se trata aqui de nenhuma leitura "realista" das obras, mesmo porque algumas das mais significativas do período, especialmente as de Murilo Rubião, não se prestariam a esse tipo de análise. De fato, não se trata aqui sequer de uma análise literária dessa produção, mas tão somente de apreender determinados elementos que nos parecem apontar algumas das "estruturas de

---

<sup>50</sup> Os comentários que se seguem estão fundamentados nas discussões feitas em: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE MINAS GERAIS. *Seminário de Ficção Mineira (de Guimarães Rosa aos nossos dias)*, 2. (Anais). Belo Horizonte, 1983.

<sup>51</sup> É interessante observar que aqui a expressão literária é tratada de uma forma que se aproxima muito do conceito de "experiência" em THOMPSON (1981), formulado como "resposta mental ou emocional a muitos acontecimentos ou a muitas repetições de um mesmo acontecimento".

sentimento" que, naquele momento, encontravam na literatura uma de suas vias de expressão.

Para Adélia BEZERRA (1983), a produção literária mineira vai apresentar, nos anos 70, entre outras, quatro características fundamentais, "seus índices de modernidade". Em primeiro lugar, as obras vão trabalhar com uma representação da vida cotidiana "atingindo situações limites de tédio e angústia". A vida dos personagens se consome no estribo e exasperante cotidiano, no qual, por mais que se busque, não se encontra sentido. Encontra-se apenas a vida armada em pequenos detalhes. Em segundo lugar, essa descrição minuciosa do cotidiano, em que se perde o sentido da vida e da própria obra, desdobra-se também na perda do caráter épico da narrativa, expressando-se, por essa via, o distanciamento cotidiano dos personagens face aos acontecimentos sociais e políticos do seu tempo. Em terceiro lugar, a "maneira como os autores tratam o foco narrativo" produz uma certa "opacidade" dos personagens, o que acaba por revelar uma "recusa à transcendência" da obra. E, finalmente, há o caráter fragmentário da narrativa, cuja descontinuidade acaba, em alguns casos limites, por produzir o sentimento de que a experiência pessoal não tem importância, chegando mesmo a perder o seu valor. Essa fragmentação da narrativa se explicaria pela "destruição da identidade da experiência, da vida articulada, que é a única que permite a narração". Citando Adorno, a análise de Adélia Bezerra conclui: "narrar algo quer dizer com efeito ter que dizer algo especial e particular, e precisamente isto é impedido pelo mundo administrado, pela standardização e a sempre igualdade."

Com essas características, a ficção mineira - no romance, mas, principalmente, no conto - participa da vitalidade da produção literária nacional, que sob condições inteiramente adversas re-inventa a narrativa, inova a linguagem ficcional, amplia a temática e cria personagens expressivos da nova situação do país. (Cf. LUCAS, 1984:504; RAMOS, 1984:347).

À adversidade originada da "destruição da identidade da experiência" é somada, entretanto, uma outra que marca com violência o contexto dos anos 70, no plano nacional, manifestando-se também no território da capital mineira: a repressão política e sua correspondente no terreno da expressão, a censura. De fato, enquanto adversidade ela denota de forma irrecusável que os tempos eram outros e que um "lugar muito especial pelo clima e pelo gosto, que não tem preço, de falar mal do governo no lendário Bar do Ponto" (DRUMMOND de ANDRADE, 1977), já não mais existia. Para o belo-horizontino, aturdido metropolitano, eram tempos em que um outro poeta alertava:

"Levei um tempo imenso nas asas da Panair  
Descobri que as coisas mudam e que tudo é pequeno  
Nas asas da Panair  
E lá vai menino xingando padre e pedra  
E lá vai menino lambendo podre delícia  
E lá vai menino senhor de todo fruto  
Sem nenhum pecado sem pavor  
O medo em minha vida nasceu muito depois".<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> *Saudade dos aviões da Panair*(ou *Conversando no bar*). Música de Milton Nascimento e letra de Fernando Brant, de 1974.

#### 1.4. Paixão e faca amolada

E se o belo-horizontino, vivenciando a transformação de sua cidade, passara a suspeitar de que "não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie" (BENJAMIN, 1985a:157), começa a descobrir que o espetáculo de progresso, modernização e crescimento econômico que experimenta também é signo de morte. Assinalado na perda da referencialidade que marcava os velhos tempos, o avesso ainda podia se configurar como criação de novas referências e busca de construção de outras identidades, mas ao fazer signo de morte, o espetáculo corre o risco de se consumir como tragédia.

Belo Horizonte teve também sua cota na tragédia que assolava o país e se impunha ao cidadão através da força e da opressão. Para realizar o crescimento econômico tão alardeado na propaganda oficial, a ditadura militar oferecia uma classe trabalhadora brutalmente docilizada pela repressão política e pela pura e simples repressão policial, que agia de forma arbitrária e violenta sobre o conjunto da população pobre da cidade. Professores e estudantes, evadidos da esperança, viam sua universidade ser garroteada pelo 477, pela perseguição às lideranças, pela proibição de reuniões, encontros, debates; enfim, extinguia-se por meio da violência todo um modo de vida que havia marcado, até 1968, as relações dos integrantes das universidades com o regime, com a sociedade e com os demais segmentos sociais. Perseguições, cassações e expurgos se sucediam, ao mesmo tempo em que se implantavam, no contexto das instituições de ensino público, reformas de perfil modernizante e se ampliava a oferta de vagas nas instituições privadas. Eram tempos de "sufoco" que traziam sua

contrapartida no "desbunde". Os artistas, na sua variada segmentação da música, artes plásticas, literatura, teatro, cinema, viam sua expressão ser castrada pela censura, que interditava peças já montadas, letras de músicas, exposições, proibia a circulação de livros, a veiculação de filmes, a realização de *shows*. Naqueles tempos, suspeitava-se de que o simples ato de produzir havia se transformado em resistência à opressão. O cidadão se vê transformado em subversivo, potencial ou de fato, e é remetido ao estrito espaço do consumo de bens materiais e simbólicos, de forma ativa ou como possibilidade de captação, nas estratégias de ampliação do mercado. Amplia-se o âmbito da exclusão social e política e os excluídos sofrem o aprofundamento do estigma da marginalidade que se manifesta de formas diferentes, todas elas, porém, marcadas pela arbitrariedade e pela violência. O exótico, a esquisitice, a idiosincrasia se tornam suspeitas de subversão, de perversão, sinônimos de periculosidade social e política. O sisudo moralismo do regime se empenha em campanhas salvacionistas da moral e dos bons costumes, censura para salvaguardar as instituições e decreta, em nome da "boa sociedade", como perigosa, toda diferença que insiste em se manifestar.

Neste ambiente de modernização, transformação de relações sociais e euforia econômica, o medo marcava a sua presença.<sup>53</sup> Ele se manifestava como impedimento da ação daqueles que sofriam o peso da repressão política e que "atrás de portas fechadas, à luz de velas acesas" (Cf. MEIRELES, 1987:450) contabilizavam as

---

<sup>53</sup> Segundo MOREIRA ALVES (1984:169), no período de 1969-1974, "o efeito combinado, da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura estabeleceu uma 'cultura do medo' que coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política." Para a autora, os componentes psicológicos dessa "cultura do medo" seriam os seguintes: - o silêncio, imposto pela censura a todos os veículos de informação, e pelos mecanismos de controle da universidade e das atividades artísticas; - o profundo sentimento de isolamento experimentado por aqueles que sofriam diretamente a repressão e/ou exploração econômica; - um sentimento de total desesperança passa a prevalecer, mantendo o clima de retraimento da atividade de oposição.

derrotas e as perdas de amigos, companheiros e parentes. Os processos se sucediam; prisões, torturas e assassinatos produziam seus frutos. As pessoas deviam evitar se comprometer, o que se passava na casa vizinha ou a cena de violência na cidade eram fatos a que não se devia prestar atenção. As subterrâneas correntes de solidariedade que se constituíam em torno do preso político e de suas famílias se reduziam. O medo produzia a evasiva, a reticência e, mesmo, o afastamento das pessoas e de grupos tornados perigosos pela perseguição política. Naqueles anos, comportamentos que tradicionalmente faziam parte da polidez e da chamada "boa educação" passaram a significar atos de coragem, atitudes políticas e resistência à ditadura. Comparecer aos enterros e às missas de sétimo dia, visitar amigos e vizinhos, telefonar para obter notícias de amigos e parentes, cumprimentar pessoas nas ruas eram atitudes que escapavam do terreno da sociabilidade privada e assumiam significados de "atos públicos" quando o morto, o amigo, o parente ou o transeunte faziam parte do extenso rol de perseguidos, suspeitos ou *personae non gratae* ao regime. Insidioso, o medo penetrava o ambiente de trabalho, a roda de amigos, a conversa no bar: a desconfiança, a suspeita da "deduragem" envenenava os relacionamentos e os interlocutores se abstraiam na evasiva ou na produção de linguagens cifradas que, apenas acessíveis aos iniciados, beiravam à incomunicabilidade. Mas, enfrentado por alguns, o medo produzia a contrapartida na coragem de assistir aos *shows* e às peças dos artistas malditos; de comprar e vender livros e jornais alternativos indexados pelo poder; de contribuir financeiramente para a sustentação das famílias cujos chefes se encontravam em Linhares;<sup>54</sup> de conseguir doações de remédios, romances, roupas, alimentos a serem encaminhados aos presos políticos; de participar da corrente anônima que fazia correr

---

<sup>54</sup> A Penitenciária de Linhares abrigava os presos políticos condenados em Minas Gerais.

de mão em mão o texto mimeografado dando conta da guerrilha do Araguaia, de denúncias de torturas nas prisões, de artigos que proclamavam a iniquidade do modelo econômico adotado. E se o artista era capaz de escrever outro verso para substituir o cortado pela censura e os jornais estampavam receitas culinárias e versos camonianos nos espaços das matérias vetadas pelo censor, também o profissional comum, no exercício de sua anônima e restrita cidadania, encontrava formas de defender os perseguidos nos tribunais, de aliviar o sofrimento físico e espiritual das vítimas da repressão, de ouvir as denúncias indignadas das violências que não poderiam vir a público, de sussurrar bibliografias nos espaços marginais à sala de aulas, de introduzir conceitos que não podiam ser nomeados e cuja autoria não se podia revelar, de inventar eufemismos, de fantasiar intenções ...

Duros tempos aqueles em que a cidadania sobrevivia no contrapelo da História e em que o cotidiano se construía sob a paradoxal articulação dos signos da morte e da festa. Morte da festa que se anunciara nos anos 60; festa tecnológica da modernização e do progresso; festa da morte nos índices de concentração de renda, no aprofundamento da miséria e da injustiça social; morte da política e da cidadania nas leis de exceção, na violência da repressão política, na ampliação da violência policial; festa da nova sociabilidade que descobria, nas ruínas dos velhos tempos e dos antigos sonhos e nos interstícios do medo, novas formas de construção de "possíveis". Através do paradoxo e da ambiguidade, o cotidiano da cidade se construía como festa e como morte, onde a existência de uma marcava a presença da outra, num desdobramento incessante da própria cadeia de significação que explodia no tecido social. Na impossibilidade virtual de se exercer autônoma e livremente no espaço público da

cidade, a cidadania invade outros territórios e converte a cultura num domínio da política, conversão que se realiza de novas e insuspeitadas maneiras: remete as formas públicas de **convivialidade** e ação para o terreno privado, fechado - no barzinho, no *shopping*, mas, também, na política de bastidores, nas reuniões secretas e clandestinas dos pequenos grupos de oposição e resistência, nas conferências fechadas e exclusivas, no cochicho, no sussurro - e transforma atos do convívio privado em ações de significado político e âmbito público - nos cultos religiosos, nas atividades de solidariedade humana, mas também na moda, na feira, no trabalho, no bairro. Castrada nas suas formas de expressão de opinião e sentimento e limitado seu direito à informação, a cidadania ressignifica cada gesto e cada palavra, ampliando a cadeia de significação de cada evento e multiplicando suas possibilidades de interpretação e de produção de sentido. Uma frenética e obsessiva busca de sentido, que se desdobra, afinal, na própria perda de sentido pelo choque de um real opaco e inacessível, pela hiper-estetização das linguagens, pela metaforização excessiva, pela produção intensa de gírias e de expressões que aprisionam a expressão no círculo dos iniciados. Explosão de significação que carregava consigo a possibilidade de "non-sense" e que encontrava na desesperança, na perda, na morte, os aliados seguros para a produção da segregação, da discriminação, da incomunicabilidade. Assim, constituída pelo paradoxo e expressa na ambiguidade, o belo-horizontino vê afirmada a sua nova condição:

"Agora não pergunto mais aonde vai a estrada  
Agora não espero mais aquela madrugada  
Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser faca amolada  
O brilho cego de paixão e fé faca amolada." <sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> *Fé cega, faca amolada*. Música de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, de 1975.

A capital de Minas, como todas as grandes cidades do país, vivia na alternância e na superposição de duas possibilidades: a letargia e a convulsão. O ritmo frenético da multidão desdobrando-se na letargia que teimava em se excluir do "sufoco" e desistia de enxergar a violência e a repressão e que, por sua vez, também secretava as clandestinas e anônimas correntes de solidariedade e os "atos privados de caráter público"; a letargia embalada pela produção cultural ufanista - eu te amo, meu Brasil de praias ensolaradas e de 90 milhões em ação - contrapondo-se ao humor sarcástico e à irreverência convulsa do "desbunde", na busca da transcendência mística, na "viagem"...

Belo Horizonte, como de resto todo o país, vivencia uma ruptura que cinde a política em dois hemisférios: a política institucional realizada pelos atores políticos no espaço reduzido do Parlamento, dos Partidos e dos Sindicatos, cada vez mais desqualificada e mais distanciada do cotidiano da população; e a "não-política" evidenciada na insurgência cotidiana e na rebeldia civil que configura, pela negação e pela desqualificação da política, sua inserção no terreno do político.<sup>56</sup> Entre esses dois polos transita uma cidadania perplexa que ora se embriaga nas fantasias do milagre, ora se rebela contra a injustiça social; ora se conforma aos padrões considerados legítimos pelo sistema, ora contesta e subverte esses padrões; ora recheia

---

<sup>56</sup> Estamos aqui nos apoiando nas formulações de LEFORT (1991: 249-296), especialmente quando enfrenta a ambiguidade resultante da distinção necessária entre a política e o político. Para o autor, "(...) que algo como a política tenha vindo a circunscrever-se, em uma época, na vida social, tem precisamente um significado político, um significado que não é particular, mas sim geral. A constituição do espaço social, a forma da sociedade, a essência do que era outrora nomeado por Cidade é que está em causa com esse acontecimento. O político revela-se assim não no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade. Aparição, no sentido em que emerge à visibilidade o processo crítico por meio do qual a sociedade é ordenada e unificada, através de suas divisões; ocultação, no sentido em que um lugar da política (lugar onde se exerce a competição entre os partidos e onde se forma e se renova a instância geral de poder) designa-se como particular, ao passo que se encontra dissimulado o princípio gerador da configuração de conjunto."

de votos as urnas arenistas, ora confere às eleições um caráter plebiscitário e derrota o partido governista. Transitando entre uma política institucional restrita aos limites do permitido e a construção de "possíveis" na não-política, a cidadania se constitui no fino gume, no exíguo espaço que separa uma subversão operada de uma perversão temida. Opera-se a subversão através da ampliação da esfera da política, mesmo contra as prescrições do regime que se propõe a conter a política no terreno institucional. A interdição da política ao cidadão - transfigurado no consumidor ou delimitado ao exercício individual e ocasional do voto - conduz a uma imagem da política que desqualifica seu exercício - torna-se desnecessária; que deforma sua função - torna-se meramente homologatória de interesses adrede construídos; que corrompe seus agentes - torna-se uma atividade de troca de favores entre os interesses em jogo e de submissão inconteste aos poderosos. Em suma, uma instância da qual não vale a pena participar a não ser para a obtenção de vantagens pessoais, materiais e simbólicas, que o acesso "à vida pública" acabou por significar. Teme-se, portanto, a perversão da política e de seus agentes, simulacros de Midas que transformam todas as coisas em objetos de sua promoção pessoal com vistas à obtenção de vantagens no jogo de poder e nas tramas eleitorais. Pela interdição da política, pela restrição ao seu exercício, é produzida a recusa da política configurada na não-política, que se desdobra tanto na ampliação do político quanto na sua rejeição absoluta. Nestas condições, começa-se a constituir uma nova cidadania - que não se concebe como política - construída no terreno da sociabilidade e da cultura e que traz no seu bojo as marcas da subversão e da perversão que a delimitam.

Em Minas Gerais, as questões de política, especialmente nos seus aspectos institucionais, sempre tiveram grande destaque, seja do ponto de vista da organização e funcionamento da sociedade, seja como objeto de estudos, seja ainda na composição de um certo "imaginário" da região. (Cf. DULCI, 1984; ARRUDA, 1990). Entretanto, dados os propósitos desse trabalho, não vamos aqui examinar este tema a não ser para realçar alguns aspectos que, no nosso entendimento, marcaram o funcionamento da política em Belo Horizonte, no plano institucional, nos anos 70 e provocaram repercussões significativas no cotidiano do habitante da cidade.

Em 1947, bafejada pelos ventos da redemocratização pós-Estado Novo, Belo Horizonte adquire pela primeira vez, 50 anos após sua criação, o direito de escolher seu prefeito e seus vereadores através do voto direto e secreto.<sup>57</sup> Como informam os documentos da época, foi uma experiência que empolgou seus habitantes, mas teve curta duração. Menos de vinte anos depois, através do Ato Institucional nº3, estabeleceu-se a eleição indireta para governadores estaduais e para prefeitos das capitais e cidades consideradas "áreas de segurança nacional". Estabelecia-se, assim, um peculiar exercício da política na maioria das grandes cidades do país: ao cidadão destas cidades somente era permitido o direito de voto para a escolha de seus representantes no Congresso Nacional (senadores e deputados), nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, dentro de um singular sistema bipartidário, ao

---

<sup>57</sup> A Câmara Municipal de Belo Horizonte foi criada em 1936, quando foram eleitos os primeiros vereadores da capital. Até então, a cidade era governada por prefeitos nomeados e por um conselho deliberativo eleito, que tinha por função assessorar o Executivo. Mas a eleição do prefeito pelo voto direto e secreto somente vai ocorrer em 1947. Sobre esta questão ver: FARIA, 1980; BEAGÁ, 1947; para vereador... *Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 26 set. 1988. p.3.

qual tiveram que se acomodar as diferentes forças políticas até então organizadas nos treze partidos existentes.

Durante a década de 70, foram três os governadores escolhidos pelo voto indireto, quatro prefeitos nomeados pelos governadores "com prévia aquiescência da Assembléia Legislativa" e houve cinco eleições proporcionais com a participação da população belo-horizontina.<sup>58</sup>

Os resultados dessas eleições nos sugerem alguns pontos para a discussão. Em primeiro lugar, a constatação de que as eleições para senador assumem claramente um caráter plebiscitário, em que o MDB, à exceção do pleito de 1970, consegue eleger seus candidatos. A eleição de 1970 apresenta características bem peculiares: realizada sob o impacto do AI-5, e com forte e crescente repressão política, apresenta um enorme contingente de votos nulos que indicam, para além das dificuldades do eleitor de expressar corretamente sua escolha, como queriam alguns, o descontentamento do cidadão com o regime. Em segundo lugar, observa-se nas votações uma tendência, ainda que pequena, de crescimento dos votos oposicionistas. Em terceiro lugar, verifica-se que no âmbito municipal a ARENA perde as eleições e que, pelos resultados parciais das eleições para deputados federais e estaduais, em Belo

---

<sup>58</sup> Os governadores de Minas Gerais na década de 70 foram:

Israel Pinheiro: (eleito diretamente) 31/01/66 a 15/03/71.

Rondon Pacheco: (eleito pelo voto indireto) 15/03/71 a 15/03/75.

Aureliano Chaves: (eleito pelo voto indireto) 15/03/75 a 05/07/78. Afastou-se do governo para disputar a Vice-presidência da República, no governo do Gal. João Baptista Figueiredo. Foi substituído no cargo pelo Vice-governador Ozanan Coelho no período de 05/07/78 a 15/03/79. Francelino Pereira: (eleito pelo voto indireto) 15/03/79 a 15/03/83. Os prefeitos de Belo Horizonte neste mesmo período foram: Luiz Gonzaga de Souza Lima: 01/01/67 a 18/03/71 (Nomeado); Oswaldo Pieruccetti: 18/03/71 a 08/04/75 (Nomeado); Luiz Verano: 10/04/75 a 03/04/79 (Nomeado); Maurício Campos: 03/04/79 a 15/03/83 (Nomeado).

Horizonte, constata-se que a cidade confere peso aos candidatos do MDB. Ou seja, uma parte significativa dos emedebistas eleitos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa ou tem suas bases eleitorais em Belo Horizonte ou vê seu contingente de votos crescer com a ajuda do eleitor belo-horizontino, quando sua base eleitoral é no interior do estado.<sup>59</sup>

Entretanto, apesar da importância destas e de outras questões relacionadas com o processo eleitoral do período, a perspectiva deste estudo exige que se encaminhe a análise em outras direções. O quadro institucional do período produz

<sup>59</sup> Eleições em Minas Gerais			
1970- Eleitorado:	3.769.687		
Votantes:	2.829.149		
Abstenção:	25 %		
Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa - Senado			
ARENA	48,48 %	49,9 %	79,6 %
MDB	11,8 %	12,7 %	20,4 %
BRANCOS	29,1 %	28,1 %	-
NULOS	10,5 %	9,1 %	-
1974- Eleitorado:	4.478.350		
Votantes:	3.462.506		
Abstenção:	23 %		
Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa - Senado			
ARENA	46,7 %	47,2 %	36,5 %
MDB	29,0 %	29,9 %	41,6 %
BRANCOS	16,8 %	15,5 %	13,9 %
NULOS	7,3 %	7,0 %	7,8 %
1978- Eleitorado:	5.400.733		
Votantes:	4.661.210		
Abstenção:	14,0 %		
Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa - Senado			
ARENA	44,2 %	44,7 %	35,8 %
MDB	30,9 %	30,7 %	37,2 %
BRANCOS	14,6 %	14,0 %	-
NULOS	6,1 %	6,0 %	-

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Nas eleições para a Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 1972, a Arena elegeu 11 vereadores e o MDB 10. Em 1976, foram eleitos 12 vereadores pelo MDB e 9 pela ARENA.

um espaço extremamente limitado para o funcionamento das instituições políticas, cuja atuação é inteiramente delimitada pela legislação de exceção, pelo autoritarismo do Executivo, que não admite ser questionado ou contestado, pelas formas como se organizou a representação política no contexto da ditadura militar, pelo próprio perfil dos atores a quem o regime concede, de forma complacente ou intimidatória, o direito à ação política e pelo reduzido âmbito e poder da ação parlamentar. Com um Poder Executivo que enfeixa em suas mãos todo o processo decisório de relevância social e política através do uso da força ou da função legislativa auto-outorgada, emerge um Poder Legislativo submetido aos interesses da máquina estatal e, na maioria das vezes, submisso aos seus ditames. Floresce uma burocracia governamental que transforma a técnica e o planejamento em "verdadeiras razões de Estado" e avoca o direito de submeter a política aos critérios científicos e racionalistas que a governariam. A estrutura partidária ressentia-se agudamente das disputas originárias do quadro partidário anterior, fragilizada e enfraquecida pelos expurgos, cassações e perseguições políticas após o AI-5 e que percorreram quase toda a década. Essa mesma estrutura mostra-se extremamente vulnerável ao poderio do Executivo e torna-se incapaz de oferecer aos interesses populares a guarda, a atenção e o tratamento que seu papel exigiria, os quais tornariam os partidos uma força política real e efetiva.

Se este era, em traços grosseiros, o quadro da política institucional, especialmente na primeira metade da década de 70, no país como um todo, nas Minas Gerais e, particularmente em Belo Horizonte esse quadro se aguçaria. O papel do Estado - tanto de âmbito federal, quanto estadual - no processo de industrialização mineira fizera com que, sob os mais variados aspectos, o governo se constituísse no

ator fundamental do processo e concentrasse em si, através de seus organismos, as decisões e as iniciativas que resultariam na transformação da economia do estado, já aqui apontadas. Além disso, do ponto de vista específico da cidade, um conjunto de medidas consideradas necessárias, seria tomado para fazer frente às alterações ocorridas no aglomerado urbano. Criou-se uma série de organismos de âmbito estadual com atuação no planejamento e execução de obras e serviços na "Grande BH" e alterou-se a forma de atuação das agências provedoras de bens e serviços de consumo coletivo.<sup>60</sup> Ora, a lógica de atuação desses organismos estatais (nos seus diferentes níveis) aliada à "desarticulação dos mecanismos de representação e quase total fechamento dos canais de participação popular até então existentes", ( SOMARRIBA & AFONSO, 1987:86) colocava o cidadão quase inteiramente à mercê do Estado e produzia uma relação com a política institucional marcadamente clientelística e fisiológica.<sup>61</sup>

No cotidiano do habitante da cidade a política é uma realidade distanciada, de exclusivo acesso e competência de uns poucos e os políticos

---

<sup>60</sup> "O regime autoritário que se instala em 64 caracteriza-se pela enorme centralização técnico-burocrática, desarticulação dos mecanismos de representação e quase total fechamento dos canais de participação popular até então existentes. A política social que se delinea é marcada pela ampliação da cobertura da provisão de bens e serviços de consumo coletivos e pela redefinição da lógica de atuação da maior parte das agências provedoras. Estas passam a se organizar em moldes empresariais, o que, se por um lado, garante a ampliação da cobertura, por outro, estratifica a distribuição de seus produtos, continuando a excluir do atendimento uma enorme parcela da população. Com relação aos serviços de infra-estrutura urbana, as áreas periféricas mais distantes, por apresentarem ocupação horizontal rarefeita, com baixa capacidade de consumo e, portanto, baixa taxa de retorno do investimento, não oferecem rentabilidade financeira para sua implantação. Isso, hoje, explicaria muito mais a carência desses serviços que a efetiva incapacidade do poder público para provê-los ou a real insuficiência global dos mesmos, como foi o caso, anteriormente." SOMARRIBA & AFONSO, 1987. p.86-87.

<sup>61</sup> "Todavia, também entre as agências de políticas sociais mais especificamente voltadas para as necessidades de reprodução da força de trabalho há diferentes formas de conceber e implementar os contatos com as clientelas de seus serviços. É sempre, porém, com o propósito de viabilizar o diálogo Estado-organizações populares que se procura, até mesmo em momentos marcados por traços autoritários, preencher os cargos dessa esfera da administração pública com pessoas ligadas, de alguma forma, aos movimentos populares. Isso se dá através da escolha de detentores de cargos eletivos com votação expressiva nas camadas populares ..." SOMARRIBA & AFONSO, 1987. p.87.

(principalmente no âmbito municipal) uma espécie de "despachantes de luxo" a serem acionados na infeliz necessidade de algo, na labiríntica e morosa máquina governamental. Visto como "pistolão" especialmente nas estratégias de obtenção de emprego, "fazedor de promessas" na cata de votos, submisso à vontade dos poderosos e representante de seus próprios e pessoais interesses, o político e, por essa via, os partidos são esvaziados de sua função de representação pública de interesses coletivamente constituídos.<sup>62</sup> Obviamente, havia exceções nesse quadro. Entretanto, ou estas não eram percebidas como uma forma "autêntica" de representação - para usar uma expressão da época, utilizada para caracterizar um setor do MDB mais afinado com os interesse populares, especialmente após 1974 - ou eram tão simplesmente atribuídas às idiossincrasias dos indivíduos. De qualquer forma, havia uma homogeneização "por baixo" dos políticos e uma pasteurização da imagem da política, naqueles tempos. Tais características na representação da política institucional eram também reforçadas pela ação da mídia, que realçava a "incompetência", o "despreparo", o "fisiologismo", o "anacronismo" dos atores políticos.<sup>63</sup> Entretanto, é importante ressaltar que, naquele contexto, a crítica dos meios de comunicação ao comportamento dos políticos assumia, em alguns casos, uma feição de subserviência ao regime, na medida em que não era acompanhada pela análise das condições do sistema político, que favoreciam o surgimento e manutenção de tais características. Mas a

---

<sup>62</sup> " O que ninguém deixa é de acompanhar, passo a passo, o requerimento apresentado. Comissões, órgãos municipais, gabinete do Prefeito, a todo lugar o vereador vai. Há até casos de alguns deles que vivem assistindo e cobrando obras de empreiteiros municipais, principalmente quando há interesse seu na região atingida pela melhoria. (...) 'Ser vereador é atualmente uma profissão de sacrifício. A gente ouve lamentações, pedidos de emprego, protestos, reclamações, críticas. E nós podemos fazer muito pouco. Apesar disso, fazemos tudo o que é possível, nos sacrificamos mesmo.' Quando o repórter chega perto e faz perguntas, surgem também palavras e expressões comuns, as respostas prontas: 'Preciso seguir este requerimento até que seja atendido.'" *COMO brigar pela cidade e viver em paz com ela. Estado de Minas, Belo Horizonte, 11 dez. 1971. p.15.*

<sup>63</sup> Cf. ELEIÇÕES: Procuram-se eleitores, vivos. *Veja, São Paulo, 25 set. 1974. p.20-26.*

imagem da política institucional devia-se também à ação de setores da própria esquerda, que, muitas vezes, desqualificavam a ação política neste terreno, por seu papel de "legitimação da ditadura". Mas, se esses eram ingredientes importantes na produção da imagem da política institucional, ela era reforçada pela experiência do cidadão comum. Percebia-se claramente que o poder decisório estava centralizado na máquina estatal, cujo acesso era exclusivo à alta tecnocracia afinada com o poder, aos setores das classes dominantes (representante dos interesses do capital estrangeiro e nacional associado) e às altas patentes militares. As decisões eram tomadas em função das articulações realizadas na viabilização dos interesses e demandas de tais grupos e setores de classe, sempre apresentadas como expressão das necessidades de desenvolvimento e segurança da Nação brasileira, numa roupagem discursiva tecnicista e racionalista. Ao cidadão comum, a pesada e labiríntica máquina governamental que o submetia e oprimia, infensa à sua atuação, inacessível às suas necessidades, atualizava de mil formas a sua experiência com a política:

"Aos inimigos bordoadas  
aos amigos marmeladas  
aos contíguos marmeladas  
aos conspícuos marmeladas  
aos promíscuos marmeladas  
aos ambíguos marmeladas." <sup>64</sup>

O contato do cidadão com as instituições políticas se condensava em dois modos diferenciados, porém mesclados. Nos períodos eleitorais, a moeda do voto aumentava sua cotação e tornava-se possível a obtenção de algumas conquistas de cunho

---

<sup>64</sup> Cf. ÁVILA, *Frases feitas* apud DULCI, 1984.

mais coletivo: obras de infra-estrutura, saneamento, saúde, segurança, educação.<sup>65</sup> Os candidatos, especialmente os da ARENA, que tinham, nesse momento, maior facilidade de penetração nos organismos governamentais, encaminhavam as demandas, "mexiam os pauzinhos" e, ou encontravam meios de atendê-las ou elegiam-nas como promessas de campanha. Também nesse momento era possível a obtenção do emprego tão esperado, da bolsa de estudos, do "vestido prá Maria, do roçado pro João". O outro modo se expressa no embate cotidiano com a máquina estatal, seja na prestação de serviços sociais, seja no funcionamento cartorial, seja, enfim, nas muitas maneiras de intervenção do Estado na vida do cidadão. Aqui, a experiência sempre ensinou - e, naqueles anos, reforçou - que sem muita persistência, sem um estoque ilimitado de paciência e humildade, sem um "pistolão" ou sem uma "molhadinha de mão" e, especialmente, sem o concurso do político (em exercício ou como candidato) era quase sempre impossível o atendimento de um direito já consagrado na letra da lei. Assim, aprendiam-se mil maneiras de conviver com uma política excludente, corruptora, clientelística e autoritária, mas aprendia-se sobretudo a recusar este perverso exercício da política.<sup>66</sup> Essa recusa, que se manifesta de muitas maneiras - entre elas

---

<sup>65</sup> "O lema do pessoal aqui é não mexer com política. Eles acham que a força deles é o ideal, porque o político só vem quando o negócio já está encaminhado. Vem quando a Igreja está ativa. Então eles querem aparecer. Eles só aparecem em época oportuna. Na época da enchente houve muita promessa, nós não vimos nada."

"... aqui, na nossa região, nós ficamos um pouco esquecidos porque a gente depende da política, dos vereadores para resolver os nossos problemas. Nós nunca tivemos um vereador que se interessasse por nós. Porque, do pessoal daqui, a maioria trabalha em Contagem e a maioria também vota lá. Aqui é Belo Horizonte. Então, não há interesse de político em trabalhar." Depoimentos citados por SOMARRIBA et al., 1984. p.113 e 104.

<sup>66</sup> São bastante significativos os depoimentos citados num trabalho publicado em 1979, sobre as questões relativas ao transporte coletivo em Belo Horizonte, durante o ano de 1977: "As autoridades municipais são responsáveis pela situação... As autoridades não ligam para as reivindicações das comunidades nas inúmeras assembléias e reuniões realizadas. A comunidade não acredita mais em políticos."

"Nós trabalhamos o dia inteiro e vamos para as filas de ônibus. Lá esperamos uma hora e sabem o que aparece? Polícia e não ônibus. Onde já se viu mandar polícia para espancar homens que querem apenas ônibus para voltar para casa? Nós pedimos ônibus. A SMT promete uma mini-rodoviária. Nós pedimos ônibus e eles mandam polícia".

incluindo-se o comportamento eleitoral, pela abstenção, pelo voto nulo e branco, pelo crescimento, ainda que tímido, da votação oposicionista nos pleitos proporcionais de âmbito local e estadual - vai encontrar no exercício da não-política das ações cotidianas e dos chamados "movimentos sociais" sua forma privilegiada de expressão.<sup>67</sup>

Conforme publicou a revista *Veja*,

"o Brasil Grande era uma ficção estatística montada por um governo ditatorial que supunha ser possível ao Estado administrar um país sem sociedade (...) Enquanto o grande período de prosperidade econômica mundial foi aproveitado em muitos países para financiar ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, o governo brasileiro investiu no progresso como forma de legitimação de um regime de supressão de liberdades públicas e, ao fim, colheu o que semeou: O Brasil Grande era pequeno".<sup>68</sup>

---

"... Até hoje os moradores do Vale não apelaram para o quebra de ônibus. Mas todos já estão cansados depois de 10 anos de reuniões, assembléias, comissões, cartas às autoridades e promessas de políticos.(...) Um jovem bastante emocionado disse que a única saída daqui para a frente era quebrar os ônibus. Uma moça do grupo de saúde falou em seguida, mostrando que as atitudes individuais não resolvem. Só o que resolve é unir sempre e com maior participação do povo, sem acreditar em políticos demagogos".

"... depois do quebra no Paciência, nós também resolvemos partir para a apelação, e outro dia mais ou menos às 18 horas, já escurecendo o ônibus teve de descer esta rua de luz apagada, pois todo mundo queria apedrejá-lo. No dia seguinte o dono da empresa Nossa Senhora da Conceição veio aqui com a polícia, um carro da Metrópol, para intimidar a gente. Nós não desejamos a violência não, diz outro morador do bairro, queremos simplesmente é que os ônibus circulem de acordo durante o dia e a noite, de vinte em vinte minutos, como fazia a outra linha. Antes do quebra nós e os moradores do Paciência fizemos vários abaixo-assinados solicitando providências às autoridades, mas não deu em nada. No entanto, vejo que a melhor forma é mesmo a greve: ninguém andar no ônibus dessa empresa. Outra coisa: quem se atreve a desrespeitar o trato viajando no carro, nós chamamos de covarde e traidor, pois utilizar a linha significa que nós estamos nos conformando, aceitando esta situação. Se a gente ficou seis anos sem condução, ficar mais um pouco de tempo até que a situação seja resolvida, não é muito difícil não." MARQUES & ANASTASIA, 1979. p. 33-45.

<sup>67</sup> Ver, por exemplo: BEIRÃO, Nirlando. O recomeço do sonho: As pessoas ainda querem mudar o mundo. Mas à maneira dos novos tempos: sem ilusões épicas, sem paraísos, reconhecendo o próprio desejo. *Isto É*, São Paulo, 19 dez. 1979. Edição Especial:70, os anos do sufoco, p. 66-68. Ou, ainda como disse TELLES (1987:81): "...os movimentos populares têm que ser vistos na sua relação com as práticas de poder que atravessam a vida social, por onde é possível pensar a política do ponto de vista da abertura dos espaços nos quais o conflito ganha visibilidade enquanto acontecimento, e nos quais os moradores (e trabalhadores) podem se constituir em sujeitos na luta por seus direitos, a reflexão sobre a experiência dos anos 70 ajuda a qualificar melhor essa questão, pois falar da constituição dos moradores (e trabalhadores) enquanto sujeitos significa falar da instituição dos espaços e da linguagem a partir da qual se fazem reconhecíveis no tempo político de seu acontecimento."(grifos no original).

<sup>68</sup> *Veja*, São Paulo, set. 1988. Edição Comemorativa 20 anos. p.25.

Se no plano nacional o "milagre" começa a apresentar seus sinais de esgotamento em 1974, em Minas Gerais seu fôlego se estende um pouco mais, dadas suas condições peculiares, entre eles um certo "atraso" na demarcação do processo. Segundo CAMPOLINA (1981:245), "a partir de 1978 o crescimento industrial entrou em declínio, coerentemente com a crise econômica que se aprofundou a nível nacional." Os anos 80 - a chamada década perdida para a economia - são inaugurados com o país em plena recessão, com a queda do nível geral das atividades econômicas. Belo Horizonte e sua Região Metropolitana sofrem imediatamente os efeitos desse quadro: desemprego, pauperização, degradação geral das condições de vida na cidade, aumento da violência urbana...(MEMÓRIA...:49).

À crise econômica iniciada na segunda metade da década de 70 e que se estende e se aprofunda nos anos iniciais da década de 80, corresponde, no campo político, o início da liberalização do regime, a partir do governo Geisel, e a sua transformação com o final do "ciclo militar". Naqueles anos finais da década de 70, conviviam-se ainda com uma intensa e violenta repressão política, mas percebia-se o crescimento da luta civil pelas liberdades públicas suprimidas pela ditadura. Eram ainda tempos de medo, mas a ele se sobreponham a esperança e a utopia de uma sociedade justa e democrática. Nas palavras do poeta:

"É só tecer a cada noite o sol  
Amanhecer a cada luz do amor  
É semear o fogo da canção  
É despertar quem não quer mais crer

Que a terra pra chegar a primavera  
Mudou três vezes de estação  
E a vida será mesmo bela  
Com liberdade e paixão." <sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> *Brasil*. Música de Milton Nascimento e letra de Fernando Brant, de 1983.

## CAPÍTULO 2

### "MUNDO MUNDO VASTO MUNDO"

*"Sim, meu coração é muito pequeno  
Só agora vejo que nele não cabem os homens  
Os homens estão cá fora, estão na rua.  
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava  
Mas também a rua não cabe todos os homens.  
A rua é menor que o mundo.  
O mundo é grande."*

(Carlos Drummond de Andrade)

O belo-horizontino dos anos 70 aprendeu a conviver com a cidade transformada pelo progresso e que ainda naqueles anos apresentava traços facilmente identificáveis de seu passado recente. Nesse aprendizado, tecido pelos fios de uma memória que recusa a se esgarçar, ocupa lugar privilegiado a ação cultural e política empreendida pelos meios de comunicação de massas. Nesse terreno, foram muitas as alterações que se processaram no período e que, ao se efetivarem, transformaram tanto o próprio sistema comunicativo existente na cidade quanto as suas relações com o sistema nacional. De fato, fizeram mais do que isso: transformaram as próprias experiências daqueles que militavam nos meios de comunicação e contribuíram para dar uma nova feição à experiência social do habitante da cidade.

As alterações no campo da comunicação de massas significam muito mais do que a transformação de uma faceta singular da experiência social, pois, dadas as funções da própria comunicação, as transformações que aí são operadas repercutem fortemente em diversas esferas da sociedade. Como se sabe, "os processos comunicacionais estão intimamente relacionados com a constituição de uma esfera pública",<sup>1</sup> na medida em que a comunicação se inscreve no "mundo comum" e opera basicamente com os mecanismos de visibilidade social, participando da "garantia

---

<sup>1</sup> Estamos nos inspirando aqui nas formulações elaboradas por Adriano Duarte RODRIGUES (1990:141-152) sobre a constituição da comunicação na contemporaneidade. Segundo esse autor, o período contemporâneo assistiu à progressiva autonomização do campo dos *media* "enquanto instituição de uma ordem axiológica própria, a dos valores de mediação entre os restantes campos sociais. (...) um campo cuja legitimidade expressiva e pragmática é por natureza uma legitimidade delegada dos restantes campos sociais. (...) O campo dos *medias* é a designação que aqui utilizamos para dar conta da instituição da mediação (destaque nosso) que se instaura na modernidade, abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objetivos e ao respeito dos seus interesses."

da realidade do mundo".<sup>2</sup> Daí a importância de compreender as transformações operadas no sistema de comunicação massiva, buscando articular tais transformações à experiência do habitante de Belo Horizonte e, por essa via, capturar as dimensões instituintes e instituídas do processo.

## 2.1. O jornal embrulhado na memória <sup>3</sup>

A vida belo-horizontina nos anos 70 mostrava que haviam ficado para trás as concepções de uma imprensa panfletária, portadora de opiniões, literária, de títulos fugazes e produção artesanal, que havia comparecido no panorama intelectual dos primeiros 50 anos da jovem capital. (Cf. WERNECK, 1992). Durante a década de 70 a imprensa belo-horizontina modernizou-se e aqueles jornais que se ajustaram à nova lógica do sistema comunicativo - mesmo mantendo traços do velho sistema que ainda produziam benefícios - conseguiram sobreviver, consolidaram-se, aumentaram seu prestígio, seus índices de vendagem e o retorno dos investimentos feitos. Os que assim não procederam foram se extinguindo aos poucos, ao longo da década, ou persistiam numa agonia prolongada a que os muitos arranjos e acordos não logravam arrancá-los.

---

<sup>2</sup> Da mesma forma que Rodrigues, estamos apoiando nossa concepção de comunicação social em algumas das formulações de Hanna ARENDT (1991:59-68) a respeito da noção de "esfera pública". Segundo Arendt, somente ganha existência pública aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e que tem a maior divulgação possível. Além disso, "a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos." (destaque nosso).

A esse respeito é particularmente interessante a observação de CHAMPAGNE (1981): "Desormais, la visibilité sociale passe fondamentalement par la lumière du petit écran; l'objectif d'une manifestation est d'obtenir la 'une' des journaux télévisés. Parce qu'en transmettant l'événement, c'est-à-dire en donnant à lire ou à voir à des personnes absentes de son lieu réel d'effectuation, les médias en accroissent singulièrement l'audience; ils constituent de ce fait un lieu stratégique de première importance. Ainsi, le droit à l'écran prolonge le droit à la rue."

<sup>3</sup> Esse é um verso de Carlos Drummond de Andrade, em "Desaparecimento de Luísa Porto". DRUMMOND de ANDRADE, 1973. p.223

No primeiro caso, enquadram-se o *Diário do Comércio* e os jornais do grupo dos Diários e Emissoras Associados - o *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde*. No segundo, o *Diário de Minas* e o *Jornal de Minas* que, em sérias dificuldades financeiras, mal conseguiam sobreviver.(ANTUNES et al.,1990). Para o leitor de jornais - um grupo restrito na capital se relacionadas à população da cidade as tiragens divulgadas pelos próprios veículos impressos<sup>4</sup> - uma nova situação se apresentava. Nas bancas de jornais e revistas da cidade os títulos locais eram poucos, num claro contraste com a situação de 20 anos antes, quando

"havia nas bancas uma pletera de jornais diários, além do *Binômio*, semanal, e da revista mensal *Alterosa*. As opções para o leitor não se esgotavam no *Estado de Minas*, no *Diário da Tarde*, no *O Diário*, na *Folha de Minas* e no *Diário de Minas*."(WERNECK, 1990)

Havia ainda o recém-criado *Correio do Dia*, o antigo *Informador Comercial*, já naquela época *Diário do Comércio*, a *Tribuna de Minas* e o órgão oficial do estado, o *Minas Gerais*.(ANTUNES et al. 1990).

Mas as novidades da década de 70 na cidade não se resumiam à rarefação da imprensa local. De fato, profundas alterações se processaram no interior dos jornais com grandes repercussões para a sua relação com o leitor. Na realidade, são alterações que se iniciam nos primeiros anos da década anterior sob o impacto da televisão e das próprias alterações no panorama econômico e político daqueles anos.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Há aqui uma dificuldade: nenhum jornal mineiro utilizava naquela época métodos confiáveis de aferição de tiragem e circulação. Contamos apenas com as referências fornecidas pelos próprios jornais e que não são confrontados com nenhuma outra fonte. Entretanto, mesmo considerando este aspecto - que nos colocaria frente a índices "interessados" - a tiragem dos jornais belo-horizontinos naquele período era muito baixa se relacionada à população da cidade. Para um total de 1.200.000 habitantes a vendagem de jornais, na capital, não atingia 50.000 exemplares.

<sup>5</sup> "O potencial de leitores que se mantêm afastados da imprensa até fins dos anos 60 se volta na década de 70, para o rádio e a televisão(...) Todos os meios - certamente, mais o jornal que qualquer outro - atravessam um momento de crise na década de 60. (...) Tradicionalmente ancorado em funções que

A escassez de títulos locais é indicadora da concentração do setor, fenômeno que se deu em todo o país nos anos 60 e completou-se na década seguinte, configurando, de forma definitiva, a inserção da atividade jornalística na esfera do mercado.

Obviamente, este é um processo anterior, cujo início remonta aos anos 30. Aliás, não é sem razão que CORREIA DIAS (1980:132-133) nos diz ter a imprensa mineira se estabilizado a partir da década de 30, quando o surto de industrialização daquele período - ainda que precário e insuficiente - havia acarretado algum incremento no mercado publicitário.<sup>6</sup> Mas, ainda assim, muitas das iniciativas que se seguiram a tal incremento se marcavam pelo interesse partidário, panfletário, de debate ideológico, não apresentando ainda as características modernas da produção jornalística, na forma de uma atividade capaz de gerar retornos significativos ao investimento econômico. Afinal, algumas das mais importantes iniciativas do período pós-Estado Novo, como, por exemplo, a (re)criação do *Diário de Minas*, por Otacílio Negrão de Lima, em 1949, e a reformulação da revista *Alterosa*, nas mãos de Magalhães Pinto e sob o comando de José Aparecido de Oliveira e a direção de Roberto Drummond, em 1962, haviam sido geradas a partir de projetos políticos de seus proprietários, quase nos mesmos moldes da criação da *Folha de Minas*, em 1934, ou

---

exercia com exclusividade, o jornalismo impresso tem que repartir sobretudo com a TV lucros e prestígio, até transferir ao novo meio a maior parte do bolo. Jornais e revistas se defendem como podem e exploram outras faculdades de concorrência, sofisticando a organização administrativa, as relações industriais, a documentação, a análise da notícia." BAHIA, 1990. p.396.

<sup>6</sup> "O desenvolvimento da imprensa belo-horizontina de modo estável era novidade. A década anterior (os anos 20) conheceu jornais muito fugazes. Quais seriam as causas dessa expansão jornalística? A diversificação das atividades produtivas da cidade e do Estado certamente pesaria. A expansão industrial acarretaria algum incremento no mercado publicitário. Mais profundamente, notavam-se a esse tempo um aceso debate político e forte polarização ideológica, pelo menos até as vésperas do Estado Novo. A opinião pública urbana começa a se fazer sentir e era necessária a existência de veículos para as aspirações e interesses dos grupos sociais." CORREIA DIAS, 1980. p.132-133.

do antigo *Diário de Minas*, órgão oficioso do PRM, existente até 1931. Segundo Humberto WERNECK (1992:96),

"como tantas outras publicações brasileiras, *Alterosa* acabou quando secaram determinados projetos políticos de seus donos. No caso, Magalhães Pinto, um dos líderes civis do golpe militar, viu se esfumarem seus planos de chegar à presidência da República - e, nesse momento, seu empreendimento editorial deixou de fazer sentido."

Algumas das publicações que circulavam em Belo Horizonte a partir da metade final dos anos 50, mesmo tendo permanecido por vários anos no mercado, adquirido prestígio no meio intelectual e repercussões significativas no âmbito da opinião pública, não conseguiram sobreviver à crise dos anos 60 ou às alterações da conjuntura política pós-64. No primeiro caso, enquadra-se bastante bem o *O Diário* que, em dificuldades já no início dos anos 60, sobreviveu até 70, quando "já sem forças, perdeu seu nome e diluiu-se no irrelevante *Jornal de Minas*." (WERNECK, 1992:96). De acordo com os depoimentos coletados, o jornal afundou numa grave crise financeira originada de uma administração equivocada que, entre outras coisas, promoveu um plano de assinaturas por dez anos nos quais as altas taxas de inflação corroeram os recursos obtidos e extinguiu os anúncios classificados, fonte de renda certa e imediata dos veículos impressos. Além disso, por ser um órgão ligado à Igreja Católica, um sisudo moralismo, inteiramente fora de lugar na liberalização de costumes promovida nos anos 60, recusava inserções publicitárias do comércio varejista que veiculassem peças íntimas, da mesma forma que, nos anos anteriores, a cobertura de esportes obrigava a redação a cobrir com tinta nanquim, nas fotografias publicadas, as pernas das jogadoras de volei do Minas Tennis Clube, numa manifestação pudica da

imprensa católica da cidade.<sup>7</sup> No segundo caso, o exemplo mais importante nos é dado pelo *Binômio*, cuja tenacidade na resistência ao golpe vai levar ao imediato fechamento do jornal em 1964 e à perseguição e ao exílio de seu proprietário, o jornalista José Maria Rabelo.(Cf. WERNECK, 1992:148-151).

Dessa forma, será somente nos anos iniciais da década de 70 que a imprensa mineira irá apresentar uma feição visivelmente moderna, especificamente quando os jornais do grupo Associados e o *Diário do Comércio* passam a se organizar e a se estruturar de forma nitidamente empresarial, nos moldes de empreendimentos econômicos, submetidos à moderna lógica gerencial e às racionalidades do cálculo capitalista. A modernização e ampliação do parque gráfico - o *Diário do Comércio* passa a usar o *off-set* já no final dos anos 60 - a introdução de técnicas mais adequadas ao gerenciamento empresarial - essencialmente no setor de pessoal e na área de vendas - a renovação do padrão jornalístico e gráfico do produto são alguns dos indicadores das transformações sofridas pelo chamado "segmento dimâmico" da imprensa mineira no período que aqui nos interessa.(Cf. ANTUNES et al., 1990:50-52).

---

<sup>7</sup> "Durante muito tempo o *O Diário* foi rival do *Estado de Minas* no sentido de que eles dividiam os leitores de Belo Horizonte. Como acontece no Rio onde uma parte lê *O Globo* e outra parte lê o *Jornal do Brasil*. Havia em Belo Horizonte esta divisão de leitura: leitores exclusivos do *O Diário* e leitores exclusivos do *Estado de Minas*." Depoimento do Professor Renato de Pinho, publicitário e professor do Departamento de Comunicação da UFMG, à autora em abril de 1992.

"O *O Diário* chegou a ser importante na cidade, mesmo sem ameaçar a folgada liderança do *Estado de Minas*. Era uma empresa modesta, com administração centralizada pela Cúria, e não resistiu à mudança no perfil da economia brasileira e à modernização do perfil de seus concorrentes.(...) Certo dia, um anúncio de página inteira aterrissou no departamento comercial. A loja 'Sibéria' anunciava a promoção de vários artigos de seu estoque. Num cantinho do anúncio, entre desenhos de sapatos e de vestidos, um sutiã passava quase despercebido.(...) Dom Cabral olhou o anúncio, aproximou os óculos para examinar o desenho minúsculo e recusou o 'imprimatur'. Mesmo com os preços baixos praticados pelo comercial, um anúncio de página inteira poderia desafogar bastante a situação da empresa. Mas aquele sutiã desenhado a bico de pena e reduzido ao menor tamanho possível, para que não desaparecesse de todo na impressão, falou mais alto. O anúncio foi recusado, o desespero aumentou na redação e os salários continuaram atrasados." CARVALHO & MARTINS, 1992. p.111-112.

É preciso, no entanto, ressaltar que este processo de modernização da imprensa mineira é atrasado em relação ao que aconteceu no eixo Rio-São Paulo. Como se sabe, a renovação da imprensa carioca e paulista, nos seus aspectos tecnológicos, gráficos e jornalísticos, ocorre a partir do final da década de 50. (Cf. BAHIA, 1990:379-389). Obviamente, as alterações produzidas em outros centros acabam também por repercutir na capital mineira, ainda que lentamente e de forma bastante derivada. É esta, de fato, a sugestão que se pode depreender de um conjunto de pequenas iniciativas que se observam na imprensa mineira ainda nos anos 60 e que incidem no campo da produção jornalística e no próprio formato do jornal.<sup>8</sup> O importante, porém, é registrar que uma transformação mais profunda dos jornais belo-horizontinos e, especialmente, do campo do jornalismo impresso, somente vai ocorrer nos anos 70.

Na conformação deste novo quadro da imprensa mineira, alguns pontos reclamam a nossa atenção. Em primeiro lugar, observa-se atuando neste quadro, de forma nítida, a articulação de dois processos: um de natureza econômica e outro de motivação política.

Num primeiro momento, ocorre a retração do mercado com a extinção ou enfraquecimento de muitos dos jornais e revistas em circulação, fenômeno em curso em todo o país, decorrente da crise econômica existente e que apresenta algumas singularidades no território especificamente mineiro. De um lado, o perfil

---

<sup>8</sup> Como aponta, por exemplo, Humberto WERNECK (1992) no seu livro: "Na redação do *Diário de Minas*, conta Fernando Mitre, havia uma obsessiva preocupação com a qualidade do texto. Estavam todos atentos às formas novas e modernas que saltavam das máquinas de Armando Nogueira e José Ramos Tinhorão, no *Jornal do Brasil*." Ver também: CHAGAS & MAYRINK & PINHEIRO, 1992.

especializado da economia mineira, fundado nas indústrias de bens intermediários, significa a existência de unidades de produção cuja demanda publicitária - fonte de financiamento das atividades de comunicação - coloca-se em termos de instrumentos cujo alcance universalize, ao máximo, as unidades consumidoras de seus produtos, dispersas no chamado mercado nacional, portanto, para além do alcance possível dos veículos de âmbito regional. Ou, quando é o caso, exige uma mídia específica para atingir seus objetivos mercadológicos, como, por exemplo, as publicações especializadas em cada ramo econômico e, por essa via, distinta do perfil mercadológico da imprensa diária.

Assim, se neste segmento da economia os efeitos da crise dos anos 60 são menos acentuados, conforme nos mostra Campolina,<sup>9</sup> não há qualquer repercussão positiva deste fato para o financiamento dos meios de comunicação, pela própria natureza da inserção mercadológica deste segmento, resumida na frase de um publicitário que afirma: "aço e cimento não são anunciados da mesma maneira e nos mesmos veículos em que estão inseridas as publicidades de cerveja, automóveis e imóveis, por exemplo".<sup>10</sup>

Por outro lado, o processo de descapitalização das indústrias de bens não duráveis de consumo, a extinção das grandes lojas varejistas do comércio local e o

---

<sup>9</sup> "As indústrias de bens intermediários apresentaram crescimento relativamente estável desde a década de 1950. Apesar do comportamento cíclico da economia e em especial da indústria, a produção de produtos metalúrgicos e de minerais não-metálicos não sofreu grandes efeitos deste comprometimento, por serem insumos de uso difundido e pela manutenção de investimento público em infra-estrutura.(...) A própria expansão da infra-estrutura e o programa habitacional ampliaram a demanda de cimento, permitindo que a indústria de bens intermediários crescesse à taxa de 10,7% ao ano no período 1960/70." CAMPOLINA, 1981. p.298-229.

<sup>10</sup> Entrevista do Prof. Renato de Pinho à autora em abril de 1992.

processo de concentração das instituições bancárias até então com sede em Belo Horizonte, vão produzir grandes repercussões no mercado publicitário mineiro daquele período e, conseqüentemente, significar tanto uma diminuição do potencial de receita dos meios de comunicação, quanto uma alteração no perfil das fontes de financiamento até então existentes.<sup>11</sup> Segundo depoimentos coletados, até a crise dos anos 60, o mercado publicitário mineiro era, nas condições relativas à economia daquele período, muito bom. Havia um setor de varejo bastante forte, oriundo das atividades comerciais locais e das indústrias de bens de consumo não duráveis, e uma área ligada ao atendimento do setor bancário. Eram as contas da Casa Guanabara, da Ingleza Levy, do varejão do Abdalla, da Perfumaria Lourdes, das cervejas Ouro Branco, Ouro Preto e Ouro Fino, da Companhia Alterosa de Bebidas que produzia a excelente cerveja Port, da fábrica de Mate-Couro, um refrigerante local diferente e bastante consumido, da Lavanderia Eureka, da Heckel, fabricante de bondinhos, entre eles o do Pão de Açúcar...No terreno dos bancos, havia o Banco da Lavoura, o Banco de Minas Gerais, o Banco Mercantil de Minas Gerais (e tantos outros) tendo adquirido tal importância a reputação de habilidade financeira dos mineiros e a imagem de solidez de suas instituições bancárias que teria havido até o caso de um banco do Rio de Janeiro, que

---

<sup>11</sup> "Nas indústrias produtoras de bens não duráveis de consumo, a crise econômica, conjugada com a política econômica restritiva levou-as à descapitalização". CAMPOLINA, 1981. p. 137 e seguintes. "Com a reforma bancária e a reforma do mercado de capitais a partir do golpe de 64, ganha contornos bastante nítidos a política de incentivo às fusões/incorporações no interior do sistema bancário. Esse processo de oligopolização do setor financeiro afetou diretamente os bancos sediados em Minas Gerais. O estado perde, então, a partir do final da década de 60, a importância que teve desde a década de 30, com a transferência da sede dos bancos para outros centros. Já em meados da década de 70 assumem importância no mercado financeiro os bancos estatais, em detrimento dos bancos privados. Todo esse processo leva a uma considerável diminuição do número de bancos sediados em Minas.(...) 'As mudanças econômicas introduzidas no país após o golpe militar provocaram, entre outras coisas, um crescente esvaziamento das empresas mineiras de varejo, forçando a conquista pelas agências de publicidade, de clientes na área pública' ". ANTUNES, et al. 1990. p.50. (os dados constantes dessa última citação estão fundamentados em informações extraídas de uma entrevista do publicitário Edgar de Melo, diretor-presidente da Agência ASA, uma das mais antigas de Minas Gerais, ao *Estado de Minas*, em 20 ago. 1988.) Sobre as transformações no setor bancário em Minas Gerais ver especialmente: SCWARTZMAN & SOUZA, 1983.

nada tinha a ver com o estado, mas que acrescentou a seu nome o aposto "Minas Gerais", para se estabelecer de forma vantajosa no mercado, tornando-se assim, o Banco Nobre do Estado de Minas Gerais.<sup>12</sup>

As empresas comerciais e as indústrias de bens de consumo não duráveis foram tragadas pela crise - por decretação de falência, perda de importância no comércio, ou ainda pela sua absorção por grupos econômicos mais fortes, de âmbito nacional - enquanto os bancos foram saindo de Minas através dos mecanismos de incorporação criados no processo de saneamento do sistema financeiro realizado pelo governo militar na fase imediatamente após o golpe. Toda essa convulsão econômica, que já se mostrara visível no território urbano, encontra aqui também sua expressão, pois torna-se nítida a consequência, no terreno da comunicação, do processo de concentração e centralização ocorrido.

*O Estado de Minas, o Diário da Tarde, o Diário do Comércio* conseguem escapar da crise, adotando medidas que melhor respondiam à nova realidade do mercado - contenção de custos, reformulação do setor de vendas, entre outras.<sup>13</sup> Além disso, características específicas de cada uma dessas empresas, bem apreendidas pelos seus proprietários para delas tirar o melhor proveito, explicam também o seu êxito empresarial e a manutenção daqueles jornais no mercado, em condições de se beneficiar

---

<sup>12</sup> Segundo entrevista do Prof. Renato de Pinho à autora em abril de 1992.

<sup>13</sup> "... a receita do sucesso do Estado de Minas, segundo seu diretor Camilo Teixeira da Costa era a 'contenção de custos, a dispensa de mão-de-obra ociosa e a reformulação da área de vendas'. Paralelamente, 'foram feitos investimentos no setor gráfico e reformulada a paginação do jornal, que resultou num produto bem mais acabado e que ajudou a atrair novos leitores'." ANTUNES et al., 1990. p.56. (baseado numa matéria da revista *Exame*, OS MELHORES de 1977. *Exame*, São Paulo, set. 1977.)

dos frutos do crescimento econômico ocorrido na década de 70, como veremos mais adiante.

O *Estado de Minas* sempre gozou de grande prestígio na capital mineira, tendo sido criado dentro do espírito empreendedor e mercantil que marcara a ação de seu proprietário, o velho "capitão" Assis Chateaubriand.<sup>14</sup> Nos anos 60, agora de propriedade do Condomínio, exdrúxula fórmula encontrada por Chateaubriand para a continuação de seu império associado, aquele jornal, bem como o ainda vespertino *Diário da Tarde*, conseguia potencializar em seu próprio benefício o sucesso e prestígio advindos da grande rede de veículos e emissoras associados que ainda brilhava como a estrela de primeira grandeza no universo da comunicação de massa do país. Em Belo Horizonte, além dos dois jornais já citados, o Condomínio era proprietário de duas emissoras de televisão e duas de rádio, o que o colocava em situação extremamente vantajosa frente aos concorrentes, seja pelo seu melhor suporte financeiro, seja pela sua característica de multimídia que já então apresentava.<sup>15</sup> Além disso, a crise vivida pelos outros jornais colocava o *Estado de Minas* em situação de virtual monopólio na área da imprensa escrita, possibilitando-lhe, isso, concentrar toda demanda do anúncio classificado o que havia motivado em anos anteriores uma acirrada disputa com o *O*

---

<sup>14</sup> "A marca de Chateaubriand nos seus veículos abala o convencionalismo tradicional da imprensa. Mais que qualquer outro empresário de comunicação de sua geração, Chateaubriand convive e partilha com o poder os frutos da influência política. Em quase quarenta anos de atuação como jornalista, político, diplomata e empresário, o chefe da cadeia associada se beneficia das relações de confiança com presidentes, ministros, generais e magnatas. Na era da imprensa brasileira existe uma era Chateaubriand, coincidente com a decolagem do jornalismo como indústria de massa." BAHIA, 1990. p.260.

<sup>15</sup> Na época de maior sucesso da cadeia associada, especialmente na década de 60, ela contava com 31 jornais diários, três revistas, 23 emissoras de rádio, 13 estações de televisão e uma agência noticiosa. Cf. BAHIA, 1990.

*Diário*. O *Estado de Minas* sentiu-se, mesmo, à vontade para adotar o slogan da extinta *Folha de Minas*, auto-nomeando-se em seu lugar "o grande jornal dos mineiros".<sup>16</sup>

De perfil tradicionalista e conservador, o jornal da rua Goiás conseguiu transformar em seu benefício os dividendos políticos obtidos pela sua participação na campanha de desestabilização do governo João Goulart promovida pelas forças da direita em Minas Gerais. (Cf. STARLING, 1986:298). Se já era então considerado um jornal de tendência governista - uma casa amena, no dizer de seus próprios profissionais - o *Estado de Minas* vai adotar durante toda a década de 70 uma postura de alinhamento político ao Palácio da Liberdade, cumprindo o papel que no passado fora exercido pelo *Diário de Minas* nos tempos do PRM e pela *Folha de Minas* no interregno transcorrido entre o Estado Novo e o golpe de 64. (Cf. CARRATO, 1987; WERNECK, 1990). Se havia uma semelhança no papel desempenhado pelo *Estado de Minas* naqueles tempos de modernização, as formas de efetivá-lo serão, entretanto, bastante diferenciadas, demonstrando mais uma vez a sintonia da direção do jornal com a lógica de ação adequada aos novos tempos. De um lado, a real separação entre a propriedade do jornal e o "eventual ocupante do Palácio da Liberdade" - coisa que não ocorria com o antigo *Diário de Minas* e com a *Folha de Minas* - produzia a atmosfera de distanciamento necessária à neutralidade e à objetividade do moderno jornalismo informativo e fatural que o periódico se propunha a oferecer aos seus leitores. Por outro lado, essa aparente neutralidade transformada em doces afagos ou amáveis resmungos nos sisudos editoriais do jornal e expressa em matérias anódinas da sua editoria de política, acabava por completar o círculo

---

<sup>16</sup> Cf. com o anúncio reproduzido em *Memória...*(1987:101) onde se lê: "Eficiência! Obtem toda publicidade feita através da Folha de Minas, o grande jornal dos mineiros. (destaque nosso).

político-mercadológico que habilitou o jornal a se tornar o maior beneficiário do financiamento estatal naquele período, tanto sob a forma de empréstimos de bancos oficiais quanto da contratação da publicidade governamental.<sup>17</sup>

Elucidativo a este respeito é o relato feito no livro *Habla Senior* (CARVALHO & MARTINS, 1992:129), sobre a tentativa de Januário Carneiro, proprietário da prestigiosa **Rádio Itatiaia**, de implantar, em Belo Horizonte, um conglomerado de comunicação, que seria denominado "Força Nova de Comunicação". Januário Carneiro, que já era proprietário de duas emissoras de rádio - a já citada **Itatiaia** e a **Rádio Cultura** - adquire, no final dos anos 60, o *Diário de Minas*, até então nas mãos do ex-governador Magalhães Pinto.<sup>18</sup>

A situação do *Diário de Minas* era extremamente precária. Seu equipamento era obsoleto, seu faturamento muito baixo e um gerenciamento

---

<sup>17</sup> "... supomos importante para explicar a expansão dessas empresas o grande volume de créditos para investimento liberado pelo Banco do Brasil para o ramo editorial e gráfico da indústria mineira: em 1972, do total do valor dos contratos de créditos para investimento na indústria de transformação mineira liberado pelo Banco do Brasil, 17% foram para o ramo editorial e gráfico (representando 29% do valor destinado às indústrias de bens não duráveis de consumo). Embora essa porcentagem diminua a partir de 73, consideramo-la elevada o suficiente para indicar que o ramo editorial e gráfico teve grande parte de sua expansão na década de 70 sustentada em empréstimos de bancos estatais. Com relação ao jornais da capital (em especial o Estado de Minas), informações coletadas em entrevistas indicam que também os bancos estatais mineiros (em especial o BDMG) tiveram importante papel na expansão das empresas. Tudo isso vem mais uma vez indicar a grande dependência que esse tipo de empresa tem com relação ao Estado." ANTUNES et al., 1990. p.51

<sup>18</sup> De acordo com o relato feito no livro, em 1966, Januário Carneiro teria sido chamado pelo então chanceler para uma conversa no Itamarati e ouvira a proposta de Magalhães Pinto:

"Olha Januário, nós sabemos que Minas precisa ampliar seus horizontes na área de comunicação - disse o chanceler, assim que os assessores saíram da sala. - Você tem uma grande rádio, que é líder no mercado de Belo Horizonte, mas precisa de um jornal. Acontece que eu estou disposto a entregar o Diário de Minas a você quase de graça, mas não quero que caia nas mãos de um inimigo que venha a usá-lo para me hostilizar.

Januário ouviu a proposta completa: o preço e as condições eram atraentes. O sonho de ter seu próprio jornal e ampliar a experiência da Itatiaia para outra área falou mais alto que a prudência. O negócio foi fechado sem protocolos. Começava ali a "Força Nova de Comunicação". CARVALHO & MARTINS, 1992. p.129 e seguintes.

inteiramente inadequado. As tentativas do empresário de modernizar a empresa e de melhorar sua posição no mercado de anúncios sofreram forte pressão dos Diários Associados. Essas pressões, ainda segundo o livro, foram exercidas sobre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - o BDMG - no sentido de obstar a liberação da importação de equipamentos para o jornal, e sobre os anunciantes para que estes não incluíssem o *Diário de Minas* no seu planejamento de mídia. O jornal acabou não se recuperando e a "Força Nova de Comunicação" viu suas pretensões virarem fumaça. O *Diário de Minas* acabou sendo vendido a um ex-funcionário, Maurílio Brandão. Januário Carneiro, em situação pré-falimentar, dedicou-se à recuperação de suas emissoras de rádio, cuja situação financeira ficara muito comprometida com a aventura da "Força Nova de Comunicação".

Certamente este fracasso não se deve unicamente às pressões dos Diários Associados, como o relato de *Habla, Señor* quer sugerir, já que, de fato, outros elementos entraram em jogo, entre eles a própria crise econômica a que nos referimos. O interessante, neste caso, é o próprio comportamento dos Diários Associados no mercado e a sua capacidade de controlar tanto a área governamental quanto o segmento privado do mercado de anúncios. O certo é que o *modus operandi* do *Estado de Minas*, legitimado pela sua importância na capital e no estado naquele momento, bem como pelo sucesso empresarial que obtém - na estranha simbiose que realiza entre um jornalismo que se pretende objetivo, neutro e basicamente informativo e os interesses do Palácio da Liberdade - vai conformar o comportamento da imprensa mineira dos anos 70 e marcar nitidamente a diferença entre os veículos impressos de

cunho regional e os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo que pretendem alcançar, naquele período, uma abrangência nacional, pelo menos em termos de vendagem.

O *Diário do Comércio* apresenta características bastante singulares no contexto da imprensa mineira. Seu perfil editorial - jornal especializado na área econômica - não tem concorrentes no mercado e não ameaça em nenhum aspecto o monopólio associado. Tendo sido criado em 1932, com o título *Informador Comercial*, conquistara seu segmento de mercado e sobreviveu à crise dos anos 60, principalmente pela estratégia de contenção de custos na área de pessoal, mantendo durante anos uma redação composta apenas por um editor e dois repórteres.<sup>19</sup> À sua receita, composta principalmente pela venda por assinatura e pela publicidade de peças administrativas das empresas existentes - balanços, editais, por exemplo - aliou os recursos oriundos de publicações de terceiros possibilitadas pela precoce modernização de seu parque gráfico efetivada no final dos anos 60. Tendo em vista as suas características editoriais, mantém-se distanciado das questões políticas locais, ocupando-se em registrar os fatos econômicos de interesse imediato de seu público.

Até os anos 70 sua presença passa quase despercebida no cenário belo-horizontino e será apenas com o "milagre" que verá sua importância ser aumentada, passando a adotar, naqueles anos, uma estratégia mercadológica mais

---

<sup>19</sup> "Único jornal de Belo Horizonte especializado em economia, o *Diário do Comércio* - criado em 1932, como *Informador Comercial* - adquiriu no final da década de 60 a primeira impressora em off-set de Minas Gerais (os Diários Associados só assumiram o novo processo de impressão em 1977). Naquele período, no entanto, o jornal possuía apenas dois repórteres e um editor e só tratava de assuntos econômicos, o que foi um dos pontos determinantes para sua sobrevivência à crise da década de 60." ANTUNES et al., 1990. p.48.

agressiva frente às novas fontes publicitárias, emergindo como uma possível alternativa no mercado jornalístico existente.

Em meados de 70 , o jornal mantendo ainda o privilégio de abordagem da área econômica, diversifica seu perfil editorial, incluindo o tratamento relativo à política e às questões da cidade e renova seu padrão jornalístico e gráfico, ampliando ainda seu corpo editorial. Com o aquecimento da economia e, especialmente, com a expansão imobiliária da cidade nos anos 75-76, ocorreu uma oxigenação do mercado de anúncios da capital. O *Diário do Comércio*, numa estratégia mercadológica agressiva, lança o *Jornal de Casa*, um jornal dominical, de distribuição gratuita nos bairros de classe média, destinado a ser uma alternativa publicitária ao *Estado de Minas*. Fugindo do padrão *standard*, com uma diagramação bem cuidada e utilizando vários recursos editoriais e gráficos oriundos da forma consagrada pela imprensa alternativa, o *Jornal de Casa* será um empreendimento bem sucedido, empresarial e editorialmente, e uma inovação no mercado de trabalho e na forma jornalística existentes na capital naquele momento.

Aliás, 1976 foi um ano movimentado no setor da imprensa em Belo Horizonte. Naquele ano, o *Estado de Minas* foi o destaque nacional no relatório da revista *Exame*, que o indicou como a empresa mais rentável do setor editorial e gráfico. Apresentou um crescimento de vendas da ordem de 26,6%, enquanto o segundo colocado daquele ano, no país, crescera em 14,9%. A rentabilidade do patrimônio líquido elevava-se em 63,7% e o lucro líquido sobre as vendas foi de 23%.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> OS MELHORES de 1977. *EXAME*. São Paulo, set. 1977. p.21.

Se havia grandes diferenças entre essas duas empresas, diferenças que se manifestam no perfil editorial dos jornais, no segmento de mercado em que cada uma delas atua, no âmbito e importância de seus produtos na cidade, principalmente em termos dos efeitos especificamente comunicativos que cada uma delas é capaz de produzir, o certo é que nos anos 70 há uma sensível melhoria técnica desses jornais, imposta pela adoção de novas técnicas de impressão, pela maior agilidade do processo industrial e pelo melhor acabamento do produto. As diferenças existentes entre as duas empresas e seus produtos vão se expressar, de maneira visível, na escolha de suas estratégias de expansão e consolidação, especialmente nos anos do "milagre".

A reordenação da imprensa tem como fundamento material a sua modernização tecnológica e se expressou, como vimos, na alteração do padrão de impressão utilizado pelas duas empresas mineiras que se mantiveram vivas na cidade, em condições de realizar suas funções especificamente comunicativas. A alteração inicia-se pelo *Diário do Comércio*, que adquire o equipamento para a impressão em *off-set*, no final da década de 60, seguida pelo *Estado de Minas*, em 1977. Esse fato tem uma significativa importância, quando sabemos que a *Folha de São Paulo*, de acordo com o estudo feito por Juarez BAHIA (1990), iniciará a modernização de seu parque gráfico, que alavancou toda a sua reestruturação posterior, somente em 1977.<sup>21</sup> A impossibilidade de investir na modernização de seus equipamentos, tanto do *Diário de Minas* - que acaba perdendo sua gráfica e inicia os anos 80 imprimindo o jornal em

---

<sup>21</sup> "Em 1977, a *Folha de São Paulo* lidera a renovação tecnológica do jornalismo brasileiro, com a introdução da *off-set* - um sofisticado equipamento de impressão baseado em três rotativas Goss, de 300 t, a um custo declarado de 3,5 bilhões de cruzeiros. Completado por aparelhos fotoeletrônicos e itens de produção gráfica e editorial, incorpora a composição a frio, consolidando o sistema de produção que, no começo dos anos 80, é capaz de imprimir a quatro cores, à velocidade de 360 mil exemplares/hora." BAHIA, 1990. p.182.

gráficas de terceiros - quanto do *Jornal de Minas* - cujo maquinário datava da primeira metade da década de 40 - resulta na total inviabilidade empresarial, de ambos. Nessas condições, a imprensa belo-horizontina fica, de fato, restrita aos jornais do grupo Associados e ao *Diário do Comércio*, que são os únicos a terem condições de presença real no mercado de produção simbólica. E, como já vimos, consolida-se, neste período, o monopólio da informação escrita, pelo grupo dos Associados, na capital mineira, pois o perfil editorial do *Diário do Comércio* o insere num nicho particular do mercado. Se há concorrência entre as duas empresas no mercado de anunciantes, como demonstrou a disputa entre o *Jornal de Casa* e o *Estado de Minas* (bem como a iniciativa do *Jornal do Shopping*), não há condições de concorrência entre os dois periódicos junto ao público leitor, na medida em que o aporte informativo do *Diário do Comércio* se dirigia para um público bastante específico e, de certa forma, incluído no universo mais amplo objetivado pelos jornais do grupo dos Associados.

Ao mesmo tempo em que ocorria a rarefação das publicações locais, num processo que apresenta singularidades no terreno belo-horizontino mas que se mostra efetivo em todo o território nacional, um outro fenômeno emerge, fruto das condições que produzem a rarefação, expressando a concentração da imprensa escrita em alguns poucos títulos de relevância no contexto nacional. Trata-se do crescimento de quatro diários tradicionais do eixo Rio-São Paulo - o *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo*, e a *Folha de São Paulo* - que passam a disputar a liderança do mercado do jornalismo diário nas suas cidades e têm a pretensão de se tornarem veículos de âmbito nacional. (Cf. BAHIA, 1990). Nessa pretensão ocupa lugar importante a estratégia de investir em sucursais nas capitais dos principais estados

brasileiros, como forma de municiar a matriz de informações locais, mas também de absorver o segmento de publicidade local que demanda uma mídia de maior abrangência. Além disso, numa estratégia empresarial bem sucedida, as sucursais desempenham um importante papel na consolidação das agências noticiosas vinculadas àqueles diários e que passam a fornecer aos veículos locais, com menor custo e maior agilidade, informações dos fatos ocorridos nos diversos pontos do território nacional.<sup>22</sup> São também dos anos 70 o surgimento e a consolidação das revistas semanais informativas, que, capitaneadas por *Veja*, inauguram uma nova forma jornalística, ocupando de forma inovadora o espaço do mercado que a decadência das "ilustradas", especialmente do *O Cruzeiro*, deixava em aberto. (Cf. BAHIA, 1990:399-407).

De fato, a importância da imprensa carioca e paulista vem de longa data na provinciana Belo Horizonte, exercendo grande influência nos meios intelectuais e políticos da cidade e atraindo levadas de profissionais para suas redações a ponto de se dizer que havia mais mineiros por metro quadrado nos jornais do Rio e de São Paulo do que nas redações belo-horizontinas. (Cf. WERNECK, 1992). A novidade da década de 70 é a marcante presença dos jornais e revistas do Rio e de São Paulo, disputando público e anunciantes com os jornais locais, e a presença da sucursal no terreno editorial da cidade, criando, por via da diferença da inserção mercadológica dos jornais de fora, do seu distanciamento das questões de política local e das exigências do padrão jornalístico pretendido pela matriz, uma contraposição à imprensa local, possibilitando uma versão mais heterogênea do jornalismo consumido na cidade naqueles anos. Oferecendo salários mais atraentes aos profissionais, adotando táticas mais agressivas

---

<sup>22</sup> Segundo entrevista com o jornalista Otaviano Lage à autora em maio de 1992.

no mercado publicitário local, modernizando a forma jornalística tanto por exigência do acirramento da competição entre os produtos no contexto ampliado em que atuavam quanto pela antecedência cronológica do processo de modernização daquelas publicações em relação aos jornais locais, as sucursais expressavam a face mais moderna do exercício jornalístico, conquistando para os veículos que representavam um espaço extremamente significativo na configuração do novo quadro do jornalismo impresso de Belo Horizonte.

A presença das sucursais no terreno belo-horizontino atenua o papel monopolizador do *Estado de Minas*, já que uma cobertura maior dos acontecimentos da cidade e do estado passa a fazer parte dos jornais e revistas de outros centros que aqui atuam por intermédio da sucursal. Esse fato garante uma expansão do mercado de trabalho do jornalista - inclusive, atuando nos níveis salariais da categoria - e possibilita um maior leque de alternativas ao leitor. Entretanto, se a expansão dos jornais e revistas de São Paulo e do Rio tem este aspecto positivo, por outro lado ela contribui também para o processo de concentração da mídia impressa em Belo Horizonte, pois torna-se cada vez mais difícil o surgimento e, principalmente, a permanência de novas publicações na capital mineira. Num contexto em que o índice de leitura de jornais é baixo, o mercado de anunciantes é restrito e, especialmente, monopolizado, onde ocorre uma "acomodação" do terreno, após as alterações do mercado de anunciantes e de público produzidas pela consolidação da mídia eletrônica - especialmente do jornalismo televisivo -, a atuação da sucursal, na forma e nas condições em que ela ocorre, acaba ocupando espaços importantes do mercado regional e, de fato, dificultando ainda mais a oxigenação e renovação da imprensa belo-horizontina.

Para o leitor da cidade, entretanto, mesmo se mantendo fiel à mídia local, como atestam os índices de crescimento empresarial dos Diários Associados, o aumento da presença nas bancas da cidade de publicações de outros centros contribuiu grandemente para a apreensão mais heterogênea da realidade - mesmo considerando os limites da chamada grande imprensa e particularmente as restrições ao seu funcionamento impostas pela ditadura - o que não seria possível se vigisse, pura e simplesmente, o monopólio Associado. Afinal, mesmo tendo se modernizado técnica e empresarialmente e adotado um padrão jornalístico mais atual, o *Estado de Minas* -para ficarmos apenas no "carro-chefe" do grupo - continuava um jornal provinciano, de conteúdo acanhado.(CARRATO, 1987:5-11). A sua cobertura dos acontecimentos políticos era controlada, tanto pela censura, como ocorria com toda a imprensa no país, quanto pela articulação de interesses que presidia as relações entre a direção do jornal e o Palácio da Liberdade.

Eram tempos estranhos aqueles anos iniciais da década de 70. Vivia-se a euforia do Brasil Grande, das estatísticas de crescimento e modernização e sofria-se cotidianamente a mais dura repressão da história política recente do país, com a cidadania cassada no seu direito de ação e de palavra. E, no entanto, modernizava-se o setor de comunicação social do país. Em Belo Horizonte, como em todo o Brasil,

"passa pelo Estado, pelos seus subsídios, empréstimos favorecidos, verbas publicitárias e isenções fiscais, e não pela esfera pública e seus leitores, o processo de acumulação da empresa jornalística nos anos 70." (KUCINSKI, 1991:XXIII).

Frente às transformações ocorridas no mercado publicitário mineiro, fruto da crise econômica dos anos 60 e especialmente do processo de centralização que marcou o crescimento econômico do país na primeira metade da década de 70, os meios de

comunicação de massa, especialmente os veículos impressos locais, vão depender cada vez mais da publicidade governamental, expressa nos anúncios institucionais, na divulgação dos serviços, na publicação de editais do governo e de empresas estatais, compensando dessa maneira, e provavelmente com vantagens financeiras e políticas, o relativo esvaziamento do setor de varejo e da atividade bancária privada. Essa dependência seria atenuada apenas nos anos finais da década, com o impulso dado pelo "milagre", especialmente com o *boom* imobiliário vivido pela cidade naquele período. Entretanto, se surgiram outras alternativas de financiamento para os meios massivos, em contraposição aos recursos governamentais existentes, esse fato não foi capaz de anular ou de neutralizar a subordinação da imprensa mineira aos interesses políticos dominantes do Estado, produzida pela convergência entre os interesses do regime militar e as necessidades de crescimento e expansão das empresas de comunicação existentes.

Era um quadro em que a modernização empresarial, tecnológica e jornalística se desdobrava como "simulacro de modernização, em que se misturou o fechamento de jornais *manu militari* com a adoção de técnicas modernas de gerenciamento e *marketing*." (KUCINSKI, 1990:XXII). A modernização técnica das empresas jornalísticas significa também uma modificação no volume dos investimentos financeiros necessários à implementação do jornal, o que acaba resultando num formato empresarial que passa a exigir um gerenciamento mais adequado, de maneira a garantir retorno ao investimento feito. Além disso, a exigência de recursos mais alentados para a implantação e a manutenção de um jornal restringe ainda mais a possibilidade de surgimento de novos títulos, o que é apenas uma outra maneira de demonstrar que, de

fato, os tempos da "aventura" jornalística desapareceram. Em seu lugar, o jornal enquanto "negócio" mostra sua força e se insere, de uma vez por todas, na esfera de produção de mercadorias. A rigor, uma mercadoria especial, que utiliza materiais e equipamentos, agencia fatos e opiniões e mobiliza vontades, afetos e ações.

Nestas condições, transformou-se também o exercício do jornalismo, extinguindo-se por essa via uma cultura jornalística de traços marcadamente românticos que fazia de cada reportagem uma aventura pessoal inesquecível e concebia a atividade como um território de muitos "encontros marcados".<sup>23</sup> Um outro aspecto que merece destaque diz respeito às modificações que a forma jornalística sofre neste período. Como as análises a respeito do tema mostram, sempre houve uma relação estreita entre o jornalismo e a literatura. De fato, como bem demonstrou ORTIZ (1988:25-28), o jornal havia sido a esfera de consagração de escritores, sendo que, em Belo Horizonte, em decorrência do maior estreitamento do mercado editorial, a grande maioria dos escritores mineiros e, especialmente, belo-horizontinos, vai encontrar no jornal tanto a sua subsistência quanto a possibilidade de reconhecimento do círculo de

---

<sup>23</sup> "(...) acelerou-se o processo de assalariamento dos jornalistas, o fim de uma cultura jornalística de relativo desprendimento salarial, compensado por satisfações intelectuais, literárias e ideológicas. Passou a prevalecer nos novos projetos modernizadores que operaram essa mudança, como o JORNAL DA TARDE e as publicações da Editora Abril, especialmente VEJA, um mecanismo oposto de compensações: salários relativamente elevados. Assim, o assalariamento se consolidou como relação de trabalho no jornalismo brasileiro, no âmbito da modernização silenciadora e da legislação autoritária de 1968, que instituiu a obrigatoriedade de diploma para jornalista e seu registro no Ministério de Trabalho. E nas redações mais atrasadas e provincianas, exacerbou-se o mandonismo e o favoritismo, em decorrência das relações privilegiadas entre as empresas e o Estado, da eliminação da estabilidade no emprego, com a introdução do FGTS, da repressão aos sindicatos e da perda de importância relativa do público leitor. No interior de cada grande empresa de comunicação o jornalista deixou de ser sujeito, mesmo minimamente. Tornou-se objeto do arbítrio, despojado de autonomia intelectual. Essa especificidade do modo de produção intelectual da imprensa brasileira assumiu forma acabada após o AI-5 de dezembro de 1968." KUCINSKI, 1991. p.XXIII-XXIV.  
Ver também: WERNECK, 1992.

literatos e de público.<sup>24</sup> A partir de 70, se as relações entre jornalismo e literatura há muito haviam se alterado, mesmo o espaço da crítica literária e da expressão artística nos jornais mineiros, que já se encontrava em declínio desde a década anterior, acaba por se extinguir quase completamente, resistindo apenas no *Suplemento Literário do Minas Gerais*, que também se esgota na segunda metade da década. Certamente esse fenômeno resulta do crescimento do mercado editorial do país, em termos de novos títulos e do quantitativo editado, o que acaba por produzir a distinção entre a esfera literária e a jornalística, com a conseqüente diferenciação dos critérios de legitimação e consagração da obra literária. Mas a transformação da forma jornalística, que ocorre no mesmo período, contribui também para a produção desse fenômeno. A adoção de uma linguagem que pretende ser objetiva, fundada na exploração e na divulgação dos fatos, que se normatiza por regras técnicas de produção textual e por critérios políticos de edição, afasta-se definitivamente da produção literária, configurando um campo próprio de produção simbólica. Assim, para o leitor de jornais parece ficar garantido um conteúdo mais informativo, em que se teriam melhores condições de produção autônoma de opinião frente aos fatos objetivamente apresentados; uma maior abrangência da realidade obtida através de uma cobertura jornalística mais rápida e mais

---

<sup>24</sup> "Devido à fragilidade do capitalismo existente, Florestan Fernandes o qualifica de 'difícil', uma dimensão do mercado de bens simbólicos não consegue se expressar plenamente. Isso significa uma fraca divisão do trabalho intelectual e uma confusão de fronteiras entre as diversas áreas culturais.(...) Uma decorrência desse processo cumulativo de funções é a fraca especialização dos setores de produção cultural. Néilson Werneck Sodré chama a atenção para o fato de que até a década de 20 literatura e jornalismo se confundiam, a ponto de os diários serem escritos com uma 'linguagem empolada' inadequada para a veiculação de notícias.(...) Dentro desse panorama, o relacionamento de nossos críticos e intelectuais com uma esfera de produção de massa, como o jornal, tinha que ser específico. Quando João do Rio entrevistou a intelectualidade da época sobre a relação entre literatura e jornalismo, as respostas apontavam claramente para esta simbiose entre o literato e o jornal.(...) Para o escritor, o jornal desempenhava funções econômicas e sociais importantes; ele era fonte de renda e de prestígio. Devido à insuficiente institucionalização da esfera literária, temos um caso no qual um órgão voltado para a produção de massa se transforma em instância consagradora da legitimidade da obra literária." ORTIZ, 1988, p.25-28.

Sobre esta "simbiose" entre jornalismo e literatura, no âmbito de Minas Gerais e especificamente de Belo Horizonte, ver: CORREIA DIAS, 1980; WERNECK, 1992.

atual - que não se perderia na descrição "romanceada" do real, como é próprio ao estilo literário - ; um conteúdo em que se pretendia assegurar, principalmente, a distinção entre opinião e fato, entre realidade e ficção, entre realidade e desejo. A rigor, para o leitor, a nova forma jornalística - com suas preocupações com a objetividade e com a neutralidade, com sua ênfase numa linguagem fatural, moldada pela técnica - acabava por oferecer uma representação "aséptica" da realidade: uma nova modalidade discursiva, cuja pretensão se dirige para a captação da "essencialidade" fatural, apresentando ao leitor uma versão mais estreita da realidade.

Se a essas alterações, que configuram uma transformação mais geral e inserida no próprio processo de modernização da mídia impressa na contemporaneidade, acrescentarmos as restrições decorrentes da censura à informação imposta pela ditadura, teremos um quadro de grave obliteração da visibilidade de diversos e diferentes campos da sociedade. Pois, como vimos, a expansão do conteúdo informativo pretendido pelo jornalismo e perseguido através de rígido controle formal acaba também por resultar, por mais paradoxal que seja, em perda de sentido do discurso jornalístico, ao se tentar mantê-lo apenas na esfera da denotação. A rigor, essa concepção do discurso jornalístico, ao pretender eliminar completamente as dimensões avaliativas e prescritivas da linguagem, mantendo o discurso inteiramente preso à dimensão constatativa, mostra-se de fato insustentável, pois um discurso meramente constatativo - onde a expressão se congelaria no nível denotativo - seria ilegível e incompreensível. Nesse tipo de discurso, seria obliterada a carga enunciativa definidora de seu interesse, perdendo-se também por aí o próprio sentido dos fatos. A ação censória que vige no período completa o círculo que aprisiona a expressão, ao

acrescentar, às interdições ditadas pela técnica, os vetos políticos aos temas, palavras, pessoas e comportamentos, produzindo pela (des)informação cotidiana uma versão opaca da realidade. (Cf. MOREIRA ALVES, 1984:158; ASSIS, 1987) Se a adoção de padrões técnicos na construção do discurso jornalístico tenta operar o congelamento da realidade aprisionada na esfera denotativa, o silêncio imposto pela censura a áreas selecionadas de fatos e acontecimentos busca impedir que outras versões da realidade possam aparecer na cena pública. Assim, se no moderno jornalismo o discurso pretende ocupar o espaço da realidade, sendo mesmo uma forma privilegiada de sua construção, a junção dessa tendência à interdição política do regime militar acaba por limitar as possibilidades de apreensão da realidade, transformando o discurso jornalístico em uma ficção, distante, portanto, do registro "realista" que sua modernização buscava operar.<sup>25</sup>

Como desdobramento desse conjunto de transformações, alterou-se, como já dissemos, o próprio exercício do jornalismo. Acentua-se o processo de profissionalização, especialmente com a exigência de diploma universitário específico para o exercício do jornalismo. (Cf. MEDINA, 1982:44-84). A profissão, que há muito já se tornara assalariada, passara a ter uma identidade própria, diferenciando-se da fase em que o jornalismo era exercido como atividade diletante, ou até mesmo provisória, por indivíduos com um certo pendor redacional. De fato, até mesmo a estrutura de trabalho se modificara com a extinção de algumas das funções existentes anteriormente

---

<sup>25</sup> Ou, como nos diz Rodrigues, "o discurso dos *media* é o dispositivo mais activo desta transposição da referencialidade arcaica para o campo político moderno, convertendo o núcleo duro do real, uma vez transformado em acontecimento informativo, em museu folclorizado do social. A prova mais óbvia desta transposição e do resultado museiforme deste processo é a natureza combinatória dos discursos no espaço mediático, o agenciamento linear dos acontecimentos na grelha da programação ou na superfície impressa do jornal. O real converte-se em discurso referencial e o discurso substitui-se ao real. (destaque nosso). RODRIGUES, 1990. p.61.

e a junção de atividades antes diferenciadas numa mesma função, bem como uma especialização acentuada de atividades.

Percebe-se, nitidamente, a transformação da atividade profissional, em que o controle formal do jornalismo submetido às normas técnicas de redação e edição de notícias se alia ao esvaziamento gradativo daquilo que ABRAMO (1988) chamava "os pontos referenciais sobre o universo em que se vive".<sup>26</sup>

Cada vez mais submetido aos aspectos técnicos da profissão, que vivia um intenso processo de assalariamento e de perda de autonomia editorial, o jornalista protagonizou, no contexto da cidade, duas das mais bem sucedidas experiências de imprensa alternativa regional, fenômeno que marcou de forma irreversível a resistência à ditadura no plano da comunicação social, em todo o território nacional. A rigor, essas experiências significaram mais: elas representaram para muitos de seus participantes e para uma boa parte de seus leitores um espaço de participação com algum grau de autonomia e, certamente, uma possibilidade de crítica aos mecanismos de repressão, à própria sociedade e às suas normas e regras autoritárias.

---

<sup>26</sup>"O jornalista não pode ser despido de opinião política. A posição que considera o jornalista um ser separado da humanidade é uma bobagem. A própria objetividade é mal-administrada, por que se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico.(...) Para se ter êxito atualmente no jornal, o jornalista tem de ser despido de qualquer opinião sobre qualquer coisa; isso se está exigindo intimamente, não só formalmente. É uma violação do direito íntimo de as pessoas terem opinião; uma equiparação da profissão a uma espécie de renúncia a si mesmo: não se tem opinião sobre nada, principalmente opinião política. Se um sujeito é pintor e o mandam pintar uma parede de branco, isso não o impede de achar que um azul ficaria melhor, embora cumprindo a ordem de pintar de branco. Essa deveria ser a posição do jornalista, embora hoje, quando perguntado sobre qual a melhor cor para a parede, ele deva dizer que não sabe, que não tem opinião; assim ele terá sucesso." ABRAMO, 1988. p.113-115.

No final de 1975, um grupo de jornalistas do *Jornal de Minas* passa a viver um confronto com a direção do jornal, a partir da morte de Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Por determinação do proprietário do jornal é publicado um editorial, de página inteira, aprovando a ação e os métodos dos órgãos de repressão e tentando legitimar o assassinato cometido, colocando-o na conta da "guerra civil" que estaria em curso no país e informando o leitor das perdas que ocorriam no lado das forças da lei. Inconformados com esta postura e impotentes para impor uma outra perspectiva de tratamento à questão - já que a definição da linha editorial é considerada uma prerrogativa do proprietário - um grupo de jornalistas afasta-se do jornal e, após uma série de reuniões de discussões do problema, resolve criar um jornal próprio, onde fosse possível a expressão do pensamento profissional sem as restrições do exercício assalariado do jornalismo. Dessa decisão nasce o *De Fato*, cujo primeiro número é de janeiro de 1976. (Cf. CASTRO, 1992:5-19). Mensal, o jornal circulou até outubro de 1978, tendo sido uma experiência que oxigenou a atividade jornalística existente e obteve importantes repercussões na vida da cidade, em especial da classe média mais intelectualizada e mais combativa, seu público privilegiado.

Na mesma época, também por iniciativa de jornalistas, surgia na Cidade Industrial o *Jornal dos Bairros*. Quinzenal, o jornal mantém-se por seis anos e chega a atingir 64 bairros da região. Propunha-se a ser "o canal de manifestação de vários setores populares, chegando mesmo a criar espaços para aglutinação dos mesmos, tendo a preocupação de não se tornar vanguarda do movimento". (KUCINSKI, 1991:97-98). O jornal, durante os seus seis anos de vida, tornou-se uma referência

importante para a luta popular da região e deu uma contribuição relevante para a renovação da linguagem jornalística na área da comunicação popular.<sup>27</sup>

Como vimos, o *De Fato* surge como a busca do exercício autônomo do jornalismo, ao mesmo tempo em que se inscreve na luta contra a ditadura e na denúncia do conformismo social. A rigor, o *De Fato* tenta insurgir-se contra a prerrogativa do proprietário de impor a linha editorial do veículo, recusando a situação que ela impõe ao jornalista, em que, "a despeito das garantias e privilégios legais para o livre exercício da profissão, quase nunca pôde exercitá-lo, senão para divulgar as idéias de seus patrões."<sup>28</sup> Contrapondo-se ao assujeitamento do profissional operado pela grande imprensa, *De Fato* pretende contribuir na desmistificação da "velha mentira de que o jornal de jornalistas era um sonho impossível", ampliando ainda mais o âmbito de sua ação ao afirmar que

"não será apenas uma parede dos que militam na imprensa, mas um muro onde pretendemos estampar a opinião de todos os leitores que acreditam que a liberdade de expressão, de reunião e todos os direitos dos homens são pressupostos de uma sociedade justa e livre".

Ao mesmo tempo em que se contrapõe à gradativa perda de autonomia editorial que a modernização do jornalismo impõe e à impossibilidade de levar ao conhecimento do público os acontecimentos interditados pela censura, o jornalista manifesta também, através da existência do *De Fato*, seu inconformismo com a maneira pela qual se organiza - e, como vimos, naquele momento, de forma acentuada - a produção jornalística. De um certo modo, a experiência alternativa é também uma denúncia

---

<sup>27</sup> A discussão sobre o *Jornal dos Bairros* está baseada no livro de KUCINSKI (1991) e em entrevista feita pela autora com Nilmário Miranda, um dos fundadores do jornal, em abril de 1992. Sobre a relação do jornal com os movimentos populares, ver também: FILGUEIRAS, 1986.

<sup>28</sup> Cf. editorial do primeiro número do jornal *De Fato*, Belo Horizonte, jan.1976.

contra a penetração do capital na esfera da produção jornalística, sob a forma do uso intensificado de tecnologia, do gerenciamento baseado no cálculo de rentabilidade e da tecnificação do discurso. Essa penetração se desdobra, ainda, nos efeitos perversos da concentração do número de jornais e no monopólio da informação escrita. Ou, em outros termos, participar da "aventura alternativa" é também uma forma de resistir à penetração da racionalidade instrumental no domínio da ação e do discurso.

Mesmo tendo sido um sonho fugaz, ele possibilitou uma experiência significativa aos seus participantes, que se estendeu também aos seus leitores. Aos primeiros, garantia o exercício autônomo do jornalismo,

*"a satisfação pessoal do jornalista que pode escrever o que pensa e da maneira que pensa, mas também uma militância - apesar de não se usar este nome naquela época - uma contribuição ao processo em que se engajava do lado da oposição".<sup>29</sup>*

Aos últimos, oferecia um produto interessante, mordaz, irônico, capaz de proporcionar prazer e informação. Mesmo levando-se em conta as críticas feitas ao *De Fato* - uma diagramação precária, usando tipos miúdos que "embatumam" as páginas, a rotatividade das sessões nas páginas do jornal, a carência de um padrão gráfico na composição e na imagem do jornal - é possível verificar que, para além da precariedade, *De Fato* consegue inovar e renovar a forma jornalística, principalmente se considerarmos a imprensa mineira pós-64. Todavia, mais que a "oxigenação" da forma jornalística, *De Fato* foi capaz de ousar romper com a lógica de uma concepção racionalista da linguagem jornalística baseada em critérios que privilegiavam a objetividade, neutralidade e sobriedade. Abandonando o uso de uma linguagem pretensamente apenas

---

<sup>29</sup> Segundo entrevista da jornalista Miriam Christus, uma das fundadoras do *De Fato*, à autora, em agosto de 1989.

denotativa - suporte da noção de objetividade e de neutralidade jornalísticas - *De Fato* investe contra o discurso "declarador de verdades" e compõe um universo de significações múltiplas, através da articulação não convencional dos signos lingüísticos e visuais disponíveis. Bem humorado, fazendo *blague* da impostura dissimulada em moral social, denunciando com mordacidade metafórica o regime militar e o golpe que o instalou, investindo ironicamente contra as convenções autoritárias e excludentes que regulam o comportamento social, *De Fato* consegue articular forma e conteúdo jornalísticos, ainda que de maneira precária, intuitiva e incipiente, num padrão interessante e inovador.

O *Jornal dos Bairros*, que comparece como um paradigma dos jornais denominados "basistas" no estudo feito por KUCINSKI (1991) sobre a imprensa alternativa, apresenta algumas questões interessantes para a discussão da configuração da imprensa escrita. De um lado, apresenta-se como espaço de aglutinação de jornalistas, estudantes de comunicação e intelectuais de vários matizes que buscavam realizar um jornalismo que pudesse estar comprometido com as questões populares. Sob diversas formas, a ação empreendida pelos participantes do *Jornal dos Bairros* derivava da crítica à grande imprensa, baseada, seja nas versões da crítica altusseriana "aos aparelhos ideológicos de Estado", seja nas versões "apocalípticas" da indústria cultural. A rejeição ao modelo operado pela grande imprensa, expressa na recusa da verticalidade e do autoritarismo que comandavam as relações entre os jornalistas e destes com os receptores, bem como do caráter manipulativo atribuído às informações veiculadas pelos grandes jornais, o qual se originava da articulação de interesses entre os proprietários dos jornais, os grandes grupos econômicos e o poder político dominante, animava o

grupo do *Jornal dos Bairros* a produzir uma contraposição à grande imprensa. Buscou-se, assim, criar um jornal que operasse, no seu funcionamento, um exercício jornalístico fundado nos princípios do trabalho coletivo, da prática da decisão colegiada sobre o conteúdo editorial de cada número, onde o leitor comparecia sugerindo temas, criticando abordagens, participando da distribuição do jornal, colaborando na produção de matérias. Além disso, era preciso inovar a linguagem utilizada, experimentando desde novas formas de apresentação gráfica do jornal até mesmo palavras e termos mais adequados, que pudessem melhorar o nível de comunicação do conteúdo veiculado, considerando-se o público ao qual se destinava. Assim, buscava-se no jornal tanto uma nova organização da produção jornalística, quanto uma outra forma jornalística, ambas inseridas no marco das críticas feitas, naquele período, à grande imprensa e inscritas no campo da imprensa popular.

De outro lado, a iniciativa inscrevia-se também no terreno dos movimentos populares, como um espaço que permitisse a visibilidade pública de ações, pessoas e grupos vinculados aos movimentos que se articulavam em torno dos interesses da comunidade, vale dizer, dos bairros nos quais o jornal atuava. E mais: por recusar o papel "de vanguarda e direção" dos movimentos populares, numa clara rejeição aos modelos de ação política vigentes em setores da esquerda, ainda naquele período, o jornal buscava garantir a autonomia dos setores populares, seja na expressão de seus interesses, seja na definição de suas formas de organização e de seus objetivos de luta.

E, para completar esta visão panorâmica da imprensa belo-horizontina dos anos 70, na tentativa de compor o cenário da experiência

comunicativa do habitante da cidade naquele período, não se poderia deixar de mencionar o *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Em 1966, o governador Israel Pinheiro

"resolveu devolver ao enfadonho *Minas Gerais* a feição que tivera em outras épocas. Um jornal que amenizasse a prosa burocrática com algum noticiário, colunas e um pouco de literatura. Afinal, argumentava o governador, o *Minas Gerais* era o único jornal que chegava a cerca de duzentos municípios do Norte do Estado." (WERNECK, 1992:178).

Tendo como editor o escritor Murilo Rubião, o *Suplemento Literário* foi lançado a 3 de setembro de 1966, como encarte das edições de sábado do diário oficial.

"Teve, em sua primeira e mais brilhante fase, um cardápio que não se restringia à ficção, à poesia e ao ensaio sobre literatura. Tratava, também, de teatro, cinema e artes plásticas." (WERNECK, 1992:179).

Assim, durante quase nove anos, o *Suplemento Literário* foi um importante laço entre os novos intelectuais e aqueles das gerações anteriores, constituindo-se também num espaço aglutinador da produção literária daquele período, inclusive dando origem a uma chamada "geração Suplemento". A iniciativa sobreviveu a diversas mudanças de editor, e resistia às incompreensões originadas nos "grotões interioranos" que se escandalizavam com a licença poética da linguagem utilizada, às pressões dos "passadistas" da Academia Mineira de Letras, às censuras e aos vetos do regime militar. Em maio de 1975, "um número do suplemento foi empastelado nas oficinas, por ordem do diretor da casa (...) enquanto um editorial do *Minas Gerais* anunciava que a publicação seria reformulada, com vistas a 'uma maior integração de outras fontes de cultura, de maior densidade e abrangência.'" (WERNECK, 1992:183). Com alterações essenciais no seu perfil editorial, o *Suplemento Literário* ainda continuou a existir durante algum tempo, mas deixou de ser relevante e misturou-se à modorrenta face burocrática do diário oficial.

Uma outra questão ligada às transformações do jornalismo manifesta-se também neste período e assume grande importância, tanto no campo das relações sociais, quanto na política. Estamos nos referindo às modificações nas organizações de representação dos jornalistas e ao papel que elas passam a exercer no contexto da cidade.

Em 1974, um grupo de jornalistas se reúne e decide mobilizar a categoria para disputar as eleições no Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.<sup>30</sup> Naquela época, o sindicato, que havia tido, em outros tempos, uma significativa participação nas lutas sociais, tornara-se uma entidade que funcionava estritamente nos limites da legislação autoritária: tornara-se um centro de prestação de serviços aos seus associados, na área da assistência médica, odontológica, habitação, entre outras. E funcionava como um órgão de representação social, submetido ao interesse patronal e quase sem iniciativa nas questões de interesse sindical da categoria.

Após uma série de articulações em que se procurou criar uma frente de oposição aos setores que, até então, detinham o poder no sindicato, o novo grupo é vitorioso nas eleições e assume a diretoria da entidade disposto a modificar o seu perfil de atuação. Mantendo ainda suas atividades assistenciais, promove o saneamento das finanças, através da transformação da mensalidade sindical em anuidade e estimulando a participação dos jornalistas nas atividades do sindicato. Desenvolve uma

---

<sup>30</sup> Essas reflexões sobre o sindicato dos jornalistas se baseiam nas informações obtidas através de entrevista realizada pela autora, em abril de 1992, com o jornalista Dídimo Paiva, presidente do sindicato no período 1975-1978. Também foram importantes para a análise, as informações prestadas pelo jornalista Washington Melo, presidente do Sindicato dos Jornalistas no período 78-80 e presidente da FENAJ em 1980-1983, em entrevista à autora, em setembro de 1993.

intensa campanha de fiscalização do exercício profissional, com base na lei de 1969, que regulamentou a profissão do jornalista e passa a exercer importante papel nas lutas salariais da categoria. Procura democratizar o funcionamento da entidade, estimulando a participação dos jornalistas, realizando reuniões nas redações, admitindo a presença nas assembléias da categoria, inclusive com o direito a voto, de profissionais que haviam tido seus direitos políticos cassados pela ditadura. E, principalmente, passa a ter uma presença importante na luta pela liberdade de imprensa, protestando contra as arbitrariedades do regime e colocando-se explicitamente ao lado das forças que combatiam a ditadura.

A prática renovada do Sindicato lhe confere grande legitimidade no seio da categoria, ao mesmo tempo em que se tornam bastante tumultuadas as relações com os proprietários dos jornais, habituados que estavam com uma conduta submissa do sindicato. Mas, para além das repercussões no terreno das relações sindicais internas à categoria, a nova postura do sindicato de jornalistas o habilita a participar da luta pela renovação sindical na cidade e, mesmo, no país. A diretoria articula-se com outros sindicatos que já haviam sido subtraídos ao controle dos "pelegos" e, mesmo contrariando algumas posturas mais comedidas ou enfrentando o medo da repressão, participa de muitas das lutas que ocorrem na cidade, coloca a sede do sindicato à disposição de outros grupos profissionais que buscam se organizar e marca sua presença em diversas solenidades de posse de novas diretorias eleitas.

Nessas condições, o sindicato dos jornalistas torna-se um espaço importante na luta contra a ditadura, especialmente naqueles aspectos relacionados à

liberdade de expressão e de opinião. Dadas as características do sindicato - representante da categoria de profissionais com atuação privilegiada sobre os mecanismos de produção da visibilidade pública da sociedade - ele funciona como uma grande caixa de ressonância dos movimentos de que participa, ao proporcionar, desses, alguma repercussão nos jornais, às vezes pela sua simples presença e ainda que sob a forma de pequenas notas ou de mera referência fatural, garantindo por essa via alguma visibilidade social às lutas do período.

## 2.2. Ásperas dissonâncias

Em Belo Horizonte, o rádio ocupou um lugar importante na vida da cidade nas décadas de 40 e 50, adotando um padrão de funcionamento nos mesmos moldes que haviam caracterizado aqueles anos como a "era de ouro do rádio" no Brasil. Infelizmente, esta é uma história que ainda está para ser escrita, pois não se encontram trabalhos que, abordando tal questão, possam nos oferecer elementos para melhor conhecer esta faceta da vida belo-horizontina. Chegam até nós apenas os ecos do pioneirismo dos mineiros que teriam implantado, em 1924, a **Rádio Club de Belo Horizonte**, de curta trajetória.<sup>31</sup> Ou ainda, a implantação da **Sociedade Rádio**

---

<sup>31</sup> Esta é uma questão muito polêmica, pois são muitas as versões sobre a instalação da primeira emissora de rádio de Belo Horizonte. Estamos nos reportando diretamente ao levantamento feito por Vampré a respeito do tema. Temos conhecimento, entretanto, de que existem alguns relatos de antigos profissionais do rádio mineiro que contestam os dados de Vampré, ou apresentam divergências nas datas por ele referidas.

"Também os mineiros, em 1924, tiveram sua primeira emissora quando a **Rádio Club de Belo Horizonte** entrou em operação na capital mineira. Tinha o prefixo internacional SQ1H, um transmissor Western Electric de 500 watts, e onda de 275 metros. É muito provável que a trajetória dessa emissora tenha sido curta. (Esta emissora, de que não há maiores registros, figura na relação de emissoras da revista *Antenna*, edição de 1926.) (...) Já a 6 de fevereiro de 1927, utilizando-se de antenas do serviço radiotelegráfico da Rede Mineira de Viação, um grupo de idealistas, composto por Josafá Florêncio, Manes(?), José

**Mineira**, colocada no ar de forma semi-clandestina com a ajuda de antenas do serviço telegráfico da Rede Mineira de Viação. De acordo com VAMPRÉ (1979:67),

"Belo Horizonte que desde 1927 contava com a sua **Rádio Mineira**, teve, a 10 de agosto de 1936, a inauguração da **Rádio Guarani** e, a 3 de setembro, da **Rádio Inconfidência**. A **Rádio Guarani**, fundada por Lauro de Souza Barros, entrou em operações, em caráter experimental, em sua própria residência. Logo a seguir transferiu-se para o centro da cidade. Sua inauguração ocorreu com a orquestra do maestro Pastore executando a profonia da ópera de Carlos Gomes, com Teóphilo Pires, primeiro locutor da rádio, anunciando seu prefixo e o seu *slogan* 'A voz do Povo'. Nos idos de 42, passou a integrar o grupo dos Diários e Emissoras Associados. A **Rádio Inconfidência**, 24 dias depois, era por sua vez inaugurada sob os auspícios do governo, então chefiado por Benedito Valadares. Foi a primeira emissora estatal vinculada a um governo estadual. Desde o início usou o *slogan* 'Emissora Padrão do Estado', sofrendo no entanto, uma série de restrições, principalmente no setor jornalístico, por sua direta dependência do Palácio da Liberdade."

Durante muito tempo, foram apenas essas três, as emissoras que operavam na capital mineira, cuja atuação seria assim resumida:

"Em 1951, Belo Horizonte contava apenas com três estações de rádio. No topo do sucesso, a **Inconfidência**, com seus novíssimos 50 quilowatts de potência, três orquestras completas, um *cast* de músicos, cantores e radio-atores comparável aos melhores do país, instalações modernas e todo o apoio do governo do estado. Em segundo lugar, a **Guarani**, que seguia a mesma receita, mas não conseguia superar a emissora oficial. Por último, a **Mineira**, irmã mais pobre da **Guarani** e, também ela, parte do império dos Diários e Emissoras Associados." (CARVALHO & MARTINS, 1992:23).

Em 1952, surge a **Rádio Itatiaia**, uma concessão autorizada a funcionar na cidade vizinha de Nova Lima, mas que opera basicamente com vistas à audiência belo-horizontina e que vai significar uma alternativa de programação baseada

---

Teodoro da Silva e Marques Lisboa, colocava no ar, a título experimental, a **Sociedade Rádio Mineira**, mais tarde registrada com o prefixo PRA-Q e, posteriormente PRC-7. E um mundo de coisas aconteceu." VAMPRÉ, 1979. p.33-43.

na cobertura de eventos esportivos e numa agressiva estratégia jornalística. (Cf. CARVALHO & MARTINS, 1992). Em 1954, é criada a **Rádio Minas**, apresentando uma programação essencialmente musical, baseada na experiência de seu proprietário, que teria tido uma passagem pela radiofonia inglesa. Em 1955, surge o **Rádio Jornal de Minas**, vinculada à Cúria Metropolitana e que funciona durante algum tempo ligada ao *O Diário*, também de propriedade da Igreja Católica.<sup>32</sup>

Com o advento da televisão, o rádio se vê esvaziado no seu papel de lazer e de entretenimento. Perde espaço junto ao público, constata a transferência de seu pessoal para o novo veículo, que suga também importantes fatias da sua programação, e chega aos anos 70 com apenas metade do investimento publicitário que conseguia obter em 1950.

"Como o faturamento era menor, as emissoras passaram a investir menos, tanto em produção quanto em equipamento e pessoal técnico e artístico. O rádio aprendeu a trocar os astros e estrelas por discos e fitas gravadas, as novelas pelas notícias e as brincadeiras de auditório pelos serviços de utilidade pública. Foi se encaminhando no sentido de atender às necessidades regionais, principalmente ao nível da informação. Começa a acentuar-se a especialização das emissoras, procurando cada uma delas um público específico. Já não era possível manter produções tão caras quanto as do período anterior: a especialização vai se acentuando cada vez mais, principalmente nas grandes cidades." (ORTRIWANO, 1985:21-22).

Se era esse o quadro da comunicação radiofônica no país nos anos 60, Belo Horizonte não era uma exceção. Havia surgido três novas emissoras na cidade, mas o final daquela década pode ser caracterizado como muito difícil para o setor, pois à perda de recursos humanos e financeiros se somava uma indefinição dos rumos do rádio, cuja

---

<sup>32</sup> Segundo os depoimentos dos radialistas Fábio Martins e Geraldo Ferreira, concedidos à autora em julho de 1992.

busca de novas alternativas se tornava ainda mais complicada pela conjuntura política existente. (Cf. CARVALHO & MARTINS, 1992).<sup>33</sup>

A fórmula de sucesso encontrada pela **Itatiaia** nos anos 60 para se impor como líder de audiência na capital, inaugurando aqui o chamado formato eclético - música, esportes e notícias - tinha se generalizado para as emissoras, especialmente para as suas grandes concorrentes, a **Guarani** e a **Inconfidência**. O envolvimento do proprietário da **Itatiaia**, Januário Carneiro, com o *Diário de Minas* e a **TV Vila Rica**, no final dos anos 60, na tentativa de construir um conglomerado de comunicação na capital mineira - a Força Nova de Comunicação, já aqui referida - havia desestabilizado financeiramente a emissora, que vivia uma situação crítica. Um pouco antes, por volta de 1966, a **Rádio Guarani**, buscando modificar seu padrão de atuação, optando por melhorar sua performance e capturar uma fatia maior da audiência, havia decidido investir mais na fórmula eclética e tinha esvaziado a **Rádio Itatiaia** de seus melhores quadros no jornalismo e na crônica futebolística, mediante condições de trabalho - especialmente salariais - mais atraentes. (Cf. CARVALHO & MARTINS, 1992:125-126).

O certo é que no início de 70 as opções do ouvinte belo-horizontino, em relação às emissoras locais, não eram muitas. Na faixa AM, no formato eclético, o *dial* oferecia as três emissoras - **Guarani**, **Inconfidência** e **Itatiaia** - com uma programação muito similar: uma grande cobertura jornalística, em geral um longo noticiário pela manhã ou ao meio-dia e pequenos noticiosos inseridos ao longo da programação; diversificados programas musicais, muitos deles contando com a

---

<sup>33</sup> Baseamo-nos também no depoimento do radialista Geraldo Ferreira, à autora, em julho de 1992.

participação do ouvinte através de pedidos pelo telefone e a distribuição de prêmios pelos patrocinadores; ampla cobertura do futebol, especialmente do mineiro, que se expandia em crônicas e comentários sobre os eventos esportivos; prestação de serviços ao ouvinte, a chamada "utilidade pública". Ainda na faixa AM, mas no formato chamado *plainly music*, uma programação inspirada no modelo do rádio americano de sucesso - informação e música - compareciam a **Rádio Mineira** e a **Tiradentes**. E o gênero "vitrolão" - muita música e informação em doses homeopáticas - era oferecido pela **Rádio Atalaia**. A **Rádio Minas**, em processo de acentuada decadência motivada por problemas administrativos que levariam à cassação de sua concessão, já não tinha qualquer expressão naquele momento. A **Rádio Jornal de Minas**, da Cúria Metropolitana, transforma-se, no final dos anos 70, na **Rádio América** e funciona nos moldes já consagrados das emissoras católicas.<sup>34</sup>

Duas grandes novidades surgem no início dos anos 70. De um lado, as transformações na **Rádio Cultura** e de outro o surgimento da primeira emissora FM, a **Rádio Del Rey**. A **Rádio Cultura** introduz um conceito de programação verticalizada, buscando um segmento de público específico, no caso o público jovem. Até então se apresentava como uma emissora classe "A", "refinada e musical", mas sem nenhum destaque de audiência. Com o novo formato, conquistou o público jovem belo-horizontino, com uma programação que incluía a música jovem do período e a cobertura de eventos de interesse daquela faixa, aproveitando-se, também, da grande

---

<sup>34</sup> De acordo com os depoimentos dos radialistas Fábio Martins e Geraldo Ferreira à autora em julho de 1992.

novidade que foi o Vestibular Unificado da UFMG.<sup>35</sup> A *Del Rey* funcionava no padrão FM daquele período: muita música e pequenos noticiosos nas horas cheias, oriundos principalmente da difundida "técnica", ironicamente denominada *gillete press*.<sup>36</sup>

Entretanto, as dificuldades do rádio para encontrar seus novos caminhos eram muitas e de diferentes tipos. Em primeiro lugar, como já se mencionou, a evasão da receita publicitária impedia as emissoras de investirem em tecnologia que permitisse a melhoria das suas transmissões, exigência vital principalmente se pensarmos na qualidade da sonoridade que poderia capturar uma boa audiência para a programação musical. Mesmo tendo alcançado uma boa potência, pelo menos em termos das três maiores emissoras da cidade, que há muito haviam saído daquela situação "de falar para o centro e cochichar para os bairros", o rádio mineiro daquele período ainda "chiava" muito e seu desempenho nesse aspecto ficava muito distante da pureza sonora que vai caracterizar as transmissões radiofônicas dos anos mais recentes.<sup>37</sup> A introdução da frequência modulada (FM) levada a efeito em Belo Horizonte pela **Rádio Del Rey**, logo seguida pela **Rádio Belo Horizonte** e pela **Rádio Jornal do Brasil**, não tinha ainda conseguido impor-se no contexto. Funcionando no esquema "música, exclusivamente música", era vista apenas como uma alternativa

---

<sup>35</sup> O radialista Geraldo Ferreira foi o responsável por toda a transformação ocorrida na Rádio Cultura, naquele período. De acordo com os depoimentos dos radialistas Fábio Martins e Geraldo Ferreira, à autora, em julho de 1992.

<sup>36</sup> *Gillete press* é a maneira irônica com que os próprios profissionais do rádio designam a forma pela qual algumas emissoras, por não terem departamentos de jornalismo ou pela fragilidade do mesmo, resolvem o problema de seus noticiários: com a *gillete* recortam-se notícias dos jornais ou do telex para serem lidas pelo locutor. No caso do noticiário via telex, às vezes, é-se um pouco mais sofisticado: o material recebido é "penteado" - o termo usado é "pentear telex", uma prática que não é exclusiva do rádio - ou seja, é adaptado para o formato do noticiário radiofônico.

<sup>37</sup> Nos termos do depoimento do radialista Geraldo Ferreira à autora em julho de 1992.

empresarial de baixo custo, já que demandava poucos recursos humanos para o seu funcionamento. Além da própria característica dessa faixa de onda, de menor alcance, as emissoras operavam, em geral, com transmissores de baixa potência e, mesmo ligadas a grupos nacionais, tinham um perfil estritamente local. Além disso, dois outros fatores vão restringir muito a expansão das rádios FM. De um lado, ocorre que muitas das concessões para este tipo de faixa vão ser outorgadas aos grupos que já tinham emissoras operando em AM e que não vão se preocupar em investir na busca de uma linguagem mais apropriada às transmissões em frequência modulada. Por outro lado, o aparelho receptor da faixa FM somente se populariza na segunda metade da década de 70, o que levou a se considerar a frequência modulada uma modalidade de comunicação destinada aos segmentos de maior renda, configurando um estreitamento das linhas de programação das emissoras. (Cf. ORTRIWANO, 1985).

Em segundo lugar, a programação baseada em informações jornalísticas aparece, paradoxalmente, como alternativa num período em que se constituía a censura nos meios de comunicação do país. Desse modo, os departamentos de jornalismo são obrigados a aprender a conviver com a restrição da informação, o que muitas vezes acabava por significar a interdição de boa parte das matérias consideradas de interesse jornalístico. A comunicação radiofônica se vê castrada naquilo que melhor poderia caracterizá-la: a agilidade do seu desempenho jornalístico e a cobertura do "fato quando ele ainda está acontecendo". A cada dia, especialmente na primeira metade da década, aumentava o número e o tipo de elementos interditados pela censura, obrigando os profissionais a se dedicarem, nas suas reportagens, a assuntos distantes da temática do jornalismo radiofônico, tanto pela irrelevância do fato, quanto pela inadequação do

tema e/ou abordagem à linguagem do meio.<sup>38</sup> Emblemática dessa situação teria sido, por exemplo, uma matéria feita sobre "a beleza do desabrochar das flores da Praça da Estação". Impedido de realizar uma cobertura sobre tema relevante, devido às imposições da censura, o repórter vai à Praça da Estação e de lá, ao vivo, relata para o ouvinte a situação dos canteiros de rosas ali existentes. Entrevista os passantes em busca de suas impressões sobre a beleza das rosas, descreve suas formas e cores e comenta as atitudes dos transeuntes em relação à praça. De volta à emissora, o repórter se surpreende com o número de telefonemas recebidos pela redação: entre perplexos, indignados e satisfeitos, os ouvintes interrogam a emissora sobre a reportagem feita, buscando apreender o sentido daquela ação que lhes soava, no mínimo, estranha.

As exigências da censura criam uma série de constrangimentos às reportagens "ao vivo", submetendo os profissionais e as emissoras a um terror constante de sanções - que iam desde ameaças de tirar a emissora do ar até processos baseados na draconiana Lei de Imprensa do período - caso a fita gravada da matéria veiculada (que devia ser enviada, obrigatoriamente, aos órgãos de censura) contivesse, no entendimento do censor de plantão, qualquer infração às regras vigentes. Essas, aliás, funcionavam como um verdadeiro "garroteamento" ao jornalismo radiofônico por proibir desde referências a temas, palavras, pessoas ou ações consideradas perniciosas ao regime militar, até o uso da inflexão de voz na locução radiofônica, para que não se produzissem, por essa via, efeitos de sentido estranhos aos objetivos da censura.

---

<sup>38</sup> São bastante profícuos os relatos dos profissionais belo-horizontinos sobre a ação da censura no rádio, naquele período. Os dados aqui apresentados foram fornecidos pelos depoimentos do jornalista Sérgio Prates (Rádio Guarani), do radialista Geraldo Ferreira (Rádio Cultura) e do professor e radialista Fábio Martins (Rádio Itataiaia e Rádio Inconfidência).  
Ver também: CARVALHO & MARTINS, 1992. Especialmente p.124, 126, 147-149.

Como aconteceu no campo do jornalismo impresso, a ação censória também vai se constituir num elemento conformador do padrão do jornalismo radiofônico naquele período, em que pesem as diferenças das emissoras na sua relação com a censura política, especialmente a contraposição que se poderia fazer naquele momento entre o posicionamento assumido pela **Rádio Itatiaia**, que, a duras penas, tentava manter alguma autonomia editorial, e as rádios **Guarani** e **Inconfidência** mais submissas aos ditames do regime militar.

Na segunda metade da década a situação se altera, principalmente pelo maior aporte de recursos publicitários, fruto do desenvolvimento econômico ocorrido, o que vai possibilitar algum investimento tecnológico, preparando o terreno para a expansão do rádio FM nos anos 80, bem como as transformações nos perfis das AM. São reforçadas as tendências à segmentação das emissoras, que particularizam a mensagem garantindo dessa forma uma audiência mais fiel, mas abrem mão de uma performance mais universalizante que havia possibilitado, no passado, a importância do rádio no terreno da formação da opinião. Para o ouvinte belo-horizontino fica a experiência de uma vibrante cobertura futebolística, seguida pelos polêmicos "papos de bola"; aparece uma "rádio polícia" que, dramatizando o cotidiano do noticiário policial inaugura o jornalismo "puro sangue", que tanto sucesso fará nas décadas seguintes; experimenta a "dor de braço" na tentativa de buscar, muitas vezes em vão, uma alternativa diferente na faixa FM; vê o noticiário restringir-se cada vez mais, privilegiando o sensacionalismo, a linguagem editorialesca e aprisionando a informação nos limites do material enviado pelas agências noticiosas.

A rigor, a década de 70 é considerada uma "década perdida" para o rádio na opinião de muitos dos seus profissionais. Afinal, nos anos 60, o rádio perdera espaço junto ao público, anunciantes e profissionais; não conseguiu modernizar-se, pois as alternativas para seu funcionamento, em melhores condições, eram-lhe negadas pela interdição da censura e pela precariedade tecnológica. Além disso, a fatia de público que lhe restara - aquelas camadas de menor poder aquisitivo, que não tinham condições de adquirir um aparelho de televisão - integrara-se, após o milagre e pelos mecanismos diretos de financiamento ao consumidor, ao conjunto de telespectadores. (Cf. ORTRIWANO, 1985).<sup>39</sup> Obviamente, não estamos admitindo aqui que os telespectadores e radiouvintes seriam dois conjuntos excludentes. Entretanto, a expansão da televisão, seu maior aporte de recursos e, especialmente, seu maior prestígio social, continua a repercutir de forma negativa sobre o segmento radiofônico. Será apenas nos anos 80 que o rádio belo-horizontino encontrará seus próprios caminhos e poderá, de fato, inserir-se de forma relevante no conjunto da experiência comunicativa do habitante da cidade, ao ter condições de operar - de forma expandida e com tecnologia apropriada - os elementos que configuram sua ação propriamente comunicativa.

---

<sup>39</sup> De acordo com o depoimento do radialista Geraldo Ferreira à autora em julho de 1992.

### 2.3. "Uma rua começa em Itabira, que vai dar em qualquer ponto da terra." <sup>40</sup>

A televisão chegou a Belo Horizonte em 1955, quando foi inaugurada a **TV Itacolomi**, de propriedade dos Diários e Emissoras Associados. Foi a terceira estação de televisão implantada no Brasil. No período que se seguiu à sua inauguração - um evento que incluiu, além da transmissão de imagens captadas pelos poucos aparelhos receptores da cidade, solenidade de benção das instalações da emissora pelo arcebispo, almoço, festa exclusiva na *boite* Acaica para convidados selecionados, visitas de autoridades e muitos discursos ufanistas - a **TV Itacolomi** precisou vencer inúmeras dificuldades até conseguir fazer jus ao *jingle* que anunciava a sua programação e que se tornou, juntamente com o simpático indiozinho que o veiculava, a marca da emissora:

"TV Itacolomi, sempre na liderança  
Canal 4, Belo Horizonte  
Minas Gerais." <sup>41</sup>

Tão logo foi anunciada a montagem da nova emissora, começou uma intensa campanha publicitária veiculada principalmente nos dois jornais do grupo Associados, destinada tanto a vender o veículo propriamente dito, vencendo o que seria denominado "desconfiança mineira com a modernidade do meio", quanto a

---

<sup>40</sup> Esse é um verso de DRUMMOND de ANDRADE (1973:127) do poema "América".

<sup>41</sup> Segundo as informações constantes em: *DADOS para a história da TV Itacolomi*, 1973. Obviamente, o *jingle* e o indiozinho como marca da emissora são de um período bem posterior.

implementar a venda de aparelhos receptores, elemento vital para que a iniciativa tivesse êxito. Assim, são publicadas matérias no *Estado de Minas* e no *Diário da Tarde* dando conta das transmissões que antecederam a inauguração oficial e que mostravam os benefícios e conquistas da televisão em geral e especificamente daquela que seria nomeada o "grande patrimônio dos mineiros".<sup>42</sup> As palavras de Assis Chateaubriand, numa dessas transmissões experimentais - uma *vernissage* no principal estúdio da emissora - evidenciam os elementos discursivos que ancoravam a iniciativa, buscando não apenas legitimá-la, mas principalmente enraizá-la no "coração da gente mineira":

"Recebei, ó mineiros, ainda em experiência, a vossa televisão. Sustento, há trinta anos que sois a gente de mais fantasia, de mais imaginação, de mais poesia que existe no Brasil. Lograstes fazer uma linda revolução abortícia com poetas e artistas líricos e um alferes que era também do riso. Tudo isto quer dizer que já éreis televisionários, antes de terdes essa TV Itacolomi de vossos sonhos." <sup>43</sup>

Ao mesmo tempo, surgiam anúncios da venda de aparelhos receptores nas principais casas de eletrodomésticos da capital mineira.<sup>44</sup> Marcas

---

<sup>42</sup> Segundo o discurso de Assis Chateaubriand nos estúdios da TV Itacolomi, a 22 de setembro de 1955, durante a fase experimental da emissora: "Aí tendes, em experiência, vossa Itacolomi. Digo vossa, porque vejo com que satisfação, desde que começamos a montar a Itacolomi, toda esta cidade entra a considerar a nova televisora como um bem seu, como um tesouro de sua sensibilidade e de sua alma. Este aspecto da TV Itacolomi nos é particularmente agradável. Queremos que tudo que as nossas cadeias planejam e executem seja considerado pelo povo, com quem elas vivem, como de sua propriedade, como de seu patrimônio." *DADOS...*, 1973. p.14.

<sup>43</sup> A descrição dessa experiência é bastante interessante: "Ele [Chateaubriand] falou de modo franco e ameno. Contou a história dos esforços e sacrifícios para implantar a TV Itacolomi em Minas e chamou a nós mineiros de 'televisionários de Belo Horizonte, já antes da TV doméstica'. Disse aos espectadores o porque da presença de Christiano Guimarães [então presidente da Belgo-Mineira e principal acionista do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais] a quem estimava com profunda amizade. Havia sido ele um dos financiadores da Itacolomi, ao lado da Companhia Antártica Paulista, Sul América [subsidiária do grupo Larraigotti], Indústrias Pignatari, Banco da Lavoura e Banco Moreira Sales." *DADOS...*, 1973. p.9.

<sup>44</sup> "Os jornais da capital, principalmente o *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde*, desde abril de 1955, começaram a mostrar os primeiros anúncios de aparelhos receptores para televisão. Nossas principais casas de eletrodomésticos anunciavam as marcas estrangeiras à venda e as primeiras fabricações nacionais. Cinevox, Bemoreira, Casa Liberdade, Mesbla, Lojas Gomes, Casa Itajubá, Casa Guanabara, Irmãos Levy, Mobiliadora Ingleza, Floriano Nogueira da Gama, A Radiante, a Televisão Mineira, e

estrangeiras e as primeiras fabricações nacionais compareciam na Cinevox, na Casa Itajubá, na Casa Guanabara, na Irmãos Levy, entre outras. A Mobiliadora Inglesa anunciava, com estardalhaço, que havia vendido o primeiro aparelho conjugado TV-Radiola, um espetacular modelo Philco. O restaurante Bela Napoli garantia à sua seleta clientela algo mais que o seu tradicional menu: "Televisão com churrasco".

A novidade atraía curiosos de todos os tipos, que se aglomeravam diante dos aparelhos de televisão expostos em vários pontos da cidade, maravilhados com os festejos de inauguração, que duraram uma semana, com uma programação que incluía espetáculos de danças, recitais, encenações de peças, apresentações de atores consagrados. As casas comerciais mantinham seus aparelhos ligados e os restaurantes Bela Napoli e Alba Mar aumentavam sua freguesia com a novíssima atração.<sup>45</sup> Segundo matéria publicada no *Estado de Minas*, apenas 19 dias após a inauguração oficial da emissora, já havia 5.000 lares belo-horizontinos que possuíam aparelhos receptores, sendo o público espectador estimado em mais de 10.000 pessoas. Ao que tudo indica, a campanha foi bem sucedida, como mostra a avaliação feita, tempos depois, por um diretor da emissora:

---

muitas mais, mostravam que a televisão já era uma realidade comercial palpável. A Mobiliadora Inglesa, no dia 26/06/55 fez anúncio especial no *Estado de Minas* para dizer que havia vendido o primeiro aparelho conjugado TV-Radiola, de Belo Horizonte: era um Philco. A 5/7/55 a Philips do Brasil anunciava: 'Breve, televisão em seu lar!'. Em 10/07/55 a Capital Mineira recebeu seus primeiros aparelhos de televisão e seu diretor dava entrevista dizendo: 'A Televisão é mais útil que a bomba atômica!' Hilton Guerra Viana anunciava na Televisão Mineira aparelhos 'Capehart', 'Pioneer' e 'Zenith' importados dos Estados Unidos. Enfim, a TV Itacolomi começava a entrar nos lares mineiros." *DADOS...*, 1973. p.6.

<sup>45</sup> "... a Itacolomi foi ao ar, oficialmente, com uma programação definida e fixada, de dois meses, isto é, de novembro a dezembro de 1955. Contratos assinados. Programas já entrosados. Grandes atrações preparadas para o grande evento que foi a 8 de novembro de 1955, inclusive com patrocínio comercial também determinado (...) e tudo o mais para uma atividade incessante - e toda ao vivo - até 31 de dezembro daquele ano. Era um modo de vencer a resistência e o receio muito mineiro para com o inusitado veículo de divertimentos, antes desconhecido da quase totalidade de nossa população." *DADOS...*, 1973. p.13-18.

"A semana que transcorreu de 8 a 15 de novembro de 1955 foi tão intensa e repleta de atrações que podemos dizer com toda a segurança: garantiu o êxito da televisão em Belo Horizonte, convenceu os céticos e descrentes, incrementou extraordinariamente a venda de receptores e consolidou definitivamente a **TV Itacolomi** no coração da gente mineira". (*DADOS...*,1973:25).

A confiança no veículo e a expansão do número de aparelhos receptores eram elementos essenciais para conquistar a publicidade local, pois as empresas de âmbito nacional, que também ali anunciavam, já haviam sido conquistadas pelas emissoras do eixo Rio-São Paulo, ou, quando multinacionais, há muito haviam incorporado a mídia eletrônica nas suas estratégias publicitárias. Os grandes anunciantes da cidade - a Perfumaria Lourdes, a Casa Guanabara, a Casa Inglesa, os Irmãos Levy, constantemente citados nos relatos da época - teriam se aproximado da televisão motivados tanto pelo prestígio que ela emprestava aos produtos ali anunciados, quanto pela curiosidade que sentiam, no público, pelo novo meio. Entretanto, não acreditavam que através dele pudessem obter retornos financeiros significativos aos investimentos que a publicidade televisiva exigia. Um dos seus argumentos mais fortes dizia respeito à precariedade da difusão televisiva em decorrência do pequeno número - ainda que sempre crescente - de televisores em Belo Horizonte. Daí o esforço da própria emissora, secundada pelos jornais do mesmo grupo, de afirmar a sua condição de "veículo do futuro, que aliando som e imagem deveria responder com mais força aos apelos publicitários".<sup>46</sup> Ou ainda, a sugestão de que os comerciantes colocassem em suas vitrines aparelhos de televisão permanentemente ligados na Itacolomi, como forma de estimular as vendas. Aos poucos, as resistências foram sendo vencidas, expandia-se

---

<sup>46</sup> Cf. entrevista do Dr. José de Oliveira, superintendente da **TV Itacolomi** durante muitos anos. A entrevista foi concedida a Alisson Mascarenhas Vaz, em janeiro de 1992, e gentilmente cedida pelo Dr. José de Oliveira Vaz à autora.

o número de televisores e a *Itacolomi*, sem nenhuma concorrência, ocupou o mercado de anunciantes da capital, obtendo um faturamento cada vez mais expressivo e tornando o "reclame" televisivo - com suas garotas-propaganda, seus *slides* e filmes de 16mm - uma presença comum, muito comentada e de grande prestígio e eficácia, na vida da cidade, até meados dos anos 60.<sup>47</sup> Afinal, como afirmara o *Estado de Minas*, em matéria publicada antes da inauguração da emissora, a *Itacolomi* contava

"com o mais poderoso instrumento de convicção popular - que é a imagem visual, aquela que chega ao centro perceptor do espectador com impacto virgem, sem o desgaste da palavra escrita e a restrição criadora da palavra falada. É a imagem levando a cada um a visão da realidade e sua representação, num impacto inescapável." (*DADOS...1973*: 12).

Por outro lado, era preciso também equacionar, com rapidez e eficiência, os desafios que a moderna técnica de comunicação exigia para o funcionamento da televisão. Sem nenhuma experiência no ramo - apenas uns poucos técnicos haviam sido preparados para operar o equipamento - a nova emissora precisava preencher suas horas de funcionamento com uma programação que fizesse justiça à expectativa criada.<sup>48</sup> Foram anos de produção local - novelas, programas de auditório,

---

<sup>47</sup> Houve de fato uma "época áurea" das garotas-propaganda da TV *Itacolomi*. Algumas delas fizeram carreira na televisão, como atrizes, como foi o caso de Lady Francisco. Eram convidadas para participar de festas e gozavam de grande prestígio na cidade, como era o caso de Neide Giovani, Ana Lúcia Katah, Clauzi e Cleusa Soares, entre outras.

<sup>48</sup> "As dificuldades vencidas pelo *Tupi-Rio*, *Tupi-São Paulo*, e as outras tele-emissoras do Brasil (*Record* e *Paulista*) serviram de exemplo para a *Itacolmi*, no que diz respeito à programação de suas atividades artísticas. Não possuindo experiência anterior, seu pessoal foi instruído e treinado durante a montagem e período experimental. O contingente maior que influenciou a nossa televisão veio do rádio, seguindo-se o teatro, o Ballet Minas Gerais e a experiência jornalística de nossos companheiros do *Estado de Minas*. Do Rio e São Paulo obtivemos *scripts* de peças teatrais já adaptadas e experimentadas em televisão. Roteiros de *shows*. Aprendemos a melhor técnica do tele-jornalismo vigente à época. Muitos truques de montagem. E, além disto, tivemos o cuidado de fazer divulgar as melhores obras sobre televisão, escritas nos Estados Unidos, Inglaterra e França, principalmente o manual de produção para TV, de Rudy Brest, então diretor da NBC, de Nova York, edição Mac Graw-Hill. Em Scheen e Haroldo Shelder fomos aprender o melhor para comerciais ao vivo.(...) De toda a equipe, apenas o Diretor Artístico Fernando Barroca Marinho havia feito, em 1954, um estágio de 2 meses na TV *Tupi* de São Paulo, junto a Teófilo de Barros, Cassiano Gabus Mendes e Luiz Galon e depois de um mês no Rio de

musicais, teleteatros - misturada aos noticiários e à produção importada de outros centros. A programação era quase toda transmitida "ao vivo", o que impunha soluções de cenário, montagem, locução, exigindo criatividade e muita improvisação. Assim, configurava-se o quadro, descrito por ORTIZ (1988:77-110), dos primeiros tempos da televisão no Brasil, onde a precariedade das condições de produção - expressa tanto na insuficiência e/ou inadequação dos materiais, equipamentos e instalações, quanto na exigência de um desempenho diferenciado colocado pelo novo meio aos seus profissionais, particularmente em relação ao rádio e ao teatro - desdobrava-se em criatividade e produzia uma relação com o trabalho realizado, com a equipe e com o público, fortemente marcada pelo envolvimento pessoal e pelo engajamento afetivo.

Até os primeiros anos da década de 60, sucediam-se no vídeo, ainda em branco e preto e sempre "ao vivo", programas que marcaram sua época e faziam a delícia, às vezes provocando o escândalo, do telespectador belo-horizontino.<sup>49</sup> As pessoas corriam ao telefone para aplaudir um episódio que consideravam bem encenado; manifestavam sua indignação com as cenas ou temáticas consideradas ofensivas à moral e aos bons costumes; aglomeravam-se na porta do Edifício Acaiaca, bem no centro da cidade (onde funcionava a emissora), para protestar contra a condução de algum programa ou aplaudir os artistas e apresentadores; contribuía com objetos para a

---

Janeiro, junto a Mário Povenzano, diretor da TV Tupi do Rio. Aprendera o mínimo suficiente para orientar a emissora, mas trouxera diversas idéias, produções, *scripts* e orientação para evitar as dificuldades que aquelas co-irmãs haviam enfrentado em sua inauguração e nos seus primeiros tempos." *DADOS...*, 1973. p.13-17.

<sup>49</sup> São muitos os episódios demonstrando as formas de relacionamento existente entre o público e a Itacolomi, naqueles primeiros anos de funcionamento. Um relato bastante interessante de tais episódios demonstrativos pode ser encontrado em: MALHEIROS et al., 1991. p.93,97,98. (Este trabalho é de autoria de um grupo de alunos do curso de Comunicação Social da PUCMG, orientado pelo prof. Onofre dos Santos e constitui um belo trabalho de pesquisa sobre o tema, de grande valia para o conhecimento da história da televisão em Belo Horizonte, principalmente dada a carência de estudos nessa área.)

montagem de cenários, na maioria das vezes através de "empréstimos gratuitos", onde a maior recompensa era identificar na tela o artigo emprestado; envolviam-se na trama das novelas, sugerindo desfechos, atitudes dos personagens e aplaudindo ou apupando nas ruas o artista, em função do seu desempenho na tela ou mesmo do comportamento do seu personagem na trama da novela; alegando os mais variados motivos, faziam verdadeiras "campanhas" solicitando re-apresentações, que por serem levadas "ao vivo" tumultuavam a produção, que ainda recebia reclamações pelas diferenças registradas frente à primeira apresentação; manifestavam intensa curiosidade sobre a forma encontrada pela produção para realizar determinada cena e/ou peça, obrigando a emissora a levar ao ar especiais de *making off*<sup>50</sup>; abordavam os artistas, por telefone ou na rua, em busca de conselhos e sugestões para o traje da moda, o problema sentimental, a melhor opção de negócios; intrometiam-se na vida privada dos atores, apresentadores e garotas-propaganda, solicitando encontros, informações pessoais ou avaliando sua conduta moral.

Naqueles primeiros anos, no campo do jornalismo, a *Itacolomi* precisou se apoiar no *Estado de Minas* para obter notícias e fotografias. O formato do jornal seguiu a linha já adotada nas emissoras do Rio e de São Paulo:

"O apresentador, numa mesa apropriada, lendo o texto das notícias. Ilustrações com *slides*, gravuras, fotos e posteriormente filmes nacionais, já que os estrangeiros vieram desde a fase experimental". (*DADOS...*, 1973:33).

Sob o patrocínio da Real-Aerovias do Brasil, nasceu o primeiro noticiário permanente - o **Repórter Real** - apresentado diariamente às 22 horas. Muitas vezes, as matérias

---

<sup>50</sup> O termo faz parte do jargão do meio e diz respeito aos programas que informam ao telespectador o processo de produção televisiva, especialmente as diferentes formas encontradas pela produção para realizar o trabalho mostrado na tela.

vinham redigidas do *Estado de Minas* e eram apenas ilustradas na televisão. Algum tempo depois, chegava a Belo Horizonte o **Repórter Esso**, trazido pela agência McCann Erickson, que mantinha sob rígido controle a técnica de apresentação, o cenário e a sonoplastia, especialmente gravada para o noticiário. O material internacional enviado pelas agências de notícias chegava aqui em inglês e precisava ser traduzido; os filmes de informação nacional vinham de avião e eram completados com o noticiário obtido através do rádio; as notícias locais eram ilustradas com *slides*, cartões e com filmes feitos na cidade, nas difíceis e tumultuadas "externas". Surgiram ainda, algum tempo depois, noticiários diurnos, como o **Jornal do Almoço**, apresentado diariamente às 12:30 horas. Investia-se também em entrevistas, mesas-redondas e debates, sendo que a entrevista era, muitas vezes, um recurso para preencher os "buracos" na programação. (Cf. *DADOS...*, 1973:36).

O futebol seria um tema privilegiado na programação da **Itacolomi**, sendo que os primeiros programas esportivos eram ilustrados com gravuras ou *slides*. Somente alguns meses depois é que os filmes dos jogos foram introduzidos na programação. Sob o patrocínio da Cerveja Caracú foi produzido o primeiro programa esportivo diário: A "**Resenha Esportiva Caracu**". E a primeira transmissão direta de um jogo de futebol foi feita da cidade vizinha de Sabará. (Cf. *DADOS...*, 1973:41-42).

Durante muitos anos, a **Itacolomi** iluminou sozinha as telas belo-horizontinas, participando do cotidiano da cidade e presença obrigatória nos eventos da capital: como em tantos outros lugares, foram rearranjados horários de solenidades para melhor adequá-los à cobertura da televisão; era comum aguardar a

chegada dos repórteres para dar início às formaturas que no fim do ano ocupavam boa parte dos noticiários da emissora; repetiam-se rituais de inauguração - como o corte simbólico da faixa - para que a câmera pudesse fazer a melhor tomada da cena; alteravam-se as cores dos uniformes dos times em campo para possibilitar uma melhor imagem do jogo de futebol.<sup>51</sup> Em suma, os ritos e os ritmos da cidade incorporavam de forma definitiva e irreversível a presença do novo meio e esta incorporação se fazia, alterando - sutil, mas constantemente - o significado e o próprio âmbito da representação social. Vale dizer, os ritos sociais passavam a se realizar agregando na sua composição o objetivo de produzir uma visibilidade à distância - "tele-incorporando" o espectador distante, que se fazia presente, ainda que ausente na cena concreta - e vivenciando um tempo que não lhe era próprio, mas o tempo tecnológico expresso no meio de comunicação.

Em 1962, surge a segunda emissora de televisão - a TV Alterosa - cuja propriedade se vinculava ao grupo dos Diários e Emissoras Associados, através de membros do Condomínio que controlava o grupo. Considerada uma emissora de segunda linha, sem o fausto e o carisma da Itacolomi, a Alterosa nunca obteve a importância e o prestígio da sua "co-irmã, retransmitindo a programação da TV Tupi do Rio de Janeiro. A produção local, extremamente restrita, pelo "alto custo

---

<sup>51</sup> "A Itacolomi foi a primeira a transmitir um jogo de futebol (Atlético x Vila Nova), tendo o Atlético jogado de uniforme branco, a pedido nosso, para não confundir o espectador, já que na TV preto-e-branco seu uniforme é idêntico ao do Vila Nova." *DADOS...*, 1973. p.41.

O episódio relatado abaixo é interessante como constatação da importância das cerimônias de inauguração como indicadores do prestígio das emissoras ou de seus programas: "O pessoal da Tupi, só por causa do 'Esso', conseguia que fossem repetidas as cerimônias de inauguração de uma escola ou de uma fábrica. Chegavam até a pedir, e eram atendidos, que uma fita inaugural fosse cortada e recortada duas, três vezes, até que eles ficassem satisfeitos. Eu passei a me dar conta de que o pessoal da Globo, do 'Jornal Nacional', passou a ter prestígio, no momento em que também nós conseguíamos fazer com que as cerimônias de inauguração fossem repetidas, até 'com muito prazer'." MELLO E SOUZA, 1984. p.94.

operacional e a forte concorrência", limitava-se aos programas de entrevistas e um telejornal (o **Plantão 2**, apresentado entre 1962 e 1965) que ia ao ar de hora em hora, durante dois minutos, mas que não obteve nenhum sucesso. De fato, a emissora parecia funcionar dentro de uma estratégia mercadológica de ocupação de espaços, expansão da estação carioca e desestímulo à concorrência local. Afinal, em 1961, havia surgido a **TV Belo Horizonte**, de propriedade do grupo que controlava a **TV Rio** e que retransmitia os programas da emissora carioca, na época com grande sucesso de audiência. No canal 12, a **TV Belo Horizonte** já usava, desde 1962, o equipamento de *Video-tape* (VT), que só chegou à **Itacolomi** em 1965. Entretanto, o sinal do canal 12 era muito ruim, o que dificultava a resposta positiva em termos de público.<sup>52</sup> Mesmo assim, foi por meio do VT dessa emissora e dos *links* (muitas vezes precários) da **Itacolomi** que o belo-horizontino tomou conhecimento da produção do Rio e de São Paulo, naquele período. Aliás, por este tempo, a primeira metade da década de 60, a **Itacolomi** havia perdido a liderança na capital mineira, batida pelos novos equipamentos da concorrente e, principalmente, pela novela "O direito de nascer", que, tendo sido

---

<sup>52</sup> Segundo o relato de Walter Clark, teria sido assim o surgimento da **TV Belo Horizonte**: "Até que chegou a vez de Belo Horizonte. Aquilo foi uma loucura completa. A estação foi instalada na Serra do Curral(...) hoje é um bairro nobre, de condomínios de luxo. Mas há trinta anos, era o próprio interior. Longe pra burro. E a Tv Belo Horizonte foi instalada lá.(...)Tinha um telecine caindo aos pedaços, uma câmera pior que essas usadas para pegar ladrão em lojas e um transmissor infame, fraquíssimo. Tudo movido por gerador por óleo diesel, porque lá em cima não havia luz.(...) Pois foi lá, um lugar quase inacessível, que o Pipa [João Batista do Amaral, proprietário da TV Rio] montou a estação. Não só parte técnica: a comercial também e a administração. Era uma loucura acabada. O acesso era tão infernal, que na inauguração, quase rolamos de jipe por um precipício.(...) Mais tarde, demos um coquetel de inauguração na rua da Bahia, no centro da cidade. Do salão onde estávamos, eu e o Pipa víamos uns garotinhos assistindo à **Itacolomi**, dos Associados, no prédio em frente. E tentamos conquistar nossos primeiros telespectadores.

-Liga no Canal 12! Tem uma nova televisão! - eu berrava.

-Põe no 12! Lá é ótimo! - emendava o Pipa.

Os garotinhos, coitados, giravam o seletor de canais, mexiam na antena, batiam no aparelho, mas não conseguiam nada.

-Não pega! Aqui não pega nada!

E foi assim que começou a gloriosa saga da **TV Belo Horizonte**." CLARK & PRIOLLI, 1991. p.110-111.

produzida por uma associação entre a TV Rio e a TV Tupi de São Paulo, era transmitida aqui pela TV Belo Horizonte, utilizando o novo recurso técnico.<sup>53</sup> Contudo, em decorrência dos próprios desacertos da TV Rio e, certamente, por uma maior agressividade da Itacolomi, que se reequipou e comprou novos programas de emissoras paulistas e cariocas, o canal 4 recuperou o espaço perdido.

Mas esses já eram indícios de que os tempos haviam mudado. Em 1964, a Itacolomi havia desativado o seu centro de produções de teleteatro e, mesmo sob uma onda de protestos dos profissionais da emissora e dos artistas de Belo Horizonte, a maior parte de seu *cast* artístico foi demitida. Ficaram apenas uns poucos artistas trabalhando no "Grande Teatro Lourdes", cujo contrato de patrocínio ainda persistiria por mais um ano. (Cf. MALHEIROS et al., 1991:95). A iniciativa fazia parte da estratégia de formação da Rede Tupi de Televisão, que passaria a centralizar as produções artísticas - São Paulo se encarregando dos programas teatrais e o Rio dos musicais - sendo que as demais emissoras da Rede retransmitiriam tais programas e continuariam realizando apenas os noticiários locais e os programas de auditório. Segundo depoimentos da época, era o VT que possibilitava tais alterações, pois o seu uso criava condições para a veiculação quase simultânea de um mesmo programa por várias emissoras em diferentes pontos do país. Além disso, o novo recurso criava

---

<sup>53</sup> "José Vaz só retornaria a Belo Horizonte em 1965, quando a Itacolomi não era mais a única estação local de televisão - o Canal 12 havia sido inaugurado - e não se encontrava na liderança.

' -O meu primeiro grande problema na época foi o equipamento de VT, que o 12 tinha e nós não. Eles levavam a vantagem de ter a programação da TV Rio - então na liderança na Guanabara. E a novela 'O direito de nascer' quebrava todos os recordes de audiência. O que fiz imediatamente para equilibrar o fiel da balança foi apressar a chegada do equipamento de VT que já tinha sido encomendado nos Estados Unidos". Entrevista de José de Oliveira Vaz ao jornalista Ronaldo Nascimento em junho de 1973. Parte da coletânea "Dados para história da TV Itacolomi" já aqui referida.

Ainda sobre a veiculação da novela O direito de nascer é extremamente interessante o relato de Walter Clark. Cf. CLARK & PRIOLLI, 1991. p.144 e seguintes .

também a possibilidade de que a emissora, produtora do programa, o comercializasse, através da venda (ou do aluguel) das fitas gravadas, o que aumentava a receita dos centros produtores, ao mesmo tempo em que se buscava baratear os custos de produção.<sup>54</sup> Nessas condições, as emissoras mineiras, ao mesmo tempo em que deixavam de produzir a maior parte de seus programas, passaram a viver uma competição mais acirrada, já que tinham a sua disposição, pelo menos em tese, um leque maior de alternativas de programação, de menor custo e, na maioria das vezes, de melhor apuro técnico. Assim, as estações sediadas em Belo Horizonte passam a disputar os programas produzidos no Rio e em São Paulo, uma disputa que, por vezes, se fazia contrariando os interesses comerciais das redes que as controlavam, negociando a partir de critérios de audiência e, portanto, ainda com certa autonomia, os programas que melhor atendiam ao formato de sua programação.<sup>55</sup> Desse ponto de vista, não

---

<sup>54</sup> "Mas houve um fato mais decisivo (em 1960), que contribuiria para mudar quase tudo na linguagem dos programas, no intercâmbio de programação entre as emissoras, no projeto de articular as diversas emissoras em rede de TV: a introdução do videoteipe. A televisão é um campo onde as inovações tecnológicas costumam provocar grandes alterações, nas rotinas, nos procedimentos de trabalho. Mas nada havia surgido até então que alterasse tão profundamente o rumo da TV como o videoteipe.(...) O videoteipe deu início à verdadeira comercialização de programas de TV.(...) É esta a história da entrada do videoteipe no Brasil. Ele veio para passar programas gravados no Rio, trazido pela TV Rio. Ninguém pensou nele como um fantástico recurso de criação, capaz de mudar totalmente a linguagem dos programas. Ninguém da direção da emissora, vamos deixar claro. Porque quando o Chico Anísio viu o que podia fazer com aquela máquina ele não sossegou mais." CLARK & PRIOLLI, 1991. p.109-113.

<sup>55</sup> "As emissoras do Condomínio Associado, situadas em outros estados, adquirem indiscriminadamente teipes da Globo, Excelsior ou Record, deixando de lado, muitas vezes, os programas gerados na Tupi do Rio ou SP. Por volta de 1967, vários programas já são exibidos nas principais capitais do país, ainda que na base do transporte aéreo, uma vez que a Embratel, apesar de criada em 1965, só passa a funcionar dois anos depois... Em dezembro, alguns dos programas vistos são: 'Um instante, maestro', em Belo Horizonte (sexta), Curitiba (sábado), Recife (sábado), em Porto Alegre (quinta), Salvador (sexta), além, obviamente, das duas principais praças do país: SP e Rio.(...) As emissoras situadas fora do eixo Rio-SP foram pouco a pouco substituindo suas produções locais por gravações compradas nos grandes centros. Tal prática, porém, não configurava ainda a constituição de redes. As emissoras continuavam independentes para alugar VTs de quem desejassem. Entre a introdução do VT e a implantação das redes, ainda se acreditava num troca-troca televisivo, em que programas gravados no Recife, por exemplo, seriam exibidos no sul-sudeste e vice-versa. Um raciocínio que se demonstrou ingênuo, por desconhecer os efeitos da introdução de inovações tecnológicas que exigem produção centralizada, dada a complexidade e alto custo dos equipamentos. São Paulo e Rio absorvem quase totalmente a produção dos programas, restando para os outros centros urbanos o direito (ou possibilidade?) de recepção." SIMÕES, 1986. p.76,77,87.

havia ainda o sistema de rede como nós o conhecemos hoje, que só se tornou possível com a interligação, por satélite, das praças e, especialmente, pela adoção de critérios mais rígidos de gerenciamento e de padronização da programação. Entretanto, a introdução do VT já apontava para isso, mesmo que naquele momento seu maior impacto tenha sido na área de comercialização de programas e de barateamento dos custos de produção. Aliás, as grandes alterações na linguagem televisiva possibilitadas pelo VT somente serão compreendidas e amplamente operadas algum tempo depois, consolidando, a partir daí, um novo formato da televisão, obviamente aliadas à introdução de outros elementos na maneira de funcionamento das emissoras.

No início dos anos 70, Belo Horizonte contava com quatro emissoras de televisão, situação que se mantém durante toda a década: a **TV Itacolomi** (canal 4) e a **TV Alterosa** (canal 2), vinculadas ao Condomínio dos Diários e Emissoras Associados; a **TV Belo Horizonte** (canal 12), que é adquirida pela Rede Globo, em 1969, passando a se denominar **TV Globo-Minas**, a partir de então; a **TV Vila Rica** (canal 7), de propriedade de Januário Carneiro, que passa, após uma série de transtornos, a integrar a Rede Bandeirantes, em 1976.

Em 1969, a **TV Globo do Rio** começou as transmissões do **Jornal Nacional**, antecipando-se às demais emissoras no uso do recém-inaugurado satélite da estação de Itaboraí e dando um passo decisivo na constituição do novo formato da televisão brasileira. A inauguração do **Jornal Nacional** assume um caráter simbólico, principalmente por manifestar dois dos mais importantes elementos que vão atuar na conformação do quadro de comunicação do país e que vai encontrar na televisão o seu

núcleo central.<sup>56</sup> Esses elementos seriam: a formação das redes de comunicação e a utilização intensiva das novas tecnologias. Mas, por mais importante que tenha sido aquele evento, tanto por suas repercussões imediatas, quanto pelos seus traços antecipatórios de uma nova realidade comunicativa, ele não chega a configurar, a curto prazo, uma alteração do quadro em Belo Horizonte. A TV Itacolomi ainda mostrava muita vitalidade e liderava os índices de audiência na capital mineira, com uma programação que incluía as novelas "Nino, o italianinho", "Sangue do meu sangue" e "Beto Rockfeller"; musicais do tipo "Um instante, maestro" e noticiários que, privilegiando os acontecimentos locais, mas também com uma boa cobertura nacional e internacional à base do VT, ainda lhe asseguravam mais de 70 pontos no IBOPE.<sup>57</sup>

Mas a disputa, ainda que vencida pela Itacolomi naqueles primeiros anos da década de 70, já se configurava como uma luta desigual. De um lado, as emissoras ligadas ao grupo dos Associados apresentavam-se como emissoras mineiras

---

<sup>56</sup> "Esse esforço de expansão rápida de rede é que explica o surgimento do *Jornal Nacional*, em primeiro de setembro de 1969, o primeiro programa em rede nacional da televisão brasileira. Nós precisávamos de um programa diário, que entrasse ao vivo em vários estados, para estimular outras emissoras a se afiliarem à Rede Globo. Com mais emissoras, podíamos oferecer aos nossos clientes a audiência de outras praças, cobrando mais caro por isso. E, obviamente, não havia nenhum programa de TV diário melhor para fazer essa integração nacional do que um telejornal.(...) O *Jornal Nacional* foi um líder de audiência instantâneo, entrou no ar e emplacou. Todo mundo queria ver, ele tornou obsoletos os jornais meramente locais.(...) no final de 1965, Roberto Marinho negociava com Roberto Furtado, presidente da Esso, a transferência do *Repórter Esso* da Tupi para a Globo. Eles eram amigos, e o Roberto tinha o sonho de transmitir o *Repórter Esso*, que era o telejornal mais prestigiado da época. (...) Mas eu fui contra. Naquela altura da televisão brasileira, o *Repórter Esso* já estava ultrapassado. As filmadoras portáteis estavam se desenvolvendo rapidamente, mas ele não admitia repórteres no ar. Todas as notícias eram dadas apenas na voz do apresentador: Kalil em São Paulo, Gontijo Teodoro no Rio. Era um atraso. Por isso, insisti com o Roberto que deveríamos ter o nosso próprio jornal e garanti que ele ainda seria mais importante do que o *Repórter Esso*." CLARK & PRIOLLI, 1991. p.213-214.  
Ver também: MELLO E SOUZA, 1984.

<sup>57</sup> "O que eu posso lhe dizer é que a conquista de audiência da TV Globo foi muito penosa. Foi uma conquista assim, ponto a ponto, e na realidade a supremacia da TV Globo em relação à Itacolomi só se deu realmente em meados de 75. O *Jornal Nacional* é de 69, só em meados de 75 assumiu a liderança; assumiu e está nela até hoje." Depoimento do prof. Renato de Pinho, à autora, em abril de 1992. Cf. também com o depoimento de Sérgio Prates, chefe de jornalismo da TV Itacolomi no período em análise, à autora, em abril de 1992.

e tentavam sustentar-se numa filosofia de trabalho que procurava garantir o funcionamento de uma televisão que se pretendia regional, ligada aos eventos locais e enfatizando os chamados "valores mineiros". A rigor, esta era uma perspectiva que se poderia aplicar ainda - e mesmo assim numa pequena medida - apenas à **Itacolomi**, já que a **Alterosa** continuava com sua programação baseada tão somente - à exceção da cobertura esportiva - na produção de outros centros, especialmente nos "enlatados". Por sua vez, boa parte dos programas produzidos pela **Itacolomi** eram ou reproduções regionais do que se fazia no Rio/São Paulo, como o "**Brasa 4**", por exemplo, montado no "**Jovem Guarda**", ou programas de auditório (ou mesmo feitos em estúdios) comandados, porém, por apresentadores consagrados em outros centros, como era o caso de Sargentelli e de Sérgio Bittencourt. A chamada "mineiridade" da emissora ficava por conta de seus noticiários locais - especialmente o **Jornal Bancominas** - que dedicava um tempo muito grande aos acontecimentos da cidade e do estado, buscando um maior espaço de autonomia frente às tentativas de padronização da rede.<sup>58</sup> Uma outra face da produção mineira da **Itacolomi**, naquela época, era expressa pelo

---

<sup>58</sup> Perguntado sobre a maneira como a **Itacolomi** enfrentou, na área comercial, a chegada da **Globo** a Belo Horizonte, o Dr. José de Oliveira Vaz respondeu: "É como já disse, produzindo programas que pudessem despertar interesse de audiência e, com isso, vendermos patrocínio, vendermos cada vez mais espaço. Fizemos um convênio, já naquela época, com o Silvio Santos, para exibirmos seus programas. Fizemos um contrato com a **TV Record**. Comprávamos seus programas, comprávamos também programas da **TV Excelsior**, da **TV Rio**. Nós comprávamos os melhores programas destas emissoras. Era compra mesmo, pagando em dinheiro. Com isso, nós aumentávamos nosso faturamento porque vendíamos com facilidade enorme os espaços publicitários. Eram programas muito bons.(...) O que fazíamos era isso: procurávamos aprimorar nossa programação regional e ampliá-la com a programação de outras redes, que comprávamos.(...) A **Itacolomi** sempre se manteve na sua posição de emissora regional. Assim, a sua audiência não foi muito afetada pelo crescimento da **Globo**. Nós procuramos, depois do aparecimento da **Globo**, expandir nosso sinal pelo interior. Assim, levamos nosso sinal para o Vale do Aço, para o Alto do Rio Doce, para a Zona da Mata, etc. Com isso, nós conseguimos compensar um possível aumento de audiência da **Globo**, em Belo Horizonte. Além disso, a **Itacolomi** sempre teve a sua produção de programas regionais. No jornalismo sempre demos cobertura aos acontecimentos do interior do estado. Qualquer coisa de significação que acontecesse em uma cidade do interior, nós mandávamos uma equipe e com isso angariávamos a simpatia e a preferência de um grande número de telespectadores pelo interior do estado." Depoimento de José de Oliveira Vaz a Alisson Mascarenhas Vaz.

programa "**Universidade Popular da Manhã**", que, comandado por André Carvalho, ia ao ar durante todo o período da manhã, de segunda a sexta-feira. Inspirado num programa americano, a "**Universidade Popular da Manhã**" incluía atrações para os públicos feminino e infantil e era geralmente finalizada com uma "revista" informativa. Na mesma linha, ou seja, enquanto programação local, buscando valorizar o passado da emissora e resgatar as suas relações com a cidade e o estado, surgiram o "**Show Sasso**", depois denominado "**O mundo colorido de Fernando Sasso**", e "**Mineiros Frente a Frente**".(Cf. MALHEIROS, 1991:62-86).

A **TV Vila Rica**, nos primeiros anos da década, ainda pudera se situar de maneira vantajosa em alguns horários, transmitindo a programação da **TV Record**. Com o fechamento da emissora carioca, aliado aos desacertos financeiros da "**Força Nova de Comunicação**", a **Vila Rica** fica sem alternativas de programação e sobrevive na base dos "enlatados", até 1976, ano em que é adquirida pela Rede Bandeirantes.(Cf. CARVALHO & MARTINS, 1992:132-135).

De outro lado, a **TV Globo**, em processo de expansão, vai adquirindo novas estações (passa a ser proprietária de cinco emissoras geradoras: Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife) e vai conquistando afiliadas. A grande vantagem da **Globo** se expressará no uso intensivo da tecnologia disponível, aliada ao gerenciamento empresarial fundado numa concepção modernizante da atividade comunicativa.<sup>59</sup> Aliás, são exatamente esses dois aspectos que criam um novo

---

<sup>59</sup> Obviamente, não estamos deixando de considerar aqui o privilégio para o desenvolvimento da Rede Globo que as suas boas relações políticas com o regime representavam. Apenas estamos enfatizando outros aspectos, no nosso entender bastante importantes, que nem sempre aparecem nas análises sobre o tema. Sobre o relacionamento político da Rede Globo com o regime militar, ver: CLARK & PRIOLLI,

ordenamento da empresa constituindo o que mais tarde ficaria consagrado como o "Padrão Globo". Em Belo Horizonte, contudo, a conquista do mercado de anunciantes e do público se fez de forma lenta. Inicialmente, o **Jornal Nacional** fica muitos pontos atrás do "Bancominas" e mesmo a programação de novelas - o carro-chefe da programação global - e de *shows* não consegue alterar essencialmente o perfil de audiência da capital. A **Globo** tenta contrabalançar a sua característica de emissora "carioca" com programas do tipo "Globinho" ou "Plantão da Cidade", onde aborda a temática local. Mas a maior liberdade da Itacolomi frente à Rede Tupi (como se denomina a Rede Associada) provoca verdadeira "caça" aos horários de maior audiência da **Globo**, na tentativa de oferecer ao telespectador alternativas de programação pelo recurso de alteração dos horários de seus próprios programas.<sup>60</sup> Entretanto, se essa estratégia resulta, algumas vezes, na diminuição da audiência da **TV Globo** naqueles programas que estavam apresentando crescimento na preferência do público, por outro lado, ela altera também o hábito do telespectador o que, a médio prazo, acaba por prejudicar a audiência da própria emissora.<sup>61</sup> Na segunda metade da década de 70, a

---

1991; KEHL, 1986. p.170-323; HERZ, 1987.

<sup>60</sup> Cf. entrevista realizada em maio de 1992, com Sérgio Prates, chefe da divisão de jornalismo da **TV Itacolomi**, na década de 70.

<sup>61</sup> "(...) com uma boa estratégia de *marketing* forma-se o hábito, que é consequência e não causa. Para habitua-lo [o telespectador] a ver nosso canal, precisamos colocar no ar um produto que você e o mercado estejam dispostos a consumir. E você e o mercado têm que confiar que, assim que aquele produto acabar vai ser substituído por outro que mereça igual confiança. Na relação do hábito passa a existir também a afetividade. O espectador fica habituado a ver televisão porque passa a ter afeto por ela. E como é que se conquista este afeto? Prometendo coisas e cumprindo (...) O segredo da televisão está em como criar o hábito." Declaração de Boni, Superintendente de Produção, Programação, Engenharia e Jornalismo da **TV Globo**, em reportagem da revista *Senhor*, de 25 de julho de 1980 e citada em KEHL, 1986. p.186.

A estratégia da **Itacolomi** de adiantar ou atrasar em alguns minutos o **Jornal Bancominas** para dificultar a penetração do **Jornal Nacional**, que por ser veiculado em rede não tinha essa mesma flexibilidade, mesmo sendo uma providência que obtinha resultados imediatos, revelava uma concepção predatória do hábito de telespectador, elemento fundante da manutenção do público, como se pode depreender do depoimento de Boni.

Globo já encostava nos índices da Itacolomi, sendo que a deterioração da Rede Tupi, que se agrava a partir daquela época, faz o restante do trabalho.

Aos poucos vai se configurando o estilo que mais tarde seria denominado "Padrão Globo de Qualidade" e que, segundo estudiosos, não significa apenas uma forma estética de apresentação televisiva.<sup>62</sup> Pelo contrário, expressa algo mais importante e mais relevante para o próprio funcionamento do meio: uma conduta gerencial que aproveita as oportunidades do ambiente, racionaliza os custos, intensifica o uso do conceito de grade de programação<sup>63</sup>; uma agressiva estratégia mercadológica

---

<sup>62</sup> "Padrão de produção é a criação de rotinas internas e de equipes técnicas capazes de realizar, a nível industrial, isto é, com regularidade e freqüência, programas que atendam: a) a necessidades manifestantes do mercado; b) a dinâmicas de comunicação que despertem a atenção, mantenham-na e consigam níveis altos de emoção, adesão e sentimento; c) a necessidades de clareza do mercado e simplicidade no contato com idéias novas; d) a necessidades de entretenimento com base no princípio do prazer, marco fundamental da atitude do telespectador; e) a necessidade de informação e conhecimento dos problemas da comunidade; f) a necessidade de exercícios interiores de emoção projetados em figuras de ficção; g) a necessidades de fantasia e devaneio, principalmente entre as crianças; h) a um mínimo de qualidade técnica; i) a um mínimo de qualidade estética; j) à consonância com os valores éticos médios aceitos pelo público; k) à necessidade da existência, para faixas etárias presentes na audiência, de matérias compatíveis com as suas várias preferências e aspirações. Isto é padrão de produção: a obtenção de todos esses elementos na média da programação. É um patamar comum a toda a programação, que mistura vetores diferentes no atendimento a necessidades subjetivas do mercado. É um produto novo, típico da era eletrônica.' No mesmo artigo em que tece estas considerações, Artur da Távola chega à conclusão seguinte: 'A Rede Globo conseguiu esse padrão. Ou conseguiu um padrão próprio. Ele é o responsável por essa relação constante e intensa do público com a televisão. O telespectador já sabe o tipo de serviço que receberá. Pode discordar aqui ou ali, gostar ou não deste ou daquele programa. Sabe, porém, o que o canal lhe deverá oferecer em termos de um determinado comportamento previsível. O padrão acostuma o telespectador a uma carga diária de emoção, informação, prazer, devaneio e serviços gerais. São quotas de proteínas culturais.'" MELLO E SOUZA, 1984. p. 67-68.

<sup>63</sup> O conceito de "grade de programação" como uma estratégia mercadológica de racionalização do trabalho na televisão aparece inicialmente na TV Rio e se desenvolve na TV Excelsior. Mas é na TV Globo que ele se torna efetivamente um princípio organizador da produção. A "grade de programação" é formulada a partir da racionalização do uso do tempo. Nessa concepção, segundo ORTIZ (1988:136), a programação passa a obedecer a determinados horários e se compõe de dois eixos: um eixo horizontal, de programação diária e um vertical que indica a seqüência da programação. Com isso busca-se "prender" o telespectador em um só canal, além de significar uma racionalização do tempo dos próprios comerciais, o que orienta as estratégias de venda de "espaço" no vídeo. "Da mesma forma que o anunciante comprava o espaço no jornal, ele podia adquirir um 'espaço de tempo' no vídeo para veicular sua mensagem publicitária. Tempo sem conteúdo, vazio, abstrato, portanto, mensurável e comercializável." Ou, ainda, como encontramos em CLARK & PRIOLLI (1991:108: "Aquilo era a gestação de um novo conceito de programação, o de uma programação harmônica, segmentada em faixas, com programas com as mesmas características para o mesmo tipo de público em cada faixa".

de ocupação de espaços e de criação de novas relações com o mercado de anunciantes; um uso intensificado e aprimorado da tecnologia, com o aproveitamento dos novos equipamentos e materiais, nos seus aspectos comerciais, mas, principalmente, nas suas dimensões propriamente comunicativas; novas relações com o público, organizadas através dos mecanismos de sondagem de preferências e aferição de audiência. Esse conjunto de iniciativas vai, aos poucos, constituindo uma linguagem específica do meio que se encarna no próprio veículo que a opera. Nessas condições, a televisão, via funcionamento da Rede Globo, passa a liderar o segmento da comunicação massiva, absorve a maior parcela dos investimentos publicitários, expande a absorção de novas tecnologias comunicativas e, principalmente, comanda a reordenação do sistema de comunicação do país.

Entretanto, nas terras belo-horizontinas, a concorrência ainda é acirrada nos meados dos 70. Mesmo já configurando um perfil de funcionamento que aponta para um tradicionalismo antiquado e, onerada pela crise que se agrava na Rede Tupi (especialmente na emissora paulista), (Cf. SIMÕES, 1986:113-120) a TV Itacolomi luta pela manutenção de seus índices de audiência. Busca fórmulas já consagradas que resgatem as relações construídas no passado com o telespectador belo-horizontino, reforça seus vínculos com os propagados valores "mineiros", investe na interiorização da emissora, operando todo um conjunto de iniciativas que produz resultados e consegue assegurar, em muitos horários, a sua liderança. Contudo, como já afirmamos, tais iniciativas são operadas num contexto antiquado de gerenciamento, com pequenos avanços no uso da tecnologia disponível e, principalmente, num formato

televisivo que não incorpora as novas conquistas do próprio meio, especialmente no campo da linguagem.

Além disso, em 1976, a TV Vila Rica passa a integrar a Rede Bandeirantes de Televisão e se apresenta ao telespectador belo-horizontino como uma alternativa de audiência, oferecendo uma programação baseada na cobertura de eventos esportivos - que não se restringe mais ao futebol, como até então ocorria, com raras exceções, nas outras estações - investindo também na cobertura jornalística, principalmente através de debates, entrevistas e mesas redondas.

Percebe-se que, aos poucos, vai se alterando o panorama da comunicação televisiva na cidade, e que essa alteração expressa em grande medida os mesmos traços observados em todo o território nacional.

A todos estes elementos agrega-se um outro que vai cumprir um importante papel na configuração do novo sistema comunicativo brasileiro. Estamos aqui nos referindo às condições políticas do período e às estratégias de modernização e controle ideológico operadas pelo aparelho de Estado.

Sem nos alongar demasiado nesta questão, que já foi objeto de outros estudos, é preciso apenas ressaltar a atenção e o privilégio que a televisão brasileira recebeu nas iniciativas governamentais no período da ditadura militar. De fato, é feito um investimento enorme na implantação do sistema INTELSAT e de toda parafernália tecnológica que passa a caracterizar o moderno sistema de

telecomunicações do país. (Cf. MELLO E SOUZA, 1984; MELLO E SOUZA, 1986). O governo, através do recém-criado Ministério das Comunicações, comanda a reestruturação do setor, enquanto pelo Ministério da Justiça opera o controle do conteúdo veiculado.

No caso específico de Belo Horizonte, a cidade foi uma das primeiras a ser integrada na rede de satélite, vivenciando, ainda nos primeiros anos de 70, a experiência da televisão colorida. No tocante à censura, as emissoras belo-horizontinas obedeciam à orientação das matrizes, mesmo porque na maioria das vezes, sua autonomia estava restrita à produção dos noticiários locais. No caso destes noticiosos, seguia-se à risca as determinações da censura, pois à interdição do regime somava-se, na quase totalidade dos casos, uma certa submissão das empresas, que acabavam também por exercer uma auto-censura extremamente rígida.<sup>64</sup> Nessas condições, o formato televisivo que ia sendo produzido respondia tanto às exigências do mercado quanto às especificações tecnológicas e às imposições da censura, num entrelaçamento de causalidades que tanto torna bastante singular o período quanto o próprio reordenamento que está sendo operado no país.

No final dos anos 70, a Rede Tupi de Televisão entra num colapso total, e após várias tentativas fracassadas de negociação, o governo declara "peremptas" as concessões de sete de suas emissoras, estando entre elas a TV Itacolomi.<sup>65</sup> No dia

---

<sup>64</sup> Cf. depoimento da jornalista Vilma Fazito à autora em abril de 1992.

<sup>65</sup> É do jornal *O Estado de São Paulo*, os detalhes do fechamento da associada mineira: 'O Iacramento da TV Itacolomi pelo DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) de Minas Gerais foi realizado com a cobertura de um batalhão de choque da Polícia Militar, o que indignou a muitos funcionários, embora não tenham feito qualquer manifestação e nem tentaram esboçar qualquer reação. O fato foi recebido por eles com tristeza e os mais antigos mal começavam a falar sobre o episódio,

17 de julho de 1980, a emissora foi retirada do ar e, sob a cobertura de um batalhão da polícia militar e do olhar atônito e indignado de seus funcionários, teve seus transmissores lacrados pelo DENTEL. Em defesa do "patrimônio dos mineiros" apenas a luta dos empregados, o protesto estranhamente tímido do Estado de Minas e algumas notas de associações de classe do estado.

A disputa entre a TV Itacolomi e a TV Globo em Belo Horizonte e a prevalência da Globo no território belo-horizontino, bem como em todo o país, são emblemáticas das transformações que se operaram no sistema comunicativo nacional. Afinal, naquele processo muitos elementos foram realçados de forma a possibilitar uma compreensão mais apurada das transformações ocorridas. Daí a importância de examinarmos mais detidamente os significados produzidos no processo em questão, elegendo alguns aspectos que, no nosso entendimento, condensariam tais significados.

O ponto que logo nos atrai a atenção diz respeito à forma como cada uma das empresas concebe a própria atividade que desenvolve. Se a Itacolomi, já nos primeiros tempos de seu funcionamento, organizava sua estratégia mercadológica a partir de um discurso que enfatizava sua vinculação aos valores da comunidade "mineira" e o seu papel na difusão e fortalecimento da "cultura" - e, no caso específico,

---

choravam.(...) Desde a retirada da emissora do ar, às 10h27 (três minutos antes do início da programação), os funcionários da empresa entraram em clima de quase desespero, sem saberem o que fazer. Não receberam qualquer tipo de informação (o que ocorreu só no início da noite). Alguns ficaram perdidos no prédio da Av. Assis Chateaubriand, a maioria foi embora, outros circulavam pelo prédio ou trataram de recolher os seus papéis nas gavetas.' O jornal informa ainda que durante a noite, o superintendente administrativo Ney Otaviano Bernis dizia aos funcionários que estudava 'uma fórmula legal' para que parte dos equipamentos da TV Itacolomi fosse transferida para a TV Alterosa, que pertencia a membros do Condomínio Associado, mas não era diretamente vinculado a ele." MALHEIROS et al., 1991. p.115 e seguintes.

Também Cf. depoimento do jornalista Sérgio Prates à autora em maio de 1992.

na promoção de valores regionais - a **Globo** assume de maneira explícita, sem nenhum subterfúgio, a sua condição de produtora de mercadorias, admitindo que somente nessa condição é que poderá produzir efeitos comunicativos ou culturais. Segundo KEHL (1986:174), a **Globo** é "pensada prioritariamente como um empreendimento comercial, e só em consequência disso como um veículo divulgador de arte, cultura, entretenimento e informação." Nessas condições, continua Kehl,

"uma nova filosofia começava a ser implantada. Em vez de fazer a melhor programação possível, não importando a que custo fosse, a **Globo** começava a raciocinar que o que importava não era fazer arte, era fazer o melhor negócio possível, o que envolvia a produção de um bom produto que fosse sucesso de vendas".(KEHL, 1986:174).

Obviamente, a motivação da **Itacolomi** era a mesma, já que ambas as emissoras se subordinavam à lógica da esfera de produção de mercadorias. Entretanto, a visão comercial da emissora do "coração da gente mineira" era antiquada: enredada no seu próprio discurso, condensado na sua auto-nomeação de "patrimônio cultural dos mineiros", a **Itacolomi**, especialmente pela sua subordinação à Rede Tupi, já em acentuado processo de decadência, não conseguia assumir uma concepção empresarial e uma postura gerencial que lhe permitissem manter os espaços que possuía antes da arrancada "global".

A distinção entre as formas de gerenciamento das duas empresas expressaria, portanto, uma diferença mais profunda, relativa mesmo à própria concepção a respeito da comunicação e do papel que lhe caberia numa sociedade modernizada. De um lado, a **Itacolomi** - enquanto parte da Rede Tupi - implementava um gerenciamento de corte marcadamente tradicional, onde as relações administrativas, ainda que melhor conduzidas do que então o eram nas emissoras paulista e carioca,

acabavam por reproduzir os padrões que vigoravam na própria rede.(Cf. SIMÕES, 1986). De fato, esta não conseguia se realizar enquanto tal, na medida em que as tensões e conflitos ao nível da propriedade - o Condomínio que controlava a empresa - acabavam por "feudalizar" seu próprio funcionamento. Nesse caso, e como bem demonstrou a experiência da *Itacolomi*, cada emissora buscava funcionar de forma autônoma - o que tem sido denominado, na literatura, como os "feudos" regionais dos Associados.(Cf. SIMÕES, 1986:80). Se essa autonomia não era inteiramente factível, revelava-se como fonte de atritos e, principalmente, como um dos impeditivos para a sua centralização administrativa, ou melhor, um impedimento para a existência, segundo SIMÕES (1986:80), de uma administração centralizada, de uma filosofia empresarial que lhe definisse a programação, de uma linha de atuação que se traduzisse numa coerência interna. Obviamente, a busca da autonomia das chamadas emissoras regionais se assentava no fato, bastante alardeado pela *Itacolomi*, de sua melhor saúde financeira em relação às emissoras paulista e carioca, em decorrência do melhor posicionamento das "regionais" no mercado, o que seria fruto, por sua vez, de uma administração mais eficiente.<sup>66</sup> No caso da *Itacolomi*, inclusive, teria havido mesmo uma drenagem de seus recursos em benefício das empresas deficitárias do grupo, o que daria maior peso aos seus ímpetos autônomos. (Cf. MALHEIROS et al., 1991:26).<sup>67</sup> De outro lado, a *Globo* concebe o mercado em termos nacionais, mantém uma administração altamente centralizada, planeja suas atividades a longo prazo, adota uma política de reinvestimento

---

<sup>66</sup> "Na seqüência acidentada dessa fase terminal, onde se alternam períodos cada vez mais efêmeros de otimismo com fracassos crescentemente retumbantes, voltam, depois da saída de Mauro Salles, as promessas de regularização. O salvador agora é Camilo Teixeira da Costa, o superintendente mineiro - e também condômino -, que traz a aura de administrador austero e eficiente. Mas austeridade e eficiência talvez não bastem, a essa altura, para levantar a Rede Tupi." SIMÕES, 1986. p.118 ( Destaque nosso)

<sup>67</sup> Cf. depoimento do jornalista Sérgio Prates à autora em abril de 1992.

de seus lucros, altera suas relações com o mercado de anunciantes através dos chamados "pacotes de horários" e busca criar no telespetador, mediante a operação da "grade de programação", o hábito de audiência num só canal. Além disso, frente às alterações no perfil do telespectador, na conjuntura política, na área econômica e, especialmente, no padrão de demandas da programação,

"a **Tupi**, como digna representante das Associadas [nas quais se inclui portanto a própria **Itacolomi**], demora para obter um diagnóstico da situação e, quando o consegue, sua interpretação é incompleta ou, na melhor das hipóteses, a ação desencadeada é insuficiente. A **Globo**, muito mais organizada, contando com departamento de pesquisas e se valendo de métodos eficazes de apuração do gosto popular e suas determinantes, desenvolve critérios e prioridades que reduzem sua margem de erro - pelo menos no que concerne às telenovelas - a uma taxa ínfima." (SIMÕES, 1986:84).<sup>68</sup>

A incapacidade de implementar um gerenciamento mais adequado às necessidades empresariais da rede acabava por impor uma desvantagem ao funcionamento da **Itacolomi**, na medida em que não se conseguia modernizar a emissora tanto do ponto de vista tecnológico quanto do ponto de vista da linguagem do próprio meio. Enquanto na **Globo** vigorava a concepção de que a "televisão representava toda uma tecnologia, inclusive no sentido da produção, das vendas e da administração" (CLARK & PRIOLLI, 1991:115), a **Itacolomi** ainda utilizava as inovações tecnológicas no modo tradicional. Vale dizer, no âmbito da emissora mineira, a técnica se incorporava à produção televisiva apenas no modo da "instrumentalidade operativa", ainda submetida às regras da produção discursiva derivadas das suas esferas sociais, enquanto a **Globo** aliava o modo operativo da técnica à sua disposição a uma

---

<sup>68</sup> Ver também: CLARK & PRIOLLI, 1991.

forma nova, "performativa", da instrumentalidade.<sup>69</sup> Parece-nos que é este o significado mais relevante da expressão "Padrão Globo de Qualidade" e que pode ser exemplificado na afirmação de Walter Clark de que a programação da Globo "estava se tornando um negócio científico". Pois, ainda de acordo com CLARK & PRIOLLI (1991:242),

"com o tempo, o trabalho de Homero foi se tornando essencial na produção das novelas. Tudo era testado por ele. Primeiro o argumento, para ver se a novela emplacaria ou não. Depois, as personagens, para saber quem merecia viver e quem deveria morrer, ou ter um destino cruel." <sup>70</sup>

Provavelmente está aí, no modo de incorporação da técnica à produção televisiva e ao funcionamento da própria empresa, a grande diferença entre as duas emissoras, uma diferença que aponta para além de seus contornos imediatos. De fato, ambas as emissoras buscavam modernizar seu ambiente de produção; de fato, a Globo tinha - pelas suas articulações políticas e pela sua postura gerencial - melhores condições de se equipar e de transformar seu ambiente de produção; de fato, as inovações tecnológicas estavam em tese disponíveis para ambas. Entretanto, o modo de incorporação da técnica com que cada uma delas vai operar - resultado das diferentes

---

<sup>69</sup> Estamos aqui recorrendo à distinção formulada por RODRIGUES (1990:121), em termos da distinção da natureza instrumental da ciência moderna. Segundo esse autor, muitas vezes confundem-se os dois sentidos da instrumentalidade científica - o sentido operativo e o sentido performativo - que, entretanto, apontam para formas radicalmente diferentes da incorporação da técnica nos diferentes domínios da experiência. Assim, "a modalidade operatória da instrumentalidade consiste na adequação a um determinado estado de coisas preexistente; tem a ver com a percepção e com a experimentação, ao passo que a modalidade performativa da instrumentalidade está associada à eficácia com que entendemos intervir no mundo, em ordem a projectos humanos de transformação. (...) Depois de associada, predominantemente, à performatividade técnica de intervenção no mundo físico, a instrumentalidade performativa estende-se hoje ao mundo da experiência intersubjectiva, ao mundo intra-subjectivo, ao mundo da linguagem e ao mundo da comunicação. (...) Devido ao facto de a modalidade performativa da instrumentalidade atingir hoje os domínios da linguagem e da comunicação, convertem-se em técnicas da informação e adquirem uma dimensão modelizadora autónoma, informando e orientando os projectos e a actividade das instituições, intervindo eficazmente na esfera económica, condicionando a produção e o consumo, comandando e orientando os mercados, gerando a conformidade dos comportamentos, ditando as exigências e a pulverização dos públicos". (Destaques nossos)

<sup>70</sup> Os autores referem-se a Homero Icaza Sanchez, o especialista em pesquisa da Globo.

concepções a respeito do lugar da tecnologia e do seu papel na nova configuração do sistema comunicativo - é o que expressa a maior diferença entre elas. Assim, poderíamos dizer, com base nos depoimentos e estudos disponíveis, que a **Itacolomi** - como parte do decadente império Associado - usava a tecnologia no modo tradicional: enquanto extensão, como instrumento de suporte ao discurso e à sua difusão. A **Globo**, ao contrário, adota um uso moderno da tecnologia, convertendo a técnica num tipo de racionalidade que comanda o funcionamento do meio e submete a produção do discurso às regras da sua performatividade.<sup>71</sup> A rigor, este uso modificado da técnica se torna visível tanto na adoção das versões behavioristas do comportamento da audiência quanto na própria estética que participa da constituição do chamado "Padrão Globo". De acordo com KEHL (1986:244-245),

"a programação da **Globo** teria sido vestida pela eletrônica, pela alta qualidade tecnológica que vem sendo uma das preocupações da emissora desde o começo: 'No seu comportamento de programa, no seu vivo, digamos assim, ela tem uma linguagem que foi determinada pelo equipamento, ou seja, a eletrônica criou a imagem da **Globo**. A possibilidade de estar atualizada com equipamentos criou a linguagem da **TV Globo**. A sua linguagem é representativa do tipo de câmara que ela tem, do tipo de croma que ela usa. O próprio jornalismo da **Globo** só é diferente dos anteriores pelo tipo de mobilidade do equipamento que acaba determinando a linguagem.(...) Não é o profissional criando a partir do equipamento, é o equipamento se impondo e ele mesmo sendo a linguagem."<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> Segundo RODRIGUES (1990:74), "assistimos a uma viragem importante do mundo técnico com a recente extensão da tecnicidade aos domínios da manipulação das relações sociais, da experiência subjetiva e do mundo da linguagem. O papel central que nestes domínios adquire hoje a mediação da linguagem, em particular do domínio do discurso, permite-nos reservar para estas dimensões da tecnicidade actual a designação de logotécnicas, para as distinguir das tecnologias que designam habitualmente as técnicas da era industrial, pertencentes ao mundo técnico-científico. Pretendemos assim realçar não só a ruptura introduzida com a extensão da tecnicidade à esfera do discurso, ao logos, mas também a emergência de uma das dimensões mais importantes do próprio processo comunicacional actual." (Destques nossos)

<sup>72</sup> A autora refere-se a uma entrevista de Valter Avancini, concedida à equipe de pesquisas do NEP/Funarte em outubro de 1981. Ainda a título de exemplo, teríamos a distinção entre a programação visual das duas emissoras: enquanto a **Itacolomi** utilizava anacronismos baseados num grafismo residual como, por exemplo, a marca da emissora, o indiozinho dos tempos de Chateaubriand - a **Globo** já começava a fazer uso de efeitos visuais audaciosos, produzidos por Hans Donner e já dentro da concepção de "realidade virtual" que caracteriza o padrão imagético da emissora nos anos mais recentes.

Um outro aspecto que nos interessa ressaltar diz respeito às diferenças entre as emissoras no que concerne às maneiras de representar a realidade. Obviamente, não se trata aqui de uma discussão aprofundada dessa questão, especialmente pelo fato de que ela será tratada de forma mais detalhada nos capítulos à frente. Pretendemos tão somente apontar algumas características que, a nosso ver, possibilitariam compreender melhor o significado das alterações sofridas pelo sistema comunicativo na década de 70.

O recurso utilizado pela **Itacolomi** para enfrentar a concorrência "global" em Belo Horizonte, ou seja, a recorrência aos valores mineiros e à regionalização da programação, a extensão da cobertura local nos noticiosos e, mesmo, a volta de alguns dos chamados programas "popularescos", num momento de expansão crescente do mercado nacional de produtos e de sofisticação do consumo, ainda que restrito às camadas médias emergentes, vai representar, no plano da construção da realidade, a distinção apontada por SIMÕES (1986:92-95), entre a **Globo** e a **Tupi**, assim assinalada:

"Se por um lado a **Globo** procura uma ruptura radical com o passado de um país pobre e atrasado, através de um processo de identificação total com o modelo econômico vigente, fundado na circulação de bens sofisticados, a **Tupi** responde com a conciliação possível entre o velho e o novo".

Funcionando como se fossem duas emissoras situadas em países diferentes, de fato o que se disputa aí é a legitimidade de representação da realidade, ou melhor, disputa-se a interpretação mais legítima do real, sendo que a legitimidade é conferida no plano do imaginário e se expressa nos resultados das pesquisas de audiência. (Cf. KEHL, 1986:218-219). O discurso mais legítimo é aquele que melhor

atende aos apelos imaginários do telespectador e, por essa via, conquista a sua atenção. Nessa configuração, os elementos de referencialidade do discurso acabam por se apresentar tão somente como "marcas de realidade" que apenas comparecem, no plano da ficção ou da informação, como mais um elemento da construção da mensagem. Enquanto o país mergulha na mais negra repressão do período, a televisão garante "a ilha de tranquilidade" tão cara ao período Médici; ao processo de concentração de renda e aumento da iniquidade social corresponde a ambientação *clean* das novelas; aos excluídos do mercado de bens materiais e simbólicos são oferecidas as "imagens", a forma possível de integração - a imaginária - que lhes resta; à interdição da política e da cidadania corresponde o apelo à participação individualizada e à integração, apenas no nível imaginário, numa comunidade que constrói sua identidade a partir da esfera do mercado.<sup>73</sup>

## 2.4. Muito além da Serra do Curral

Até aqui buscamos uma descrição do processo de transformações vivenciado pelo conjunto dos meios de comunicação de massas em Belo Horizonte. Mesmo sem a pretensão de esgotar todas as questões ou cobrir todos os campos, esperamos ter explicitado alguns dos elementos centrais desta temática de forma a

---

<sup>73</sup> Ou como afirma KEHL (1986:171): " Assim se cria uma nação esquizóide: enquanto um terço de sua população se integra de fato numa ordem capitalista dominante e tem condições de participar, bem ou mal, da distribuição de bens produzidos por essa ordem, dois terços se integram apenas ao nível do imaginário. São os consumidores potenciais (por enquanto, a televisão ainda não alcança a metade deles) das imagens, mas não dos bens concretos, de um país 'em desenvolvimento'."

permitir uma discussão sobre o seu significado e sua importância, na direção que interessa a este trabalho.

Como vimos, a reordenação do sistema comunicativo do país vai se processar sob o signo da modernização tecnológica e, neste sentido, a técnica vai se configurar como uma segunda natureza do próprio sistema. Vale dizer, a condição especificamente comunicativa do sistema, ou seja, os fins que o organizam passam a se constituir sob o domínio da técnica e somente nessa condição é que eles podem realizar-se. Dessa forma, para os segmentos que não incorporaram esta segunda natureza, ou seja, não operam no modo tecnológico dominante, passa a existir uma impossibilidade de realização de sua condição especificamente comunicativa. Como resultante, mas também como uma condição agregada, tais segmentos não conseguiriam operar com sucesso os demais elementos que, em conjunto, configuram sua performance enquanto meio de comunicação. De uma certa forma é o que acontece, por exemplo, com os jornais que desaparecem da cidade ou que agonizam ao longo do período, pois a impossibilidade de modernizar-se, decorrente, seja da precariedade do faturamento, seja da inadequação do gerenciamento adotado, impede a sua realização especificamente comunicativa.

Por outro lado, a incorporação intensiva da técnica à produção dos meios de comunicação significa que o domínio técnico penetrou na esfera do discurso e da ação e que a partir daí a realização do discurso e a efetividade da ação estarão relacionadas de forma inextrincável à performatividade da técnica, repercutindo fortemente nos domínios das relações sociais e da legitimidade política. De fato, a

utilização ampliada do VT e dos procedimentos de edição, aliada às transmissões por satélite, vai transformar não apenas o funcionamento dos meios, mas principalmente a sua relação com a produção discursiva no interior do social, bem como a experiência da sociedade das dimensões do espaço e do tempo.(Cf. RODRIGUES, 1990).

Como vimos anteriormente, somente aqueles veículos - jornais, rádios ou emissoras de televisão existentes no período anterior à década de 70 - que conseguiram, pelos mais diversos caminhos, modernizar suas condições de produção, adequando-as aos novos padrões tecnológicos, puderam sobreviver no mercado em condições de produzir efeitos especificamente comunicativos. Entretanto, do que foi observado a partir da descrição das alterações vivenciadas pelos jornais e pelas emissoras de rádio e de televisão constatamos que, de fato, se considerarmos os elementos que configuram o ambiente de produção de cada um deles, as transformações vividas pelas diferentes meios de comunicação foram, não apenas distintas, mas principalmente desiguais. Ou seja, operar com o VT e produzir programas em cores para serem veiculados simultaneamente em todo o território nacional expressa uma transformação mais significativa para a própria configuração do meio do que, por exemplo, imprimir em *off-set* um material editado a partir de fontes internacionais interconectadas por satélite ou a partir de uma rede de sucursais montadas nas principais cidades do país. É por essa razão - a de sua maior e mais intensa subordinação à tecnologia - que a televisão se converte no elemento central do sistema, não significando, porém, que esta razão, mesmo sendo necessária, seja suficiente para realizar tal conversão. A essa condição se acrescenta a natureza essencialmente analógica da televisão, ou seja, a sua pretensão de representação fidedigna do real,

dissimulando sua condição de artefato e produzindo no telespectador o sentimento de estar frente à própria realidade. E mais: funcionando no modo "performático da instrumentalidade", a imagem televisiva pretende - pela manipulação técnica das dimensões do espaço e do tempo - ter anulado a distância que separa o discurso da realidade, oferecendo ao telespectador um modo de inserção no mundo que realiza imaginariamente todas as suas possibilidades virtuais.<sup>74</sup>

Portanto, o que ocorre na década de 70 com o sistema de comunicação em Belo Horizonte, e certamente também com o de todo o país, não é apenas a sua modernização em termos dos equipamentos e materiais utilizados, mas uma transfiguração mais profunda, que altera radicalmente seu modo de funcionamento, em termos de suas condições de produção e das relações com o seu público, e principalmente do lugar e do modo de sua inserção no espaço social. Essa alteração vai ser mais radical na televisão, mas vai ocorrer também nos outros segmentos do sistema. Em suma, o que acontece quando se configura o predomínio da TV Globo na preferência da audiência não é apenas a transformação de uma relação do mercado, mas a emergência de uma nova configuração do próprio sistema comunicativo, inaugurando um novo modo de inserção social e, especialmente, um novo espaço para o exercício comunicativo.

Entretanto, a incorporação desse modo tecnológico de funcionamento vai exigir que a operação do sistema e de seus segmentos seja também

---

<sup>74</sup> Segundo SUBIRATS (1989:73), "a dimensão fundamental da realidade pela mídia não reside nem em seu caráter instrumental, como extensão dos sentidos e da experiência, nem em sua capacidade manipulatória, como fator condicionador da consciência, mas sim em seu valor ontológico, como princípio gerador do real".

profundamente alterada, o que significa que os antigos modos de gerenciamento não possuem mais a eficácia necessária. Nesse sentido, ocorre uma outra clivagem no interior do próprio sistema, ou seja, uma diferenciação entre aqueles segmentos ou empresas que passam a lidar com a sua operação em moldes mais racionais e mais eficazes e o conjunto daqueles que não conseguem operar nesses moldes. É neste momento que as empresas de comunicação passam a constituir, de fato, uma cultura própria de gerenciamento, cuja realização de objetivos comunicativos é inteiramente submetida às exigências de retornos financeiros, completando-se, por esta via, a transformação do produto comunicativo - no jornal, no rádio e na televisão - em simples mercadoria. Enquanto produção de mercadoria, deve encontrar seus nichos de mercado, construindo novas relações com o público e os anunciantes; deve observar regras operacionais de mais baixo custo, criando padrões de produção compatíveis com os níveis de remuneração previstos e intensificar o uso da tecnologia disponível, incorporando novos equipamentos e materiais e descobrindo outros usos para os meios técnicos; deve conceber novos usos para os produtos, expandindo seu segmento de mercado e intensificar o uso dos recursos humanos disponíveis, profissionalizando as funções e disputando no mercado os melhores quadros. É apenas nessa conjuntura de uma cultura gerencial transformada e de um ambiente tecnológico modernizado que se pode conceber o sucesso da estratégia das redes de televisão e dos conglomerados de comunicação, compreendendo-se também, por essa mesma via, a conquista da audiência da **Globo-Minas** em Belo Horizonte, bem como a limitação do espaço de circulação definido para a imprensa regional e a restrição ao seu crescimento e expansão sob a forma do surgimento e consolidação de novos títulos no mercado.

Mas talvez o mais importante deste período, seja o fato de que todas essas alterações - constitutivas de um novo ordenamento do sistema de comunicação do país e já conhecidas através da experiência de nações mais avançadas - tenham ocorrido num contexto autoritário, de intensa repressão política e de rígido controle ideológico. De fato, essa condição produz uma situação extremamente específica para o novo formato do sistema comunicativo do país com repercussões significativas para o exercício de suas funções precípuas. Como se sabe, a experiência de constituição de um sistema integrado de comunicação nos países de capitalismo avançado e de ordenação democrática é feita a partir de uma esfera pública ampliada, onde as diferentes categorias do público, integradas no mercado de produtos materiais e simbólicos, expõem suas preferências e manifestam suas opiniões, sem quaisquer outras limitações, senão aquelas estabelecidas pelo próprio mercado ou pelas oposições entre as categorias, resultantes das relações de força existentes entre elas. É apenas nestas condições - de liberdade de expressão e de manifestação de preferências - que é possível compreender a transformação do sistema de comunicação em sucedâneo da opinião pública, com todas as restrições e críticas que se possam fazer a esse processo. Mas é preciso mais do que isso: tal transformação implica a existência, no interior da sociedade, de condições institucionais para a emergência pública de todas as camadas da sociedade, supondo-se, por essa via, que estejam vigorando, no plano social e na esfera política, os mecanismos de incorporação e expansão da cidadania. Vale dizer que toda a população tenha garantido o acesso à esfera pública como espaço de sua representação autônoma e de manifestação de seus direitos. Supõe-se, portanto, que continuam a vigorar, em condições de ampla liberdade, todos os demais elementos constitutivos da esfera pública de uma sociedade, entre eles os partidos e as organizações de classe, bem

como o direito à participação em qualquer assunto considerado de interesse. Além do mais é preciso ressaltar que a existência de tais elementos é, mesmo, um pressuposto para a formação desse sistema integrado de comunicação.

No Brasil, entretanto, a experiência de uma esfera pública foi mais restrita e mais precária (Cf. PAOLI, 1989) do que nos países avançados: a sociedade brasileira constituiu-se de tal forma que a maioria de sua população sempre esteve excluída do mercado de bens materiais e simbólicos; a estrutura partidária nunca pôde se realizar plenamente, sendo a ordem democrática constantemente interrompida por longos períodos de regimes ditatoriais, em que a ação era sempre heterônimamente determinada; e, principalmente, constituiu-se uma sociedade em que a cidadania era vista como prerrogativa de poucos e a sua expansão como outorga dos poderosos. (Cf. DA MATTA, 1987; SANTOS, 1979).

Sem a experiência sedimentada de uma esfera pública ampliada e num contexto de restrição quase absoluta das liberdades civis e dos direitos de cidadania, empreende-se a transformação do sistema de comunicação brasileiro, operando-se, por essa via, uma nova constituição da própria esfera pública, no formato, nos limites e na ordenação do próprio sistema comunicativo. Pois, como já vimos,

"os processos comunicacionais estão intimamente relacionados com a constituição da esfera pública (...) Por isso, a comunicação não é apenas um instrumento à disposição dos indivíduos, dos grupos informais ou dos grupos organizados para darem a conhecer fatos, acontecimentos, pensamentos, vontades ou afetos. É, sobretudo, o processo instituinte do espaço público em que se desenrolam as suas ações e os seus discursos e coincide com o próprio jogo dos papéis que as instituições lhes destinam. Daí, a natureza paradoxal da comunicação, ao mesmo tempo instituinte e instituída, processo de elaboração de um espaço público e agenciamento das regras impostas

pela conformidade social, pluralidade feita de múltiplas singularidades."(RODRIGUES, 1990:141).

Vale dizer, em decorrência das próprias condições impostas pela experiência histórica e pelas condições conjunturais presentes em 70, a transformação do sistema comunicativo confunde-se com a reordenação da esfera pública da sociedade brasileira naquele período. E mais, as condições de realização do público passam, a partir daí, a estar quase inteiramente subsumidas às regras e às normas da própria esfera comunicativa.<sup>75</sup>

Obviamente, esse é um efeito da autonomização da esfera comunicativa, cuja ocorrência é atestada por diferentes estudos e pesquisas na área. Entretanto, essa subordinação, em outras formações sociais, foi controlada e atenuada pela operação ativa dos demais elementos constitutivos da esfera pública. No caso brasileiro, as restrições ao exercício da cidadania e, particularmente, da política, vão possibilitar o surgimento de uma tendência quase absolutizante dos efeitos mediáticos na esfera pública, fazendo com que, no limite, a publicização do social pareça se processar somente através da sua expressão mediática. Assim, o sistema comunicativo se transforma não apenas no sucedâneo da opinião pública, mas e o que é mais importante, ele se apresenta como a própria esfera pública, impondo a esta as regras e as normas de funcionamento próprias ao seu registro, ou seja, à instância mediática. Daí a importância e a relevância que a modernização do sistema comunicativo e o seu

---

<sup>75</sup> "O privilégio adquirido em relação ao ato de publicizar e construir o público na sociedade contemporânea já contém em embrião a pronunciada tendência à monopolização inerente à comunicação mediática. Ela se pretende a única possuidora do dom de publicizar e, mais do que isso, ela tenciona identificar-se com(o) o lugar por excelência do público, do tornado compartilhado em sociedade, aprisionando-o em seus limites e reduzindo-o a seus ditames, regulagens e procedimentos de funcionamento. (...)Identificar-se com o espaço público, eis, sem rodeios, sua meta." RUBIN, 1992. p.12.

controle pelo aparelho de Estado passam a ter no estabelecimento das políticas governamentais. Além disso, a definição de sua operação por grupos considerados competentes - política e empresarialmente - passa a ser considerada estratégica para o regime. Através da modernização do sistema comunicativo e de sua consequente expansão, bem como do controle de sua operação e do conteúdo veiculado, é possível ao aparelho de Estado atuar sobre a esfera pública, tanto na configuração de seu âmbito, quanto na emergência das suas temáticas e nas regras de seu funcionamento.

A rigor, o mais importante que resulta disso não são as possibilidades de controle estatal - aliás, fartamente utilizadas pela ditadura militar - que essa forma de ordenamento da esfera pública produz. Sua importância vital, na nossa perspectiva, parece decorrer do próprio entendimento que se universaliza, por todos os poros da sociedade, de que haveria, de fato, um aparelhamento da dimensão pública à dimensão mediática, e onde esta última passaria a catalizar a conformação do próprio social. Em outras palavras, por ser a comunicação inscrita no mundo comum e por ser a "cena em que o jogo das interações sociais e o movimento dos atores ganham visibilidade social" (RODRIGUES, 1990:141), passa-se a concebê-la como o sucedâneo da esfera pública e, portanto, como capaz de produzir as mesmas articulações e os mesmos efeitos. Por estar inscrita no mundo comum a comunicação funciona tendo-o como pressuposto e na sua atuação ela o re-elabora, redefine, desloca e reordena, produzindo

"todo um conjunto de funções indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade dividida e confrontada com a necessidade de assegurar, apesar de tudo, uma relativa homogeneidade de sua estrutura e um entendimento acerca de seus princípios, objetivos, prioridades e modalidades de ação". (RODRIGUES, 1990:153).

Por outro lado, ter-se-ia a contraposição de que não haveria possibilidade de acesso à esfera pública a não ser pela via da mídia, o que equivaleria a dizer que ficaria restrito à dimensão privada tudo aquilo que não se expressaria no sistema comunicativo, na medida em que não participaria do mundo comum e nem poderia ver e ser visto pelos demais. Nessas condições, a transfiguração do sistema comunicativo brasileiro ao ser realizada num contexto em que vige uma forte restrição ao exercício da cidadania, uma obliteração da visibilidade de vários campos do social e da política e um esvaziamento dos mecanismos "publicitários" de representação, participação e expressão, configura uma esfera pública aparelhada à dimensão mediática, o que acaba por produzir repercussões importantes tanto no campo das relações sociais quanto na esfera da ação política.

Se estamos partindo do suposto de que a comunicação tem uma natureza paradoxal, ou seja, que ela é, ao mesmo tempo, instituinte e instituída, isso significa dizer que ela é instituída por um conjunto complexo de relações e que sua ação acaba também por ter uma natureza instituinte no campo social. Nessa perspectiva, as alterações que se observam na experiência social do habitante de Belo Horizonte, nos termos a que nos referimos no primeiro capítulo, são essenciais para que possamos compreender não só a nova configuração do campo da mídia, mas também para que possamos apreender as repercussões de sua ação no terreno da sociabilidade. Vale dizer, os padrões de sociabilidade vigentes e em constituição, oriundos das próprias transformações da sociedade, explicam, mas também são explicados pela nova configuração mediática. Trata-se, portanto, de uma relação por circularidade e não por causalidade ou por determinação.

Como vimos, o crescimento da população da cidade, a expansão urbana, a transformação do aglomerado humano, as restrições à convivialidade pública impostas pelas condições políticas e sociais do período, a mercadorização da cultura, produziram grandes alterações no cotidiano do habitante da cidade, expressas principalmente nos padrões de sociabilidade e de ação política adotados. Nessas condições, também a nova configuração assumida pela mídia passa a ser incorporada ao exercício cotidiano do viver na cidade. Não se trata mais, entretanto, de agregar um elemento externo às relações sociais existentes, mas de compor um novo arranjo na experiência do social onde a ação mediática passa a ocupar um lugar central. A vivência de um social fragmentado, cujas possibilidades de apreensão unificada correm o risco, cada vez maior, de não se realizar, exige a criação de um espaço onde seja possível a recuperação do sentido esgarçado na vida cotidiana. É por essa via que se pode compreender como a comunicação se torna, cada vez mais, a "garantia do mundo comum", na medida em que ela garante a visibilidade pública da ação e do discurso e se torna o espaço em que se espera encontrar "um sentido comum da existência".

Com a emergência da "metropolização" e a ocorrência da segmentação do social pela dispersão espacial e funcional dos indivíduos e atividades, a circulação de serviços, de pessoas e de informações se torna cada vez mais crucial. Nesse novo mundo, distendido espacialmente - pela expansão de suas fronteiras físicas e pela agregação de outros espaços apreendidos pelos desdobramentos da tecnologia - e temporalmente ampliado - pela vivência simultânea de várias modalidades de tempo produzidas pelos desdobramentos resultantes da manipulação técnica da temporalidade

- os modos tradicionais de relacionamento homem-mundo não mais dão conta de suas múltiplas e complexas dimensões. Segundo RUBIM (1992:6),

"a experiência vivenciada comunitariamente em um contato 'direto', em presença e prolongado com suas circunstâncias, também ele não imediato - porque mediado pela cultura - transforma-se em amplitude e torna-se mais efêmera pelo impacto veloz e estonteante do modo de viver moderno. Contemporaneamente, essa transformação se radicaliza na incorporação historicamente crescente de um outro 'viver'. Um 'viver' temporal e espacial à distância, um 'tele-viver', sobredeterminado por novas e contemporâneas mediações logo-tecnológicas."

Mas, continua Rubim,

"paradoxalmente, a ampliação do mundo se realiza numa relação privada do indivíduo com o mundo. As tecnologias possibilitadoras do 'tele-viver' substituem e desestimulam relações humanas, e através de uma relação privada indivíduo-máquina põem o homem no circuito do mundo à distância." (RUBIM, 1992:6).

Ou, como deplora o poeta,

"Guerra, sexo, esporte  
- me dá tudo, tudo.  
Vou pregar minha porta:  
já não preciso do mundo." (PAES, 1991).

Como vimos, a fragmentação dos espaços sociais articulada às interdições impostas pela conjuntura política à vivência de relações sociais mais distendidas reforça as tendências de transformação dos espaços públicos de convivialidade em formas privadas, fechadas de convívio social.

"As funções conviviais inerentes à constituição do espaço público são transferidas para o domínio do privado, abrigo protegido da intrusão de estranhos, cada vez mais intimistas, dada a violência e ferocidade da vida social no capitalismo atual."(RUBIM, 1992:6).

Nessas condições, a comunicação mediática possibilita, pela sua inserção na esfera íntima do domínio privado, a realização paradoxal da demanda contemporânea : a vivência do mundo, à distancia, sem riscos e sob proteção; a realização, na linha

puramente imaginária, dos desejos e fantasias, alimentadas *ad nauseam* pelo dispositivo publicitário dos meios.

Ao mesmo tempo, numa sociedade assim segmentada, as funções de mediação passam a ter um papel crucial por ocupar os interstícios do tecido social e, por essa via, assegurar pelo menos um nível mínimo de coesão. Os meios de comunicação, especialmente na forma transformada que assumem a partir da década de 70, passam a ser, por excelência, "o campo da mediação ou da articulação" entre os diferentes domínios do social, o que torna esse campo objeto de disputa dos diversos e diferentes interesses aí existentes. (Cf. RODRIGUES, 1990: 27-28). Daí que, à despolitização produzida pela mídia - fruto da ação censória do regime militar, especialmente nos primeiros anos da década de 70, mas, principalmente, resultado da sua construção discursiva - corresponde uma intensa politização do espaço mediático. Assim, da mesma forma que a recusa à política no plano do social se desdobrou na ampliação do político pela penetração na área tradicionalmente referida como política - ou seja, nas atividades relacionadas ao poder instituído no campo do Estado - de um novo conjunto de ações, sujeitos e temáticas, a despolitização da construção discursiva dos meios parece ser apenas uma nova forma de desdobramento da intensa politização do campo comunicativo na contemporaneidade.<sup>76</sup> Vale dizer, o campo da comunicação mediática se torna cada vez mais politizado em decorrência de sua capacidade de

---

<sup>76</sup> Tudo isso "(...) sugere a percepção dos media como locais privilegiados de concentração de poder. De um poder de novo tipo, mas hoje indispensável ao exercício da política. De um poder de constituição de uma dimensão nova e pública da sociabilidade contemporânea. De um poder que controla de modo autocrático, o acesso e o trânsito dos entes sociais (imagens visuais e sociais) nesta dimensão, ainda que ela seja derivada da comunicação mediática, considerada juridicamente como 'concessão pública' no Brasil. (...) Um poder tão essencial que, sem medo de errar, se pode afirmar: sem a democratização da comunicação mediática - e de sua dimensão pública - não há como falar, a rigor, de democracia na sociedade contemporânea." RUBIN, 1992. p.17

articulação pública e de produção da visibilidade social de interesses, que passam a disputar o acesso à esfera mediática como forma de obtenção de legitimidade social e política.<sup>77</sup> Nesse caso, e se a perspectiva se mostrar correta, esse desdobramento se expressaria na disputa entre as interpretações que se pretendem legitimar pelo recurso à visibilidade social e pela necessidade de garantir existência pública às ações, aos discursos e aos sujeitos. Mas talvez, especialmente, pela construção de uma hegemonia sustentada na possibilidade de expressão pública dos interesses em disputa. Nessas condições, a ação política se realiza também pelo recurso à comunicação mediática e a legitimidade das ações efetivadas - concebida basicamente em termos da visibilidade pública que consegue obter - é tanto objeto de disputa no espaço mediático quanto subsumida às regras de seu funcionamento.

Segundo RUBIM (1992:16), "todas estas mudanças acontecidas na comunicação e na política não poderiam deixar imune o relacionamento entre elas." As características contemporâneas da ação política, expressas na extensão de suas áreas de abrangência, na expansão de seus limites pela inclusão de novos sujeitos e no predomínio de sua realização enquanto hegemonia, obrigam a política a se exercer

"como atividade pública, como luta pública no campo de forças que é a sociedade. Como busca pública de aglutinação e ampliação de poder no seio das contradições e conflitos sociais."(RUBIM, 1992:16).

Constituindo-se privilegiadamente como "realização pública", o que significa a manutenção, ainda que de forma restrita e subordinada, das suas maneiras tradicionais de procedimento, entre elas a existência e o deslocamento continuado das suas áreas de

---

<sup>77</sup> É nesse sentido que, parece-nos, pode ser compreendida a abordagem denominada "agenda setting", onde a função da mídia é tratada a partir de sua capacidade de agendar temas que passarão a receber a atenção privilegiada da sociedade. Sobre essa abordagem, ver: WOLF, 1987.

sombra e segredo, a ação política construída no paradoxo da experiência da década de 70, acaba por se tornar "uma hóspede permanente do espaço público, sem o qual não pode (sobre)viver." (RUBIM, 1992:16). Se numa sociedade configurada nos moldes consagrados na modernidade e concebida no âmbito iluminista era possível a realização da política pelo recurso aos mecanismos tradicionais de publicização, notadamente, o parlamento, os partidos e a imprensa, na sociedade constituída pela "voragem do progresso", cujas dimensões espaço-temporais foram radicalmente alteradas e onde novas formas de articulações sociais e novos padrões de sociabilidade colocaram "novos personagens em cena"(SADER, 1988), aquelas formas tradicionais de realização política já não bastam.

"Cada vez mais a atividade política se vê obrigada a ser exercida e a transitar na dimensão pública da sociedade, através do trabalho de mediação da comunicação. E isto, por certo, ocorre de maneira mais acentuada em países como o Brasil de tênue tradição democrática e frágil organização da sociedade civil." (RUBIM, 1992:16).

Se as transformações ocorridas na década de 70, no âmbito da comunicação social, produziram importantes repercussões nas formas de sociabilidade e nos padrões de ação política, elas não poderiam deixar de apresentar também alterações importantes no campo de constituição e de exercício da cidadania. Como bem observou PAOLI (19889:42), as transformações no terreno da sociabilidade e a sua crescente penetração pela política transformada obrigam a que se construa a noção de cidadania em outro campo de referência, diferente daquele "sentido original e clássico, como o direito à representação pelo voto e às garantias e liberdades civis, tendo como unidade o indivíduo". Assim, seria possível conceber a cidadania a

"partir de um suporte coletivo não corporativo, ou seja, algo como uma 'cidadania coletiva', fundada em práticas que se transformam

constantemente e que lutam de modos diversos, pelo reconhecimento público de suas demandas." (PAOLI, 1989:43).

Em segundo lugar, ainda de acordo com Paoli, é necessário incorporar

"o sentido e a importância da vida social comum e quotidiana como base para ação e para a concepção de direitos diversos, mas equivalentes, de cidadania. Em terceiro lugar, a idéia da sociedade democrática que daí desponta parece ser aquela na qual o espaço e o tempo políticos abrem-se para uma articulação e interpenetração destes diversos direitos em seus conflitos e consensos, de modo que a sociedade possa conhecer um movimento de ampliação de direitos e de sua regulamentação que tenha por base não a lealdade individual ao poder, mas a efetiva participação comum em sua produção e instituição."(PAOLI, 1989:43).

Assim, para a cidadania concebida nesses termos, a emergência transformada da comunicação social, com a sua tendência ao monopólio dos mecanismos de visibilidade e de publicização, elementos essenciais à existência e ao reconhecimento públicos de demandas, de ações e de sujeitos, torna-se de fato um evento importante na constituição desta nova cidadania, por constituir a possibilidade de respostas "às reivindicações de expressão e visibilidade", "aos desejos de acesso aos mecanismos de informação, formação e decisão", e à demanda a um reconhecimento de sociabilidade e de cultura que garanta um mínimo de autonomia frente aos poderes instituídos.

É, portanto, nesses diversos e diferentes sentidos que a comunicação social se torna um componente importante para a constituição de um novo exercício da cidadania e impõe tanto a luta pela democratização do espaço público derivado que ela representa quanto os esforços de compreensão das possibilidades e limites que ela encerra.

## CAPÍTULO 3

### CRIAÇÕES E CRIATURAS

Figurações do social na trajetória de um personagem da mídia.

*"Que repórteres são esses  
Entrevistando um silêncio?  
O Correio, Globo, Estado  
Manchete, France-Press, telef  
otografando o invisível?  
Quem alça  
    a cabeça pensa  
e nas pupilas rastreia  
uma luz de danação,  
mas a luz fosforescente  
    responde não?  
Quem roga ao padre que pose  
E o padre posa e não sente  
    que está posando  
entre secas oliveiras  
de um jardim onde não chega  
o retintim deste mundo?  
E o que vale uma entrevista  
se o que não alcança a vista  
nem a razão apreende  
é a verdadeira notícia?"*

(Carlos Drummond de Andrade)

### 3.1. Nasce uma estrela

Belo Horizonte, verão de 1963. As colunas sociais dos jornais belo-horizontinos informam, com excesso de detalhes, a ocorrência de um casamento na cidade. Durante o mês de janeiro, são 24 notinhas sobre o assunto, apenas no *Estado de Minas*, nas duas colunas sociais mais importantes da cidade.<sup>1</sup> A se acreditar no relato dos colonistas, é um acontecimento que agita a sociedade local e produz ressonâncias nos anônimos leitores dos jornais. Trata-se, portanto, na perspectiva dos colonistas, de um grande acontecimento: "o enlace mais focalizado do ano", o casamento da "bela e elegante" Ângela Diniz com o "simpático bom-partido" Milton Villas Boas. Realizado o casamento, o evento extravasa o espaço do colonismo e torna-se tema de reportagens de todos os jornais existentes àquela época na capital mineira, inseridas em alguns dos espaços considerados "nobres" nos periódicos e apresentando até mesmo chamadas de primeira página.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> De 1º de janeiro a quatro de fevereiro de 1963 foram publicadas 45 notícias sobre o casamento de Ângela Diniz. Destas, 26 eram notinhas em colunas sociais que antecederam o casamento e publicadas no *Estado de Minas* (Colunas "Nova Geração em Sociedade", de Eduardo Couri e "Notas de Um Repórter Social", de Sérgio Neves, que substituiu o titular da coluna Wilson Frade) e no *Binômio* (Coluna "Um Repórter em Sociedade", de Flaminio Monni).

<sup>2</sup> O casamento foi noticiado pelo *Diário da Tarde*, de 1º de fevereiro de 1963, com uma chamada de primeira página - "Ângela casou-se ao cair da noite" - e uma reportagem de duas colunas na 2ª página - "Bonita e elegante como sempre, Ângela Diniz casou-se e foi passar lua-de-mel no Rio, São Paulo e Bahia." O *Estado de Minas*, além da cobertura completa do casamento nas suas colunas sociais - quase inteiramente dedicadas ao evento - publica duas reportagens: uma na página três - "Hoje o casamento do ano" - e a outra na página cinco - "Enlace Diniz-Villas Boas. O *Correio de Minas* publica uma reportagem na página dois e notas na coluna social de José Maurício, "Sociedade & Notícias" nos dias 1º e dois de fevereiro. A *Folha de Minas*, nos mesmos dias, também informa sobre o casamento nas suas colunas sociais - "Passarela", de Antero Alencar e "Juventude em Sociedade", de José Lopes. A coluna social "Luzes da cidade", de Wilson Ângelo, da edição mineira da *Última Hora*, também faz referência ao casamento. O *Binômio* faz uma reportagem na página três. Na edição de dois de fevereiro de 1963 do *O Cruzeiro*, é publicada uma reportagem sobre Ângela Diniz: "Ângela, o broto do ano."

O inusitado dessa situação exige colocar aqui uma primeira pergunta: qual o significado desse acontecimento? o que o torna tão focalizado no noticiário?

Afinal, os manuais de jornalismo ensinam que a notícia está sempre relacionada com o inesperado e o insólito, duas características que não costumam estar associadas aos casamentos, acontecimentos corriqueiros na vida cotidiana. De uma forma geral, o casamento de uma moça bonita com um promissor empreiteiro da construção civil, mesmo que de famílias tradicionais, não costuma provocar o *frisson* sugerido pelo noticiário e alardeado pelos colunistas. Essa atenção é reservada aos casamentos de nobres linhagens ou, quando muito, aos enlaces de fortunas notórias ou de personalidades do mundo político oficial. Entretanto, continuam os manuais de jornalismo, mesmo o acontecimento mais corriqueiro tem chance de ser noticiado, desde que se apresente como afastado do ritual costumeiro e distanciado da rotina da vida cotidiana. (Cf. PARK, 1970). Assim, poderiam estar incluídos aqui alguns dos elementos que explicariam o destaque do casamento e o *frisson* dos colunistas: o tratamento de um fato, em si mesmo corriqueiro, afastando-o do seu significado costumeiro através do distanciamento da rotina cotidiana. Ou, em outras palavras, a produção de um "acontecimento", resultado de uma ação discursiva peculiar, da qual retira sua força e significado. Dois aspectos aqui nos chamam a atenção. De um lado, a própria produção da coluna social, enquanto um universo discursivo peculiar, no qual alguns casamentos têm importância, pois "ao relatar um acontecimento, os *media*, para além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento

como um novo acontecimento que vem integrar o mundo".(RODRIGUES, 1990:103).<sup>3</sup>

De outro lado, o significado do casamento nesse universo e as conseqüências que se pode retirar dessa significação, na tentativa de compreender o funcionamento dos próprios *media*.

O casamento de Ângela Diniz destaca-se, em primeiro lugar, por ser o casamento de um personagem das colunas sociais. Trata-se afinal da emergência de um dos "olimpianos" de MORIN (1975), já que Ângela Diniz representa, naquele momento, o que há de mais caro ao colonismo.<sup>4</sup> É mesmo, em certa medida, uma criação dos "potins" das colunas sociais. Emblemático dessa importância é o título que ostenta: "senhorita de maior evidência na sociedade". Apesar da pouca idade - tem 17 anos quando se casa - Ângela Diniz se tornara presença obrigatória nos eventos da "alta sociedade" belo horizontina e referência constante nas colunas sociais desde a sua "apresentação oficial à sociedade" no baile de debutantes em 1960.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> "É o próprio discurso do acontecimento que emerge como notável, a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. Uma segunda categoria de acontecimentos veio assim alastrar no mundo atual, uma espécie de acontecimentos segundos, de meta-acontecimentos, provocados pela própria existência do discurso jornalístico. O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notoriedade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autônomo das restantes dimensões da experiência humana." RODRIGUES, 1990. p.101.

<sup>4</sup> Para Edgar MORIN (1975:91), no entrecruzamento do imaginário e os dados da realidade situam-se as vedetes da grande imprensa, os olímpianos modernos. São os astros do cinema, campeões, príncipes, reis, playboys que se encontram "no Olimpo da notícia dos jornais, dos coquetéis, recepções, Capri, Canárias e outras moradas encantadas. A informação transforma esses olímpos em vedetes da atualidade. Ela eleva à dignidade de acontecimentos históricos, acontecimentos destituídos de qualquer significação política."

<sup>5</sup> O *Estado de Minas* de 30 de abril de 1960 anuncia na sua primeira página: "Noite de esplendor e beleza. Toda a sociedade belo horizontina tem suas atenções voltadas para a festa de hoje nos salões do Museu de Arte. Profusamente iluminado no seu interior e na parte externa decorado com tulipas vindas da Holanda, o edifício do antigo Cassino da Pampulha viverá, logo mais, uma noite memorável. Tudo foi preparado com o maior carinho e bom gosto para que a festa seja, realmente, o que dela se espera: a mais linda e concorrida do ano. O Baile das Debutantes, promoção da coluna do *Estado de Minas*, marcará o ingresso de 50 jovens da *haute gomme* nas atividades sociais." No dia oito de maio de 1960, na página 11 do *Estado de Minas* lê-se: "Baile das Debutantes de 1960, acontecimento sensacional."

A partir daí, de sua emergência numa instância peculiar da realidade social, emerge a personagem criada pela ação discursiva da coluna social e torna-se foco de atenções porque obedece aos próprios cânones da produção. Criação e criatura, a coluna cria seus personagens e se cria nesta mesma operação. Assim, o casamento de Ângela é importante para o colunismo porque a própria Ângela é vital para a existência da coluna: afinal, o casamento de Angela "faz as pessoas falarem" e nesse ato de fala emerge a coluna como criação-criadora do próprio casamento e de si mesma enquanto discurso social.<sup>6</sup>

A rigor, é na produção discursiva que o casamento se constrói. Ou seja, é nas próprias palavras que o anunciam que o significado do fato é produzido; a magia do evento que convoca a atenção dos leitores é produzida pelas palavras que o enunciam, tanto quanto pelo lugar social em que se produz o discurso - a coluna social como expressão discursiva da alta sociedade belo horizontina, naquele momento. No enunciado do coluna, o casamento despe sua veste de rotina e transforma-se na criação fantástica do conto de fadas, dele se diferenciando, porém, por sua apresentação como notícia e pelas referências às pessoas reais, presentes na vida social. São fatos noticiados - portanto, marcas de realidade (Cf. MORIN, 1975:84) - mas construídos pela articulação propiciada pelos significantes mobilizados pelo discurso, como uma estória maravilhosa, um conto de fadas "em ato", uma história de amor que se destina

---

Entre diversas fotos, duas se destacam. Em uma, Ângela Diniz e, na outra, ela com Milton Villas Boas. A legenda informa: "Ângela Diniz não dançou a valsa com seu namorado Milton Villas Boas. Mas o romance continua mais firme do que nunca."

<sup>6</sup> "É antes o fato de ser tão insólito que publicado, surpreenderá, divertirá ou comoverá o leitor, de tal sorte que seja lembrado e repetido. Pois a notícia será sempre, afinal, como Charles A. Dana a descreveu: 'algo que fará as pessoas falarem', ainda que não as faça agirem." PARK, 1970. p.177.

a conjurar o final consagrado pela tradição do gênero: ..."e foram felizes para sempre..."<sup>7</sup>

Entretanto, a criação discursiva que se produz através da narrativa do casamento revela também o início de um processo que se constituirá no tempo: a emergência de um personagem - Ângela Diniz - cuja estória se tornará um tema bastante recorrente na mídia regional e até mesmo nacional. Acompanhar essa estória e seus desdobramentos mediáticos parece-nos um exercício importante para a compreensão do funcionamento da mídia e das contemporâneas relações que ela constitui com a experiência social.

"Correm insistentes os boatos", informam os colunistas, "sobre o casamento da elegante Ângela Diniz que desposaria no próximo mês o bom partido Milton Villas Boas". E continuam: "a mútua admiração é antiga, o que torna perfeitamente viável a possibilidade que, se concretizada, dará à cidade um casal dos mais *society*".<sup>8</sup> O casamento anunciado, com uma pressa inusitada para acontecimentos deste gênero e especialmente neste espaço social, torna-se, por obra dos colunistas, "o

---

<sup>7</sup> É interessante notar que Robert DARNTON (1990:95) num artigo sobre jornalismo reflete sobre o que ele denomina "concepções culturais prévias relacionadas com a notícia". Buscando compreender melhor o exercício do jornalismo, reflete sobre sua própria experiência como repórter e percebe estranhas semelhanças entre as narrativas do *fait divers* e os contos populares com que se deparara na sua pesquisa sobre cultura popular na França e Inglaterra, no início da Idade Moderna. "É claro que não desconfiávamos que nossa maneira de redigir notícias sobre crimes em Newark era modelada por determinações culturais, mas por outro lado não sentávamos à máquina de escrever tendo o espírito como uma tábula rasa. Devido à nossa tendência de enxergar os fatos imediatos, ao invés de processos de longa duração, éramos cegos ao elemento arcaico no jornalismo. Porém nossa própria concepção sobre a 'notícia' resultava de antigas formas de contar 'histórias'."

<sup>8</sup> NEVES, Sergio. Notas de um Repórter Social. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 6 jan. 1963. p.5

acontecimento mais comentado do ano".<sup>9</sup> Abre-se, por essa via, mais uma alternativa à produção da coluna: seus *potins* dão o que falar e as falas geradas tornam-se, elas próprias, assuntos das colunas. É mister, portanto, manter o assunto à tona, alimentá-lo com fatos e boatos, todos eles ornamentados com os adereços da fantasia dos leitores: são as pérolas do *coiffeur* da noiva, cuja armação veio diretamente de Paris; são as angélicas e os trapézios de crisântemos que adornam a Igreja Metodista no dia do casamento; é o vestido de noiva todo em *point de prix* (sic) francês; são os cristais e rosas do *bouquet* confeccionado por artista; são os vestidos compridos, em cinza e rosa, das *demoiselles d'honneur*.<sup>10</sup> Pérolas, flores, cristais, "toillettes": frivolidades destinadas a adornar o acontecimento e adereços indispensáveis ao discurso que por meio deles convoca a fantasia do leitor, evocando o imaginário maravilhoso na celebração do conto de fadas. Trata-se, afinal, de um universo discursivo que remete,

---

<sup>9</sup> Sobre este aspecto são intrigantes duas notinhas publicadas na coluna social "Notas de um Repórter Social", de Sérgio Neves, no *Estado de Minas*, de 13 de janeiro de 1963 e 16 de janeiro de 1963 respectivamente: "Marcado - Definitivamente marcado para o último dia deste mês o casamento da bonita Angela Diniz com o bom partido Milton Villas Boas. Com esta união estará formado um casal dos mais *society* reunindo dois nomes *top* da nova geração. A solenidade será das mais simples e a recepção fechadíssima." "Convites e padrinhos - A elegante Sr<sup>a</sup> Newton Diniz anda preocupada com o atraso da gráfica na entrega dos convites do casório de sua elegante filha Ângela Diniz. Todos sabem que a menina é uma das mais elegantes de Minas e do país - tendo sido recentemente convidada para integrar a lista dos Dez Brotos Mais Elegantes do Brasil - mas poucos sabem que a Sr<sup>a</sup> Maria do Espírito Santo Diniz integrou em 58 e 59 a lista das Dez Senhoras Mais Elegantes de Minas, do colega Antero de Alencar. A senhora em questão telefonou explicando que os convites ainda não foram expedidos, o que a preocupa, pois tem receio de magoar os amigos, que não sabendo do atraso poderiam se sentir desconsiderados e não convidados."

<sup>10</sup> "Seu *coiffeur* será executado por Many Catão, mas a armação veio de Paris. A Igreja Metodista do Brasil, à rua Tupis, que será o local da cerimônia, vai ser inteiramente decorada com milhares de crisandálias e angélicas." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 jan. 1963. p.8.

"Vestido. Será de 8 metros a cauda do vestido de Ângela Diniz, todo em *tulle de poix* [sic] francês. A grinalda e o *bouquet* vêm sendo executados pela artista Lenice Magon Bismarcker." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jan. 1963. p.5.

(...) "O *bouquet* da noiva vem sendo artisticamente executado por Lenice Magon Bismarcker. Será de rosas, bordadas de contas de cristal e pérolas. As *demoiselles* que serão Sandra Borges da Costa, Aida Dani e Fátima Diniz, ficarão elegantíssimas num vestido comprido cinza e rosa. Será o maior desfile de elegância e beleza dos últimos tempos." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jan. 1963. p. 5.

para além da futilidade exacerbada dos *potins* e do detalhamento excessivo da movimentação dos colunáveis<sup>11</sup>, para um aspecto fundamental no cotidiano das pessoas: a fantasia e a realização, no espaço imaginário, dos desejos inscritos numa dada realização simbólica.

Mas há ainda aqui um outro aspecto que nos interessa. O casamento de Ângela Diniz, enquanto criação discursiva das colunas sociais, acaba por circunscrever também um outro elemento: o próprio espaço social da produção discursiva; o lugar social de produção daquele discurso. Assim, para dar conta de si mesma enquanto uma "fala pública", a coluna social precisa ser capaz de recriar, no seu universo discursivo, seu próprio espaço social. Torna-se, por essa via, uma tradução, ainda que fantasmática e imaginária, do espaço social que a engendra. Dois elementos figuram essa tradução: a lista de padrinhos dos noivos e a multidão de anônimos que circunda a igreja no dia do casamento.

De um lado, temos pessoas privadas - sempre sujeitos civis, nomes e sobrenomes precedidos de títulos expressivos de sua distinção social: o deputado, o

---

<sup>11</sup> "Eliane. A elegantíssima Eliane Pitanguy chegou ontem para mais uma nova temporada. O principal motivo de sua vinda foi o casamento de Ângela Diniz com Milton Villas Boas." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 jan. 1963. p.5.

"Rio. Seguiu para uma temporada nas praias cariocas, juntamente com seus dois filhos, a Sr<sup>a</sup> Baby Maletta. Deverá regressar para o casamento de Ângela Diniz com Milton Villas Boas." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jan. 1963. p.5.

"Toalete - Deverá chegar 2<sup>a</sup> feira do Rio a Sr<sup>a</sup> Jane Pimenta Soares. Além de aproveitar o verão nas praias cariocas, o outro objetivo de sua viagem foi preparar a sua toalete para o casamento de Ângela Diniz com Milton Villas Boas." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, 19 jan. 1963. p. 5.

"Sem chapéu - Cerca de dois mil convites serão expedidos para a cerimônia religiosa do casamento de Ângela Diniz e Milton Villas Boas. Devido ao horário (19 horas) as senhoras e senhoritas deverão ir sem chapéu." COURI, Eduardo. Nova Geração em Sociedade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 jan. 1963. p.8.

ministro, o industrial, o incorporador, o professor, o colunista...<sup>12</sup> São os padrinhos dos noivos, informando com a sua presença que o acontecimento refere-se, de fato, a um universo singular e restrito: a sociedade belo horizontina, o *set*, o *high society*. São atores da cena, iluminados pelos holofotes da mídia; são também comparsas da troca de luz que se produz no discurso. São o "fogo fátuo" do social no próprio discurso mediático; tornam legítima a produção discursiva e por meio dela se legitimam com expressão autêntica do social: figuram o próprio social. Entretanto, são também mais do que isso: definem e circunscrevem limites. Para além deles, o lusco-fusco da platéia, multidão anônima, mas imprescindível à encenação realizada.

Na obscuridade da multidão, encontramos os "populares"; aplaudem Ângela na saída de sua casa; acotovelam-se nas proximidades da igreja, exigindo a presença da guarda para que a noiva possa sair do automóvel; vão e aplaudem os convidados que se apresentam para a cerimônia e, enfim, fascinados, ajudam a carregar o véu de *tulle de poix* (sic) francês, de 8 metros de comprimento, até a porta da igreja.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> "A propósito, entre os padrinhos da noiva e do apaixonado Milton Villas Boas estão: jornalista Geraldo Teixeira da Costa e Sr<sup>a</sup> Cira Dayrell; deputado Pedro Aleixo e Sr<sup>a</sup>; banqueiro Ribeiro Pena e Sr<sup>a</sup>; desembargador Mário Mattos e Sr<sup>a</sup>; tabelião Abílio Machado e Sr<sup>a</sup>; professor Olympio de Castro e Sr<sup>a</sup>; incorporador Alair Couto e Sr<sup>a</sup>; industrial Humberto Pimenta e Sr<sup>a</sup>; Sr. Milton Viana Diniz e viúva José Fernandes (avó da noiva); Sr. e Sr<sup>a</sup> Antônio Carvalho; Sr. Eduardo Couri e Srt<sup>a</sup> Aparecida Ineco; Sr. e Sr<sup>a</sup> Ministro Antônio Villas Boas (pais do noivo) e Sr. e Sr<sup>a</sup> Newton Diniz (pais da noiva)." NEVES, Sérgio. Notas de um Repórter Social. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 jan. 1963. p. 5.

<sup>13</sup> (...) "Ao chegar à Igreja, Ângela somente pôde descer do automóvel depois de algum tempo, até que uma guarnição policial abrisse alas dentre a multidão que se reuniu ao redor do automóvel. Os populares aplaudiram-na e vários carregaram a cauda do vestido até a porta do templo." COURI, Eduardo. *Flashes e Notas. Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 fev. 1963. p.5.  
(...) "O número de curiosos não se postou unicamente à entrada do templo. Também nas imediações da casa da garota. Passava por lá e quando vi a rua meio interditada perguntei a uma senhora: 'O que é que está havendo?' - 'É Ângela que vai sair!' ". FRADE, Wilson. Notas de um Repórter Social. *Estado Minas*, Belo Horizonte, 2 fev. 1963. p.5.

No jogo de luz e sombra produzido pelos relatos das colunas configura-se uma visão fantasmática do social, um mundo de poucos, na maioria bem nascidos, sempre bem sucedidos, que atuam sob os holofotes da mídia, consentem no devassamento de sua privacidade - afinal, são personagens públicas - e se sabem ou se desejam objetos da atenção da multidão. É para ela que a "sociedade" se representa, ou melhor, se apresenta. Pois, mais do que uma representação, vê-se aí uma a-apresentação do social, o qual se encontra, enquanto construção simbólica, sempre eludido no discurso, mas se constrói somente pela alusão.<sup>14</sup> Essa representação torna-se, assim, uma ilusão do social e, ao mesmo tempo, pela força da alusão sempre recorrente, torna-se também uma maneira concreta de expressão do social.

Entretanto, mais que a construção discursiva realizada pela coluna, o que chama a atenção no noticiário sobre o casamento é a impressão de criação *ex nihilo* que se produz. Criou-se a partir daí uma personagem - Ângela Diniz - cuja trajetória de agora em diante somente poderá se desenvolver no círculo de luz mediática que a constituiu.<sup>15</sup> Uma questão, porém, se mantém: que elementos permitiram a constituição deste personagem? de que traços ele se constitui e sob qual processo ele se desenvolve?

---

<sup>14</sup> "Casamento, futebol e posse - O dia e o depois-do-sol de anteontem foram comemorados com fogos de artifícios, escolas de samba, discursos, hurras aos campeões e frenesi na porta de um templo metodista. Chegando às vezes a confundir os passantes que gritavam (Viva o time mineiro!) e quando davam pela coisa, o ajuntamento era em homenagem à posse do prefeito ou vice-versa e também para ver a bonita noiva Ângela Diniz passar." FRADE, Wilson. Notas de um Repórter Social. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 fev. 1963. p.5.

<sup>15</sup> De acordo com a observação de Fernando GABEIRA (1982:45-46), a partir do casamento, quando se quisesse saber de Ângela Diniz, como de um amigo famoso e distante, seria necessário acompanhar o que escreviam os jornais.

Segundo Dominique WOLTON (1991:95-114), a comunicação mediática se realiza privilegiadamente através da "personalização".<sup>16</sup> Essa seria a forma recorrente na emergência dos acontecimentos que, sintetizados numa "figura", possibilitariam a atuação da mídia sobre a realidade, em dois aspectos principais. De um lado, haveria uma "economia" no conjunto de informações absorvidos pelo receptor, na medida em que muitas das questões trabalhadas pela mídia se prestariam à simplificação realizada através da exemplaridade - o caso, o drama ou a estória de alguém - e materializada nos atributos pessoais - obviamente qualidades pessoais constituídas pela enunciação mediática - que resumiriam de forma articulada os conteúdos pretendidos na veiculação do acontecimento. De outro lado, a personalização proporcionaria a identificação - negativa ou positiva, não importa - do receptor com a imagem criada pela mídia, garantindo os laços afetivos fundamentais para o funcionamento do processo comunicacional.<sup>17</sup> Assim, a transformação de acontecimentos em "estórias pessoais" - ponto de partida para a criação de um

---

<sup>16</sup> É interessante verificar que Richard SENNETT (1988:347) também percebe o fenômeno da "personalização" realizada pela mídia, especialmente no terreno da política. Ainda que nossa análise inflicta numa direção diferente daquela adotada por Sennett é importante marcar sua observação: "Quando se diz que o jornalismo televisionado é 'compulsivamente' personalista, fazendo da vida privada do político, invariavelmente, o centro de interesse, a afirmação só é verdadeira até o ponto em que a verdadeira natureza da compulsão for admitida. A compulsão é uma recusa, que, por sua vez, produz um interesse aumentado pelas pessoas ou personalidades que não são recusadas de modo similar. A completa repressão da resposta da audiência, pelos meios eletrônicos, cria a lógica da personalidade. Numa sala escura, em silêncio, a pessoa vê pessoas efetivas; não se trata de um romance ou de um entretenimento que requeira um esforço de imaginação da sua parte. Mas a realidade política é aborrecida: comitês, controvérsias com burocratas, e assim por diante. Para se entender essas controvérsias seria necessário fazer perguntas ativas quanto à interpretação da audiência. A essa vida real a pessoa reage desligando o aparelho; ela quer saber 'que tipo de pessoa' faz as coisas acontecerem. Este retrato a TV pode proporcionar, ao mesmo tempo em que não precisará perguntar sobre os próprios poderes de resposta da pessoa, se se concentrar naquilo que o político sente."

<sup>17</sup> A noção de afetividade que aqui utilizamos remete para a significação mais ampla relativa a algo que afeta, cuja raiz etimológica *affectare* indica "afligir, comover, abalar, dizer respeito a, concernir, interessar" e, mudando de direção, significa "fingir, simular, apresentar, imitar (a forma de uma coisa ou ser)". Do ponto de vista psicológico, a afetividade representaria o "conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, sempre acompanhados da impressão de dor ou de prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza."

personagem - parece ser a forma adequada para a construção do discurso mediático ao lhe garantir, através do "modo identificatório", a economia do discurso e sua realização no campo da afetividade.

Se no campo da mídia seriam esses os elementos que suportariam o processo de personalização, este somente pode se efetivar caso exista uma condição fundamental: é preciso que o indivíduo que fornecerá a matriz para o processo de personalização "consinta" na sua realização, um consentimento ativo que se traduza em gestos de aquiescência, posturas e comportamentos adequados à ação mediática e que se disponha a participar na produção de acontecimentos relacionados à sua "estória" que possam ser apreendidos e trabalhados pela linguagem mediática. Em suma, que "consinta" na sua conversão em personagem e que assuma um comportamento performático que garanta os efeitos mediáticos.

Por outro lado, o indivíduo que se vê preso nas malhas desse processo dele participa porque esta parece ser a única maneira pela qual ele concebe a sua inscrição diferenciada no social, na medida em que, pela via da mídia, ele obtém os ganhos que considera indispensáveis à sua realização como "pessoa" ao lhe serem garantidas as condições de escapar do anonimato, o que, mesmo como uma hipótese é-lhe sempre insuportável. É no investimento que o indivíduo faz na constituição de sua própria imagem mediática - o componente narcísico da mídia de que nos fala SODRÉ (1984) - que é possível compreender a articulação que funda o processo de personalização realizado pela mídia.

É nessa perspectiva que se pode compreender a emergência de Ângela Diniz como um personagem mediático, um investimento narcísico do sujeito que apenas concebe a sua inscrição no terreno social pela constituição de sua imagem - o "duplo" que detém a verdade do sujeito é constituído no discurso mediático - e um aproveitamento racional desse investimento realizado pela ação mediática que consegue, pela via da personalização, "fisgar" a atenção do receptor através dos processos identificatórios.

### 3.2. Minha vida daria um romance

O "conto de fadas" mobilizado na narrativa do casamento não dispõe, entretanto, de moldura suficiente para contar o final dessa estória que, sem o *happy end* que caracteriza aquela modalidade de narrativa, prossegue arrastando personagem e figurantes num enredo que parece obedecer a outros padrões.<sup>18</sup> O casamento dura pouco mais de sete anos e o seu término parece ter soterrado a "meiga noivinha" do verão de 63. Em seu lugar, emerge a "locomotiva" da sociedade, mulher "feita e

---

<sup>18</sup> "As estruturas do *fait divers* são as do imaginário. Mas existe uma diferença fundamenta entre o *fait divers* e o filme. O filme de *happy end* é providencial; ele poupa seus heróis: a morte, enquanto sofrimento, perda irreparável, é escamoteada em benefício da morte agressão, do homicídio que abate os comparsas ou os maus. Em compensação, o *fait divers* é trágico: a fatalidade que se abate sobre vítimas inocentes; a morte se apropria cegamente dos bons como dos maus. Em certo sentido, o *fait divers* ressuscita a tragédia que desapareceu no imaginário. Como a tragédia, o *fait divers* vai até ao extremo da morte ou da mutilação, com a lógica irreparável da fatalidade. Transcreve as paradas e os jogos do destino. Contudo, a um segundo exame nota-se que a presença no *fait divers* do horrível, do ilícito, do destino e da morte na vida cotidiana, é atenuada pelo modo de consumo jornalístico; o *fait divers* é consumado, não segundo o rito cerimonial da tragédia, mas à mesa, no metrô, com café com leite." MORIN, 1975. p.100-101.

decidida" que continua a freqüentar as listas de elegantes e a ornamentar os eventos da "alta sociedade".<sup>19</sup>

Ângela Diniz continua a desempenhar o papel que lhe cabe no roteiro que o pacto narcísico e a exigência de personalização acabaram por construir. Obviamente, um pacto que possibilitou a sua emergência enquanto "olimpiano" e lhe abriu todo um universo social - significando, no limite, a condição de sua inscrição no social - mas que também resultava na perda de controle da sua própria vida. Esta deixara de ser uma vida comum, de uma mulher comum, pois desde a sua conversão em personagem passara a ser - ao modo de qualquer personagem ficcional - comandada pelas regras da instância discursiva que a constituía.

No dia 12 de junho de 1973, os jornais da cidade dão conta de um crime ocorrido na noite anterior, numa casa no bairro Gutierrez. Segundo as primeiras notícias publicadas, Angela Diniz teria matado a tiros um antigo empregado que invadira seu quarto e a ameaçara. Logo em seguida, uma nova versão é apresentada: o ex-vigia, o Zé Pretinho, fora morto pelo acompanhante noturno de Ângela Diniz, o

---

<sup>19</sup> Segundo GABEIRA (1982:51-52), "seu álbum de retratos contava melhor que os jornais a estória daquele casamento. Nas fotos onde o casal aparecia, ela rasgou a imagem do marido, deixando uma espécie de raio branco no lugar." Desta forma, como se numa composição mágica, Ângela aparece sozinha em todas as fotos e lança "sua mensagem através dos tempos: o casamento foi ótimo, mas o parceiro não e ela se manteve noiva de alguém que estava por chegar, ao longo de todos os anos que se seguiram."

É também sugestiva a reportagem - "As personalidades do ano de 1971" - do colunista social Eduardo Couri, publicada no *Estado de Minas*, de dois de janeiro de 1971, à página sete do segundo caderno: O colunista apresenta uma lista de pessoas que segundo ele, se teriam destacado na sociedade belo horizontina, em diversos setores de atividades. Elegância, Empresa, Beleza Clássica, Literatura, Beleza Moderna, Artes, Indústria, Charme, Assistência, Medicina. Ângela Diniz foi o destaque de "Beleza Moderna: Este ano fez uma inovação na lista: dividi o setor de beleza em dois, e a Ângela coube este título. É sem dúvida a mulher mais sensacional da sociedade, porque junta à beleza seu exuberante *glamour*."

empresário Tuca Mendes.<sup>20</sup> As investigações sobre o crime ocupam espaços importantes nos jornais locais e são feitas coberturas pelos veículos - televisão, revistas e jornais - de circulação nacional. Ainda que indiciada no processo como co-autora, o destaque ao fato parece irremediavelmente ligado à figura de Ângela. O "Crime da Pantera", como foi denominado por *Veja*, desperta a atenção dos leitores, especialmente pela exposição da privacidade dos envolvidos que as investigações provocam.<sup>21</sup>

Aqui, a narrativa é própria às reportagens policiais. A autoria do crime, seus motivos, as circunstâncias da morte, a movimentação dos envolvidos, tudo isso faz parte da cobertura da imprensa que durante muitos dias acompanha o trabalho da polícia na montagem do processo que levará ao indiciamento de Tuca Mendes e de Ângela Diniz, respectivamente, como autor e co-autora dos disparos que mataram o Zé Pretinho.

A cobertura realizada incide basicamente sobre dois aspectos: a reconstituição do crime e os depoimentos dos envolvidos na delegacia responsável pelas investigações. Na reconstituição do crime, informa-se que na manhã do dia 11 de junho o ex-vigia teria entrado na área interna da casa de Ângela Diniz e sua presença teria sido percebida pelos moradores.

"Chegando à rampa que dá acesso à casa de Ângela, José teria tentado arrombar a porta, quando então foi surpreendido por Tuca Mendes, que disparou três tiros em sua direção, conseguindo acertar apenas um na boca. Deixando a arma no local do crime, Tuca saiu correndo, enquanto Ângela Diniz ficava gritando. Apavorada, ela apertava uma campainha instalada na

---

<sup>20</sup> EMPREITEIRO milionário foi quem matou o vigia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 jun. 1976. p.1. (Chamada de capa).

<sup>21</sup> CRIME da Pantera. *Veja*, São Paulo, 20 jun. 1973. p.34-35.

casa como alarme. Este alarme é ligado à casa de seus pais. Quando o barulho estridente acordou todas as pessoas, sua mãe foi a primeira a chegar, encontrando-a chorando no quarto."<sup>22</sup>

Entretanto, como constata jocosamente *Veja*,

"não era a morte em si do esquálido, desdentado e infeliz *voyeur* que emocionava o público. Nem mesmo as muitas dúvidas existentes para a elucidação do caso - o delegado Luigi Oliveira, por exemplo, acredita ter o crime sido praticado dentro e não fora da mansão da rua Martim Francisco, 315, no aristocrático bairro Gutierrez. Uma platéia faminta de revelações exigia detalhes do romance entre a linda desquitada, 27 anos, ex-esposa de um austero engenheiro metodista, mãe de três filhos, com o próspero empreiteiro de obras, casado e pai também de três crianças."

Assim, ainda segundo *Veja*, "à imaginação do público adiantou-se galopante a criatividade dos repórteres" adicionando detalhes que, se não ajudam a elucidar os fatos ocorridos, são condimentos picantes à narrativa e transformam definitivamente a "meiga noivinha" de 63 na "pantera das Alterosas", impondo à "outrora solene sociedade mineira" uma visibilidade indesejada.<sup>23</sup> Ângela Diniz e Tuca Mendes buscam através de diversos recursos, que vão desde a versão inicial em que Ângela assumia sozinha a responsabilidade do assassinato até a apresentação para o depoimento acompanhados por um séquito de advogados, passando por uma providencial internação hospitalar nos primeiros dias após o crime para fugir ao cerco da imprensa, conter a invasão à sua privacidade que a cobertura dos meios acabava por produzir. Entretanto, apesar de todos os recursos utilizados - o que provocou até mesmo uma agressão a um repórter fotográfico na porta da delegacia - a devassa se produz e sob sua luz passam a figurar

---

<sup>22</sup> UM HOMEM matou o vigia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 jun. 1973. p.12

<sup>23</sup> "Mas em Belo Horizonte os jornais esgotavam suas edições e a outrora solene sociedade mineira sofria mais um vigoroso golpe ao surpreender-se alvo de atenções não desejadas.(...) Noticiou-se sucessivamente que Avelino fora encontrado sem calças, que estava vestido mas suas calças tinham manchas de esperma, e que não tinha manchas mas carrapichos localizados também na cama da Ângela. Fantasias que, pelo tom cru, só nisso se diferenciavam das publicadas em colunas sociais, reincidentes condutos de louvores às vezes exagerados à beleza de Ângela e ao charme viril de Tuca Mendes, um elegante campeão de tiro ao prato, já bastante calvo." CRIME da pantera. *Veja*, São Paulo, 20 jun. 1973. p.34-35

outras imagens do social. De um lado, casamentos desfeitos e amores ilícitos substituem a harmonia e a distinção que haviam marcado a cena anterior. De outro lado, o cadáver no Departamento de Medicina Legal denunciava a intromissão definitiva de um personagem que até então permanecera no lado escuro do social e, se não obtém destaque na narrativa mediática, sua simples presença passa a oferecer novas significações tanto para os personagens principais da cena quanto para a própria configuração do social que aí emerge.

"Às 13h30m D. Maria do Espírito Santo Diniz, mãe de Angela Diniz, elegantemente vestida e acompanhada de seu advogado, chegava à Delegacia de Homicídios para prestar depoimento. As atenções de todos os repórteres presentes se voltaram para ela, o que fez com que ninguém notasse três pessoas que naquele mesmo instante entravam numa sala ao lado. Eram José Augusto e Zilda Avelino dos Santos (e uma filha), cunhado e irmã de José Avelino dos Santos, a vítima. O casal também ia prestar depoimento. Sentados num banco, os três sentiam-se pouco à vontade. José Avelino dos Santos, que em vida só lhes havia dado 'desgostos e aborrecimentos', continua a fazê-lo mesmo depois de morto, pois às 16h30m, três horas e meia depois de sua chegada e muito depois da mãe de Ângela ter ido embora, eles continuavam sentados no mesmo banco."<sup>24</sup>

"Com um tiro na boca, o lavador de carros José Avelino, o Zé Pretinho, ou Pelé, de 18 anos, teve morte instantânea, pouco antes das 7 horas da manhã de segunda-feira passada. Na sexta-feira, Ângela Diniz, ex-Villas Boas, contava ao delegado de Homicídios como foi seu rápido e espetacular salto das fulgurantes colunas sociais de Belo Horizonte para as turbulentas páginas do noticiário policial. Discretamente maquilada, brincos dourados e uma corrente com duas figas de madreperla enfeitando o conjunto azul, a mulher já descrita como a 'pantera das Alterosas' confirmava o depoimento de Artur Vale Mendes, o Tuca, filho do industrial José Mendes Jr., um dos homens mais ricos do Estado. Enquanto Angela reforçava a versão de legítima defesa, José Avelino, nessa mesma tarde, era sepultado numa cova anônima do Cemitério da Paz. Acompanhavam-no apenas um irmão e uma cunhada que, na quinta-feira, ainda não sabiam do crime, pois no interior onde moram nem mesmo chegam, pelo rádio ou jornal, as notícias mais sensacionais."<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> DELEGADO ouviu a mãe de Ângela e agora espera laudo da perícia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23 jun. 1973. p.11.

<sup>25</sup> CRIME da pantera. *Veja*, São Paulo, 20 jun. 1973. p.34.

Em vão Ângela Diniz tenta escapar do círculo de luz em que a mídia a aprisiona, pois na sua condição de "olimpiana", personagem que não detém o curso da narrativa na qual o pacto originário a inscreveu, não é capaz de existir a não ser pela via da mídia que, ao mesmo tempo, dela necessita para que possa atender ao circuito da demanda desencadeada pelo processo identificatório no campo do receptor.

Transfere-se para o Rio de Janeiro

"pois Minas era pequena demais para quem escolheu viver à beira do perigo. Ângela mudou-se para o Rio de Janeiro e ocupou as colunas sociais cariocas.(...) Num certo momento, os conflitos e rachaduras da sociedade mineira que se modernizava pareceram catalizar-se em Ângela, dividida entre o papel de pacata mãe de três filhos e o outro lado do mundo que negava a casa, Minas, a família e a convidava para ser a Pantera das colunas sociais."<sup>26</sup>

No dia 10 de dezembro de 1975, o *Diário da Tarde* noticiava que "Ângela Diniz paga Cr\$15,00 para não ficar na prisão".<sup>27</sup> A reportagem, ilustrada com uma fotografia de Ângela Diniz, informava o desfecho de um processo que há um ano lhe movia o ex-marido, pelo "raptor da filha após o Natal do ano anterior." Ainda segundo a mesma reportagem, Ângela Diniz, que passara a residir no Rio de Janeiro, somente tinha permissão para ver os filhos na casa de uma tia, pois o seu ex-marido conseguira a guarda exclusiva dos filhos, desde o incidente da morte do Zé Pretinho. Após o Natal, tendo a filha manifestado o desejo de ir para o Rio em sua companhia, ela dispôs-se a levá-la, sem o conhecimento ou permissão do ex-marido, que,

---

<sup>26</sup> REDE Globo de Televisão. Texto extraído do Globo Repórter Especial sobre Ângela Diniz. Fita n.240, veiculado em 15 out. 1979.

<sup>27</sup> Para que se possa ter alguma idéia do valor da fiança paga por Ângela Diniz, ainda que seja algo de difícil definição dada a variação dos padrões de referência usados na economia brasileira, verifica-se que o dólar (US) estava cotado, em dezembro de 1975, em Cr\$9,07 e o salário mínimo, naquele mesmo período, era de Cr\$532,00.

"tão logo soube do fato, procurou o Secretário de Segurança e deu queixa. Ângela, quando soube que os policiais estavam em seu encalço, ameaçou se matar e quem contornou a situação foi a mãe de Ângela, que trouxe a neta de volta, no dia 1º de janeiro deste ano."

O juiz, na sua sentença, não aceita as alegações da defesa e condena Ângela Diniz a seis meses de detenção, não lhe concedendo o direito ao *sursis* porque "os antecedentes da ré e sua declaração de ser capaz de praticar outro fato idêntico afastam a presunção de que não voltará a delinquir." (destaque nosso). Para o juiz, continua a reportagem, transcrevendo um dos trechos da sentença,

"aceitar, porém, a justificativa de que a ré praticou o fato impelida pelo amor materno, constitui uma demasia. Por mais que se queira venerar tal sentimento puro, a análise dos elementos que integram o processo e que mostram as relações humanas da ré com seu ex-marido e com os filhos deixa claro que em todos os lances de sua vida Ângela, preocupada sempre com a vida social, com os costumes livres e com a libertação dos preconceitos, despiu-se da qualidade de esposa e mãe para transformar-se simplesmente em mulher. (destaque nosso).<sup>28</sup>

Aqui, também, a notícia é Ângela Diniz. Não mais a "meiga noivinha" que havia encantado os leitores das colunas sociais com sua "candura", "beleza" e "elegância" nos idos de 63. Há uma outra figuração do personagem nas palavras do juiz, e insinua-se uma outra configuração do espaço social onde o

---

<sup>28</sup> Alguns dos trechos da sentença do juiz, publicados pelo jornal são bastante elucidativos: "Nessa vida, a ré envolveu-se em co-autoria de homicídio, cuja apuração, apesar de sua impronúncia, continua pendente de recurso, dando causa à atitude assumida pelo ex-marido, proibindo a frequência dos filhos à casa da ré e dos avós. Mudando-se para o Rio de Janeiro, afastou-se ainda mais dos filhos, deixando-os cada vez mais sedentos de amor. Quem assim age, quem assim traça o seu destino, tem que saber resistir aos impulsos ocasionais de sentimentos raros. Sem querer ser moralista em demasia, entendo que, quando uma mulher se liberta dos deveres do casamento, desapega-se da família, abre mão do convívio com os filhos, dá demonstração de independência e de desprezo pelos costumes sadios, a avaliação de seus sentimentos, mesmos os maternos, não pode ser feita no mesmo crivo onde se avaliam os sentimentos puros e as reações de uma verdadeira mãe." Quanto à sua personalidade, continua a sentença, "identifica uma mulher resoluta, audaciosa, agressiva, volúvel, desprovida de sentimentos e de preconceitos comuns na verdadeira vida social e familiar. De sua ação anti-jurídica ainda faz apologia, dizendo ser capaz de repetir o mesmo ato em circunstâncias análogas. Isto mostra um temperamento incontrolável." (destaques nossos). ÂNGELA Diniz paga Cr\$15,00 para não ficar na prisão. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 10 dez. 1975. p.14 .

personagem se move e se constrói publicamente, completando-se a ruptura que havia se iniciado na cobertura da morte do vigia. Entretanto, apesar dos dissabores daí decorrentes e, principalmente, de sua inserção no lado escuro do social - que lhe teriam valido insinuações veladas e constrangimentos, motivando a bravata numa entrevista "encaro qualquer mulher e ela abaixa os olhos"<sup>29</sup> - Ângela Diniz continuava à tona do noticiário social. Como lembrou uma crônica publicada em 1977, "a cartilha de bom comportamento tinha sido mandada às favas - e do céu não choveram raios, mas as bem-aventuranças do nome no jornal, das festas mais escolhidas do Rio e de São Paulo."<sup>30</sup> Sua presença ainda era destaque nos eventos do *society*; sua beleza louvada pelos colunistas pois, afinal de contas, o "temperamento incontrolável" é apenas uma das faces da "pantera".

### 3.3. As mortes de Ângela Diniz

Verão de 1977. Os jornais de todo o país noticiam com estardalhaço um crime ocorrido na elegante praia dos Ossos, em Búzios, Rio de Janeiro.<sup>31</sup> De fato, o acontecimento tem todos os ingredientes para estar presente na mídia. É um assassinato, tem as características de um crime passional e, principalmente, envolve personagens de frequência habitual nas colunas sociais. Ângela Diniz, morta, continua

---

<sup>29</sup> CRIME: Última viagem de amor". *Veja*, São Paulo, 12 jan. 1977. p.34.

<sup>30</sup> MARINA, Anna. A menina da missa das dez. *De Fato*, Belo Horizonte, jan. 1977. p.05 (destaques nossos).

<sup>31</sup> O fato foi noticiado nos jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão do todo o país. Apenas a título de ilustração da cobertura jornalística dada ao fato, verificamos que a revista *Veja* publicou uma matéria de quatro páginas sobre o crime no dia nove de janeiro de 1977, outra de uma página em 19 de janeiro e ainda uma terceira de uma página em nove de fevereiro de 1977.

a ser notícia. Aqui, porém, a narrativa obedece ao padrão inaugurado no noticiário sobre a morte do ex-vigia e a significação se produz em outro universo discursivo, distante - social e semânticamente - da cena figurada pela coluna social. Assemelha-se ao romance policial, àquele tipo de romance que começa pelo crime, com o assassino a descoberto, investiga os traços psicológicos dos envolvidos e rastreia sua vida pregressa em busca dos motivos que explicam ou justificam o ocorrido. De fato, os relatos expressam uma busca frenética de sentido para a história. O detalhamento excessivo das "plumas e paetês" das colunas sociais se transforma na investigação minuciosa do estilo de vida da personagem. Busca-se entrever, por detrás dos índices da *dolce vita* dos socialites, os signos da morte. No corpo sem vida da praia dos Ossos completa-se, pelas artes da crônica policial, a transfiguração do personagem. O encanto, a meiguice, a beleza da noivinha de 63 perderam-se nas brumas do tempo e se esboroaram por completo na audácia e na agressividade de alguém que ousara tornar-se "simplesmente mulher". O vestido de noiva transforma-se no biquini ensanguentado e o rosto - mil vezes reproduzido na mídia - sequer pôde ser fotografado: fora desfigurado pelos tiros à queima-roupa. Neste novo universo discursivo, os signos do universo do "conto de fadas" marcado pelo imaginário do maravilhoso passam a remeter constantemente a uma nova cadeia de significação, novamente transfigurados pela presença da morte.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Estamos aqui trabalhando com a noção de "posterioridade, a maneira como o presente modifica o passado.(...) Um literato chamado Kurt Bacamarte (...) dá um exemplo de posterioridade ( ou só-depois, ou *a posteriori* - há vários sinônimos e traduções, a palavra alemã é *nachtraglich* e a francesa é *après-coup*). No exemplo de Kurt Bacamarte temos uma primeira e uma segunda pessoa; há um diálogo entre elas. E há uma terceira pessoa ouvindo; somos nós aqui. Então são três pessoas. Uma pergunta: 'Deu para entender?' A outra responde: 'Dei'. Quer dizer, a pergunta por si só tem um sentido vago. A resposta ressignifica, precisando a primeira expressão.(...) Através de um trabalho de redução simbólica, estou tentando mostrar como é que o presente pode modificar o passado. Assim como é possível numa frase, é possível numa história ou num texto." BARRETO, 1991. p.58.

A devassa da privacidade, já anunciada e consentida na narrativa das colunas sociais - desautorizada, constrangida mas inevitável nos eventos que se seguiram - é exercida com minúcias: os amores, os fracassos, as frustrações, os encontros e desencontros são inteiramente desnudados.<sup>33</sup> Surgem à luz e os personagens de tais acontecimentos - os "peles-finas" no dizer de uma reportagem - constrangidos no inusitado espaço a que foram conduzidos e irritados pela inesperada e indesejada modificação do papel a que são submetidos tentam fugir da cena.<sup>34</sup> Sob os holofotes da mídia surge, ainda estereotipada e mesmo que inadvertidamente, uma outra configuração do social. Negócios e negociatas, empresários e aventureiros, empreendimentos imobiliários e tráfico de drogas, ambientes familiares e mulheres espancadas: tudo vem de roldão na narrativa do crime.

---

<sup>33</sup> Logo após a morte de Ângela Diniz a Rede Globo de Televisão levou ao ar um especial sobre o fato denominado "Anatomia de uma Notícia". Definido pela própria emissora em suas chamadas como o "Raio X completo da tragédia de Búzios," o programa se dispôs a ouvir os envolvidos, levantar antecedentes, ocorrências paralelas, "amparando-se ainda em análises e testemunhos preciosos." Segundo *Veja* o programa cumpriu o prometido e após vinte horas de filmagem e mais três e meia de *video tape* produziu um especial de 64 minutos de duração onde conseguiu "resumir dados fundamentais e adicionar elementos a um assunto em princípio surrado por um mês inteiro de vida na boca do povo e nas páginas centrais de jornais e revistas". Dentre os problemas que a produção teria encontrado na realização do programa, dois merecem destaque. O primeiro teria sido a dificuldade de conseguir certos depoimentos, "principalmente depois que o advogado de Doca Street andou ameaçando denunciar pessoas da alta sociedade envolvidas com o tráfico de tóxicos. Para Novaes [editor do programa] foi igualmente uma lástima não poder contar com outros depoimentos significativos, como, por exemplo, os dos membros das famílias Diniz e Street.". O segundo refere-se à "dificuldade habitual de se adequar o assunto ao nível de compreensão dos espectadores. Como explica Novaes, '63 % dos espectadores do Globo Repórter têm apenas o curso primário enquanto 29 % estudam até o ginásio e somente 8 % passaram por universidades'. Assim, para tratar de assuntos que só costumam acontecer longe da televisão - como desintegração familiar, infidelidade, lesbianismo - a linguagem do programa mereceu atenção redobrada." A investigação. *Veja*, São Paulo, 9 fev. 1977. p.66.

<sup>34</sup> "Na tarde do mesmo dia, finalmente, diante de um grupo pequeno e silencioso, muito menor e muito menos barulhento do que os que conhecera desde menina-moça nas festas de Belo Horizonte, o corpo de Ângela Diniz baixou à sepultura (...) A sociedade mineira, em massa, ausentou-se, atarantada com os preparativos do *reveillon* de dali a algumas horas. Wilson Frade, o colunista do *Estado de Minas* que conhecera Ângela 'menina de colégio, de saia e blusa e namorada', conforme relembrou num artigo para o *Jornal da Tarde* de São Paulo, estava justamente ocupado com a festa da meia-noite em sua casa, 'pois muitos convites já haviam sido vendidos e não poderia cancelá-los.' CRIME: Última viagem de amor. *Veja*, São Paulo, 12 jan. 1977. p.34.

Ainda comparece a multidão - menor, são os "curiosos" de Búzios, e menos unânime na adoração do personagem - mas alguns dos seus integrantes perdem seu anonimato, apesar de o título que se segue ao seu nome não simbolizar propriamente a distinção social. Maria José, a empregada; Clébia, a caseira do vizinho; Jacomar, o pedreiro; Ivanira, a caseira. Seu depoimento é destacado e seus nomes se misturam aos de Marcondes Ferraz, Ibrahim Sued, Kiki Caravaglia, entre outros. No novo universo discursivo, os signos da morte são menos opacos à heterogeneidade do social. Nesse novo universo, os "peles-grossas" também comparecem sob a luz da mídia e participam da cena. Afinal, ali eles parecem transitar com mais desenvoltura que os "peles-finas". Parecem mesmo mais acostumados com o cenário e o script: o caseiro chega a cobrar dos jornalistas para lhes dar seu depoimento e passa a exigir uma taxa para a visita ao local do crime. E, à maneira de Maigret, acaba filosofando, no final de uma entrevista: "Eu não entendo essa gente. Tudo o que eles fazem é ir à praia, comer e dormir. É por isso que eu digo: são eles lá e eu cá."<sup>35</sup>

Mais uma vez é acionado o imaginário do leitor. Seu mecanismo agora é o da tragédia: aquilo que é capaz de inspirar "piedade e terror". Mas trata-se de uma narrativa autofágica. Ela se nutre da carne de seus próprios personagens e os torna emissários de sua própria morte. "Ângela Diniz teria fatalmente um fim violento", diz alguém em uma matéria. Ou, em outro lugar: "Ângela foi uma mulher feita pelos

---

<sup>35</sup> SILVA, Agnaldo. A Pantera e o Caçador. *Movimento*, São Paulo, 10 jan. 1977. p.8.

jornais, porque, na verdade, eu a considero como alguém entre tantos que tiveram uma vida muitíssimo triste."<sup>36</sup>

Quase três anos depois, Cabo Frio se agita com o julgamento do assassino de Ângela Diniz. Manchete em todos os jornais, o caso ganha até mesmo um programa especial do **Globo Repórter**. Aliás, segundo *Veja*, foi no julgamento de Doca Street que os canais de televisão montaram, pela primeira vez na história da justiça brasileira, um estúdio numa sala de juri.<sup>37</sup>

"Para a cobertura do que a TV Globo batizou o 'juri do século', uma brigada de 102 jornalistas, apoiada por 61 técnicos de rádio e televisão, invadiu Cabo Frio no começo da semana passada, ocupou o Hotel Malibu e, até quinta-feira, garantiu uma perfeita moldura para o espetáculo. Só a TV Globo destacou para a cobertura do julgamento 12 jornalistas, 56 técnicos e 13 viaturas, que se

---

<sup>36</sup> Há uma matéria publicada por *Veja* que é particularmente interessante, pois ela relata a veiculação, pela Rádio Tupi do Rio de Janeiro, de uma novela denominada "Amor e Morte na Praia dos Ossos", baseada no assassinato de Ângela Diniz. Segundo a matéria, "os 150 minutos de dramatização das desgraças de Ângela Diniz e Doca Street levaram a emissora à vice-liderança de audiência local no horário das 9 horas da manhã, com um público estimado de 300 000 ouvintes." Para o diretor de programação da rádio, "quando Ângela foi morta, mandamos a Cabo Frio três repórteres que passaram a nos enviar uma média de trinta a quarenta informações por dia. Mas sentíamos que o público queria mais, desconhecia ou não se recordava dos antecedentes que fizeram de Ângela Diniz um mito de desespero e fragilidade." A encenação. *Veja*, São Paulo, 9 fev. 1977. p.65.

<sup>37</sup> A questão da "publicidade" das sessões de julgamento aparece de forma destacada na mídia, especialmente na cobertura feita por *Isto É* e evoca a discussão do mesmo tipo que, segundo HABERMAS (1984:242-243) teria sido uma reação à "subversão" do princípio liberal da publicidade e teve entre seus efeitos distinguir entre publicidade e *publicity*: "A distinção entre publicidade e *publicity* feita por Ebehard Schmidt é típica para isso, distinção que ele queria ver mantida mesmo no caso de processos penais com 'personalidades públicas da história contemporânea': 'O que se perde, afinal de contas, quando não se consegue ver na imprensa fotos de acusados ou de testemunhas? Pode haver um justificado interesse da esfera pública em saber de que atos são acusadas personalidades contemporâneas, o que se esclarece quanto a isso no processo e qual é a sentença. Estes são momentos importantes para formar a opinião dos cidadãos interessados na vida pública e que, através de um confiável relato sobre o processo, também podem ser levados ao conhecimento de quem não participa das negociações. Mas qual é a expressão fisionômica do acusado e das testemunhas durante a audiência principal, os interrogatórios e o veredito, é algo completamente indiferente a todo interesse justo. Só quem estiver dominado por essa desalmada inclinação à *publicity*, pela qual é atropelado tudo quanto um pensamento humanista se sinta obrigado em termos de cuidados naturais, pode ainda querer falar aí de uma justa necessidade de informação da esfera pública'. É evidente que tais medidas reativas não podem contribuir para recolocar a publicidade em suas funções originárias. A tentativa de restaurar uma 'publicidade' liberal mediante a redução de sua ampla configuração plebiscitária há de enfraquecer ainda mais, em todo caso, a esfera pública no pouco que lhe resta de suas funções genuínas."

movimentaram durante horas seguidas em meio à floresta de fios, cabos e microfones.<sup>38</sup>

Segundo os relatos feitos na imprensa, Cabo Frio concentra as atenções do país. No interior do Fórum da cidade - um prédio recém-inaugurado - juiz, jurados, defesa e acusação preocupam-se em apresentar um desempenho à altura do espetáculo do qual participam e, dessa forma, em obter destaque e atenção na mídia. Os advogados em ação no julgamento disputam a boa vontade da assistência que apupa ou aplaude argumentos aduzidos no debate. Entretanto, mais do que aos argumentos, a atenção e, especialmente, os favores da assistência são dedicados à performance dos atores que se movimentam no centro da cena: a acusação e a defesa.

"... havia ainda duas atrações muito especiais: Evandro Lins e Silva, na defesa, e Antônio Evaristo de Moraes Filho na acusação. Como num jogo decisivo, ou numa luta de boxe, Evandro Lins e Silva e Evaristo de Moraes Filho se submeteram a rigoroso regime de concentração durante vários dias, antes de ingressarem na liça.(...) Aos 67 anos, Evandro é um reconhecido mestre dos chamados tribunais populares, ou um grande artista, se considerarmos os aspectos teatrais de um júri.(...) depois de Fador e Mello, falou George Tavares, considerado um dos talentos da advocacia cênica. Seu estilo é condoreiro. Tavares se inflama, berra, bate na mesa, imita um homossexual, para dizer que o testemunho de um homossexual não deve ser levado em conta."<sup>39</sup>

Como acontece em situações como esta - e um dado que a defesa não apenas levou em conta, mas transformou no núcleo de sua argumentação, com a apresentação da tese sobre a "vitimologia" - o julgamento se desloca da ação do réu para centrar-se sobre o comportamento da vítima e todo esforço da defesa, naquele

---

<sup>38</sup> UMA COBERTURA maior que a autoridade. *Veja*, São Paulo, 24 out. 1979. p. 116.

<sup>39</sup> O MACHISMO está salvo. *Isto É*, São Paulo, 24 out. 1979. p.9-10.

caso, foi de demonstrar que o assassinato ocorre num momento de desatino do réu, provocado - e até mesmo desejado - pela própria vítima.

"Doca agiu por invencível coerção e reagiu por um impulso compreensível e excusável, dominado por uma paixão avassaladora e após sucessivas afrontas e humilhações à sua dignidade."<sup>40</sup>

"Por incrível que possa parecer, Ângela teria sido vítima de si mesma e não de Doca. Em outras palavras, a 'Pantera de Minas é que devia estar sentada no banco dos réus. Ela não passava de "uma prostituta de alto luxo da Babilônia, que com suas garras arranhou os homens que passaram pela sua vida.' A fala mansa e venenosa de Evandro era interrompida por palmas."<sup>41</sup>

Entretanto, o que nos chama a atenção, para além da avaliação dos aspectos jurídicos em questão no julgamento, é que o confronto entre a defesa e a acusação na sala do júri converte-se, de fato, numa apreciação, com sinais valorativos opostos, da trajetória de Angela Diniz, operando-se nessa apreciação um processo de atribuição de sentido aos fatos, onde a ressignificação do passado de Ângela se produz a partir dos motivos que, segundo cada linha de argumentação, teriam levado Doca Street a matá-la.<sup>42</sup> Verifica-se, assim, o esforço de semantização da realidade,

---

<sup>40</sup> DOCA Street começa a ser julgado hoje: A defesa sustenta o passionalismo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 out. 1979. p.14.

<sup>41</sup> O MACHISMO está salvo. *Isto É*, São Paulo, 24 out. 1979. p.12.

<sup>42</sup> "...A prova dos autos é maciça no sentido de que o acusado goza de alto e justo conceito no meio em que vive.(...) Dir-se-á o mesmo de Ângela Diniz? Não, não é possível fazê-lo. Casada, deixou o marido. Claro, isso não lhe macularia o passado.. Deixar o marido é uma contingência da vida, que a lei civil prevê e disciplina. O grave, o sério, o espantoso na separação da vítima, é que ela deixou também os filhos. Haverá coisa mais chocante? Por que abandonou, por que perdeu os filhos? Não foi, decerto, por um comportamento normal, seráfico, honesto. Daí partiu Ângela Diniz para uma vida, "dolce vita", livre, cheia de aventuras, nada exemplar, nada edificante. Mulher bela, sedutora, cheia de encantos (...) passou a incendiar corações. E os romances, as ligações amorosas sucediam-se. Pessoas de projeção social deixaram-se enrodilhar nas teias de suas atrações, de seu charme, de sua formosura.(...) aqui, a vítima também conquistava pelo que Emile Zola chamou o "odore di femina", o frêmito sexual, o filtro venenoso do instinto sexual.(...) Recebia os amantes em Belo Horizonte, na própria casa, onde também recebia os filhos. Não distinguia entre o bem e o mal, porque para ela o amor era "um calendário de folhas soltas". E aí vem a queda, a descida por um despenhadeiro. Da violação de todos os princípios éticos ao crime foi um passo.(...)A defesa tenta demonstrar que Ângela causou sua própria morte."  
"Em verdade, Ângela Diniz casou-se, ainda, adolescente, com um homem bem mais velho do que ela. Ao atingir a maturidade, já era mãe de três filhos. (...)o casal desquitou-se amigavelmente em 1970.

destinada a provocar nos jurados - e na assistência, cuja reação no local foi um reforço ponderável à atuação dos advogados, especialmente ao desempenho performático de Evandro Lins e Silva na defesa - o sentimento, mais do que a consciência, de que o "delito" em julgamento teria sido um "ato torpe e passível de condenação rigorosa" ou uma "reação excessiva à agressão moral recebida e, portanto, passível apenas de uma pena leve a ser cumprida em liberdade."

"A assistência revelou-se positivamente pró-Doca. A argumentação de Evandro tinha dado certo. Não houve crime. Aquilo tudo não passava de uma grande ilusão, que precisava ser desfeita. Tanto que horas depois, às 10 da manhã, a platéia aplaudiria de pé, como no final de uma ópera, a decisão dos jurados. Só não se sabia a quem aplaudiam de fato: o velho mestre na sua brilhante atuação terminal, ou o assassino Doca do Amaral Street, agora impune."<sup>43</sup>

"Evandro Lins e Silva soube trabalhar o coração dos jurados. referiu-se a Doca como 'este mancebo bonito e trabalhador', deu uma cor nativa a sua sustentação, louvando as 'águas lustrais de Cabo Frio', trouxe compaixão à sala pedindo a suspensão da sessão para repousar suas coronárias e arrematou o espetáculo com uma lição: 'cadeia não é solução'. "<sup>44</sup>

Entretanto, se mais uma vez verifica-se, e com uma riqueza de detalhes que a mídia se esmera em apresentar, a conversão discursiva do real, observa-se que num mesmo universo discursivo - a retórica persuasiva da arenga dos bacharéis - opera-se uma produção de sentido em confronto, onde a "verdade" sobre os

---

Logo, Ângela não deixou o marido: ambos deliberaram separar-se legalmente.(...)Foi um período negro para a sua existência fadada à desgraça. Entra em profunda depressão. Toma tranquilizantes em excesso. Tenta, até, o suicídio. Eis porque numa certa fase se entregou ao uso da maconha.(...) A prisão por uso de maconha, o conseqüente processo criminal, o exame psiquiátrico e o tratamento a que teve de submeter-se fizeram com Ângela despertasse do pesadelo. Revitalizada, procurou deixar para trás os desencontros, tropeços e incompreensões que haviam ferreteado os últimos anos de sua existência. Estimulando este renascimento, descortinava como horizonte a constituição de um novo lar, onde pudesse alcançar seu grande sonho: o convívio sereno com os filhos. Por infortúnio, nesta ânsia de reviver, seu destino cruza com o do acusado, por ele Ângela se apaixona e nele, paradoxalmente, acaba encontrando a morte." DOCA Street começa a ser julgado hoje às 13 horas: A defesa sustenta o passionalismo; a acusação fala de um crime torpe. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 out. 1979. p.14.

<sup>43</sup> O MACHISMO está salvo. *Isto É*, São Paulo, 24 out. 1979. p.12.

<sup>44</sup> DOCA vai, mata e vence. *Veja*, São Paulo, 24 out. 1979. p.115.

personagens na cena do crime encontra-se em disputa. São dois discursos simultâneos e opostos sobre os mesmos fatos, em que se constroem cadeias de significação apenas para que elas sejam, logo em seguida, desconstruídas pela argumentação do oponente, e assim, sucessivamente, nas réplicas e tréplicas da ritualística jurídica. E mais: esta construção labiríntica sobre as ruínas do passado dos personagens, também ela própria um discurso devastado no jogo da argumentação, traduz no espaço mediático a "volatilidade" do social, enquanto material significante, cuja natureza plástica permite uma multiplicidade significativa apenas vislumbrada no confronto semântico que se realiza no recinto do julgamento. Nessas condições, a mídia, enquanto instância privilegiada de publicização do julgamento, acaba por participar também da constituição do próprio acontecimento, tanto na sua dimensão discursiva quanto na apreciação ética da representação do social que está figurada na cena da enunciação.

"Se isso tivesse acontecido, Cabo Frio teria sido palco de um grande júri. Por ele passariam não só Doca Street e Ângela Diniz, mas um estilo de vida. Precisamente este estilo de vida foi contornado(...) esses dados, levados ao júri com um caráter substantivo, teriam lançado alguma luz sobre os perigosos costumes de pessoas como Ângela Diniz e Doca Street. Tanto a defesa de Doca quanto muitos dos disparos feitos em seu favor foram freqüentemente machistas, mas, na essência, eles tiveram sobretudo uma astúcia elitista: julgaram a conduta da morta sem cuidar dos fatos. Fatos exigem testemunhas, testemunhas exigiriam depoimentos e depoimentos exigiriam reputações disponíveis. A morta fornecia a vantagem do silêncio."<sup>45</sup>

A rigor, posicionada a uma distância segura da cena jurídica, a esfera comunicativa - produtora do espetáculo e, enquanto produtora, definidora de sua destinação sendo, esta, a sua condição peculiar de interferência - que pretende ter o privilégio de realizar um discurso apenas constatativo (Cf. RODRIGUES, 1990:104), torna-se a instância crítica do próprio julgamento e o espaço onde podem reverberar as

---

<sup>45</sup> DOCA vai, mata e vence. *Veja*, São Paulo, 24 out. 1979. p.117.

manifestações de insatisfação com o seu resultado: "O assassinato de Ângela Diniz - um crime brutal e estúpido - foi perdoado pelas leis da moral e dos interesses dominantes na sociedade."<sup>46</sup> ; "Aquela moça continua a ser assassinada todos os dias e de todas as maneiras, advertiu há pouco tempo o septuagenário poeta Carlos Drummond de Andrade."<sup>47</sup>; "Mataram minha filha outra vez."<sup>48</sup>

Afinal- e o que é mais interessante - é que a mídia, ao registrar as condições em que o julgamento se realizou e que produziram seu resultado, mostra-se capaz de criticar a submissão dos participantes ao próprio registro mediático. Vale dizer, a cobertura feita pela mídia se desdobra na crítica à transformação do julgamento em espetáculo e que se dá tanto pelas características do próprio crime quanto pelas exigências da estratégia adotada especialmente pela defesa, mas que de fato se efetiva pela submissão dos participantes às condições de funcionamento da mídia.

"Na sala do júri(...) duas das primeiras filas eram ocupadas por familiares e amigos da banca da defesa, prontos para vaiar a promotoria e aplaudir o ex-ministro do Supremo sob as vistas de um juiz atropelado por câmeras de televisão e pelos acontecimentos - e incapaz de assegurar, dentro do tribunal, a vigência das regras indispensáveis à correta aplicação da Justiça."<sup>49</sup>

"O espaço que a imprensa tem dado a este crime é sinal de subdesenvolvimento, acha o jurista Heleno Fragoso.(...) A desenvoltura dos jornalistas no Fórum chegou a níveis alarmantes no momento em que uma repórter da TV Tupi, diante da chegada do réu à sala do júri, explodiu em berros: 'Olha o Doca! Olha o Doca!' tocados pelo grito de guerra, dezenas de repórteres marcharam sobre Doca atropelando cadeiras e tropeçando em fios e cabos. 'Vou requerer a retirada de todo o pessoal de televisão', avisou o

---

<sup>46</sup> PEREIRA, Raimundo R. Em defesa do homem e dos mais fortes. *Movimento*, São Paulo, 22 out. 1979. p.11.

<sup>47</sup> DOCA vai, mata e vence. *Veja*, São Paulo, 24 out. 1979. p.119.

<sup>48</sup> A MÃE de Ângela: "mataram minha filha outra vez". *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 19 out. 1979. p. 1. (Chamada de capa).

<sup>49</sup> O MACHISMO está salvo. *Isto É*, São Paulo, 24 out. 1979. p.9.

então advogado Eden Teixeira de Melo, um dos assistentes da acusação, indignado com o que considerou 'uma vergonha para a Justiça'. Daí a minutos, ele próprio estava dando mais uma entrevista à **TV Globo**, com a expressão deslumbrada de quem, aos 57 anos de idade e 26 de profissão, pela primeira vez podia falar para todo o país, via Embratel. Nesse clima, decididamente agravado pelos apupos e aplausos da platéia, e marcado pela ausência de autoridade, não foi possível dispensar justiça com serenidade necessária - não se conseguiu, ali, sequer manter a ordem."<sup>50</sup>

Paradoxalmente, a própria mídia - ou pelo menos alguns dos seus segmentos - ao desvelar as relações que se estabelecem entre as diversas instâncias do social figuradas no confronto semântico que se realiza na cena do julgamento, oferece também os elementos para a realização da crítica das relações que se estabelecem entre a esfera da comunicação mediática e o funcionamento das instituições sociais. Assim, no próprio discurso mediático percebe-se de que maneira e por que razões a produção da justiça foi sacrificada à produção do espetáculo. E mais: ao desvelar o simulacro de justiça que o julgamento acabou por constituir, o registro mediático do acontecimento possibilita o surgimento dos indícios que permitem a apreensão dos elementos que regem, nesse mesmo registro, a encenação do social e a construção dos seus personagens.

É nessas condições que Ângela Diniz continuava a ser notícia: como protagonista de sua própria morte, em que a disputa sobre a "verdade" do personagem que encenara enquanto viva traduz, nos signos de sua morte, as regras que governaram aquela encenação e que continuam, mesmo depois de morta, a lhe cobrar os tributos de "criação-criatura" a que julga ter direito.

---

<sup>50</sup> DOCA vai, mata e vence. *Veja*, São Paulo, 24 out. 1979. p.117.

Em novembro de 1981, Doca Street é levado a novo julgamento. O recurso impetrado pela acusação encontrara acolhimento nas instâncias superiores da Justiça, que anulara o primeiro julgamento. Segundo o relato de *VEJA*, "desta vez, o júri de Cabo Frio preferiu poupar a vítima e julgar o assassino, condenando Doca Street a quinze anos de prisão."<sup>51</sup> Buscando compreender a diferença do resultado dos dois julgamentos, *VEJA* constata que "de fato, não foi lá dentro, nas dezoito horas que o tribunal atravessou insone, ouvindo os autos, a promotoria e a defesa do caso Doca Street, que a revisão do crime passional ocorreu." Pois, também naquela ocasião repetiram-se os desempenhos performáticos da defesa e da acusação, mantiveram-se os mesmos fatos e as mesmas teses e até mesmo a atmosfera de espetáculo própria dos julgamentos desse tipo, aquecida pela presença da mídia, que comparece com a mesma parafernália eletrônica e o grande contingente de profissionais que havia marcado a espetacularização do primeiro julgamento.

"Só a equipe da **TV Globo**, amparada em dois caminhões para transmissões externas, contava com 36 repórteres, técnicos e cinegrafistas no *front*. Contingente que somado aos enviados de outros órgãos de imprensa, encheu na temporada morta 60 dos oitenta quartos do Hotel Malibu (...) madrugada a dentro, a multidão do começo da tarde se reduziu a pouco mais de 30 pessoas. Sua vigília pouco tinha a ver com o que se passava dentro do tribunal, pois os debates não chegavam à praça. A atração eram os carros da **TV Globo** e da **TV Bandeirantes**, disputando a transmissão direta do julgamento. No plenário, a influência da TV não era menor. Atendendo a uma solicitação do defensor Humberto Telles e, ao mesmo tempo, aos acenos do cinegrafista da **Globo**, o juiz Daniel da Costa Júnior chegou a interromper por quase meia hora a leitura dos autos para que Doca Street pudesse ser colocado numa posição em que os refletores da TV não o derretessem, mas também as câmaras não perdessem o réu de vista. Na manhã de sexta-feira, como os convidados ensaiassem um protesto contra a presença de jornalistas, que lhes tiravam a visão de Doca Street ouvindo cabisbaixo a sentença, o juiz ameaçou: 'Se não ficarem quietos, eu evacuo a sala e só deixo aqui dentro a imprensa.'

---

<sup>51</sup> O DIA da caça. *Veja*, São Paulo, 11 nov. 1981. p.20-25.

Ela era parte inseparável desse espetáculo, um tanto desprezado pelos juristas, mas ainda muito popular no auditório leigo, chamado tribunal do júri."<sup>52</sup>

A diferença, para a revista, começa a aparecer quando, na chegada de Doca Street ao tribunal, ao invés dos aplausos e cartazes nas mãos das "panterinhas" como na primeira vez, dois anos antes, ele é recebido com vaias e com as "faixas dos piquetes das feministas com a frase que virou o *slogan* das campanhas contra a violência infligida a mulheres: 'Quem ama não mata'." Também na sala do júri, Doca Street teria perdido "a claqué que deu ao primeiro julgamento a algazarra de um programa de auditório". Ainda segundo a revista, "a grande diferença ficou marcada por uma cena que se repetiu nos dois julgamentos. Ambas as sentenças foram aplaudidas no plenário. Só que uma era o avesso da outra. 'O ambiente mudou muito', atestou o assistente de acusação, Heleno Fragoso, que em 1979 assistira ao show da absolvição como comentarista do *Jornal do Brasil*. 'Essa mudança se deve à imprensa e ao trabalho dos movimentos feministas'." Também manifesta a mesma opinião a mãe de Ângela Diniz, que teria anunciado logo ao fim do julgamento que escreveria "uma carta aos mais importantes órgãos de imprensa do país, agradecendo-lhes 'a grande participação que tiveram nessa virada de mesa'."

Se na situação anterior Doca saíra ovacionado do tribunal, no segundo julgamento, à sua saída, é acompanhado pelo "som de um coro: cadeia, cadeia." E, cabisbaixo, com a fisionomia carregada que, ainda segundo a revista, manteve durante todo o julgamento, Doca assistiu à modificação "semântica no recurso da 'legítima defesa da honra'. O termo 'honra', que Heleno Fragoso horas antes acusara de sustentar

---

<sup>52</sup> O DIA da caça. *Veja*, São Paulo, 11 nov. 1981. p.23.

um direito anacrônico - 'pois a honra do homem não está mais no sexo da mulher' - foi trocado por algo ainda mais vago: 'a legítima defesa a direito seu'.<sup>53</sup>

### 3.4. Mata-se uma mulher

A trajetória de Ângela Diniz, ou melhor, sua estória no registro da mídia fornece alguns elementos que, sob o ponto de vista já aqui indicado, permitiriam ampliar a nossa compreensão sobre as relações que se constroem entre a mídia e a experiência social. Afinal, o que esta estória, de fato, pode nos revelar? O que de especial encontramos nela que nos permita refletir sobre as relações entre a mídia e a experiência social? Obviamente, muitos aspectos poderiam ser aqui abordados, mas dentro dos objetivos deste trabalho, o núcleo de nossa discussão vai se referir aos procedimentos e estratégias que foram articulados no relato mediático, especialmente naqueles utilizados na construção do seu personagem central. Nessa direção, pretende-se compreender, na própria figuração do personagem, a natureza dos elos existentes entre este processo de construção e a experiência social.

---

<sup>53</sup> No seu texto "Sedução e Poder" Renato Janine RIBEIRO (1991:19) formula uma discussão sobre a honra, articulada à questão da sedução e à figura de Don Juan, ao qual nos parece interessante remeter: "Cristal repartido não se recompõe": é a idéia da honra da mulher. Mas é curioso, porque a mulher é portadora de uma honra que na verdade, é do marido, do irmão ou do pai. A mulher é aquele ser frágil que, na verdade, porta a honra de um homem. No limite, quando se desonra uma mulher, não se ofende a ela mas a seu marido, seu pai ou seu irmão. Tanto é que ele é que vai tirar satisfações. A moça talvez até não queira que se tire satisfação, mas, de alguma forma, o homem de quem ela depende foi desonrado. Esse é o pensamento tradicional da honra, de que vemos ainda um ou outro vestígio em nossa sociedade. Só que a mulher é justamente o ponto frágil, onde o macho de quem ela depende pode ser ferido. Numa sociedade absolutamente machista, é por aí que se fere. Então, a forma de se ferir a honra de um outro homem é na mulher dele. É um traço bem característico de uma sociedade machista, que vem justamente dessa idéia que está ancorada num pressuposto duplo: as mulheres não têm honra própria - toda a honra delas é dos homens; e, segundo, mas o ponto frágil onde está a honra dos homens é na sua respectiva mulher."

Nos segmentos anteriores buscamos indicar a marcação básica do processo, apontando os momentos em que os fatos relacionados à vida e morte de Ângela Diniz tornam-se públicos através do noticiário veiculado pela mídia. É, aliás, nesse enredo de acontecimentos que o personagem se constrói, ainda que essa construção não se faça, como apontamos, como uma trajetória linear, na qual a estória e as ações focalizadas desenhem um sentido de uma vez por todas constituído. Pelo contrário, o sentido se constitui no fechamento de cada uma das ações empreendidas pelo personagem e narradas pela mídia construindo um compósito de significação que vem transtornar, pela via da ressignificação, as camadas de sentido até então constituídas. Dessa forma, a estória nos fornece em cada momento, pela mão da sua personagem central, das figurações que ela assume no plano central da cena e das articulações que vivencia com os demais figurantes, elementos analisadores do discurso mediático e das construções que ele realiza na constituição significativa do próprio social - matriz e destinatário da produção mediática.

Assim, buscamos marcar os momentos cruciais da narrativa mediática sobre Angela Diniz, sendo que, agora, nesta parte do trabalho, interessa-nos discutir aqueles aspectos que permitam compreender as estratégias utilizadas na construção do personagem. Nessa perspectiva, seria necessário adicionar dois outros aspectos articulados ao primeiro e que, no nosso entendimento, contribuem para aclarar tanto o processo de construção já aludido quanto as suas relações com a experiência social. Trata-se do modo de construção do personagem, ou melhor, das maneiras características de seu funcionamento mediático e da estrutura da narrativa que enuncia a própria personagem e a constitui no plano propriamente discursivo.

Os estudos sobre a comunicação social e os processos de personalização que caracterizam seu funcionamento na contemporaneidade - especialmente acentuados pelo advento do discurso imagético decorrente da prevalência do modo televisivo sobre os demais - parecem indicar a exigência de três elementos como condição necessária para a constituição da figura "olimpiana" que, segundo MORIN (1975), caracterizaria o personagem mediático. De um lado, os estudos apontam que o funcionamento especular da comunicação mediática cria a possibilidade de estabelecimento de um complexo relacional do tipo "projeção-identificação" que asseguraria, no plano da recepção, a atenção necessária à realização dos efeitos especificamente comunicativos do sistema mediático. De outro lado, os investimentos narcísicos dos sujeitos submetidos ao campo mediático forneceriam, no plano da emissão, os elementos matriciais necessários à produção do discurso mediático de natureza personalizada. Vale dizer, os elementos necessários à constituição do personagem mediático - e para os quais é possível encontrar apoio na literatura específica - vão dizer respeito às exigências da própria mídia, no sentido de capturar a atenção e o interesse do receptor, viabilizadas pelo aproveitamento racional do investimento narcísico de determinados indivíduos, que vêem na mídia a possibilidade de sua constituição como sujeitos. E, por último, fechando o círculo, a construção de laços afetivos com o receptor, possibilitados pelas identificações vivenciadas com o(s) personagem(ns) dos acontecimentos noticiados pelos meios.

Segundo MORIN (1975:70),

"diferentes fatores favorecem a identificação; o ótimo da identificação se estabelece num certo equilíbrio de realismo e de idealização; é preciso haver condições de verossimilhança e de veracidade que assegurem a comunicação com a realidade vivida, que as personagens participem por algum lado da

humanidade quotidiana, mas é preciso também que o imaginário se eleve alguns graus acima da vida quotidiana, que as personagens vivam com mais intensidade, mais amor, mais riqueza afetiva do que o comum dos mortais."

Se essa seria uma situação corriqueira no campo da indústria cultural relativa às situações imaginárias do plano ficcional, para MORIN (1975:84-85), a partir da década dos 30, os esquemas e temas próprios do terreno ficcional ganham a informação.

"Assim, a dramatização tende a preponderar sobre a informação propriamente dita.(...) Fazendo vedete de tudo que pode ser comovente, sensacional, excepcional, a imprensa de massa faz vedete de tudo o que diz respeito às próprias vedetes: suas conversas, beijos, confidências, disputas, são transmitidas através dos artigos, falatórios, *flashes*, como se o leitor fosse o *voyeur* de um grande espetáculo, de um *super-show* permanente cujos deuses seriam os atores. Esse extraordinário consumo da vida privada das vedetes caminha lado a lado com o desenvolvimento do setor privado da informação, que concerne, não apenas à vida privada dos personagens públicos, mas também aos *fait divers*."

E, por último, continua MORIN (1975:86), aparece a vedetização do próprio *fait divers*. Nesses, os limites da vida normal parecem rompidos pelo

"acidente, a catástrofe, o crime, a paixão, o ciúme, o sadismo. O universo do *fait divers* tem isso em comum com o imaginário: infringe a ordem das coisas, viola os tabus, compele ao extremo a lógica das paixões. Tem em comum com a tragédia o fato de se sujeitar à implacável fatalidade."<sup>54</sup>

Assim, no terreno da mídia, quanto mais espetacular o acontecimento tanto mais focalizado ele se torna: "as grandes catástrofes são quase cinematográficas, o crime é quase romanesco, o processo é quase teatral." (MORIN, 1990:86) A rigor, a

---

<sup>54</sup> "É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma diversidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização.(...) O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pelas leis das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de sua ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito mais vasto. Todos os fatos regidos por causalidades facilmente determináveis ficam fora de seu alcance, ao passo que o acontecimento jornalístico irrompe sem nexos aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registrado discursivamente.(...) Pertence, por conseguinte, ao mundo do acidente que deixa vestígios e altera as substâncias do mundo das coisas, das pessoas, das instituições". RODRIGUES, 1990. p.100.

dramaticidade dos personagens do *fait divers* e a vedetização romanceada da atualidade são tecidos com o material do acontecimento real numa estrutura similar à estrutura afetiva do imaginário e, nessa perspectiva, o *fait divers* assume a aparência da tragédia e a personalização intervém como mitologia. Os limites entre realidade e ficção são cada vez mais dissolvidos já que no plano da informação - o *fait divers* - privilegia-se o acontecimento que se submete facilmente às estruturas afetivas imaginárias, enquanto que no plano propriamente ficcional seleciona-se o material imaginário que apresenta as aparências da vida vivida.<sup>55</sup>

No caso dos "personagens olímpicos", que assumem características "sobre-humanas" no papel que são chamados a desempenhar, e apresentam seu lado humano na existência privada que levam, a mídia mergulha em suas vidas privadas para extrair delas a substância humana que permite a identificação.

"Os olímpicos, por meio de sua dupla natureza, divina e humana, efetuam a circulação permanente entre o mundo da projeção e da identificação. Concentram nessa dupla natureza um complexo virulento de projeção-identificação. Eles realizam os fantasmas que os mortais não podem realizar, mas chamam os mortais para realizar o imaginário." (MORIN, 1975:93).

---

<sup>55</sup> "Que talento desperdiçado que foi ela! Fico pensando nisso... Pois a vocação da Ângela era ser atriz. Ela era uma tremenda intérprete. Ela interpretava ela mesma. Porque ela era uma tremenda atriz até mesmo na brincadeira. Me lembro que uma vez o Roberto Freire, o psicanalista, não o político, veio fazer uma conferência aqui e a gente queria dar uma força, porque naquela época não ia muita gente nestes eventos, não. Então, para dar número, levei Ângela e uma ou duas primas dela. E lá, quando Ângela chegou, num meio de centro-esquerda e de esquerda, o pessoal ficou doido com aquela mulher tão fascinante... Ela fingiu que era uma poeta - nós combinamos que ela fingiria ser uma poeta - e ela ficou lá o tempo todo fingindo ser uma poeta, fazendo pergunta e saindo-se muito bem. Encantou a todo mundo. Então, ela era a intérprete de si mesma, a atriz dela mesma... E a vida dela foi sempre o de um personagem que ela interpretava, com alegria e de maneira trágica, que foi ela mesma. A vida dela sempre foi este teatro, este grande espetáculo Ângela Diniz." Depoimento de Roberto Drummond à autora em abril de 1992.

Ao mesmo tempo, percebe-se que a constituição de tais personagens, os olímpianos, se torna efetiva pelo aproveitamento racional no sistema mediático daqueles investimentos que os indivíduos "fisgados" pelo universo mediático realizam na formação de um "duplo" expresso na imagem da personagem veiculada pela mídia. Ou, como diz SODRÉ (1984:9), "indagado por uma pesquisadora sobre o que gostaria de ver na televisão, um jovem engraxate da favela da Rocinha (Rio) responde: 'eu'." Segundo o autor, tomando ao pé da letra a fala do pequeno engraxate que desejaria ver a si mesmo enquanto indivíduo concreto, ver a sua imagem na mídia e por ela multiplicada com tal intensidade que pudesse produzir alguma modificação na sua condição social concreta e real, é possível vislumbrar com alguma clareza as raízes mais profundas da fascinação que sobre o homem contemporâneo exerce o complexo da comunicação mediática.

*"Crédulo menino, porque buscas, em vão, uma imagem fugitiva?  
O que procuras não existe. Não olhes e desaparecerá  
o objeto de seu amor."*

A recriminação de Ovídio<sup>56</sup> à fixação de Narciso "que admira tudo quanto admiram nele" é inútil: enredado na fascinação que lhe provoca sua própria imagem, vista na água enquanto bebia,

*"Julga corpo, o que é sombra, e a sombra adora."*

Uma sombra que se dissiparia se ele pudesse dali partir, mas é exatamente isso que lhe é impossível, sair daquele lugar e,

*"Estirado na relva opaca, não se cansa de olhar seu falso enlevo,  
E, por seus próprios olhos morre de amor".*

---

<sup>56</sup> Aqui estamos nos remetendo a Ovídio, *Metamorfoses* (III: 414-428). Apud BRANDÃO, 1989. p.180 e seguintes.

Assim como Narciso, que, se olhando no espelho das águas, se enamora da própria imagem, alguns indivíduos, por força da estrutura constituída na sua biografia pessoal, elegem a si mesmos como objeto de amor e se deixam fascinar pelo "duplo" que surge no eixo do espelho imaginário,<sup>57</sup> representado pela admiração incondicional que o olhar do outro lhes oferece. E, como no mito grego, que

*"Admira tudo quanto admiram nele  
Em sua ingenuidade deseja a si mesmo.  
A si próprio exalta e louva. Inspira ele mesmo os ardores que sente  
É uma chama que a si própria alimenta."*

consomem - e são consumidos - pela ilusão de que a *imago*, a imagem que projetam nesse espelho, é a única realidade que lhes garante a existência.

Contemporaneamente, os "personagens mediáticos" - esses Narcisos da imaginação tecnológica - encontram na cena mediática o suporte para a sua realização narcísica.<sup>58</sup> Destinados à fascinação do olhar do outro, pois somente conseguem se *ver sendo vistos*, buscam na cena mediática este lugar em que a

---

<sup>57</sup> "A primeira vez que a moça Ângela apareceu em público foi um choque, um acontecimento (...) Era a também a primeira vez que a via e no entanto não me parecia estranha. Ela traçara uma linha no olho para acentuar sua obliquidade e pintara os lábios de vermelho bem forte. Concentrei-me naqueles três elementos - o cabelo repuxado, os olhos alongados e a boca vermelha - e percebi imediatamente do que se tratava. Aquela menina estava imitando a Brigitte Bardot, naquela época uma atriz de muito sucesso. (...) A menina tinha um estranho senso de missão, como se fosse a anfitriã no seu palácio, cuidando para que nenhum olhar se perdesse na frieza das colunas e que nenhum sorriso se dissolvesse sem resposta. Ela se relacionava com todo mundo e isso parecia natural. (...) e ainda tive tempo de pensar: vai ser uma estrela nas colunas sociais." Depoimento citado em GABEIRA, 1982.p.38. Ainda segundo esse autor, "ela nasceu em novembro de 44, quase no fim da Segunda Guerra Mundial. Nasceu ou foi inventada? Hesito entre os dois verbos, pois quando ela veio ao mundo, numa sala fria do Hospital São Lucas, ninguém exclamou: oh, é menina. O guarda-roupa já estava repleto de roupas femininas, pacientemente trabalhadas por sua mãe que não admitia a hipótese homem. Até o nome já estava escolhido: Ângela, significando a enviada."

<sup>58</sup> "Ela era o resultado de todos os sonhos da mãe, somado com uma tendência suicida ao desafio (...) A mãe tinha uma paixão tão grande pela filha, se envolvia, ela se projetava tanto no comportamento da filha(...) Você não acha que a pessoa carrega um destino com ela, assim um negócio de pele, que irradia...Ela não se incomodava com as conseqüências, nunca se incomodou se estava atingindo A ou B. (...) Ia fazendo as coisas, mesmo que obtivesse um 'nada' com este comportamento. É engraçado, né? Talvez pelo prazer de fazer. O gosto de brilhar. Os outros acharem bonito". Depoimento de Anna Marina à autora em maio de 1992.

possibilidade de receber a admiração incondicional do outro encontra uma potencialização ilimitada. Todo o seu investimento é dirigido na construção dessa imagem perfeita - a partir de traços que na sua biografia pessoal tornaram-lhe o ideal perfeito para o outro significativo - a ser difundida pelo discurso totalizante da mídia, garantindo-lhe a posse exclusiva do olhar, exclusividade que lhe confirma a sua condição de perfeição e alimenta todo o circuito narcísico.

Na discussão sobre o narcisismo, BLEICHMAR (1987) mostra que o amor dirigido a si mesmo, que aprisiona o sujeito nas teias da própria imagem idealizada é o "efeito de um discurso desenvolvido pela paixão do enunciante, paixão que se encontra bem além de sua consciência e o arrasta." (destaque do autor).<sup>59</sup> Esse discurso se caracteriza pelo estabelecimento *a priori* da perfeição do sujeito - enquanto representação idealizada - que funda a incondicionalidade da admiração do outro. A perfeição do sujeito - expressa na ausência de críticas a qualquer de suas características - está fora de qualquer discussão, de qualquer análise pormenorizada de seus atributos que possam ser contrastados com parâmetros de avaliação produzidos externamente à representação idealizada. "Em sua tendenciosidade idealizante, o admirador incondicional é uma espécie de Rei Midas do narcisismo: tudo o que toca converte em atributo maravilhoso." (BLEICHMAR, 1987:62).<sup>60</sup> Ainda que não se saiba qual o

---

<sup>59</sup> Segundo Jurandir Freire COSTA (1988:163) "o narcisismo é o estado psíquico resultante da localização no Ego dos investimentos libidinais." Sem entrar no debate da questão - que se mostra de extrema complexidade e escapa aos limites desta reflexão - é preciso lembrar que o Ego é a forma pela qual o sujeito se representa, sendo, portanto, "uma ficção necessária à ação e à adaptação ao mundo".

<sup>60</sup> "Então ela era mulher que onde chegasse era dona da noite, do dia, dona da manhã, do que fosse. Ela foi preparada para esta vida de estrela; a mãe a preparou para isso. Ela cresceu mais mimada do que uma filha única. Com dez anos não sabia amarrar um sapato. Ela não sabia fazer nada... Mas tinha o exercício do charme desde muito novinha. Prá dominar...prá ser aquilo que queriam que ela fosse. Dominar as colunas sociais do mundo. Ela foi educada prá isso. E era isso que ela conseguia: paixões, ela tinha paixões, despertava paixões masculinas, femininas, de amigas delas, porque a Ângela era uma

movimento que será feito pelo sujeito, a admiração já comparece antecipada: "a exclamação precede o ato e o dota de sua qualidade". (BLEICHMAR, 1987:62). É, dessa forma, um discurso dirigido para o futuro e que se constrói em forma de verdadeira cascata, impulsionado pela busca de prazer narcisista. Assim, para BLEICHMAR (1987:63), o discurso que produz a compulsão da aspiração narcisista, por se estruturar como "um juízo global sobre o ser, qualquer que seja a razão pela qual se tenha chegado a ele, determina num a priori os juízos que possam formular-se sobre cada aspecto parcial", caracteriza-se como um **discurso totalizante**, auto-sustentado, em que tudo aquilo que corrobora e desenvolve uma tese gratificante para a afetividade do sujeito já está de antemão decidido. É, portanto, nessa dimensão totalizante do discurso que podemos encontrar articulações importantes com o espaço mediático enquanto suporte para a realização narcísica do sujeito, especialmente se vislumbramos as aproximações possíveis entre os meios de realização desse tipo de discurso e as regras que presidem o funcionamento mediático. Ainda segundo o mesmo autor, o discurso totalizante **rejeita os intercâmbios entre discurso e realidade**.

"Certamente, não se trata de que a realidade por si só refute um discurso - empirismo ingênuo - mas que o real, ao ser captado sempre através de um discurso, aumenta as possibilidades de incompatibilidade entre discursos. Se uma premissa do discurso reenvia sempre a outra que também lhe pertence, a homogeneidade ou coerência é absoluta." (BLEICHMAR, 1987:69).

---

*peço de se contar com ela.*" Depoimento de Roberto Drummond à autora em abril de 1992.

*"Agora, o negócio mais engraçado é não só ela não se incomodar com as conseqüências do que fazia, mas levar as pessoas que conviviam com ela a fazer coisas do mesmo tipo. Ela teve muita influência sobre um grupo de amigas que andava com ela. E foi uma influência maléfica, porque elas queriam fazer as mesmas coisas que ela fazia e não tinham o mesmo estofamento emocional. A sorte daquele pessoal foi ela ter ido embora, pois se ela continuasse aqui teria feito um estrago danado na sociedade mineira. Exatamente por causa da ascendência que tinha, da força que tinha em cima das amigas, de todo mundo que convivia com ela. E eram todos, todos, apaixonados por ela".* Depoimento de Anna Marina à autora em maio de 1992.

Um outro meio de construção do discurso totalizante - que não se opõe ao primeiro, podendo mesmo lhe ser articulado, ainda que operando de forma distinta - é o procedimento de **equiparação entre realidade e discurso**.

"O discurso fala da realidade, mas essa fez-se sinônima daquele, não existindo distância entre um e outra. A realidade é tida continuamente em conta e, no entanto, interpretada a partir de uma ótica que não se reconhece como realidade, sendo tomada como se fosse a única interpretação possível. Realidade e discurso são a mesma coisa, ou melhor, o discurso achata a realidade." (BLEICHMAR, 1987:69).

Da mesma forma que o o discurso mediático sobre a realidade fatural, o discurso totalizante, na concepção desse autor,

"constitui uma forma de enunciação em que a modalidade totalizante do discurso valorativo desenvolve-se em dois planos: **por um lado, fala de um objeto, mas, por outro, há contínuas referências ao conteúdo do próprio discurso, que passa a ser considerado como uma espécie de ego ideal que contém todas as perfeições.**" (BLEICHMAR, 1987:69).(destaque nosso).

É essa teia que prende o sujeito e o torna não apenas disponível para se converter em "personagem mediático", mas especialmente o torna desejoso de sê-lo, pois acredita que é neste lugar que pode ter a garantia da incondicionalidade do amor do outro, que não teria motivos para dirigir seu olhar para um terceiro, já que, convertido em imagem perfeita pelo discurso mediático, oferece-lhe tudo o que lhe é de valor.<sup>61</sup> É essa energia que lhe vem do outro, conferida pela visibilidade proporcionada pela mídia e transmitida pela perfeição totalizante da admiração incondicional enunciada, que "carrega o sujeito com o prazer do reconhecimento, do

---

<sup>61</sup> "Com tal imagem, não se dá o processo de identificação que registra como um dos seus momentos cruciais a **perda de si no outro**, mas um auto-reconhecimento autoritário, mimético, que serve de pretexto ao sujeito para exprimir seu narcisismo individual e entrar no logro da consciência una, compacta, indivisa - essa mesma que fatalmente achará 'que tudo é possível'. O auto-reconhecimento implica a conservação imaginária de si mesmo graças ao prazer narcísico de se ver tecnologicamente reproduzido. " SODRÉ, 1984. p. 67-68.

desejo de ser tudo para o outro." A cena mediática se torna então um espaço imantado pela aspiração narcísica, onde o "duplo" do sujeito - a sua imagem, objeto de seu amor - detém a verdade que o constitui: o desejo do amor incondicional do outro, da exclusividade de seu olhar, da posse absoluta do amor.

Nesse terreno encontramos-nos numa cena típica de sedução, sendo este o modo característico de funcionamento do personagem mediático. E aqui, de modo paradoxal, o personagem mediático desempenha uma dupla função: é um sedutor que busca fascinar o outro com sua imagem perfeita e, sendo também seduzido por ela, é constantemente reenviado ao lugar de produção dessa imagem. Esse funcionamento paradoxal do "olimpiano" exige que voltemos nossa atenção para a sedução, para que seja possível compreender o modo operatório da comunicação mediática e a rede que tece para apreender a experiência social figurada na composição de seus personagens.<sup>62</sup>

A sedução na/da cena mediática se exerceria basicamente através de dois processos. De um lado, a cena imantada pelo olhar do outro fascina o indivíduo que vê nela a única possibilidade de realização da imagem idealizada que o constitui como objeto de amor incondicional. Nesse sentido, a cena mediática funciona como o lugar da imagem especular do sujeito que a ela se submete e que, jubilosamente, se vê

---

<sup>62</sup> "A experiência da diversidade, e a experiência de uma região da sociedade que está a distância do círculo íntimo: estes dois princípios da vida pública são contrariados pela mídia. Tendo dito isto, fico insatisfeito com isso enquanto uma fórmula auto-significante. Porque os impulsos para se retrair da vida pública começaram bem antes do advento dessas máquinas; não são aparelhos infernais, de acordo com o cenário habitual da tecnologia retratada como um monstro; são instrumentos inventados pelo homem para satisfazer necessidades humanas. As necessidades que a mídia eletrônica vem satisfazendo são esses impulsos culturais que se formaram durante todo esse século e meio que passou, para se retrair da interação social a fim de saber mais e sentir mais, como pessoa. Essas máquinas são parte de um arsenal de combate entre a interação social e a experiência pessoal." SENNETT, 1988. p.345.

a si mesmo como imagina visto pelo outro.<sup>63</sup> Por outro lado, e na medida em que a mídia não é um espelho<sup>64</sup> a sedução se dirige para aquele que do outro lado da cena - o receptor - se deixa fascinar pela teatralidade, um dos modos operatórios privilegiados pela mídia na composição da estória do personagem focalizado.<sup>65</sup> É nessa dimensão de teatralidade que a estória mediática "fisga" o receptor, produzindo a sedução que o enlaça. Para RIBEIRO (1988:9-23), é esta a fonte do poder de Don Juan. Não dispondo de atributos de autoridade, nem de elementos de coação física, o poder da sedução no terreno do donjuanismo - ou na cena mediática - se exerceria através de um recurso

---

<sup>63</sup> Estamos nos referindo aqui à noção psicanalítica formulada por LACAN (1986), na "Tópica do Imaginário". "Para Lacan, a imagem especular é mais que um inesgotável 'divertimento', a famosa reação de júbilo da criança face à visão de sua imagem no espelho. Ela (a imagem) é um bom símbolo. A 'captação' que a criança faz de si, através da forma espacial de seu corpo, no espelho, não é nada mais nada menos que o momento fundador da 'função do EU'. (...)Lacan enfatiza que, na etapa do espelho, a constituição do ego será dada ao 'sujeito' como primeira experiência na identificação da imagem do seu corpo no espelho, enquanto totalidade. O narcisismo seria esta captação amorosa do indivíduo por essa imagem, que para ele é vivida do ponto de vista do Outro.(...) Quando se está falando em estágio ou fase do espelho está se tomando fase, antes como 'emergência de', 'insight configurante', 'incidente', mais do que fase no sentido de evolução ou etapa. Espelho relativo à imagem (o olho que se vê no olho que o vê), aparição, aparência, aparição da gestalt do corpo do sujeito para ele mesmo. A fase do espelho é, portanto aquele momento revelador para o sujeito tomado enquanto forma na aparição, na emergência de seu corpo enquanto totalidade reconhecida, no breve e mágico instante do olhar do outro. (...) O estágio do espelho é então este eixo especular (...) o eu e a imagem refletida no espelho. A imagem formando como que um duplo, uma vez que traz o que lhe é visível e um vazio que é invisível - o falo. Aquilo que o indivíduo alucina ser." LEITÃO, 1992. p.13 e 60.  
Ver também: KEHL, 1988. p.411-423.

<sup>64</sup> Em seu ensaio "Sobre os espelhos" Umberto ECO (1989:11-37) se dedica a demonstrar que a imagem produzida nos espelhos - portanto, uma imagem especular - não tem a mesma natureza signífica das imagens "técnicas" produzidas pelo complexo mediático. Trabalhando na mesma direção de Eco, Júlio PINTO (1993) constata que o espelho, e a imagem que nele se produz pela presença de um objeto à sua frente, não produzem signos, o que estabelece uma diferença radical com o sistema mediático, produtor, por excelência, de signos, pois "qualquer signo é qualquer coisa que esteja no lugar de qualquer coisa para qualquer pessoa. Estar no lugar de implica a ausência física da referência do signo: ser signo é referir-se a um objeto e, ao mesmo tempo, apontar para a falta dele. No caso do espelho, o objeto tem que estar lá, o que quer dizer que a materialidade da referência é absoluta e a falta não se dá."

<sup>65</sup> "Então, ela era a intérprete de si mesma, a atriz dela mesma. E a vida dela foi sempre o de um personagem que ela interpretava com alegria e de maneira trágica, que foi ela mesma. O negócio dela sempre foi esse teatro *Ângela Diniz*, esse grande espetáculo *Ângela Diniz* e ela não contava com este desfecho. (...) Sabe, aquele negócio de mulher- mistério? A *Ângela Diniz* você não decifrava... Porque você não sabia, os homens ficavam em dúvida com ela: se era amor ou... Mesmo que ela interpretasse muito bem e desse alta credibilidade à interpretação. É como se você achasse que ela estava realmente apaixonada..." Depoimento de Roberto Drummond à autora em abril de 1992.

único: a teatralização do social.<sup>66</sup> A mídia, ao encenar a estória do personagem, que mobiliza fatos, temas, ações e sujeitos presentes no social, cria um espaço onde o social se apresenta de forma teatral, tornando públicas as figurações da realidade social mobilizadas nesta encenação.<sup>67</sup> Entretanto, esta "publicização" realizada sob o modo da teatralidade opera uma transformação na noção de público, que de um sentido político - "o coletivo, o de comum a todos como em *res publica*" - passa a significar tão somente o "conjunto de pessoas que assistem a uma representação cênica". Assim, o espaço coletivo onde age o personagem é público, no primeiro sentido, ou seja, comum a todos, ainda que clivado pelas diferenças e desigualdades que lhe são próprias e no qual a realidade social se constitui enquanto dimensão irredutível ao discurso. A estória encenada na mídia é destinada ao público; só que, desta vez, este se converteu em assistência, que vivencia imaginariamente as figurações do social mobilizadas nas ações do personagem mediático. É o processo que nos estudos da comunicação se denomina "espetacularização" e, à maneira de Don Juan, "fazendo-se espetáculo, ele garante que não exista mais rival para seus feitos, ou controle para suas ações."<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> "Ela jogava alto...E as armas dela eram o encanto e a astúcia. A Ângela tinha uma astúcia...Ela era perigosíssima, porque ela tinha um encanto doido, uma beleza danada, um charme danado, a simpatia dela...Ela tinha tudo aquilo e mais o que o político mineiro tem, a matreirice..com um charme que nem o Juscelino, talvez só o Juscelino tivesse, em termos de seduzir as pessoas, seduzir multidões... Então, Ângela era isso: o político mineiro - aquele da nossa tradição - em forma de anjo ou de demônio, nem sei.." Depoimento de Roberto Drummond à autora em abril de 1992.

<sup>67</sup> "Creio que foi nesta época que inventou um lugar chamado Ravena e constantemente se desligava de tudo, até dos colunistas sociais, deixando uma mensagem com a empregada: - Fui embora pra Ravena". GABEIRA, 1982. p.45.

<sup>68</sup> "É por aí que podemos ver o caráter político da sedução e, portanto, o aspecto em que entra o poder. As três etapas, como disse, são: a caça, o momento em que ele leva a mulher tomada num lugar público, onde ele consome, senão a posse, pelo menos a sedução - a posse do desejo dela, que é o que a ele importa - e o terceiro momento, em que ele divulga esta posse. Então, se pensarmos nessas três etapas, notamos que a primeira e a terceira se dão em lugares públicos, e a segunda num lugar privado. Há uma interessante transição do público ao público pela mediação do privado. No primeiro momento, podemos dizer que se trata de um lugar público no sentido mesmo do logradouro público: a praça.(...) Público, nesse sentido, que é até mais freqüente, significa aquilo que é coletivo, bem comum, aquilo que define a sociedade em que vivemos como tendo espaços que não são apropriados por nenhum indivíduo em

Renato MEZAN (1988:83-115), no seu belo ensaio sobre Don Juan, demonstra que os diferentes significados dicionarizados da palavra **sedução** nos remetem para três dimensões significativas desse campo semântico. Em primeiro lugar, uma dimensão ética na qual seduzir significa atrair o outro para fora de seu caminho próprio; é desencaminhar astuciosamente através do engodo e do ardil. Opõe-se portanto à força, à violência física, pois o triunfo da sedução se faria baseado no emprego de meios eficazes através dos quais obtém o consentimento do outro. Em segundo lugar, seduzir conteria uma dimensão estética, sendo aquela ação que

"toca fibras sensíveis, que desperta no outro sensações de raro matiz, emoções até então ignoradas; o sedutor acaricia com suavidade, faz com que o seduzido descubra dimensões da própria experiência que sequer suspeitava ser capaz de vivenciar." (MEZAN, 1988:89).

E, por último, a dimensão política da sedução em que o sentido se inclina para uma oposição ao poder vigente e se origina provavelmente da esfera religiosa: o Diabo é o sedutor por excelência. Daí, a noção de "demonismo" que aparece articulada às

---

particular, mas que são de todos: a rua, a praça(...) Porém, quando depois de consumada a posse sobre o desejo, Don Juan volta e divulga, ele está de certa forma dizendo: 'Prestem atenção ao que eu vou lhes contar.' Ele não é mais uma pessoa que, como na primeira etapa, está trilhando um caminho de todos. Ele é agora a pessoa que vai nos contar o que fez. Em outras palavras, ele vai tornar a conquista espetacular. (...) volta ao espaço coletivo, para divulgar a todos; e para fazer do público, agora um outro sentido, que é o da platéia. São dois sentidos fortes da palavra público: o público como o coletivo, oposto portanto ao privado; e o público como platéia, oposto àquele que, do alto de um palco, de um estrado ou de algum outro lugar, procura captar a atenção do primeiro. É este o sentido forte da sedução, me parece. Quer dizer, eu não diria que a sedução se esgota no segundo momento. Se pensarmos a sedução como uma relação de Don Juan com a mulher, diríamos que o momento forte da sedução é o segundo, é o momento em que ele conquista o desejo da mulher. De que vale isto se o que ele está querendo é colocá-la na lista? O momento forte é o terceiro. Não é a mulher que ele está tentando seduzir, ele está buscando seduzir muito mais do que uma mulher ou do que uma quantidade de mulheres; ele está procurando seduzir o próprio social; quer dizer, ele está tentando fazer daquele público que era logradouro comum, daquilo que era bem comum, coletivo, daquilo que era uma sociedade, em outras palavras - está tentando fazer disso o seu público, no sentido de platéia. RIBEIRO, 1988. p.21.

máscaras da sedução.<sup>69</sup> Articulada à dimensão ética, a política da sedução se realiza através do engano e da mentira,

"a serviço de um projeto de **domínio** a ser obtido através dela, e que baseia sua eficácia na expectativa de um prazer supremo que o sedutor faz cintilar à distância, prometendo-o como recompensa ao seduzido se este o seguir para fora da estrada real." (MEZAN, 1990:90).

Nessa acepção, a sedução se torna extremamente aparentada ao "fascínio", uma vez que o domínio sobre o outro se exerce através da dissimulação, não resultando nem da autoridade nem da violência e, no limite,

"pode ser exercido sem que o objeto da sedução se dê conta de que está sendo ludibriado, conquistado e vencido. Em outras palavras, o lado estético da sedução pode encobrir seu lado ético, e esta potência de encobrimento faz a sedução pender para o lado das aparências, dos signos." (MEZAN, 1988:90).

Obviamente, a cena mediática remete para esse complexo de significações que o termo **sedução** possibilita, pois já vimos que a "teatralização" do social, enquanto modo operatório do personagem mediático, que converte o espaço público em dimensão cênica, é uma das máscaras da sedução, exatamente aquela que remete para a sua significação política, enquanto um projeto de domínio que não resulta nem da violência nem da autoridade. A encenação do social, sua teatralização mediática, é uma forma de dissimulação - de intenções, de desejos, de informações - dissimulação que tem por objetivo subtrair à atenção elementos que poderiam produzir repulsa ou recusa e construir algo que seja atrativo para mover o objeto da sedução na direção pretendida pelo sedutor. É, portanto, (dis)simular, ou seja, não apenas ocultar,

---

<sup>69</sup> "O demonismo em Don Juan é uma categoria ética e política. Ética, porque ele mente sem a menor vergonha quanto ao que aparece como mais elevado e nobre na relação entre seres humanos: nas questões de amor, que mais confiança, absoluta, mesmo, exigem. É neste sentido que ele opera basicamente com imagens. Barroco, agindo em *trompe-l'oeil*, Don Juan constrói para as mulheres espelhos falsos nos quais elas enxergam uma promessa de amor intenso, pleno, inigualável." RIBEIRO, 1988. p.15.

esconder, mas também produzir algo que possa ser mostrado e, por seu intermédio, atrair.

É nessa perspectiva da simulação que se compreende que o sedutor - Don Juan, o personagem mediático ou a cena de sua enunciação - tenha que operar basicamente com imagens. Mas o que se produz nessa simulação, onde a imagem comparece como *trompe-l'oeil*, um artefato que dissimula alguma coisa pela simulação de uma outra mais agradável, mais prazerosa, mais sedutora? Ora, segundo MEZAN (1988), a temática do domínio, presente na tópica da sedução e expressa claramente na acepção do "fascinar", é precisamente o termo a ser dissimulado. Na perspectiva da sedução, o domínio é transformado em "objeto de desejo" e, como tal, em constante deslizamento, obrigando os sujeitos envolvidos na cena da sedução a buscá-lo incessantemente. É por isso que "a sedução não encontra repouso, e sempre precisa recomeçar *da capo*." É, nas próprias palavras de MEZAN (1988:106), uma "vertente sombria, onde o sedutor busca, no subjugar o seduzido, a sua própria alma, mas de modo tal que perde a sua e a do outro." Convenhamos que aqui estamos bem perto de BAUDRILLARD (1979) e da relação que ele percebe entre sedução e morte e que se expressa no "vazio" que a sedução oferece: teatralidade e encenação ou "construção artificial em que se busca capturar o desejo do outro" para proibi-lo de desejar qualquer outra coisa.<sup>70</sup> "Ser seduzido é deixar-se escravizar ao desejo do outro, para não

---

<sup>70</sup> "A Ângela era uma mulher que vivia a vida dela. E ela só foi uma personagem da mãe até que se rebelou. Eu acho que a tendência dela era toda para ser como era...Porque ninguém muda assim da água para o vinho.(...) Ia fazendo as coisas, mesmo que obtivesse 'nada' com este comportamento. É engraçado, né? Talvez pelo prazer de fazer. Pelo gosto de brilhar, os outros acharem bonito. Estar aparecendo. Porque na realidade, para mim, aquilo era o 'nada'. Não tinha nada ali. Era um vazio. Mas ela se dava ao luxo de ficar perdidamente apaixonada pelas pessoas. Ao mesmo tempo, era uma paixão muito mesclada com desafio. Ela queria dominar aquela pessoa. Não era uma paixão de entrega. E ela não queria nunca ser a dominada, ela queria ser a dominadora...E nisso ela embarcava. O que nada impedia que na semana seguinte ela encontrasse outro homem e se apaixonasse loucamente por ele. Ela

precisar desejar mais nada. Mas também é proibir ao senhor qualquer outro desejo, além das exigências que possa formular ao seu escravo". (MEZAN, 106).

Mas se o personagem mediático opera o complexo projeção-identificação necessário para a produção dos efeitos especificamente comunicativos da instância mediática através da sedução, será também através do **estilo** narrativo, da maneira como a mídia constrói o discurso sobre/do personagem, que este processo se completa.<sup>71</sup> A narrativa mediática da estória de Angela Diniz, tanto quanto a de outros personagens, se constrói como uma **narrativa trágica**, sendo portanto nesse terreno que poderemos encontrar alguns elementos que nos auxiliem em nossa reflexão sobre esta questão.

É preciso ressaltar que, se a noção de **trágico** remete necessariamente à tragédia - em especial à tragédia grega - aqui, nestas considerações, ela vai se referir também, e de maneira especial, a uma categoria estética, que embora encontrando sua expressão mais pura na tragédia, se manifesta também no romance, na música, nas artes plásticas e nos acontecimentos da vida cotidiana. Trata-se, portanto, não apenas de uma

---

*não tinha compromisso com coisa alguma. Não tinha estabilidade. Ela só queria fazer o que ela queria. Muito esquisito... Era uma predestinação para morrer, não é? É o desafio da morte, coisa esquisita..."*  
Depoimento de Anna Marina à autora em maio de 1992.

<sup>71</sup> A respeito da questão entre **estilo** e **sedução** estamos buscando uma analogia entre o estilo da narrativa mediática e a discussão sobre a chamada **escrita feminina**, especialmente as formulações de Lúcia CASTELLO BRANCO (1990:152). Ainda que pareça algo excessivo essa aproximação, uma vez que estamos trabalhando com dois universos discursivos inteiramente diversos, a analogia - que não pode ser entendida como uma transposição conceitual pura e simples - pretende jogar um pouco de luz sobre o assunto, na medida em que articula a "linguagem excessiva da mídia", sua atenção ao detalhe, aos pormenores que tão bem ilustram a cobertura mediática da estória de Ângela Diniz e o "vazio" que este desbordamento esconde e ao mesmo tempo denuncia. Assim, segundo Lúcia Castello Branco, se a sedução está presente em qualquer texto, "pode-se mesmo dizer que a sedução se constitui no estilo que, pela marca dos afetos, dos adereços e dos ornamentos, se constrói como um encobridor do vazio que ele próprio denuncia, apresenta, exhibe. Mas, sobretudo um estilo naquilo que a palavra pode sugerir de concretude, de materialidade, pelas ressonâncias que produz: o *srylo*, o estilete."

qualificação de certos tipos de eventos, mas especialmente de sua "estetização" no sentido de expressar determinados atributos que lhe conferem o sentido de tragicidade necessário. A rigor, a própria definição da tragédia que nos vem da *Poética* (ARISTÓTELES, 1979:245) nos oferece o suporte para a reflexão sobre o sentido do trágico que vá além da obra de arte e evoque também uma certa tipologia de acontecimentos reais.

"É pois a tragédia imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada e com as várias espécies de ornamentos distribuídas pelas diversas partes [do drama], [imitação que se efetua] não por narrativa, mas mediante atores, e que, suscitando o 'terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções'."

Assim, o trágico seria aquele tipo de acontecimento - artístico, ficcional, mítico, real - que, sendo capaz de suscitar compaixão e temor, promova a catarse das paixões semelhantes a essas. Sem que entremos ainda na discussão sobre a noção de catarse -- o que faremos mais à frente - é preciso refletir um pouco sobre os elementos que conseguem produzir este efeito do trágico. Para LESKY (1990), refletindo a partir da definição aristotélica da tragédia, seriam necessários três requisitos para o aparecimento do efeito do trágico.

Em primeiro lugar, comparece a exigência formulada por Aristóteles de que o herói trágico não poderia ser nem o indivíduo extremamente bondoso, nem o perverso ao extremo, mas, sim, alguém numa situação intermediária, um "homem que não se distingue muito pela virtude e pela justiça". Essa situação "intermediária", segundo seus comentadores, não se refere a um lugar entre "a bondade extrema e a extrema maldade, não se tratando, por conseguinte, do **homem médio** ou da **mediania**

humana, mas, sim, e em todo caso, de um 'melhor que nós'.<sup>72</sup> Essa exigência de que os personagens do acontecer trágico deviam ser reis, homens de Estado, ou heróis, vigente até o século passado, seria contemporaneamente interpretada não mais do ponto de vista do status social, mas da perspectiva humana num sentido mais transcendente. Assim, em lugar da alta categoria social dos heróis trágicos, coloca-se agora um outro requisito, fruto da interpretação contemporânea da exigência de Aristóteles: "o que devemos sentir como trágico deve significar a queda de um mundo ilusório de segurança e felicidade, para o abismo da desgraça ineludível." (LESKY, 1990:26). Além disso, essa característica indica um outro aspecto não menos importante. O trágico está sempre ligado a um acontecimento no tempo, já que a tragédia se caracteriza não como imitação de pessoas, mas de ações e de vidas. "A simples descrição de um estado de miséria, necessidade e abjeção pode comover-nos profundamente e atingir nossa consciência com muito apelo, mas o trágico, ainda assim, não tem lugar aqui. Ele está sempre ligado ao acontecer." (LESKY, 1990:26).

Em segundo lugar, o acontecimento, para obter o efeito do trágico, deve ter, em alguma medida, uma

"possibilidade de relação com o nosso próprio mundo. O caso deve interessar-nos, afetar-nos, comover-nos. Somente quando temos a sensação do *nostra res agitur*, quando nos sentimos atingidos nas profundas camadas de nosso ser, é que experimentamos o trágico." (LESKY, 1990:27).

É nesse sentido que podemos compreender a advertência lacaniana (LACAN, 1991:305) sobre o lugar do Coro na tragédia: "O Coro são as pessoas que se emocionam". Meios emocionais que se encarregam de realizar o comentário emocional do espectador; "ele

---

<sup>72</sup> Estamos aqui fundamentados nos comentários de Eudoro de Souza incluídos em ARISTÓTELES, 1979. p.290 .

é tolo justo o necessário, ele tampouco deixa de ser firme, ele é mais humano." (LACAN, 1991:305). E, aqui, surge um outro aspecto. Se o que emociona o espectador, emoção da qual na tragédia o Coro dá conta, é a imagem privilegiada do desejo - na elocução lacaniana, a imagem fascinante de Antígona no entre-duas-mortes - a técnica comparece como um meio, ainda que secundário. O espetáculo, ou a *mise-en-scène*, é importante, uma vez que o "terceiro olho" (LACAN, 1991:306)- a percepção - é por ele excitado.

Em terceiro lugar, o sujeito da ação trágica, o personagem enredado num conflito que lhe parece insolúvel, deve reunir na justa medida a ignorância e o conhecimento, entendidos como a ignorância de certos fatos e de seu potencial significativo para o decurso de sua ação e que se apresenta como (re)conhecimento num momento em que não é possível mais escapar do inexorável, articulado pela "passagem do ignorar ao conhecer". Assim, o personagem trágico é um sujeito de vontade - ainda que o seja como Antígona, "essa vítima tão terrivelmente voluntária" (LACAN, 1991:300) - pois "onde uma vítima sem vontade é conduzida surda e muda ao matadouro não há impacto trágico." (LESKY, 1990:27).<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> "O projeto dela era uma coisa meio compulsiva...Era um negócio talvez muito neurótico...e fascinante! A Ângela não tinha deus, talvez tivesse um deus lá no céu, mas na terra, o deus dela era ela mesma... Prá muita gente não era um deus, era um demônio, porque a Ângela não tinha limites...o que ela queria ela conseguia. Ela era como o Pedro Aleixo, circulava em tudo quanto era roda. Onde ela queria ela entrava! Então, ela nunca se importou com nada do que disseram dela enquanto ela era viva! Aquela confusão da morte do caseiro, do vigia, inclusive eu conheci o cara, aquilo tudo fazia parte do processo de divulgação da Ângela, da criação, daquela coisa meio desenfreada...O comportamento dela escandalizava, mas ela nunca foi excluída de nenhuma recepção ou festa...Ângela era assim: fria, calculista, fascinante...Assim: eu quero isso ou aquilo...a chance dela era de nove em dez de conseguir. Porque a moral da Ângela não era a moral mineira, não era. Era um negócio mais ligado a um tipo de mulher que você tem desde Dona Beja, que vem num filão passa pela Ângela Diniz e passa pela Hilda Furacão, também..." Depoimento de Roberto Drummond à autora em abril de 1992.

Entretanto, a esses requisitos formulados por Lesky é necessário acrescentarmos outros que nos permitem compreender melhor como se constitui o sentido do trágico no discurso mediático sobre os "olimpianos". Na construção da tragédia, a perdição do personagem trágico resultaria de dois elementos que, isoladamente ou articulados, provocariam o desenlace final, promovendo ainda a significação de toda ação desenrolada, uma (re)significação *a posteriori*, uma retroação que modifica o sentido até então constituído. Esses dois elementos aparecem na teoria da tragédia expressos pelos termos *hamartía* e *hybris*. A *hamartía* significa erro, e indica uma falha cometida pelo personagem, ou que lhe foi imputada através de um antepassado, fornecendo a razão plausível para a mudança de fortuna do herói. A *hamartía* seria um erro, e "índole na direção ética, erro de julgamento" (LACAN, 1991:305), uma avaliação incorreta que conduz o personagem para um campo de ultrapassagem, de transbordamento dos próprios limites humanos. Aqui, já estamos no terreno do segundo termo, a *hybris*, ou o crime da desmedida, a ultrapassagem do limite humano, que provoca a cólera punitiva dos deuses e conduz à infelicitização do personagem.

E, finalmente, a *kátharsis* como efeito específico do trágico. Como se sabe, o termo tem uma forte conotação médica, já empregado por Hipócrates, cujo sentido se inclina para a "purgação dos humores", vinculando-se de alguma forma às eliminações, limpeza, descargas, retorno ao normal. Em psicanálise, a catarse aparece estreitamente vinculada ao termo de "ab-reação" - uma descarga emocional mais ou menos intensa, na qual o indivíduo revive um acontecimento traumático que o libera da repressão a que estava submetido, e que pode ser espontânea ou ocorrer no curso de

certos processos terapêuticos. Entretanto, a catarse também remete para a significação de "purificação e especialmente à purificação ritual."(LACAN, 1991:297). Assim, a encenação trágica pode ser vista como um cerimonial de purificação, de apaziguamento de certas paixões mediante um tipo determinado de experiência estética. Nas palavras de Nicole LORAUX (1988:114):

"qual o ganho dos espectadores do teatro ao pensarmos em termos de ficção aquilo que, na vida cívica, não pode nem deve ser pensado? Ocasão de refletir sobre o objetivo de 'purificação' trágica, que sem dúvida purga menos o homem em seu caráter privado que o cidadão, porque purga afetos que o bom estatuto de cidadão deve ignorar."

De fato, é preciso aqui refletir sobre o efeito do trágico - a purificação do terror e da piedade - em duas direções distintas. De um lado, a transfiguração de um dado da realidade que comparece na mídia sob a forma de tragédia expressa na estetização da vida de seu personagem. De outro lado, o destino trágico que a personalização produzida pela mídia acaba por imputar aos indivíduos que, fascinados pela cena mediática, se deixam fixar nesse espaço. O efeito trágico do "acontecimento" produzido pela mídia - a purificação de afetos que o estatuto do bom cidadão deve ignorar - apresenta-se como efeito moralizante, marcação de limites e figuração das sanções possíveis à sua ultrapassagem. A *hamartia* e a *hybris* - o erro e a desmedida - como possibilidades que invocam a necessidade da Lei, do limite, do constringimento que traz de volta a normalidade da vida social. Mas o trágico, figurando o limite e seu transbordamento, suspende, também, ainda que momentaneamente e pela via da estetização, as regras constitutivas do social, permitindo a crítica de seus fundamentos. Vale dizer: ao suspender as regras que governam o real - suspensão realizada pelo apelo

ao imaginário, pela estetização do acontecimento, pelo "borramento" das fronteiras entre o falso/verdadeiro - possibilita a reflexão sobre a legitimidade de suas regras.<sup>74</sup>

Em suma, teríamos aqui os elementos que, na instância da comunicação mediática, construíram a estória de Ângela Diniz e possibilitaram a constituição do personagem central dos acontecimentos noticiados: o complexo relacional de projeção-identificação; a figuração da imagem idealizada do sujeito; a sedução como modo operatório do personagem; o trágico como efeito do processo de estetização da realidade social, permitindo tanto a afirmação moralista das regras sociais quanto a percepção crítica de seus fundamentos.

Finalmente, é preciso lembrar a relação da mídia com a experiência no aspecto em que ela possibilita ao receptor vislumbrar, no espaço público, mediatizado, próprio da contemporaneidade, as regras que, não enunciadas como tal, garantem, entretanto, a existência social. Aqui, é de fundamental importância a idéia, originada no senso comum e privilegiada no apelo mediático à objetividade, de que a

---

<sup>74</sup> Aqui também parece-nos possível uma analogia com o discurso que se apresenta como terreno específico do ficcional, ou seja, a literatura, ainda que possamos nos precaver de transposições mecânicas, que tantos problemas têm trazido para a compreensão do fenômeno mediático contemporâneo, dados os atributos de "realismo" e de "objetividade" que o discurso mediático sobre a realidade - em especial, o jornalismo - pretende apresentar. Assim, para STARLING (1989:8-10), "o mundo do Fingidor é apenas a expressão de um mundo possível. Mas, para que o discurso do Fingidor se realize, é necessário que se mude algo não no real, diria Deleuze, mas no espírito de quem o contempla. Contemplar o fingimento supõe sempre uma situação de não passividade - se o Fingidor revela aquilo que eu não via antes é também porque aquilo que eu via já não me bastava. (...) Os olhos de Capitu, conta Machado, são olhos de ressaca, possuidores 'de uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia nos dias de ressaca'. Mas, afinal, como olhar para os olhos de Capitu? São olhos de cigana, oblíqua e dissimulada, definiu José Dias e com ele concordou D. Casmurro - porém como duvidar da doçura experimentada por Bentinho? Sabemos que os olhos de Capitu não revelam nada sobre a verdade dos acontecimentos, e esta é, se quisermos, a única verdade do Fingidor: suspender todas as regras fixas que governam o real com base no critério do verdadeiro/falso, para que, por meio dessa suspensão, possamos olhar para o real e refletir sobre a legitimidade de suas regras. É preciso reconhecer que os olhos de Capitu têm, de fato, um poder estranho. Eles nos levam a duvidar daquilo que víamos como verdadeiro ao revelar-nos o que não víamos antes, afinando nossa percepção do real."

mídia seria um "espelho" da realidade, que unificaria para uma sociedade dividida a diversidade segmentada da experiência de seus membros. A metáfora do espelho, ainda que não adequada ao funcionamento da mídia, pode se mostrar importante para se pensar a relação da mídia com o destinatário de sua produção e até mesmo iluminar algumas das relações que se estabelecem entre os acontecimentos focalizados e o espaço público no qual o receptor se inscreve.<sup>75</sup> A rigor, a idéia da mídia como "espelho" da realidade se apresenta ligada tanto à idéia de lugar onde o social pode se refletir, de espaço iluminado que perfilaria uma expressão objetiva do real, quanto à noção de fascínio que a figuração de uma imagem real e transparente sempre produziu nos homens. Entretanto, supomos que a argumentação suscitada sobre a estória de Ângela Diniz nos tenha mostrado que a fascinação produzida e que "fissa" a atenção do receptor não deriva do "espelhamento" objetivo da realidade - condição apregoada no discurso pretensamente totalizador da instância mediática - mas exatamente do inverso, uma produção de realidade levada a efeito pela gramática e pelas regras específicas que regem a própria produção mediática e que, colada ao cotidiano aí publicizado, participa de sua constituição enquanto experiência significada. Por outro lado, a idéia de refletir remete também a um outro conjunto significativo, articulado pelo termo **reflexão**, e que vincula-se à experiência do cidadão que reflete, pela purificação trágica, sobre as regras que governam o social e articulam no plano da experiência as ações positadoras de tais regras e as fissuras das suas transgressões.

---

<sup>75</sup> Segundo Umberto ECO (1989:36), "o modo de interpretar um registro (que já é signo) é afim àquele com o qual se interpreta uma imagem especular (que não é signo). Procede-se por relações de projeção, a tal dimensão na imagem deve corresponder outra dimensão, se não no objeto-ocorrência (referente) pelo menos no objeto-tipo (conteúdo) do qual a imagem me 'fala'. As verdadeiras categorias 'gramaticais' intervêm no nível de enquadramento e montagem. Os registros não são imagens especulares, mas continua-se a lê-los *quase como se o fossem*". (destaques no original).

## **CAPÍTULO 4**

### **O VISÍVEL INVISÍVEL**

**Mentiras e verdades nas relações entre mídia e política.**

*"Nas coisas políticas, a versão muitas vezes vale mais do que a verdade."*

(Gustavo Capanema)

Uma das questões mais instigantes no funcionamento do sistema de comunicação refere-se às relações entre os acontecimentos constituídos pela narrativa mediática e a sua ocorrência fatural, especialmente no terreno da política. Através dessas relações é possível refletir sobre um conjunto de questões fundamentais nas relações entre política e mídia construídas na contemporaneidade. Dentre essas questões destacam-se as condições de produção da verdade e da mentira no campo da política e as correlações entre tais condições e a emergência da comunicação mediática. Ao mesmo tempo, tendo em vista os termos em que a produção da verdade e a existência da mentira na política estão colocados na contemporaneidade, a reflexão exige tratar de uma questão correlata que diz respeito ao segredo e à visibilidade do campo da política, temas que modernamente estão sempre associados à esfera comunicativa. Examinar essas questões consideradas numa perspectiva que capte esta temática em movimento na experiência social é o que se pretende neste capítulo.

#### **4.1. Os donatários de 1978**

A partir do Ato Institucional nº3, de 05 de fevereiro de 1966, os governadores dos estados brasileiros passaram a ser eleitos indiretamente por maioria absoluta de votos das assembleias legislativas, em votação pública e nominal. De fato, o processo de escolha dos governadores era o seguinte: através de articulações entre os grupos políticos ligados ao regime militar, o presidente da República indicava o candidato à convenção da Arena que seria ungido à condição de candidato ao governo do estado, a ser eleito, no caso de 1978, por um Colégio Eleitoral constituído de acordo

com a legislação produzida pelo regime.(ALVES, 1984:99) <sup>1</sup>. Nessas condições, o passo mais importante do processo era a obtenção da indicação pelo Presidente, o que significava, virtualmente, ser o governador, já que a oposição (MDB) não tinha condições políticas para viabilizar um candidato próprio e a Arena não se atrevia a contrariar os desígnios do regime.<sup>2</sup>

No início de 1978, a agitação nos meios políticos era grande: esperava-se a indicação dos nomes para os governos estaduais (período 1979-1983), ainda nos primeiros meses daquele ano. O processo parecia mais complicado do que os anteriores, com alguns ingredientes resultantes tanto dos problemas da escolha do sucessor de Geisel quanto das pressões políticas pela "liberalização do regime", bem como dos "fantasmas" das eleições de 1974.(ALVES:185-196). Ou seja, a escolha dos governadores estaduais em 1978 era uma das peças importantes no quebra-cabeça político a ser montado naquele período e as decisões tomadas deveriam viabilizar "sem traumas" o projeto de distensão "lenta e gradual" do regime militar<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> As regras eleitorais estabelecidas no Ato Institucional nº 3 haviam sido alteradas pelo conjunto de medidas denominado "Pacote de abril", impostas pelo presidente Ernesto Geisel. De acordo com essas medidas, que introduziram entre outras coisas o chamado "senador biônico", ou seja, um senador escolhido pelo mesmo processo que escolheria o governador, o Colégio Eleitoral de Minas Gerais seria assim constituído: haveria "1512 integrantes, sendo nove de Belo Horizonte, dois de cada um dos 721 municípios mineiros e todos os 61 deputados estaduais. Os vereadores de cada município serão escolhidos pelas Câmaras Municipais, o que possibilitará ao 'partido oficial' contar com cerca de 1.100 dos 1.512 votos." Cf. ELOY revela que o clima de sucessão é tranqüilo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º dez. 1978. p.3.

<sup>2</sup> Isso aconteceu exatamente até 1978. Neste ano, porém, surgiram muitos descontentamentos entre os preteridos, dando origem a uma série de candidaturas arenistas "rebeldes". Dentre essas, a única que conseguiu viabilizar-se foi a de Paulo Maluf, em São Paulo.

<sup>3</sup> ARENA 78, uma dúvida para os políticos. *Veja*, São Paulo, 5 abr.1978. p.28-33.

Após o controle da crise nos círculos militares, expressa no chamado "episódio Sylvio Frota"<sup>4</sup>, o presidente Geisel, em 31 de dezembro de 1977, havia indicado oficialmente o General João Batista Figueiredo como o candidato da Arena à Presidência da República. Além dos problemas na área militar, a candidatura de Figueiredo encontrava dificuldades na chamada área "revolucionária civil" através das pretensões do ex-governador mineiro, senador Magalhães Pinto, à Presidência da República<sup>5</sup>. Temeroso de que o rescaldo de insatisfações, inevitáveis no processo de indicação dos governadores, produzisse algum risco ao controle que se tinha sobre a Arena, o governo definiu que a questão da sucessão estadual somente seria equacionada após a homologação da candidatura de Figueiredo na convenção arenista<sup>6</sup>. Resolvida a sucessão presidencial, o processo de escolha dos governadores dos estados deveria produzir alguns efeitos que garantissem ao regime militar o controle do projeto de "distensão". Os nomes indicados deveriam merecer a confiança do regime, ser afinados com o próximo presidente e, especialmente, ter algum apelo popular, além de estar em condições de unir as diferentes correntes políticas abrigadas na legenda arenista, com

---

<sup>4</sup> Em setembro do ano anterior, 1977, irrompera uma grave crise no meio militar, expressa na disputa pela presidência entre os generais Sylvio Frota, ministro do Exército, João Batista Figueiredo, chefe do SNI e candidato de Geisel, e Euler Bentes Monteiro, que teve sua candidatura oficialmente patrocinada pelo partido de oposição. A luta entre os dois primeiros generais estendeu-se às suas próprias bases de poder, gerando profunda instabilidade nos meios militares. A crise tem seu desfecho no dia 12 de outubro daquele ano quando o presidente Ernesto Geisel exonera de suas funções o ministro do Exército e nomeia o comandante do III Exército, general Belfort Bethlem para substituí-lo.

<sup>5</sup> Cf. MAGALHÃES: cantiga de roda para a 'armata'. *Veja*, São Paulo, 3 mar. 1978. p.11-12. ARENA 78, uma dúvida para os políticos. *Veja*, São Paulo, 5 abr.1978. p.28-33.

<sup>6</sup> "Na verdade, o governo montou uma espécie de estratégia para a condução do problema que condiciona tudo, em primeiro lugar, à sucessão federal. Somente quando o general João Batista Figueiredo for confirmado pela convenção da Arena como candidato a presidente da República se ouvirão decisões do Palácio do Planalto sobre as sucessões estaduais. Isso é ponto pacífico. Os motivos dessa decisão já são conhecidos: não se deseja correr qualquer risco - o anúncio antecipado dos nomes de governadores ensejaria frustrações que se poderiam refletir na votação do candidato oficial à Presidência da República. Especialmente quando existe um outro candidato, o senador Magalhães Pinto." SUCESSÕES: Mas quem é mesmo 'imperdível'? *Isto É*, São Paulo, 1º mar.1978. p.26.

vistas a garantir uma melhor performance do partido nas eleições proporcionais a serem realizadas em novembro de 1978. Se as duas primeiras condições se realizavam facilmente através do próprio processo de escolha dos nomes, quando a decisão final cabia aos dois "eleitores" privilegiados - Geisel e Figueiredo - as duas últimas se expressavam nos critérios denominados "densidade eleitoral" e "capacidade de construir a pax arenista no Estado". Obviamente, critérios de aferição problemática e, de fato, o grande terreno de disputa das articulações políticas regionais que buscavam viabilizar nomes de seu interesse.<sup>7</sup> É interessante, entretanto, verificar que o critério denominado "densidade eleitoral" apresenta-se como um eufemismo que dissimula a presença, ainda que no terreno da exclusão, da oposição ao regime militar, cujo crescimento eleitoral, desde o pleito de 1974, vinha colocando problemas para as articulações políticas da ditadura. A definição de um critério desse tipo, mesmo que não tenha tido em alguns casos a relevância apregoada nos discursos da distensão levada a efeito no período Geisel, demonstra a preocupação do bloco de poder com a emergência dos movimentos sociais e de sua repercussão no plano institucional - expressa especialmente no crescimento do voto oposicionista nas grandes cidades. A necessidade de articular apoio popular ao regime, através da adesão ao partido governista nos pleitos proporcionais, contido no critério de "densidade eleitoral" dos postulantes aos governos estaduais pode ser visto numa dupla perspectiva: de um lado, manifesta a preocupação do regime com a precariedade de sua base de apoio político que, especialmente após 1974, mostra-se

---

<sup>7</sup> "Dessa análise, conhecida nos bastidores do governo com o título-pastiche de 'Remember 74', nasceu a convicção de que os governadores deveriam ser escolhidos entre políticos dotados de algum fascínio, capazes de levar a Arena a um bom desempenho nas eleições diretas de novembro." SUCESSÕES: quem é mesmo 'imperdível'?. *Isto É*, São Paulo, 1º mar.1978. p.26.

"O nó da questão é que é muito difícil saber quem tem densidade política sem fazer eleições. Isto obriga a ginásticas decisórias de todos os níveis. Por exemplo: como aferir a efetiva representatividade de um candidato? Se não há voto, o meio de aferição é a pesquisa, o Ibope, como se política fosse programação de TV. Além disso não existe pesquisa 100% confiável e não há candidato que não tenha sua própria pesquisa." SUCESSÕES: acabou dando zebra. Tinha que dar. *Isto É*, São Paulo, 19 abr.1978. p.6.

cada vez mais esfacelada e, por outro lado, revela os limites da interdição da política e da exclusão do cidadão, os quais, mesmo contra toda a adversidade, insistem em se manifestar.

Uma observação, ainda que rápida, no noticiário da época, apresenta um cenário em que as articulações de bastidores, as disputas regionais, as estratégias de construção de candidaturas, tinham um único desaguadouro: o Palácio da Alvorada, onde o "colégio eleitoral" se reunia para avaliar as candidaturas e tomar as decisões.<sup>8</sup> Dessas reuniões, onde se produziram as "decisões revolucionárias" - eufemismo utilizado naquele período para indicar que as candidaturas eram, de fato, uma escolha do regime, que via nos governadores peças fundamentais para a manutenção do controle sobre o espaço político - participavam, além dos dois "eleitores", o ministro Golbery do Couto e Silva, o ministro Armando Falcão e o deputado federal, por Minas Gerais, Francelino Pereira, presidente nacional da Arena. Esse "colegiado", que municiaava os "eleitores" de informações, agendava reuniões, fazia avaliações, guardava zelosamente os resultados a que se chegava, produzindo um verdadeiro manto de silêncio sobre as decisões já tomadas e alimentando boatos e fantasias dos envolvidos. Segundo *Isto É*, "o Panalto, hoje, é a gruta de Lourdes da política. Os que de lá saem carregam sobre a cabeça uma aura. São os iluminados. Embora não se possa dizer quem sejam os

---

<sup>8</sup> "No caso, o 'eleitorado' era o grupo formado pelo presidente Ernesto Geisel, o general João Batista Figueiredo e os ministros Golbery do Couto e Silva e Armando Falcão, auxiliados pelo deputado Francelino Pereira, presidente nacional da Arena. Reunidos no Palácio da Alvorada, a eles competiria resolver quais seriam os governadores dos Estados brasileiros depois de fevereiro de 1979 - tarefa para a qual se dispensou pela quarta vez consecutiva (1966, 1970, 1974 e 1978) [sic] a presença de cidadãos brasileiros maiores e portadores de título eleitoral". GOVERNADORES: E a corrida chega ao fim. *Veja*, São Paulo, 19 abr. 1978. p.20.

escolhidos".<sup>9</sup> Era, segundo os relatos da época, a exibição da "democracia relativa" em pleno funcionamento. Na noite do dia 12 de abril, por exemplo, [uma quarta-feira], o "colegiado" reuniu-se longamente no Palácio da Alvorada.

"Segundo o assessor de imprensa do Palácio do Planalto, coronel Rubens Ludwig, cuidava-se de 'retocar o retrato falado' dos futuros donatários estaduais. As reuniões foram retomadas na sexta-feira. Na madrugada de sábado, enfim, informações capturadas aqui e ali davam conta de que o primeiro 'pacote' de novos governadores estava virtualmente embrulhado - para ser oferecido ao país nesta segunda-feira."<sup>10</sup>

Mas, o que a narrativa mediática indica de forma irrecusável é a natureza da ação política efetivada no âmbito do governo autoritário. De uma atividade pública realizada em público - em que o termo público remete a dois significados correlatos, mas distintos, quais sejam o "público" contraposto ao "privado" e o "público" contraposto a "secreto" - a política se realiza no espaço privativo do poder autocrático e inteiramente velada aos olhares e ao controle dos cidadãos. O discurso da mídia sobre o processo sucessório dos estados mostra que naquele período o segredo de estado não é a exceção, mas a regra: as grandes decisões políticas deviam ser tomadas ao abrigo dos olhares indiscretos de qualquer tipo de público.(BOBBIO, 1986:83-106).

---

<sup>9</sup> SUCESSÕES estaduais: Em busca da benção. *Isto É*, São Paulo, 12 abr.1978. p.8.

"'Só o Geisel e o Figueiredo sabem quem vai ser governador', informou uma fonte do Palácio do Planalto. 'Quem disser que sabe estará mentindo.' E é verdade: no que talvez seja um episódio inédito na história das nomeações de governadores, esses Estados chegam à véspera da sucessão sem que ninguém saiba de coisa alguma. Humildemente, a mesma fonte admitiu que ela própria só terá acesso aos nomes ungidos 'meia hora antes da imprensa'." SUCESSÕES: A semana da anúncio. *Veja*, São Paulo, 12 abr.1978. p.30.

<sup>10</sup> GOVERNADORES: E a corrida chega ao fim. *Veja*, São Paulo, 19 abr.1978. p.20.

A posição do deputado Francelino Pereira no processo sucessório dos estados era privilegiada, ainda que sem força decisória, pois como afirmara o senador Petrônio Portella, a "decisão é de quem está no poder", ou seja, do presidente Ernesto Geisel, com a anuência de seu sucessor<sup>11</sup>. Como presidente do partido governista, Francelino Pereira participava e/ou fazia a mediação de todas as articulações regionais e, especialmente, transmitia ao "colegiado" as avaliações da situação do partido nos diferentes estados, tendo em vista as composições partidárias que se verificariam se a escolha recaísse sobre um ou outro nome determinado. Pelos registros da época, mesmo que muitas vezes fundados em suposições ou hipóteses, já que o sigilo que cercava as reuniões palacianas e as preferências dos "eleitores", bem como os movimentos dos postulantes e de seus apoiadores, impedia a visibilidade do processo, o deputado Francelino Pereira era constantemente citado como um dos personagens de relevância em todo o processo<sup>12</sup>. Tendo sido peça-chave na desarticulação da candidatura Magalhães Pinto, fato que lhe valeu o despreço do senador, antigo companheiro da agremiação udenista, Francelino Pereira consolidara seu prestígio junto ao presidente Geisel e reforçara a imagem de "soldado do partido" e "servo da revolução", que

---

<sup>11</sup> "Resolver, soube-se na sexta-feira, caberia na verdade ao presidente Geisel. Os demais, sobretudo o general Figueiredo, tiveram direito a voz, é claro - mas não necessariamente a voto. 'A decisão será de quem está no poder', avisara dias antes o senador Petrônio Portella, 'pois o contrário seria um ato de autodemissão'.". GOVERNADORES: E a corrida chega ao fim. *Veja*, São Paulo, 19 abr.1978. p.20. "Certamente, no final das contas, a sucessão será regida a quatro mãos, pelos generais Geisel e Figueiredo. Até lá, no entanto, processa-se uma espécie de troca de informações envolvendo os dois principais regentes e mais o general Golbery e o secretário particular de Geisel, Heitor de Aquino Ferreira." SUCESSÕES estaduais: Em busca da benção. *Isto É*, São Paulo, 12 abr.1978. p.10.

<sup>12</sup> "*Cena 1: Francelino Pereira, o atarefado presidente do maior partido político do Ocidente, concede, no último dia 10, segunda-feira, 145 audiências a pessoas interessadas em lhe entregar documentos comprobatórios de que seus candidatos são os melhores para as sucessões estaduais.*  
*Cena 2: À noite, quarta-feira passada, no inacessível Palácio da Alvorada, reúnem-se o presidente Ernesto Geisel, os ministros Golbery do Couto e Silva, o candidato João Batista Figueiredo e Francelino Pereira. Tem início o processo sucessório nos Estados. São as chamadas conversas preliminares. Aquela reunião é um balanço da situação política de todo o país. A discussão chega a alguns nomes nas sucessões 'fáceis' e salta por cima das situações controvertidas.*" SUCESSÕES: Acabou dando zebra. Tinha que dar. *Isto é*. 19 abr.1978. p.4.(o itálico da citação é da revista)

durante anos se empenhara em produzir.<sup>13</sup> Constantemente assediado pela imprensa, o deputado Francelino Pereira é personagem freqüentemente citado na cobertura dos acontecimentos, sendo uma das poucas "fontes" oficiais do processo, liberando gotas de informação nas suas declarações à imprensa que, misturadas aos dados "oficiosos" e à boataria circulante no país, compunham o cenário das sucessões estaduais. De acordo com uma matéria veiculada na época,

"mesmo nesses dias de feriado, a residência do deputado Francelino Pereira parece um estranho consulado no qual as pessoas entravam e saíam, cada qual com sua verdade, cada uma delas de algum modo aliviada por ter pelo menos tentado alterar o rumo da história política em seu estado. E Francelino, paciente e receptivo, ia anotando essas verdades para juntá-las às suas próprias, extraídas da convicção formada após a mistura de todas as verdades". (destaque nosso) <sup>14</sup>

É interessante refletir sobre a noção de verdade agenciada pelo articulista ao referir-se ao papel desempenhado no processo pelo deputado Francelino Pereira. De um lado chama a atenção o plural utilizado: são **verdades múltiplas** levadas ao conhecimento do deputado. E mais: são múltiplas porque pertencentes a pessoas diferentes, portanto, verdades particulares, referidas a diferentes portadores de verdades, também estas distintas. Desse conjunto de verdades particulares que lhe eram trazidas pelas mais diversas pessoas, o deputado Francelino Pereira construía suas próprias convicções, extraíndo delas a sua própria verdade. O texto aponta para a natureza da verdade que pertence ao campo da política. Não se trata do gênero definido como a verdade racional - científica, matemática, filosófica - ou mesmo de uma noção

---

<sup>13</sup> Ver: ARENA 78, uma dúvida para os políticos. *Veja*, São Paulo, 5 abr.1978. p.28-33.  
GOMES PINTO, Tão. Armou-se um convescote em Brasília. *Isto é*, São Paulo, 12 abr. 1978. p.11.

<sup>14</sup> LOBÃO, Edison. A inutilidade da conciliação. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abr. 1978. p.3. (grifos nossos) O feriado referido pelo articulista é o dia 21 de abril que, naquele ano, caiu numa sexta-feira.

essencialista da verdade. A palavra utilizada pelo articulista refere-se àquela noção que Hannah ARENDT (1992) define como a **verdade fatural** e que é mais vulnerável do que todas os tipos de verdade racional tomados em conjunto, pois diz respeito aos fatos e eventos engendrados por homens agindo em comum e constituem a textura mesma do domínio político. (ARENDT, 1992:282-325) Um tipo de "verdade política por natureza" pois trata com "coisas que não trazem em si nenhuma verdade inerente, nenhuma necessidade de ser como são". Inscrita no terreno da contingência, a **verdade fatural** pertence ao mesmo domínio que a opinião e é por isso que ela pode ser múltipla e, transformada em convicção, produzir outras verdades, ou melhor opiniões convictas da veracidade dos fatos apresentados.

Assim, no contexto do processo sucessório de 1978 - enquanto uma ação política de âmbito restrito e secreto - registra-se a presença da **verdade fatural** sem que existam as garantias para o seu estabelecimento na política: a existência de uma instância pública, ampliada e livre, onde se pudesse expor e debater os fatos e os acontecimentos. Pois, ainda que os modos de asseverar a validade da opinião e da **verdade fatural** sejam diferentes, no domínio da política elas acabam tendo que recorrer ao mesmo procedimento: o recurso à maioria, já que por ser estabelecida através de evidências testemunhais e documentais - que sempre podem ser suspeitas de fraude e de falsificação - a **verdade fatural** não pode ser demovida pelo recurso a uma "terceira e superior instância", mas somente pela invocação de outros testemunhos e outros documentos, também estes portadores dos mesmos riscos de suspeição que os primeiros. Ora, era exatamente este recurso à maioria que o processo de escolha indireta excluía,

transformando os "eleitores" e o "colegiado" na instância suprema de produção da verdade.

A sucessão de cada Estado tinha suas particularidades, o que tornava a escolha problemática e exigia dos postulantes e dos grupos que os apoiavam verdadeiros malabarismos políticos, já que deviam participar de um jogo no qual se impunha o segredo sobre os movimentos dos parceiros e, especialmente, dos juizes. E, à exceção do pequeno grupo palaciano, ninguém dominava inteiramente as regras do jogo ou conhecia a situação da partida.<sup>15</sup> Três estados apresentavam situações especialmente complicadas: Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. No caso de Minas Gerais, os complicadores eram de duas ordens: a posição de Magalhães Pinto e as divergências no seio da Arena entre as duas correntes políticas ligadas aos antigos partidos, a UDN e o PSD. O pano de fundo desses complicadores era o crescimento do voto oposicionista no Estado, expresso na constatação de invencibilidade do candidato emedebista ao senado, o deputado federal Tancredo Neves.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> "Agarrado ao telefone, um assessor do senador Passarinho, candidato ao governo do Pará, sucumbiu à tensão na noite de quinta-feira passada: 'Todo mundo pergunta, ninguém sabe nada', desabafou. 'Isso é uma loucura.' Ainda na quinta-feira, em São Paulo, um dos chefes da campanha do prefeito Olavo Setúbal prometia distribuir barbitúricos entre correligionários mais ansiosos. 'Ninguém aguenta mais esta espera', gemia ele. Nervos à flor da pele, desinformados, tateando indícios na escuridão, candidatos e seus assessores espalhados pelos Estados ainda à espera do derradeiro lote de donatários continuaram a viver, durante toda a semana passada, as dores desse longo parto governatorial." AINDA em trabalho de parto. *Veja*, São Paulo, 26 abr. 1978. p.28.

"Vinte minutos antes o governador do Amazonas, Enoch Reis, não se sentia muito à vontade. Caminhando apressadamente por entre os jardins laterais do Palácio do Planalto, ele parou e explodiu, com irritação na voz: 'Meu sucessor? Pela luz dos meus filhos, dos meus netos, nunca me disseram quem vai ser. Eu sei pelos jornais'. (...) Naquela segunda-feira em que se anunciava a primeira safra de oito governadores, o início da solução do original processo sucessório indireto brasileiro, Guazelli estava virtualmente lívido ao fazer o anúncio do seu sucessor, Amaral de Souza. Também só fora informado após a decisão tomada." GOVERNADORES: Uma sucessão muito lenta e gradual. *Veja*, São Paulo, 26 abr. 1978. p.10.

<sup>16</sup> "...os arenistas mineiros chegaram a algumas premissas básicas. A primeira delas era a de que para se contrapor à influência que Tancredo Neves exerce sobre o pessedismo no Estado, o futuro governador deveria ser igualmente um ex-pessedista e, de preferência, com os competentes tiques e cacoetes para que o eleitor não tivesse dúvidas quanto às suas origens. Por outro lado, para atingir a igualmente eterna

Um grupo de políticos disputava a indicação de seus nomes, pelo Presidente Geisel, como candidato da Arena ao governo do Estado. Murilo Badaró, Fagundes Neto, Rondon Pacheco, Bias Fortes, Francelino Pereira, eram alguns dos nomes cogitados<sup>17</sup>. Nesse elenco, considerado "as alternativas viáveis" na cena mineira, compareciam dois ex-udenistas - Francelino e Rondon -, dois ex-pessedistas - Badaró e Bias Fortes, sendo que Fagundes Neto comparecia como representante da facção que surgira já no seio da agremiação arenista. A mobilização nos bastidores era intensa, cada grupo articulando na tentativa de viabilizar o nome de seu interesse como o candidato a ser indicado.

O governador Aureliano Chaves, ex-udenista, já indicado para a vice-presidência da República, comparece à cena política como a grande referência na chamada "pacificação política" mineira, que teria ocorrido na sua administração, resultado de fato de uma composição das forças políticas arenistas obtida através da distribuição mais igualitária dos cargos no governo estadual entre as diferentes facções

---

UDN mineira, sujeita a ser sensibilizada pela pregação supostamente reformadora do senador Magalhães Pinto, também seria útil um candidato que houvesse no passado professado as idéias da turma da eterna vigilância. Essa, a primeira opção. A segunda opção seria, definida a pendência UDN *versus* PSD, escolher quem renderia mais pontos para o partido nas eleições de novembro, uma escolha tanto mais difícil porque aí entra o imprevisível componente da opinião pública manifestada através do voto *direto*." EM MINAS, PSD contra UDN. Como sempre. *Isto É*, São Paulo, 12 abr. 1978. p.12. (destaques no original)

<sup>17</sup> Segundo *Veja*, "havia pelos menos oito nomes em boa cotação, tirados de fontes udenistas, pessedistas e, se é que isso realmente existe em Minas, neutras (uma corrente pós-64, que abrange técnicos e políticos e nascidos já em berço arenista)." Os oito, ainda segundo a mesma revista, seriam: os deputados federais Francelino Pereira, Murilo Badaró, Crispim Jacques Bias Fortes (também secretário de Obras Públicas), Fernando Fagundes Neto (também Secretário da Indústria e do Comércio), o deputado estadual João Ferraz, o secretário da Fazenda João Camilo Pena, o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli e o ex-deputado federal e presidente da Caixa Econômica Hélio Garcia. EM MINAS, uma fórmula para novembro. *Veja*, São Paulo, 19 abr. 1978. p.27.

arenistas, especialmente, a UDN e o PSD<sup>18</sup>. Ao mesmo tempo em que essa referência aparece explícita no jogo político através de um critério a ser utilizado na escolha do novo governador - ou pelo menos como uma sugestão, já que a definição de critérios era uma prerrogativa dos dois "eleitores" - e expresso na fórmula "continuar a obra política e administrativa de Aureliano Chaves", esse era também um modo de garantir uma certa "neutralidade" do governador. Uma garantia que beneficiava os candidatos de origem pessedista, preservando ainda o prestígio do futuro vice-presidente, que não se desgastaria politicamente sendo escolhido um nome "vetado", como ocorreria com os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul.<sup>19</sup> Assim, se Aureliano Chaves não dava visibilidade às suas preferências, ao afirmar que não vetava nenhum dos candidatos e que "não tinha nenhum nome no bolso do colete", aparecia na imprensa um coro laudatório ao seu "comportamento ético e isento" na condução do processo sucessório mineiro.<sup>20</sup> A rigor, a "neutralidade" do governador mineiro - se é que existiu - acabava sendo uma imposição do jogo político. Nos bastidores alguns dos postulantes acabavam se apropriando dessa neutralidade ao se auto-proclamarem como a "preferência de Aureliano" por serem os mais indicados para continuar sua obra, ou

---

<sup>18</sup> "Assumindo o governo, entretanto, Aureliano Chaves mostrou habilidade suficiente para dividir ecumenicamente os cargos mais importantes entre remanescentes do PSD e da UDN. Desse modo, se o PSD ficou com a secretaria de Obras (entregue ao mesmo Bias Fortes) à UDN coube a secretaria do Interior e Justiça (presenteada a Bonifácio Tamm de Andrade, o 'Andradinha', filho do líder do governo na Câmara dos Deputados). O udenista Carlos Guimarães presidia o diretório da Arena? Ora, isso se contrabalançava destinando-se a secretaria geral ao pessedista João Marques - e assim por diante." UM prêmio muito perigoso. *Veja*, São Paulo, 3 mai. 1978. p.30.

<sup>19</sup> "Para Minas, o que se considera fundamental é que o nome seja de confiança da revolução, esteja acima das antigas legendas partidárias e se mostre em reais condições de continuar a obra política e administrativa de Aureliano Chaves." SUCESSÃO fica definida esta semana. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 abr. 1978. p.3.

<sup>20</sup> Cf. SUCESSÃO entra na reta final e já abre entendimentos sobre biônicos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 mar. 1978. p.3.  
NOME do sucessor de Aureliano deve ser anunciado terça-feira. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abr. 1978. p.3.

desqualificavam algum oponente em virtude do "constrangimento" que aquela escolha imporá ao governador.<sup>21</sup>

A disputa política no território mineiro assume características peculiares: enquanto as manobras e articulações se processam violentamente nos bastidores, é o tema da conciliação e da unidade partidária que prevalece na narrativa mediática, especialmente na cobertura do processo feita pelo *Estado de Minas*.<sup>22</sup> Assim, se o jogo político se faz pela postulação ao cargo, pela arregimentação de apoios, pela qualificação/desqualificação de candidaturas, busca-se criar no espaço público constituído pela ação mediática uma atmosfera de consenso necessária tanto à preservação da integridade política dos postulantes quanto, especialmente, à criação de condições favoráveis à homologação do nome na convenção regional do partido e à garantia de um bom desempenho arenista nas urnas no pleito de novembro. Afinal, a pacificação do partido para as convenções regionais era fundamental e sua necessidade se expressava no medo às "candidaturas rebeldes" que, em São Paulo, acabaria resultando na vitória de Paulo Maluf. Construir uma imagem de uma "campanha em tons elevados" era fundamental para o jogo político mineiro e é com esse objetivo que "os arenistas mineiros não deixaram que viessem à tona seus temores, suas dúvidas existenciais e a briga de foice que travaram nos últimos meses, debaixo do pano, mais

---

<sup>21</sup> Cf. EM MINAS, PSD contra UDN. Como sempre." *Isto É*, São Paulo, 12 abr.1978. p.12.

<sup>22</sup> "Enquanto em alguns Estados - como São Paulo, por exemplo - a roupa da sucessão está sendo lavada na rua, tal o radicalismo de algumas posições, em Minas Gerais ocorre exatamente o inverso: caminha-se para a definição sucessória em ambiente de harmonia, com os postulantes ao Palácio da Liberdade adotando uma posição ética irrepreensível. Negar a existência de vários pretendentes ao governo seria ignorar a realidade da política mineira, mas aplaudir de público o comportamento de todos é imperativo de justiça e dever dos que, como a imprensa, têm a missão de fotografar os acontecimentos." *HORA de grandeza. Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 abr.1978. p.4.

de dez candidatos ao governo estadual.<sup>23</sup> Afinal, após a definição do nome do futuro governador, se passaria à composição política através da escolha dos nomes para os demais cargos - a vice-governança, as senatorias "biônica" e direta, e o rateio dos postos no próximo governo. Não se colocava a possibilidade de "desavenças pela escolha" de um ou de outro nome, ainda que, nos bastidores, a ameaça de rompimento e de "rebeliões" era um recurso de pressão utilizado pelos contendores.<sup>24</sup> Segundo *Isto É*, os candidatos mineiros mais cotados evitavam "colocar suas candidaturas senão como uma tentativa política, com direito a retorno. Em Minas, oficialmente, não existem candidatos. Existem 'alternativas'. Prova de que os mineiros continuam insuperáveis na arte de fazer política."<sup>25</sup> Essa recusa em explicitar o jogo político, explicitação que resultaria, inevitavelmente, naquele cenário, deixar a retaguarda descoberta, se expressa na frase recorrente utilizada pelo governador Aureliano Chaves de que "se a escolha do sucessor é difícil, a composição posterior será fácil".

---

<sup>23</sup> "Enquanto em São Paulo, por exemplo, como diz um dos quatro privilegiados eleitores palacianos, os primeiros candidatos chegam ao fim da corrida com a língua de fora e as pernas bambas, mostrando ao mundo sua falta de preparo para competições do gênero, os mineiros, mesmo esfalfados, aparentam uma tranqüilidade de profissionais do esporte político. E são mesmo profissionais. Tanto que nenhum dos vários postulantes ao governo do Estado nega a tese do governador Aureliano Chaves de que, seja quem for o escolhido, meia hora depois Minas Gerais, ou seja, o partido do governo em Minas, estará unido, coeso, com os pelotões arenistas devidamente em forma, alinhados e tomando distância." EM MINAS, PSD contra UDN. Como sempre. *Isto É*, São Paulo, 12 abr.1978. p.12.

<sup>24</sup> "A alguns amigos, Badaró fez recentemente uma grave confidência. 'Se o indicado for Francelino, o PSD vai se rebelar no colégio eleitoral, somando com os votos do pessoal do Magalhães Pinto e com o MDB.' O PSD mineiro se colocando contra o governo? Seria um espetáculo digno de ser visto. Mas a explicação para essa ousadia é fornecida por um oposicionista vinculado ao grupo: 'Não há outra alternativa. É uma questão não de coragem, mas de sobrevivência política.' No final da semana, de qualquer modo, a balança pendia sensivelmente em favor de Pereira. E, como em tantos outros Estados, facções arenistas descontentes com certeza vão cobrar do governo explicações que não seriam necessárias se a escolha fosse feita pelos brasileiros tecnicamente aptos para votar." GOVERNADORES: Ainda em trabalho de parto. *Veja*, São Paulo, 19 abr.1978. p.32.

<sup>25</sup>Cf.SUCESSÕES estaduais: Em busca da benção. *Isto É*, São Paulo, 12 abr.1978. p.11.

A disputa política em Minas parece ser, de fato, um "jogo de compadres", uma aparência necessária em decorrência seja das características impostas pela natureza autoritária do processo em curso, seja da tradição elitista e conservadora da própria política mineira. Mas o que, essencialmente, a "pax arenista" buscava resguardar era a ausência de um ator fundamental que o processo estabelecido pela ditadura militar cuidava expressamente de excluir: o conjunto de cidadãos. Essa ausência se marcava pelo peso exclusivo dado às articulações de bastidores, o acesso às quais era restrito aos políticos profissionais e/ou representantes dos interesses dominantes - especialmente os empreiteiros e a tecnocracia encastelada no aparelho de Estado - e se dissimulava, como já apontamos, no critério denominado "densidade eleitoral". Assim, se é possível encontrar nos registros da mídia sobre a sucessão mineira de 1978 alguns poucos políticos arenistas que lamentasse a natureza "indireta" do processo de escolha do governador e a manifestação de apoio a candidatos expressa por organizações da chamada "sociedade civil", ou, ainda, a ironia sobre a dificuldade de aferir a "densidade política" sem fazer eleições" - atitude exclusiva da mídia de âmbito nacional - o foco temático da narrativa mediática é o bastidor, o espaço privado de movimentação das elites e dos grupos vinculados ao regime militar.<sup>26</sup> E assiste-se a uma campanha política peculiar destinada a conquistar a preferência dos dois "eleitores" fundamentais do processo e da qual o cidadão e o seu voto foram expressa

---

<sup>26</sup> Em todo o material examinado sobre a sucessão mineira, encontramos duas matérias nos jornais belo horizontinos, nas quais o deputado federal Fagundes Neto e o deputado estadual e presidente da Assembléia Legislativa Antônio Dias lamentavam a ausência de eleições diretas para governador. Com relação às manifestações de organismos da "sociedade civil" presentes na cobertura local, também encontramos pouquíssimas referências: Uma notícia de moção de apoio à candidatura de Fagundes Neto, apresentada na reunião de prefeitos da Associação da Micro Região do vale do Paraibuna; uma declaração de apoio à candidatura de Mário Assad, secretário do Trabalho e Ação Social, apresentada numa reunião de sindicalistas mineiros. É preciso, no entanto, ressaltar que estamos referindo-nos à chamada "grande imprensa", já que o jornal *De Fato* registra, naquele período, uma série de reportagens sobre a sucessão mineira, denunciando, com mordacidade, o processo de escolha do governador e a exclusão do cidadão nesse processo.

e definitivamente excluídos. O cidadão comum somente comparecia nas entrelinhas do texto mediático, sob os eufemismos irônicos com que a mídia de âmbito nacional se referia aos governadores a serem escolhidos - "os donatários estaduais", "os administradores regionais" - ou, ainda, à natureza do processo - "o parto dos novos governadores", "o pacote de governadores" , "eleição regida a pouquíssimas mãos", "o processo governatorial". Entretanto, ainda que formalmente excluído do processo, o cidadão comum e as possibilidades algo aleatórias de seu voto compareciam na narrativa da mídia através do temor arenista ao que *Veja* chamou de "voto real", ou seja, as eleições proporcionais de novembro. Na mídia local, o temor arenista ao voto direto vinha frequentemente expresso nas insinuações de que um fracasso eleitoral no pleito de novembro poderia ameaçar "o desenvolvimento mineiro - econômico e político" e "a seqüência lógica revolucionária".<sup>27</sup> É na marca de sua ausência, definida pelo caráter de exclusão do processo de escolha dos governantes - presidente e governadores -, que se torna possível vislumbrar a emergência de novas formas de cidadania no terreno social, sendo que o temor do regime militar e dos setores conservadores expressa as possibilidades de que essas novas formas consigam se expressar também no terreno institucional, através do voto oposicionista. Portanto, uma presença que se afirmava pela ausência, uma inclusão ao negativo, fantasmática e, naquele momento do processo, irrealizável, ainda que fonte de temor e objeto de pressão e ameaça.

Se a política se faz privilegiadamente no espaço das articulações dos bastidores, a sua presença pública se dá apenas no espaço da mídia, enquanto jogo de

---

<sup>27</sup> Cf. especialmente: EM BUSCA do voto real. *Veja*, São Paulo, 3 mai.1978. p.20-22.

A TENSÃO dos candidatos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 abr.1978. p.3.

NOME do sucessor de Aureliano deve ser anunciado terça-feira. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abr.1978. p.3.

cena que pretende oferecer ao cidadão comum uma visibilidade mínima dos acontecimentos. Nesse sentido, a cobertura da imprensa oferece ao leitor desde um "curingão" onde são fornecidas as possibilidades de cada candidato, na forma de palpites lotéricos - uma das formas que a mídia nacional utilizava para ironizar o processo, caracterizando-o como um jogo de azar - até análises mais pormenorizadas do jogo político e das chances dos candidatos naquele momento. Mas, se "a briga de foice" corria solta nos bastidores em busca da preferência palaciana, era também importante, ainda que não fosse fundamental, que o postulante marcasse sua presença na mídia. Mas, o espaço mediático é também - e, no caso da mídia local, é especialmente - um espaço de posicionamento do candidato, de manifestação implícita de apoios, de desqualificação dos oponentes, enfim, um espaço politizado pelas manifestações de interesses, preferências, vontades, ainda que muitas vezes, de maneira disfarçada e cifrada. É o que ocorre, por exemplo, com a disputa entre o PSD e a UDN, um dos complicadores da sucessão mineira, que é apropriada pelos postulantes que se apresentam como *tertius* e que nesta condição tentam viabilizar seu nome<sup>28</sup>; ou ainda, a desqualificação de concorrentes com o perfil marcadamente técnico, pela consideração de que o "cargo é político" e apenas postulantes com esta característica atenderiam às demandas partidárias.<sup>29</sup> Mesmo apoiadores de determinadas candidaturas

---

<sup>28</sup> Neste sentido, é bastante esclarecedora a matéria feita com o deputado Fagundes Neto, na qual ele afirma "acreditar que o general João Batista Figueiredo não levará em conta a questão das ex-legendas partidárias para a indicação do futuro ocupante do Palácio da Liberdade. Fagundes disse que isto 'seria injusto', lembrando que de 1965 - ano em que foram disputadas as últimas eleições dentro do quadro pluripartidário - para cá o eleitorado mineiro cresceu em três milhões e quinhentos mil eleitores. 'Se a Arena quiser se afirmar como partido, terá de buscar estes votos, esquecendo o passado.'" FAGUNDES: vitória arenista é fundamental. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 abr. 1978. p.3.

<sup>29</sup> "A preocupação de Sylo Costa é ampliada com a possibilidade de que o Palácio da Liberdade venha a ser ocupado por um nome técnico. O parlamentar arenista diz que este é um dado novo na política mineira, 'trazendo inquietações aos meios parlamentares e políticos. Cabe a pergunta: técnico em que? Em governo?' '- Onde a universidade que dá este diploma de doutor em governo? Técnico que compõe um complexo de todas as atividades do governo do Estado nos levaria à presença de um gênio ou super-

não comparecem na mídia com sua opção clara, mas adotam um tom interpretativo das diferentes candidaturas, onde o nome que apoiam aparece sob uma luz favorável, com se fosse o resultado de um exercício lógico e racional e não de uma escolha política fundada em interesses. É a este clima de subterfúgios e de conciliação mistificada que se denomina na mídia "a atmosfera ética" da disputa mineira ou ainda a "lisura do comportamento dos candidatos".

O *Estado de Minas* de 26 de abril de 1978, numa matéria denominada

"Sucessão: Francelino dado como certo para o governo de Minas", informa que

"o nome para Minas Gerais, segundo fontes do Planalto, será um dos últimos anunciados, tendo em vista a confirmação oficiosa de que o escolhido é o deputado Francelino Pereira, presidente nacional da Arena e que, em função do cargo, participa da coordenação sucessória nos demais estados."<sup>30</sup>

De fato, na manhã daquela quarta-feira de abril, dia 26, num pronunciamento no Palácio do Planalto, o governador Aureliano Chaves havia comunicado oficialmente a escolha do nome de Francelino Pereira. Segundo o *Estado de Minas*, o governador teria informado que

"a definição surgiu 'após cuidadoso exame de todas as opções'. Sobre Francelino, observou tratar-se de 'um homem público capaz, experimentado, provado em lutas eleitorais, desde que se elegeu vereador em Belo Horizonte até os quatro mandatos sucessivos na Câmara. Segundo o futuro vice-presidente da República, a decisão foi tomada apenas na reunião de ontem e a demora em ser anunciada deveu-se a que 'os nomes eram muito bons e era difícil chegar-se a uma conclusão'. Assinalando que um dos critérios que mais pesou para a escolha foi a densidade eleitoral do candidato, Aureliano Chaves

---

homem.' \* DEPUTADO denuncia marasmo do processo sucessório. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 mar. 1978. p.3.

<sup>30</sup>O jornal *Estado de Minas* de 25 de abril de 1978 apresentou a manchete "Planalto: nome de Minas pode ser anunciado hoje", à qual se segue um texto de chamada para a matéria da terceira página. Essa matéria, denominada "Hoje nome do futuro governador", informa que segundo as versões correntes o nome a ser indicado deverá sair da seguinte lista: Murilo Badaró, Francelino Pereira, Rondon Pacheco, Fagundes Neto e Hélio Garcia. Pela primeira vez aparece na imprensa a informação de que o deputado Francelino Pereira não participará da reunião que decidirá o nome do futuro governador de Minas.

lembrou que Francelino Pereira obteve a maior votação dentre os deputados arenistas, nas eleições de 1974.<sup>31</sup>

Definido o nome, as reações não demoraram a acontecer. Como se anunciara antes, a composição não parecia difícil, ainda que se verificassem tentativas algo tímidas de rebelião, especialmente do grupo de ex-pessedistas.<sup>32</sup> O próprio *Estado de Minas* encarregou-se de divulgar pronunciamentos de um conjunto de deputados

---

<sup>31</sup> Segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Francelino Pereira que havia sido em 1970, o 4º deputado federal mais votado da ARENA (com 53.596 votos), tornara-se, em 1974, o deputado federal mais votado da agremiação situacionista, com 65.754 votos. Entretanto, naquele ano, três deputados do MDB conseguiram resultados eleitorais melhores do que o obtido por Francelino (Jorge Ferraz, Renato Azeredo e Tancredo Neves conseguiram, respectivamente, 91.025 votos, 76.438 votos e 71.768 votos). Na ARENA, nos resultados da eleição para deputado federal, em 1974, após Francelino aparecia, imediatamente, Fagundes Neto (61.950 votos), Homero Santos (61.774 votos) e Murilo Badaró (56.491 votos).

<sup>32</sup> "...os desolados pessedistas - até agora os grandes perdedores, pois Francelino pertence à ala da antiga UDN - preparavam uma nota de protesto, cujo texto foi transmitido pelo DDD de Brasília para Belo Horizonte, por deputados federais em busca de adesões. A nota teria vida curta - como em geral têm vida curta todas as notas de protesto do PSD mineiro. Logo dois influentes pessedistas, o presidente da Assembléia Legislativa, Antônio Dias e o vice-governador Ozanan Coelho - que em julho, com o afastamento por desincompatibilização de Aureliano Chaves, vice-presidente na chapa oficial de Figueiredo, assumirá o governo do Estado -, consideraram sua divulgação 'inoportuna'. (...) A reação, de qualquer modo, era esperada desde que o velho PSD tentou, de todas as maneiras, impor um nome de seu grupo ao restrito colégio eleitoral do Planalto - do qual fazia parte o próprio Pereira. Na derradeira semana de escolha, num gesto desesperado, a bancada de deputados federais liderada pelo deputado Jairo Magalhães entregou ao general Danilo Venturini, chefe de gabinete de Figueiredo no SNI, um relatório denunciando a 'eternização' dos udenistas no poder em Minas (desde 1970 eles detêm o governo do Estado), insinuando veladamente uma debandada das hostes pessedistas em direção ao MDB. (...) Seja como for, já na quarta-feira à noite, entre os políticos que tomaram de assalto o apartamento de Francelino Pereira na SQS 111, em Brasília, para cumprimentá-lo entre rodadas de uísque de bom rótulo, destacava-se precisamente o deputado Jairo Magalhães -que, inclusive, atendia o telefone, sempre a tilintar com chamadas de correligionários. Quais seriam então os objetivos do velho PSD? 'Temos dois motivos', resumia um dos descontentes. 'Primeiro, dar uma demonstração de virilidade ao eleitorado do interior. Segundo, reunirmos maiores condições para os entendimentos de composição. (...) O deputado federal Fagundes Neto - que chegou a se considerar o nome escolhido por Brasília - destoava do grupo, com advertências sombrias. 'Minas foi sempre o equilíbrio da Arena', lembrava ele. 'O governo ganha no norte, perde no sul e no fim acaba vencendo. Mas, se sai perdendo em Minas, perde em todo o país. Apesar de tantos temores, Fagundes Neto demonstrava ao repórter Mário Lara, de *Veja*, sua esperança de receber um prêmio de consolação: O Ministério da Indústria e do Comércio do governo Figueiredo. 'Ou então a presidência da Companhia do Vale do Rio Doce ou da Eletrobrás', imaginava cheio de esperanças." UM PRÊMIO muito perigoso. *Veja*, São Paulo, 3 mai.1978. p.28-31.

ligados a diversas correntes arenistas, demonstrativos "da boa acolhida que o nome de Francelino Pereira" recebeu do seu partido.<sup>33</sup>

O senador Magalhães Pinto encaminhou à imprensa uma nota considerada dura, obviamente para os padrões do período autoritário e para a prática conciliatória da política mineira, cuja divulgação nos rádios e televisões foi proibida pela Polícia Federal.<sup>34</sup> Nessa nota, Magalhães Pinto assenta suas baterias contra o processo de escolha, contra o governador Aureliano Chaves e contra o presidente da Arena, Francelino Pereira. Segundo ele,

"o presidente da República adotou um processo de escolha que enfraquece os Estados e os candidatos, que tudo ficam a lhe dever, submetidos à vontade do poder central e sem condições de ser fiéis às tradições e ao passado de seu povo. No caso de Minas, o atual governador, pretextando fidelidade que ficou devendo ao presidente da República, eximiu-se de compromissos espontaneamente assumidos. O indicado, seguindo o mesmo comportamento, deixou de cumprir deveres inerentes à presidência do partido, não tomando conhecimento, inclusive, da campanha de um companheiro que tem tido ressonância em todo o País.(...) O grave é que esse procedimento dá prêmios: o governador está indicado para vice-presidente e o presidente da Arena para governador".<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> "Nenhum deputado da Arena fez qualquer restrição à escolha do deputado Francelino Pereira para o governo de Minas. Ele ganhou palavras de elogio até de um parlamentar opositor - Emílio Haddad - para quem o futuro sucessor de Aureliano 'tem experiência política e poderá fazer uma boa administração'." ARENA apóia escolha de Francelino e oposição reage contra o processo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 abr.1978. p.3. Nessa matéria, são citadas declarações de apoio à indicação de Francelino Pereira dos seguintes deputados arenistas: Gerardo Renault (apoiador de Francelino Pereira), Milton Sales, Fernando Junqueira (apoiador de Fagundes Neto), Narcélio Mendes, João Navarro (apoiador de Bias Fortes), Sylo Costa (do grupo de Hélio Garcia), Humberto Almeida, João Pedro Gustin, Delfim Ribeiro, Cícero Dumont, Ciro Maciel, Lúcio de Souza Cruz, José Bonifácio de Andrade.

<sup>34</sup> Cf. UM PRÊMIO muito perigoso. *Veja*, São Paulo, 3 mai.1978. p.30.

<sup>35</sup>Cf. MAGALHÃES protesta e reclama de Aureliano. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 abr.1978. p.1.

A atitude de Magalhães produziu repercussões, entre elas uma declaração do governador Aureliano Chaves que classifica a nota do senador de "inveraz e agressiva, além de marcada pelo ressentimento".<sup>36</sup>

O MDB protesta e na "sexta-feira a bancada federal distribui uma dura nota condenando o processo antidemocrático e antimineiro."<sup>37</sup> Na Assembléia Legislativa de Minas ocorre uma sessão tumultuada na tarde do dia 26 "com os deputados do MDB criticando o processo de escolha do futuro governador, e o bloco arenista elogiando e defendendo a posição do presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira, indicado à convenção do partido." As críticas emedebistas destacam o processo de escolha e o fato de Francelino Pereira ser natural do Piauí. A Arena enfatiza a "natureza revolucionária" da escolha e defende o candidato que "construiu toda sua vida pública em Minas Gerais".<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Cf. AURELIANO vê ressentimento nas acusações de Magalhães. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 abr.1978. P.1.

"O deputado Dalton Canabrava, do MDB, disse, da tribuna da Assembléia, que a nota do senador Magalhães Pinto, distribuída à imprensa, 'repudia e protesta - pelos bríos da gente mineira - a famulagem e o servilismo como instituição que premia homens, enfraquecendo a majestade da chefia de Estado', ao mesmo tempo em que requereu a transcrição do documento nos anais do Legislativo." DALTON quer nota de Magalhães nos anais. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 abr.1978. p.3.

<sup>37</sup> Cf. UM PRÊMIO muito perigoso. *Veja*, São Paulo, 3 mai.1978. p.20.

<sup>38</sup> Cf. NA TRIBUNA da Assembléia as críticas e as defesas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 abr.1978. p.3. A matéria apresenta ainda duas informações interessantes: a primeira ressalta que dois emedebistas - Sérgio Olavo Costa e Emílio Haddad (este último sobrinho de Francelino Pereira) - "diziam que o MDB devia condenar única e exclusivamente o processo adotado pelo governo para a indicação dos governadores, sem se prender a nomes, o que é uma questão secundária." A segunda informa que, no dia anterior, numa reunião da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, onde o MDB tinha a maioria, havia sido recusado um voto de congratulações a Francelino Pereira pela sua indicação para o governo. "O líder do MDB, Luiz Otávio Valadares, após a votação foi ao microfone justificar a posição da bancada. 'O voto de congratulações ao futuro governador honra esta Casa e deixamos claro que não temos nenhuma restrição pessoal ao Sr. Francelino Pereira. Votamos contra porque não concordamos com o processo de escolha, pois dois homens apenas escolheram o seu nome.'"

Fora dos círculos políticos, a reação popular também é polêmica. Saudada no norte mineiro, sua base eleitoral, a candidatura de Francelino Pereira é bombardeada em Belo Horizonte. Segundo relata *Veja*,

"os telefones da redação do jornal *Estado de Minas* acusavam dezenas de chamadas de leitores inconformados com a indicação - pois apesar de viver em Minas já há 35 anos, o novo governador é ainda visto como um 'estrangeiro'. Também pelo telefone, deputados tentavam inutilmente acalmar chefes eleitorais que, irados, repetiam o mesmo tipo de indagação: 'Minas não tem homem, não?' "<sup>39</sup>

Um filme da época, feito pela *TV Globo*, mostra trechos de entrevistas com transeuntes, em Belo Horizonte, em busca de sua opinião sobre o futuro governador. De uma forma geral, as respostas, quando indicavam restrições, referiam-se, nesta ordem de importância, ao fato de o candidato não ser mineiro e de não disputar eleições diretas. Apareceram alguns elogios, expressos de forma vaga - "espetacular!" - e a esperança de que o novo governador ajude os "flagelados", talvez uma possível ligação com o Vale do Jequitinhonha, região miserável do estado e reduto eleitoral de Francelino Pereira.<sup>40</sup>

A composição política das hostes arenistas se processa e, sem traumas, surge uma candidatura "rebelde": o deputado João Ferraz, da corrente ex-pessedista, se lança como concorrente de Francelino Pereira na convenção da Arena que se realiza no dia 1º de junho de 1978. Nas últimas horas antes da convenção, Ferraz conseguira o número mínimo de adesões que lhe permitia registrar sua candidatura "dissidente", junto à direção do partido. Sofrera deserções importantes a começar pelo deputado

---

<sup>39</sup> Cf. UM PRÊMIO muito perigoso. *Veja*, São Paulo, 3 mai.1978. p.2.

<sup>40</sup> Cf. ENTREVISTA com populares nas ruas do centro de BH: as impressões sobre o novo governador. *Tv Globo*, Belo Horizonte, Fita 022- SGT, 14 mai.1978.

Murilo Badaró, que declarara, quando da indicação de Francelino, não aceitar nenhuma indicação com vistas à composição e que mudara de posição tão logo lhe fora oferecida a senatoria "biônica". Nem mesmo o senador Magalhães Pinto acompanhara o dissidente Ferraz e sequer compareceu à convenção para depositar seu voto. A corrente dos ex-pessedistas, já mais calmos com a indicação de Badaró, engrossou as fileiras dos apoiadores do candidato oficial estimulados pelas promessas de cargos no próximo governo e pela indicação de um ex-pessedista também para a vice-governança. Afinal, a candidatura de Ferraz - assim como a de Antônio Mariz na Paraíba e de Paulo Maluf em São Paulo, este último vitorioso - acabou por oferecer o ingrediente para uma "caracterização democrática" do processo. Como assinalou, na oportunidade, um editorial do *Estado de Minas*,

"as convenções regionais que a Arena realizou domingo em vários Estados se distinguiram por características democráticas (...) A ausência de pressões deformadoras no processo com que as convenções foram preparadas, tanto assim que se admitiu o registro dos candidatos dissidentes, e a prevalência de liberdade nos debates e na manifestação dos convencionais no decorrer da votação, emprestaram, sem dúvida, um cunho de legitimidade aos postulantes que tiveram seus nomes consagrados nas urnas".<sup>41</sup>

Assim, nas condições peculiares da política mineira e do processo sucessório instituído pelo regime militar, o discurso da mídia local aparece como uma instância legitimadora da indicação do candidato arenista que seria eleito na reunião do

---

<sup>41</sup> COESÃO política. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 jun.1978. p.4.

Essa louvação do "processo democrático" expresso nas convenções arenistas regionais que ocorre na mídia local (à exceção do jornal *De Fato*) não é acompanhado pela imprensa nacional. "Cisões, gestos de rebeldia, insubmissão, grita generalizada espocaram aqui e ali nos arraiais arenistas. A Paraíba chega a lembrar o exemplo da Revolução de 30. Minas Gerais, em nome da ancestral pinimba PSD-UDN, prometia uma surpresa digna do espírito montanhês: articulações manhosas e silenciosas e o fantasma de João Ferraz, candidato do ex-PSD contra o governador escalado, identificado com a ex-UDN - o próprio Francelino Pereira. Tristemente, porém, o que poderia dar a impressão inclusive de um saudável exercício de democracia interna não passa, no fundo, de um arremedo." *CONVENÇÕES da Arena: Dr. Francelino, que partido é esse? Isto É*, São Paulo, 7 jun.1978. p.9.

Colégio Eleitoral, cujo formato definido pela legislação de exceção em vigor, garantia amplamente a vitória arenista. Mas um evento inesperado, surgido nas páginas da revista *Isto É*, em meados do mês de julho, comparece como um possível complicador do processo e, especialmente, como um importante analisador das relações entre política e mídia que se construíam naquela ocasião.

## 4.2. "O Brasil na mão"

No dia 09 de julho de 1978 começa a circular a revista *Isto É* com uma reportagem que denuncia falsificações da sinopse diária produzida pela sucursal mineira da Agência Nacional. Segundo a revista, em diversas ocasiões, no período que antecedeu a indicação do deputado Francelino Pereira ao governo de Minas, a sinopse da Agência Nacional teria "enxertado", no seu texto, resumos de notícias favoráveis ao candidato. Notícias que não teriam, porém, sido publicadas em nenhum dos jornais citados.<sup>42</sup>

A sinopse era um boletim diário, mimeografado, de 10 a 12 páginas, tamanho ofício, preparado de madrugada pela Agência Nacional, sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa da Casa Civil da Presidência da República. Era uma síntese do noticiário publicado pelos principais jornais do país que ainda incluía, uma vez por semana, o noticiário das revistas semanais de maior importância. A sinopse relativa ao noticiário dos jornais de âmbito regional era preparada pelos escritórios regionais da

---

<sup>42</sup> A revista *Isto É* que apresenta a reportagem feita pelo jornalista Sebastião Nery tem como data de capa o dia 12 de julho de 1978, uma quarta-feira. Entretanto, a revista começa a circular no domingo, dia 9. Cf. NERY, Sebastião. Os mentirosos. *Isto É*, São Paulo, 12 jul.1978. p.16-22.

Agência Nacional existentes nas diversas capitais dos Estados. A edição da sinopse era limitada, reservada, embora, obviamente, não confidencial. Segundo informações, naquela época a sinopse era enviada apenas ao primeiro e segundo escalões do poder, em Brasília, e incluía as seguintes seções: noticiário geral, noticiário local (Brasília), noticiário dos Estados, editoriais e noticiário internacional. As seções variavam ligeiramente. A primeira começava com os jornais cariocas (*Jornal do Brasil, O Globo, Última Hora e O Dia*) e concluía com os jornais paulistas (*Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Diário de São Paulo*). A segunda seção englobava os jornais de Brasília - *Correio Brasiliense e Jornal de Brasília* - incluindo os editoriais. O boletim preparado em Belo Horizonte incluía os jornais *Estado de Minas, Diário de Minas e Jornal de Minas*. Na época do presidente Médici, havia uma seção esportiva de tamanho razoável, que foi eliminada no período Geisel.

A idéia da sinopse surgira durante o governo JK, quando a distância de Brasília - onde os jornais diários só chegavam no período da tarde - e os constantes deslocamentos do presidente motivaram o então diretor da Agência Nacional, jornalista Ary Nery Pires, a sugerir a elaboração da sinopse como forma de suprir o "vazio" de informação a que estavam condenadas as autoridades brasilienses dos primeiros tempos. A sede da Agência Nacional, no Rio de Janeiro, e as suas sucursais de São Paulo e Porto Alegre enviavam, a Brasília, um resumo dos noticiários publicados, via telex, e, nas primeiras horas da manhã, uma cópia carbono desse material era encaminhada ao presidente Juscelino Kubitschek. A iniciativa obteve sucesso e o boletim, agora mimeografado, passou a ser encaminhado aos assessores mais chegados do presidente, apresentando, no período Geisel, uma tiragem de 350 exemplares que, segundo fontes

da época, eram assim distribuídos: seis exemplares iam para o presidente da República, onde quer que ele estivesse, fazendo parte do seu café da manhã; noventa exemplares ficavam no Palácio do Planalto e eram distribuídos entre os assessores diretos e indiretos do presidente; cada ministério civil tinha direito a dois exemplares, para o ministro e seu chefe de gabinete; cinco exemplares para cada ministério militar e para o Estado-Maior das Forças Armadas; quinze exemplares para o Conselho de Segurança Nacional; e alguns exemplares para ministros dos tribunais superiores.<sup>43</sup>

Com essa distribuição, a sinopse, de fato, atingia um público muito especial e, naquele, tempo estar incluído na lista dos que recebiam a sinopse era sinal de prestígio e "status" nos círculos de poder em Brasília. Tanto que muitos funcionários exigiam que seu nome fosse colocado na capa de seu exemplar. Afinal, o acesso a uma publicação elaborada para o presidente da República e destinada ao seu pequeno grupo de assessores era, evidentemente, um privilégio... Como registra a reportagem de *Isto É*: para um alto funcionário do governo, "enquanto a sinopse não chega, não sei nem acordar. Ela quebra aquela terrível solidão iluminada do amanhecer de Brasília. Leio, fico tranqüilo. Saio de casa com o Brasil na mão." (destaque nosso).

A denúncia de *Isto É*, na reportagem produzida pelo jornalista Sebastião Nery, a qual lhe valeu o Prêmio Esso de Jornalismo de 1978, constata que

---

<sup>43</sup> A Agência Nacional, criada por decreto de setembro de 1946, herdou, já no seu início, todo o funcionamento do antigo DIP, o severo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Em 1978, dispunha de um total de 440 funcionários espalhados desde a sede em Brasília às sucursais existentes em, praticamente, todas as capitais do país. Desse total, 110 funcionários estavam lotados em Brasília que, em última análise, era responsável pela edição diária da *Voz do Brasil* e da sinopse de notícias destinadas ao presidente da República. Pelo Regimento Interno da Agência, o setor de Sinopse vinculava-se à sua Divisão de Telecomunicações. A direção geral da Agência Nacional estava, em 1978, ainda sediada no Rio de Janeiro. Mais tarde, é transformada em Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que em 1988 se funde com a Radiobrás e adota esta última denominação.

no período de 14 de março a 25 de abril de 1978 - ou seja, nos dias decisivos do processo sucessório dos estados - a sinopse incluiu nove resumos de notícias que não foram publicadas ou que alteravam o sentido de matérias publicadas. Vale dizer, segundo a revista eram mistificações grosseiras de um noticiário inexistente ou deturpavam o sentido do que tinha sido publicado. E como característica comum a todas elas, o seu conteúdo favorável ao deputado Francelino Pereira.<sup>44</sup>

Assim, no dia 14 de março, a sinopse informava que, segundo o

### *Estado de Minas,*

---

<sup>44</sup> Os elementos da sinopse que foram indicados na reportagem da revista foram cotejados pelo jornalista Sebastião Nery com os jornais mineiros daquele período. Também nós, na pesquisa documental que fizemos, investigamos todos os elementos apresentados e realizamos um cuidadoso cotejamento entre os fatos apresentados na sinopse e o noticiário veiculado pelos jornais locais.

*"Coincidentemente, um dia saí para jantar com José Silvestre Gorgulho que era assessor de imprensa de Alysson Paulinelli, ministro da Agricultura do governo Geisel. Paulinelli era também um dos postulantes à indicação para o governo de Minas. Naquele jantar, Gorgulho, que era mineiro e vinha acompanhando as articulações referentes à sucessão em Minas, disse-me que havia descoberto uma "bomba" e se eu como jornalista não gostaria de aproveitá-la. E relatou-me o seguinte: Como assessor de imprensa do ministro tinha acesso à sinopse e havia deparado com uma informação nela contida de que o deputado Antônio Dias, presidente da Assembleia Legislativa de Minas e ligado à corrente política pessedista que apresentava candidatos próprios teria dado uma declaração apoiando a candidatura de Francelino Pereira ao governo do Estado. Intrigado com o teor da informação, pela posição inesperada de Dias - o qual, sabia-se, apoiava um outro postulante, acho que Bias Fortes, parece-me - e preocupado com o que isto significava (um crescimento da candidatura de Francelino Pereira, caso fosse verdade) telefonou para o deputado Dias e perguntou-lhe se, de fato, havia dado aquela declaração. Dias negou o fato e informou-me que havia saído uma matéria no Estado de Minas, onde declarava que, como presidente do Colégio Eleitoral, mantinha uma posição de neutralidade frente às candidaturas e que para tornar bem clara a sua posição havia relacionado todos os candidatos em ordem alfabética. Ora, a sinopse informava que nesta matéria o deputado havia declarado ser o Francelino Pereira o seu candidato. Logo, havia "coisa" aí e poderia dar uma boa reportagem. Como eu havia trabalhado em Minas e conhecia um pouco de política do Estado vi que, de fato, estava com uma boa história na mão. Fui a Belo Horizonte, com as cópias da sinopse, referentes aos dois meses anteriores, fornecidas pelo Gorgulho e pesquisei os jornais que apareciam citados nela. E encontrei o que acabei publicando na Isto É."* Depoimento de Sebastião Nery à autora em setembro de 1993.

*"A primeira versão que correu sobre a fonte do Tião Nery foi a de que um deputado da Arena havia dado a ele as sinopse, obtidas no gabinete da Arena e que ele, o deputado, estaria desconfiado de que havia ali alguma coisa errada. Mas não acredito nessa versão. Algum tempo depois, fiquei sabendo que havia sido armação do Alysson Paulinelli, através de um assessor seu, o Silvestre Gorgulho. O Paulinelli, que também era candidato, ficara furioso por ter sido preterido e armou tudo com o Silvestre que passou a história para o Nery."* Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

"o presidente da Assembléia Legislativa de Minas, deputado Antônio Dias, disse ontem que o deputado Francelino Pereira tem condições de ser o governador do Estado, pois é um grande nome nacional e conhecedor dos problemas mineiros. Para Antônio Dias, o presidente nacional da Arena tem servido ao partido, à classe política, ao Estado e à nação com méritos indiscutíveis, desde quando iniciou sua vida pública, como vereador em Belo Horizonte."

De fato, havia uma matéria com o deputado Antônio Dias no *Estado de Minas* do dia 14 de março, intitulada "O que pensa o presidente do colégio eleitoral". De fato, o deputado Antônio Dias se referira na matéria ao deputado Francelino Pereira, nos mesmos termos registrados pela sinopse. Entretanto, o sentido das declarações do deputado Antônio Dias apontava para uma direção inteiramente oposta àquela sugerida pela sinopse. Em primeiro lugar, o deputado era um dos poucos arenistas que apareciam na mídia local defendendo "eleições diretas em todos os níveis" e, invocando "coerência de princípios", defendia a indicação de um político para a sucessão de Aureliano Chaves.

"Quanto aos nomes que estão apontados, como prováveis futuros governadores, todos já postos têm condições de dar seqüência à obra política e administrativa de Aureliano Chaves. (...) Ressalvando a sua condição de presidente do Colégio Eleitoral, que procederá à escolha do futuro governador mineiro, Antônio Dias fundamentou-se nisso para explicar que não se fixa em nome nenhum. Ele teve o cuidado de relacionar oito nomes, colocando-os em ordem alfabética, salientando que essa é a maneira mais correta de evidenciar seu imparcialismo".

Em seguida, a matéria cita, pela ordem definida pelo deputado Antônio Dias, oito candidatos, sendo cada nome seguido de um pequeno comentário do entrevistado.<sup>45</sup>

Pela ordem são citados: Crispim Jacques Bias Fortes, Fernando Jorge Fagundes Neto,

---

<sup>45</sup> É importante ressaltar que a sinopse reproduz exatamente os termos que aparecem na notícia publicada pelo *Estado de Minas* que teriam sido utilizados pelo deputado Antônio Dias para se referir a Francelino Pereira. Esse é um aspecto importante que será retomado mais à frente e é em decorrência dessa importância que se torna necessário reproduzir o texto do jornal: "Francelino Pereira dos Santos: É um grande nome nacional e conhecedor dos problemas de Minas. Tem servido ao partido, à classe política, ao Estado e à Nação brasileira com méritos indiscutíveis, desde quando iniciou sua vida pública como vereador em Belo Horizonte."

Francelino Pereira dos Santos, Hélio Carvalho Garcia, Homero Santos, João de Araújo Ferraz, Murilo Paulino Badaró, Rondon Pacheco. Segundo *Isto É*,

"exatamente o contrário do que dizia a sinopse. E, embaixo da foto do deputado Antônio Dias, o jornal pôs a legenda: 'Dias, sem candidato, falou na base da ordem alfabética'. A fraude da entrevista é tanto mais grave quanto é sabido que o deputado Antônio Dias é um ex-pessedista, ligado a Bias Fortes, Murilo Badaró e João Ferraz. O apoio dele a Francelino seria um dado surpreendente em Minas, como deve ter sido em Brasília. E foi precisamente este dado falsificado que chegou ao conhecimento do presidente."

No dia 21 de março, a sinopse registra o seguinte resumo de notícia publicada pelo *Diário de Minas*:

"O anúncio do futuro governador do Estado está sendo aguardado para o próximo dia 10 de abril. Até o momento, o nome do deputado Francelino Pereira é o mais cotado".

Segundo a apuração do jornalista Sebastião Nery, o resumo da sinopse era

"pura invenção. Nada daquilo. Em todas as páginas dos dois cadernos do jornal não havia nenhuma notícia sobre a sucessão mineira. O nome do deputado Francelino Pereira aparecia apenas na primeira página, em um telegrama de Brasília. 'O deputado Francelino Pereira repetiu o que tem afirmado em diferentes oportunidades, isto é, que os nomes dos novos governadores somente serão anunciados depois de realizada a convenção nacional, mas isso não significa que este anúncio se concretize no dia seguinte ao da convenção.'"

No dia 30 de março, a sinopse informava:

" *Estado de Minas*: O clima político em Minas é de paz. Apesar dos catorze disputantes à vaga de Aureliano Chaves, o nome do presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira, continua sendo o mais cotado. Até o MDB já se pronunciou a favor do presidente da Arena nacional."

Acontece que aquela notícia não existia. A matéria de *Isto É* informa que o

"*Estado de Minas* daquele dia, 30 de março de 1978, não dizia absolutamente nada daquilo. Em todo o jornal não havia sequer referência à sucessão estadual. O nome do deputado Francelino Pereira só aparecia uma vez naquela edição, mesmo assim, em um telegrama de Brasília, publicado com o título 'Magalhães prepara resposta à Arena', em que se lia, no final: 'O senador Teotônio Vilela anunciou, ainda, que na próxima quinta-feira divulgará da

tribuna do Senado o Projeto Brasil, devendo levar exemplares do mesmo ao presidente nacional da Arena, Francelino Pereira, a quem solicitará a gentileza de levá-los ao presidente Geisel e seu sucessor, general João Batista Figueiredo.' Fora isso, nada. O jornal estava todo concentrado na cobertura da visita de Carter, que ocupava praticamente a primeira, a segunda e a terceira páginas."

No dia 31 de março, a sinopse dizia transcrever o *Estado de Minas*:

"Políticos mineiros vêem em Francelino Pereira uma força total na ajuda ao presidente Geisel e ao general João Batista de Figueiredo. Entendem que Francelino, por conhecer bem os problemas políticos brasileiros, poderá indicar melhor os futuros governadores, com os quais o próximo presidente irá governar o país."

Na reportagem de *Isto É*, Sebastião Nery afirma que

"eu, com o auxílio de mais oito pessoas, lemos os vários cadernos do *Estado de Minas* de 31 de março, desde as primeiras páginas, dedicadas à visita de Carter, até as colunas sociais e os classificados. Não há nesse dia, sequer o nome de Francelino Pereira."

No dia 4 de abril, a sinopse continua:

"*Estado de Minas*: O presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira - um dos mais cotados para o governo de Minas - é esperado, para visitar Minas, na próxima semana".

Esta informação, segundo *Isto É*, não existia no jornal.

"Apenas o nome de Francelino, na primeira e na terceira páginas do *Estado de Minas*, no noticiário de Brasília, sobre a inscrição do general Figueiredo na Arena. Nenhuma palavra sobre a viagem a Minas nem sobre 'um dos mais cotados para o governo de Minas.'"

No dia 5 de abril, a sinopse registra:

"*Estado de Minas*: O secretário de Indústria e Comércio, um dos catorze postulantes ao governo mineiro, acredita na indicação de Francelino Pereira para suceder Aureliano Chaves, pois afirma que o sistema quer um político à frente do governo de Minas."

De fato, o *Estado de Minas* noticia uma entrevista do secretário de Indústria e Comércio de Minas, deputado Fagundes Neto, no dia 5 de abril, concedida na sala de Imprensa da Assembléia Legislativa mineira. Entretanto, a notícia não cita, uma vez sequer, o nome de Francelino.

"Questionado pelos jornalistas quanto à sua candidatura, Fagundes Neto admitiu que está entre os nomes cotados, salientando que ele preparou-se para disputar o cargo através de eleições diretas, mas acrescentando que as mudanças ocorridas no panorama político o levaram a adaptar-se à nova situação. Fagundes Neto explicou que a única certeza política que ele tem 'é a defesa de um político para dar seqüência à obra político-administrativa de Aureliano Chaves' (...) e esclareceu, que quanto mais rápida for a escolha, melhor para a Arena, que terá maiores condições de organizar forças e partir em busca da vitória nas urnas.(...)".<sup>46</sup>

Assim, Fagundes Neto defendia a sua própria candidatura, pois na sua estratégia desqualificava a disputa entre o PSD-UDN pela indicação, já que não tinha vinculação com nenhum dos antigos partidos e, enquanto político, desqualificava as "alternativas técnicas" ao governo. Não apoiava Francelino Pereira e, naquele momento, por disputar com ele a indicação sequer declararia - ainda que pudesse supor - acreditar que eram grandes as chances do presidente da Arena.

No dia 6 de abril, a sinopse informava que, segundo o *Diário de Minas*,

"a possível ida do secretário da Fazenda, João Camilo Pena, para a 4ª Região do Banco do Brasil vem sendo entendida como a solução para que o deputado federal Francelino Pereira, um dos mais votados para a Câmara Federal, possa assumir o governo do Estado. Reações de políticos são contra João Camilo, considerado essencialmente técnico, e preferem Francelino, capaz de manter a união política do Estado, implantada por Aureliano Chaves."

---

<sup>46</sup> FAGUNDES: vitória arenista é fundamental. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 abr. 1978. p.3. (Ver também a referência a essa matéria na parte três desse capítulo).

Segundo *Isto É*, "nesse dia não há no *Diário de Minas*, nem o nome de Francelino Pereira, nem o de João Camilo Pena." A notícia sobre o convite a Camilo Pena sai publicada no *Estado de Minas*, no dia 9 de abril. No final da matéria intitulada "Encontro no Planalto abre sucessão em Minas" está registrado que

"ontem [ou seja no dia 8], o ministro Mário Henrique Simonsem, da Fazenda, avistou-se com Aureliano, a quem pediu autorização para convidar o secretário João Camilo Pena, da Fazenda de Minas, para ocupar a diretoria do Banco do Brasil, vaga com a indicação de Mário Pacini, pelo presidente Geisel, para o Tribunal de Contas da União. O convite a João Camilo já foi oficializado".

No dia 14 de abril, a sinopse informa: "*Estado de Minas*: A sucessão de Minas está restrita agora a três nomes. Francelino Pereira (o mais cotado entre os políticos), Murilo Badaró e Rondon Pacheco." No jornal do dia 14 de abril, não há o nome de Badaró, não há o nome de Rodon Pacheco e Francelino é citado numa matéria afirmando que "a sucessão nos Estados não tem definição." A matéria, produzida em Brasília, informa sobre as reuniões palacianas dedicadas ao processo sucessório, enfatizando a última delas, e da qual participaram o presidente Geisel, o seu sucessor, o ministro Armando Falcão e o próprio Francelino. Este teria afirmado, ainda segundo a mesma matéria, que "não se examinou a situação política de nenhum Estado, mas apenas as preliminares da sucessão, não se chegando também a qualquer comentário sobre este ou aquele nome."

No dia 25 de abril - dia decisivo no processo sucessório mineiro, já que naquele dia estava agendada a reunião do "colegiado" da sucessão com Aureliano Chaves e com o presidente da Arena mineira, o deputado Carlos Eloy - a sinopse informava que, segundo o "*Estado de Minas*, maioria arenista espera para hoje a

indicação do deputado Francelino Pereira para suceder o governador Aureliano Chaves durante os próximos anos." E mais: "*Estado de Minas*: Políticos mineiros estão contra a indicação de candidato técnico ao governo do Estado, e contra a possível volta de Rondon Pacheco." Nesse dia o *Estado de Minas* publicou, como notícia de destaque da sua primeira página, a matéria vinda de Brasília intitulada "Planalto: nome de Minas pode ser anunciado hoje". Nessa matéria, Aureliano afirma que o nome a ser escolhido está incluído na lista que os jornais têm publicado e que a decisão final é do presidente Geisel. Entretanto, ele, Aureliano, também influirá, pois "a sua participação não é simbólica". Na página três, sob o título "Hoje nome do futuro governador", o *Estado de Minas* informa que segundo as versões correntes em Brasília o nome para Minas seria escolhido da lista seguinte: Murilo Badaró, Francelino Pereira, Rodon Pacheco, Fagundes Neto e Hélio Garcia. A matéria também registra - e pela primeira vez, em toda a cobertura da sucessão estadual - que o deputado Francelino Pereira não participará da reunião que decidirá o nome do futuro governador de Minas. Portanto, como disse *Isto É*, não há nada na matéria "a favor de Francelino, nem contra Rondon".

Foi grande a repercussão da reportagem da *Isto É* nos meios políticos nacional e mineiro e, imediatamente, tanto a mídia de âmbito nacional quanto a belo-horizontina entraram também no caso<sup>47</sup>. Afinal, tratava-se do nascimento de um

---

<sup>47</sup> No levantamento que fizemos verificamos que todos os grandes jornais do país deram destaque ao fato, com grandes reportagens das Editorias de Política, editoriais, chamadas de primeira página, charges e comentários. Também a revista *Veja* abordou o assunto em matéria publicada na semana seguinte. Na pesquisa que fizemos na *Tv Globo*, em Belo Horizonte, não encontramos material sobre o episódio, apenas uma ficha com o registro "Sinopse", não sendo possível localizar o filme.

"escândalo público", no sentido formulado por BOBBIO (1986:91), quando esclarece que este é o

"momento em que se torna público um ato ou uma série de atos até então mantidos em segredo ou ocultos, na medida em que não podiam ser tornados públicos, pois caso o fossem, aquele ato ou aquela série de atos não poderiam ser concretizados".

O primeiro a entrar na cobertura foi o *Jornal do Brasil*, já na edição do dia 10 de julho. A matéria, denominada "Ludwig não aceita acusações à sinopse da Agência Nacional", registra as declarações do Coronel Rubem Ludwig, chefe da Assessoria de Imprensa da Presidência da República e responsável direto pela elaboração da sinopse, em que afirma que o resumo do material informativo dos jornais dos Estados é feito "com a maior lisura" pela Agência Nacional e que "está sendo cometida uma tremenda injustiça". Também o chefe da sucursal mineira da Agência Nacional, jornalista Ênio Fonseca, contesta que tenha havido deturpação da sinopse "pois nossos redatores se atêm exclusivamente ao que os jornais publicam". O deputado Francelino Pereira de acordo com o *Jornal do Brasil* "recusou-se em Brasília a fazer quaisquer declarações" sobre as denúncias publicadas por *Isto É*. Surpreendido pelo repórter do *Jornal do Brasil* quando retornava de um churrasco em homenagem ao general João Batista Figueiredo, Francelino Pereira mostra-se perplexo com a notícia, crava o repórter de perguntas "sobre a mecânica de montagem da súmula" e finalmente, indaga "incrédulo: 'E adiantaria tentar enganar o presidente com um assunto tão público? Isto é uma tolice'". De qualquer maneira deixa clara a sua posição: nega

categoricamente que "a manipulação das notícias, se ocorreu, tenha partido de iniciativa sua".<sup>48</sup>

A matéria do *Jornal do Brasil* cita ainda declarações de Fagundes Neto e de Hélio Garcia, que se recusam a fazer comentários por não conhecerem ainda o texto da reportagem de *Isto É*. Entretanto, Fagundes Neto teria comentado, "informalmente (...) que, se o conteúdo da reportagem for mesmo o que lhe informou o repórter, 'o assunto vai dar um bolo danado'".<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> A notícia do *Jornal do Brasil* conclui: "Pensando melhor, resolveu voltar atrás de seus primeiros comentários, afirmando que só se pronunciaria sobre o assunto após ler o artigo da revista e conhecer todos os pontos da denúncia. Mas ficou claro que a sua posição - como seria mesmo de esperar - será a categórica negativa de que a manipulação das notícias, se ocorreu, tenha partido de alguma iniciativa sua."FRANCELINO não esconde irritação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul.1978. p.4.

"Ainda sobre a versão difundida pela revista *Isto É*, segundo a qual houve deliberada distorção em notícias na síntese da Agência Nacional para influir em seu nome, em Minas, Francelino Pereira acrescentou: 'O presidente Geisel, o general Figueiredo e os ministros que participaram da definição dos nomes são homens bem informados e as decisões que tomaram não se firmaram em nenhum momento, como é óbvio, em informações dessa natureza.' Afirmou, ainda, que 'seria uma ingenuidade pensar de modo contrário', ao mesmo tempo em que se negava a examinar o mérito da acusação de que teria sido fraudado o boletim da Agência Nacional sobre o noticiário da imprensa para favorecê-lo. 'O assunto é da Agência Nacional, deve ser examinado pela Agência Nacional. Imagino que uma agência desta responsabilidade não vai cometer equívocos'. FRANCELINO vê leviandade nas acusações da revista. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul.1978. p.1.

<sup>49</sup> Segundo matéria publicada pelo *Estado de Minas*, em 11 de julho de 1978, o senador Magalhães Pinto teria declarado: "O assunto terá uma explicação, cabendo aos responsáveis diretos vir a público para informar o que ocorreu. Trata-se de um acontecimento muito sério na vida da Nação." O mesmo jornal também cita declarações do deputado Fagundes Neto, candidato a senador pela Arena, que teria dito: "se houve deturpação das informações prestadas ao presidente da República por um órgão do governo, ela deve ser apurada até o fim e punidos os responsáveis."

O *Jornal do Brasil*, em matéria intitulada "Deputado culpa o processo", publica declaração do deputado Antônio Dias que "lamenta que tenham levado ao Presidente da República informações falseadas" e que o texto verdadeiro sobre as suas posições no processo sucessório mineiro foi o publicado no jornal *Estado de Minas*.DEPUTADO culpa o processo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul.1978. p.4.

"Enquanto na Assembléia Legislativa de Minas apenas um deputado, o opositorista Dalton Canabrava, distribuía nota a respeito, classificando o episódio como o 'Watergate mineiro', outros se recusavam a admitir a possibilidade de que Francelino Pereira tivesse qualquer conhecimento das adulterações invocadas. Lembavam que o futuro governador indicado, aliás, nos seus contatos com a crônica política mineira em nenhum momento fez insinuações em torno de suas possibilidades de vir a ser o escolhido pelo presidente Geisel, conforme demonstram suas entrevistas da época, quando se limitava a falar sobre critérios e não a respeito de nomes." AGÊNCIA apura denúncias de deturpações. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul.1978. p.3.

"Esclarecendo que nunca leu sinopse nenhuma, nem da Agência Nacional, nem de qualquer outra agência, o ex-governador Aureliano Chaves, que se encontra em Três Pontas, explicou ontem que nunca adotou este processo em seu governo, porque sempre teve como hábito 'ter contato direto com a

No mesmo dia, 10 de julho, o Coronel Ludwig anuncia a criação de uma Comissão de Sindicância formada por três membros da alta direção da Agência Nacional, para apurar a denúncia feita por *Isto É*. A Comissão teria um prazo de cinco dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar os resultados, na forma de relatório, indicando a conveniência ou não da abertura de inquérito administrativo.<sup>50</sup>

Nos dias seguintes, em meio a grande alvoroço na área política - nacional e mineira -, com a mídia cobrindo, com destaque, o desenrolar dos acontecimentos, a Comissão de Sindicância toma o depoimento de três funcionários da Agência Nacional: o Sr. Emmanuel Stumpf, chefe da Divisão de Telecomunicação, os jornalistas Ênio Fonseca e Leopoldo José de Oliveira, respectivamente, o chefe da sucursal mineira da Agência e o redator responsável pela sinopse dos jornais belo-horizontinos.

O Sindicato dos Jornalistas de Minas, que, segundo o *Jornal do Brasil*, teria decidido enviar um diretor ao Rio de Janeiro para acompanhar o

---

imprensa, conforme podem atestar os jornalistas do seu Estado'. O candidato oficial da Arena à vice-presidência da República disse que 'a Agência Nacional merece fé, porque é um órgão sério. É claro que as autoridades deverão apurar os fatos'. Aureliano disse que não leu a reportagem da revista *Isto É* e, por isso, não pode ainda avaliar os fatos." SINOPSE: jornalistas serão ouvidos no Rio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 jul.1978. p.5.

<sup>50</sup> A Comissão de Sindicância formada para apurar as denúncias de fraude na elaboração da sinopse é apresentada de forma muito ambígua no noticiário. Não se sabe bem qual a competência e a natureza da investigação a ser feita pela Comissão. Segundo *Veja* - que apresenta o assunto de maneira mais clara - "o governo nomeou uma comissão de sindicância para investigar a denúncia; presidida pelo assessor jurídico da Agência Nacional, Hélio Athayde. O resultado da sindicância será enviado ao ministro Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência, e ao coronel Rubem Ludwig, secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, pois a Agência está administrativamente subordinada ao primeiro e executivamente ao segundo. Mas a comissão não vai apontar culpados nem aplicar penalidades. Apenas dirá se é ou não conveniente abrir-se inquérito administrativo. Formalmente, a decisão final será do diretor geral da Agência, João Batista da Costa." ALGUÉM mentiu. *Veja*, São Paulo, 19 jul.1978. p.25. (destaque nosso)

depoimento de seus associados na Comissão de Sindicância ( o que, de fato, não aconteceu, pois a Comissão trabalhava a portas fechadas), considera que se forem

"confirmadas as denúncias, será preciso conhecer toda a extensão do episódio até as últimas conseqüências, pois o povo tem o direito de ser informado sobre tudo o que aconteceu para poder julgar".<sup>51</sup>

No dia 15 de julho, os jornais noticiam que a Comissão já encerrara seus trabalhos e que o relatório, em elaboração, seria encaminhado imediatamente à Presidência da República e seu teor divulgado pelo porta-voz do presidente, Coronel Rubem Ludwig. No dia 18 de julho, os jornais divulgam a informação "extra-oficial" de que "apenas um funcionário será responsabilizado - e, conseqüentemente, punido - pelas irregularidades constatadas na sinopse." Os problemas apontados pelo porta-voz do Planalto como motivos para não se anunciaemr as providências oficiais consistiriam na necessidade de se verificar qual a real situação jurídica do funcionário.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> O *Diário da Tarde* publicou no dia 15 de julho, na íntegra, a nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e todos os jornais, locais ou de circulação nacional, incluíram informações sobre ela nos seus noticiários: "O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em face do envolvimento dos nomes dos seus associados, jornalistas Leopoldo José de Oliveira e Ênio Fonseca, em possível manipulação de noticiário da Agência Nacional para favorecimento do Sr. Francelino Pereira ao governo de Minas Gerais, cumpre o dever de tornar pública a posição da entidade diante dos fatos:

1- Os companheiros Leopoldo José de Oliveira e Ênio Fonseca terão a mais ampla e irrestrita assistência do Sindicato em todas as fases da sindicância já instaurada, e em todos os seus possíveis desdobramentos. 2- O Sindicato se reserva o direito de examinar todos os aspectos éticos do episódio, quanto a seus associados que possam ser nele envolvidos, advertindo, desde já, que não aceitará a fórmula que já se esboça de inocentar o beneficiário da possível fraude que, estranhamente, sequer foi ouvido na sindicância. 3- A atual diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, com a autoridade advinda do voto livre, direto e secreto dos jornalistas mineiros, reafirma sua posição contra os processos ilegítimos de escolha de nossos governantes, por isso mesmo susceptíveis de equívocos e manipulações como os que agora se denunciam, e manifesta, mais uma vez, a sua fé no pleno exercício da democracia, sem adjetivos." SINOPSE: comissão já encerrou os trabalhos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 15 jul. 1978. p.5.

<sup>52</sup> Segundo o noticiário, os problemas técnico- administrativos pendentes que retardaram a divulgação do resultado da sindicância - que teria sido concluída na sexta-feira, dia 14 de julho - seriam referentes à situação trabalhista dos "envolvidos" no episódio. Sem que tenha aparecido nenhum nome nas matérias veiculadas, os jornais informavam que "a Agência Nacional está estudando medidas jurídico-administrativas para punir os responsáveis pela manipulação de informações da sinopse da AN". O problema era que um dos funcionários, exatamente o jornalista Leopoldo José de Oliveira, não era nomeado para o cargo, mas apenas concursado, sendo que prestava serviços à Agência, como

Nos dias que se seguem, o noticiário sobre o assunto arrefece consideravelmente, ainda que quase diariamente apareçam notinhas nos jornais indicando que o relatório da Comissão de Sindicância deverá ser divulgado "nos próximos dias", tão logo as "pendências jurídicas tenham sido solucionadas".<sup>53</sup>

No dia 25 de julho, o *Estado de Minas* publica, com destaque, na sua primeira página, matéria intitulada "Demitido o redator da Sinopse". Segundo o jornal,

"o responsável pela sinopse da Agência Nacional em Minas Gerais, Leopoldo José de Oliveira, foi dispensado ontem, por indicação da Comissão de Sindicância que apurou a denúncia de que ele teria influenciado na indicação do deputado Francelino Pereira, para concorrer pela Arena ao governo de Minas."

Ainda segundo o jornal, a Agência Nacional divulgou uma nota intitulada "Resultado da Sindicância na Agência Nacional" em papel timbrado com as armas da República, sem data e rubricada pelo Diretor Geral da Agência, João Batista da Costa. Nessa nota informou-se que

"a Comissão de Sindicância apurou as irregularidades nos cinco dias de prazo que lhe foram concedidos, e apontou as seguintes incorreções:

- 1) Ficou evidenciado que o Sr. Leopoldo José de Oliveira, encarregado da elaboração da sinopse, não observou estritamente as instruções pertinentes à elaboração do boletim (Art.33 do R.I. da AN);
  - 2) E que, além das notícias efetivamente constantes de jornais de Belo Horizonte, o referido colaborador transmitiu, por vezes, noticiário colhido em outras fontes consideradas, segundo critério pessoal, merecedoras de fé.
- Em razão do apurado, a Agência Nacional resolveu:

---

"colaborador", desde 1971. Submetera-se ao concurso público em janeiro de 1976, tendo sido aprovado, mas ainda aguardava sua nomeação.

<sup>53</sup> Cf. SINDICÂNCIA na Agência nacional pode sair hoje. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jul.1978. p.1.

RESULTADO da sinopse só na segunda-feira. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 20 jul. 1978. p.5.

RESULTADO só sai na segunda-feira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul.1978. p.5.

LUDWIG: sinopse é um mal menor. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 jul.1978. p.5.

GEISEL tem interesse na apuração. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul.1978. p.4.

Dispensar a colaboração do Sr. Leopoldo José de Oliveira, que declarou perante a Comissão de Sindicância haver tido 'a mais ampla liberdade no seu depoimento de defesa'."

Com esta sucinta - e algo enigmática - nota, a Agência Nacional colocou um ponto final no episódio. Sem apontar as evidências, concluiu que o jornalista Leopoldo José de Oliveira não observou "estritamente" as instruções na elaboração das sinopses. De fato, dias antes a imprensa havia dado destaque ao material distribuído pela Assessoria de Imprensa da Presidência da República onde se incluíam o Regulamento Interno da Agência Nacional e as instruções que desde 1971 normalizavam a elaboração da sinopse do noticiário da imprensa.<sup>54</sup> A "não-observância" das normas em vigor se caracterizaria, segundo a Comissão, pela inclusão, na sinopse, de informações que o jornalista teria colhido em outras fontes, não se restringindo ao noticiário dos jornais. Teria havido uma falha do "colaborador", talvez em decorrência do desconhecimento das normas vigentes ou de sua má interpretação?

---

<sup>54</sup> "A Assessoria de Imprensa da Presidência da República distribuiu as instruções da Agência Nacional, encaminhadas em 1971 a todas as suas sucursais, normalizando a elaboração da sinopse do noticiário da imprensa. O regimento interno da AN, entregue também aos jornalistas credenciados, estabelece, em seu artigo 33, ao serviço da sinopse, a incumbência de preparar, diariamente, 'para as autoridades superiores um resumo do noticiário surgido na imprensa dos principais centros do país.(...) São as seguintes as instruções da Agência Nacional para a elaboração da sinopse, datadas de 1º de março de 1971, e até hoje em vigor: "A direção da Agência nacional, tendo em vista a necessidade de constante aperfeiçoamento da sinopse, produzida diariamente para as mais altas autoridades brasileiras, recomenda aos senhores correspondentes e chefes de sucursal: A- Considerar com invariável rigor, na seleção das matérias focalizadas, a importância que possa ter cada item. B- Reproduzir no menor número de linhas possível o que expresse os editoriais, evitando citação entre aspas, suscetíveis de alongar desnecessariamente a sinopse. C- Reproduzir, com o mesmo espírito de síntese, o noticiário geral. A preocupação de síntese não deve afetar a clareza da informação. Dar em cada item o maior número de dados no menor número de palavras. A informação essencial pode estar contida numa só frase precisa e concisa. D- Evitar o uso de siglas ainda não popularizadas, dando por inteiro (pelo menos a primeira vez num mesmo texto) o nome do departamento, serviço ou comissão, etc... E- Grafar os nomes conforme assinatura (Delfim Neto, Walther Moreira Salles, Souza e Mello, Mário Gibson Barbosa, por exemplo). F- Escrever por extenso os números de um a dez. No início da frase sempre por extenso. G- Referir-se a dinheiro brasileiro ou estrangeiro sempre por extenso. Equívocos ou falhas na transmissão podem comprometer a seriedade da sinopse. H- Os redatores incumbidos de preparar o texto a ser transmitido têm de permanecer na redação até que os redatores de Brasília informem, recebida a matéria, que não há dúvidas a esclarecer. I- Observar os horários estabelecidos para transmissão de matéria para a Agência Nacional em Brasília, visto como atrasos podem tornar inteiramente inútil a sinopse, que deve ser cada vez mais eficiente." RELATÓRIO da sinopse será entregue amanhã. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 jul.1978. p.5.

Ou teria havido uma intencionalidade nessa "não-observância" das regras? Perguntas que o texto da direção da Agência deixou sem respostas, ao optar por um tom seco e aparentemente objetivo, no qual não explicita julgamento, nem fornece dados, mas tão somente informa uma decisão e consoma uma punição.

### 4.3. Os tigres da Cornualha

A denúncia de *Isto É* suscita "aquela perturbação da opinião pública que se chama precisamente escândalo" (BOBBIO, 1986:92) e desencadeia uma reação que propicia a emergência de um conjunto de questões extremamente relevantes para este trabalho.

No discurso mediático que se constitui a partir da denúncia feita por *Isto é*, duas questões se colocavam como de importância fundamental. De um lado, se a fraude se comprovava apenas pelo cotejo entre o texto da sinopse e o texto dos jornais, era necessário desvendar como ela havia sido produzida. Por outro lado, se o conteúdo das notícias "enxertadas" parecia beneficiar um candidato, tornava-se necessário investigar as relações entre este candidato e a produção da fraude.

No primeiro aspecto chegou-se rapidamente a uma conclusão: dado que havia um profissional individualmente responsável pela elaboração da sinopse dos jornais mineiros - o jornalista Leopoldo José de Oliveira - era por aí que se devia começar a investigar. O nome do jornalista Leopoldo José de Oliveira aparece pela primeira vez no noticiário, numa matéria do *Jornal do Brasil*, intitulada "Jornalista

ajudava presidente da Arena".<sup>55</sup> Segundo a matéria, o jornalista negava "a autoria solitária das sinopses", pois elas não seriam "de responsabilidade de uma pessoa só, mas de um corpo editorial". O Sr. Ênio Fonseca, diretor da sucursal mineira da Agência Nacional, teria admitido "que as sinopses poderiam ter seguido sem que ele as visse, porque o redator é assim como uma espécie de editor de página, que tem certa autonomia em relação ao diretor do jornal". E admitiu ainda que "não é inadmissível que um texto seja mal interpretado pelos receptores". O Sr. Emmanuel Stumpf, diretor da Divisão de Telecomunicação da Agência Nacional, e que se encontrava em Belo Horizonte em "viagem não-oficial, para tratar de assuntos internos à Agência",

"esclareceu que a chefia do Serviço de Sinopses pode até 'pentear' o texto, se for o caso, mas nunca modifica sua essência, mesmo porque apresentar a sinopse tal como a recebeu é uma cautela que pode servir para sua defesa, em qualquer caso de dúvida. Sempre em conversa informal com os repórteres, Stumpf levantou a hipótese de engano, perguntando aos presentes se eles não se enganavam também ao redigir suas matérias." <sup>56</sup>

Nos dias que se seguiram, o jornalista Leopoldo José de Oliveira se defende dizendo que

"o jornalista Sebastião Nery não conhece o mecanismo utilizado na elaboração das sinopses(...) explicando que as notícias que compõem o boletim lido

---

<sup>55</sup> JORNALISTA ajudava presidente da Arena. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul.1978. P.4

<sup>56</sup> "Naquela época eu trabalhava na sucursal mineira do jornal *O Globo* e minha experiência maior era na área de 'polícia'. Prestava serviços à Agência Nacional, ganhando uma espécie de pro-labore, desde 1971. Em 1976, prestei um concurso interno e havia sido aprovado em terceiro lugar, sendo que os dois candidatos aprovados, respectivamente, em 1º e 2º lugares foram o Ênio Fonseca, que era meu chefe na ocasião e o Milton Lucca. Naquela época trabalhava também como assessor de imprensa do secretário de Segurança Pública, no gabinete do coronel Washington Flores, mas havia pedido exoneração do cargo uns poucos dias antes da publicação da matéria de *Isto É*, em decorrência de mudança do secretário. Fiquei ainda na Secretaria de Segurança até o dia 13 de outubro de 1978, quando então fui demitido." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira, à autora em outubro de 1993.

diariamente pelo presidente Geisel não são obrigatoriamente as publicadas nos jornais do dia." <sup>57</sup>

Segundo a mesma matéria, após ter prestado seu depoimento na Comissão de Sindicância, Leopoldo

"dizia-se 'absolutamente tranqüilo' quanto a seu envolvimento na questão. Ele explicou que realmente algumas notícias veiculadas na sinopse não foram publicadas pela imprensa, mas que isso é decorrência do próprio mecanismo de apuração de notícias adotado pela Agência Nacional: devido a um rígido horário para a elaboração do boletim, os redatores da Agência Nacional não podem esperar sempre pela edição dos jornais. O jornalista revelou que, por isso, ele possui uma credencial para obter as notícias antes mesmo que o jornal seja impresso. As notícias que são enviadas à direção da Agência, em Brasília, são obtidas através de contatos com os editores de jornais locais, com repórteres e até mesmo com as chefias das oficinas".

Também o diretor da sucursal mineira da Agência teria declarado ao *Jornal do Brasil* que

"embora as sinopses da AN devam se ater obrigatoriamente às notícias divulgadas pelos jornais, o jornalista Leopoldo José de Oliveira a elas

---

<sup>57</sup> COMISSÃO ouve envolvidos na fraude da Agência Nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1978, p.4.

"Este trabalho na Agência Nacional, que só muito depois é que percebi que era importante, era visto por mim como um 'bico'. Não o encarava como algo importante e nunca durante todo o meu tempo lá me preocupei em checar se as informações que eu colocava na sinopse eram as publicadas nos jornais. Aliás, havia uma época, no período Medici, que uma das minhas tarefas era municiar a sinopse de informações sobre o Dario, jogador do Atlético e do qual Medici era fã. Houve, inclusive, uma época em que a mulher do Dario estava internada no Hospital São Lucas e eu tinha, por exigência de Brasília, de passar todas as noites pelo hospital, para informar na sinopse do estado da doente e do próprio Dario, ainda que tais informações não constassem dos jornais. No dia seguinte o Medici 'deitava e rolava' com as informações que eu mandava pra ele e se mostrava um presidente bem informado e atencioso. Por isso é que eu digo que, e havia até uma recomendação da Agência para isso, as informações da sinopse nem sempre eram as mesmas que estavam nos jornais. Continuo afirmando, como fiz também naquela época, que eu nunca inventei ou deturpei notícias - nunca me sentei na máquina de escrever e inventei uma 'notinha' - mas pela sistemática da Agência Nacional eu não precisava aguardar o jornal para escrever a sinopse. Naquela época os jornais mineiros saíam muito tarde. Meu procedimento era o seguinte: chegando à AN eu telefonava para os secretários de oficina dos três jornais 'sinopsiados' - e eu tinha até mesmo uma credencial da Agência para isso - e perguntava-lhes quais eram as notícias importantes daquele dia. As informações me eram passadas pelo telefone e eu as colocava na sinopse, sendo que em momento algum de todo o período em que fiz esse trabalho me preocupasse em conferir se tais notícias haviam de fato sido publicadas. Da mesma forma que eu nunca me assentei na máquina para inventar notícias, eu nunca resumi notícias com base nos próprios jornais: sempre coloquei na sinopse as informações recebidas por telefone e passadas pelos secretários de oficina. O secretário de oficina do Estado de Minas era o Célio Horta, que era inclusive assalariado da Agência Nacional. Quem era o secretário do Diário de Minas e do Jornal de Minas... eu não me lembro mais." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

adicionava informações que colhia no dia anterior, como reporter de *O Globo*, nos contatos que mantinha nos meios políticos e militares”.

Para o *Jornal do Brasil* "as explicações do Sr. Leopoldo (...) não conseguem esclarecer a questão levantada com a denúncia publicada pela revista *Isto É*" pois,

"caso o jornalista recolhesse as informações para a sinopse na sua rede de informações particulares, e se a Agência nacional julgasse conveniente, elas poderiam ser transcritas sob a responsabilidade da Agência ou, no caso específico, sob a responsabilidade do jornalista. Se isso tivesse ocorrido, a Agência Nacional, em sua sinopse, teria apenas noticiado informações falsas que, num primeiro momento, poderiam ter parecido verdadeiras ao repórter. No entanto, o que foi feito é, segundo a denúncia da revista, algo diverso. As informações do jornalista, ou suas opiniões, eram publicadas na sinopse e atribuídas a jornais que, além de não terem dito o que lhes era atribuído, em pelo menos dois casos diziam precisamente o contrário."<sup>58</sup>

Também *Isto É* critica a explicação de Leopoldo e informa que o diretor da Agência Nacional, ao declarar à revista que "as funções de um jornalista que trabalha para a sinopse 'se cingiam' ao artigo 33 do regulamento interno da Agência", praticamente "aniquilou" o principal argumento da defesa do jornalista Leopoldo, argumentação já por si só "inconsistente no momento em que ele admitiu ter liberdade para apurar notícias, sendo que ao redigí-las na sinopse era obrigado a atribuir essas notícias a alguma publicação".<sup>59</sup> E mais: nesta mesma edição, um artigo assinado por Sebastião Nery declara:

"Sinopse, segundo o Aurélio, é 'resumo, síntese, súmula'. O sinopsista (perdoem o neologismo) está obrigado, pelas 'instruções' da Agência Nacional, de 1º de maio de 1971, assinadas pelo então diretor Armando Lacombe, a 'reproduzir', no menor número de linhas possível, o que expressam os editoriais, e 'reproduzir', com o mesmo espírito de síntese, o noticiário geral. Ora, reproduzir não é produzir. É repetir. Fora daí, não é sinopse. Pode ser uma Leopoldina, cheia de pingentes."

---

<sup>58</sup> ARGUMENTO não esclarece. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul.1978, p.4.

<sup>59</sup> DIAS, Mauricio & PINTO, Tão Gomes. Procura-se o mentiroso. Mas basta isso? *Isto É*, São Paulo, 19 jul.1978, p.5-7.

E, continuando a argumentar, o articulista indaga por que, na hipótese de que a sucursal desconhecesse as instruções da Agência, as notícias coletadas nas "fontes pessoais" do redator eram então atribuídas ao *Estado de Minas* ou ao *Diário de Minas*? Na opinião da revista, para que o presidente Geisel e o "seleto público" que tinha acesso à sinopse acreditassem que estavam tomando conhecimento do que os jornais mineiros diziam sobre a sucessão e sobre os candidatos. Mas a revista mostra-se preocupada com os rumos da "sindicância", preocupação que se revela já no título da matéria "Procura-se o mentiroso: Mas basta isso?" e continua no subtítulo "Não adianta botar a culpa no guarda da esquina". Para Sebastião Nery, no artigo já aqui referido, a culpa não seria só do Leopoldo que diz ser, desde janeiro, "assessor descompromissado" de Francelino. "Francelino diz que a ligação entre os dois é um 'vínculo indireto'. E o articulista conclui: "Ora, pois, o vínculo de Francelino com o governo de Minas também é indireto..."

Assim, chega-se ao segundo aspecto da questão, considerado fundamental na cobertura da imprensa: as relações entre a fraude da sinopse e o deputado Francelino Pereira. Um tipo de relação era óbvia: os "enxertos" da sinopse referiam-se todos ao deputado. O outro tipo de relação seria "indireta", ou seja, buscava-se investigar se existia alguma relação entre o jornalista Leopoldo José de Oliveira e o deputado Francelino Pereira. Algumas informações comparecem nos textos das matérias: que o jornalista prestava assessoria "informal e num trabalho inteiramente amador" ao deputado, pelo menos desde que este chegara a Belo Horizonte como candidato indicado pelo presidente Geisel; que por diversas vezes o jornalista distribuira

notas à imprensa informando das atividades do deputado, agendara reuniões do deputado com repórteres e convocara coletivas de imprensa; que,

"segundo funcionários da sucursal mineira do jornal *O Estado de São Paulo*, Oliveira teria dito numa roda de colegas, em abril último, que trabalhava para o deputado Francelino Pereira - e que em duas oportunidades, uma vez por telefone, outra pessoalmente, Pereira lhe teria recomendado que incluísse no resumo da Agência notícias 'simpáticas' a ele, a fim de fortalecer sua imagem nos altos escalões de Brasília como 'a melhor solução dentro da Arena' para a sucessão estadual em Minas Gerais".<sup>60</sup>

Segundo *Isto É*, Leopoldo teria declarado, logo após ter prestado depoimento na Comissão de Sindicância, ainda no Rio de Janeiro, que não era assessor de Francelino Pereira e nunca havia sido.

"E como se quisesse marcar seu distanciamento do suposto beneficiado pelo seu trabalho como redator da sinopse, disse que só recentemente ficara conhecendo Francelino e que, além disso, ele, Leopoldo, é do PSD e Francelino, da UDN."<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Esta estória atribuída aos jornalistas da sucursal do *O Estado de São Paulo* é publicada por *Veja*, na sua edição de 19 de julho. Mas a mesma matéria informa que "Oliveira desmentiu taxativamente essa versão" e que Francelino Pereira teria dito em Brasília "não ter relacionamento pessoal com o jornalista e que nunca pensou em designá-lo como seu assessor de imprensa. O deputado admitiu conhecer Oliveira como repórter de *O Globo*: 'Ele está sempre presente quando chego a Belo Horizonte, vai sempre aos acontecimentos de que participo.'"

"Em meados de 1977 - não sei bem quando - comecei a prestar o que chamei de 'assessoria informal' ao deputado Francelino Pereira que estava em franca campanha para conseguir a sua indicação ao governo de Minas. No trabalho que eu realizava - para o qual não recebia nenhuma remuneração e não havia nenhum contrato - fazia 'realese' para os jornais mineiros sobre as atividades de Francelino Pereira, acompanhava-o às viagens em Brasília - da qual me lembro especificamente a posse de Dom Serafim Fernandes de Araújo no Conselho Federal de Educação - e agendava seus compromissos em Belo Horizonte, especialmente seus contatos com a imprensa." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

<sup>61</sup> "Estive diversas vezes com Francelino Pereira, tanto em Brasília como em Belo Horizonte, e constantemente o esperava no aeroporto de Belo Horizonte a pedido dele; ajudei inclusive a mobiliar sua casa, aquela da rua Pedra Bonita, juntamente com o Hilton Amaral, quando o deputado mudou-se para Belo Horizonte. Lembro-me inclusive que o último trabalho que eu havia feito para Francelino, antes da matéria de *Isto É*, havia sido um 'realese' e cópia de discurso feito por ele na formatura da UNA, da qual havia sido paraninfo. O 'realese' e o discurso foram distribuídos à imprensa. Mantinha freqüentes e estreitos contatos com o grupo de Francelino aqui em BH: deputado Carlos Eloy, que até chegou a colocar um carro pago pela Caixa Econômica à minha disposição, no período em que eu prestava a 'assessoria informal'; João Veras, Manoel Hygino dos Santos, Hilton Amaral, entre outros. Todos eles envolvidos nas articulações para a indicação de Francelino ao governo do Estado. Durante todo esse período, fazia meu trabalho na AN: no período noturno resenhava as notícias mais importantes que seriam publicadas nos jornais do dia seguinte. Mas, nem Francelino, nem qualquer outra pessoa do grupo dele, tocou em qualquer oportunidade, sobre este assunto do meu trabalho comigo. Todo o meu envolvimento era com a 'assessoria informal'. (...) Naquela época, na confusão toda, eu disse que nem

Por outro lado, o deputado Francelino Pereira negava veementemente qualquer ligação com o jornalista. Dizia conhecê-lo apenas superficialmente e que, mesmo tendo boas referências sobre ele, afirmava, reiteradamente, não existir nenhum vínculo entre suas atividades políticas e o trabalho realizado por Leopoldo. Segundo *Isto É*, este era o único

"dado na história que conseguia irritar Francelino. Era o comentário de que Leopoldo de Oliveira seria uma espécie de seu assessor em Minas. (...) Disse que conhecia Leopoldo apenas superficialmente, de suas viagens a Minas, pois o redator da sinopse insistia em encontrá-lo no aeroporto, seja nos seus embarques, seja nos seus desembarques. Francelino admitiu porém ter conhecimento de que Leopoldo às vezes se excedia nos seu zelo como repórter. Além de redigir notas a seu respeito para *O Globo*, distribuía cópias para outras redações e sucursais instaladas em Belo Horizonte. Mas daí a identificar um relacionamento mais profundo iria uma distância muito grande."<sup>62</sup>

---

*conhecia o Francelino direito porque eu fiquei com medo...*" Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora setembro de 1993.

<sup>62</sup> "Francelino negou violentamente qualquer participação ou conhecimento do fato. Depois admitiu que, no máximo, era coisa de algum 'assessor louco'. Nunca mais nos falamos, mas achei que sua reação foi violenta demais para um político esperto como ele, e isso manteve a minha suspeita." Depoimento do jornalista Sebastião Nery à autora em setembro de 1993.

"*Todo o meu envolvimento era com a 'assessoria informal' e pensava que havia sido escolhido para fazer essa assessoria em decorrência de meu emprego no O Globo. Estava deslumbrado com as mordomias que conseguia com a tal assessoria: carros, viagens, prestígio, etc. Era isso que contava para mim, além de uma certa expectativa, até mesmo inconsciente, de que se desse o Francelino no governo, eu poderia conseguir uma 'boca', quem sabe até mesmo a assessoria de imprensa do governo. Não ganhava dinheiro algum, o que causava estranheza em certas pessoas. Me lembro de uma advertência do Paulo César de Oliveira, que me chamou na sala dele para me perguntar quais os objetivos que eu tinha com o Francelino e que, quaisquer que fossem eles, eu, Leopoldo, não poderia deixar de ganhar dinheiro com isso. Vaidoso, com o prestígio e mordomias que obtinha não parei para pensar que era algo estranho um reporter policial fazer uma assessoria para um político, mas envolvi-me como um pavão naquela história toda. (...) Depois que tudo estourou não me encontrei mais com o Francelino, que dizia aos jornais que não me conhecia - 'só de vista' - e que não sabia porque eu ia esperá-lo sempre no aeroporto. Como se alguém fosse ao aeroporto, assim, sem mais, para esperar uma pessoa desconhecida. Eu ia lá porque ele me solicitava e, se naquela época fosse como hoje, com essa mania de levantar as ligações telefônicas, iam encontrar mais de 500 chamadas de Francelino, de Brasília, para minha casa ou para a secretaria de Segurança. Além disso, todo mundo sabia, era público e notório para a imprensa mineira que eu prestava serviços para o Francelino. Aliás, a única vez que falei com ele, depois da denúncia da sinopse, foi quando eu fui à casa dele, aquela da rua Pedra Bonita, e lhe disse que estava sendo muito pressionado, mas que não faria nenhuma molecagem com ele. Ele estava com tanto medo, que me atendeu na sala com as cortinas cerradas - era à noite - e falando baixinho. Os 'caras' dele, quando precisavam me procurar referiam-se a ele como 'aquele nosso amigo' e sei que falavam de mim com ele assim também: 'aquele nosso amigo'. Não era por amizade, mas para não comprometer."* Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira, à autora, em setembro de 1993.

A atuação da Comissão de Sindicância parece ter sido pautada - segundo informações contidas nos relatos da imprensa, já que, além da nota informativa sobre a demissão de Leopoldo, nenhum outro dado sobre a sindicância veio a público<sup>63</sup> - pela pressa na investigação e pela necessidade de desvinculação entre a atividade do redator da sinopse com qualquer outra pessoa, especialmente o deputado Francelino Pereira, que não foi sequer convidado a "prestar declarações". Aliás, quando perguntado pelos repórteres sobre qualquer aspecto que envolvesse a investigação, o deputado Francelino Pereira "respondia que isso não era um problema seu, mas da Agência Nacional." Entretanto, ainda que a investigação sobre as irregularidades na produção das sinopses não fosse, a rigor, um "problema seu", como afirmava o deputado, o simples fato de que apenas o seu nome tenha sido objeto das notícias "enxertadas" poderia ter motivado o deputado a buscar a comprovação de que não tinha

---

<sup>63</sup> \* Não recebi nenhuma pressão, de ninguém, em decorrência do fato. Um certo dia, quando ainda estava 'rolando' a história fui chamado ao Palácio do Planalto, pelo coronel Rubem Ludwig, então assessor de imprensa do Geisel. O Ludwig foi muito gentil e me informou que, de fato, eles - o SNI - haviam feito a apuração e confirmado toda a história: a sinopse estava enxertada de notícias falsas. Mas que eles deveriam tomar as providências cabíveis. Foi uma espécie de satisfação que me deram. Disse, também, que, provavelmente, além de Leopoldo, haveria mais alguém no esquema, mas que Leopoldo não o denunciou. O certo é que com o Francelino, o grande beneficiário da fraude, não aconteceu nada e quando dei por mim os únicos submetidos à execração pública eram o Ênio e o Leopoldo, dois dos amigos que eu tinha em Minas. E Leopoldo, que era uma peça menor, foi o único punido. Não tenho informações sobre a sindicância. Não fui ouvido. Disseram que havia um relatório, mas ninguém teve acesso a ele. O desfecho foi muito rápido." Depoimento do jornalista Sebastião Nery à autora em setembro de 1993.

"Claro que nesse período [da sindicância] eu já havia percebido que havia sido usado pelo esquema, mas não tinha condições de botar a boca no mundo. Me calei por medo e por necessidade. Eu era um cara pobre e sustentava minha mãe que era hemiplégica. Fui muito pressionado, tanto pela imprensa que queria saber da participação do Francelino, quanto até mesmo do diretor da Agência, o João Bosco Costa, que me chamou e me disse que eu podia envolver o Francelino que o Golbery segurava. Era um prato feito tanto para as brigas internas do sistema, da política mineira e para quem queria desmoralizar o Francelino e a ditadura. E eu segurando tudo calado, com a imprensa se comportando de forma cega - nunca foi ninguém, nem da imprensa, nem da Agência Nacional checar se, de fato, eu pegava as notícias com os secretários de oficinas e se eles estavam envolvidos ou não. Só eu apanhava e até o sindicato me deixou na mão. Há uma notícia dizendo que o Paulo Lott me acompanhou ao Rio, quando fui depor na Comissão - aquela coisa boba, totalmente irregular, sigilosa, nem meu advogado teve acesso ao tal relatório, acho que sumiram com ele - mas isso não aconteceu. Fui ao Rio sozinho, pagando minha passagem do meu próprio bolso." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

nada a dever em relação ao episódio. Ou como afirmou *Isto É*, "se de fato se busca a democracia, então deve-se admitir que Francelinos da vida sejam ouvidos por comissões de sindicância. Inclusive e, eventualmente, para o bem deles mesmos."<sup>64</sup> O comportamento de Francelino Pereira, entretanto, foi outro: recusou-se todo o tempo a se pronunciar sobre a sindicância e sobre as fraudes cometidas; desmentiu veementemente qualquer vínculo entre ele e o jornalista, através de reiteradas declarações à imprensa, sem refutar de forma definitiva as evidências ali expostas; e afirmou durante todos os momentos a "tolice" de se imaginar que a sinopse pudesse em qualquer momento ter influenciado na sua indicação para o governo de Minas.

Assim, do ponto de vista da sindicância, apesar das evidências apontadas nos relatos da imprensa, a fraude das sinopses não teria passado de uma falha humana isolada, "no caso uma falha humana do funcionário Leopoldo de Oliveira" que, segundo *Veja*, teria ficado profundamente surpreso com os resultados da Comissão.

"A ser sincera sua reação, trata-se seguramente de um jornalista mal informado. Ele deveria saber, pelo menos, como terminam os inquéritos, sindicâncias, investigações e congêneres que a burocracia oficial se vê compelida a abrir quando não consegue varrer seus pecadilhos para debaixo do tapete. Pois este tipo de coisa, quando termina, termina exatamente assim: com a punição seca e fulminante do suspeito de menor importância. É possível, e até provável, que Oliveira tenha deliberadamente adulterado os resumos diários que preparava para conhecimento do mundo oficial de Brasília. É pouco provável, no entanto, que essa fosse uma atividade estritamente solitária."<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> CARTA, Mino. Ah, ingênuo Leopoldo...*Isto É*, São Paulo, 2 ago.1978. p.4.

<sup>65</sup> Cf. O ETERNO culpado. *Veja*, São Paulo, 2 ago.1978. p.10.

*"Hoje, acho que o Francelino sabia de tudo, estava por dentro do esquema e pelava de medo que eu falasse alguma coisa. Me lembro que um dia o João Veras me telefonou dizendo que a mulher daquele 'nosso amigo' estava rezando todos os dias para mim, que eu estava tendo um comportamento muito correto. Diziam que naqueles dias, D. Latife, mulher do Francelino, só lia os jornais rezando para que eu não tivesse falado nada que comprometesse o Francelino. Eu não podia provar nada, a não ser que tinha uma relação muito próxima com ele e lhe prestava serviços. A Veja até publicou uma foto de nós dois juntos com a legenda 'Pereira e Oliveira amigos ou simples conhecidos', uma coisa mais ou menos assim. Eu tinha como provar que estava trabalhando para ele - informalmente - mas muito próximo.*

Ora, se a criação da Comissão de Sindicância fora acompanhada da informação de que, caso fosse constatada a fraude denunciada, o desdobramento seria um inquérito administrativo - este, de natureza pública, ou seja, aberto e com amplas condições de defesa dos envolvidos - por que a atividade da Comissão, constatada a irregularidade, foi encerrada da forma como relatada pela imprensa? Esta talvez tenha sido a lógica que orientou a ação da Comissão: identificar o suspeito mais provável e de "menor importância" secando, na fonte, todas as possibilidades de desdobramento da questão. E mais: tendo em vista a celeuma provocada pela denúncia de *Isto É*, era fundamental a punição de alguém como uma "satisfação à opinião pública". Com o jornalista à mão, optou-se pelo "guarda da esquina" e colocou-se um ponto final do caso das sinopses.<sup>66</sup> Além disso, a demora em tornar pública a decisão da Comissão, motivada, segundo fontes do próprio Planalto, pelas pendências jurídicas do caso, que no final aparece como uma simples dispensa da colaboração do Sr. Leopoldo José de Oliveira, parece ser antes uma tática de esvaziamento.<sup>67</sup> Aguardou-se o arrefecimento do caso na mídia,

---

*Muitas pessoas sabiam, era de conhecimento de toda a imprensa mineira e eu tinha muitas provas - fotografias, cópias de realese etc.. Mas não disse nada disso e quando perguntavam se eu trabalhava para Francelino dizia que fazia uma assessoria informal, o que não era mentira, mas não detalhava e me recusava a continuar a responder. Mas o Francelino mentiu descaradamente dizendo que me conhecia muito pouco, 'só de vista', mas sei que se eu tivesse contado o que estou lhe contando agora o Francelino não teria sido governador, como sei também que se não tivesse a sinopse as chances dele na disputa teriam sido muito pequenas." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.*

<sup>66</sup> "O episódio mineiro parece ser obra de um ventanista da desinformação. Trata-se de fraude vulgar que, por certo, não envolve uma só pessoa, pois eram várias as que liam o material falsificado e, se não percebiam a mistificação, isso só pode ser atribuído à incompetência para o exercício das funções ou à competência para a burla." *RELAÇÕES perigosas. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1978. p.10.

<sup>67</sup> "Não fui demitido da Agência Nacional porque eu não havia sido nomeado, mesmo tendo sido aprovado em concurso há mais de dois anos. A nomeação estava para sair mas, por causa da sinopse foi sustada. Como eu não tinha contrato, nem era estatutário, tinha apenas um 'pro labore', simplesmente dispensaram os meus serviços. Com eles precisavam dar uma satisfação à opinião pública, quem me comunicou a 'demissão', quem me demitiu, foi o Cid Moreira, que disse no final do *Jornal Nacional*: 'Acaba de ser exonerado da Agência Nacional o jornalista Leopoldo José de Oliveira, redator da sinopse...' Nunca recebi nenhum papel, sequer dizendo que meus serviços estavam dispensados. Me lembro que logo depois da notícia do *Jornal Nacional*, a Vilma Fazito, que trabalhava na Tv Globo,

uma das características próprias do funcionamento mediático,(WOLTON, 1992) para anunciar a decisão da Comissão. Garantiu-se, desta forma, o esgotamento do assunto e, mais importante, foram descartados os desdobramentos que, certamente, poderiam trazer algum desconforto ao "sistema" ou aos seus representantes.

Dentre os desdobramentos "desconfortáveis" do caso das sinopses, dois parecem evidentes na narrativa mediática. De um lado, a indesejável discussão, já anunciada na primeira reportagem de *Isto É*, sobre o sistema de informação do regime

---

*chegou na porta da minha casa, com aquela parafernália toda da televisão querendo fazer uma matéria para o jornal que entrava as 23 hs, acho que um tal de Jornal Eletrônico. Eu, que acabara de saber pelo Cid Moereira da minha 'exoneração', fiquei sem saber o que fazer e telefonei ao 'Bandeirão', meu amigo e que havia sido assessor de imprensa do governador Aureliano Chaves, que me aconselhou a fazer uma declaração dizendo que havia entregado o caso à Justiça. E, de fato, tentei entrar na Justiça. Cheguei a constituir advogado, que mandou pedir as folhas referentes ao meu depoimento na Comissão de Sindicância. Prometeram que iam mandar, mas sumiram o tal do relatório, ninguém nunca viu. Sumiu... E acabei não entrando na Justiça. Fui desaconselhado a fazer. Muita gente, inclusive o Bandeirão, me aconselhou a não levar o caso para a frente, a não mexer mais, porque seria pior." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.*

*\*Para você enfiar uma nota na sinopse, se é difícil hoje, imagine naquela época... Você tem que ter alguém muito importante atrás, que respalde essa ação. Não é o datilógrafo, não é a secretária do diretor. É alguém que tem e pode dar apoio. Então, esse alguém tem que ter poder: 'Pode deixar que eu seguro a barra'. Essa pessoa importante jamais foi identificada. E o sindicato dos Jornalistas pretendia defender o profissional que até podia ter feito parte do jogo, mas não jogou sozinho. Mas a gente não tinha acesso à apuração, não assistimos às sessões da Comissão de Sindicância, que foi fechada. Foi sindicância mesmo, não foi um processo administrativo, porque o processo administrativo permite que você ponha advogados e que todas as ações e sessões sejam abertas, públicas. A sindicância é fechada. E, aí tem um problema. O Leopoldo era um funcionário concursado e na hora em que apuraram que ele era culpado o puniram e ele não quis reagir. Ele disse que ia entrar com uma ação, com um processo, mas não entrou. E nós do sindicato oferecemos para ele tudo. Eu sou autor da oferta. Nós procuramos o Leopoldo e dissemos para ele: 'Você quer advogado, você quer nossa denúncia desta situação, quer nosso apoio, está tudo a sua disposição.' Mas nada foi acionado e eu não posso dizer que ele quis. Pode ser até que ele tenha querido, tá? Mas, na época, ele era uma formiga e o poder repressor um elefante. Vamos supor que ele seja culpado, só para raciocinar... que ele tenha participado, tenha sido uma peça no processo. Ele ficou atemorizado com o que podia acontecer com ele se ele abrisse a boca ou fizesse alguma coisa. Ele nunca disse isto, nunca contou para nós... Mas, se acaso ele tivesse participado, na hora em que a coisa explodiu ele foi colocado contra a parede de tal maneira e com tanta pressão que, como um sujeito comum, ele se aterrorizou. Eu não sei se isso aconteceu assim, é apenas uma hipótese... Só que naquele tempo, o governo podia tudo. O poder castrador, cerceador da ditadura era um negócio incalculável. E quem era Leopoldo? Um João Ninguém, um cara pobre que ia pra rua, ia perder sua condição de sobrevivência. Entre o mar e rochedo, ficou o marisco, o pobre do Leopoldo..." Depoimento do jornalista Washington Melo, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, na época do episódio da sinopse, à autora em setembro de 1993.*

militar que, na expressão de Teotônio Vilela, "foi a grande casamata do arbítrio".<sup>68</sup> De outro lado, havia a discussão sobre os "métodos" utilizados pela ditadura militar no encaminhamento das questões políticas que se tornariam visíveis com o caso das sinopses, especialmente nos aspectos referentes às sucessões estaduais.

Em relação ao primeiro ponto, uma questão considerada tabu ainda nos dias de hoje, a sinopse aparecia contraposta a um outro mecanismo de informação do presidente da República, qual seja: os boletins do Serviço Nacional da Informação, de caráter confidencial e considerado de maior fidedignidade e com maior importância.<sup>69</sup> Assim, *Isto É* já articula a denúncia das sinopses com a questão dos serviços de informação do governo ao admitir que

"o manuseio de determinados dados e o controle que eventualmente se pode exercer sobre um dos vários serviços de informação a serviço do governo confere a determinados funcionários, civis ou militares, a possibilidade de fabricarem, digamos assim, determinadas realidades."

---

<sup>68</sup> É interessante ressaltar que na matéria de *Isto É*, onde a denúncia da fraude apareceu pela primeira vez, quase um terço da reportagem é inteiramente dedicado à análise de fatos relativos à atuação da "comunidade de informação". Nessa parte, denominada "Livrem-nos dessas informações", são relacionados ao episódio da sinopse um conjunto de fatos ocorridos com o SNI, com o CIE (Centro de Informações do Exército) nas disputas entre as diversas correntes do sistema, especialmente aquelas que haviam se manifestado por ocasião da indicação do general João Batista Figueiredo à Presidência da República. Segundo a revista, "quando foi lançado o slogan 'O Brasil é um país feito por nós', um repórter de Brasília comentou nos corredores do Congresso: 'Pode não ser feito por nós, mas é feito pelo pessoal que lida com informações'. (...) De uma certa maneira, e dependendo do alcance de tiro da máquina manipuladora de informações, seria possível, mesmo, criar, ou inventar, um outro país, que, evidentemente, não é feito por nós, mas por eles, os que têm esse poder nas mãos." Também na edição da semana seguinte, *Isto É* novamente tratou dessa questão. Mas, além de uma cautelosa insinuação do *Jornal do Brasil*, no editorial do dia 12 de julho, e da transcrição de uma declaração do deputado Dalton Canabrava no *Estado de Minas*, do mesmo dia 12, o assunto não prosseguiu.

<sup>69</sup> "Para muitos a questão mais importante, aí, não era a candidatura Francelino Pereira, mas a constatação, a comprovação de que o presidente, o chefe, podia ser enganado, bastando que se armasse um esquema de informações falsas que chegasse até ele. Quer dizer, comprovar a fragilidade do processo de informação. Eu também acho que foi muito mais isso. Porque a partir do momento em que você mostra, que se comprova que o processo de informação da autoridade é frágil, você comprova a fragilidade de todo processo de decisão dessa autoridade, do presidente... E aí estava colocado em cheque todo o sistema de informação sobre o qual a autoridade baseava suas decisões." Depoimento de Washington Melo à autora em setembro de 1993.

De fato, o caso das sinopses poderia, em tese, levantar a cortina que velava o funcionamento dos serviços de informação, que nos períodos mais negros da ditadura militar haviam escrutinado a vida dos cidadãos, submetendo-os ao arbítrio do que se chamava "a comunidade de informação". Para a revista - a única que trabalhou essa questão -

"o que o episódio Minasgate revelou, e de maneira cristalina, foi o risco muito grande que pode correr o governo - qualquer governo -, quando supervaloriza seus próprios serviços de informação em detrimento de outro tipo de informação que poderia ser colhida facilmente abrindo-se um pouco mais - ou abrindo-se definitivamente - as janelas palacianas para algumas realidades que saltam aos olhos".<sup>70</sup>

Em outras palavras, a importância fundamental que a informação reservada ou confidencial passa a ter no contexto do regime militar - obviamente em decorrência das próprias características definidoras da natureza do regime - contribui para a transformação da política em atividade privada, de caráter particularista, e evidencia a tentativa de constituir um espaço público meramente figurativo, um jogo de cena que somente pode ser compreendido por aqueles que detêm o código do espaço privado e sigiloso do poder.

O segundo ponto "desconfortável" de desdobramento se expressa na insistência com que as autoridades, civis ou militares, negavam importância à sinopse na decisão presidencial relativa à escolha do governador.<sup>71</sup> Quando foi divulgada a

---

<sup>70</sup> DIAS, Mauricio & PINTO, Tão Gomes. Procura-se o Mentiroso. mas basta isso? *Isto É*, São Paulo, 19 jul. 1978. p.5-7.

<sup>71</sup> "A partir dos acontecimentos é que comecei a perceber a importância estratégica de meu trabalho na Agência Nacional. A sinopse era um documento no qual Geisel confiava e de extrema influência nos meios palacianos. Comecei a perceber que eu era uma das poucas pessoas que 'falava' com o Geisel, através da sinopse. Tinha tido nas mãos, sem perceber, um dos instrumentos que fornecia ao presidente material para que tomasse as decisões. Geisel recebia a sinopse bem cedinho e só começava a trabalhar depois de bem informado sobre os acontecimentos do dia anterior e que chegariam à opinião pública naquele mesmo dia. Podia assim se posicionar frente aos fatos e tomar suas decisões. Lembro-me de ter

decisão da Comissão de Sindicância, o editor-chefe da revista *Isto É*, jornalista Mino Carta, se manifesta a respeito, num protesto intitulado "Ah, ingênuo Leopoldo...". No seu artigo, Carta conta uma pequena estória sobre dois amigos em viagem pela Cornualha.

"De repente, aquele que não dirige tira do bolso um saquinho e começa a despejar o seu conteúdo, um pó branco, pela janela. 'Que é isso?' pergunta o piloto. 'Pó para pegar tigres.' 'Mas não há tigres na Cornualha.' 'Também', diz o primeiro, conformado, este pó é uma porcaria'. Agora eu me pergunto se a célebre sinopse não é igual ao pó da anedota. Se bem entendi, o governo está dizendo mais ou menos o seguinte: sim, sim, a sinopse mentia, mas pouco importa, pois a sinopse é uma porcaria".

A analogia usada por Mino Carta é interessante. Além de figurar a posição do governo na minimização do episódio das sinopses - uma porcaria de pó - a estória figura também, nos tigres imaginários da Cornualha, a impossibilidade de avaliar de forma definitiva a questão da influência da sinopse sobre a decisão de Geisel referente à indicação de Francelino Pereira ao governo de Minas. Mesmo assim, admitida a impossibilidade de se capturar com um "pó branco", de boa ou má qualidade, tigres reais ou imaginários, é possível avançar um pouco na compreensão do episódio, em busca dos nexos que ele aponta entre as relações existentes entre política e mídia.

Em primeiro lugar, se a sinopse foi fraudada, houve pelo menos alguém que acreditava nela como um mecanismo de alguma importância que merecesse

---

*ouvido falar naquela ocasião que o Geisel só tomava mediadas depois de ler a sinopse. Ela era, além dos relatórios do SNI, o único acesso ao presidente, que em virtude de seu cargo não podia perder tempo lendo diretamente os jornais do dia. E sabia-se que o Geisel considerava a sinopse um documento da maior importância e confiabilidade. Hoje, a sinopse - os clippings - são uma água com açúcar, não têm influência, nem importância - mas na ditadura, com o controle rígido que o ministério da Justiça exercia sobre as informações e sobre a sinopse, além do fechamento do próprio sistema e da inacessibilidade do Geisel, ela era fundamental. Claro que, depois da denúncia do Nery, todo mundo tentou minimizar a importância da sinopse, na base, do 'depois de tudo podre você joga fora'. Além disso, era necessário evitar a desmoralização do próprio sistema e aí era necessário dizer que a sinopse era mesmo uma 'ritica'. Mas não era. Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.*

o esforço da fraude. Essa pessoa, de acordo com a Comissão de Sindicância, teria sido o jornalista Leopoldo José de Oliveira.<sup>72</sup>

Em segundo lugar, a análise do material fraudado à luz do que se passava na disputa sucessória fornece alguns indícios de uma certa "estratégia" na sua montagem, o que pode significar, de fato, a existência do que Nery denominara "um expediente sistemático, um bem-articulado e bem-montado *lobby* para enganar o presidente."<sup>73</sup> De fato, os "enxertos" que apareceram na sinopse não constituem apenas um conjunto aleatório de referências elogiosas ao candidato Francelino Pereira.<sup>74</sup> Ao contrário, eles parecem obedecer a uma lógica bem articulada de informações que encontraria sua razão de ser nos próprios acontecimentos relacionados à disputa sucessória. Por um lado, pode-se verificar que a tônica das notícias resumidas no boletim da Agência Nacional e supostamente publicadas nos jornais mineiros sugeria que o nome de Francelino Pereira não encontrava nenhuma resistência nos meios

---

<sup>72</sup> Como irônicamente apontou Mino Carta, no artigo já aqui referido: "Quem estaria interessado em falsear informações que ninguém respeita? Só mesmo aquele ingênuo Leopoldo José de Oliveira, punido com a dispensa da sucursal mineira da Agência Nacional. Ah, como dói punir uma figura patética, um jornalista que acredita no seu trabalho a ponto de esperar que influencie as decisões do Presidente da República. Dói tanto, que o deputado Francelino Pereira, no dia da punição, ofereceu a Leopoldo o consolo de um elogio lapidar: 'É um profissional diligente que goza de bom conceito social, moral e profissional'. Ora, viva: Leopoldo mentia com pureza. E Francelino?"

<sup>73</sup> "Acho que a sinopse foi fundamental para a indicação de Francelino, pois ele era um candidato conflitado em Minas e Geisel e Figueiredo só o aceitariam se houvesse consenso em torno do nome dele. Fabricaram o consenso, através da sinopse, que era um importante instrumento de informação do sistema naquela época." Depoimento do jornalista Sebastião Nery à autora em setembro de 1993.

<sup>74</sup> "E o Francelino, que era um freqüentador do Palácio, um homem do sistema, alguém que, como se dizia na época, se dava ao luxo de 'pensar alto na frente do Geisel', percebeu isso e deve ter montado seu esquema, junto com outras pessoas, aproveitando-se da minha ingenuidade e da minha vaidade. Tanto que a sinopse era importante, que uma das minhas tarefas na 'assessoria informal' era tirar um xerox do telex que eu passava para Brasília e enviar diretamente a Francelino. Quem havia me pedido isso era o Hilton Amaral - um lobista da Mendes Júnior, que estava na articulação da candidatura do Francelino - e que providenciava mandar buscar o xerox do telex e enviava para Brasília através da Vasp, através de um 'cara' da Vasp, acho que chamava 'Merino'." Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

políticos mineiros. Ele seria "o mais cotado entre os políticos", aceito por representantes da corrente de ex-pessedistas, considerado o melhor candidato por outros postulantes à indicação e com passagem fácil até mesmo no MBD. Em suma, a sinopse "fabricava" a imagem de que, segundo os jornais mineiros, o candidato de consenso seria o deputado Francelino Pereira. Em outras palavras, o presidente nacional da Arena seria o nome adequado à pacificação do partido, condição necessária para garantir o bom desempenho arenista nas eleições parlamentares de novembro e em condições de "continuar a obra política e administrativa do governador Aureliano Chaves". Nesse sentido, a candidatura de Francelino Pereira recebia um reforço considerável: sua "densidade eleitoral" era demonstrada nos resultados eleitorais de 1974, quando obtivera, dentre os deputados federais da Arena, a maior votação; era não apenas de confiança do regime, como gozava de intimidade com os "eleitores", sendo uma das poucas pessoas que se atrevia "a pensar alto" na frente do presidente Geisel, segundo uma expressão corrente na época.<sup>75</sup> Faltava-lhe apenas aquilo que a sinopse providenciava: o consenso partidário, a união em torno de seu nome, o trânsito fácil no meio político mineiro. As características da disputa sucessória mineira facilitavam a montagem. Como o tema da "conciliação" aparecia reiteradamente na mídia e "a briga de foice" entre os postulantes se dava "debaixo do pano", as resistências ao nome do deputado não se tornavam visíveis. Além do mais, a "neutralidade" do governador

---

<sup>75</sup> Segundo *Veja*, em reportagem publicada após a indicação de Francelino para o governo do Minas, em 3 de maio de 1978: "Quando assumiu a presidência da Arena, cargo que forçosamente o afastaria de suas distantes bases eleitorais, por exemplo, Pereira ouviu de Geisel uma frase tranquilizadora: 'Não se preocupe', lhe teria dito Geisel. 'Seu futuro está garantido'. E, de fato, estava. No início de janeiro último, procurado por um deputado da região do vale do Rio Doce, Pereira lhe assegurou que, desde o ano passado, tinha certeza de que seria o governador. Pouco antes ele conversara com Geisel sobre as sucessões estaduais. Entre os casos vistos como complicados estava o de Minas Gerais. E Geisel então lhe confidenciou: 'Não se preocupe quanto a Minas. Vamos examinar os outros casos.' Tratava-se, portanto, apesar das desgastantes especulações que rodearam o processo de escolha do sucessor de Aureliano Chaves, de um jogo de cartas marcadas - detalhe ignorado pelos demais parceiros."

Aureliano Chaves que, "não vetava ninguém nem tinha nome no bolso do colete", garantia que o consenso fabricado pela sinopse se sustentasse como verdadeiro. Por outro lado, percebe-se que juntamente com a "fabricação" do consenso a sinopse cumpria também o papel de desestabilizar candidaturas que (talvez e eventualmente) estivessem fortes no cenário da disputa sucessória. Assim, aparecem as desqualificações das "candidaturas técnicas" e as reações a Rondon Pacheco. A referência ao secretário da Fazenda de Minas, João Camilo Pena é, no mínimo, curiosa. A sinopse "resume" uma notícia de um convite que é feito somente dois dias depois.<sup>76</sup> Neste caso específico, é intrigante imaginar como Leopoldo, apenas um repórter policial, teria sido capaz de sozinho antecipar (ou até mesmo induzir) uma iniciativa do todo poderoso ministro da Fazenda, Mário Simonsen. Apenas esse aspecto nos sugere - se não dermos tamanho poder à capacidade imaginativa do repórter - a existência de mais pessoas envolvidas no episódio. Aliado aos demais, é possível afirmar que o episódio da sinopse parece ter sido algo bem maior do que a "não-observância" estrita de regras adrede definidas, "uma falha humana isolada", pois configuraria uma estratégia deliberadamente construída - com a participação de mais de uma pessoa - destinada a induzir nos privilegiados destinatários da sinopse uma visão falsa da candidatura de Francelino Pereira e dos próprios termos em que a disputa mineira estava colocada.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Ver referência na parte dois deste capítulo.

<sup>77</sup> *"Quando o caso estourou, me lembro que o Henrique Caban [ chefe de redação de O Globo no Rio de Janeiro] telefonou para o Taquinho, que era o chefe da sucursal daqui, mandando que ele me demitisse. Taquinho segurou e disse para esperar um pouco enquanto apuravam o caso. Mas assim que fui demitido da Agência Nacional soube que seria demitido do Globo também. E, olhe, eu que era um cara pobre, que vivia dos meus empregos estava ficando sem nenhum. Me senti como 'um cão danado todos a ele' e tinha um problema sério. Eu vivia no Caiçara com minha mãe que era hemiplégica e era eu quem cuidava dela. Se ficasse sem emprego o que seria de minha mãe? Foi aí que aconselhado pelo Fialho Pacheco enviei uma carta ao João Veras dizendo da minha situação e que não podia perder o emprego do Globo. Sei que dias mais tarde - já haviam até levantado o valor do meu FGTS - recebi um recado de que o ministro Armando Falcão, da Justiça, e que estava de visita em Belo Horizonte, queria falar comigo no hotel (Othon?). Chegando lá ele me disse, assim que eu entrei: 'É você o Leopoldo José de Oliveira?' Quando confirmei, ele me disse: '- Não se preocupe, o seu emprego no Globo está seguro.*

E, por último, tendo influenciado ou não, o que o episódio da sinopse revela é que no processo sucessório o presidente Geisel tomou decisões em que, pelo menos em um caso, estavam em jogo informações deliberadamente falseadas.<sup>78</sup> Essa revelação que, de *per se*, compromete a já precária legitimidade da escolha, introduz um complicador na pretensa racionalidade da decisão tomada, na medida em que torna clara a presença de interesses particularistas que podem ter prevalecido sobre a "razão de Estado" que fundamentava toda a montagem do processo indireto. Afinal, se a justificativa apresentada para a exclusão do cidadão comum do processo eleitoral eram os riscos ao "interesse do Estado" colocados pela possibilidade de manipulação do voto por "demagogos", o episódio demonstra a virtualidade do mesmo risco em relação aos "eleitores" privilegiados no processo. A queixa sobre a "extensão da deslealdade"<sup>79</sup> que teria sido cometida não oferece nenhum consolo aos tomadores da decisão que, no final das contas, a sustentaram para que não se produzissem mais prejuízos no arcabouço político construído.

---

*Ninguém mexe com você lá. Fiquei no Globo durante os 14 anos seguintes, sem fazer nada lá. Só passava para receber o contra-cheque. Era 'intocável'. Só fui demitido no ano passado, [1992] quando o Rodrigo me chamou e disse: 'É pra você ir embora. Está demitido.' Fiquei lá 14 anos sem trabalhar, só recebendo. Intocável.*" Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

<sup>78</sup> *"Há ainda um outro episódio que mostra bem a importância da sinopse e do esquema montado. No dia em que seria indicado o governador de Minas, o senador Petrônio Portella, líder do governo no Congresso e um dos interlocutores que o Geisel mais escutava pediu-me, através do João Veras, que enviasse a Brasília uma avaliação quantitativa da sinopse, destacando quantas vezes o nome de Francelino Pereira havia sido citado nela. Me lembro bem de que fiz o tal relatório e encaminhei ao senador."* Depoimento do jornalista Leopoldo José de Oliveira à autora em setembro de 1993.

<sup>79</sup> O termo aparece no artigo publicado por Sebastião Nery na *Isto É*, de 19 de julho de 1978. Segundo o jornalista, "se eu fosse da comissão de sindicância, embora apontando o pecado de Leopoldo, já confessado, eu o perdoaria. Porque ele é apenas a vítima biônica de um processo biônico. Sua demissão não vai resolver o problema íntimo do presidente, hoje magoado pela impossibilidade de conhecer 'toda a extensão de deslealdade'. As aspas não são minhas."

Mas o mais importante é que o episódio aponta a existência da mentira deliberada como uma das formas de ação política, demonstrando também que a busca de reestabelecimento da verdade nem sempre tem a força de interferir no curso dos acontecimentos, ainda que tenha possibilidade de lançar algumas luzes sobre o funcionamento da própria política e de suas relações com a esfera comunicativa.

#### **4.4. O visível invisível**

O episódio das sinopses nos permite refletir sobre dois importantes articuladores das relações entre comunicação e política. Enquanto falsidade deliberada que é escandalosamente desmascarada, o episódio expõe as relações entre verdade e mentira que, naquele contexto, se construíram no âmbito da política e na esfera comunicativa. Enquanto fatos secretos que se tornaram conhecidos pelo público, o episódio remete às questões relativas ao sigilo e à visibilidade, questões modernamente associadas tanto ao campo da política quanto à emergência da própria comunicação social. O nosso interesse pelo episódio, entretanto, como já assinalamos anteriormente, foi despertado principalmente pelas possibilidades que ele oferece de fazer uma reflexão em dois planos. O primeiro plano refere-se às maneiras como, no contexto dos anos finais da década de 70, a política e a mídia se relacionavam com os termos em questão. Esse foi, a rigor, o tratamento que até agora demos ao episódio, tentando elaborar os elementos fundamentais que o produziram, bem como os diferentes desdobramentos que se verificaram. Obviamente, as limitações à ação política e o cerceamento à atividade

da imprensa impostos pela ditadura militar ofereceram o solo adequado para que a fraude deliberada e a ação sigilosa florescessem de forma naturalmente combinadas. Entretanto, em que pese a importância do contexto autoritário e repressor daquele final de década, parece-nos que o episódio possibilita que nos libertemos das suas características contingenciais e, tratando das mesmas questões, ou seja, política e comunicação mediática e suas relações com a verdade/mentira e com o segredo/visibilidade, possamos compreender os termos em que tais questões estão colocadas na contemporaneidade.

É essa perspectiva que se apresenta como o segundo plano de reflexão possibilitado pelo episódio das sinopses pois, sem negar que as suas características peculiares se devem às contingências criadas pelo regime militar, entendê-lo pura e simplesmente como sua decorrência absoluta seria admitir que o sigilo e a mentira deliberada na política só ocorrem em contextos autoritários e em períodos de exceção. Pelo contrário, o que estamos buscando compreender é em que medida e sob quais maneiras as relações entre política e comunicação são mediadas pelas questões relativas à produção da verdade e da visibilidade, para além das contingências presentes no contexto dos anos finais da década de 70. Afinal, como nos ensina Hannah ARENDT (1973:14)

"sigilo - diplomaticamente chamado de 'discrição' e de *arcana imperii* (os mistérios do governo) - e embuste, ou seja a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usados como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada. A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos."

Entretanto, com a emergência dos meios de comunicação e seu fantástico desenvolvimento na contemporaneidade, a presença da mentira e a possibilidade da

existência de segredos na política sofreram profundas alterações que acabaram por transformar as próprias relações entre a política e a mídia na atualidade.

Com o advento do Estado Moderno e a luta contra o absolutismo funda-se a convicção de que a política poderia finalmente dar vida à transparência do poder, e que as decisões políticas para serem justas deveriam ser, necessariamente, públicas.(BOBBIO, 1986). De tais convicções nasce a moderna noção de "espaço público" e surge a "opinião pública" como um dos pilares da constituição do Estado. (HABERMAS, 1984). Sem que entremos nessa discussão, a qual nos levaria demasiado longe dos objetivos aqui pretendidos, é preciso apenas assinalar que o ideal iluminista da política estabelece como uma de suas características fundamentais a sua "realização pública", eliminando do campo político os *arcana imperii* que haviam vigido no período absolutista. A política e o exercício do poder passam então a ser concebidos como "atividade pública realizada em público". A extinção do segredo e a publicização dos atos do governo, através da constituição da opinião pública como controle e fonte de legitimidade do poder, tornaram-se moeda corrente da ação política nas sociedades modernas. Vale dizer, se no campo político a mentira era tradicionalmente vista como associada ao segredo e se a política moderna se propõe a eliminar o campo do sigilo, tornando-se uma "realização pública", a própria publicização dos atos do poder seria suficiente para eliminar a mentira do campo da política e estabelecer a verdade como virtude política. (LAFER, 1992). Portanto, na esfera da política nas sociedades modernas, a associação tradicional segredo/mentira seria substituída pela moderna

associação visibilidade/verdade e se constituiria numa das "promessas da democracia".<sup>80</sup> Entretanto, é mais do que sabido que toda a publicização realizada na contemporaneidade não conseguiu eliminar a mentira política, tendo, sim, alterado as suas características. Quanto ao segredo, observa-se que a publicização, a rigor, tem produzido seu constante deslocamento. Afinal, o segredo seja como simulação - fazer aparecer aquilo que não existe - seja como dissimulação - não deixar que apareça aquilo que existe - tem sido imemorialmente uma das armas do exercício do poder e mesmo toda a obsessão de transparência que tem marcado a prática política na contemporaneidade não é capaz de eliminar as zonas de sigilo que marcam o campo político. De fato, a questão se mostra extremamente mais complexa: de um lado, a exigência de transparência absoluta pode acabar resultando numa prática totalitária, na medida em que inviabilizaria a existência de zonas de obscuridade essenciais para a vida privada e íntima dos cidadãos, tornando-os presa fácil do escrutínio do poder autocrático. (VIRILIO, 1989). De outro lado, como apontava SIMMEL (1991), a vida social só é possível a partir de uma sorte de segredo, pois um saber absoluto sobre a vida social é algo impossível e as relações acabam por se basear na "confiança" que se tem no outro, sendo que o processo de individualização somente é possível quando, nas grandes cidades, se "respeita o segredo do outro", ou seja, as diferentes facetas de sua vida que não são inteiramente absorvidas num círculo particular de sua existência. Ao mesmo tempo, no campo da política, o segredo ainda vige, porém submetido a duas importantes transformações: com o campo iluminado pelos procedimentos destinados à produção da visibilidade social - especialmente aqueles referidos ao funcionamento

---

<sup>80</sup> O termo é de BOBBIO (1986:28-29): "a quinta promessa não cumprida pela democracia real em contraste com a ideal é a da eliminação do poder invisível(...) Como é bem conhecido, a democracia nasceu com a perspectiva de eliminar para sempre das sociedades humanas o poder invisível e dar vida a um governo cujas ações deveriam ser desenvolvidas publicamente, *au grand jour*."

mediático - assiste-se a uma espécie de "encolhimento" das áreas de segredo, expresso na exigência de visibilidade dos atos do poder, em que o sigilo somente é justificável se limitado no tempo e enquanto uma excepcionalidade. Ao mesmo tempo, assiste-se a um interminável deslocamento do segredo pois, segundo RODRIGUES (1991:162), ainda que não adotemos inteiramente a análise que faz das relações entre a política e a mídia, "nas sociedade em que o *campo dos media* penetra o conjunto do tecido social, o trabalho do poder consiste, por conseguinte, em deslocar interminavelmente as zonas de segredo." É como se o acesso mediatizado à realidade faça com que o segredo se desloque continuamente para os campos em que a realidade é apropriada, de forma direta, pela experiência, algo que é cada vez mais dificultado ao cidadão comum que não participa dos círculos de poder, nem dispõe de conhecimentos especializados que o habilitem a ingressar nos circuitos tecnocráticos. Vale dizer, se o campo do secreto se reduz, ainda assim o segredo se mantém, deslocando-se continuamente para as zonas intersticiais que se constituem exatamente no jogo de luz e sombra que a ação mediática impõe ao campo da política.<sup>81</sup>

Para que se possa compreender por que as transformações no campo da política não foram capazes de eliminar o segredo e garantir a produção da verdade no exercício do poder e na ação política, é necessário organizar a reflexão em torno de dois eixos. De um lado, é preciso compreender a noção de verdade que vige no campo da política, buscando captar os mecanismos políticos de produção de verdade que teriam

---

<sup>81</sup> Ou como diz RODRIGUES (1991:162): "Paradoxalmente, é através do mecanismo de revelação das margens do tecido social, da criação da ilusão da totalidade da transparência total, do acesso direto e espontâneo à totalidade da experiência, aos acontecimentos e aos fatos, que os *media* contribuem para a camuflagem das zonas de sombra do poder, desviando delas pudicamente os olhares. É que o *campo dos media* torna-se hoje o meio obrigatório de publicidade e da conseqüente geração do efeito de realidade. O que se desloca assim para a zona do secreto é o acesso não mediatizado ao real, onde precisamente o sujeito pode emergir como fonte de poder efetivo, como poder autônomo de palavra e de ação."

como consequência a eliminação da mentira e do embuste no exercício do poder. De outro lado, recuperar o significado da noção de visibilidade e de transparência que a modernidade buscou imputar ao campo político, articulando esta noção aos mecanismos que teriam por finalidade operá-la e, portanto, eliminar as áreas de segredo e sigilo dos atos do poder.

Segundo Hannah ARENDT (1992), a época moderna que produz a noção de que a verdade não é dada nem revelada ao espírito humano, mas produzido por ele, relacionou, desde Leibniz, as verdades matemáticas, científicas e filosóficas ao gênero comum da verdade racional, distinta, portanto, da verdade fatural. Ainda que essa distinção não consiga elucidar os elementos constitutivos da própria noção de verdade, ela parece ser útil na medida em que apreende a palavra no sentido em que ela é entendida comumente e, especialmente, na acepção em que ela aparece no campo da política.

Assim, a noção de verdade que aparece no episódio da sinopse está relacionada a fatos e a pessoas, diz respeito a eventos e circunstâncias que envolvem muitos indivíduos, exige testemunhos e comprovação para ser estabelecida e só existe, mesmo nos domínios da intimidade, na medida em que se fala sobre ela. Trata-se, portanto, de um tipo de *verdade* muito especial e que, diferentemente das verdades racionais "é política por natureza" e pertence ao mesmo domínio que a opinião. (ARENDT, 1992:295).

"Uma das características da ação humana é a de sempre iniciar algo novo, o que não significa que possa criar sempre a partir *ab ovo*, criar *ex nihilo*. Para dar lugar à ação, algo que já estava assentado deve ser removido ou destruído, e deste modo as coisas são mudadas." (ARENDDT, 1973:15).

Ora, para que se possa mudar algo é preciso antes **imaginar** que as coisas possam ser diferentes do que são. O homem de ação seria aquele que imprime movimento ao que é, inscrevendo-se, dessa forma, no universo "dos possíveis", pois sem

"a liberdade mental de negar ou afirmar a existência, de dizer 'sim' ou 'não' - não apenas a afirmações ou proposições para expressar concordância ou discordância, mas para as coisas como se apresentam, além da concordância e discordância, aos nossos órgãos da percepção e conhecimento - nenhuma ação seria possível, e a ação é exatamente a substância de que é feita a política. (ARENDDT, 1973:15. Destaque nosso).

Nesse sentido, é como possibilidade da existência da diferença e como criação do real que a mentira se inscreve no campo da política, pois a matéria-prima da ação são os fatos contingentes, eventos pertencentes ao campo da mutabilidade dos assuntos humanos e que paradoxalmente são o que são, mas poderiam ser de outra maneira.

Nas palavras de Hannah ARENDT (1992:287), a verdade fatural é constituída por

"fatos e eventos, entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas ou teorias - mesmo as mais especulativas - produzidos pelo cérebro humano; ocorrem no campo das ocupações dos homens, em sempiterna mudança, em cujo fluxo não há nada mais permanente do que a permanência, reconhecidamente relativa, da estrutura da mente humana."

Nesse sentido, são entidades vulneráveis, que, uma vez perdidas, esquecidas ou dissimuladas têm pouquíssimas chances de serem redescobertas ou resgatadas. É esta fragilidade que torna o embuste fácil e até mesmo tentador. A mentira

"não entra em conflito com a razão, pois as coisas poderiam ser como o mentiroso diz que são. Mentiras são freqüentemente muito mais plausíveis, mais clamantes à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber o que a platéia deseja ou espera ouvir. Ele prepara sua história com muito cuidado para consumo público, de modo a torná-la crível, já que a realidade tem o desconcertante hábito de nos defrontar com o inesperado para o qual não estamos preparados." (ARENDDT, 1973:16. Destaque nosso).

Portanto, "se a ação requer imaginação", ou seja, a capacidade de imaginar que as coisas podem ser diferentes do que são e que podem ser mudadas,<sup>82</sup> ela também supõe a possibilidade de negar, desconsiderar e até mesmo destruir fatos, inscrevendo o homem de ação - um fabulador do real - no fino gume que separa a imaginação sobre a realidade de sua pura e simples (dis)simulação. Para o "contador de verdade", o espaço também não é menos estreito: em decorrência do caráter despótico da verdade, da sua característica de ser o que é, ou seja, de possuir um núcleo duro de realidade que está além do acordo e do consentimento, o "contador da verdade" situa-se entre a tentação de congelar o real, tomando-o como um resultado inexorável sobre o qual não cabe nenhuma ação dos homens e a comodidade de considerar a verdade fatural auto-evidente, cuja afirmação e estabelecimento sejam independentes e autônomos de qualquer ação humana. Para ARENDT (1992:311), no entanto, o espaço do "contador da verdade" também pode se revelar como um espaço de ação:

"onde todos mentem acerca de tudo o que é importante, aquele que conta a verdade começou a agir: quer o saiba ou não, ele se comprometeu com os negócios políticos, pois na improvável eventualidade de que sobreviva, terá dado um primeiro passo para a transformação do mundo".

A eficácia da fraude da sinopse diz respeito, portanto, à natureza do embuste realizado: por se referir a fatos contingenciais, que poderiam ter existido da maneira como foram apresentados no boletim, é que a fraude obteve força e pôde exercer influência no processo. Trata-se portanto de mentiras que não confrontam com

---

<sup>82</sup> "Mentira, mentir vem do latim *mentice*, que quer dizer 'mentir', 'imaginar', inventar, de *mens, mentis*. *Mens, mentis*, é o termo geral da raiz *men* - pensar - e que designa por oposição a *corpus*, 'o princípio pensante, a atividade de pensar'. A etimologia é explicativa do problema colocado por Hannah Arendt, quando diz que a ação requer *imaginação*, ou seja, a capacidade de pensar que as coisas podem ser diferentes do que são para poderem ser mudadas. Entretanto, esta mesma imaginação que permite contestar os fatos para se poder ter a iniciativa de transformá-los permite desconsiderá-los, o que, em outras palavras, quer dizer que a capacidade de mudar fatos e a capacidade de negar fatos através da imaginação estão inter-relacionados." LAFER, 1992:227. Destaques do autor.

a razão, pois as coisas poderiam ter sido como o redator da sinopse disse que elas eram. E mais: tendo em vista as relações entre o beneficiário da fraude e os tomadores de decisão, o embuste tem mais chance de verossimilhança, já que havia a possibilidade de se conhecer de antemão o que os destinatários do boletim esperavam ou desejavam ouvir. Entretanto, como ensina ainda ARENDT (1973:16),

"em circunstâncias normais o mentiroso é derrotado pela realidade, para a qual não há substituto; por maior que seja a rede de falsidade que um experimentado mentiroso tenha a oferecer, ela nunca será suficientemente grande para cobrir toda a imensidão dos fatos, mesmo com a ajuda do computador."

Além da resistência que a própria realidade opõe à sua falsificação deliberada há um outro aspecto - talvez mais fundamental - que coloca limites ao embuste do real. Se a falsificação dos fatos chega ao ponto em que os próprios destinatários da mentira e da fraude são levados a menosprezar a linha - ainda que tênue e frágil - que separa a mentira da verdade, chega-se ao ponto em que a mentira se torna contraproducente. Na medida em que as pessoas não mais se importam - qualquer que sejam as razões para tal comportamento - em diferenciar verdade e falsidade, e agem indiferentemente a essa distinção, está destruído o solo que garante a vida em comum e com ele o principal ponto de ancoragem da mutabilidade dos assuntos humanos.

A mentira política apresentava tradicionalmente duas características: referia-se sempre a segredos, a questões que jamais tinham se tornado de domínio público e era voltada para o "inimigo", especialmente o "inimigo" externo. Em oposição a tais características a mentira na política moderna trata de coisas que sempre estiveram ao alcance do público e está dirigida especialmente para o meio interno, para aqueles que em nenhum momento podem ser caracterizados como "o inimigo". Tais

transformações estão obviamente relacionadas às próprias alterações do exercício da política, mas resultam também da emergência da comunicação mediática e das suas interferências nas condições de realização da política. Pois, como disse Hannah ARENDT (1973:18), as modernas técnicas de manipulação de fatos, e, especialmente, a crença moderna "de que metade da política é 'construção de imagens' e a outra metade a arte de fazer o povo acreditar em imagens" levaram a que muitas das condições de realização da política passassem a estar submetidas às regras e códigos da produção comunicativa.

"Isto é óbvio no caso em que a história é reescrita sob os olhos dos que a testemunharam, mas é igualmente verdadeiro na criação de imagens de toda a espécie, na qual todo fato conhecido ou estabelecido pode ser negado ou negligenciado caso possa vir a prejudicar a imagem; porquanto uma imagem, ao contrário de um retrato à moda antiga, deve, não bajular a realidade, mas oferecer um sucedâneo adequado dela. E, em consequência das modernas técnicas e dos meios de comunicação de massa, esse sucedâneo está, é claro, muito mais sob as vistas do público que o original em qualquer época." (ARENDR, 1992:312).

Também em relação a esse aspecto o episódio das sinopses é elucidativo. A fraude destinava-se ao público interno - os "eleitores" e seu grupo de assessores - e a manipulação referia-se a uma questão de domínio público - o noticiário sobre a sucessão mineira - numa publicação de natureza reservada, mas não sigilosa.<sup>83</sup> E, através da manipulação do noticiário - criando-se notícias ou alterando o sentido das

---

<sup>83</sup> Sobre a natureza do boletim da Agência Nacional é preciso fazer uma observação. De fato, o boletim - ou a sinopse - não poderia ser caracterizado *stricto sensu* como um segmento da mídia, no máximo como "uma mídia especializada", dado o seu caráter reservado e a restrição de sua circulação. Entretanto, para a análise que aqui se busca fazer, o interessante é que ele, o boletim, se apresentava como um resumo do noticiário em circulação no território nacional, apresentando-se tão somente como uma "economia" no acesso às informações produzidas pela mídia. Aliás, é sob esse aspecto, enquanto uma triangulação no processo de informação das autoridades que a sinopse pôde ser útil na fraude realizada e pode ser constituir como um analisador das relações que se constroem entre a mídia e a política.

existentes -, objetivava-se a "fabricação" de uma imagem sobre um determinado candidato.

Em resumo, a existência da mentira na política não resultaria de uma "deformação" do homem que uma pregação moralizante conseguisse corrigir. Viu-se que a imaginação do real é constitutiva, mesma, do exercício político enquanto ação e discurso, o que no entanto não desfaz a linha - tênue e frágil - que demarca os limites entre mentira e verdade. Ainda que a oposição à verdade no campo da política não seja o erro ou mesmo a ilusão, mas a mentira deliberada e o embuste, a extinção da mentira na política quase nunca significa o estabelecimento da verdade, já que os critérios de asserção da veracidade nesse campo - mesmo sem desprezar seu núcleo duro de veracidade - são os mesmos que vigem para a asserção da opinião, dentre eles, o mais importante, o recurso à maioria. Submeter a política inteiramente aos critérios da veracidade, derivados de seu núcleo duro de realidade, eliminando as possibilidades de fabulação do real, significaria, no limite, a própria eliminação da política enquanto campo de produção de "possíveis". Entretanto, conceber a ação política inteiramente descolada dos limites que separam mentira e verdade seria destruir a garantia de existência de um "mundo comum", condição para a existência da vida social e para o exercício da própria política.

Na perspectiva iluminista, dentre os mecanismos de produção da verdade na política, destaca-se a exigência de um espaço público de natureza argumentativa, onde os assuntos relativos aos interesses públicos seriam conhecidos, publicamente submetidos à discussão racionalmente orientada, resultando num processo

de produção da verdade.(HABERMAS, 1984: 126-142). A afirmação kantiana de que o iluminismo exige "a mais inofensiva de todas as liberdades, qual seja, a de fazer uso público da razão em todos os campos", aliada à formulação de que "todas as ações relativas aos direitos de outros homens, cuja máxima não é suscetível de se tornar pública, são injustas", define o princípio iluminista da visibilidade - ou da publicização - como a condição para produção da verdade no campo da política.(BOBBIO, 1986:90)

Ao mesmo tempo, a imprensa surge como o instrumento por excelência de publicização, que estimularia o debate e, especialmente, o ampliaria, pelas possibilidades que ela oferece de criar ligações entre os homens e suas circunstâncias, dispersos, ambos, no tempo e no espaço. A concepção que estabelece a imprensa como instrumento privilegiado de publicização é reposta em relação ao conjunto dos meios de comunicação, cujo desenvolvimento potencializou ao extremo as possibilidades de ação anteriormente atribuídas à imprensa.

A idéia de visibilidade, de transparência total dos atos do poder que vige na exigência de publicização imputada à política, supõe uma relação com o real enquanto instância imediatamente acessível e disponível a uma apreensão homogênea e monolítica. Encontra-se aí, implícita, uma noção essencialista da realidade, que a concebe como **una e absoluta**, como se o real estivesse à disposição e bastasse uma mirada mais arguta para captá-lo como ele **realmente** é. Assim, na noção de visibilidade que vige na "promessa democrática", o segredo seria eliminado apenas pela operação de transparência, de acessibilidade ao real: eliminados os obstáculos colocados entre a sociedade e os atos do poder, apreender-se-ia imediatamente o real transparente

e iluminado, sem zonas de sombra e sem controvérsias. Essas, se existissem, seriam eliminadas através do debate público e racional que conseguiria estabelecer no final das contas a verdade sobre o real e a extinguir o sigilo e o mistério que até então envolviam o exercício do poder. Os mecanismos de produção de visibilidade e de verdade na política seriam então a opinião pública e a mídia. Através da mídia seriam produzidas as informações objetivas e fidedignas sobre o poder - produzindo a transparência, a visibilidade e eliminando o segredo e o sigilo - e através do debate público dessas informações se construiria a verdade, extinguindo-se a mentira do campo da política.

É neste ponto da reflexão que o episódio da sinopse pode se mostrar ainda mais instigante. De fato, o que se verificou no episódio, para além das suas repercussões e/ou influências exercidas no processo sucessório, é que foi possível desmascarar a fraude e apontar a existência da mentira, tornando públicas as articulações e os mecanismos de sua produção. Nesse caso, a verdade se estabeleceu através das evidências apontadas na reportagem de *Isto É*, extraídas do cotejamento entre os jornais mineiros e o texto da sinopse que os referenciava. A tais evidências documentais, adicionaram-se aquelas testemunhais, recolhidas das entrevistas feitas com personagens do caso. As controvérsias entre os fatos apresentados foram submetidas ao exame público - através de sua exposição na mídia - e debatidas de acordo com regras lógicas e racionais. E, assim, produziu-se a verdade: a sinopse mentia, alterava ou criava fatos. Ora, parece ter ficado claro que no episódio das sinopses a instância mediática - ainda que sujeita às limitações impostas pelo regime militar - pôde se constituir na instância de produção da verdade, publicizando fatos de interesse público e colocando limites às zonas de segredo nos atos do poder. Entretanto, se essa

conclusão é possível em relação ao caso das sinopses, ela não o é para a ação mediática cotidiana e, mesmo no caso das sinopses, a aparente simplicidade do enunciado conclusivo encerra uma grave **possibilidade** de equívoco. Em primeiro lugar, a verdade produzida sobre as sinopses é apenas uma meia-verdade, pois só se consegue estabelecer como verdadeira esta afirmação: a sinopse mentia. Em segundo lugar, essa afirmação se torna verdadeira pela verificação de que as notícias referidas pela sinopse não existiam nos jornais citados, ou, quando existiam, diziam precisamente o contrário do que estava registrado nela. Em nenhum momento - e é preciso dizer que, de fato, neste caso, isto não importava - se estabeleceu qualquer relação entre o discurso jornalístico produzido no período sucessório e resumido pela sinopse, e os acontecimentos deste mesmo período. Obviamente, não estavam em jogo ali, as relações de adequação do discurso jornalístico com os fatos por ele referenciados, nem sequer a verdade ou falsidade dos seus enunciados. Ou seja, a afirmação de que a sinopse mentia não pode ser desdobrada na afirmação da veracidade do discurso jornalístico e é nesse sentido que a conclusão de que a mídia se constitui como "instância de produção da verdade" é problemática e pode se revelar equivocada. Vale dizer, admitir que a mídia é a **instância de produção da verdade** - mesmo na situação contingencial do episódio aqui analisado - seria atribuir ao discurso mediático - ou pelo menos ao discurso informativo - a capacidade de apreensão do real **tal como ele é**, obturando a distância que existe entre a realidade e sua representação, aderindo ainda às formulações interessadas que concebem a realidade como algo dado, como coisa petrificada, objetiva, cuja existência independa dos sujeitos que a experimentam, vivenciam e participam de sua constituição.

É nesta dimensão de apreensão do real tal como ele realmente é que o discurso da informação (ou o discurso jornalístico), um dos gêneros discursivos presentes na instância mediática, se coloca como um dos mecanismos - senão o mecanismo - que consegue operar a visibilidade da política e do seu exercício, bem como propiciar os meios de produção da verdade. Por se apresentar, no âmbito da produção comunicativa, como um discurso meramente fático, o jornalismo pretende ser avaliado apenas em termos de sua adequação ou não aos fatos relatados, ou ainda da veracidade ou falsidade de seus enunciados. Ou seja, pretende operar com uma modalidade discursiva que apagaria as condições de sua produção, as condições de emergência de seus enunciados, apagamento que estaria na origem das estratégias de legitimidade e de credibilidade do próprio discurso. Ao mesmo tempo, por se apresentar como um discurso relatado - um discurso que remete a fatos ocorridos e a locutores competentes para julgá-los e avaliá-los - sua produção só é possível se contiver, para além das suas dimensões constatativas, o ponto de vista do enunciador, o "qual nunca é da ordem da constatação mas da situação contingente dos interlocutores e de sua relação recíproca".(RODRIGUES, 1991:103). É, portanto, no paradoxo, entre a exigência de apagamento das condições de seu aparecimento e a emergência contingente de tais condições para que se produza como "discurso dotado de sentido", que o jornalismo se realiza, sendo que as modalidades encontradas para lidar com esse paradoxo são altamente significativas tanto para "a produção da verdade" quanto para a visibilidade do campo político.

Aqui, é preciso lembrar a advertência de Hannah ARENDT (1992:323):

"A realidade é diferente da totalidade dos fatos e ocorrências e mais que essa totalidade, a qual, de qualquer maneira é inaverigável. Aquele que diz o que é - *légei tá eõnta* - sempre narra uma estória, e nessa estória os fatos particulares perdem sua contigência e adquirem algum sentido humanamente compreensível."

Pois os fatos para se tornarem inteligíveis devem ser retirados do "caos de puros acontecimentos" e ser organizados numa narrativa construída de acordo com uma determinada perspectiva que, muitas vezes, não tem nada a ver com a ocorrência original. Nesse caso, enquanto discurso, o jornalismo, ainda que se produza numa relação íntima e estreita com a fatorialidade - o que o definiria como uma das modalidades do discurso "realista" -, não teria em si nenhuma garantia de produção de verdade. Se aliarmos a essas características, a moderna crença de que o exercício da política se realiza através do processo de "construção de imagens", processo que submete as condições de realização da política e da produção de sua visibilidade às regras do funcionamento da instância mediática, podemos compreender por que o discurso mediático contemporâneo não garante a visibilidade contida nas promessas da democracia e não elimina o sigilo do campo da política, mas tão somente promove seu constante deslocamento. Entretanto, se encontramos aqui os limites da instância mediática - enquanto mecanismo que avoca o privilégio de produção de visibilidade social do campo da política - parece-nos também que foi possível apontar as possibilidades que essa instância, ainda que submetida às restrições do regime autoritário, contém. Pois a ênfase na visibilidade do que é - ainda que sujeita aos riscos já aqui apontados - repõe a questão da verdade e da eliminação da mentira na política apontando para a dimensão ética que perpassa as relações entre mídia e política e de ambas com a experiência social. Constituída numa relação de reciprocidade com a experiência social - matriz e destinatária de sua produção - a mídia se vê obrigada a

contemplar as diferentes interfaces que se constróem no terreno social, ainda que sob figurações pouco precisas e ambivalentes, mas que obrigam a política - mesmo sob a interdição colocada pelo regime militar - a produzir respostas que rearticulem as interpretações destinadas a obturar as fissuras produzidas pela emergência do inesperado que a própria realidade social carrega, enquanto terreno de constituição de sujeitos que não se submetem inteiramente aos desígnios do poder. É nesse sentido que o episódio das sinopses se mostra mais interessante: enquanto evento que possibilita a compreensão de modos operatórios da mídia que apontam para os limites de sua atuação e evidenciam novas possibilidades de ação. Pois, como enfatiza LAFER (1992:234),

"a democracia sucumbe quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo *segredo* e pela *mentira*, que é o que ocorre quando a palavra esconde e *engana*, ao invés de *revelar*, conforme determina o princípio ético da veracidade. O que converte governados *engagés* em *enragés*, gerando a violência, observa Hannah Arendt, é a hipocrisia da mentira dos governantes. Da mesma maneira, é a mentira dos governantes que gera o cinismo e a impotência dos governados, que não têm base para agir sem os alicerces da verdade dos fatos."

## Capítulo 5

### A REVOLTA DOS PEÕES

**Mídia, imaginário igualitário e a destituição de direitos**

*"Entre uma revolução e outra  
Minas dorme, sempre igual.  
Ah, veja lá:  
ainda tece o enxoval!"*

(Branca Maria de Paula)

Belo Horizonte, 1979. Nesse ano, a cidade vivencia a ascensão, sem precedentes na sua história recente, de um conjunto de movimentos protagonizados por diferentes categorias profissionais que, em luta por melhores salários e melhores condições de trabalho, impõem sua presença na cena política. Afinal, já eram os tempos da "abertura" e desde 1977, com a emergência do chamado "novo sindicalismo" na área do ABC paulista, o país assiste à eclosão das manifestações sindicais.<sup>1</sup> A situação em Minas Gerais também é bastante agitada. Aliás, no levantamento feito por MOREIRA ALVES (1984:240) sobre as greves de 1979, o número indicado para o estado é o maior do período.<sup>2</sup>

Era um clima de intensa mobilização política, onde se descobriam possibilidades inusitadas de luta e de expressão e vivenciava-se, ainda que sob o temor da repressão política que continuava agindo de forma arbitrária e violenta, a esperança de dias melhores. Mas foi também um período em que se intensificou, no espaço da cidade, a ação dos grupos da direita, com os atentados às bancas de jornais e à redação do jornal *Em Tempo*.<sup>3</sup> Mesmo com a promessa, do governador Francelino Pereira, de apurar "os

---

<sup>1</sup> "O 'novo movimento sindical', que começou a caracterizar-se como importante força política em 1977, é o resultado de anos de luta para readquirir o controle dos sindicatos sob intervenção, organizar outros, ativar os sindicatos 'fantasmas' e fortalecer a organização de base nas fábricas, fazendas e outros locais de trabalho. Em 1977, este movimento já acumulara suficiente força e consciência política para exercer efetivo impacto sobre o Estado, começando a pressionar por transformações estruturais. O 'novo movimento sindical' deve ser considerado parte da oposição democrática como um todo; sua plataforma de reivindicações evidencia seu compromisso com a democracia e a liberdade de organização." MOREIRA ALVES, 1984. p.240 e seguintes.

<sup>2</sup> De acordo com os dados apresentados no Apêndice do livro de MOREIRA ALVES (1984), na Tabela 11, "Greves de 1979", teriam sido registradas 107 movimentos grevistas no país, sendo que 32 em Minas Gerais, 28 em São Paulo e 17 no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> "A ameaça concretizou-se de forma trágica: para mostrar que não brincavam ao advertir os jornalistas que vendem publicações da imprensa alternativa, terroristas incendiaram uma banca no centro de Belo Horizonte (...) O governador Francelino foi enfático: prometeu apurar os atentados e punir os culpados 'doesse a quem doesse'. (...) Foi a 37ª ação nos últimos três anos. Os atentados começaram em 11 de junho de 1977, quando um grupo que se chama de Movimento Anticomunista - MAC - invadiu o diretório acadêmico da Escola de

atentados e punir os culpados doesse a quem doesse", as ações terroristas continuavam e à esperança de novos tempos se mesclava o temor de um retrocesso no quadro político. Entretanto, se o clima era considerado de "conflagração" aberta, como o denominavam setores conservadores, a esquerda buscava articular sua ação no espaço estreito que se configurava no estímulo e apoio às lutas sindicais e populares e no jogo de forças que tentava empurrar para mais longe os limites ainda tímidos de uma "abertura" que se anunciava no bojo do aparelho de estado.

Segundo LE VEN (1979:2), em análise feita na época,

"em 1979, a partir da greve dos metalúrgicos de Barão de Cocais (80 km da capital), na segunda metade de março, até a mais recente (outubro), a greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Betim, praticamente o movimento grevista se desenvolveu com avanços e refluxos, com derrotas e vitórias, de uma maneira ininterrupta, envolvendo categorias profissionais aparentemente apagadas que inauguraram sua aparição na cena política. Entraram em greve 80.000 professores da rede oficial de ensino, 100.000 trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte e Ouro Branco, 10.000 motoristas e trocadores de coletivos, 15.000 comerciários, e categorias profissionais menores como os funcionários dos Hospitais, varredoras de rua, médicos residentes, funcionários dos Correios, da Prefeitura de Belo Horizonte, vigilantes, bancários e funcionários da Junta Comercial. Greves surgiram relacionadas com o alto custo de combustível, como a dos caminhoneiros autônomos e dos transportadores de derivados de petróleo, de carvão vegetal e de minério. Na área da mineração, os mineiros de Nova Lima reataram uma velha tradição de luta pré-64 quando foram duramente reprimidos. Na área metalúrgica, várias empresas tiveram movimentos paredistas, antecipando-se à grande greve dos metalúrgicos em outubro. A lista não é exaustiva, mas dá conta da importância do movimento grevista neste ano de 1979."

---

Medicina da Universidade Federal. Nas outras ações, além do MAC, surgiu o Grupo Anticomunista - GAC." BANCAS de jornais, alvos em Minas. *Isto É*, São Paulo, 23 jul. 1980. p.21.

*"Na gestão de Francelino foi a época que teve mais atentado aqui. Quando houve o atentado contra a Casa do Jornalista (1980), quando eles jogaram aquela bomba lá, às vésperas da visita do Papa, nós fomos conversar com ele e levar um documento pedindo providências. Na saída, ele virou para mim e disse: 'Eu vou falar uma coisa com você. Eu tenho um medo danado de anunciar que eu vou apurar com rigor, porque todas as vezes que eu falei isso, eles fizeram pior e em número maior.' Aí, eu falei para ele: 'Quer dizer que o governo é fraco?' e ele falou: 'É fraco, para ir em cima deles é fraco.'"* Depoimento de um jornalista à autora. (Sigilo mantido a pedido da fonte).

Naquele período, os movimentos apresentavam algumas características que devem ser ressaltadas. Primeiramente, foram movimentos de massa, de trabalhadores organizados a partir de sua identidade no trabalho. Tais movimentos, que apresentam uma organização espontânea, ocorrem a partir das condições vivenciadas no trabalho e na cidade, surgem da ação dos próprios trabalhadores e não podem ser vistas apenas como resultantes do clima de "abertura" política ou mesmo da "crise" econômica que se anuncia. Em segundo lugar, a organização e, às vezes, até mesmo a eclosão dos movimentos depende dos trabalhadores, com ou sem os seus sindicatos, e se dá sob a forma de assembléias e de comissões, nas quais nem sempre os dirigentes sindicais são majoritários. E, finalmente, os movimentos demonstram claramente seu caráter político, ao realizar o encontro do local de trabalho com a política, através da negociação, pressões, acordos e não mais a simples aplicação de índices definidos pelo governo e, especialmente, ao dar um novo conteúdo à política através das lutas pelas condições concretas de trabalho e de vida. Os movimentos sindicais naquele período acabam por contestar o Estado autoritário, que se arrogava o direito de controlar todo o social, o que torna ainda mais explícito caráter político das lutas sindicais. (Cf. POMPERMAYER, 1987).

É nesse contexto que, no final de junho daquele ano, os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte começam a se movimentar, buscando estabelecer as bases para a negociação dos novos índices salariais da categoria, cuja data-base seria no final de agosto. Foram realizadas reuniões no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, dirigido por Francisco Pizarro, que se encontrava à frente da entidade desde 1967 e era considerado um dos dirigentes mais "pelegos" da cidade. O sindicato procurava desencadear a mobilização dos trabalhadores para que pudesse proceder às negociações em

condições mais vantajosas, mas a proposta de greve não estava nos seus planos. Entretanto, a negativa do sindicato dos empregadores em negociar, sob a alegação de que seu presidente se encontrava em viagem no exterior, e o crescimento da mobilização dos trabalhadores obrigam o sindicato operário a convocar uma assembléia para examinar o pedido de adiamento feito pelos empregadores e nessa assembléia, feita no dia 29 de julho de 1979, no antigo campo do Atlético, que teria contado com 30 mil participantes, acaba decretando a greve para o dia seguinte e convocando uma concentração para a Praça da Estação.

A concentração na Praça da Estação se desenrola de forma surpreendente. Os trabalhadores começam a chegar ao local e não há nenhuma preparação para o evento. O presidente do sindicato, munido apenas de um megafone, não consegue organizar os trabalhos e sequer consegue reunir os manifestantes que se espalham pela Praça buscando ocupá-la e garantir espaço para a expressão de suas reivindicações. Entretanto, o local - bem no coração do centro comercial tradicional da cidade - é bastante movimentado e de trânsito intenso. Um táxi tenta forçar a passagem entre os manifestantes e acaba por atropelar alguém. O carro é chutado e o motorista agride as pessoas que o cercam, ameaçando-as com um revólver. As pessoas ali presentes revidam, espancam o motorista que corre e vê seu carro sendo virado e consumido pelo fogo ateadado. Chega a polícia, que tenta dissolver a manifestação com gás lacrimogêneo, cassetetes e bombas de efeito moral. Os manifestantes começam a apedrejar os ônibus que insistem em passar pela Praça. O Corpo de Bombeiros é chamado, mas sua guarnição, ao chegar, se sente ameaçada pela multidão que a cerca e passa a jogar água sobre ela. O conflito se intensifica e no meio da confusão o motorista do carro de bombeiros tenta manobrar,

protegendo a guarnição, buscando retirar-se do local. Os manifestantes se envolvem num corpo-a-corpo com os bombeiros e um soldado da guarnição é atropelado pelo seu próprio carro. Nesse meio tempo, o conflito se generalizara por toda a Praça e também pelas suas imediações. Alguém se lembra de sugerir que os manifestantes se dirijam para o campo do Atlético, para que possam lá se organizar. O presidente do sindicato e alguns outros operários ocupam um caminhão do policiamento e de lá de cima convocam os trabalhadores para se dirigirem ao campo do Atlético que, entretanto, fica do outro lado do centro da cidade. Lentamente, sob violenta repressão policial, depredações de carros, de vitrines, da sinalização de trânsito e da vegetação, a multidão começa a se dirigir para o novo local de concentração. No caminho, ocorrem muitos conflitos com a polícia, agora reforçada pelos cavalarianos da PM e pela polícia civil, que age com violência, inclusive com armas de fogo. No campo do Atlético, que se encontra fechado, a multidão arromba os portões e sustenta, fora do antigo estádio, uma batalha com os policiais. No conflito morre um operário, atingido por um tiro no peito. São efetuadas prisões em todo o centro da cidade. O núcleo da manifestação, à tarde, é a região onde se localiza a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), quando, então, se realiza uma reunião de negociações entre os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores. Na vizinhança da DRT, na sede do Sindicatos dos Bancários, começa a ser organizado um comitê intersindical de apoio ao movimento dos trabalhadores da construção civil. Começam a surgir denúncias de "infiltração" no movimento. Os acontecimentos daquele dia repercutem no país inteiro e até mesmo no exterior, motivando pronunciamentos da Presidência da República, do Governador do Estado e de diversas categorias profissionais.

No dia seguinte (31 de julho), a partir de uma assembléia no campo do Atlético, é organizado um comando de greve que orienta a formação de piquetes. Acontecem ainda muitos conflitos com a polícia, tanto no centro quanto nos bairros. Formam-se passeatas e manifestações em diferentes locais da cidade e ocorrem ainda depredações de lojas e de veículos. Continuam as reuniões de negociação na DRT, com o sindicato dos empregadores ainda recusando-se a apresentar qualquer contraproposta, antes da chegada de seu presidente. Chega a Belo Horizonte um grupo de sindicalistas paulistas, que vem prestar apoio ao movimento e colaborar na sua organização.

Na quarta-feira, primeiro de agosto, a situação se torna mais tranqüila, ainda que ocorrendo conflitos entre os grevistas e policiais e sendo efetuadas muitas prisões. É divulgado o laudo pericial sobre a morte do operário, de nome Orocilio Martins Gonçalves, confirmando que um tiro no peito foi a causa da morte. Continuam as reuniões na DRT e os empregadores fazem uma contraproposta que é recusada pela assembléia dos trabalhadores, da qual participam vários líderes sindicais mineiros e paulistas. O comitê intersindical de apoio à greve continua a se reunir. Repercute na cidade a vinda dos sindicalistas paulistas, especialmente em decorrência da presença de Lula. O governo do estado envia caminhões com alimentos aos grevistas que se encontram concentrados no campo do Atlético.

Na quinta-feira, dia dois de agosto, os trabalhadores continuam concentrados no antigo estádio, mas ainda ocorrem alguns conflitos com a polícia, que efetua prisões, especialmente em incidentes com os piquetes. As reuniões de negociação não avançam e o delegado do trabalho encaminha a questão ao Tribunal Regional do

Trabalho (TRT), que decide, no final do dia, pela legalidade da greve, estabelece os índices que deverão constar do novo acordo salarial e determina o pagamento dos dias parados e a volta ao trabalho no dia três de agosto.

A assembléia do dia seguinte, realizada também no campo do Atlético para conhecimento da decisão do TRT e avaliação da continuidade do movimento grevista, transforma-se num confronto generalizado entre os trabalhadores, que se apedrejam reciprocamente após um encaminhamento confuso da votação sobre o fim da greve. O presidente do sindicato dos trabalhadores sai ferido do local e confirma a volta ao trabalho a partir daquele dia. Os grevistas se espalham pela cidade e ocorrem diversas passeatas, algumas delas tranqüilas e outras ocasionando conflitos com a polícia e depredações de lojas e de veículos.

### **5.1. A cobertura da imprensa: "Força selvagem".**

Os acontecimentos relacionados à greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte foram intensa e amplamente tratados pela mídia - jornal, rádio e televisão - local e nacional. Provavelmente, nenhuma outra greve ocorrida na cidade obteve tamanha repercussão na mídia, especialmente naquela de âmbito nacional. Obviamente, os próprios acontecimentos do primeiro dia de greve e os desdobramentos que se seguiram explicam, pelo menos parcialmente, a atenção que os meios de comunicação deram à greve. Outros fatores, entretanto, aí devem ser agregados, para que se componha melhor o quadro explicativo desta questão e se busque também elucidar os

elementos que emergem na cobertura realizada. Nesse sentido, enquanto momento privilegiado de atuação dos meios de comunicação, a cobertura da greve pareceu-nos um evento capaz de elucidar diversos elementos organizadores da ação mediática. A análise da cobertura realizada será feita buscando caracterizar os modos operatórios da mídia, bem como os significados que são produzidos na articulação entre a experiência da greve - entendida aqui, como as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, o trabalho dos profissionais de imprensa que atuaram na cobertura e a reação da população da cidade aos acontecimentos - e a constituição de sua "narrativa" na mídia. Nesse sentido, três momentos serão privilegiados na análise. Em primeiro lugar, a concentração na Praça da Estação e os eventos do primeiro dia de greve. Em segundo lugar, os acontecimentos relacionados às negociações entre os sindicatos envolvidos, a movimentação dos políticos, da liderança sindical e as repercussões da greve no meio sindical e político. E, por último, a assembléia de encerramento e os acontecimentos que se seguiram a ela.

Uma primeira questão que surge, notadamente na cobertura do jornalismo impresso - ainda que também apareça com menor evidência na televisão - refere-se à surpresa que a decretação da greve produziu. No levantamento feito, encontramos apenas duas matérias produzidas antes do dia 30 de julho, ou seja, antes da decretação da greve e da concentração da Praça da Estação, ainda que uma delas tenha sido publicada naquele mesmo dia. É interessante lembrar que a defasagem de tempo sobre o qual o jornal impresso trabalha - a diferença entre a ocorrência do fato e a publicação de reportagens sobre ele - se manifesta de forma clara, neste caso, quando o jornal do dia 30 publica matérias sobre os acontecimentos do dia anterior, produzindo um efeito de "contágio" sobre os acontecimentos em curso através das significações que são veiculadas.

Entretanto, se esse *gap* de tempo é menor na televisão e no rádio, ou, mesmo, imperceptível quando a cobertura é feita ao vivo - ainda que naquela época o *gap* fosse um pouco maior do que hoje - isso não significa, porém, que o efeito de "contágio" não ocorra, ainda que, talvez, em menor escala. Assim, nos dias que antecederam a decretação da greve dos trabalhadores da construção civil, a matéria que anuncia a primeira assembléia dos trabalhadores no campo do Atlético (realizada no dia 29 de julho) é veiculada no mesmo dia em que ela se realiza e as informações aí incluídas podem ter, de alguma forma, interferido no seu desenrolar.<sup>4</sup> No dia 29 de julho, uma pequena matéria no *Estado de Minas* informava que naquele dia seria realizada uma assembléia dos operários da construção civil no antigo campo do Atlético, onde seria "decidido se a classe espera ou não a volta de Maurício Roscoe, presidente do sindicato dos empregadores, da Europa, no dia treze de agosto." É uma matéria de apenas duas colunas - quase uma nota - que apresenta a peculiaridade de ter como sub-título informações sobre uma assembléia do Sindicato dos Tecelões, que também se movimentava em reivindicação salarial. O interessante é que, nesta reportagem, intitulada "Operários da construção civil fazem assembléia", o espaço maior é dado à parte sobre os tecelões. Parece-nos, assim, que o jornal não via maior importância no movimento dos trabalhadores da construção civil e não levava em conta a possibilidade de greve, já que em nenhum momento o termo aparece

---

<sup>4</sup> A reportagem sobre a primeira assembléia realizada no campo do Atlético, no dia 29 de julho, circula no "vespertino" *Diário da Tarde* (que naquela época começava a ser distribuído ao final da manhã) de 30 de julho, portanto, num momento em que o conflito na Praça da Estação já havia eclodido e se generalizado pelo centro da cidade. Em relação à cobertura feita pela televisão, foi localizada uma matéria sobre a assembléia do dia 29, em que aparecem imagens do campo do Atlético, trechos de falas dos trabalhadores e declarações de Francisco Pizarro. Entretanto, dadas as condições de arquivamento do material nas emissoras de televisão (ver introdução deste trabalho) não foi possível esclarecer como, quando e, mesmo, se a matéria foi veiculada. Cf. SINDICATO da construção civil- assembléia. *TV Globo*, Belo Horizonte, fita n.53. Os depoimentos coletados dão conta de uma série de pequenas assembléias realizadas anteriormente na sede do Sindicato. Segundo esses depoimentos, a assembléia no antigo campo do Atlético teria sido convocada numa dessas reuniões anteriores, porque o salão do Sindicato não mais comportava os participantes.

na matéria, mesmo que sob a forma dos eufemismos ainda usados naquele período. De fato, parecia que a greve não se encontrava nos planos do sindicato da categoria, pois segundo depoimentos, a mobilização feita destinava-se antes a pressionar os empregadores para que aceitassem as reivindicações nas negociações que provavelmente deveriam ocorrer após a chegada do presidente do sindicato patronal. Pelo "tom" da matéria, percebe-se que o movimento dos trabalhadores da construção civil enquadrava-se bem no clima de mobilização do período, pois parecia que o movimento não assumia nenhuma peculiaridade que o diferenciasse dos demais movimentos reivindicatórios que se manifestavam naquela semana. Entretanto, é possível apontar alguns elementos que pareciam conferir ao movimento alguns traços peculiares. As características do sindicato dos trabalhadores, fraco e com pouca expressão política, diferentemente das entidades sindicais que, já conquistadas pelos setores mais à esquerda ou pelos grupos de oposição à ditadura, haviam dirigido os movimentos reivindicatórios de maior porte, até então, a atitude do sindicato dos empregadores, que adia a negociação sob o pretexto de que seu presidente se encontrava de férias no exterior e, especialmente, o crescimento da mobilização dos trabalhadores expresso no comparecimento crescente às assembleias da categoria são alguns indícios de que o movimento poderia se desenrolar de forma inesperada.

"Estávamos na expectativa, com tanto movimento de greve e dada a abertura do governo. Já preparava os operários para o movimento reivindicatório, não a greve".<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Depoimento de um líder sindical citado em FURTADO (1984:140). Esse é um trabalho que busca compreender a experiência dos operários da construção civil, desde seu ingresso na atividade, os procedimentos do treinamento, o processo de trabalho, as condições de vida do trabalhador. Realizado pouco tempo depois da greve de 79, a autora utiliza esse acontecimento para tentar compreender os significados da greve produzidos pela categoria, bem como para analisar as relações entre os trabalhadores e seus organismos de representação. O trabalho de pesquisa incluiu uma intervenção numa comunidade - Pedreira Prado Lopes - através do CIAME (Centro Integrado de Atendimento ao Menor), que possibilitou à autora participar de um grupo de discussão formado por trabalhadores da construção civil, o que a fez eleger a greve como seu objeto de reflexão. Muitas das informações, aqui utilizadas, sobre os trabalhadores e sobre o entendimento que lhes foi possível produzir acerca dos acontecimentos vivenciados na greve, foram extraídos desse trabalho, que é, de fato, uma referência fundamental sobre o tema.

"A assembléia do dia 29 não era para sair a greve".<sup>6</sup>

Dessa forma, segundo declaração de Francisco Pizarro publicada no *Estado de Minas*, a assembléia do dia 29 de julho destinava-se a examinar o pedido de adiamento feito pelos empregadores:

"Nós vamos analisar o pedido do sindicato dos empregadores e ver o que os trabalhadores acham. Se aceitam ou não esperar até o dia 13. Qualquer decisão a tomar virá por iniciativa dos trabalhadores."<sup>7</sup>

Ao que parece, a estratégia de Pizarro, que ainda estava convencido de seu controle sobre a categoria, era de forçar a negociação, utilizando para isso a repercussão que a mobilização dos trabalhadores certamente obteria na mídia. O sindicato - centralizado na pessoa de seu presidente - não queria e não previa a greve, tanto que não tomou nenhuma providência para a sua organização, tendo feito um acordo com os empregadores de que aguardaria o dia 13, acordo esse que não foi ratificado pela assembléia.<sup>8</sup> A estratégia do sindicato dos trabalhadores começa a se esboroar frente à crescente mobilização da categoria, à impaciência produzida pelas evasivas do sindicato patronal, ao clima de mobilização, através do qual as ações de outros segmentos de trabalhadores acabavam por

---

<sup>6</sup> Depoimento de um trabalhador da construção civil, citado em FURTADO, 1984. p.141.

<sup>7</sup> Também na matéria de televisão já aqui citada, há uma declaração de Francisco Pizarro de que a categoria já tem condições de fazer uma greve, mas ressalta que ele, em particular, acha melhor esperar a reunião de conciliação do dia 13 e, a partir daí, avaliar a necessidade ou não de uma greve. Nessa mesma reportagem, um jornalista entrevista alguns trabalhadores, que manifestam opiniões divergentes como esperar a reunião de conciliação ou decretar imediatamente a greve. O ambiente no campo do Atlético parece tranqüilo, com músicas de Chico Buarque, Taiguara, Tom Jobim e Jorge Ben pelos alto-falantes. Pizarro encerra a entrevista dizendo que "caso haja greve, espera-se a participação de 80% da categoria."

<sup>8</sup> "O advogado do Sindicato dos Empregadores disse que estava surpreso com os acontecimentos, uma vez que tinham pedido um prazo até o dia 13 de agosto para estudar uma contra-proposta. Por sua vez, Francisco Pizarro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, esclareceu que, realmente, a diretoria de seu sindicato havia aceitado este prazo, mas na assembléia de domingo os operários não ratificaram este acordo, exigindo, ainda, que fosse feita uma contra-proposta naquele dia mesmo ou, caso contrário, entrariam em greve ontem." OPERÁRIOS fazem reunião às 10h. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.5.

reforçar a eclosão da greve e talvez, especialmente, frente ao que LE VEN (1979) denominou "encontro do movimento operário com o movimento associativo autônomo", que nesse caso se expressaria no fato de que "as novas lideranças dos pedreiros têm uma longa experiência de trabalho de bairro".<sup>9</sup>

Entretanto, esses elementos não constam da cobertura feita pela mídia, prevalecendo a "surpresa" frente à decretação da greve, que politicamente se transforma em "espontaneísmo". O interessante é que, mesmo aqueles profissionais de imprensa, cuja atividade os levava a estar sempre atentos aos movimentos reivindicatórios das diferentes categorias sociais e que expressam sentimentos sobre as reais possibilidades da eclosão da greve naquele momento, não conseguem incorporar à produção da mídia os elementos que lhes vêm de sua própria experiência. De fato, o que prevalece, para além da percepção do profissional naquele caso, é a objetivação do trabalho mediático e as características, pelo menos naquele período, de sua performance na cobertura dos movimentos reivindicatórios: o tratamento é meramente fatural, ou seja, prende-se à faturalidade dos acontecimentos,

---

<sup>9</sup> "É interessante registrar, aqui, segundo depoimento de LE VEN (1986), e como fenômeno novo, um certo encontro que começa a se dar entre o movimento operário das oposições sindicais e o movimento associativo dos bairros, na segunda metade dos anos 70. Essa aproximação se dá, por um lado, porque o movimento associativo comunitário possuía melhores condições políticas de se manifestar e se organizar, por não ser imediatamente taxado de subversivo. Por outro lado, a preocupação das oposições sindicais com as questões cotidianas das condições de trabalho no interior da fábrica levou-as ao encontro do movimento associativo que atuava sobre as condições precárias de vida coletiva na cidade. Começaram a unir ambas as práticas, seu caráter de organização autônoma, independentes de objetivos políticos externos e seu intuito de ação calcada ao redor de condições objetivas de vida. Às oposições nem mesmo interessava muito a conquista dos sindicatos, pela perda de legitimidade dessas instituições.(...) Assim, há evidências, segundo LE VEN (1986) de que, de 1974 a 1978, em toda a área à esquerda da Av. Amazonas, em Belo Horizonte, até o Vale do Jatobá, região urbana perto da Cidade Industrial, questões operárias são discutidas no movimento associativo, pela proximidade de visão dos problemas que afetam ambos os movimentos." POMPERMAYER, 1987.p.13-14.

"...esta unidade da luta operária e da luta urbana pode ser verificada também tomando como referência a relação entre as lideranças de associações de bairro e dos movimentos reivindicatórios. Isto pode ser comprovado na greve dos motoristas cujos elementos ativos atuam tanto a nível operário como de bairro. As novas lideranças dos pedreiros têm uma longa experiência de trabalho de bairro. Inclusive pode-se afirmar que historicamente em Belo Horizonte a retomada da luta operária se deu em primeiro lugar dentro das associações de bairro." LE VEN, 1979 p.6.

pretendendo ser objetivo quando isola, na produção da matéria, o fato acontecido do conjunto de relações que o produz e que, inevitavelmente, produz também sua múltipla significação.

*"Este ano, eu estou te contando, teve um dia que havia 220 greves no estado de Minas Gerais, eu me lembro disso. Porque a gente ficava cobrindo até por telefone, até no interior tinha: Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia... Então, a gente ficava cobrindo, telefonando, não foi exatamente nessa semana, mas acho que neste mesmo mês de julho ou agosto de 1979. Um grande movimento paredista, como a gente brincava. (...) O que a gente viu, a gente contou; eu acho que foi. Não teve uma análise daquele movimento, como nunca tinha de nada. Uma análise, uma opinião do jornal. Tinha opinião quanto aos fatos, quanto à baderna... mas não das causas daquilo. Até hoje eu não sei, exatamente o que foi, é impossível... Ninguém esperava aquilo."<sup>10</sup>*

*"Em 79, quando teve a greve dos metalúrgicos, logo depois as professoras entraram em greve e foi uma grande greve. Foi grande em todos os sentidos. Ela foi muito ampla no estado, os professores fizeram movimentos, conseguiram criar a UTE e tudo... Então, eu que acompanhava o movimento sindical, pois era repórter de sindical, percebi isto muito bem, criou-se um clima de que greve dá certo, vale a pena fazer greve. (...) E as professoras foram na assembléia dos metalúrgicos e foi aquela festa, aquela confraternização, todo o mundo em greve! E aí, ficou esta idéia de que greve dá certo. Estava este clima... (...) O tratamento que a imprensa deu a esta greve não surpreendeu não, a mim não. Porque na verdade ficou um pouco como era, né? Quem é que tentava ser diferente ali? Para mim era apenas o *Jornal da República*, que tentou ser mais aberto, ele tinha uma página sobre o movimento sindical, tratando esse movimento como uma coisa séria, diferente dos outros... Porque os outros, tendem a menosprezar a área sindical. Dão a notícia pequena e só quando acontece um fato; isolam aquilo, tratam pontualmente..."<sup>11</sup>*

O que chama a atenção é que, mesmo sem que a hipótese de greve tenha sido até então sequer aventada, a cobertura sobre a assembléia que a decretou, feita pelo *Diário da Tarde*, e publicada na segunda-feira, dia 30,<sup>12</sup> apresenta uma descrição

---

<sup>10</sup> Depoimento da jornalista Cristina Bahia à autora em maio de 1992.

<sup>11</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora, em junho de 1992.

<sup>12</sup> TRINTA mil decidiram parar construção a partir de hoje. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 30 jul. 1979. p.11. As citações feitas nos parágrafos seguintes, quando não indicadas referências específicas, fazem parte dessa reportagem.

daquela reunião através de um texto quase lírico, cujo efeito é o de "naturalizar" a ação dos trabalhadores, como se a eclosão da greve fosse, de fato, "favas contadas" naquele momento. A matéria é aberta com o *lead*:

" Cerca de 30 mil trabalhadores nas indústrias de construção civil decidiram paralisar o trabalho a partir de hoje. A assembléia foi no ex-campo do Atlético e logo após os trabalhadores realizaram passeata descendo a avenida Olegário Maciel, interrompendo o trânsito e só se dissolvendo nas imediações da Rodoviária. Hoje, a partir das 10hs, eles vão se concentrar na Praça da Estação, em vigília cívica. De lá também partirão os piquetes que serão organizados por bairros. Na assembléia, presidida por Francisco Pizarro, presidente do Sindicato, os trabalhadores decidiram pedir também o pagamento dos dias parados e que nenhum dos grevistas sejam demitidos (sic). Eles querem cinco mil cruzeiros para os serventes, oito mil para os pedreiros, 12 mil para os encarregados e 20 mil para os mestres-de-obras. Em BH e Contagem, os trabalhadores da construção civil são em número de 80 mil."<sup>13</sup>

A partir daí, a matéria, dividida em quatro pequenos blocos, com os sub-títulos: "Como nos grandes jogos", "Denúncias", "Não quebrar" e "Piquetes por bairros", passa a descrever a assembléia. É ilustrada por fotos pelas quais se tem idéia da grande presença de trabalhadores, sempre de mãos levantadas, como se em votação de propostas. O texto lança mão de uma comparação com a história do próprio local - um antigo estádio do Clube Atlético Mineiro - para dar conta do clima da reunião, na qual os "trinta mil trabalhadores eram o próprio espetáculo, levantando dezenas de vezes as mãos abertas, em sinal de apoio às propostas de greve, de concentração, de piquetes." A dificuldade do presidente do sindicato em dirigir os trabalhos é apontada, mas a matéria deixa entender que isso decorre da "emoção", das "poucas oportunidades de desabafo dos trabalhadores" e da "dureza da vida com os salários baixos". Enfim, de uma espécie de catarse coletiva que ocorre ali:

---

<sup>13</sup> Para que se tenha uma idéia dos valores reivindicados pelos trabalhadores, ainda que isso seja algo difícil de se precisar, dada a variação dos índices em geral utilizados para se fazer tais comparações: em julho de 1979 a cotação do dólar (US) era Cr\$26,11 e o salário mínimo vigente naquele período era de Cr\$2.268,00.

"O desabafo foi total. Como se algum médico repentinamente quisesse transformar um estádio, ou ex-estádio, num imenso consultório para uma terapia de grupo. Os casos eram apresentados em grupos ou isoladamente, com trabalhadores de voz embargada pela emoção, desfilando ao microfone. Com a massa aplaudindo."

Aparecem também, "algumas propostas estranhas, como a de um trabalhador que sugeriu quebrar empresas que demitam grevistas". Tais propostas, "prontamente repelidas pela assembléia após intervenção de Francisco Pizarro", seriam decorrentes da "inexperiência de lutas grevistas e da exaltação". Nenhuma palavra sobre a existência de propostas alternativas à greve, como se ela fosse, de fato, uma unanimidade entre a categoria e suas lideranças. E mais: a definição da ação a ser realizada no dia seguinte é assim descrita:

"Por fim, a recomendação final do presidente do Sindicato: hoje, a partir das 10h, todos deverão se concentrar na Praça Rui Barbosa (Praça da Estação). Lá será realizada a 'vigília cívica', até a decisão da campanha salarial e formados piquetes, por bairros, para se deslocarem para os canteiros de obras."<sup>14</sup>

A estrutura narrativa da reportagem, seu tom sentimentalista e a evocação ao passado recente do local onde se realizava a assembléia - "os grandes jogos de futebol" - estabelecem uma relação interessante com um aspecto do trabalho jornalístico levantado por DARNTON (1990, 93-94), num artigo sobre a sua experiência jornalística. Segundo esse autor, a estrutura da narrativa jornalística, especialmente do noticiário relativo ao *fait divers* mas também da cobertura de acontecimentos para os quais a atualidade ainda não ofereceu uma matriz adequada de estruturação, se desenvolve segundo as arcaicas estruturas narrativas dos contos populares. Assim, para o jornalista que redigiu a matéria sobre a assembléia do dia 29, e que com ela se emocionou e se surpreendeu, talvez tenham faltado elementos, localizados na sua própria experiência, que lhe

---

<sup>14</sup> Essa informação que teria sido coletada na assembléia do dia 29 é extremamente importante, porque uma das polêmicas surgidas diz respeito ao local da concentração de segunda-feira, como se verá mais à frente.

permitissem tratar com maior adequação o acontecimento, já que o movimento de resistência e luta contra a ditadura ainda não havia apresentado, no contexto belo-horizontino, movimentos de trabalhadores urbanos daquele porte e com aquelas características. Na ausência de uma estrutura narrativa oferecida pela experiência social, o jornalista mobilizava os elementos arcaicos presentes na sua experiência, resultados de antigas formas de contar histórias.

A cobertura dos acontecimentos da segunda-feira assume algumas características que podem ser percebidas já nos títulos das reportagens publicadas no dia seguinte. (ver relação na parte denominada Anexos). Em primeiro lugar é possível verificar que a cobertura da greve passa a se realizar a partir de três planos distintos e que, mesmo se articulados através da linha editorial do veículo - o que lhe proporciona uma matriz discursiva com algum grau de unificação - funcionam como "cenários" que participam da composição do processo de produção de sentido sobre o evento em questão. Esses três planos, ou "cenários" de produção discursiva, são recortados a partir de dois elementos centrais: de um lado, as articulações e repercussões dos próprios acontecimentos nas diferentes dimensões constitutivas da sociedade e, por outro lado, a divisão social e técnica do trabalho jornalístico, expressa na organização da redação em editorias específicas e na especialização dos profissionais - ainda que precária e às vezes provisória - por área editorial. No caso da greve em questão, esses "cenários" poderiam ser assim denominados: os acontecimentos, articulações e repercussões do chamado "mundo oficial", ou seja, as negociações entre os sindicatos envolvidos, com a intermediação da DRT, as ações dos governos estadual e federal, dos partidos políticos e das entidades sindicais, veiculadas, de uma forma geral, nas primeiras páginas dos jornais e cobertas pelas

editorias de política e de economia; as manifestações protagonizadas pelos trabalhadores, especialmente aquelas que ocorrem nos espaços abertos da cidade - ruas e praças - e que vão ser trabalhadas pela editoria geral (ou cidade); e aqueles eventos que poderiam ser denominados de "rescaldo policial da manifestação", ou seja, o funcionamento dos hospitais, as ações do efetivo policial, cobertos pela editoria de polícia. É preciso ressaltar, no entanto, que as significações produzidas sobre o acontecimento - a greve - são constituídas no processo de montagem e de composição dos três "cenários" nos quais ele se efetiva enquanto construção discursiva, ainda que no veículo as abordagens do evento em cada área editorial específica se apresentem com uma relativa autonomia e nem sempre a sua distribuição se processe de maneira estrita e formalmente constituída.<sup>15</sup>

O que nos chama a atenção na cobertura das manifestações da segunda-feira, a partir da concentração da Praça da Estação, é o processo de ressignificação sofrido pela greve. Uma olhada rápida nos títulos das matérias veiculadas pelos jornais impressos de Belo Horizonte e que circularam na terça-feira, bem como as reportagens divulgadas

---

<sup>15</sup> Apenas a título de exemplo é possível verificar que no *Estado de Minas*, do dia 31 de julho, a cobertura começa na primeira página e se distribui pela quinta, sexta, sétima, oitava e nona páginas do jornal. Tem-se, em primeiro lugar, uma exposição dos critérios da importância que o jornal atribui aos acontecimentos e que organizam as matérias publicadas. Na parte superior da primeira página, logo abaixo do cabeçalho do jornal, são mostradas duas fotografias com cenas ocorridas no dia anterior, decodificadas pela legenda "A violência marcou o primeiro dia da greve dos trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte, onde quatro veículos foram incendiados, um operário morreu e houve vários feridos." A manchete que se segue é: "Figueiredo faz apelo a grevistas de BH". O texto, que serve de chamada para as reportagens das páginas internas, originou-se de Brasília e é constituído basicamente pelas notas oficiais sobre os acontecimentos, distribuídas pela Presidência da República, pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Segurança. As reportagens que se seguem podem ser assim classificadas: na página cinco, as matérias vão se referir às informações do chamado "mundo oficial": as negociações entre os sindicatos na DRT, as repercussões no Palácio da Liberdade, especialmente as declarações do governador, dos secretários de Segurança e de Turismo, as explicações de Francisco Pizarro sobre os acontecimentos do dia anterior; nas páginas seis e sete, fotos e descrições bastante detalhadas das manifestações ocorridas; nas páginas oito e nove, as informações referem-se ao que se poderia denominar "rescaldo policial da manifestação", com a cobertura do funcionamento do Hospital de Pronto Socorro, contabilização dos feridos e das prisões efetuadas e medidas tomadas na ação policial. É interessante observar que uma nota do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), em que a entidade se solidariza com os trabalhadores, tenha sido divulgada na página nove, ao lado de uma reportagem sobre "os prejuízos materiais provocados pelas manifestações do dia anterior".

pela televisão nos noticiários do mesmo dia dos acontecimentos, revelam que, a partir daí, a greve dos trabalhadores da construção civil começa a assumir um outro significado: os acontecimentos da segunda-feira passam a ser denominados de "quebra-quebra", "revolta", até que se tornam "vandalismo", "guerra", completando-se no título "greve sinônimo de sangue..."<sup>16</sup> Em outras palavras, a luta salarial dos trabalhadores da construção civil se dissolve na nova significação produzida pela mídia quando os acontecimentos vivenciados na segunda-feira passam a ser vistos sob a ótica da "baderna" e do "tumulto". De fato, parece que há aí algo mais profundo: não se trata apenas da ressignificação daqueles acontecimentos, mas da produção de um novo significado para o evento "greve". Entretanto, se considerarmos que a mídia não produz seu discurso a partir de um núcleo vazio de sentido, mas, sim, pela articulação de um conjunto de elementos significativos existentes na trama do social que o tornam uma instância socialmente autorizada de enunciação, é preciso buscar os nexos que possibilitaram a nova significação para que se possa compreender os núcleos de sentido que emergiram e se desdobraram ao longo do processo.

Buscando compreender esse processo de ressignificação, é preciso, em primeiro lugar, refletir sobre os elementos que produzem a eclosão da violência na Praça da Estação. Como se viu, a concentração na Praça da Estação teria sido convocada pelo sindicato e seria uma "vigília cívica" até que as reivindicações da categoria fossem atendidas, sendo também uma forma de organização dos piquetes que agiriam nos bairros

---

<sup>16</sup> É interessante observar que em alguns títulos a greve é eclipsada ou recria-se o referente através da designação indireta nos intertítulos. Cf. BALANÇO do tumulto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.5; TUDO começou com uma calma aparente. Depois não houve mais controle. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.6; MORTE. Pedra, pau e caos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.22; ASSALTO na hora do tumulto. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.21.

da cidade. Entretanto, já no noticiário da televisão naquele mesmo dia e nas reportagens impressas do dia seguinte, Francisco Pizarro declara que os acontecimentos da segunda-feira eram de responsabilidade "das autoridades que não quiseram ceder o campo do Atlético para a concentração dos trabalhadores" e da "intransigência dos patrões, que insistem em manter um salário ridículo, apesar da violência do custo de vida atual."<sup>17</sup> A polêmica que se segue diz respeito à cessão ou não do campo do Atlético, com as autoridades municipais, que administravam aquele espaço, apressando-se a desmentir o presidente do sindicato e informando que o antigo estádio estava e sempre esteve à disposição de qualquer categoria profissional que assim o solicitasse.<sup>18</sup> Em que pesem os diferentes argumentos aí aduzidos, protestos e declarações, a questão não se esclarece, sendo que no final da semana, pressionado pelo secretário municipal de Turismo, Francisco Pizarro declara que de fato teria ocorrido "um mal-entendido" acerca do empréstimo do local.<sup>19</sup> Nessas condições, parece-nos que a questão central aqui colocada

---

<sup>17</sup> RESPONSÁVEIS são apontados por Pizarro. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.5.

<sup>18</sup> SECRETÁRIO de Turismo se defende. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul 1979. p.5. Há também uma nota paga no mesmo jornal na página oito: "Turismo ainda esclarece". Ver também: PBH DIZ que não negou ex-campo do Atlético para a concentração. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 jul. 1992. p.6; CAMPO do Atlético sempre esteve à disposição da greve. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979. p.8.

"O presidente do Sindicato pediu ao prefeito o ex-campo e o prefeito não cedeu. O povo foi para a Praça da Estação. Foi atropelado um grevista. O motorista do táxi não socorreu e fugiu. Tocou-se fogo no táxi. O Corpo de Bombeiros, chamado para apagar o fogo do táxi, chega e agride jogando água." Depoimento de um operário da construção civil citado em FURTADO, 1984. p.141.

<sup>19</sup> "Ontem por volta das 19 horas, quando havia terminado a assembléia geral dos trabalhadores na indústria da construção, chegou ao ex-campo do Atlético o diretor de Turismo da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Belo Horizonte, Lúcio Machado de Souza." CAMPO do Atlético sempre esteve à disposição da greve. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979. p.8. A reportagem informa que o diretor de Turismo da Secretaria de Turismo da Prefeitura, órgão que administrava o antigo campo do Atlético, estava à procura de Francisco Pizarro e, quando o encontra, registra o seguinte diálogo entre os dois: "Lucio Machado: 'Conforme a solicitação do Sindicato, vim aqui a pedido do secretário George Norman, de Turismo, para informar-lhe que o estádio estará à inteira disposição de vocês, hoje à noite. Os portões ficarão abertos e a iluminação acesa. Esta última somente se apagará se houver problema na rede elétrica. No mais, o estádio é de vocês.' Pizarro: Muito obrigado ao senhor e meus agradecimentos ao secretário de Turismo, em meu nome e em nome de nossa classe. Diz a ele, também, que deixe as coisas acalmarem, que eu quero ir até ao seu gabinete para me desculpar. Houve, realmente, um desencontro de informações quanto ao episódio de segunda-feira. Nós achamos que o campo estava à nossa disposição. Houve um mal-entendido,

diz respeito ao seguinte: por que a concentração na Praça da Estação seria, em princípio, uma fonte de problemas? Ou, em outras palavras, por que a manifestação dos trabalhadores da construção civil, para se desenvolver de "forma tranqüila", deveria ser feita num recinto fechado, como o antigo estádio de futebol? Além disso, por que articular o local da manifestação com as atitudes do sindicato dos empregadores? Algumas respostas a essas questões aparecem nas reportagens feitas. Obviamente, a reunião do dia anterior, um domingo, que havia sido realizada no campo do Atlético, não havia registrado nenhum incidente, mesmo tendo ocorrido uma passeata pelo centro da cidade. Esse fato parecia justificar que o local adequado para a manifestação dos operários seria aquele ou, pelo menos, algum outro semelhante. Entretanto, seja pela recusa das autoridades municipais, seja pela vontade expressa do sindicato e/ou assembléia, o certo é que a concentração dos operários é realizada na Praça da Estação, com os trabalhadores se dirigindo desde cedo para aquele local. É interessante lembrar que a Praça da Estação é um local em que tradicionalmente se realizavam as grandes manifestações operárias da cidade, especialmente no período anterior ao golpe de 64. A escolha do local, por falta de alternativa decorrente da não cessão do antigo campo do Atlético, ou por escolha dos próprios trabalhadores, provavelmente tem a ver com o passado da praça e da própria categoria, como adverte

*Veja:*

"Afinal distúrbios na Praça da Estação fazem parte de um passado remoto, tão remoto quanto os grandes comícios que a ocupavam com multidões. Desde 1964 só houve um distúrbio na Praça da Estação e, mesmo assim, ficou na ficção, como epicentro do romance 'A Festa', de Ivan Ângelo."<sup>20</sup>

---

infelizmente." E a matéria conclui: "Assim, agora, ficou solucionado o episódio sobre a cessão ou não do ex-campo do Atlético aos trabalhadores da indústria da construção, que já gerou muita polêmica nestes dias de greve."

<sup>20</sup> A VIOLÊNCIA vai à ruas. *VEJA*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.24.

Assim, mantém-se a questão: por que a praça seria inadequada? De acordo com as avaliações constantes na cobertura dos acontecimentos, aquele local seria especificamente inadequado porque "eles estavam sitiados por uma ponte estreita sobre o rio Arrudas e tumultuavam grande parte do trânsito da cidade."<sup>21</sup> Daí, sob o ponto de vista logístico, o local era inadequado. Nesse caso, por que a ênfase no antigo estádio e não em outro logradouro da cidade (uma outra praça, por exemplo)? A explicação aqui aduzida diz respeito à própria organização do movimento, pois com a concentração sendo convocada para a Praça da Estação - qualquer que tenha sido a razão para que assim se procedesse - seria certamente necessário que as lideranças da categoria tomassem as providências para a organização da manifestação, o que parece não ter sido feito.

*"E, ele, o Pizarro, faz essa assembléia e marca - foi a coisa mais louca que já vi na minha vida - porque ele marca a assembléia seguinte, com a greve, para a Praça da Estação, sem estrutura nenhuma. Você sabe que ele não fez nada? Ele não pediu licença, não teve palanque, um som... Não tinha nada!"<sup>22</sup>*

"Atropelado por uma greve cuja deflagração não previra, Pizarro acabou protagonizando uma desoladora exibição de despreparo".<sup>23</sup>

"Era 9h30m da manhã e, embora a praça da Estação estivesse cheia de trabalhadores da construção civil - eles estavam fazendo greve reivindicando melhores salários - o ambiente era de calma. A grosso modo, eles somavam 20 mil, espalhados por toda a praça e ruas adjacentes. Outros grupos vinham chegando e fechando as ruas que dão acesso à praça, utilizando-se de cordas de plástico ou fazendo uma barreira humana impedindo que os carros passassem por ali. (...) No meio da multidão consegui encontrar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção civil, Francisco Pizarro Neto. 'É, Pizarro, a situação está séria' - disse alguém. Ele, nervoso, respondeu: 'A situação está séria, mas os grandes culpados de tudo são as autoridades que nos negaram o ex-campo do Atlético para que realizássemos nossa concentração.' Em seguida, falando para a TV Itacolomi, Pizarro fazia um apelo ao governador Francelino Pereira: 'Senhor governador, por favor, dê uma ordem

---

<sup>21</sup> EXPLOSÃO Minas: greve e 'força selvagem'. *Isto É*, São Paulo, 8 ago. 1979, p.5.

<sup>22</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

<sup>23</sup> A VIOLÊNCIA vai às ruas. *VEJA*, São Paulo, 8 ago 1979, p.24.

para que o ex-campo do Atlético seja cedido para fazermos a concentração lá'. Depois, Pizarro sumiu no meio da multidão e não foi mais encontrado".<sup>24</sup>

"Armados de pedras e paus, eles atacavam os militares, que também revidavam, mas permaneciam agrupados, já que o número de operários era muito grande, e as violências poderiam ser imprevisíveis. O presidente do Sindicato da Classe, Francisco Pizarro, fazendo uso do megafone, tentava acalmar os operários, sem muito resultado. Essa situação durou aproximadamente até as 10h40m, quando uma comissão de manifestantes procurou o comando da PM e disse que todos estavam dispostos a sair da Praça da Estação, desde que o presidente do Sindicato saísse do local em um carro aberto. Esse pedido foi atendido e pouco tempo depois um caminhão da PM, ocupado por grevistas e alguns repórteres, saía em direção ao ex-campo do Atlético, onde, esperava-se, o tumulto poderia ser encerrado, já que os grevistas teriam um lugar para se concentrar."<sup>25</sup>

De fato, encontra-se aí um elemento que poderia explicar a violência: a falta de organização da manifestação, provavelmente fruto da inexperiência e despreparo dos dirigentes sindicais da categoria e do menosprezo pelo crescimento da mobilização dos trabalhadores, expresso no grande afluxo de pessoas à praça. Obviamente, uma manifestação daquelas proporções exigia um conjunto de providências para que não ocorressem problemas.

*"Eu que estava acostumada a ficar em bairro operário, a cobrir sindical, quer dizer, conhecia a moçada, eu sabia mais ou menos como é que era. Eu pensei: Esse negócio vai dar confusão! Também nem é preciso ter muito conhecimento... juntar um monte de peão, no centro da cidade, sem nada? Dá confusão! E ainda com um sindicato muito fraco..."*<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> TUDO começou com uma calma aparente. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 ago. 1979. p.6.

<sup>25</sup> TUMULTO, correrias, incêndio e morte no 1º dia da greve da construção civil. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 ago. 1979. p.8.

<sup>26</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

"A verdade é mais simples: houve desordem porque o movimento inicial foi desordeiro, e a proporção dos distúrbios deixou claro que levar 15000 pessoas excitadas à praça da Estação é procurar confusão, não buscar entendimento." A VIOLÊNCIA vai às ruas. *Veja*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.21.

"O movimento estava inteiramente desorganizado porque o Pizarro não queria a greve de jeito nenhum e ele sabotou o mais possível." Depoimento do professor Tarcísio Ferreira à autora em agosto de 1992.

Talvez por ser o aspecto mais visível da questão tenha sido o mais ressaltado na cobertura - a violência surgida na manifestação teria sido resultado da precariedade da organização do movimento, especialmente numa situação de "excitação" de uma categoria pouco politizada e sem tradição de luta. Há, entretanto, um outro aspecto que, sem prejuízo dessa avaliação inicial, parece ter contribuído de forma significativa para a eclosão da violência, e que aparece tanto nos depoimentos coletados quanto em algumas reportagens, ainda que de forma marginal e pouco explícita. Todas as fontes que pesquisamos são unânimes em afirmar que a concentração começou de forma tranqüila e que alguns grupos de manifestantes tentaram, através de várias formas, garantir um espaço para a sua expressão, no meio do trânsito e do movimento intenso que havia no local. Os incidentes começam quando um taxi tenta forçar seu caminho por entre os manifestantes, atropela um deles e a partir daí os conflitos se sucedem.<sup>27</sup> Por outro lado, o conflito na porta do antigo estádio se inicia quando os manifestantes são para lá conduzidos e encontram os portões fechados. Além disso, os relatos das depredações de veículos são acompanhados, em algumas reportagens, da informação de que os carros depredados ou atravancavam a rua na passagem da multidão, ou insistiam em atravessá-la.<sup>28</sup> Assim,

---

<sup>27</sup> "Um taxi de marca Corcel, placa CA-3430, furou o bloqueio improvisado por alguns grevistas e esbarrou num operário. Vaiado e insultado pela multidão, o motorista assustou-se e sacou seu revólver - mas jamais se saberá se ele seria capaz de apertar o gatilho: sob um dilúvio de socos e pontapés, o motorista correu para refugiar-se no prédio da Central do Brasil e, dali, viu seu carro ser depredado e virado três vezes." A VIOLÊNCIA vai às ruas. *Veja*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.22.

Cf. SINDICATO da construção civil-assembléia. TV Globo, Belo Horizonte, fita n.53. A câmara mostra um táxi completamente queimado. A repórter diz que aquele carro foi responsável pelo atropelamento de dois operários e que o povo revoltado tombou e queimou o veículo. Em entrevista, um grevista dá a sua versão dos fatos dizendo que "o taxi atropelou um operário e que depois ao exigirem socorro o motorista negou. O povo, então, tombou e ateou fogo no veículo. Depois chegaram os bombeiros agredindo e não para apagar o fogo, porque se eles quisessem só apagar o fogo nada disto teria acontecido."

<sup>28</sup> "Os operários entraram na avenida Amazonas exatamente às 10h50m. Era um quilômetro de homens andando na pista da direita, direção centro bairro. Em todos os quarteirões houve confusão, uma vez que os carros não paravam. Os motoristas insistiam em enfiar o carro no meio da multidão. Depois da entrada na avenida Amazonas, saindo do cruzamento entre as ruas da Bahia, Caetés e a Avenida, os operários reagiram contra um motoqueiro, que pretendeu cortar a corrente.(...) Às 10h55m, os operários ganharam o cruzamento das ruas São Paulo, Tamoios e a avenida Amazonas. Ali, os veículos obedeceram à multidão.

parece-nos que estava em jogo ali algo mais importante do que uma questão organizacional. Ou seja, a ênfase na precariedade da organização do movimento acabava por ocultar uma outra coisa - esta, sim, no nosso entendimento mais fundamental - que se tornava mais aguda, pela ausência de mecanismos para a sua expressão decorrente dos problemas organizacionais. A rigor, o que estava em jogo ali era o direito de os trabalhadores se manifestarem na cidade, pois mesmo que a versão do "não-empréstimo do campo" não tenha sido verdadeira, os incidentes revelam que as condições cotidianas da própria da cidade - o fluxo do trânsito em especial - não lhes permitia realizar sua concentração no espaço urbano aberto. Se acrescentarmos a isso a violenta repressão policial que surge para "garantir a ordem pública",<sup>29</sup> é possível concluir que o que estava sendo vedado ao trabalhadores era, de fato, o seu direito de manifestar-se. Mobilizados por suas reivindicações, irritados pela "intransigência dos patrões", acuados pelos baixos

---

Não houve nenhum carro quebrado. (...) Às 11h, houve o cruzamento do trânsito da avenida Amazonas com o das ruas Tupis e Curitiba. Somente um carro conseguiu cortar a corrente humana. Os operários bateram no carro.(...) Às 11h05m, a multidão ganhou a praça Raul Soares. Quando muita gente, especialmente os que estavam em carros e estacionaram os veículos, com medo dos operários, pensava que a praça seria quebrada, nada disso aconteceu. Os operários apenas tomaram um pouco de água e prosseguiram em direção ao campo do Atlético. (...) Às 11h10m, os operários da construção civil chegaram ao portão principal do ex-campo do Atlético. Os portões estavam fechados. A multidão esperou. Enquanto isso, um operário surgiu na janela de uma construção na rua Aimorés, 2305. Bastante furiosos, mais de 50 operários começaram a quebrar a casa.(...) O operário sumiu. Ninguém entrou na casa.(...) Às 11h25m, a Kombi AL-4382 surge em alta velocidade na avenida Olegário Maciel. O carro azul foi cercado por três operários. Os rapazes pediram ao motorista que desviasse o veículo, pois ali acontecia um movimento de greve. O motorista não acatou a orientação. Pisou forte no acelerador e tocou o veículo em cima dos operários. A partir daí, os operários jogaram o que tinham nas mãos no veículo.(...) Daí para frente aumentou a quebradeira. A Kombi foi capotada três vezes. No meio da confusão, um operário moreno, de estatura baixa, recebeu uma tijolada no olho esquerdo. Uma mulher disse que poderia socorrê-lo. Era Célia Madureira, que mora no apartamento 302, do Edifício 2319, da rua Gonçalves Dias. Ela colocou seu carro à disposição do movimento. Rodeado pelos colegas que queriam saber o que era, o rapaz conseguiu entrar no Fiat AY-8794 de Célia. Em seguida, o rapaz ferido foi levado ao Pronto Socorro." DA AVENIDA Olegário Maciel, os grevistas partem para um quebra-quebra no centro". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.7

<sup>29</sup> "O ambiente de insegurança já não permite, pelo menos na área urbana, que se conserve a rotina do funcionamento do comércio e dos bancos. É verdade que a polícia encontra-se mobilizada e sem chegar a excessos, vem mantendo sob controle grupos exaltados que parecem não entender que a intimidação ou as demonstrações de desespero só podem dificultar e comprometer a conquista de seus objetivos. (...) Eis porque convém que o governo fortaleça a sua vigilância e passe a atuar com mais firmeza e lucidez no sentido de garantir a ordem pública e, ao mesmo tempo, criar condições para que tão rapidamente quanto se torna necessário, o movimento reivindicatório tenha o desfecho favorável que todos desejam." *TENSÃO* coletiva. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979. p.4. (editorial).

salários e sem direito à manifestação do que consideravam um direito seu - uma melhor remuneração pelo trabalho - os peões agem da forma que lhes é possível naquele momento: impõem à força sua presença na cidade e lutam pelo direito a ter direitos. Confrontados com a violência com que são recebidos no terreno urbano, os trabalhadores produzem a "resposta mental e emocional" ao acontecimento vivenciado: percebem que o ciclo de exclusão experimentado no cotidiano se fecha na interdição de sua presença na cidade e reagem violentamente ao fechamento percebido, introduzindo por aí um elemento novo no acontecimento: a imposição de sua presença no terreno urbano como forma de denunciar a exclusão sofrida e de agir contra ela.

Mas essa explicação não surge em nenhum momento na cobertura. Impressionados com a explosão de violência, os meios de comunicação registram-na - em descrições extremamente detalhadas - e ao fazê-lo potencializam os acontecimentos e contribuem para a criação do clima de pânico e de intimidação na cidade. Os fatos indicam que a ação dos trabalhadores pode ser explicada a partir de um outro ângulo que não o "tumulto" e a "baderna" - que sugerem uma violência de natureza gratuita e inteiramente incontrolável - mas esta outra vertente explicativa não é sequer aventada na cobertura, ainda que os fatos apresentados nas reportagens a coloquem em questão. Ora, deixa entrever a mídia, se a violência ocorrida se explica pela ótica da precariedade organizacional, pela presença de uma massa "excitada", pouco politizada, sem tradição de lutas, que é levada a se manifestar num local inadequado, a responsabilidade dos fatos ou é da liderança da categoria ou é da própria categoria que extravasa com sua ação os limites da civilidade.

Se a eclosão da violência encontra este veio de explicação no tratamento dos meios de comunicação, uma outra explicação é aventada - com a qual, estranhamente, parecem concordar tanto o sindicato dos trabalhadores quanto o governador e alguns políticos. Nesse caso, os incidentes são atribuídos à "infiltração", ou seja, "agentes provocadores" de direita ou de esquerda, dependendo de quem faz a declaração, que teriam interesse em "perturbar a ordem".<sup>30</sup> Aqui, a violência seria resultado de um elemento externo à greve que pretende, com a provocação, acirrar os ânimos, potencializar os atritos, colocando em risco seja a "abertura", seja o próprio movimento dos trabalhadores. O "provocador" produz uma ação em cadeia: instiga os trabalhadores ou mesmo os policiais, que reagem ao estímulo de forma violenta e recebem em troca uma resposta também violenta. E assim sucessivamente, tornam a situação inteiramente

---

<sup>30</sup> "A violência não interessa ao movimento operário e o comum é que as forças de direita dela se aproveitem para provocar uma tomada de posição da população contra os movimentos de reivindicação trabalhista - a declaração é do deputado federal (MDB), Edgar Amorim." OPOSICIONISTA diz que há infiltração. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979.p.3.

"Nestes movimentos grevistas que vêm ocorrendo em Belo Horizonte nestes últimos meses - afirmou o governador, acompanhado do prefeito Mauricio Campos, ao qual se juntaram momentos depois o secretário de Segurança Amando Amaral, o comandante da Polícia Militar, coronel Welther Vieira de Almeida e o chefe do gabinete militar, coronel Jair Coutinho - aparecem os mesmos figurantes, que ora se vestem de enfermeiros, ora de vigilantes. Para cada situação eles se investem em líderes de movimentos que interessam a outras entidades que não a deles, a outros segmentos da sociedade. É, sem dúvida, uma infiltração." GOVERNO denuncia infiltrações na greve. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.5.

"Aliás, tudo indica que os desvios de comportamento que se verificam no seio da classe com relação à defesa de suas pretensões devem ser atribuídos à ação de agitadores profissionais, mais interessados em promover a desordem e quebrar a paz social do que realmente em ajudá-la a alcançar a remuneração justa, compatível com os índices de elevação do custo de subsistência." TENSÃO Coletiva. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979. p.4. (editorial).

"Não posso compreender como podem atribuir aos operários as confusões nas ruas de Belo Horizonte, nesses dois dias de greve dos operários da construção civil. Todo esse clima de agitação está partindo de extremistas, não sei se da esquerda ou da direita, com o objetivo de deixar mal a classe trabalhadora perante a opinião pública ou provocar recessão na política de abertura do governo. Foi o que disse ontem o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Francisco Pizarro, que assim como outros membros do sindicato, mostrava-se ontem visivelmente aborrecido com as infiltrações de elementos estranhos à classe operária, nas ruas da cidade." PIZARRO: agitação é dos extremistas. *Estado de Minas*, 1 ago. 1979. p.6.

"Para Lula, os tumultos acontecidos nos dois últimos dias em Belo Horizonte são provocados por grupos de extrema direita, que têm interesse em prejudicar os trabalhadores. Além disso, Lula afirmou que o único elemento estranho nessa greve, além das infiltrações da direita, é a fome, o estômago do trabalhador que já não aguenta mais a situação de miséria em que vive." LÍDERES sindicais paulistas em BH para dar apoio aos mineiros. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979. p.7.

descontrolada. Se há denúncia de "infiltração", as reportagens não apresentam indicações claras de sua existência, a não ser um relato de que alguns trabalhadores teriam apontado "elementos estranhos" que incitavam ao "quebra-quebra".<sup>31</sup> Entretanto, mesmo que tenham existido "provocadores" e "infiltrados" nas manifestações e que sua ação tenha sido facilitada pela desorganização do movimento, qual a base para que essa ação tenha eficácia? Por que as "provocações" conseguem produzir a ação em cadeia? Essas e outras questões não estão presentes na cobertura feita e a "infiltração" parece assumir a característica da explicação fácil, às vezes até mesmo leviana, que tanto culpabiliza a categoria quanto parece isentá-la de qualquer responsabilidade. As ocorrências seriam fruto da ação de extremistas - radicais de esquerda ou membros da direita histórica, ou de ambos - que usam o movimento dos trabalhadores para a consecução de "objetivos estranhos": "a radicalização da luta política contra a ditadura", no primeiro caso, ou "o retrocesso no quadro da 'abertura' política", no segundo. Qualquer que seja a argumentação em tela, o efeito é o de deslocar a discussão da natureza da violência desencadeada para outro campo - a externalidade - e considerá-la como inadequada e ilegítima, algo a ser extirpada como garantia "da ordem pública". Ao mesmo tempo, as próprias características da categoria em greve, na forma como aparecem na mídia, sugerem que ela seria presa fácil da ação dos "provocadores" e um terreno frutífero para a semente dos distúrbios e dos tumultos que essa ação ali plantava. Assim, mesmo pelo ângulo da externalidade como causa da violência desencadeada, o círculo se fecha novamente sobre a categoria dos trabalhadores - agora, como "massa de manobra dos provocadores" - e a explicação retorna sobre o mesmo ponto: a ilegitimidade da violência dos trabalhadores e a necessidade de se

---

<sup>31</sup> "Um agitador foi localizado no ex-campo do Atlético e levado a tapas para fora: o rapaz, que não conseguiu provar sua profissão, estava incitando os operários a sair para as ruas em passeata." PELA MANHÃ, a proposta recusada. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979. p.7.

"garantir a ordem pública". Ora, a ótica da "externalidade" sempre aparece acompanhada, seja da culpabilização, seja da isenção de responsabilidade das categorias sociais de extração popular como uma projeção imaginária da "minoridade" dessas categorias, que exigem um controle do tipo "paternalista" que as proteja da manipulação oriunda de interesses forâneos. Na inviabilidade do controle via a ação paternalista - misto de autoritarismo e proteção - aciona-se o aparelho repressor como forma de submeter, agora pela violência explícita, os manifestantes que romperam os limites do permitido. Assim, a "externalidade" surge no discurso mediático introduzido pela necessidade de garantir o controle sobre a categoria dos trabalhadores e, particularmente, para legitimar a ação repressora do Estado, que se apresenta como "proteção" aos próprios manifestantes.

É nessas condições que o movimento dos trabalhadores da construção civil sofre o processo de ressignificação, na medida em que a incompreensão da natureza da violência desencadeada produz a explicação sob a ótica do "tumulto" e da "baderna". E mais: sob essa ótica dissolve-se a greve enquanto ação política de uma categoria em luta pelos seus direitos, e no seu lugar surge "a guerra", tornando-se "sinônimo de sangue". Mas o processo de conversão simbólica não pára aí. Duas conseqüências podem ser de imediato apontadas. Em primeiro lugar, por essa via, a ação policial repressiva às manifestações torna-se legítima tanto como "garantia da ordem pública" quanto como "defesa da propriedade e do patrimônio", e proteção à própria categoria em greve.<sup>32</sup> Em segundo lugar, a transfiguração da greve em "guerra" reduz a eficácia da mobilização da

---

<sup>32</sup> SINDICATO da construção civil-entrevistas. TV Globo, Belo Horizonte. fita n.0056. Entrevista com o governador Francelino Pereira, que informou ter se reunido com o secretário de Segurança Pública e o comandante da Polícia Militar tão logo soube do movimento na Praça da Estação, para que eles tomassem medidas de caráter moderado que garantissem a ordem e a propriedade particular.

categoria nos espaços em que se processam as negociações. Em relação ao primeiro aspecto, algumas considerações devem ser feitas.

A ação da polícia é tratada de duas formas. Sob o ponto de vista das autoridades, dos empregadores e de alguns segmentos da população, especialmente os comerciantes do centro da cidade e os transeuntes apanhados no meio das manifestações, considera-se que a polícia agiu "com moderação", "sem excessos" e que procurava legitimamente "garantir a ordem na cidade". Há mesmo quem afirme ser necessária mais "energia" na ação policial.<sup>33</sup> Por outro lado, as lideranças sindicais, os trabalhadores, alguns segmentos profissionais mais progressistas e setores políticos ligados à oposição denunciam a violência policial e buscam deslegitimar sua ação no contexto das manifestações políticas.<sup>34</sup> No meio, o comportamento de Pizarro, que ora denuncia a ação policial, ora apela às autoridades solicitando reforço do efetivo para ajudar a conter o "tumulto".<sup>35</sup> Ora, esses enfoques, mesmo o bizarro comportamento do presidente dos sindicato dos trabalhadores, pertencem à categoria das interpretações esperadas. É

---

<sup>33</sup> "Olha, estes caras estão birutas, não é greve isto aí. É uma loucura, uma guerra. E depois culpam a polícia. Desta vez dou razão aos policiais. É preciso bater mesmo, senão vão quebrar tudo por aqui. (Ana Maria Salmeri, estudante e comerciária) Nunca vi greve deste jeito. isto parece mesmo uma guerra. A polícia está com a razão, tem de se impor a estes arruaceiros.(Neide Costa, 23 anos, auxiliar de escritório) GREVE, sinônimo de sangue...". *Jornal de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.16.

<sup>34</sup> "Apelo ao governador Francelino Pereira para que ordene a retirada do policiamento das ruas, pediu Lula, enquanto tratava de, como disse, colocar a casa em ordem. Assim poderemos mostrar que os operários não são baderneiros e estão apenas lutando por seus direitos." *VIOLÊNCIA vai às ruas. Veja*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.22.

<sup>35</sup> "O secretário do trabalho, Pedro Gustin, ao ser questionado sobre a presença da Polícia Militar mantendo a ordem, afirmou que foi o próprio presidente do Sindicato, sr. Francisco Pizarro, que solicitou o policiamento, alegando não possuir mais condições de controle". O GOVERNADOR do Estado não contava ontem, com a parede dos pedreiros. *Jornal de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.3. É interessante que ao lado do título dessa reportagem, numa coluna denominada "Resumo", há uma nota com o seguinte teor: "Desde o meio do mes passado a imprensa vem noticiando que ostrabalhdores da Construção Civil fariam uma assembléia no dia 28 e poderiam ir à greve. Ainda tem gente dizendo 'que foi pego de surpresa'."

possível, entretanto, encontrar interpretações mais adequadas à questão. Dois fatos nos oferecem essa oportunidade: os relatos sobre o incidente com o Corpo de Bombeiros, corporação que nunca se ligou à ação policial de repressão política e as matérias sobre a morte do operário em frente ao campo do Atlético.

"Na hora em que começou a greve, porque ninguém ali podia andar... Então, fez aquele tumulto, o carro pegando fogo. Aí, eles chamaram logo a polícia. A polícia se há de ajudar a acalmar o povo, foi chegando, metendo os peitos, passando por cima. Você sabe, num meio desses tem gente boa e gente ruim - vai chegando, batendo, metendo o tapa, jogando água..."<sup>36</sup>

"Fui ali na Praça da Estação e, chegando lá, o que eu tomei? Foi uma tanaguada de água na cara que eu saí rolando. Então, os nego batendo um no outro, um carro queimando lá. E o Corpo de Bombeiros, se há de ajudar a socorrer o povo e era a favor do povo, foi o primeiro a maltratar, tocando água na cara da turma, batendo de tábua, empurrando nego, querendo jogar dentro do rio Arrudas. Então foram lá, pegaram num nego e jogaram até debaixo de um pneu de carro."<sup>37</sup>

A indignação com o fato fica clara. O local cheio - "ninguém podia andar" - sem condições para que a manifestação acontecesse, o carro em chamas e alguém chama a polícia, para ajudar a acalmar o povo. Mas a ação da polícia - incluindo-se ali o Corpo de Bombeiros, que deveria ser "a favor do povo" - aumenta o conflito e acirra os ânimos: "jogaram um nego debaixo de um pneu de carro". Não é presença da polícia no local que é questionada, mas sim a ação que os policiais empreendem. No caso dos bombeiros, que recebem o manifestante com uma "tanaguada de água na cara", sua conduta torna legítimo o revide, pois naquele meio tem "gente boa e gente ruim". Os dois depoimentos sugerem que a expectativa em relação à corporação - socorrer o povo, ser a favor do povo, ajudar a acalmar - é frustrada pela ação dos seus membros e o conflito

---

<sup>36</sup> Depoimento citado em FURTADO, 1984. p.150.

<sup>37</sup> Depoimento citado em FURTADO, 1984. p.150.

assume características de um enfrentamento pessoal. Esvaziada de sua legitimidade institucional, a ação dos bombeiros e da polícia é vista como uma disputa onde os "nego" batem uns nos outros e o enfrentamento da autoridade - que dissolveu sua legitimidade institucional pela atitude arbitrária adotada - passa a ser legítimo. Verifica-se, portanto, uma produção de sentido no discurso e na ação dos manifestantes que extraem dessa produção, constituída pela experiência do próprio movimento, os elementos que fundam a legitimidade de sua ação e retiram o fundamento de legitimidade da ação institucional.

No episódio da morte do operário, que ocorre na Av. Olegário Maciel, em frente ao campo do Atlético, no meio de um conflito extremamente violento entre policiais e grevistas, alguns pontos reclamam nossa atenção. Sem esquecer que não é "moderada" uma ação policial que reprime manifestações usando armas de fogo, a morte de Oracílio, num primeiro momento, é imputada aos próprios manifestantes: teria sido uma "tijolada" ou uma "pedrada" que o matara. Essa versão, contestada já no início pelos participantes da cena - entre eles alguns repórteres - não se sustenta após o resultado da perícia.<sup>38</sup> Surgem então duas novas explicações. A primeira, indicada pela trajetória da

---

<sup>38</sup> "Indagado sobre a morte de Oracílio Martins Gonçalves, o governador lamentou-a e disse que estava aguardando o laudo pericial, mas pelas informações que lhe tinham sido levadas, ele teria sido morto com um tijolo lançado pelos próprios grevistas. Francelino mostrou-se surpreso quando um repórter disse que ele havia morrido em consequência de uma bomba, e na mesma hora mandou chamar o secretário de Segurança Amando Amaral, chefe do gabinete militar, Jair Coutinho, e o comandante da Polícia Militar, coronel Welther Vieira de Almeida. Este último afirmou: Fomos informados de que houve um tumulto, os operários estavam com tijolos e pedras e este rapaz (Oracílio) levou uma pedrada e foi conduzido para o Pronto socorro. Pelo que sabemos ele morreu em consequência de traumatismo craniano." GOVERNO denuncia infiltrações na greve. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979. p.5.

"Um repórter quis saber o resultado do laudo pericial e o governador passou o microfone para o secretário Amando Amaral, da Segurança. Este respondeu: o laudo pericial feito no Instituto de Medicina Legal comprova que o ferimento que causou a morte foi uma bala, projétil calibre 38. Posso afirmar que a direção da bala partiu de um ponto alto, penetrou no peito do elemento, matando-o e seguindo para baixo e não horizontalmente.(...) A polícia usa revólveres calibre 38, mas é grande a quantidade de elementos civis que utilizam esta bala. (...) Travou-se então um curto diálogo entre o secretário de Segurança e um repórter, este afirmando que lera o laudo e lá não constava que o tiro partira do alto. O secretário contestou-o, dizendo que o laudo assegurava isto. O repórter perguntou então se existiam dois laudos. Não, respondeu Amando Amaral, existe um único laudo." GOVERNADOR denuncia as infiltrações. *Estado de Minas*, Belo

bala, sustentaria que o tiro partira do alto - sendo que os policiais armados se encontravam no mesmo nível que o operário - o que dá origem à tese de que a morte não seria de responsabilidade da polícia, mas de um "provocador", talvez escondido num dos prédios da vizinhança. A segunda explicação, que aparece em alguns depoimentos em apoio à primeira, ou, em outros casos, como esvaziamento da legitimidade do próprio movimento, é sugerida quando circula a informação de que Orocílio - um tratorista - não era trabalhador da construção civil, não estava na manifestação, mas se dirigia a uma consulta médica em um local nas vizinhanças do campo do Atlético.<sup>39</sup> A questão aqui é, de um lado, isentar a polícia da responsabilidade, assegurando a característica moderada de sua ação, mesmo com a presença de policiais armados. Assim, os policiais, quando atiravam, o faziam para o alto e se tivessem acertado alguém a trajetória da bala seria outra. O tiro partira de outra direção, ainda que o calibre da bala fosse o mesmo que o das armas utilizadas pela polícia. Por outro lado, o que fazia Orocílio ali, se ele não era membro da categoria em greve? Seria ele um "infiltrado" cuja ação legitimava a intervenção policial,

---

Horizonte, 1 ago. 1979.

<sup>39</sup> *"... a peãozada pegava pedra e tacava na polícia. E lá e que saiu aquele tiro que pegou num cidadão que nem participava do movimento. Ele estava indo... isso nós levantamos depois, ele estava indo fazer uma consulta médica, estava de licença e ia fazer consulta médica. Ele estava inclusive com a guia para uma consulta especializada, não me lembro mais de que não. Ele estava com essa guia no bolso quando tomou o tiro. (...) Essa história do tiro, parece que, de alguma forma, ficou mais ou menos caracterizado que havia uma intenção por trás desse tiro... uma intenção de provocação."* Depoimento do jornalista Otaviano Laje, à autora em maio de 1992.

"O tratorista Orocílio Martins Gonçalves, de 24 anos, saiu de casa às 6 horas da manhã de segunda-feira para marcar, num posto do INPS localizado no centro de Belo Horizonte, o dia em que iria cauterizar um pequeno tumor.(...) Ao chegar à avenida Olegário Maciel, todavia, Orocílio subitamente se viu no epicentro da violência que sacudia Belo Horizonte naquela manhã: cerca de 10.000 mil grevistas enfrentavam a pedradas uma tropa de choque da Polícia Militar. Uma bala de revólver calibre 38 acabou atingindo o peito do tratorista, que, ao tombar, teve o corpo magro pisoteado pela multidão. É possível que Orocílio tenha morrido sem saber o que ocorria. Contratado pela Empresa de Mecanização Rural a 5.000 cruzeiros por mês, ele trabalhava na construção de um dique em Vespasiano, a 30 quilômetros da capital. Conseguiu um dia de folga para a consulta no INPS - e talvez não soubesse, naquela manhã de segunda-feira, que uma greve de operários da construção civil fora decretada na véspera. 'Orocílio nunca foi de participar de confusão', garante sua viúva Vânia de Oliveira Gonçalves, de 21 anos. 'Além do mais, ele não é operário de construção civil. Ainda por cima, estava adoentado.' A VIOLÊNCIA vai às ruas: com uma bala no peito, um corpo na avenida. *Veja*, São Paulo, 8 ago.1979. p.22-23. (box).

já que a presença de "elementos estranhos" ao movimento era um dos termos que vinha justificando a repressão às manifestações? Mas há ainda um outro aspecto e este, no nosso entendimento, mais fundamental: o fato de que Orocílio não era da categoria era afirmado para enfatizar a violência e a arbitrariedade da repressão à greve - a morte de um "inocente" - como se uma morte de um manifestante tornasse o fato menos violento e a ação menos ilegítima. Algo na linha do "quem tá na chuva é prá se molhar", sugerindo que a ação dos próprios grevistas carregava em si mesma a possibilidade da reação policial - naturalizada e banalizada naqueles tempos de ditadura - quando a arbitrariedade e violência só comoveriam se dirigida aos "inocentes", àqueles que não participavam do movimento. Assim, o argumento que buscava enfatizar a violência policial acabava tendo o efeito de sugerir alguma legitimidade da repressão à greve - à categoria dos que haviam perdido a "inocência" lutando por suas reivindicações.

De acordo com *Isto É*, "a greve do pessoal da construção civil transformava-se numa agressão a uma das instituições máximas dos mineiros, a tranquilidade."<sup>40</sup> Com essa frase a revista buscava caracterizar o clima criado na cidade a partir da "rebelião popular" - o termo é de LE VEN (1979) - em que se transformara a greve. De fato, o sentimento mais enfatizado, seja nos depoimentos, seja nas reportagens, era o pânico, o medo, o terror frente aos acontecimentos. O medo aí registrado apresenta diversas faces. Às vezes assume a característica de um sentimento

---

<sup>40</sup> "No trajeto até o estádio, atravessando toda a cidade, completamente descontrolados, sem o comando de nenhum tipo de liderança e acompanhados e fustigados pelos cavalarianos, os operários viraram carros, quebraram vidraças das lojas. À medida que avançavam aos gritos de 'oito mil! oito mil', o comércio ia fechando as portas. No começo, a movimentação contou com certo apoio da população. Dos altos dos edifícios, pessoas vaiavam a polícia e jogavam papel picado. Depois substituíram papel por objetos variados atirados sobre os grevistas, especialmente cubos de gelo e sacos de plástico cheios de água.(...) O terror belo-horizontino aumentou quando as rádios passaram a anunciar que os grevistas estavam saqueando o centro." EXPLOSÃO em Minas: greve e 'força selvagem'. *Isto É*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.5.

difuso, que se transforma imediatamente em pânico frente a um movimento mais brusco e inesperado e convive com os transeuntes da "área conflagrada" durante toda a semana do transcurso da greve. As correrias no centro da cidade e o grande número de pessoas atendidas nos hospitais "com crises nervosas" o atestam. Frequentemente, o sentimento aparece associado ao aparato policial e a sua ação, especialmente quando o efetivo se reúne nas operações denominadas "pente fino". Em alguns casos, o medo refere-se aos riscos que o movimento poderia trazer ao processo de "abertura política" em curso. Entretanto, o que mais chama a atenção é o sentimento de temor aos próprios manifestantes: o medo, puro e simples, daquilo que acontecia na cidade e que é tratado na cobertura da imprensa como o "clima". É interessante perceber como o termo ajuda a naturalizar os acontecimentos, ao evocar um elemento da natureza para caracterizar um acontecimento social e político. Transformando o social em natureza - o "clima" como resultado de forças naturais que escapam ao controle da ação humana - naturalizam-se também os preconceitos de classe que discriminam os grupos sociais, que são reforçados pelos relatos de violência e incivildade dos manifestantes. Neste último caso, percebe-se que se a experiência do conflito é quase sempre acompanhada do sentimento de temor, o tratamento que foi dado aos fatos - fruto, entre outras coisas, da ênfase nos incidentes mais violentos<sup>41</sup>, produz o efeito de reforçar o temor e de disseminá-lo no terreno social. O tom do noticiário é inquietante, em alguns jornais chega a ser alarmista. E mais: por apresentar os acontecimentos sob a ótica do "tumulto" e da "baderna", transforma o conflito em violência gratuita e incontrolável - um elemento da natureza - aumentando o pânico que se alastrava na cidade. A idéia da "gratuidade" da violência que eclode na greve é

---

<sup>41</sup> Essa é, aliás, uma das características do discurso jornalístico, que usa a categoria do "excesso" como um dos critérios para a escolha dos fatos tratados na mídia e definir a sua abordagem. Cf. RODRIGUES, 1990. p.99.

revelador da matriz de incivilidade vigente na sociedade que não admite a existência de equivalências de interesses e reciprocidades de direitos do conjunto de seus membros, ao não ver na luta dos trabalhadores e na sua reação à interdição da cidade que lhes era imposta nenhum fundamento de legitimidade. É, portanto, um discurso que apela para o "reestabelecimento da ordem" e exige ações que garantam a "tranquilidade da cidade e a "paz social" perdidas com a eclosão da greve e que reconham os padrões de convivência, ainda que através de formas e ações mais violentas.<sup>42</sup>

Em relação às negociações, elas são apresentadas a partir de três cenários: o primeiro, e mais importante, refere-se às reuniões entre os sindicatos envolvidos sob a supervisão da DRT e que culmina na sentença do TRT pela legalidade da greve; o segundo, que corre paralelamente, refere-se às intervenções do governo estadual, dos políticos e de lideranças sindicais de outras categorias; o terceiro, as assembleias dos trabalhadores que avaliam as negociações e pontuam as ocorrências com suas manifestações. É preciso lembrar que nos jornais diários (impressos ou televisionados) que acompanham o dia-a-dia da greve, esses três cenários, ainda que se referindo à mesma questão, são apresentados de forma pontual, com pouca ou nenhuma articulação entre as matérias específicas, tratando isoladamente os fatos ocorridos em cada um deles. Assim, muitas vezes o que parece ser a emergência autônoma de um fato em um cenário determinado foi, na realidade, desencadeado em consequência de um outro, ocorrido em outra instância de negociação.

---

<sup>42</sup> "Acima de tudo deve estar o imperativo da ordem e da harmonia social. Na realidade, ao governo não faltam os meios para - independentemente de responder com violência aos excessos que os grevistas maliciosamente estão sendo levados a praticar - agir com a energia e equilíbrio que a situação requer. É seu dever reprimir os atos de vandalismo que têm se sucedido e induzir para os caminhos normais o desdobramento de esforços em favor de um acordo salarial que contemple os interesses de empregadores e empregados." TENSÃO coletiva. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979. p.4.

A cobertura das reuniões na DRT foi ampla e detalhada e, sob muitos aspectos, foi até mesmo pedagógica.<sup>43</sup> As reuniões eram relatadas quase que ponto por ponto, descrevendo-se as intervenções dos participantes e desnudando-se os confrontos entre as partes. Revela-se o despreparo dos dirigentes sindicais dos trabalhadores da construção civil em conduzir as negociações e a sua subserviência frente ao sindicato patronal. Por outro lado, torna-se clara a arrogância dos empregadores e a sua intransigência frente às reivindicações feitas. As manobras, fraudes, manipulações de informações na argumentação dos patrões estão denunciadas na letra impressa dos jornais. De fato, e talvez pela primeira vez, naquele período eram tornadas públicas as negociações realizadas em torno das reivindicações de uma categoria de trabalhadores, nas quais suas demandas eram reconhecidas, a polêmica tornava-se visível e as diferentes posições expostas ao público.

No segundo cenário, dois fatos se destacam no noticiário: as ações do governo Francelino Pereira e suas conseqüências no plano das negociações e a vinda dos sindicalistas paulistas, especialmente a presença de Lula. No primeiro caso, é destacada a fragilidade do governo estadual<sup>44</sup> ainda que muitas vezes as razões apontadas dissessem

---

<sup>43</sup> Cf. OPERÁRIOS fazem reunião às 10h. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979; ÀS 10h30m, conciliação no TRT. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979; HOJE, acordo ou decisão judicial. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979; ÀS 14h, assembléia decide se os operários aceitam os índices estabelecidos pelo TRT. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979; UMA COMISSÃO de greve tentou um novo aumento. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979; GREVE não terminou na Delegacia do Trabalho. *Diário da Tarde* Belo Horizonte, 31 jul. 1979; TRIBUNAL procura hoje solução para a greve. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979; EMPREGADORES propõem hoje novos valores para terminar a greve, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979; NOVA tentativa de acordo antes da decisão do Tribunal. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979; GREVE foi legal. Trabalhadores podem voltar hoje ao serviço. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979.

<sup>44</sup> "A falta de iniciativa do governador Francelino Pereira, a miopia de seu prefeito, a imaturidade do sindicato dos empregadores e a falta de noção das leis dos empresários do setor abriram uma crise inédita na reorganização política brasileira.(...) Ainda convalescendo da greve dos professores mineiros, que durante um mês paralisou as escolas do Estado, Pereira quase naufragou psicologicamente ao constatar sua

respeito à origem do governador -um piauiense de nascimento, mas de militância política em Minas há mais de quarenta anos - e não se tocasse de maneira explícita na sua representatividade e na legitimidade das forças políticas que o sustentavam. Mereceu destaque o envio de alimentos aos grevistas concentrados no campo do Atlético, denominado de "trem pagador" por *Veja*, num paralelo a um episódio inscrito no folclore político mineiro.<sup>45</sup> A providência, ainda que motivada pelo temor de que os grevistas se espalhassem pela cidade premidos pela falta de alimentos no campo, em decorrência da precariedade da organização do movimento, foi eficaz tanto em relação à manutenção dos trabalhadores confinados no antigo estádio quanto na construção de uma imagem mais positiva do governo, mas deu também maior coesão ao movimento e tornou mais eficaz a concentração enquanto mecanismo de pressão sobre as reuniões na DRT. A ação do secretário do Trabalho, que busca intervir nas negociações servindo de interlocutor para grupos de trabalhadores, também é destacada no noticiário, que aponta ainda a "tristeza" do prefeito Maurício Campos por perder um precioso tempo que poderia ser dedicado à

---

impotência para devolver a paz à capital. Nos dois primeiros dias, limitou-se a lançar anátemas sobre 'elementos estranhos à classe infiltrados no movimento'. Na quarta-feira, Pereira passou seis horas em Brasília em busca de socorro federal que não viria. Sozinho, sem poderes, ele, enfim, se rendeu à certeza de que os caminhos que levariam ao fim da greve passaram ao largo do Palácio da Liberdade." A VIOLÊNCIA vai às ruas. *Veja*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.21 e 24.

<sup>45</sup>Francelino Pereira, por sua vez, prontamente atendeu ao apelo, da mesma forma que atenderia a outras solicitações dos grevistas. Na quarta-feira, por exemplo, os trabalhadores reunidos no campo do Atlético em nova assembléia foram brindados com 10.000 litros de leite, 10.000 litros de água mineral e 20.000 pães, patrocinados pela Secretaria do Trabalho. O caminhão de leite e do pão torna-se a corporificação de velha piada política mineira. Nela, o sereno udenista Milton Campos, governador de 1946 a 1950, ao ouvir de um policial que deveria enviar um trem de tropas contra uma greve de professores, respondeu: 'O senhor não acha melhor mandar um trem pagador?' Depois de mandar a tropa, Francelino Pereira percebeu, por sugestão de Lula, que melhor faria mandando pão." A VIOLÊNCIA vai às ruas. *Veja*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.23.

resolução dos problemas da cidade, ao invés de estar intervindo nos constantes movimentos grevistas que surgiam naquele período.<sup>46</sup>

A presença dos sindicalistas paulistas em Belo Horizonte tem grande destaque no noticiário. Os jornais diários informam que eles participam de reuniões a portas fechadas no sindicato de bancários e que, logo depois, Lula dá uma entrevista coletiva à imprensa. A presença desses líderes sindicais - em especial, de Lula - tem uma repercussão polêmica. De um lado, notadamente através de declarações das lideranças sindicais mineiras e de alguns políticos do MDB (participantes do chamado grupo dos "autênticos") considera-se legítima a presença e, mesmo, intervenção dos líderes trabalhadores paulistas. O governador recusa manifestar-se e alguns deputados - particularmente aqueles ligados à ARENA, mas também alguns da agremiação oposicionista (incluindo-se o líder do MDB) consideram uma "intervenção ilegítima nos assuntos mineiros" a presença dos paulistas. Mais de uma vez aparece a declaração de que o movimento estaria sendo utilizado pela facção política - representada por Lula - que pretendia criar o Partido dos Trabalhadores e que buscava, com sua presença na greve e nas manifestações operárias, garantir a legitimidade e a representatividade de suas pretensões políticas, aumentando as possibilidades de efetivá-las.<sup>47</sup> Para a revista *VEJA*,

---

<sup>46</sup> "É com tristeza que vejo os acontecimentos destes dias, porque gostaria de estar empregando meu tempo, minha inteligência e minha capacidade para solucionar problemas da cidade e não para resolver problemas de greve. Esta afirmação é do prefeito Maurício campos, feita ontem, às 15hs, em seu gabinete.(...) Sobre a atuação da polícia na dissolução de tumultos de rua e de piquetes, Maurício Campos afirmou que esse assunto também não é da minha alçada, mas, até agora, não vi violência nenhuma. Existe uma parcela da população que acha até que a polícia está agindo com moderação." PREFEITO fala de tristeza. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979. p.5.

<sup>47</sup> "A presença de Lula é indesejável em Minas, afirmou ontem o deputado Sérgio Olavo Costa, do MDB, acrescentando que o líder metalúrgico 'deve estar gozando férias-prêmio ou é um desocupado.(...) Depois, o deputado Jorge Ferraz lamentou que seu companheiro do MDB tenha criticado Lula." OPOSICIONISTA diz que presença de Lula constitui intromissão. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979. p.3.  
"A intervenção de Lula e outros dirigentes sindicais significa o aparecimento de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas, capaz de levar a trabalhadores de qualquer região do país uma posição eventualmente diversa

à ação do grupo de sindicalistas liderado por Lula é creditada muito da "pacificação" do movimento e do sucesso das reivindicações, o que, na perspectiva da revista, é mais do que suficiente para legitimá-la.

O terceiro cenário das negociações - as manifestações dos trabalhadores - é tratado apenas como uma instância de exercício de pressões e como forum de apreciação e repercussão das propostas apresentadas. Instância final de decisão sobre a continuidade da greve e garantia de manutenção do próprio movimento, o conjunto dos trabalhadores reunidos não era visto como um participante das negociações, mas tão somente como um "ator coadjuvante" que garante pelo seu desempenho adequado o sucesso do "ator principal" - os negociadores autorizados e constituídos pelas formalidades legais que cercam os ritos de conciliação promovidas pela DRT. Segundo as reportagens sobre as reuniões de negociação, delas participavam pelo Sindicato dos Trabalhadores apenas seus advogados e o presidente, cuja capacidade de liderança e de direção política da categoria já se revelara senão inexistente, no mínimo precária. De fato, na comissão de negociação na DRT, um único representante do comando de greve, que teria sido indicado pela assembléia dos trabalhadores, pôde participar da última reunião, sendo que a reunião do TRT foi assistida também por dois membros do comando de greve. Para além dos limites estabelecidos pelas formalidades legais, era a conotação de violência ilegítima impregnada no discurso sobre a ação dos trabalhadores que possibilitava reduzir ainda mais a sua interferência direta nos espaços "oficiais" de negociação, sugerindo que as assembléias seriam apenas instâncias homologatórias de decisões tomadas nas reuniões de

---

da assumida por um movimento local, mas indiscutivelmente respeitada. Lula parece ter demonstrado que, no Brasil, mesmo não havendo um comando nacional de trabalhadores, há uma pessoa capaz de comandar trabalhadores". A VIOLÊNCIA vai às ruas: em Minas, a estréia do 'CG-Lula'. *Veja*, Belo Horizonte, 8 ago. p.25.

conciliação. Se a possibilidade da eclosão de um novo "surto" de violência era insinuada como forma de pressionar os empregadores e apressar as negociações, essa mesma possibilidade - transformada em "irracionalidade" na esfera da ação política - era justificativa suficiente para que se mantivessem os trabalhadores a uma distância segura da mesa de negociações. Talvez esteja aí, nessa perspectiva produzida pelos próprios contornos que o movimento assumiu e reproduzida e re-elaborada pela mídia, uma das razões do conflito surgido na última assembléia.

As reportagens sobre o último dia de greve, a sexta-feira, dia três de agosto, no noticiário da televisão do dia anterior, ou nos jornais que já circulavam pela manhã, informam sobre a decisão do TRT, as providências para a realização da assembléia que decidiria sobre a continuidade da greve e indicam claramente a expectativa de volta ao trabalho. Aliás, na matéria do *Diário da Tarde* sobre a reunião do TRT o título é bastante sugestivo: "Greve foi legal. Trabalhadores podem voltar hoje ao trabalho". Nessa mesma reportagem há a informação de que um dos representantes do comando de greve que assistira a reunião teria declarado:

"a decisão foi boa e na assembléia mostraremos aos companheiros a importância de nossa vitória. Não poderemos ir contra a decisão da Justiça. Agora temos mesmo que voltar ao trabalho."<sup>48</sup>

Os acontecimentos do dia três são objeto da cobertura dos noticiários da televisão veiculados naquele mesmo dia e das reportagens dos jornais diários que circularam no dia seguinte. Além disso, as rádios da capital, especialmente a Itatiaia,

---

<sup>48</sup> "É certo que a greve que se iniciou no último domingo chegue ao fim hoje à tarde, pois na parte da manhã muitos já retornaram ao trabalho." GREVE foi legal. Trabalhadores podem voltar hoje ao trabalho. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979. p.8.

fizeram a cobertura diretamente do campo do Atlético, em transmissão direta. Segundo tais reportagens, o antigo estádio estava lotado e o ambiente lá era muito tenso. Francisco Pizarro, que dirige os trabalhos, explica a decisão do TRT e o significado da decretação da legalidade da greve, bem como as consequências para os trabalhadores, de não acatarem as decisões do Tribunal. Algumas reportagens informam que teria havido duas votações sobre a continuidade da greve. Na primeira, pelo sistema de apontar, com o braço levantado, sua concordância com a proposta em votação, não pôde ser computada pelo grande número de presentes e porque "os operários que queriam continuar sem trabalhar obrigavam, pela violência, os outros a não erguerem os braços".<sup>49</sup> Na segunda votação, foi proposto que os trabalhadores que queriam o fim da greve se colocassem do lado direito do campo e os que quisessem a sua continuação deveriam se dirigir para o lado esquerdo. Além do tumulto que isso provocou, no momento em que Pizarro teria constatado que "a maioria era pelo fim da greve" os dois grupos se enfrentaram e começaram a se apedrejar, atingindo também a assistência que se encontrava nas arquibancadas ( a maioria formada pelos profissionais da imprensa) e a própria direção da assembléia.

"Tumulto, agressões, pedradas, correrias, cenas de violência despropositada marcaram, mais uma vez, o movimento grevista dos operários da construção civil. Apesar dos apelos dos mais moderados, a violência foi a tônica da assembléia iniciada às 14 horas para homologar a decisão proferida anteontem, no dissídio coletivo, pelo Tribunal Regional do Trabalho. (...) A cena não foi digna do nível de civilização da cidade e deixou em má situação a classe que reivindicava, com simpatia popular, melhores condições de vida." <sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> CONFUSÃO, tumulto e pedradas durante a assembléia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979. p.8.

<sup>50</sup> CONFUSÃO, tumulto e pedradas durante a assembléia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979. p.8.

Com o conflito generalizado no campo, a direção da assembléia é assumida pelo professor Tarcísio Ferreira, membro do comitê intersindical de apoio à greve, que consegue reestabelecer alguma ordem no local. A assembléia é encerrada, com a convocação de uma outra, para o dia seguinte.

O noticiário é unânime em sugerir - e, em alguns casos, chega mesmo a afirmar - que a eclosão da violência no campo do Atlético foi uma decorrência da condução dada à assembléia pelo presidente do Sindicato, que afirmava, no entanto, não ser culpado

"pela divisão entre os operários. O que dividiu os operários foi a proposta patronal, que ofereceu Cr\$20 mil para os mestres de obras, Cr\$12 mil para os encarregado e Cr\$3.600,00 para os serventes de pedreiros."<sup>51</sup>

Escondido atrás de uma arquibancada, com o rosto sangrando por causa de uma pedrada, Pizarro, que poucos minutos atrás pedira, através de uma rádio, a intervenção policial no campo<sup>52</sup> teria confessado que

"não há mais clima para a sua volta ao palanque e explicou: A turma que perdeu na votação está muito inquieta. Eles estavam revoltados desde a primeira contra-proposta patronal. Eu já esperava este tipo de tumulto, mas não achava que eles iam me acertar."

---

<sup>51</sup> PARA FRANCISCO Pizarro, a greve está acabada. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979. p.6.

<sup>52</sup> Trechos de transcrição de uma fita cassete da rádio Itatiaia, na cobertura direta da assembléia dos trabalhadores da construção civil, no dia 3 de agosto e citada em FURTADO (1984): "Voz de Francisco Pizarro: 'Pela decisão da maioria a assembléia decidiu pelo término da greve e está havendo tumulto aqui no estádio, nós fazemos apelo ao senhor secretário da segurança pública para que ele nos ajude a manter a ordem aqui no estádio, eu faço apelo à Rádio Itatiaia para que se comunique com o secretário da Segurança Pública a fim de evitar o tumulto que está ocorrendo aqui no estádio do Atlético.' Voz do repórter: 'Esse foi o apelo dramático, apelo dramático do Francisco Pizarro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores, que solicita a presença de elementos da polícia, solicita providências do secretário da Segurança, enquanto as pedras continuam caindo na maior intensidade aqui. É só botar a cabecinha de fora que alguém tenta, é tipo barricada, tipo barricada, e tipo frente de guerra, onde o cara tira a cabeça de fora da barricada é pedra que chove nele.'"

Segundo a mesma reportagem, Pizarro teria declarado que, para ele, "a greve havia terminado e que, daqui para a frente, a greve não será mais reconhecida pelo Sindicato." Disse ainda que os líderes sindicais de outras categorias, que até então participavam na condução das assembléias, não compareceram àquela por que teria havido divergência entre eles e Pizarro:

"Nós divergimos em alguns pontos, como, por exemplo, a forma de conduzir a apresentação da proposta. A liderança sindical temia pelo que aconteceu hoje (ontem) e eu acho que eles não precisavam correr este risco por mim. Eu não esperava ser atingido, mas fui, o que não quer dizer que houve perda de liderança. Vamos, no entanto, respeitar a decisão da maioria, que é de voltar ao trabalho, nem que eu tenha de levar outras pedradas."<sup>53</sup>

Segundo o *Estado de Minas*, enquanto a assembléia se realizava, uma comissão de trabalhadores se reunia com Pedro Gustin, secretário estadual do Trabalho, solicitando sua intervenção para tentar "um novo aumento para serventes e oficiais e para conseguir maiores esclarecimentos sobre a situação." A matéria relata o diálogo que teria havido entre o secretário e a comissão de trabalhadores, que, preocupados com as conseqüências da decisão de continuidade da greve - hipótese mais provável, dada a insatisfação com os índices conseguidos para os serventes e oficiais, bem abaixo do reivindicado - buscavam alternativas para o confronto que, sabiam, acabaria acontecendo no estádio. O diálogo, bastante elucidativo, é fundamental para que se compreenda melhor não apenas os eventos ocorridos na assembléia, mas também diferentes aspectos do movimento já aqui apresentados.<sup>54</sup> O secretário, mesmo reconhecendo que as reivindicações eram justas, procurava convencer a comissão de que seu papel era o de

---

<sup>53</sup> PARA FRANCISCO Pizarro, a greve está terminada. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979. p.6.

<sup>54</sup> COMISSÃO de greve tentou um novo aumento. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979. p.7 Ver a transcrição do diálogo entre a comissão de trabalhadores e o secretário do Trabalho, Pedro Gustin, na parte desse trabalho, denominada Anexos.

encaminhar a proposta de término da greve, obedecendo às determinações do TRT. Certamente, não seria possível, naquele momento, esperar outra conduta de uma autoridade constituída e que até então havia representado o governador junto ao movimento. Buscando assegurar que a comissão não contribuiria para "inflamar" os ânimos - chega a solicitar-lhe uma promessa nesse sentido - o secretário tenta convencê-la de que a categoria havia obtido uma vitória e que seria necessário argumentar com os trabalhadores a esse respeito. Por outro lado, os trabalhadores ali presentes e que já haviam sentido o clima da assembléia tentam mostrar que tal procedimento seria infrutífero e que temem pelas conseqüências. O relato deixa claro que embora a direção da assembléia tenha contribuído para a eclosão do tumulto ocorrido, já havia, de fato, uma animosidade no ambiente, fruto da discriminação sofrida pelos serventes e oficiais - a grande maioria dos trabalhadores que integra a categoria - e que seria possível prever os incidentes que acabaram acontecendo. É patente a dificuldade que a liderança enfrentava na direção do movimento, bem como a certeza de que a assembléia não aceitaria o papel homologatório que lhe estava sendo atribuído e que a reação dos "que não tomarão o vinho no casamento" seria violenta.

Na forma como os acontecimentos da assembléia foram tratados no noticiário, reforçou-se ainda mais a perspectiva de que a violência que eclodira na greve e que acompanhara toda a semana que durou o movimento era um traço característico da própria categoria, cuja "irracionalidade" política fazia com que ela se voltasse até mesmo contra os próprios companheiros e contra a sua liderança. Nessa perspectiva, considerava-se, que tendo predominado no seu comportamento o traço de "força selvagem - "atitude

muito mais instintiva do que racional" -<sup>55</sup> explicativo do caráter deste tipo de reivindicação, a greve e os que a promoveram tornaram-se fonte de temor e intranquilidade para a cidade, que aprendeu que

"as centenas de milhares de peões espalhados pelas grandes cidades brasileiras podem ser transformadas em torrentes de desordens, incêndios e atos de vandalismo."<sup>56</sup>

Mas, adverte *Veja*,

"o susto que os peões de Belo Horizonte deram ao país valeu como lição. Ele ensinou que a segurança dos carros, e sobretudo das grandes cidades, habituadas a conviver displicentemente com os anônimos operários que nelas constroem as pirâmides de concreto de uma sociedade desatenta, depende de lideranças sindicais mais competentes, de empresários menos vorazes e de governos mais ágeis."

## 5.2. "Tá raiano a liberdadi no orizzonti do Brasiu".

As considerações feitas na parte anterior sobre a cobertura que a imprensa deu à greve dos trabalhadores da construção civil nos permitem identificar algumas questões, na tentativa de compreender o papel que os meios de comunicação de massa desempenharam naquela ocasião, bem como elucidar os elementos que construíram as articulações entre a experiência da greve e o tratamento que ela recebeu na mídia.

O processo de ressignificação da greve, que surge na cobertura dos fatos pela imprensa e que transforma o conflito em "tumulto" e "baderna", resulta, como

---

<sup>55</sup> A EXPLOSÃO em Minas: greve e 'força selvagem'. *Isto É*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.10 e 11.

<sup>56</sup> A VIOLÊNCIA vai às ruas. *Veja*, São Paulo, 8 ago. 1979. p.22 e 25.

vimos, da "incompreensão" da natureza da violência que eclodia no movimento. Entretanto, não compartilhamos das teses que buscam explicar o funcionamento da mídia a partir de perspectivas teóricas que privilegiam a conspiração e a manipulação no seu fulcro de análise. Estamos trabalhando com o suposto de que é na natureza paradoxal da esfera comunicativa - instituinte e instituída nas teias das relações sociais - que se encontram os veios mais frutíferos para elucidação do seu papel. Esse suposto exige avançar para além do plano de análise das mensagens mediáticas, para que seja possível compreender os elementos que estariam fundando aquela "incompreensão". Obviamente, o discurso mediático não é monolítico, homogêneo ou completamente obturado. Enquanto construção de sentido, ele deve ser percebido como construindo tendências de significação nas narrativas cotidianas em que apreende o real e tecendo, nos interstícios dos "não-ditos", dos apagamentos e das controvérsias, as possibilidades de constituição de sentidos diversos, diferentes e inesperados.

Uma primeira questão a ser trabalhada diz respeito às mediações produzidas no exercício jornalístico. De acordo com ABRAMO (1988:109), um jornalista não é despido de opiniões políticas e considerá-lo "um ser separado do resto da humanidade" é, no mínimo, uma bobagem, pois "é preciso ter opinião para fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos". Conceber desta forma o jornalista exige, portanto, levar em consideração, em qualquer análise da mídia, o fato de que, em sua produção, ela conta com um conjunto de mediações, das quais a ação do jornalista e as vicissitudes que este enfrenta no exercício de suas atividades certamente não são as menos

importantes.<sup>57</sup> Além disso, como o jornalista mantém relações diretas com as "fontes" e está sempre presente nas cenas dos acontecimentos, torna-se por um lado, para os demais participantes, a personificação do veículo em que trabalha, defrontando-se sempre com as sanções negativas ou positivas que isto acarreta.<sup>58</sup> Por outro lado, torna-se alvo de pressões que buscam impor, nos espaços conflagrados de produção de sentido dos fatos ocorridos, a significação considerada mais "verdadeira" para os acontecimentos veiculados na mídia. Nessa perspectiva, é importante destacar que, mesmo em se tratando da informação - um dos gêneros discursivos da mídia, que aqui estamos privilegiando e que pretende se apresentar como meramente constatativo, - os acontecimentos sociais não são objetos que se encontrariam dados na realidade e de cujas propriedades e efeitos os *media* nos proporcionariam o conhecimento mais ou menos fidedigno. De fato, tais

---

<sup>57</sup> *"Esse pessoal da construção civil só via a Globo e só escutava a Itatiaia. E a cobrança era em cima da Globo e da Itatiaia. O resto não existia. O jornal da Bandeirantes e mesmo a Itacolomi, na época, podiam dar a mesma coisa que a Globo e não existia cobrança nenhuma. A cobrança era em cima da Globo e da Itatiaia, ou seja, em cima dos repórteres da Globo e da Itatiaia. E existia uma censura muito grande na Globo: não se ouvia peão. Ouviam-se os patrões, mas não se ouvia peão quando nós começamos a cobrir. A gente chegava e entrevistava. Eu ia todos os dias para o ex-campo do Atlético, cobrir as assembléias, entrevistava os peões, ouvia, eles falavam as reivindicações deles, falavam disso tudo. Entrevistava os patrões. Chegava na hora do jornal, liam em off as reivindicações dos peões e os patrões, entravam as imagens deles. Então aparecia por exemplo: 'Hoje os funcionários da construção civil fizeram mais uma assembléia e decidiram isso, isso, isso'... entrava o filme, a imagem. 'Mas os patrões resolveram que não vão dar isso'... aí entrava o patrão falando. No outro dia, eles, os peões, caíam de pau na gente. E com razão. Eles tinham um ódio mortal deste tipo de cobertura."* Depoimento da jornalista Kátia Resende à autora em maio de 1992.

<sup>58</sup> *"Nesta época, em qualquer reunião dos peões, o Dídimo Paiva (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas) ia na frente e falava: 'Vai chegar a Globo agora para fazer a imagem de vocês. Por favor não hostilizem os repórteres, pois eles não têm culpa nenhuma se a emissora não passa a entrevista de vocês. Eles são tão assalariados quanto vocês'. Mas eles nos hostilizavam muito. Me lembro uma vez de um incidente que aconteceu em frente ao ex-campo do Atlético, quando eles apedrejaram o carro de reportagem da Globo, com todos nós lá dentro. Tinha até uma turma que queria virar o carro. Saímos dali correndo, eu me lembro, até cheguei chorando na Globo, na época o chefe de redação era o Tom Zé. Nos reunimos e eu falei que não ia cobrir mais nada, se eles não mudassem a forma da cobertura. Aí foi resolvido que não íamos dar mais entrevistas. Ou apareciam entrevistas de peões e patrões, ou não aparecia mais ninguém, só imagem e "off" para todo mundo."* Depoimento da jornalista Kátia Resende à autora em maio de 1992.  
*"Havia momentos em que o pessoal ficava meio grilado, de eu fotografar, prá denunciar... Mas eu me identificava como fotógrafa do Jornal dos Bairros que muitos conheciam. Muitos não, mas sempre tinha alguém que conhecia e falava: 'É gente nossa! É gente boa!' Naquele período, especialmente na greve dos peões, me salvou muito ser do Jornal dos Bairros."* Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

acontecimentos só existem na medida em que a mídia os elabore como tema de seu discurso, pois a instância comunicativa é um dos espaços privilegiados de constituição da realidade nas sociedades contemporâneas. É nessas condições que é possível compreender os constrangimentos ao trabalho jornalístico não como puramente técnicos, mas como decorrentes igualmente de normas sociais, ideológicas e de disputas políticas. Ainda que os fatores em jogo no funcionamento da instância mediática em muitos momentos ultrapassem a vontade dos indivíduos que participam de sua produção, é fundamental admitir que a singularidade da ação do profissional não é inócua na articulação da mensagem.

O discurso mediático enquanto construção da realidade mostra-se suscetível às pressões dos diversos interesses presentes no interior da sociedade e que se manifestam tanto na configuração dos fatos ocorridos quanto nas significações que tais fatos podem desencadear. As lembranças de uma jornalista que participou da cobertura da greve dos peões são bastantes elucidativas a esse respeito:

*"E me lembro, que nesse dia mesmo, nessa segunda-feira, houve uma entrevista com o governador Francelino Pereira, no Palácio dos Despachos. O jornal, naquela confusão, mandou alguém ficar acompanhando os grevistas e eu fui para essa entrevista com o governador. Quando eu cheguei lá já havia uns cinco jornalistas, sendo que uns dois de fora. E nenhum deles havia estado de manhã lá na Praça ou no campo do Atlético, onde havia sido morto o operário. Quando eu cheguei lá, o Francelino Pereira estava explicando a morte do operário. Ele estava falando que o cara havia sido morto por uma tijolada dada pelos próprios peões. Eu falei: 'Olha governador, se o senhor me permite, não foi isso que aconteceu. Eu estava lá e a gente acha que ele morreu - nós que estávamos lá - nós vimos que ele morreu não foi com tijolada não. Ele não tinha nenhum ferimento desse tipo. Foi com um tiro.' Aí, todo mundo fez assim...todo mundo falou: 'Tiro?' Francelino ficou lívido, lívido... Ele falou assim: 'A senhora está muito mal informada, eu vou chamar o chefe do Gabinete Militar, coronel Welther, acho eu - e ele vai dar a versão exata para a senhora.' E esse tal de coronel Welther leu um comunicado oficial para mim, para todos ali, falando 'às tantas horas, Fulano de Tal morreu com uma tijolada'...eu não me lembro mais dos detalhes, tá? Ele falando assim: 'Olhe,*

*está tudo escrito aqui, neste relatório e tal... ' Mas eu sustentei, eu falei assim: 'Não, eu, a gente, nós estávamos lá, eu e mais outros jornalistas, nós vimos, não foi com tijolada não.' Estava enfumaçado, tinha muita bomba de gás lacrimogêneo, agora, se não foi tiro, ainda falei com ele, foi com uma bomba de gás. Que nós vimos, né? E ele sustentava, mas eu teimava e o Francelino ia ficando cada vez mais lívido. Eu sei que ficou uma coisa muito chata, ele foi muito duro, muito agressivo e eu sustentando que não havia sido uma tijolada. E aí, eu falei: 'Olha eu vou dar a versão oficial, mas vou dar a versão do que vimos também. Eu sou obrigada a dar a versão dos senhores, mas sou obrigada a dar também o que vi.'"<sup>59</sup>*

Compreender o processo de construção da realidade a partir da produção de sentido instituído pela instância mediática exige articular o conjunto de interesses que disputam no terreno social a significação que lhes parece mais adequada aos fatos. Entretanto, este processo de atribuição de sentido encontra seus limites tanto naquilo que ARENDT (1992:282-325) denominava de "núcleo duro do real" - do qual o testemunho da repórter nos dá conta no episódio da morte de Orocílio - quanto na própria conflagração do terreno, figurada na disputa de interesses na cena da greve. É preciso, dessa forma, tentar articular o conteúdo veiculado pelos meios ao que se poderia chamar "fusão de horizontes" existente naquele momento da greve e que se manifestaria nos significados partilhados por aqueles que a vivenciaram e pelos profissionais que produziram a sua narrativa na mídia. Afinal, como apontam os estudos relativos à estética da recepção, o sentido de um texto é permanentemente recriado pelos receptores e pelos autores que se sucedem no tempo através da fusão do "horizonte de expectativa" ou matriz primária que o autor agencia ao produzir um texto e o "horizonte de experiência" que o receptor põe em funcionamento ao entrar em contato com o texto.<sup>60</sup> A experiência de

---

<sup>59</sup> Depoimento da jornalista Cristina Bahia à autora em maio de 1992.

<sup>60</sup> Cf. JAUSS, 1978. É interessante ainda lembrar a observação de DARNTON (1990:84-86) de que os jornalistas são em geral os receptores mais exigentes e mais críticos do texto mediático.

cobertura da greve, o complexo de sentimentos que ela desencadeia nos profissionais de imprensa, tudo isto aparece e conota o próprio discurso mediático:

*"Raríssimos de nós, pouquíssimos de nós, jornalistas, tínhamos visto uma greve daquela proporção. Como eu já contei, eu tinha visto aquela da Belgo Mineira, que tinha desencantado o período pós-ditadura. Então, a questão profissional era muito importante: a gente estar cobrindo aquele movimento, pois a gente sabia que aquilo era uma coisa muito marcante. Eu, por exemplo, digo que nunca fui a mesma pessoa depois daquilo. Eu nunca fui a mesma profissional. Aquilo me mudou muito. Aquela greve, aqueles acontecimentos, me amadureceram muito, profissionalmente. Havia um sentimento, por incrível que pareça, de esperança. Muito forte. Assim: 'As coisas estão mudando mesmo, né?' Veja, a anistia veio logo depois e acho que acontecimentos como este ajudaram muito, contribuíram muito, eu acho que sim. Para a aceleração das coisas, pois tudo era muito lento e gradual."<sup>61</sup>*

Na perspectiva analítica que adotamos aqui, observamos que no discurso mediático termos como "baderna", "tumulto", "vandalismo", "guerra", "caos" compareciam conotando a violência que eclodiu na cidade a partir da concentração da Praça da Estação e produziam o efeito de dissolver o propósito que levou os trabalhadores às ruas. Entretanto, parece-nos que os elementos que possibilitaram esta ressignificação não se originavam apenas na instância da comunicação mediática, mas seriam produzidos pelas maneiras como a sociedade percebia aqueles acontecimentos. Esta nos pareceu uma hipótese de trabalho interessante na medida em que nos oferece possibilidades de compreensão da ressignificação produzida na mídia, bem como dos diferentes sentidos que se inscreveram naqueles acontecimentos.

Como se viu na parte anterior, o discurso mediático pretende ater-se ao registro da ocorrência fatural, exceção feita aos editoriais dos jornais impressos e às reportagens das revistas semanais que incluem no seu discurso alguns elementos que, se

---

<sup>61</sup> Depoimento da jornalista Cristina Bahia à autora em maio de 1992.

não analíticos, pelo menos escapam da mera fatualidade.<sup>62</sup> Nesses relatos dos acontecimentos, que mostram o enfrentamento da polícia, a depredação de veículos e de lojas, a ocorrência de prisões e a existência de grande número de feridos, revelando uma situação inteiramente "anormal" no centro da cidade e nas imediações do campo do Atlético, a dedução que se pode fazer - e os títulos das reportagens cumprem esta função (Cf. RODRIGUES, 1990:107) - é que ali ocorriam "tumultos generalizados". Mesmo que alguns títulos e certos temas das reportagens obrigassem o retorno da referência à greve dos trabalhadores, a significação prevalente no conjunto da cobertura é a de uma "degeneração" do movimento, processando-se no discurso um deslocamento constante do referente: a greve. Como vimos, a "degeneração" era atribuída a um conjunto de fatores, mantendo-se interdita no discurso a natureza mesma do evento abordado: a greve como expressão do conflito existente no interior das relações de trabalho e as ações dos trabalhadores em greve como tentativa - legítima e legal - de resolver o conflito. É essa interdição que se encontra na origem tanto da reação à greve que se percebe nas autoridades, na representação patronal e em segmentos da população, quanto na própria mídia. O indicador mais claro dessa interdição na mídia está apontado na matéria sobre a primeira assembléia dos trabalhadores realizada no domingo que antecedeu a concentração da Praça da Estação. A reportagem sobre essa assembléia - a primeira grande

---

<sup>62</sup> É interessante observar que à medida em que a situação se acalmava na cidade, os editoriais do jornal *Estado de Minas* iam tendo o seu tom abrandado. Assim, a posição do jornal, expressa nos editoriais, variou do tom quase histórico do dia primeiro de agosto a uma posição um pouco mais equilibrada nos dias que se seguiram. No editorial denominado "Raízes da Violência", publicado no dia dois, ele reafirma as "evidentes infiltrações de interesses estranhos" no movimento desencadeado pelos trabalhadores da construção civil como um fator explicativo do "desvirtuamento das manifestações de rua de Belo Horizonte", mas acrescenta que nas análises que líderes operários e autoridades fazem do problema fica marginalizado um fator importante da origem da crise: "trata-se da violência em si, que se tornou, nos últimos tempos, a marca irrecusável da paisagem citadina no Brasil." Para o jornal, "os distúrbios nas ruas de Belo Horizonte estão ligados a problemas muito mais numerosos do que se pode conceber à primeira vista, quando o raciocínio se concentra sobre situações aleatórias ou artificiosas. A violência está nas ruas e só com um extremo esforço de inteligência e sensibilidade se conseguirá debelá-la para sempre."

manifestação da luta dos trabalhadores no espaço da cidade de Belo Horizonte, após 1968 - é construída pela evocação dos grandes espetáculos futebolísticos que teriam ocorrido no antigo estádio, apresenta um tom sentimentalista e é narrada a partir de uma estrutura inspirada nos modelos arcaicos das narrativas populares. O processo de interdição da natureza política da greve no discurso mediático se inicia aí, iniciando-se também, por essa mesma via, a ressignificação das ações empreendidas pelos trabalhadores.

Na realização de uma dessas ações - a concentração numa praça pública - que teria como objetivos tornar público o conflito existente, divulgar as reivindicações feitas aos patrões e ampliar os limites da greve que ali se iniciava, ocorre um desdobramento do conflito inicial, desdobramento que passa a assumir o lugar principal na cena mediática e que se expressa no impedimento da reunião dos trabalhadores no local que lhes parece mais adequado e na forma que lhes era possível naquele momento. Ao cerceamento do que lhes parecia um direito legítimo os trabalhadores reagem violentamente.

*"Eu cheguei cedinho na Praça da Estação. E não tinha nada lá ainda. Mas, daí a pouco, o que acontece? Ah, eu tenho vontade de pegar as fotos para te mostrar! Impressionante!. Começaram a formar uns "bolinhos" de gente e os "bolinhos" foram crescendo... crescendo...mas não estava acontecendo nada, só os "bolinhos" de gente crescendo. O pessoal foi ficando no meio da rua e lá é um lugar onde tem um movimento danado de carros, de ônibus, até feito hoje que ainda tem, né? acho que era igual... e tem pontos de ônibus e de táxi. Acho que o primeiro foi um táxi... o povo todo no meio da rua... o táxi veio em cima de um cara e em vez dos caras fugirem do carro, correrem, saírem da frente, não! Eles começaram a enfrentar. Não quebraram nada do carro naquela hora não, mas começaram a chutar, sabe? Então, como você vê, o clima mudou ali, naquela hora, naquele momento!(...) Alguém jogou uma pedra - pá! - o vidro da frente (de um ônibus) espatifou todo. O negócio começou a ficar agressivo mesmo... A minha impressão foi assim: 'Agora nós vamos mostrar que peão tem força!' Sabe? Uma coisa assim: 'Olhem os peões aqui! Respeitem o peão!' Era um sentimento assim... e muito com relação ao trânsito. Por isso é que eu acho, todas as vezes que eu vou ao centro, eu penso que é uma coisa que pode acontecer novamente, a qualquer momento... porque*

*é tanta gente ali perto da Praça Sete, se estes caras resolverem a se rebelar contra os carros... se eles começarem a quebrar, a jogar pedra...* <sup>63</sup>

Assim, mesmo que as explicações aduzidas nas reportagens fossem também pertinentes - a polêmica sobre a cessão do campo do Atlético, as críticas à organização da greve e as denúncias de "infiltrações" - elas acabavam por velar o essencial, ou seja, a impossibilidade de inscrição do conflito como acontecimento legítimo e a interdição do direito dos trabalhadores à cidade como espaço de expressão e não apenas como lugar de trabalho. De fato, naquele momento, "onde tudo era lento e gradual", a própria decretação da greve fora considerada inesperada - até mesmo inoportuna - e os seus desdobramentos "surpreenderam todo mundo". Mas o que algumas reportagens sugerem e alguns depoimentos explicitam é que a própria condição social dos manifestantes, obviamente articulada às suas ações, é que funda o pânico que se generalizou na cidade, desencadeando o processo de resignificação.

*"A cidade ficou com muito medo. Mas também com esse noticiário... O noticiário apavorou todo mundo. E... nós temos muito medo de pobre, né? Você vê um bando de pobres junto, as pessoas ficam em pânico. Pobre andando em grupo pela cidade, mal vestidos... Então, era visível mesmo... Tanto que os comerciantes fechavam as portas, as babás saíam correndo, saíam do caminho com as crianças. É um sentimento de discriminação. Preconceito de classe. Isso, até hoje a gente tem: medo de pobre. Se você estiver na rua e passar vinte mendigos juntos, eles podem passar rezando que você fica com medo deles."* <sup>64</sup>

*"Eu acho que naquela greve qualquer pessoa que tivesse alguma coisa teve medo. Deu medo nas pessoas. Nos construtores demais, né? Na classe média deve ter dado também."* <sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

<sup>64</sup> Depoimento do professor Tarcísio Ferreira à autora em agosto de 1992.

<sup>65</sup> Depoimento de Fernando Brant à autora em abril de 1992.

*"Uma outra coisa que me impressionou muito foi o medo que a população da cidade teve, aliás, eu confesso que foi também a reação que a gente teve no começo, no início. Eu, particularmente, quando vi aquele povão subindo... E era um barulho... Uma coisa que eu até vi em outras manifestações, mas aquela foi a primeira vez! Impressionante era o barulho! O chão tremia! Eu não sei, isso é uma coisa muito pessoal minha, uma interpretação muito pessoal minha, mas eu tinha até vontade de escrever sobre isso, era isso mesmo. Então a reação da população era de medo, era de muito medo. Eu me lembro das pessoas fechando os edifícios, fechando as janelas, correndo... Teve até uma ordem, ordem não, uma recomendação acho que passada na televisão, para as pessoas evitarem sair, ir ao centro..."<sup>66</sup>*

*"A reação da cidade foi de pânico. Pânico mesmo. Era pânico de você atravessar a rua, duas ou três pessoas atravessando a rua correndo e todo mundo sair correndo também... Eu vi, porque eu andava muito de ônibus naquela época. Eu vi muito isso. O pessoal estava com muito medo."<sup>67</sup>*

Afinal, os movimentos grevistas que até então haviam ocorrido ou eram de categorias de profissionais não ligadas à produção - professores, enfermeiros, médicos, funcionários públicos - <sup>68</sup> ou, quando de categorias operárias, suas ações ficavam restritas à área da fábrica ou às suas imediações. No caso da greve na construção civil, além do grande número de trabalhadores dessa categoria, ela se espalhava nos "canteiros de obras" existentes por toda a cidade, que vivia um *boom* de construções, o que levava a que os grevistas percorressem todo o terreno urbano e tornava cada local um ponto de conflito potencial pelas ações dos piquetes.

*"Eu nunca tinha visto uma manifestação do porte, como a dos pedreiros! Eu tinha coberto a primeira greve que teve depois da repressão, depois da ditadura, que foi a da Belgo Mineira, em Monlevade, comandada pelo João Paulo Pires. Só que eu tive a maior decepção! Porque eu fui a Monlevade, quando eu cheguei lá, era uma coisa tão organizada, os operários todos assim dentro, nos seus lugares, de braços cruzados. Então, a imagem que eu tinha*

---

<sup>66</sup> Depoimento da jornalista Cristina Bahia à autora em maio de 1992.

<sup>67</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico à autora em junho de 1992.

<sup>68</sup> É interessante observar que a greve dos garis, ou como disse *Isto É*, as "simpáticas formiguinhas (que também levaram bombas de gás quando ingenuamente ou por força de provocadores foram fazer manifestação na porta do DOPS", não produziu grandes repercussões na cidade e nem foi motivo de medo, talvez em decorrência do tamanho da categoria e do fato de ser formada quase exclusivamente por mulheres.

*de greve era essa... (...) Eu tinha acabado de cobrir a greve da Belgo Mineira. Era assim... uma greve linda, maravilhosa. Eu fiquei encantada! Uma organização! O povo lá de braços cruzados, parado, não tinha um grito, nada. Então, para mim greve era aquilo. Isso aqui foi uma coisa completamente desorganizada, completamente louca, doida mesmo".<sup>69</sup>*

*"Foi um negócio muito impressionante, porque há muito tempo a gente não tinha uma greve assim. Quer dizer, greve de professor mexe com a sociedade e tudo, mas não provoca temor algum. A não ser que você mande jogar água nelas. Mas você não provoca o medo da sociedade. Os pedreiros quando saiam em passeata, não tinha jeito, fechava tudo."<sup>70</sup>*

*"O certo é que essa greve, os jornalistas tinham o sentimento da importância desta greve, tanto pelo impacto que ela provocou, quanto pela proporção que ela tomou, pela adesão que teve. Quer dizer, pararam quase todas as obras em Belo Horizonte, não sei se por medo ou por adesão à greve. Bom, na Praça da Estação, eu não sei o cálculo que a gente fez na época, mas tinha muita gente. Eu nunca tinha visto tanta gente junta! Quando eu cheguei na Praça da Estação eu falei: Só vi tanta gente assim no Mineirão, em jogo de futebol! Nunca tinha visto tanta gente junta."<sup>71</sup>*

*"Belo Horizonte, ou melhor, o Brasil nunca teve uma greve como aquela. Pelo menos eu não tenho conhecimento. Peão é um negócio complicado, cada um trabalha num lugar, então eles tinham que correr a cidade inteira. Eles andavam... se reuniam no campo do Atlético, mas andavam para tirar o pessoal das obras. Aí, ia juntando, juntando... De repente, estavam os caras andando, na Av. Getúlio Vargas, na Av. Afonso Pena. (...) E tem o problema do número. É esse o negócio dos peões. O número é um movimento muito disperso na cidade, né?"<sup>72</sup>*

*"Eles ficavam andando na cidade, indo nas construções ou então andando a esmo. Eles estavam igual a coelho assustado, não é? Procuravam onde é que tem um grupo, juntavam todos em torno daquele grupo e ficavam andando sem rumo! Sujeitos acostumados a sair de casa de madrugada ou de manhã cedo, terminar no fim do dia, exaustos, e ir para casa. De repente, não têm o que*

---

<sup>69</sup> Depoimento da jornalista Cristina Bahia à autora em maio de 1992.

<sup>70</sup> Depoimento do jornalista Otaviano Lage à autora em maio de 1992. O entrevistado refere-se à repressão a uma greve dos professores, naquele mesmo ano, também no governo Francelino Pereira, em que a polícia dispersou uma manifestação em frente ao Palácio da Liberdade jogando água nos grevistas, o que provocou uma grande indignação na cidade.

<sup>71</sup> Depoimento da jornalista Cristina Bahia à autora em maio de 1992.

<sup>72</sup> Depoimento de Fernando Brant à autora em abril de 1992.

*fazer, colocados em grupos no centro da cidade, ficavam ao léo, andando de lá prá cá.*"<sup>73</sup>

Para a cidade, especialmente para as classes médias, a presença daquele "bando de pobres" no meio das ruas era, em si, um sinal de alarme. Se esse "bando" extravasava com a sua ação os limites da civilidade, enfrentando as autoridades, o que parecia estar em questão era o próprio "pacto" que garante a vida em sociedade.

*"Aquele montão de gente... aquilo é a revolução! Acho que se ele [o movimento] continuasse, aquilo era a massa mesmo, era gente demais e o negócio do controle, precário...se continuasse mais, não tinha controle não...E isso mete muito medo, principalmente em quem está mandando, tem qualquer poder. Aquilo poderia ir prá qualquer lugar..."*<sup>74</sup>

Ao mesmo tempo, às manifestações se juntavam indivíduos oriundos da marginalidade social, frequentadores do centro da cidade - pivetes, mendigos, pedintes, camelôs e desocupados de todo o tipo - além daqueles que se viam envolvidos nos eventos -os denominados "populares" e "curiosos" - sem esquecer dos "militantes" que percebiam nas manifestações uma oportunidade de contestação política, especialmente indivíduos ligados ao movimento estudantil.

*"Houve pouquíssimas passeatas e organizadas por pessoas de fora, sobretudo lideranças estudantis ou então grupos de esquerda organizadas, que havia muitos..."*<sup>75</sup>

*"E tinha aquele pessoal que esperava...ficava aquele mundo de gente desocupado, lá na Praça Raul Soares, esperando a assembléia descer, prá juntar com o povo e fazer confusão! E ia mesmo! E era assim: 'Olhem os peões'! E quebravam vitrines, e iam abrindo tudo pegavam roupas e iam dando prá todo mundo... Eu me lembro, assim, naquela rua da Mesbla, na rua Curitiba, cheia de ponto de ônibus, o pessoal dando sapato, roupa, uns peões arrumavam, jogavam lá dentro da loja outra vez e o pessoal espalhando... Af*

---

<sup>73</sup> Depoimento do professor Tarcísio Ferreira à autora em agosto de 1992.

<sup>74</sup> Depoimento de Fernando Brant à autora em abril de 1992.

<sup>75</sup> Depoimento do professor Tarcísio Ferreira à autora em agosto de 1992.

*eu não sei mais onde tinha peão, onde tinha polícia, onde tinha gente se aproveitando da situação. Foi uma doidura! A partir daí foi uma doidura na cidade.*"<sup>76</sup>

Tudo isto conferia àquele movimento as características de "rebelião popular" que lhe foi atribuída e assinalava, para a população em pânico, uma forma extremada de ruptura do pacto social. Daí, a conclusão de que se vivia o "caos" e o "descontrole total". Afinal, ainda que reconhecendo que as reivindicações eram justas e observando-se ações solidárias ao movimento dos trabalhadores, ele era visto como "irracional", já que a imagem social do "peão" não sugere a possibilidade de um comportamento "politicamente correto". Pelo contrário, a imagem que aparece vinculada ao trabalhador da construção civil pertence aos estereótipos mais preconceituosos vigentes no terreno social, produzidos tanto pela discriminação de classe, quanto pelas associações com a "pobreza" que a sua condição de exploração possibilita. Pois, segundo TELLES (1992:42-43),

"fora do lugar normativo do trabalho e do espaço tutelar da pobreza, sobra violência: a pobreza é transfigurada em questão de segurança pública nas imagens ameaçadoras da convulsão social e da criminalidade urbana que reclamam a ação punitiva e repressiva do Estado. Neste registro, a pobreza aparece como lugar da desrazão, lugar daqueles que rompem as regras da vida civilizada por atos e demandas desmedidas dos que obedecem apenas à voz da paixão e agem pela violência bruta enquanto forma extremada de ruptura do pacto social."

"Que essa greve trouxe muita malquerença entre os próprios operários. Então os ricos têm medo, as firmas têm medo. Medo dos piões. Falo por mim. Nós não somos gente. Não tem aquele ditado que 'pião não tem mãe?' Por isso, entendeu? Pião não é gente. Não é mesmo não. Sai pela rua afora, quebrando meio mundo."<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

<sup>77</sup> Depoimento de um trabalhador, citado em FURTADO, 1984. p.174.

"Eu não posso ser contra os operários em sociedade alguma. O operário tem razão de bagunçar porque ele já anda com o sentido meio desorganizado. Ele não sabe o que ele pensa: ele não sabe se compra os remédios prá os meninos, o dinheiro do salário não dá...então, ele passa muita raiva. Passa falta de emprego. A mentalidade dele já está...Então, ele tem razão de viver bagunçando e de bagunçar mesmo. Feliz aquele que não muda o plano prá outras coisas..."<sup>78</sup>

A greve da construção civil aparece assim associada à imagem de "desrazão" que articula em torno da violência a opinião pública acerca da pobreza. Ainda segundo TELLES (1992:43),

"é uma opinião pública que abarca amplo espectro de posições à direita e à esquerda e oscila entre a cobrança de maior controle e repressão e a exigência de políticas sociais que quebrem o que é percebido como ciclo inevitável da pobreza e criminalidade."

Belo Horizonte se vê, subitamente, invadida por homens embrutecidos pela vida de trabalho duro, mal-remunerados, frequentemente analfabetos, certamente maltrapilhos, sem os hábitos de educação e civilidade consagrados pela "boa sociedade". A multidão de "peões" que invade a cidade ameaça com a sua simples presença a "tranquilidade mineira". O interessante, como assinala um depoimento, é que eles sempre estiveram aqui - a cidade nasceu e cresceu pelo trabalho daquelas mãos - o que ameaça e produz pânico naquela ocasião é a sua emergência fora dos padrões de anonimato e submissão socialmente esperados, fora do espaço normativo do trabalho.

"Pião é quem faz a força do serviço. É quem constrói a cidade."<sup>79</sup>

*"Eles gostavam de aparecer...era uma forma deles serem reconhecidos como seres humanos(...) É como se, de repente, eles fossem descobrindo prá eles mesmos e mostrando pros outros que eles são gente sim e merecem ser respeitados. Isso de andar na cidade e 'olhem os peões aqui'...eles saíam gritando assustando as pessoas 'olhem nós aqui' ... tinha até uma espécie de*

---

<sup>78</sup> Depoimento de um trabalhador, citado em FURTADO, 1984. p.175-176.

<sup>79</sup> Depoimento citado em FURTADO, 1984. p.176.

*prazer nisso... isso eu tenho certeza, porque eu vi. Uma coisa assim 'olhem o peão aqui gente!' Não falavam 'tenham medo do peão', não, mas era isso que queriam mostrar... 'me respeitem, olhem que a peãozada chegou, tremei Belo Horizonte, nós estamos aqui.' E eles sempre estiveram, né?"<sup>80</sup>*

É a sua emergência como sujeitos daquela história, indivíduos com pretensão de direitos sobre a cidade, cidadãos escorraçados pela polícia, pelo trânsito, pelas autoridades, que figuram a desigualdade presente na sociedade, o fundamento da ameaça à cidade que a greve passou a significar. E mais: fazem a sua aparição na praça pública não na sua condição de trabalhador individual, mas enquanto "peões" e, por essa via, figuram na cena pública a presença coletiva dos "deserdados da sociedade".

*"Foi uma coisa muito deles se verem e se reconhecerem, não como categoria, mas como gente, como tendo direito, e direito de andar e de se expressar na cidade, alguém com direito à cidade. (...) Agora, acho que vale a pena pensar um pouco no significado de peão, porque peão não quer dizer trabalhador de construção civil, só. Peão é o operário desqualificado, é o salário mínimo, é o serviços gerais, né? E a greve foi chamada greve dos peões, não foi? E eu acho isso interessante, porque eu acho realmente que, de uma certa forma, foi dos peões, porque chegou uma hora em que ela não era nem mais só do pessoal da construção civil, não. É isso que eu acho... é como se fossem as pessoas que nunca tiveram vez nem voz na cidade, mostrarem: 'Olhem a gente aqui! Nos respeitem! Tenham medo de mim!...' (...) Os peões. Não como uma categoria. São os rejeitados do Brasil, rejeitados não, porque eles trabalham, são os deserdados, né?"<sup>81</sup>*

Essa compreensão da natureza da violência desencadeada é impossível à mídia naquele momento (seria possível em outros?) tanto pelos constrangimentos que lhe são impostos pela articulação de interesses que representa quanto pelas limitações que a penetração do discurso pela técnica impõe à esfera mediática, mas especialmente pela interdição que, no próprio terreno social, é feita à emergência do conflito, enquanto acontecimento legítimo.

---

<sup>80</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

<sup>81</sup> Depoimento de Mana Coelho, repórter-fotográfico, à autora em junho de 1992.

Na experiência da sociedade brasileira, constata TELLES (1992:43-44), ocorre uma destituição dos direitos das camadas pobres - direitos que a universalidade da lei deveria garantir a todos - e que "se processa no solo mesmo da sociedade". Um dos modos dessa destituição de direitos, ainda segundo essa mesma autora, e que nos anos 70 se agravava pela interdição da política na sociedade,

"está configurada no modo com os conflitos se inscrevem no cenário público, em que o eventual reconhecimento da validade das reivindicações demandadas é desfeito sob as imagens de desordem, da convulsão, da irresponsabilidade ou da pura e simples incoseqüência diante das 'tarefas nacionais' prometidas a garantir o interesse de todos."(TELLE, 1992:46).

Essa interdição do conflito enquanto acontecimento legítimo se produz pela ausência de construção, na experiência brasileira, de um "imaginário igualitário" que em outras formações sociais acompanhou a emergência do Estado moderno. Para além dos efeitos niveladores da lei que dissolve privilégios e hierarquias, o fundamental, diz TELLES (1992:43), citando a análise de GAUCHET (1980) sobre a "Democracia na América", é a dinâmica igualitária que se instaura na sociedade e que tem como foco o próprio Estado como a referência a partir do qual os indivíduos podem se conceber como iguais. Numa sociedade que vivenciou a cidadania como tutela do Estado e que naturaliza a hierarquia e a desigualdade na constituição da sociabilidade, "há uma obstrução da dinâmica igualitária própria das sociedades modernas." Pois, como fulcro de um imaginário que se expressa em padrões de sociabilidade entre indivíduos, grupos e classe sociais,

"a igualdade é precisamente posta à prova no reconhecimento - de fato e de direito - da diferença do outro. É, portanto, apenas no interior de um imaginário igualitário que o conflito pode emergir como acontecimento legítimo. Ou melhor: numa sociedade regida pelo código da igualdade, o conflito aparece como acontecimento inevitável e irredutível da vida social, na

medida em que os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos no seu igual direito de por em questão modos de ser em sociedade." (TELLES, 1992:47)

Portanto, a ausência de um "imaginário igualitário", que configuraria o conflito como o outro polo no qual a igualdade que rege a sociedade poderia se expressar, é o elemento que funda a "incompreensão" da natureza da violência presente na greve dos trabalhadores da construção e que possibilita a sua ressignificação. Na ausência de um "imaginário igualitário" a trama social figura o conflito como acontecimento ilegítimo, dissolve suas motivações nos processos de ressignificação sob a ótica da "baderna", do "vandalismo" e do "caos", e impõe aos "excluídos" a violência extremada como forma de obtenção de reconhecimento de sua diferença, conotada sob o signo da "irracionalidade" política.

*"E, no dia da assembléia, a arquibancada cheia de gente, de curiosos, de jornalistas...de uma porção de gente, na assembléia. Olha, foi um dia! Até hoje eu me arrepio! Pois eu sentia fisicamente, na pele, a tensão crescer à medida que o Pizarro ia falando. Toda hora, o Pizarro me chamava ao microfone, querendo que eu desse cobertura. E eu, numa situação muito difícil. Eu vendo que o Pizarro estava traindo, tinha vendido a categoria, mas não podia falar isso! Já pensou se eu falo isso...uns dez mil, doze mil homens lá dentro...não podia falar, mas também não podia ficar calado. Mas, o simples fato de não apoiar o Pizarro...o assunto prolongava, não seguia. E aquela tensão crescendo, crescendo... Então já estava aquela tensão, uma coisa horrível! E vendo que a coisa ia estourar e sem poder fazer nada! Quando chegou a hora da votação, o Pizarro fez, sacanamente, sabe? porque ele virou e falou: 'Quem estiver a favor da greve -ou contra a greve, nem me lembro mais - vem para a direita, quem for contra a greve vem para a esquerda.' Mas, direita de quem, esquerda de quem? Dele que estava virado pra lá, ou deles que estavam virados pra cá? Então... eles ficaram andando de um lado para outro, igual nuvem de mosquito, sem saber o que significava. 'Não! É pra cá! Olha! É pra lá!' Aquele troço! Quando o pessoal parou - o Pizarro chamou a atenção para organizar - ele falou: 'É...a maioria decidiu: não quer a greve!' Então eles começaram a se apedrejar reciprocamente! Os dois grupos se apedrejavam reciprocamente! Aí, aquela confusão! Eu vi que não ia dar, então peguei o microfone e comecei a gritar para eles, sabe? Foi o maior momento de emoção da minha vida! Comecei a gritar para eles: 'Companheiros, olhem o que os patrões fizeram conosco, companheiros! Estão nos jogando uns contra os outros! Olha, companheiros!' Então, o pessoal*

veio... a sensação, sabe? quando uma nuvem de abelha ou de marimbondo em cima, assim... Um que estava mais perto gritou: 'Companheiro Tarcísio, mas eles trairam, eles trairam a gente, eles votaram contra a greve! Eles trairam a gente!' Aí, me deu aquele 'insight' e perguntei: 'E daí? Quando um sujeito machuca a mão, ele corta ela e joga fora?'- eles pararam assim, um pouquinho - 'Pois é, o companheiro fraco é uma mão machucada! Você tem que ajudar ele! Você tem que chamar ele!' E, assim, fui... Aí, eles pararam de jogar pedras e foram largando as pedras e chamando os que tinham corrido pra fora... Isto assim, não sei quanto durou. Não foram muitos segundos, não. Um minuto, dois minutos, no máximo. E eles todos parados ali, uma expectativa - E agora? O que vai acontecer? Vem aquela explosão e paralisa... Então eles levantaram uma faixa que estava ali o tempo todo, que estava no chão, escrita assim: **TÁ RAIANO A LIBERDADI NO ORIZONTE DO BRASIU!** E levantaram aquela faixa... comecei a olhar aquela faixa e comecei a chorar, sabe? E querendo segurar o choro, querendo segurar o choro... esse bando de peão aqui me vendo chorar vai tudo por água abaixo, né? E eu não conseguia segurar... e eu olhando a faixa, eles mesmos começaram a se virar prá olhar a faixa... E, só você vendo, aquele momento de ternura, sabe? de respeito... fez aquele silêncio... Eles todos me olhando, acho que surpresos de me verem chorando, eu queria falar e a voz não saía... e olhando a faixa... eles começaram a olhar pra trás e vendo a faixa... começaram a aplaudir... um aqui, outro ali... foi crescendo... aí, não aguentei! Desabei!<sup>82</sup>

O emocionado depoimento do professor Tarcísio Ferreira, que participava do comitê intersindical de apoio à greve dos trabalhadores da construção civil, refere-se aos acontecimentos da assembléia que decretou o fim do movimento grevista. Ao longo da semana os trabalhadores reunidos no antigo campo do Atlético haviam produzido um conjunto de cartazes e faixas nos quais tentavam expressar suas reivindicações, demandas, sentimentos a respeito da experiência que vivenciavam. Uma observação mais atenta às fotografias jornalísticas publicadas na mídia impressa nos dá uma idéia, ainda que pouco precisa, do conjunto de significação que se produzia naquele espaço. Assim, é possível ler cartazes que informam: "Intervenção da polícia PM mata trabalhador"; "Queremos acabar com a fome"; "Basta de exploração"; "Deputado ou veriador que foi contra o Lula e os demais, quizerem votos procura os patrões. Agrad. Os operários".

---

<sup>82</sup> Depoimento do professor Tarcísio Ferreira à autora em agosto de 1992.

Entretanto, a faixa que emociona o professor Tarcísio e produz uma trégua no conflito entre os trabalhadores parece-nos ter um significado especial. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que ela se constrói sobre a evocação de um verso do Hino da Independência - "Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil" - o que torna explícito que os trabalhadores concebem seu movimento como inscrito no campo da política. A evocação, voluntária ou não, convoca o imaginário que se constrói em torno do ideário de soberania, liberdade e cidadania mobilizado pela independência nacional. Entretanto, essa inscrição parece se fazer por uma via diferente daquela consagrada pelo tradicionalismo conservador do civismo nacional o que se expressa em dois elementos distintos que surgem na própria faixa. De um lado, o tempo do verbo empregado - "tá raiando" e não "já raiou" - atualiza o significado e transforma-o em um processo vivo e dinâmico da construção de uma ação. Por outro lado, a grafia do verso, à maneira de um estilete, figura a existência de um sujeito que, para além de todo assujeitamento, é capaz de dizer dos desejos que o movem. Enquanto estilete - estilete - fere o terreno da política com a sua presença e marca neste espaço o traço de sua diferença. Certamente, foi um pouco disso que tanto emocionou o professor Tarcísio - um professor de língua portuguesa, da UFMG, cassado pela ditadura - pois, sabedor do poder da palavra, percebeu naquela inscrição, explosão de forma e conteúdo, a presença da ação política emancipadora da cidadania. Nos erros e acertos do movimento, no conflito entre companheiros, enfim, na experiência da greve e de seus desdobramentos, a política ainda parecia possível e, para além de toda iniquidade e desigualdade imperantes no social, a liberdade raiava no horizonte.

Entretanto, os elementos que mobilizaram o anônimo autor da faixa, bem como a percepção que ainda hoje emociona o professor Tarcísio, escaparam ao discurso

mediático, certamente por serem frutos da experiência direta da greve e por não apresentarem os traços da ação política, passível de se traduzir no espaço público derivado da instância comunicativa. A mídia, ao realizar a ressignificação, traduziu para a cena pública a interdição vigente no social e figurou nas imagens do pânico e do temor as possibilidades de diferentes "modos de ser em sociedade" que a violência dos "excluídos" inscreve.

Nesse jogo simbólico exercido pelo temor que o "real" se imponha, - entendendo-se aqui por "real" aquilo que não pode ascender ao discurso - a publicização da violência que a mídia realiza, ainda que dissolvendo a legitimidade do conflito expresso pela greve e pela interdição ao direito à cidade, produz efeitos paradoxais na cena pública. De um lado, consagra a destituição de direitos, vigente no tecido social, ao explicitar, de forma obscena, e enquanto instância autorizada de enunciação, as imagens transfiguradas da greve. Tanto pela sua natureza instituinte quanto pelo efeito multiplicador do discurso que a técnica lhe possibilita, a produção mediática busca velar as múltiplas possibilidades de significação do real - o efeito de congelamento do sentido<sup>83</sup> - realizando com grande eficácia a transformação do discurso em realidade, cuja força simbólica é acrescida pelas referências à fatualidade que suportam a ressignificação.

*"O que feria fundo, foi o comércio ter fechado as portas! Aquilo, nos discursos, na hora das falas, as veias do pescoço deles cresciam, de mágoa! Eles diziam: 'Nós num é ladrão, não! Num é! Nós que construimo isso tudo, nós num vai quebrá!'"* Essas coisas, sabe? a postura deles assim... nem a injustiça social indignava tanto. Magoava, mas não indignava tanto! Por exemplo, havia vários discursos em que o sentido era mais ou menos esse: Nós sabemos como é que os ricos vivem, somos nós que fazemos as casas deles e sabemos como é que é. Eles têm privadas que a gente tem que pegar com o

---

<sup>83</sup> A expressão tem origem no jargão televisivo e refere-se à paralisação da imagem que permanece estática, sem movimento, "congelada" num determinado fotograma e fixa um quadro específico da montagem, ao qual se quer atribuir um sentido especial ou pelo qual se pretende capturar a atenção do espectador.

*maior cuidado para não arranhar, não é? Aquele negócio...eles têm conhecimento de como é a casa...ao mencionar isto eles estavam dizendo que têm o direito de pelo menos comer...Não queriam igualdade não, é apenas o direito de atender às exigências mínimas! Eu me lembro de um deles lá que até chorou pra danar, no microfone, de raiva! Porque eles estavam andando, não sei em que bairro da cidade e ao passar perto de uma praça, as babás pegaram as crianças e correram pra dentro das casas. Eles ficaram profundamente ofendidos! A hora em que o sujeito contou isso, a indignação! 'Nós tem fio pequeno também! Nós num vai maltratá minino, não!' E olha, não deve ter quebrado muitas vitrines não! Não devem ter sido quebradas mais do que umas dez ou vinte vitrines, e lá no centro é um mundo de vitrine. Se você botar fotografias de vinte vitrines quebradas, em termos de documentação, a pessoa tira uma ilação, mas eram as vinte que haviam sido quebradas. É... e se eles tivessem saído prá quebrar, como alguns deles diziam: 'Oia, se nós saí pra quebrá, num fica nada em pé não! Nós sabemo botá em pé, nós sabemo botá pra baixo!' Um lá, muito engraçado: 'Oia, eu sou de demulição...vamo mostrá pra eles cumo é que quebra? Prá vê o que é quebrá? Já fiz muita demulição, eu sei cumo é que faz demulição. Nós num tá quereno fazê demulição não!''<sup>84</sup>*

Nesse processo, as imagens sociais figuradas no discurso mediático são reforçadas pela sua inscrição, legitimada pelo caráter de verdade que a fatualidade lhe confere, no espaço público da sociedade. Pretendem ser, portanto, o sentido legítimo do acontecimento e a expressão de sua verdade.

Por outro lado, a publicização dos acontecimentos realizada pela mídia resulta no reconhecimento, ainda que em negativo, da existência da desigualdade no terreno social e o registro público da violência dos "excluídos" obriga a sociedade - em pânico - a tomar conhecimento da sua existência e a encontrar formas de responder às suas reivindicações. Mesmo submetidos à repressão, à tutela e ao clientelismo, os "peões" emergiram na cena pública como sujeitos e exigiram da cidade o seu reconhecimento como não-cidadãos, excluídos dos direitos que a universalidade da lei garantiria a todos. No registro ao negativo em que a mídia figurava o conflito, os "peões" obrigaram a sociedade

---

<sup>84</sup> Depoimento do professor Tarcísio Ferreira à autora em agosto de 1992.

a tomar conhecimento do seu avesso e a avaliar os riscos que a denegação de direitos impõe à convivência social.

*"Foi um movimento que começou e, no início, nem eles imaginaram que ia crescer tanto. Eles próprios, eu senti isso, nem os próprios trabalhadores sentiram que ia aumentar tanto. Eu acho que se a cobertura da imprensa tivesse sido diferente, se os patrões não tivessem sido tão intransigentes, não teria sido daquela forma. Porque era uma turba que saía nas ruas, eles saíam destruindo! Quando saíam das assembleias deles, eles saíam apedrejando carros, destruindo carros, apedrejando lojas, vidros de lojas! Então, você conversando isoladamente com um e com outro, eles só queriam o aumento. Eles não tinham nem muita informação política...eles não tinham nada disso. E, quando juntava aquela turma tentando...e eles viram que não dava resultado, eles foram se inflamando daquele jeito. E, não houve nenhum entendimento das autoridades. O prefeito não cooperou, o governador não cooperou, a polícia não ajudou em nada. Não fez igual hoje, que isolam uma área para que se faça a manifestação. Eles eram reprimidos mesmo. Com cassetete e bala. E, se a gente não corresse, apanhava também, apanhava junto. Com cachorro, com cavalaria, com tudo!"<sup>85</sup>*

Mas, ao mesmo tempo, a cobertura dos cenários de negociação revelava na cena pública uma outra configuração da greve. Ainda que as imagens veiculadas sobre a racionalidade política dos trabalhadores na cena da negociação - racionalidade que constitui um requisito essencial para esse tipo de ação política - configurassem de maneira ambígua a postura dos representantes dos trabalhadores, o registro mediático das reuniões de conciliação e das articulações políticas que se processavam em torno delas inscrevia na cena pública um outro tipo de comportamento da categoria, o que possibilitava uma percepção dos trabalhadores que se chocava com a imagem construída no terreno social e sancionada no discurso mediático sobre a violência. A ambivalência, criada através dos dois tipos de comportamento político figurado nas imagens veiculadas pela mídia, acabava por obrigar a colocar sob suspeição o "congelamento" de sentido que a cobertura sobre as manifestações dos trabalhadores, no terreno urbano, até então produzira. Através da

---

<sup>85</sup> Depoimento da jornalista Kátia Rezende à autora em maio de 1992.

suspeita, surgiam fissuras na representação unificada de "irracionalidade" do movimento, possibilitando a emergência, no plano discursivo, de outros significados da greve. Nessa perspectiva, é possível supor que a cobertura dos cenários de negociação teria possibilitado a inscrição positivada dos trabalhadores na cena pública, onde emergem como interlocutores legítimos de uma ação política destinada a articular interesses diferentes e em disputa.

Finalizando, é possível formular que as relações entre o discurso mediático e as acontecimentos da greve se constituíram por relações de reciprocidade. Os elementos que produzem as significações sobre os fatos são tecidos na própria trama do social, que autoriza a mídia a veicular as imagens socialmente produzidas sobre os fatos ocorridos e a instituir, no espaço público derivado que lhe é próprio, a ressignificação do real, que tende a se "congelar" como sentido verdadeiro e unificado, portanto, como o próprio real. Entretanto, esse processo de natureza especular - e também espetacular - em que o discurso substitui a realidade, com mais força simbólica do que a própria realidade, retorna sobre os acontecimentos e passa a fazer parte deles, participando da sua própria constituição.

## CAPÍTULO 6

### CONCLUSÕES SEM PONTO FINAL

*"Os Fazendeiros do ar... eles semeiam roças de pura ausência, e o estranho gado que pela noite a dentro ainda campeiam é um lembrar do futuro, já passado."*

(Carlos Drummond de Andrade)

Em 1977, um poema de Carlos Drummond de Andrade provoca grande repercussão na cidade. *Triste Horizonte* registrava as transformações sofridas por Belo Horizonte nos últimos 30 anos e anunciava a recusa do poeta em voltar à cidade "para ver o que não merece ser visto, o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser."

Vinte anos antes o poeta havia comemorado, com "canhestro amor", os 60 anos de Belo Horizonte. Em *Canção sem metro* constatava, num misto de ternura e nostalgia, que a cidade crescera, mas ainda não mudara. Mesmo se tornando diferente, era possível encontrar sua "essência" apenas se fechando os olhos e deixando que a memória abraçasse a referencialidade que tornara aquela cidade "única no mundo para quem teve dezoito anos nas suas ruas". (DRUMMOND de ANDRADE, 1973:1056)

*Triste Horizonte* torna evidente que, para o poeta, as transformações no território urbano criaram uma outra Belo Horizonte "que se empavona sobre o corpo crucificado da primeira" e onde até os "santos e a dolorida Mãe de Deus" parecem ter endoidecido. Inconformado com a "ignóbil visão" que a cidade agora lhe oferece, o poeta recusa o impróprio convite que a saudade cicia e rompe com a cidade que adotara e amara: "Não quero mais, não quero ver-te, meu Triste Horizonte e destroçado amor."

A indignação, em tons bíblicos, revelada no poema refere-se às alterações que passam a conotar, de forma irrecusável, a experiência cotidiana do habitante da cidade. São alterações que já se processavam desde os anos 50 - e

registradas em *Canção sem Metro*, onde o poeta advertia que "há uma hora terrível para as cidades, quando querem ser diferentes de si mesmas; e quase nunca pouso um anjo e ordena-lhes: 'Pára', como a Assis na Úmbria" - mas que parecem se incorporar nas "estruturas de sentimento" constituídas sobre a vida da cidade na década de 70. De fato, como se viu, a vida belo- horizontina parece se inscrever dentro de uma lógica que cada vez mais se distancia da vida "amesendada na calma e verde brisa irônica"(DRUMMOND de ANDRADE, 1977) e se aproxima, inexoravelmente, dos padrões citadinos das grandes metrópoles contemporâneas. Se o território urbano é brutalmente modificado pelo progresso voraz que destrói a referencialidade dos "velhos tempos" da cidade e constrói os marcos que passam a conotar a nova experiência urbana, também as relações sociais e os padrões de sociabilidade que aí emergem se apresentam transfigurados pelas novas condições de existência da vida contemporânea. A rigor, ainda que na peculiaridade que faz de Belo Horizonte uma cidade única para seus habitantes, os traços que delineiam a experiência do cidadão que nela vive e trabalha evidenciam de forma clara os elementos constitutivos da contemporaneidade, mesclados e refundidos pelos traços resultantes da experiência histórica do período ditatorial e da luta pela democratização da sociedade.

De fato, com o quadro esboçado no primeiro capítulo tentamos demarcar as condições da vida cotidiana na cidade de Belo Horizonte, na década de 70, expressas nas alterações do terreno urbano, na ampliação e complexificação da vida social, nas transformações dos padrões de sociabilidade e de ação política. Alterações que, emergindo naquele período, comandam a constituição de perspectivas diferentes sobre a cidade e seus habitantes e configuram os elementos que ordenam a

inteligibilidade do social que ali emergiam. Os traços apontados na análise mostram um quadro que, de imediato, nos remete às reflexões que, na literatura especializada, buscam caracterizar as rupturas produzidas pela modernidade na vida social. Entretanto, a realidade multifacetada expressa no cotidiano da vida belo-horizontina indica que tais rupturas se tornam mais complexas e ainda mais agudas quando elas se realizam no contexto de uma sociedade de modernização conservadora e de graves restrições ao exercício político, como é o caso da sociedade brasileira e, especificamente, da cidade de Belo Horizonte. São transformações que tornam visíveis dois planos de significação: de um lado, articulam a vida belo horizontina aos padrões da existência contemporânea e, de outro, a enlaçam nas restrições e impossibilidades colocadas pela ditadura militar e pelo modelo de desenvolvimento por ela implementado. Buscou-se, portanto, no entrelaçamento desses dois planos de análise, construir os marcos que possibilitam compreender as evidências apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim, no primeiro plano, podemos afirmar que os elementos capturados na descrição da vida belo horizontina nos levam bem próximo das formulações benjaminianas sobre a "experiência da condição moderna". A rigor, Benjamin<sup>1</sup> está interessado nas repercussões que as transformações no campo da

---

<sup>1</sup> Nesse aspecto, queremos apenas chamar a atenção para as formulações benjaminianas que apontam para as condições da "experiência" num mundo tomado pela "idéia de progresso". Estamos levando em conta a advertência do próprio autor de que as transformações na "arte de narrar" revelam um processo que vem de longe e que seria ingênuo ver nele um "sintoma de decadência" ou uma "caraterística moderna". Por isso, não pretendemos fazer uma leitura em profundidade do conceito de "experiência", pois os limites da nossa discussão colocariam o risco de uma leitura redutora das formulações benjaminianas, especialmente do conceito em questão que, por ser central na obra de Benjamin, indo desde os textos de 1913 até as *Teses sobre o Conceito de História*, mostra-se complexo e multifacetado, talvez o mais irredutível dos conceitos benjaminianos. Assim, ainda que nos remetendo a diversos ensaios do autor - *Experiência e pobreza*, *A doutrina das semelhanças*, *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, *O narrador*, *Sobre alguns temas em Baudelaire*, os textos sobre Proust e as Teses - estamos

experiência produzem na "arte de narrar". Ao se preocupar com as condições de narratividade numa sociedade transformada pelo progresso, Benjamin nos oferece as pistas para a compreensão das alterações ocorridas no campo da experiência, bem como explora os traços constitutivos da vida social transfigurada pela "voragem do progresso".

Ao longo de suas reflexões, Benjamin constata que na modernidade haveria uma substituição da "experiência" - entendida aqui como compartilhamento de um passado comum, coletivo, a partir do qual os indivíduos constroem os significados de sua experiência - pela "vivência" - uma experiência vivida, solitária, particular, individual e privada. A idéia de experiência remeteria à existência de

"uma comunidade de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo, da técnica, sobretudo, destruiu. A distância entre os grupos humanos, particularmente entre as gerações, transformou-se hoje em abismo porque as condições de vida mudam em um ritmo demasiado rápido para a capacidade humana de assimilação." (GANGEBIM, 1985:10).

De fato, essa comunidade de vida e de palavra se constrói fundada numa relação de trabalho cujo ritmo e natureza ainda permitiam aos homens se comunicarem.

Nesse processo, a memória tem papel fundamental. A capacidade de lembrar - expressa no "dom de narrar" adquirido pelo tecido comum da existência, nos rituais festivos e nas cerimônias do culto - permitia a cada indivíduo incorporar a tradição à sua própria experiência e recordar-se delas à medida que recorda de seu próprio passado. A tradição oferecia o ponto de fuga a partir do qual se perspectivava o existente e possibilitava aos indivíduos a experiência da transcendência, do "longe

---

certos de que, sem fazer um uso redutor do conceito, dele nos apropriamos para tentar jogar alguma luz sobre a nossa própria reflexão.

temporal", do "distante espacial". A vida pessoal encontrava seu sentido na articulação dos traços mnêmicos da vida coletiva resgatados nas narrativas e nas celebrações festivas. Imersa na teia coletiva tecida pela tradição, a "experiência" transcendia a vida pessoal e fornecia aos indivíduos a definição de seu lugar no cosmos.

A "vivência", ao contrário, se constrói apenas no presente, significando a "perda da aura"<sup>2</sup>, da tradição e por essa via a perda da transcendência. O indivíduo isolado, sem um lugar que lhe é atribuído pela tradição e sem capacidade de se comunicar, necessita encontrar novas formas de se situar num mundo que lhe parece cada vez mais hostil e inóspito. Extinta a ordem cósmica produzida na transcendência da tradição, o homem se vê tragado por um mundo cuja ordem é a da "indiferenciação e da pobreza". Indiferenciação que se expressa na dissolução do indivíduo na multidão, cujo último traço de resistência é marcado pela presença do *flanêur*; pobreza do campo da experiência, que obriga o homem moderno, à moda dos "bárbaros", a aprender a começar de novo, com o pouco que lhe resta de uma tradição que se esgarçou no ritmo alucinante do progresso e na experiência sucessiva do

---

<sup>2</sup> Segundo BENJAMIN (1985:165-197) no seu estudo *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, a obra de arte clássica, em decorrência de sua vinculação com a tradição religiosa, partilhava com o objeto de culto as características de sua existência única, da incapacidade de ser reproduzida, da sua autenticidade original e da distância que impunha entre ela e os homens comuns. Dois elementos aí se destacariam: a sua característica temporal - a unicidade - e a espacial - a distância, pois a aura seria fundamentalmente "a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja." Esses dois elementos estariam articulados pela autenticidade da obra. Com a multiplicação e o desenvolvimento dos meios de reprodução - e o autor enfatiza especialmente dois deles, a fotografia e o cinema - a estrutura espaço-temporal da obra de arte se modifica: deixa de ser única, porque reprodutível ao infinito; deixa de ser distante, porque possuída - em cópias cada vez mais perfeitas - pelo observador. Inicialmente um processo externo à obra, aos poucos a reprodutibilidade penetra nas condições de produção artística a ponto de alterar a própria estrutura interna da obra. É essa alteração da estrutura interna da obra que configura a perda da aura. Entretanto, como assinala ROUANET (1990:56), "Benjamin percebe, também, duas faces nesse processo de dissolução da aura: ele está a serviço de uma política de transformação do real, e é fator de massificação e imobilismo."

"choque". A "perda da aura" não "assinala apenas o fim da experiência artística, mas da experiência em geral.

Em suma, a perspectiva benjaminiana aponta para as características da vida social cotidiana na contemporaneidade: com a substituição da "experiência" pela "vivência" apreende-se apenas o fragmento de uma vida isolada, onde o homem se tornou um elo que se perdeu da cadeia de significação tecida pela tradição; incapaz de transcender de sua vida pessoal o indivíduo se consome na fruição do presente, vazio do passado e com poucas chances de vislumbrar o futuro; a repetição do ciclo da vida que, articulado à tradição, criava as condições de inscrição da diferença num universo comum de prática e de discurso, transfigura-se na mera repetição da vida cotidiana, que encontra na presentificação, na "pequena moeda da atualidade" o estofo para preencher uma "temporalidade homogênea e vazia"; desalojado da comunidade de vida e de palavra, desmemoriado, o homem sem aura se vê privado da faculdade de intercambiar experiências e se constringe na vivência solitária, submersa na desagregação e no esfacelamento do social.

Mas, se para Benjamin, a experiência contemporânea pode significar o retorno à barbárie, antecipada nos escombros vislumbrados pelo *Angelus Novus* na passagem da tempestade do progresso, é também o mesmo Benjamin que se vê atormentado pela necessidade de encontrar aí uma possibilidade de "redenção".<sup>3</sup> Nesse

---

<sup>3</sup> Como comenta MATOS (1989:92): "Contra o *continuum*, o salto. Contra o otimismo progressista, a melancolia. Contra a linha geométrica racionalista, o labirinto. Contra a repetição, o princípio-esperança. O que há de ser o *princípio-esperança*? O que há de ser a *imagem dialética* como redenção da tradição dos oprimidos? Talvez Benjamin os mostre como uma 'iluminação': A melancolia do século XIX, diz ele, tem um caráter diferente do século XVII. A figura-chave da antiga alegoria é o cadáver. A figura-chave da seguinte é a recordação. A recordação é como o esquema de transformação da mercadoria em objeto de coleção. O objeto *coleccionado* readquire seu caráter de culto, de ritual. De onde a noção

sentido, sua reflexão acaba por se inscrever no registro da ambigüidade, onde a fragmentação da "experiência" em uma "vivência" múltipla e solitária, que jamais voltaria a se integrar no terreno fértil da tradição, torna-se ela também portadora de uma nova forma de percepção e de sensibilidade da qual, talvez, possa derivar algo de valioso. Quebrada a cadeia da significação tecida pela tradição, o homem contemporâneo aprende a lidar com a "mônada",<sup>4</sup> onde a verdadeira imagem do passado desliza por nós, velozmente e articula a esses fragmentos novas correspondências com o presente. Imerso nas ruínas do passado, resíduos arcaicos de uma experiência imemorial, o homem aprende a abrir caminho entre elas e a apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo.

Assim, parece-nos ser possível compreender, a partir dos elementos que a reflexão benjaminiana aponta, os traços constitutivos do "sujeito" da "experiência contemporânea": constituído pela experiência da perda, fragmentado nas suas múltiplas vivências, atormentado pelos resíduos arcaicos de uma tradição que não mais o acolhe, seduzido pelas virtualidades infinitas de satisfação de seus desejos, cuja fruição o deixa cada vez mais pobre. Paradoxalmente,

---

benjaminiana de 'iluminação profana', onde o cotidiano e o mistério conjugam seus poderes, fazendo corpo com o mundo das *imagens* (*Bild*). É na *imagem* que se 'telescopia' o imemorial do passado e o *Jetztzeit*. Diante do declínio da aura e do longínquo cultural da modernidade como mundo desencantado, talvez se possa construir uma aura inteiramente nova." O termo *Jetztzeit* é a denominação benjaminiana para o "tempo messiânico": "O presente momento, que, enquanto modelo do tempo messiânico, sintetiza em uma imensa abreviatura a história de toda a humanidade, coincide rigorosamente com a figura que a história da humanidade constitui no universo." (BENJAMIN, 1985a:163)

<sup>4</sup> A noção de "mônada" é interpretada por ROUANET (1990:51) como a idéia de que o historiador deve mergulhar no fato isolado para, a partir dele, compreender o todo, descobrindo nos pequenos elementos "o cristal da História total". Para BENJAMIN (1985a:162-163), o acontecimento se liberta do "continuum da história" condensando-se num cristal monológico, enquanto um momento saturado de tensões que produz um choque. A mônada estruturada assim pelo choque dialético revela em si mesma uma pré e uma pós-história. Para nós, em seu sentido exato, a mônada seria um fragmento do real que abre a via a uma interpretação completa do mundo.

"fragmentos esparsos que falam do fim da identidade do sujeito e da univocidade da palavra, indubitavelmente uma ameaça de destruição, mas também - e ao mesmo tempo - esperança e possibilidade de novas significações." (GAGNEBIN, 1985:18).

As características dessa "experiência vivenciada" não significam, entretanto, como já assinalamos acima, que este "sujeito" estaria estupefato diante do mundo, ou que se trataria de um indivíduo despossuído de experiências sociais significativas, pois não se deve supor que, uma vez rompidos os elos tradicionais, inclusive o elo que o ligava à totalidade, o social e o processo de sua significação estariam também rompidos ou impossibilitados definitivamente. As teias continuam sendo tecidas, agora sob novas formas e sob condições inteiramente alteradas e as marcas de sua existência estão claramente assinaladas na experiência social do belo horizontino dos anos 70.

Entretanto, a visão dessa experiência singularizada pela referência à cidade de Belo Horizonte nos oferece algo mais fundamental. Ela tanto nos diz do contexto onde se produz esta experiência marcada pelos traços da contemporaneidade - a experiência historicamente concreta do período de maior repressão da ditadura militar articulada aos mitos do progresso instituídos pelo "milagre" brasileiro - quanto exige que nos situemos claramente frente a uma sociedade que não conseguiu realizar, para a grande maioria de seus membros, as mais elementares "promessas da modernidade".(TELLES, 1992). É nesse sentido que a década de 70 se mostra um período extremamente fértil para a compreensão do processo de transformações vivido pela sociedade brasileira nos seus anos mais recentes - e que a cidade de Belo Horizonte nos parece evidenciar de forma privilegiada - pois, nesse período, os traços que definem

a vida nacional, derivados da experiência contemporânea, se articulam, de forma já bastante visível, com elementos resultantes do contexto autoritário e das condições de constituição da própria sociedade. Vale dizer, os traços constitutivos da contemporaneidade, cuja emergência é marcadamente visível nos anos 70, são mesclados e fundidos - portanto rearticulados e ressignificados - por uma experiência social que, reprimida politicamente e operada numa lógica de exclusão social, se moderniza em vários terrenos sem que tenha universalizado, nos princípios de sua organização social e política, a experiência da modernidade. É, portanto, uma sociedade que se vê associada de forma inelutável ao signo do paradoxo, da ambigüidade, que experimenta de forma marcante a coexistência do "não-coetâneo", em que os sujeitos elaboram suas "respostas emocionais e mentais" aos diferentes problemas colocados no seu cotidiano. Respostas que também serão marcadas pelo paradoxo e pela ambigüidade e que se inscrevem num "território" constituído pela modernização brutal que buscava romper definitivamente com a memória do passado e com os elementos da tradição - a produção de um Brasil Novo, do Brasil Potência do discurso desenvolvimentista do regime militar, - bem como pela resistência a tal projeto sem que isso significasse pura e simplesmente a afirmação dos traços conservadores, elitistas e excludentes que tinham no passado forjado a nossa tradição. É neste sentido peculiar - de nos tornar parceiros da contemporaneidade, passageiros da utopia de uma sociedade igualitária e justa, marcada e conotada pela experiência da luta contra a selvageria modernizante da lógica desenvolvimentista do regime militar - que os novos padrões de sociabilidade e de ação política se constituem. A rigor, tais padrões vão também refundir, nas suas mais diversas expressões, as ambigüidades e paradoxos existentes na experiência social, emergindo daí as formas mais inesperadas de relações sociais e de ação política, que

tanto têm atormentado os analistas que buscam nelas alguma forma de linearidade ou de consistência com os padrões formalizados, em outras sociedades, da experiência contemporânea. São esses elementos que estão presentes no segundo plano de análise e compõem um quadro da experiência social na complexa contemporaneidade brasileira que, mantendo ligações com os padrões ou formas encontradas em outras formações sociais, comporta não apenas uma maior variação de tais padrões ou formas, como também expressa contradições mais agudas, paradoxos mais evidentes e ambigüidades mais constitutivas.

É neste "território" constituído pela fusão da experiência de dois eixos temporais - o ideário consagrado nas "promessas da modernidade" e as (im)possibilidades derivadas da falência desse ideário vislumbradas na experiência contemporânea<sup>5</sup> - experiência vivenciada no contexto histórico da ditadura militar e da luta contra ela, que se forma o moderno sistema de comunicação social.<sup>6</sup> Como vimos no segundo capítulo, o complexo comunicacional que emerge nos anos 70 resulta da

---

<sup>5</sup> Estamos nos apropriando aqui das formulações de ROUANET (1987:20-36), especialmente daqueles elementos que são identificados como substantivos na idéia de modernidade e na crítica a essa concepção produzida pela experiência contemporânea. Obviamente, muitas dessas críticas se filiam às correntes denominadas "pós-modernas", perspectiva teórica que, embora fértil na compreensão de vários desafios colocados pela atualidade, não configura uma ruptura com a "modernidade", mas, antes, "um mal-estar da própria modernidade". Pois, "fantasiando uma pós-modernidade fictícia, o homem está querendo despedir-se de uma modernidade doente, marcada pelas esperanças traídas, pelas utopias que se realizaram sob a forma de pesadelos, pelos neofundamentalismos mais obscenos, pela razão transformada em poder, pela domesticação das consciências no mundo industrializado, pela tirania política e pela pobreza absoluta nos 3/4 restantes do gênero humano." (ROUANET, 1987:269).

<sup>6</sup> Apenas a título de exemplo, é interessante lembrar que MATTELART (1989:50-51) analisando a telenovela enquanto gênero privilegiado da programação televisiva no Brasil aponta um dos mais importantes paradoxos de sua operação. Segundo ele, "durante os anos de maior opressão (1964-1979), as disposições do Estado militar designaram o homem do povo como 'o inimigo interno'. Quando se confronta o perfil de cidadão delineado por essa lógica essencialmente coercitiva com a lógica definida pela necessidade de deixar operar livremente as forças do mercado, pode-se fazer uma idéia da tensão que invadiu, na época, todo o sistema de comunicação de massa no Brasil. De inimigo interno, o povo coagido se converte em público consumidor cobiçado, que deve ser adulado."

reordenação de elementos já presentes nos anos anteriores, reordenação comandada por uma lógica inteiramente derivada dos princípios da gestão capitalista e subordinada ao modo técnico de funcionamento da instância comunicativa. A rigor, o que verificamos é a constituição de um novo sistema comunicativo, parametrado pelas exigências e condições derivadas do "território", mas que se autonomiza em termos das regras e das gramáticas que organizam a sua enunciação. É nesta dimensão, de uma **instância autonomizada de enunciação**, que o complexo comunicacional atua sobre o "território" que o constituiu, participando também de sua constituição. Pois, como vimos, a comunicação, e especialmente a comunicação mediática, é ao mesmo tempo instituinte e instituída, o que significa que ela é instituída pelo complexo de relações que existem num determinado "território" e que sua ação acaba também por instituir este mesmo complexo de relações.

Algumas questões aí se apresentam. Em primeiro lugar, é preciso que aprofundemos um pouco a concepção de comunicação - como uma **instância de enunciação** instituída e instituinte de relações sociais - configurada na análise que realizamos. Em segundo lugar, é necessário retomar os significados da **autonomização** da instância comunicativa que aí foram captados e, finalmente, resgatar as articulações entre alguns modos operatórios dessa instância e a experiência social que se explicitaram ao longo do trabalho.

Para se compreender a natureza paradoxal da comunicação - sua característica de ser, ao mesmo tempo, instituída e instituinte - foi preciso conceber a atividade comunicativa distanciada da concepção "representativista" da comunicação,

enquanto um "processo de produção e interpretação de signos através dos quais os parceiros da interação tornam mutuamente manifestos os fatos, as hipóteses e os pensamentos que querem veicular uns aos outros." (QUERE, 1991:73). Ou seja, a perspectiva teórica que orientou este trabalho exigiu abordar a comunicação enquanto "modelagem mútua de um mundo comum por meio de uma ação conjugada"<sup>7</sup> onde a idéia fundamental seria a de que a comunicação não é um processo no qual estados intencionais, fatos ou hipóteses, prévios e providos de suas determinações, tornam-se mutuamente manifestos, mas uma atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista partilhado, como base para a inferência e a ação. Esta perspectiva comum permite aos parceiros especificar o modo pelo qual - temporariamente - eles se relacionam entre si e com o mundo, permitindo-lhes ainda construir de forma combinada e significativa, - Louis Quere utiliza aqui a denominação "sens incarné" - isto que se torna mutuamente manifesto ou perceptível: a saber, **uma forma de relação, uma estrutura de expectativas recíprocas, um mundo e um horizonte comuns e, certamente, um "conteúdo" da comunicação.** O núcleo da comunicação consistiria, então, para os agentes, construir juntos esta perspectiva comum que lhes permitiria configurar - conjuntamente e de forma "encarnada" - suas respectivas intenções informativas e comunicativas, assim como tornar mutuamente manifesto o que está em questão entre eles. É preciso ressaltar, entretanto, que a idéia de "perspectiva comum" não deve ser tomada nem como um acordo sobre pensamentos ou sobre opiniões, nem como uma convergência de pontos de vista pessoais, mas tão

---

<sup>7</sup> "L'acte de communiquer ne se traduit pas par un transfert d'information depuis l'expéditeur vers le destinataire, mais plutôt par le modelage mutuel d'un monde commun au moyen d'une action conjugée: c'est notre réalisation sociale, par l'acte de langage, qui prête vie à notre monde(...). En fait un tel réseau continu de gestes conversationnels, comportant leurs conditions de satisfactions, constitue non pas un outil de communication, mais la véritable trame sur laquelle se dessine notre identité." VARELA. Apud QUERE, 1991, p.71.

somente como o fato de que, para os parceiros do processo, trata-se de construir o lugar comum a partir do qual eles vão naquele momento se relacionar uns com os outros, se relacionar com o mundo e organizar suas ações recíprocas. Nesse sentido é que a comunicação seria, essencialmente, um "processo de organização de perspectivas partilhadas, sem o que nenhuma ação, nenhuma interação é possível." (QUERE, 1991:76) Este é um processo que pode ser explicitado em termos da construção conjunta de um espaço público, segundo modalidades específicas de produção de visibilidade. Trata-se, portanto, de uma atividade conjugada de construção de um espaço público, da constituição de um mundo comum e da configuração recíproca dos termos de relação na interação com os outros e com o mundo. Por outro lado, a individuação das intenções de comunicação ("o querer dizer") e a determinação dos conteúdos da comunicação (aquilo que está em questão entre os parceiros) se passam inteiramente entre os agentes, no seu espaço público e na sua obra conjunta. As intenções e os referentes (aquilo a que se faz comumente referência) emergem no processo: eles procedem de uma realização partilhada, que é mediada tanto pelo tempo quanto pelas práticas, operações, símbolos, conceitos e significações públicas. Assim, não haveria mais um modelo de mundo pré-definido, interno ou externo aos agentes, que se trataria de representar adequadamente e ao qual se poderia avaliar em termos de falso/verdadeiro. É na ação comunicativa, enquanto um processo de "publicização", que as coisas e os seres adquirem sua determinação.

A rigor, entender assim a comunicação significou atribuir à linguagem não uma dimensão "representativista", mas especialmente uma dimensão expressiva e pragmática, na medida em que "a linguagem é uma mediação essencial na 'realização

social que dá vida ao nosso mundo', já que, segundo GADAMER<sup>8</sup>, haveria uma 'constituição discursiva do mundo'. Significou, ainda, compreender que a linguagem implica algo diferente do que estabelecer as condições de verdade das representações lingüísticas de estados de coisas ou de acontecimentos, na medida em que implicou compreender as atividades sociais das quais ela é parte integrante, compreendê-la enquanto articulação das práticas, das orientações e das relações das pessoas numa determinada forma de vida." (QUERE, 1991:77).

É nesse sentido, enquanto instância de enunciação que a comunicação faz "aparecer o mundo comum" e tece, nesse "aparecimento", a rede de relações que a viabiliza. Entendendo a "enunciação" como um acontecimento histórico, no qual é dada existência a uma coisa que não existia antes, onde por intermédio da fala **aparece** algo que não existia antes de se falar (DUCROT, 1987:168) tornou-se possível articular esta noção com a formulação de Hannah ARENDT (1991:211) sobre o

"espaço da aparência, no sentido mais amplo da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas."

Pois, continua ARENDT (1991:220),

"sem o espaço da aparência e sem a confiança na ação e no discurso como forma de convivência, **é impossível estabelecer inequivocamente a realidade do próprio eu, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante.**" (destaque nosso).

É essa coincidência entre o "ser" e o "aparecer" operada pela ação e pelo discurso que confere à instância comunicativa sua natureza instituída e instituinte.

---

<sup>8</sup> Cf. citado em QUERE, 1991. p.77.

Entretanto, e ainda que tais formulações possam se aplicar à instância comunicativa privilegiada na contemporaneidade - a instância dos **media** -, é preciso colocar em destaque alguns elementos que a particularizam e que, ao fazê-lo, redefinem a própria noção de comunicação em muitos de seus componentes. Se na comunicação interpessoal - ou na "linguagem ordinária" - a constituição de uma perspectiva partilhada, no sentido já aqui definido, se faz pelo intercâmbio de mensagens e dos "lugares" do falante e do ouvinte, na comunicação mediática, forma socialmente privilegiada de constituição do compartilhamento de um mundo comum na atualidade, isto se faz sem que se configure nenhuma troca ou intercâmbio. As mensagens aparecem sem qualquer procedimento dialógico e apresentam-se como produtos acabados. Ao mesmo tempo, os "lugares" do falante e do ouvinte são fixados - fixação estabelecida social e tecnologicamente - não configurando também possibilidades significativas de intercâmbio. Enquanto aparato organizacional complexo, tecnologicamente sofisticado, a instância da comunicação mediática apresenta-se como uma expropriação social dos "falantes" e se potencializa como uma instância autorizada de enunciação. É nessa potencialização, resultante da expropriação social dos "falantes" - que se tornam, para utilizar uma expressão de DUCROT (1980:389-390) os "destinatários" dos enunciados mediáticos - que a crítica moderna da mídia identifica a produção das "massas" e por onde trafejou toda a teoria da "manipulação social e política" que aí se realizaria. Nessa perspectiva, o processo comunicativo estaria cindido em dois componentes essenciais: um polo emissor, ativo, enunciador de produtos acabados, as mensagens; e um polo passivo, destinatário de tais produtos, o receptor. Essa cisão estaria então configurada na diferenciação das atividades comunicativas - emissor/receptor - que até então se mostrara indiferenciada na comunicação interpessoal

através das possibilidades de intercâmbio entre os "lugares" do falante e do ouvinte. Além disso, o grande desenvolvimento que os meios de comunicação sofreram - no Brasil, especialmente, após a segunda metade deste século e consolidada a partir da década de 70 - configura a comunicação social como uma instância diferenciada substancialmente da comunicação interpessoal. Em primeiro lugar, ela se destaca no social pela criação de instituições e de profissões destinadas à produção/difusão de mensagens. Em segundo lugar, realiza seu trabalho específico através de organizações complexas, com alto grau de divisão de trabalho e sofisticado aporte tecnológico. E, finalmente, submete todo o seu funcionamento à lógica da produção de mercadorias, com vistas à valorização do capital.

É, portanto, na tendência dessa diferenciação, que se mostra cada vez mais acentuada, que se pode argumentar na direção de uma **autonomização** da instância comunicativa, através da conformação de um novo campo social específico ao funcionamento das sociedades contemporâneas: o **campo dos media**.

Expressando uma visão "desencantada" do mundo, experimentando múltiplas temporalidades produzidas sócio-tecnologicamente, transitando em dimensões espaciais diferenciadas e tendencialmente autônomas produzidas pela clivagem do espaço social e público, vivenciando a "voragem do progresso" que dessubstancializa valores em nome da mudança permanente, a sociedade contemporânea redefine a comunicação social que deixa de ser simples **meio técnico** envolvido na rede de relações sociais e emerge como uma forma específica de relação que permeia e configura a sociabilidade contemporânea. (RUBIN, 1992:4) De fato, ao se transformar

de "meio difusor" em um sistema produtor de bens simbólicos - transformação cuja percepção foi o grande mérito da análise frankfurtiana da indústria cultural - a comunicação social altera basicamente seu registro e pode, a partir daí, ser considerada um campo institucional, autonomizado dos demais campos da sociedade: o campo dos media, ou como denominado por RODRIGUES (1990:152), **o campo da comunicação mediática.**

Trata-se de uma instância que avoca a tarefa de exercer a mediação entre as várias dimensões (ou campos) da vida social, com a disposição de produzir a visibilidade de tais campos e proporcionar a sua publicização, no sentido de torná-los parte da realidade comum, compartilhada, pública. Torna-se, assim, uma instância de enunciação "autorizada", fundada numa legitimidade vicária dos demais campos sociais, compondo, pela relação que mantém com a técnica e com o discurso, procedimentos que tendem, cada vez mais, a se autonomizarem, instaurando valores, registros e códigos específicos ao seu funcionamento. A rigor, trata-se de uma "produção discursiva da realidade", mais aguda e mais complexa do que aquela que se verifica na comunicação *tout court*, pois exercida pela sua ação específica de mediação "encarnada" no seu modo peculiar de ver e re-produzir a realidade através de seus próprios códigos, gramáticas, valores e interesses agregados. Nesse sentido, torna-se possível afirmar que é na sua mais elaborada configuração - a comunicação mediática - que se pode compreender inteiramente a formulação segundo a qual a comunicação seria ao mesmo tempo instituída pela sociedade e participante ativa da constituição do social.

Na análise que realizamos, o núcleo central da discussão refere-se ao jornalismo, na medida em que ele se apresenta como um dos gêneros discursivos mais importantes no funcionamento da comunicação mediática, tendo sofrido grandes transformações na sua estrutura, especialmente pela tecnicidade que lhe é imposta e pela presença da imagem técnica como um dos seus mais significativos suportes na contemporaneidade. Entretanto, ainda que transformado, o jornalismo mantém sua pretensão de "representar fielmente" a realidade, pretensão que é ancorada na referência obrigatória à fatualidade. Obviamente, o jornalismo, enquanto uma categoria geral, abriga um conjunto diversificado de modalidades discursivas - algumas delas presentes sob as denominações de "jornalismo interpretativo", "jornalismo investigativo" ou mesmo sob rubricas técnicas do trabalho jornalístico, como "reportagens", "crônicas", "editoriais", entre outras - em que opiniões e interpretações são, de forma autorizada, agregadas à fatualidade. Entretanto, tal diversidade não tem produzido, em nenhuma circunstância, o afastamento do gênero da sua matriz "realista" e mantém a distinção entre ele e o universo discursivo ficcional. Pretende ser, portanto, um discurso "sobre a realidade", informativo, objetivado, que busca ser avaliado em termos de sua adequação ou inadequação aos fatos observados. Ora, é exatamente esta pretensão que torna o discurso jornalístico um mecanismo extremamente poderoso de constituição da realidade, pois o acontecimento que emerge na mídia - enquanto enunciação - já está inscrito na ordem do discurso, sendo portanto

"regido pelas regras do mundo simbólico, pelas regras da enunciação. É sempre uma ordem ditada pelas funções do querer-dizer, do saber-dizer e do poder-dizer. Articula as instâncias enunciativas do sujeito e do objeto da enunciação, individuais ou coletivas, dos agentes e dos atores sociais. É a realização técnica das instâncias discursivas; é um discurso feito ação e uma ação feita discurso." (RODRIGUES, 1990:102).

Por se tratar, portanto, de uma ordem discursiva, que agencia signos na sua constituição, o jornalismo, ainda que avaliado em termos da "veracidade" com que apresenta a realidade observada, nunca é da ordem do "reflexo" da realidade - como pretendem, especificamente, as imagens geradas pela televisão - mas mostra-se como elemento participante da ordem de constituição da realidade. Ao pretender ser meramente constataivo, especialmente na contemporaneidade, o jornalismo, em cuja estrutura prolifera o uso das imagens técnicas - como se fosse um campo onde a realidade se espelha - opera com esta pretensão de "mímese especular" como um recurso para reforçar sua credibilidade aos olhos de seus destinatários. Pois, nessa condição, escamoteia sua constituição mediadora, sua condição de signo da falta. (PINTO, 1993). Aqui, fica clara a necessidade de uma advertência: não se está admitindo que, por ser da ordem do discurso, ou seja, por agenciar signos linguísticos e visuais na sua construção, o jornalismo seja necessariamente falso, mas tão somente aponta-se a sua possibilidade de vir a ser falso, ainda que os elementos que agencia no seu discurso apresentem um nexo de tal forma coerente que dê a ele a credibilidade necessária e o constitua como veraz. Pois, como lembra Júlio PINTO (1993:6),

"já que ser signo supõe a falta do objeto, o signo não pode contar com o objeto para garantir sua verdade. Ele, construção, tem que lançar mão de outras construções (os arranjos discursivos, sejam eles verbais ou não) que lhe emprestem plausibilidade, isto é, um nexo de sentido. A propósito, não seria isso o que se convencionou chamar de Realismo?"

Ao longo dos três últimos capítulos, buscamos caracterizar alguns dos modos operatórios da mídia, relativos especificamente à construção do discurso jornalístico, ainda que muitos desses modos não sejam próprios apenas a esse gênero, por serem derivados de outros universos - a sedução, por exemplo, que tem sido mais

relacionada ao discurso ficcional - ou por comparecerem também em outras modalidades discursivas da mídia - a persuasão, que é apresentada como uma das estratégias do discurso da publicidade comercial de bens e serviços, entre outros. No tratamento que tentamos dar ao universo empírico pesquisado, buscamos explicitar a natureza do jornalismo como construção discursiva, através da análise da cobertura dos acontecimentos feita pela mídia. Essa natureza pôde ser apreendida através dos processos aqui denominados de ressignificação. Tal processo, nuclear na análise da greve dos trabalhadores da construção civil, também se revela fundamental nos demais eventos abordados e parece-nos ter evidenciado pelo menos duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, indicou que a ressignificação, ou a atribuição de novos significados diferentes da perspectiva original que cercava o evento, estava fundada no próprio terreno da experiência social através das diferentes formas pelas quais a sociedade figurava o evento, sendo que uma delas, por se mostrar mais potente enquanto significação, passou a constituir o sentido legítimo do próprio evento. Em segundo lugar, a instância mediática, ao operar com a fatualidade de acordo com as suas próprias regras de construção discursiva encarnadas nos seus modos narrativos peculiares, **re-produz** os acontecimentos como "novos acontecimentos" que passam a compor a realidade comum, compartilhada discursivamente. Esses "novos acontecimentos" vão reagir com as perspectivas diferentes existentes no social, reforçar as mais similares, apagar e/ou neutralizar aquelas que não têm força simbólica para se impor, produzindo, enfim, um complexo de ação-reação que rearticula inteiramente as relações do acontecimento com a experiência social. Nesse sentido, o espaço mediático - especialmente o espaço da construção do discurso jornalístico - enquanto um espaço conflagrado de produção de sentido, portanto uma instância de constituição da

realidade, mostra-se intensamente politizado, politização que se expressa nas disputas pela imposição do sentido **legítimo** para os acontecimentos, pela garantia de visibilidade ou pela promoção de apagamentos e neutralizações de ações, sujeitos e temáticas. Tais disputas são travadas nas articulações entre os interesses presentes nos acontecimentos e as regras de construção discursiva do jornalismo, sendo que a força de tais interesses e de suas estratégias de atuação no âmbito da sociedade dependem fundamentalmente da potência simbólica que cada grupamento consegue assegurar, mediante a maior ou menor capacidade que demonstram de garantir sua expressão no espaço mediático. Obviamente, essa capacidade refere-se aos processos de conversão simbólica produzidos pelo discurso jornalístico, processos que conseguem agregar reforços simbólicos à força social de determinados interesses e que se situam sempre no âmbito da simbolização, sem o recurso a formas de violência que não aquelas presentes no próprio processo de conversão. Daí a importância política do espaço mediático, especialmente do âmbito da produção jornalística, que tem a sua força extremamente potencializada no fato de se apresentar como um discurso objetivado, fatural, construído através de regras e procedimentos que escapariam da influência dos interesses existentes na cena dos acontecimentos. Assim, a autonomização da instância mediática expressa o fundamento de legitimação do seu discurso, e, por excelência, do discurso jornalístico, sendo uma característica também fundamental para a produção da força especificamente simbólica que ele agrega aos interesses que conseguem prevalecer no terreno da experiência social.

É nesse sentido que a compreensão dos modos operatórios da mídia - modos que são constitutivos da produção discursiva do jornalismo - mostrou-se

fundamental para apreensão do papel da instância mediática na constituição do social e particularmente na configuração da experiência social na contemporaneidade, tendo sido este o objetivo que norteou a análise realizada sobre os eventos ocorridos em Belo Horizonte nos anos 70. Nessa análise, em que o processo de conversão simbólica foi abordado exaustivamente, verificamos que a "personalização", o exercício da sedução, a estrutura narrativa, a produção de verossimilhança, os deslocamentos das zonas de segredo e as possibilidades de produção de visibilidade são exemplares dos modos operatórios da instância mediática efetivados na construção do discurso jornalístico. Obviamente, não se pretendeu esgotar a questão, já que o processo de conversão simbólica, ainda que adstrito a regras e formatos derivados da concepção "representivista" e "realista" do discurso jornalístico, apresenta múltiplas e às vezes inesperadas possibilidades de realização. A análise realizada pretendeu tão somente configurar os modos operatórios que se demonstraram mais importantes em cada evento em tela e deve ser tomada como um exercício de reflexão sobre os modos contemporâneos de constituição da realidade, nos quais ações, temas e sujeitos ao serem agenciados na produção mediática "aparecem" socialmente, sendo que a experiência social constituída na relação com tais "aparecimentos" apresenta componentes que se mostram fundamentais para a inteligibilidade do social que aí se gesta.

Entretanto, a ação mediática produz ainda uma outra transformação, que nos pareceu também essencial. Tal transformação, no nosso ponto de vista, deve ser entendida como um efeito totalizador das operações mediáticas, uma resultante do seu modo peculiar de produção de visibilidade, uma expressão do seu processo de conversão simbólica. Trata-se das transformações relativas ao espaço público na

contemporaneidade, as quais têm sido vistas como a produção de novas relações entre os termos relativos ao "público", ao "privado" e ao "íntimo" que têm sido operadas nas sociedades contemporâneas, em que a ação da mídia é percebida como de importância essencial. Ora, esta questão, para além de sua relevância intrínseca, decorrente da própria problemática que explicita, tem desdobramentos que parecem altamente significativos no campo da política contemporânea e que se expressam nas condições de sua própria realização, e interferem poderosamente na capacidade de ação dos cidadãos. Ao mesmo tempo, a temática da "esfera pública" parece ser, no caso brasileiro, um importante campo de manifestação das contradições, ambigüidades e paradoxos que têm marcado a configuração da experiência brasileira contemporânea, como já aqui assinalamos. De fato, o suposto inicial para este tipo de reflexão precisa partir da constatação de que as alterações que se processam aqui, no âmbito do "público", do "privado" e do "íntimo", não se realizam sobre a mesma base de experiência que ocorreu nas sociedades européias e americana, de onde a reflexão sobre o tema tem obtido suas matrizes fundamentais. Vale dizer, a ausência de uma experiência efetiva do "ideário da modernidade" na sociedade brasileira, que se expressa, entre outros elementos, na ausência de um "imaginário igualitário" e na incapacidade de constituição de um "espaço público" nos moldes consagrados pela "modernidade" vai conotar inteiramente a experiência brasileira neste terreno; vai inscrever a experiência histórica dos anos 70 e as continuidades e rupturas que se desdobram nas décadas seguintes sob o signo da ambigüidade e do paradoxo; e vai colocar questões que se articulam em diferentes eixos temporais das sociedades de capitalismo avançado e que são aqui refundidas e reconceitualizadas. No caso da experiência concreta da década de 70, viu-se que as questões agenciadas na constituição

do sistema mediático e nos seus modos operatórios diziam respeito a temas e problemas que se inscreviam na temática do "espaço público" moderno - nos moldes consagrados pelo "paradigma burguês e iluminista" - e na temática da dissolução desse paradigma efetuada pela contemporaneidade.(FERRY, 1991:15-26). O exame desta questão, mostra-se, portanto, particularmente complexo. Pretendemos apenas, nos limites destas notas conclusivas e como um dos resultado das reflexões e análises que até agora intentamos realizar, evidenciar alguns pontos que exigem um exame mais aprofundado, o que aqui não seria possível.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, no Brasil, a constituição de um "espaço público mediático" nos moldes consagrados pelo funcionamento contemporâneo da instância mediática e pelas condições da sociabilidade contemporânea, efetiva-se numa sociedade "que, após um século de republicanismo e industrialização, entra no mundo contemporâneo com uma modernidade incompleta."(PAOLI, 1989:41). Uma sociedade, segundo a lúcida formulação dessa mesma autora,

"onde há uma indistinção entre o público e o privado, uma incapacidade para fazer valer a igualdade jurídica formal, uma forte hierarquia de privilégios e lugares sociais, uma mescla indistinguível entre o arbítrio e a transgressão, uma violência espantosa para impedir a reinvenção coletiva e, talvez o que mais impressiona, uma conexão aparentemente muito pouco necessária entre as capacidades coletivas de julgar, querer e agir nos momentos fortes de expressão política."

Mas é também uma sociedade que, sem ter vivenciado a experiência ampliada do mundo público moderno, constitui um espaço de "publicização" e de produção de visibilidade marcado pela presença dos traços constitutivos da sociabilidade contemporânea, especialmente daquelas alterações das dimensões espaço-temporais

promovidas pela ação da comunicação mediática. Esses traços estão expressos, segundo a formulação de WOLTON (1991:95-113) em alguns elementos característicos do "espaço público mediatizado" onde ressaltam, entre outros, a tirania do acontecimento, a "standardização" do discurso, a personalização, a obsessão pela transparência.

Em segundo lugar, é necessário considerar que, nas sociedades de capitalismo avançado e de tradição democrática, as transformações do espaço público na contemporaneidade foram operadas pelas próprias características da "democracia de massa": a instituição do sufrágio universal, a ampliação do campo político, a incorporação pelo Estado de grandes funções sociais (educação, saúde, previdência, etc), a presença na vida pública de sujeitos de origem social e cultural diferentes, a existência de conflitos mais numerosos e mais institucionalizados, a presença da mídia e um determinado papel da opinião pública expresso nas sondagens de opinião. Como afirma WOLTON (1991:96), uma sociedade aberta, urbanizada, na qual as relações sociais são marcadas por uma forte valorização do indivíduo, tanto no plano do trabalho quanto no plano do consumo, sendo que é, ao mesmo tempo, uma sociedade marcada pela organização de massa, seja no plano da produção, seja no nível do consumo, do lazer, da educação. Portanto, uma sociedade que repousa sobre uma antinomia fundamental:

"uma prioridade dada a tudo o que facilita a expressão, a identidade, a liberação do indivíduo e, ao mesmo tempo, uma sociedade que no plano econômico, político e cultural repousa sobre a escala do grande número. Esta antinomia requer a existência de um espaço público ampliado, mediatizado, para que as contradições inerentes a esta dupla orientação não sejam muito violentas. O espaço público mediático é um dos lugares simbólicos, por vezes o único, onde se pode gerir esta característica contraditória das sociedades contemporâneas."

Entretanto, no caso brasileiro, esse novo "espaço público" emerge nos anos 70, ao mesmo tempo em que se impunha violenta restrição à política e interditava-se ao conjunto dos cidadãos as condições do exercício político, onde a ampliação do campo político foi experimentada, muitas vezes, como uma "não-política", onde as liberdades individuais e os direitos sociais e políticos se encontravam submetidos às mais violentas formas de repressão e onde à exclusão política se adicionava a exclusão social expressa na iniquidade da pobreza e da miséria absoluta. Mas a década de 70 é também o período do "milagre", da modernização tecnológica, da sofisticação do consumo. Tornava-se indispensável o incremento do consumo e a valorização do indivíduo enquanto destinatário de bens - materiais e simbólicos - postos em circulação, ainda que o consumidor estivesse cada vez mais restrito às camadas altas e médias em decorrência da brutal concentração de renda promovida pelo modelo econômico. É, portanto, neste território de "modernidade incompleta" que o sistema mediático do país se constitui, enquanto uma **instância de enunciação autorizada, legítima e autonomizada** - traços que definem suas características na contemporaneidade. Parece-nos que no caso brasileiro, cujas evidências empíricas foram fornecidas pela experiência belo-horizontina, a emergência da comunicação mediática com as suas formas operatórias próprias derivadas da sua fisionomia contemporânea, articulada pela constelação de eixos temporais vivenciada na experiência social, tem um efeito inexorável sobre a constituição do espaço público na contemporaneidade brasileira, do que derivam conseqüências extremamente importantes tanto para a realização da política quanto para a própria ação política do conjunto de cidadãos.

E, em terceiro lugar, constata-se que a comunicação mediática pretende a monopolização do ato de publicizar, através da identificação do âmbito da ação mediática como o lugar por excelência do público, do socialmente compartilhado. O espaço público torna-se não apenas mediatizado, mas apresenta uma tendência cada vez mais crescente a tornar-se **mediático**, pois submetido intensamente às regras do funcionamento da mídia e cada vez mais adstrito aos seus modos operatórios. Além da função de agendamento dos temas a serem tratados no espaço público, a mídia pretende definir também o modo pelo qual os temas, as ações e os sujeitos poderiam ter sua existência pública garantida, na medida em que ela opera, através dos seus modos de construção discursiva, o controle do acesso de tais temas, ações e sujeitos na cena pública. Entretanto, dadas as complexidades da experiência brasileira contemporânea, a constituição de um "espaço público" na atualidade parece ocorrer em torno das tensões que configuram seu modo de funcionamento. De um lado, à tendência ao monopólio da publicização proveniente do campo dos **media**, expressa principalmente na concepção de que a visibilidade social somente é possível, na contemporaneidade, pela presença na mídia, contrapõe-se uma multiplicidade de eventos, temas e sujeitos constringidos a uma circulação restrita - restrição muitas vezes decorrente da sua ausência na esfera mediática, mas também fruto de experiências singulares e não susceptíveis de universalização - cuja simples existência denuncia para seus participantes a não efetivação do monopólio e a constatação de que sobrevivem ainda outras formas de constituição do público, do efetivamente comum, na contemporaneidade. De outro lado, a força do funcionamento do campo mediático impõe pensar que o acesso a ele se torna objeto de disputa, buscando-se não apenas transitar na mídia, mas também interferir nos modos de produção da visibilidade social. Nesse sentido é possível

constatar que a disputa pelo espaço mediático não significaria uma pura e simples submissão aos modos operatórios próprios a este espaço, mas configura tensões sobre os procedimentos adotados e as regras de seu funcionamento, especialmente quando tais elementos se mostram essenciais nas estratégias de produção de legitimidades, de acordos e de consentimentos necessários ao funcionamento da própria política.

A rigor, no Brasil, todas essas questões remetem a uma aguda ordem de complexidade no terreno da ação política e do exercício da cidadania que se configura na década de 70 e se desenvolve nos seus desdobramentos posteriores. Vale a pena assumir aqui, como tema de reflexão, a advertência colocada por PAOLI (1989:41) ao discutir **"as dificuldades da constituição de um domínio público nesta sociedade, entendido cada vez mais como condição essencial e fundante de suas possibilidades democráticas."** (destaque nosso) Para a autora, a interrogação atual sobre a democracia não pode ser ancorada em "qualquer lógica modelar de relações e determinações unívocas a respeito do caráter da experiência da sociedade brasileira, nem em grandes inventários de elementos sociais classificáveis e rearranjados" para explicar as possibilidades de democratização que se apresentam e nem mesmo em "adaptações" históricas de outras experiências de construção da democracia. Afinal, o que está em jogo não é a exigência de construção de um modelo de "transição democrática", mas a necessidade "de pensar a dinâmica política de uma sociedade cuja experiência, embora comparável, é singular - em sua historicidade, na construção de seus referenciais simbólicos e no seu tempo próprio de enunciação da questão democrática." A relevância do papel da mídia na constituição desse domínio público foi um dos temas que tentamos tratar no âmbito deste trabalho, sendo um dos desafios para

a nossa experiência atual, especialmente para a reflexão que busca compreender as possibilidades de construção de uma experiência democrática vivenciada numa sociedade mais igualitária e mais justa, integrar as tensões e as possibilidades que a ação mediática coloca para o exercício da política e para a constituição de uma cidadania plena e ativa desdobrada nas contradições, paradoxos e ambigüidades da nossa própria e singular "experiência contemporânea."

## BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio. Nem cidadãos, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-burguesa. *Dados*, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.5-15, 1985.
- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- ADORNO, T.W. *Minima moralia*. Caracas: Monte Avila Editores, 1975.
- AFONSO, M.R.; AZEVEDO, S. de. Cidade, poder público e movimentos de favelados. In: POMPERMAYER, M. (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1987.
- ALBANO, M.C. *The making of brazilian industrial city: the experience of Contagem*. Manchester, University of Manchester, 1980. (Thesis, PhD of Sociology).
- ALBANO, C.M.; LEMOS, C.B.; WERNECK, N. A cidade na praça: poder, memória, liberdade. *Textos de sociologia e antropologia*, Belo Horizonte, n.8, set. out. 1985.
- ANASTASIA, M.de F. Fazendo idéais: a necessidade e a liberdade nos domínios do público e do privado. *Série Estudos*, Rio de Janeiro: IUPERJ, n.65, jul.1988.
- ANDERSON, P. *Teoria Política e história: um debate com E.P. Thompson*. Barcelona: Siglo XXI, 1985.
- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- ANDRADE, Mário. *Poesias completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966. p.125: Noturno de Belo Horizonte.
- ÂNGELO, Ivan. *A festa*. São Paulo: Vertente Editora, 1976.
- ANSART, P. *La gestion des passions politiques*. Paris: L'âge d'homme, 1983.
- ANSART, P. *Sociologies contemporaines*. Paris, Seuil, 1990.
- ANTUNES, E.; KURLE, G.P.; TAVARES, R.B.F. *Jornalistas políticos mineiros: os parlamentares da notícia*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1990. (Trabalho de aluno, curso de comunicação social).
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ARENDT, H. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).
- ARRUDA, M.A.N. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ASPECTOS populacionais da RMBH*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1976.
- ASSIS, S.M.B. *Censura à imprensa no regime brasileiro pós-64: seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1987. (Dissertação, Mestrado de Sociologia).
- AUSTIN, J.L. *Quand dire c'est faire*. Paris: Edition du Seuil, 1970.
- BACZKO, B. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, v.5, 1985.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. História de Minas. Ed. rev. amp. São Paulo: Ática, 1990.
- BAIERLE, S.G. *Um novo princípio ético político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1992. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política).
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BALAN, J.; PEREIRA, L.M.; ALBANO, M.C.; LE VEN, M.M. *Estratégias de sobrevivência das famílias de classe baixa no meio urbano*. Belo Horizonte: UFMG/Fundação Ford, 1975. [trabalho não publicado].
- BARRETO, F.P. Sedução e psicanálise. *Extensão*, Belo Horizonte, v.1, n.4, dez.1991.
- BARROS, José Tavares de. Sobre o cinema mineiro. *2º seminário sobre cultura mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p.75-91.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BAUDRILLARD, J. *De la séduction*. Paris, Galillé, 1979.
- BAUDRILLARD, J. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

- BEIRÃO, Nirlando. O recomeço do sonho: as pessoas ainda querem mudar o mundo. Mas à maneira dos novos tempos: sem ilusões épicas, sem paraísos, reconhecendo o próprio desejo. *Isto É*, São Paulo, 19 dez. 1979. Edição Especial: 70 os anos do sufoco. p.66-68,
- BELO HORIZONTE: cidade revelada.** Belo Horizonte: Fundação Odebrecht, 1989.
- BELO HORIZONTE: população recenseada e estimada. *Sinopse estatística do Brasil-1979.* Rio de Janeiro, 1979.
- BELO HORIZONTE: distribuição da população urbana e rural na aglomeração metropolitana.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1972.
- BENEVIDES, M.V. *A cidadania ativa.* São Paulo: Ática, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1985. v.1.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1987. v.2.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1989. v.3.
- BENJAMIN, W. Teses sobre a filosofia da história. In: KOTHE, F. (Org.). *Walter Benjamin.* São Paulo: Ática, 1985a.
- BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. HABERMAS, J. *Textos selecionados.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- BERGER, J. *Modos de ver.* São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1982.
- BEVENISTE, E. *Problemas de linguística geral.* Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1988. v.1.
- BEZERRA, Adélia. O romance atual. *Seminário de ficção mineira: de Guimarães Rosa aos nossos dias.* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983. p.220-234.
- BLEICHMAR, H. *O narcisismo: estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BONEMY, H. Encontro suspeito: história e ficção. *DADOS*, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.83-118, 1990.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

- BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.32, p.111-118, mar.abr.1992.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Anatomie du goût*. 1974. [s.n.t.].
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Paris: Minuit, 1980.
- BRAGA, J.L. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...* Brasília: Editora da UNB, 1991.
- BRAGA, J.L. *Comunicação & sociabilidade contemporânea*. Belo Horizonte, 1993. [Versão não publicada].
- BRANDÃO, J.S. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, v.3, 1989.
- BURGELIN, O. *A comunicação social*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1981.
- CAMPOLINA, Clélio Diniz. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- CAMPOS, M.H. *O canto da sereira: uma análise do discurso publicitário*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.
- CANCLINI, N. *Desigualdad cultural y poder simbólico*. Mexico: Instituto Nacional de Antropologia e História, 1986.
- CAPARELLI, S. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- CAPARELLI, S. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.3, p.27-37, fev. 1987.
- CARRATO, Ângela. *Imprensa e poder: o jornalismo num processo democrático de transformação social*. Rio de Janeiro, 1987. [monografia apresentada no 5º Prêmio Torquato Neto para ensaios jornalísticos. Versão não publicada].
- CARRATO, Ângela. O paraíso dos realeses. *Cartas de Minas*, Belo Horizonte, n.0, p. 5-11, fev. 1987.
- CARVALHO, A.; MARTINS, K. *Habla señor: um homem chamado Januário*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1992.

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTELLO BRANCO, L. *A traição de Penélope; a escrita feminina da memória*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 1990. (Tese, Doutorado em Literatura Comparada).
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, M.C.P.S. De Fato: un nouveau sujet politique sur la scène de l'état de Minas. *Cahiers du Brésil contemporain*, Paris, n.17, p.5-19, mars.1992.
- CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Comunicação e modernidade: o impasse antinômico e as possibilidades da polifonia*. Belo Horizonte, 1989. [versão não publicada].
- CÉSAR, Guilhermino. Tempos de "alguma poesia." *Seminário "Carlos Drummond de Andrade: 50 anos de "Alguma Poesia"*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p.9-28.
- CHAGAS, C.; MAYRINK, J.M.; PINHEIRO, L.A. *3x30: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- CHAMPAGNE, P. La maifestation. *Actes de la recherche*. Paris, n.52-53, 1981.
- CHARTIER, R. *Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHAUÍ, M. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, M. Cultuar ou cultivar. *Teoria e debate*. São Paulo, n.8, out.dez. 1989.
- CILMINELLI, Rossana. *Expansão industrial e estrutura do mercado de trabalho em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1984. (Dissertação, Mestrado em Economia e Planejamento Regional).
- CLARK, W.; PRIOLLI, G. *O campeão de audiência: uma autobiografia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- COHN, Gabriel.(Org.) *Theodor W. Adorno*. São Paulo, Ática, 1986.
- COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1979.
- COHN, G. (Org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 1986.

- COHN, G. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- COSTA, J.F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (Org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988.
- CORRÊA, José de Anchieta. *A ordem simbólica na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.l.:s.n., 19--?]. [trabalho não publicado].
- CORREIA DIAS, Fernando. Literatura e(m) mudança: uma tentativa de periodização. *2º seminário sobre a cultura mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p.123-144.
- CORREIA DIAS, Fernando. O romance urbano em Belo Horizonte. *Seminário João Alphonsus: a ficção mineira de Bernardo Guimarães aos primeiros modernistas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1981. p.159-184.
- DADOS para a história da Tv Itacolomi*. Belo Horizonte: Superintendência da Tv Itacolomi/Serviço de Pesquisa, 1973. [não publicado].
- DAGNINO, E. *Citizenship and popular participation in Brazil*. Capinas, 1993. [Versão não publicada].
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourrette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DE CERTEAU, M. *L'invention du quotidien: arts de faire*. Paris: Inedit, 1980.
- DELEUZE, G. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DELUMEAU, J. *A história do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DOMENACH, J.M. *Le retour du tragique*. Paris: Seuil, 1967.
- DONZELOT, J. *L'invention du social*. Paris: Fayard, 1984.
- DRUMMOND de ANDRADE, Carlos. Triste Horizonte. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 11 dez. 1977. p.8.
- DRUMMOND de ANDRADE. *Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p.126: América.
- DRUMMOND de ANDRADE, C. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1973. p.1056-1057: Canção sem metro.
- DRUMMOND, Roberto. *Hilda Furacão*. São Paulo: Siciliano, 1991.

- DUARTE FILHO, F.C. Industrialização mineira pós-75: desempenho e fontes de crescimento. *Análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 31-52, mai.1986.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, O. Enunciação. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v.5.
- DULCI, Otávio. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências sociais hoje*. São Paulo, 1984.
- DUMONT, L. *Essais sur l'individualisme*. Paris: Editions du Seuil, 1983.
- DURAND, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1989.
- DURHAN, E. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, n.10, out., p. 24-30, 1984.
- ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ELIAS, N. *Sobre el tiempo*. Madrid: Fondo de Cultura Econômica, 1989.
- ERICSON, N. A segunda morte do sujeito. *Letra freudiana*, Rio de Janeiro, n.10,11,12, p. 42-43, ano XI.
- ETIENNE FILHO, João. O teatro mineiro moderno. *2º seminário sobre a cultura mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p.57-73.
- EVERS, T. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.4, p.11-23, abr.1984.
- FALCÃO, A. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989,
- FARIA, M.A. *Manifestações político sociais da população belo-horizontina: 1930-1937*. Belo Horizonte, 1980. [trabalho não publicado].
- FAUSTO NETO, Antônio. A deflagração do sentido: estratégias de produção e captura da recepção. *Textos de comunicação e cultura*, Salvador, n.27. p.58-80.
- FERNANDES, Ismael. *Telenovela brasileira: memória*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERRY, Jean-Marc. Les transformations de la publicité politique. *Hermès*, Paris, n.4, p.15-26, 1991.

- FILGUEIRAS, C.A.C. *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do bairro Industrial*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1986. (Dissertação, Mestrado de Educação).
- FLICHY, P. *Les industries de l'imaginaire: pour une analyse économique des médias*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1991.
- Folha Ilustrada 1960-1990*, São Paulo: Edições FSP.
- Folha de São Paulo: 20 textos que fizeram história*. São Paulo: FSP, 1991.
- Folha de São Paulo: primeira página*. São Paulo: FSP, 1985. (Edição Especial).
- FREUD, S. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.2563-2610: Psicologia de las masas y analisis del "yo"; p. 3241-3324: Moises y la religion monoteista: tres ensayos.
- FREUND, J. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Sirey, 1965.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, M.P.A. *O operário da construção em construção*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1984. (Dissertação, Mestrado em Educação).
- GABEIRA, F. *Sinais de vida no planeta Minas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- GAUCHET, M. *La révolution des droits de l'homme*. Paris: Gallimard, 1989.
- GAUCHET, M. Tocqueville, L'Amérique et nous. *Libre*, Paris, n.7, 1980.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Comportamento da economia mineira: 1960-1977. Documento n.13. Belo Horizonte: SEPLAN, 1978. [Versão Preliminar].
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne: la presentation de soi*. Paris: Editions de Minuit, 1973. v.1.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public*. Paris: Editions de Minuit, 1973. v.2.
- GOLDFEDER, M. *Por trás das ondas da rádio nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- GOLDSTEIN, G.T. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus Editorial, 1987.
- GOMES, W. Fato e interesse: o fato jornalístico como problema. *Textos de cultura e comunicação*, Salvador, v.2, n.26, p.24-32, jan.abr. 1991.
- GONÇALVES, E.M. *A dialética do discurso jornalístico*. Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, 1992. (Dissertação, Mestrado em Comunicação).
- GOODRICH, R. Rezeptionsasthethik: teoria de la recepcion alemana. *Escritura*, Caracas, p.219-245, jul.dec. 1981.
- GATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.16, ano 5, p.109-120, 1985.
- GUERRA, Rui. Milton Nascimento. *Nova história da música popular brasileira*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- GOULART, Antero Taranto. A propósito da situação do conto em Minas: algumas considerações complementares. *Seminário de ficção mineira: de Guimarães Rosa aos nossos dias*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983. p.98-105.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.
- HOLLANDA, H.B. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la reception*. Paris, Galimard, 1978.
- JAUSS, H.R. *La literatura como provocacion*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.
- KATZ, E. La recherche en communication depuis Lazarsfeld. *Hermès*, Paris, n.4, p.77-92, 1991.
- KEHL, M.R. Masculino/feminino: o olhar da sedução. In: NOVAES, A.(Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- KEHL, M.R. Eu vi um Brasil no ar. In: (Vários). *Um país no ar: a história da Tv brasileira em três canais*. São Paulo: FUNART/Brasiliense, 1987.

- KEHL, M.R. A mulher e a lei. In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- LACAN, J. *O seminário: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LACAN, J. *O seminário: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p.295-327: A essência da tragédia.
- LAFER, C. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: NOVAES, A.(Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LAFETÁ, João Luiz. O romance atual. *Seminário de ficção mineira: de Guimarães Rosa aos nossos dias*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983. p.197-219.
- LANDI, Oscar. *El discurso sobre lo possible*. Buenos Aires: Estudios CEDES, 1986.
- LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.
- LEITÃO, E.E.M. de A. *Corpo, imagem, desejo: itinerários da subjetividade encarnada*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1992. (Dissertação, Mestrado de Filosofia).
- LEMOS, Celina Borges. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1988. (Dissertação, Mestrado de Sociologia e Antropologia).
- LEMOS, Cândida.E.B. *Uma legião urbana clama: "Toquem o meu coração, façam a revolução"*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1988. (Dissertação, Mestrado em Ciências Políticas).
- LENHARO, A. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- LESKY, A. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

- LE VEN, Michel Marie. Movimento operário-sindical. In: POMPERMAYER, M. (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1987.
- LE VEN, M.M. Os movimentos populares em 1979 na região de Belo Horizonte. *Cadernos movimentos populares urbanos*, Belo Horizonte, n.1, out.1979.
- LIMA, L.C. (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LIMA, L.C. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- LIMA, L.C. (Org.). *A literatura e seu leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LINDENBERG, Carlos. Minas na era do automóvel. *Veja*, São Paulo, abr. 1978.
- LINS e SILVA, C.E.(Org.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez Editora/ INTERCOM, 1982.
- LISBOA, Henriqueta. Belo Horizonte, bem querer. *Jornal de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1977. Edição histórica: BH 80 anos. p.52.
- LIVET, P. Médias et limitations de la communications. *Hermès*, Paris, v.4, p. 67-76, 1991.
- LOPES, Ruth S.B. *Mulher ao pé da letra*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1989. (Tese, Doutorado em Literatura Comparada).
- LORAUX, Nicole. *Maneiras trágicas de matar uma mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LORAUX, N. A tragédia grega e o humano. In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LÖWY, M. A escola de Frankfurt e a modernidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.32, 1992.
- LUCAS, F. Novos personagens. *Retratos do Brasil*, São Paulo, v.2, p.504, 1984.
- MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MAGNANI, J.G.C. *A festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, J.G.C. Os pedaços da cidade. *Espaço & debates*, São Paulo, n.5, ano 2, p.67-81, 1982.
- MALCOLM, J. *O jornalista e o assassino: uma questão de ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- MALHEIROS, C.F. et al. *A produção cultural da Tv Itacolomi*. Belo Horizonte: Departamento de Comunicação Social da PUCMG, 1991. [Trabalho de alunos].
- MANENT, P. *Naisences de la politique moderne*. Paris: Payot, 1977.
- MARCONDES FILHO, C. *A linguagem da sedução*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MARCONDES FILHO, C. *O discurso sufocado*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCONDES FILHO, C. (Org.) *Política e imaginário*. São Paulo: Summus, 1985.
- MARQUES, M.E.; ANASTASIA, M. de F. As lutas sociais pelo transporte em Belo Horizonte. *Cadernos movimentos populares urbanos*, Belo Horizonte, v.1, out. 1979.
- MASOTTA, O. *Introdução à leitura de Lacan*. Campinas: Papyrus, 1988.
- MATOS, Olgária C.F. *Os arcanos do inteiramente outro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MATELLART, A.; MATTELART, M. *O carnaval das imagens*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEDINA, C. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo; Summus Editorial, 1978.
- MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- MELLO E SOUZA, C. *Rede Globo: 15 anos de história*. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica, 1984.
- MELLO E SOUZA, C. *Impressões do Brasil: a imprensa brasileira através dos tempos*. São Paulo: Grupo Machline, 1986.
- MEMÓRIA da economia da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: BMG, 1987.
- MENDONÇA, L.M.; ARAÚJO, M.B.; COELHO, A.L.N. Êxodo rural: considerações sobre o caso mineiro. *Análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.56-71, jan. abr. 1987.
- MEZAN, R. Mille e quatro, mille cinque, mille sei. In: RIBEIRO, R.J. *A sedução e suas máscaras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989,
- MIRANDA, G.V.; FILGUEIRAS, C.A.C.; CÉSAR, S.M. Movimento de mulheres. In: POMPERMAYER, M.(Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1987.

- MISSIKA, J.L.; WOLTON, D. *La folle du logis*. Paris: Galimard, 1983.
- MOREIRA ALVES, M.H. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MORIN, E. *Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro Forense Universitária, 1975.
- MOULIN, N. *Les enjeux politique de la "société de communication"*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Science Sociales, 1987. (Thèse, Doctorat de 3eme cycle de Sociologie).
- MOURÃO, R. *Cidade calabouço*. São Paulo: Quíron, 1978.
- MUNICÍPIO de Belo Horizonte: termos de referência dos estudos de planejamento*. Belo Horizonte: SUDECAP, 1972.
- NEIVA JÚNIOR, E. *Comunicação: teoria e prática social*. São Paulo; Brasiliense, 1991.
- NEVES, José Maria. Situação e problemática da música mineira contemporânea. 2º *seminário sobre cultura mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p.93-108.
- NOVAES, A. (Org.). *Rede imaginária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1983.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, R. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORTIZ, R.; BORELLI, S.H.S.; RAMOS, J.M. *Telenovela: história e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ORTRIWANO, Gisela. *A informação no rádio*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
- PAES, J.P. À televisão. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n.31, out. 1991.
- PAOLI, M.C. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.3, n.1, set.dez. 1989.
- PARK, R.E. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, C.S (Org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- PASQUALI, A. *Sociologia e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.

- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PEIRCE, C. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PEIXOTO, N.B. *Cenários em ruínas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PEIXOTO, N.B. *A sedução da barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PELLEGRINO, P.; LAMBERT, C.; JACOT, F. Espace public e figures du lien social. *Espaces et sociétés*, Paris, n.62-63, p.11-28, 1991.
- PEREIRA, C.A.; MIRANDA, R. *Televisão. As imagens e os sons: no ar, o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PERFIL de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Planejamento, 1983.
- PINTO, J.; CASTELLO BRANCO, L. Notas para uma poética da memória. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v.6, p.97-104, jul.1988.
- PINTO, J. *Nexo, mentiras e vídeo pixels*. Belo Horizonte, 1993. [Versão Não publicada].
- POMPERMAYER, M.(Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.
- PONTUAL, Roberto. A alma e o ânimo de Minas. *2º seminário sobre a cultura mineira (período contemporâneo)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980. p.109-121.
- PORTO, S. *A nova opulência das Geraes*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- PRADO, Antônio Arnoni. Sobre a situação do conto em Minas. *Seminário de ficção mineira: de Guimarães Rosa aos nossos dias*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983. p.81-97.
- PREFEITURA MUNICIPAL. *75 anos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1972.
- QUERE, Louis. D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. *Reseaux*, Paris, n.46-47, p.71-89, mar. jun. 1991.
- RAMOS, R. O grande mosaico: a evolução do conto sob o regime militar. *Retratos do Brasil*, São Paulo, v.1, p. 347-348.
- RAMOS, R. *Do reclame à comunicação*. São Paulo: Atual, 1985.

- RECEITA Brasil*, São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- RENAULT, Delso. *Chão e alma de Minas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- RIBEIRO, Renato Janine. Sedução e poder. *Extensão*, Belo Horizonte, v.1, n.4, 1991.
- RIBEIRO, R.J.(Org.) *A sedução e suas máscaras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.9-23: A política de Don Juan.
- RICOUER, P. Indivíduo e identidade pessoal. In: (Vários). *Indivíduo e poder*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- ROCHA, E.P.G. *Magia e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.
- RODRIGUES, A.D. *O campo dos media*. Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1984.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o anjo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- ROUANET, S.P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROUANET, S.P. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas. *Textos de cultura e comunicação*. Salvador, n.27, p.3-23.
- RUDÉ, G. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SÁDER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHILD, V. *Struggling for citizenship in Chile: a "resurrection" of civil society?* Los Angeles, 1992. [Versão não publicada].
- SCHORSKE, C. *Viena, fin-de-siècle*. São Paulo, Companhia das Letras/UNICAMP, 1988.
- SCHWARTZENBERG, R.G. *L'Etat spectacle*. Paris: Flammarion, 1977.
- SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1988. p.13-28: As idéias fora de lugar.

- SCWARTZMAN, J.; SOUZA, R.C. O ocaso dos bancos mineiros. In: PIMENTA, H.C. (Ed.). *2º seminário sobre economia mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1983.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SETOR terciário: a força de trabalho no aglomerado metropolitano*. Belo Horizonte: SUDECAP, 1980.
- SILVA, L.R. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: Cedáblio, 1991.
- SIMMEL, G. *Secret et sociétés secrètes*. Strasbourg; Circé, 1991.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SIMÕES, Inimá. Tv à Chateaubriand. In: (Vários). *Um país no ar: a história da Tv brasileira em três canais*. São Paulo: FUNART/Brasiliense, 1986.
- SINGER, Paul. O milagre brasileiro. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n.6, 1972.
- SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SODRÉ, Muniz. *Teoria da literatura de massa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SOMARRIBA, M.M.G.; AFONSO, M.R. Movimentos urbanos e Estado: novas tendências. In: POMPERMAYER, M. (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1987.
- SOMARRIBA, M.M.G.; VALADARES, M.G.; AFONSO, M.R. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- STAM, R. O telejornal e seu espectador. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.4, p.74-87, out.1985.
- STARLING, Heloísa M. M. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- STARLING, H.M.M. *Assim é se lhe parece*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. [Versão não publicada].
- SUBIRATS, Eduardo. *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.

- SUBIRATS, E. *El final de las vanguardias*. Barcelona, Anthropos, 1989.
- SUBIRATS, E. *Metamorfoses de la cultura moderna*. Barcelona, Anthropos, 1991.
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL. *Diagnóstico para o município de Belo Horizonte: levantamento sócio-educacional*. Belo Horizonte, 1972.
- TEIXEIRA, J.G. *As classes sociais no espaço urbano de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1986. (Dissertação, Mestrado em Ciências Políticas).
- TELLES, V. da S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia).
- TELLES, V. da S. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, Paul J. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- TODOROV, T. *Simbolismo e interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- TOURAINÉ, A. Communication politique et crise de la représentativité. *Hermès*, Paris, n.4, p.42-52, 1991.
- VAMPRÉ, O.A. *Raízes e evolução do rádio e da televisão*. Porto Alegre: FEPLAM/RBS, 1979.
- Veja*. Edição comemorativa 20 anos. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- VERNANT, J.P. O indivíduo na cidade. In: (Vários). *Indivíduo e poder*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- VEYNE, P. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: (Vários). *Indivíduo e poder*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- VILELA, Luis. *Os novos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971.
- VIRILIO, P. *La máquina de visión*. Madrid: Catedra, 1989.
- WAINER, S. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

- WEAVER, W. A teoria matemática da comunicação. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. 5.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987. p.25-37.
- WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WIENER, A. *Citizenship: new dynamics of an old concept. A comparative perspective*. Los Angeles, 1992. [Versão não publicada].
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- WILLIAMS, R. *Cultura*. Barcelona: Paidós, 1982.
- WOLTON, D. La communication politique: construction d'un modèle. *Hermès*, Paris, n. 4, p.27-42, 1991.
- WOLTON, D. *Eloge du grand public*. Paris: Flammarion, 1990.
- WOLTON, D. Les contradictions de l'espace publique médiatisé. *Hermès*, Paris, n. 10, p.95-114, 1991.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- WOODROW, A. *Information manipulation*. Paris: Félin, 1991.

#### Jornais e revistas consultados

- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1969.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 dez. 1969.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1970.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez. 1971.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1972.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1973.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1974.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1975.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1976.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1977.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 30 jul. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 e 6 ago. 1979.

*Veja*, São Paulo, 8 ago 1979.

*Isto É*, São Paulo, 8 ago. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 ago 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 6 ago. 1979.

*Jornal de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 ago. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jul. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 ago. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 ago. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 ago. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 abr. 1960.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 abr. 1960.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 abr. 1960.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 mai. 1960.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 mai. 1960.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mai. 1960.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 abr. 1961.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 abr. 1961.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 abr. 1961.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 abr. 1961.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jan. 1963.

*Binômio*, Belo Horizonte, 21 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jan. 1963.

*Binômio*, Belo Horizonte, 28 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jan. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jan. 1963.

*Última Hora*, Belo Horizonte, 1 fev. 1963. (Edição mineira).

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1 fev. 1963.

*Correio de Minas*, Belo Horizonte, 1 fev. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 fev. 1963.

*Folha de Minas*, Belo Horizonte, 1 fev. 1963.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1 fev. 1963.

*Folha de Minas*, Belo Horizonte, 2 fev. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 fev. 1963.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 2 fev. 1963.

*Correio de Minas*, Belo Horizonte, 2 fev. 1963.

*Folha de Minas*, Belo Horizonte, 3 fev. 1963.

*Binômio*, Belo Horizonte, 4 fev. 1963.

*O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1963.

*Binômio*, Belo Horizonte, 29 abr. 1963.

*Binômio*, Belo Horizonte, 13 mai. 1963.

*Alterosa*, Belo Horizonte, 10 jan. 10 fev. 1963.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 jan. 1972.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 jun. 1972.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 jun. 1973.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 14 jun. 1973.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 15 jun. 1973.

*Veja*, São Paulo, 20 jun. 1973.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23 jun. 1973.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 10 dez. 1975.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 jan. 1977.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jan. 1977.

*Diário Da Tarde*, Belo Horizonte, 31 dez. 1976.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1977.

*Jornal da Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1977.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1977.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1977.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1977.

*Movimento*, São Paulo, 10 jan. 1977.

*Veja*, São Paulo, 18 jan. 1977.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jan. 1977.

*Veja*, São Paulo, 19 jan. 1977.

*De Fato*, Belo Horizonte, n.10, jan. 1977.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1977.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1977.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1977.

*Veja*, São Paulo, 9 fev. 1977.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 15 out. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 out. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 16 out. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 17 out. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 out. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 out. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 18 out. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 out. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 out. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 19 out. 1979.

*Movimento*, São Paulo, 22 out. 1979.

*Jornal da Cidade*, Belo Horizonte, 23 out. 1979.

*Veja*, São Paulo, 24 out. 1979.

*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 out. 1979.

*Isto É*, São Paulo, 24 out. 1979.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 24 out. 1979.

*Movimento*, São Paulo, 29 out. 1979.

*Isto É*, São Paulo, 12 jul. 1978.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jul. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jul 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 jul. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 14 jul. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 15 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jul. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 19 jul. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 19 jul. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 20 jul. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 jul. 1978.

*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 26 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1979.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1980.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 set. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 jun. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 jun. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 set. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 jun. 1978.

*Veja*, São Paulo, 3 set. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 7 jun. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 1 mar. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 mar. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 mar. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 abr. 1978

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 abr. 1978.

*Veja*, São Paulo, 7 jun. 1978.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1978.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jul. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 jul. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 30 jul. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 3 mai. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 8 mar. 1978.

*Veja*, São Paulo, 5 abr. 1978.

*Veja*, São Paulo, 12 abr. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 12 abr. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 19 abr. 1978.

*Veja*, São Paulo, 19 abr. 1978.

*Veja*, São Paulo, 10 mai. 1978.

*Veja*, São Paulo, 31 mai. 1978.

*Veja*, São Paulo, 14 jun. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 26 abr. 1978.

*Veja*, São Paulo, 26 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 abr. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 abr. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 3 mai. 1978.

*Veja*, São Paulo, 19 jul. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 19 jul. 1978.

*Veja*, São Paulo, 27 dez. 1978.

*Isto É*, São Paulo, 27 dez. 1978.

*Veja*, São Paulo, 25 fev. 1981.

*Manchete*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1992.

*Veja*, São Paulo, 10 set. 1975.

*Veja*, São Paulo, 31 dez. 1980.

*Isto É*, São Paulo, 25 jul. 1980.

*Veja*, São Paulo, 11 nov. 1981.

*Veja*, São Paulo, 17 dez. 1980.

*Veja*, São Paulo, 20 abr. 1977.

*Veja*, São Paulo, 8 jun. 1977.

*Veja*, São Paulo, 28 mai. 1975.

*Veja*, São Paulo, 6 out. 1976.

*Manchete*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1980.

*Veja*, São Paulo, 27 fev. 1970.

Coleção completa do *De Fato*: do n.1 (jan. 1976) ao n.26 (out. 1978), incluindo uma edição especial, em abril de 1978.

OS POLÍTICOS: de Juscelino a Francelino. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, set. 1982. Edição Especial.

*Veja*, São Paulo, 7 jan. 1970.

*Veja*, São Paulo, 12 jul. 1979.

*Veja*, São Paulo, 23 jul 1979.

*Veja*, São Paulo, 15 ago. 1973.

*Veja*, São Paulo, 28 mai. 1979.

*Veja*, São Paulo, 12 jan. 1972.

*Isto É*, São Paulo, 27 jul 1980.

*Veja*, São Paulo, 30 jan. 1985.

*Veja*, São Paulo, 24 set. 1980.

*Senhor*, São Paulo, 1 set. 1982.

*Visão*, São Paulo, 11 mar. 1974.

*Veja*, São Paulo, 1 abr. 1970.

*Veja*, São Paulo, 7 out. 1970.

*Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 1 out. 1988.

*Veja*, São Paulo, 25 set. 1979.

*Veja*, São Paulo, 18 abr. 1973.

*Veja*, Belo Horizonte, 28 ago. 1974.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 nov. 1973.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 nov. 1973.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 nov. 1973.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1973.

*Anistia*, São Paulo: Edição S/A, 1978. (Edição Especial).

#### Fitas e filmes de telejornais consultados

Globo Repórter Especial sobre Ângela Diniz. Veiculado em 15 out. 1979. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 240.

Filme com reportagem e entrevista para o *Jornal Nacional*: Inquérito Tuca Mendes. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 4 fev. 1977. (filme).

Ângela Diniz: missa de sétimo dia. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 6 jan. 1977. (filme).

Enterro de Ângela Diniz. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 28 jan. 1977. (filme)

SINDICATO da construção civil: assembléia. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 53, 1979.

SINDICATO da construção civil: fim da greve. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 3 ago. 1979. (filme)

SINDICATO da construção civil: manifestações da greve. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 30 jul. 1979. (filme).

ENTREVISTA com F. Pizarro, presidente do Sindicato dos trabalhadores. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 12 set. 1979. (filme).

OPERÁRIOS voltam ao trabalho. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 6 ago. 1979. (filme).

GREVE da construção civil: concentração. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 51, 1979.

TRIBUNAL Regional do Trabalho: greve dos peões. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 73, 1979.

- GREVE: chegada do leite no campo do Atlético, entrevista com Lula. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.74, 1979.
- CONCENTRAÇÃO e tumulto na Praça da Estação. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.75, 1979.
- GREVE na construção civil. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 56, 1979.
- GREVE dos metalúrgicos da Mannesman. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 009.
- CONCENTRAÇÃO de professores na escadaria da Igreja São José. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita 009.
- REIVINDICAÇÃO dos mineiros da mina de Morro Velho. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.0056.
- ANÚNCIO do novo prefeito de BH (Maurício Campos). **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.003.
- GREVE dos professores. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.15.
- CRIAÇÃO de novos partidos. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 007.
- ENTREVISTA com populares nas ruas do centro de BH, sobre Francelino Pereira. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.022.
- POSSE do governador Francelino Pereira. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n.022.
- GREVE dos professores. **Tv Globo**, Belo Horizonte, fita n. 025.
- ATENTADO ao jornal *Em Tempo*: **Tv Globo**, Belo Horizonte, 6 jun. 1979.
- ATENTADOS terroristas em Barbacena. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 2 set. 1980.
- FUTURAS eleições. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 4 jun. 1976.
- INDICAÇÃO do nome de Francelino para o governo de Minas Gerais. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 9 mai. 1978.
- ENTREVISTAS Francelino Pereira e João Ferraz. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 5 set. 1978.
- CANDIDATURA João Ferraz e democratização. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 25 mai. 1978.
- COMPOSIÇÃO da chapa da ARENA para eleições de 1978. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 6 jun. 1978.

ELEIÇÃO presidencial. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 7 jul. 1978.

CANDIDATURA Magalhães Pinto. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 8 ago. 1978.

REPRESSÃO em frente à Câmara de Vereadores. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 25 ago. 1978.

PRISÃO de estudante de Engenharia. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 9 ago. 1978.

PROCLAMAÇÃO de Francelino. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 2 set. 1978.

IMPRESSÕES de populares sobre o futuro governador. **Tv Globo**, Belo Horizonte, 4 jan. 1979.

## **ANEXOS**

## Anexo I

Diálogo entre o Secretário de Estado do Trabalho e uma comissão de trabalhadores do Comando de Greve, publicado pelo *Estado de Minas*, em quatro de agosto de 1979, página sete.

"Um operário - Agora mesmo lá no campo do Atlético, um companheiro chegou perto de mim e disse: 'Tá danado! lá em casa não tem nem pão mais, mas eu não posso arredar da greve.' Então é isso, doutor, nós não queremos criar problemas, mas na semana que vem, se estas coisas continuarem, eu tô avisando, doutor, vai ser uma coisa lamentável. Vai ser a semana da fome. Olha, eu sou encarregado, ganho um pouco mais que os serventes e oficiais, mas todo domingo eu vou à feira com a patroa, levo Cr\$500,00 e volto com uma sacolinha mixuruca com algumas frutas e verduras. Eu sou privilegiado, reconheço, mas o resto tá passando fome, doutor.

João Pedro Gustin - Acho perfeitamente válido seu raciocínio, não tenho nenhum reparo a fazer, mas o problema que nós temos que analisar é o seguinte: vocês têm o meu compromisso de que os patrões pagarão os dias parados. Se eles não cumprirem isto, eu vou interceder pessoalmente junto aos patrões. Então eu peço a vocês que levem à assembléia a minha palavra de que estarei ao lado de vocês, apesar de ter a certeza absoluta de os patrões pagarão as horas paradas, de acordo com a decisão do Tribunal.

Outro operário (depois de pedir a palavra) - Eu, como membro do Comando, quero falar o seguinte: vim lá do campo do Atlético. E pelo que vai não vai dar não. Eu não me responsabilizo pelo que vai acontecer.

Outro operário (interrompendo o companheiro) - Eu tenho medo. Outro - Até agora, doutor, nós estamos conseguindo segurar mais ou menos o pessoal. Agora, no caso de a gente voltar com a mesma proposta e o pessoal não aceitar, nós não podemos arcar com as conseqüências.

Um operário - Foi uma luta poder manter o povo lá no campo, prá não deixar o povo descer prá cidade. É lamentável chegar aos pés do senhor e dizer que não conseguimos a nossa missão.

João Pedro Gustin - É claro que eu não vou responsabilizar os senhores por um insucesso. O que eu estou pedindo aos senhores é que voltem à assembléia e façam as colocações perante o pessoal, dizendo que houve uma vitória. Agora, se os senhores chegarem lá, explicarem tudo e mesmo assim a greve continuar, a culpa não é de vocês. O que eu quero é que vocês cheguem lá com o espírito de convencer a turma, não de inflamar.

Um operário - Já houve reação do pessoal!...

João Pedro Gustin - Do que tenho medo é que a assembléia não aceite a decisão do Tribunal. Eu tenho receio das conseqüências. Então, é preciso que vocês, que lideram o movimento, tenham cautela, estudem bem isto e coloquem para o pessoal lá. Vocês têm a obrigação de conversar com os companheiros que estão na assembléia.

Um operário (cabelos brancos, olhos baixos, pedindo licença para falar) - A liderança deste movimento é do 'seu' Pizarro. A nossa intenção, da comissão, e felizmente conseguimos, foi manter a calma na cidade nos dois últimos dias. E vou dizer pro senhor que foi difícil evitar a quebradeira, é difícil controlar uma massa igual àquela, é uma categoria sofrida, analfabeta, que vem do interior, vem de todo lado.

Mas a gente pejeou, lutou. A nossa liderança é pouca, nós estamos até arriscados a ser linchados.

Outro operário - Nós vamos fazer tudo. Uma parte eu sei que vai concordar e vai pra casa direitinho sem problema. Mas outra parte, eu não sei não, doutor...

Outro operário - Olha, secretário, em setembro do ano passado, uma lata de banha estava custando aí uns Cr\$20,00. Hoje está custando Cr\$ 57,00. Essa inflação... O custo de vida está caro, os Cr\$5 mil para os serventes era preciso sair.

João Pedro Gustin - Mas eu não fiquei contra vocês em momento nenhum. Eu somente falei que vocês conseguiram uma vitória. A vitória não é total, eu reconheço, mas houve uma vitória.

Um operário - Mas nós estamos derrotados pelo custo de vida, doutor...

João Pedro Gustin - Mas houve uma vitória.

Outro operário - Mas 14 anos de sofrimento...

João Pedro Gustin - Mas a vitória é fundamental nesta primeira etapa.

Um operário - Todo o mundo tá sabendo que o petróleo vai aumentar e aumentando o petróleo, aumenta tudo. Aí, o reajuste que a gente tá tendo agora não vai valer de nada. Houve vitória, mas ela não foi completa.

João Pedro Gustin - Mas vocês não podem querer que um movimento de cinco dias tenha uma vitória total. Vocês elevaram o piso do salário mínimo brasileiro, então, isso já é uma vitória.

Um operário - Eu, como encarregado de obra, fiquei satisfeito com o aumento. Mas é a mesma coisa de ir a um casamento e não tomar o vinho. É isto que tá acontecendo: o grosso do pessoal não vai tomar o vinho. [grifo nosso].

João Pedro Gustin - Eu estou querendo apenas mostrar que se a vitória não foi total, houve uma vitória. Resta à classe que continue a luta, trabalhando para melhorar seus índices. Mas a classe de vocês não foi derrotada.

Um operário - Nós temos que ser objetivos, porque o tempo está correndo e os companheiros estão esperando a gente.

João Pedro Gustin - Eu estou preocupado com o horário, eles estão esperando a palavra de vocês.

Outro operário - Eu concordo com o ponto de vista do senhor, mas nós estamos vendo a dificuldade de colocar isso tudo para a classe. Eu fui vaiado lá na assembléia, ainda agorinha. Eles gritam que querem cinco mil e oito mil. Nós estamos lutando desde cedo para que a classe fique calma e que decida tudo tranquilamente. Nós viemos aqui para conversar com o senhor e ver como nós vamos levar isso tudo que o senhor está dizendo pra massa.

João Pedro Gustin - Eu senti o ponto de vista de vocês, eu vou levar ao governador tudo isto que vocês estão me falando, que vocês tentaram solucionar o problema, contornar a situação. agora o que a gente não quer é que o Comando vá para lá inflamar, e eu tenho de levar a promessa de vocês neste sentido para o governador. O argumento principal de hoje é que houve uma vitória e que a luta de vocês não acabou.

Um operário - O senhor disse que os patrões vão pagar a semana dias parada. Se nós chegarmos lá e falarmos isso pra massa e ela não concordar e continuar a greve, os patrões vão cumprir assim mesmo a palavra?

João Pedro Gustin - Aí embanana tudo, meu filho, porque a partir de hoje, se continuar a greve é ilegal. Até ontem (anteontem) o juiz do Trabalho considerou a

greve de vocês legal, desde que voltasse hoje (ontem) ao trabalho. Se vocês não voltarem hoje, a greve passa a ser ilegal. Daqui pra a frente, então, os patrões não têm mais obrigação de pagar as horas paradas e virão outras conseqüências, como dispensa de pessoal. Então, vocês podem falar isso lá na assembléia: até hoje (ontem) o patrão tem obrigação de pagar a semana de greve, mas se a paralisação continuar, eles não têm mais esta obrigação. E, se a greve é ilegal o Tribunal pode determinar que o governo tome suas providências.

Um operário - Mas mesmo sabendo disso, doutor, nós não estamos aguentando segurar. Então, é provável que a greve continue mesmo sendo ilegal.

João Pedro Gustin - Aí, cada um tem que arcar com as conseqüências, cada um tem que assumir o ônus de não voltar ao trabalho."

## Anexo II

Títulos das reportagens sobre a greve dos trabalhadores da construção civil, publicadas nos jornais de Belo Horizonte e nas revistas *Veja e Isto É*.

### DATA FONTE PAG TÍTULO

29/07	EM	05	Operários da construção civil fazem assembléia
30/07	DT	11	Trinta mil decidiram parar construção a partir de hoje
31/07	EM	01	Figueiredo faz apelo a grevistas de BH
31/07	EM	05	Operários fazem reunião às 10h
31/07	EM	05	Responsáveis são apontados por Pizarro
31/07	EM	05	Governo denuncia infiltrações na greve
31/07	EM	05	Balanço do tumulto: um morto e feridos
31/07	EM	05	Secretário de Turismo se defende
31/07	EM	06	Tudo começou com uma calma aparente. Depois não houve mais controle
31/07	EM	06	Das obras todos foram para a Praça da Estação
31/07	EM	07	Da avenida Olegário Maciel, grevistas partem para um quebra-quebra no centro
31/07	EM	08	No Pronto Socorro, todos à espera dos feridos da greve
31/07	EM	08	Prontidão de toda a polícia começou cedo
31/07	EM	08	Nas construtoras, a situação era de calma
31/07	EM	08	Tenente faz queixa contra os grevistas
31/07	EM	09	Os prejuízos ainda não foram calculados em BH

- 31/07 EM 09 Arquitetos pedem fim do confronto
- 31/07 DT 01 A revolta dos pedreiros
- 31/07 DT 03 Presidente lamenta, governador também e secretário garante
- 31/07 DT 03 Para líder do MDB "isto não é greve"
- 31/07 DT 03 Na Açominas, é pacífica
- 31/07 DT 03 Radicalizar não convém
- 31/07 DT 03 Opositor diz que há infiltração
- 31/07 DT 07 Greve não terminou na Delegacia do Trabalho
- 31/07 DT 08 Tumulto, correrias, incêndio e morte no 1º dia da greve da construção civil
- 31/07 DT 21 Assalto na hora do tumulto
- 31/07 DT 21 Os 22 feridos que lotaram o Pronto Socorro
- 31/07 DT 21 Portas fechadas e o medo da multidão
- 31/07 DT 22 Morte. Pedra, pau e caos
- 31/07 DT 22 A polícia ia embora e tudo começava de novo
- 31/07 DT 22 Um pedreiro fala e some
- 31/07 DM 01 Morte e saque na greve dos pedreiros
- 31/07 DM 06 Oposição e governo denunciam infiltração na greve dos operários
- 31/07 DM 06 PBH diz que não negou ex-campo do Atlético para a concentração
- 31/07 DM 07 Signo da violência
- 31/07 DM 07 Não foi greve, foi guerra. A cidade toda em pânico
- 31/07 JM 03 O governador do Estado não contava ontem, com a parede dos pedreiros
- 31/07 JM 03 Aí está a escalada da violência

- 31/07 JM 07 Como o vandalismo tomou conta da toda a cidade
- 31/07 JM 08 Cidade vive clima de guerra com a greve dos operários da construção
- 31/07 JM 08 Pela manhã o movimento já estava desvirtuado
- 31/07 JM 08 Pedras e bombas, começa a guerra
- 31/07 JM 16 Greve, sinônimo de sangue...
- 01/08 EM 04 Tensão coletiva
- 01/08 EM 05 Às 10h30m, conciliação no TRT
- 01/08 EM 05 Governador denuncia as infiltrações
- 01/08 EM 06 O laudo da necrópsia: um tiro matou Orocílio
- 01/08 EM 06 Em Cordisburgo, o enterro foi simples
- 01/08 EM 06 Sindicatos protestam contra as acusações
- 01/08 EM 06 Pizarro: "Agitação é dos extremistas"
- 01/08 EM 08 Sobrecarga, saques e o quebra-quebra outra vez
- 01/08 EM 08 No DI, o medo da invasão
- 01/08 EM 08 Ônibus atacados e a confusão que tomou conta de toda a cidade
- 01/08 EM 09 Dez mil operários decidiram por aclamação continuar o movimento  
e recusar proposta
- 01/08 EM 09 Um foguete assusta na Prefeitura
- 01/08 EM 09 De nada adiantaram os pedidos de calma
- 01/08 EM 07 Líderes sindicais paulistas em Bh para dar apoio aos mineiros
- 01/08 EM 07 Na Rodoviária, greve durou pouco tempo
- 01/08 EM 07 Comando de Polícia vê mais tranquilidade
- 01/08 EM 09 Passeatas por toda a cidade cansaram
- 01/08 DT 03 Governador acha que greve não compromete abertura, mas adverte

01/08 DT 03 Arenista diz que há descoordenação

01/08 DT 03 Deputado alerta sobre violência

01/08 DT 03 Tribunal procura hoje solução para a greve

01/08 DT 03 Lula veio prestar apoio e solidariedade aos grevistas

01/08 DT 03 Empregadores propõem hoje novos valores para terminar a greve

01/08 DT 03 No centro todo mundo andou a pé

01/08 DT 03 Passeata monstro percorreu as ruas sem temor, tumultos ou correrias

01/08 DM 06 Dissídio coletivo para fixar aumento na construção civil

01/08 DM 07 Greve dos peões de obras

01/08 DM 07 Estamos com fome. Queremos mais dinheiro

02/08 EM 03 Infiltrações, violências

02/08 EM 03 Oposicionista diz que presença de Lula constitui intromissão

02/08 EM 03 Problema não é só do governo

02/08 EM 04 Raízes da violência

02/08 EM 05 Hoje, acordo ou a decisão judicial

02/08 EM 05 A calma chega à cidade com fim de passeatas

02/08 EM 06 Soldado Bulhões está se recuperando

02/08 EM 06 Operário denuncia sua prisão ilegal

02/08 EM 07 Às 15h, novo encontro com os empregadores

02/08 EM 07 Pela manhã, a proposta recusada

02/08 EM 07 Deputado quer que se apure a violência

02/08 EM 07 Todos foram para casa tranquilos

02/08 DT 03 Líder do governo identifica complô

02/08 DT 03 No debate, Lula recebe críticas

02/08 DT 08 Tumulto acabou, mas fim da greve depende de acordo

02/08 DT 08 Uma nova tentativa de acordo antes da decisão do Tribunal

02/08 DM 03 Francelino em Brasília: Governo quer o diálogo, mas não pode aceitar a desordem

02/08 DM 03 Ademir condena ação dos extremistas e radicais na greve

02/08 DM 03 Deputados afirmam que as greves vão prejudicar abertura

02/08 DM 06 A greve continua. Agora com o Lula

02/08 DM 06 Empresários assumem posição contra os grupos extremistas

02/08 DM 06 Na Justiça, os números prejudicam as partes

02/08 DM 06 Lula tem 7 sugestões para greve do pessoal da construção civil

03/08 EM 05 Às 14h, assembléia decide se os operários aceitam índices estabelecidos pelo TRT

03/08 EM 05 DOPS confirma a prisão de 35 manifestantes

03/08 EM 05 Prefeito fala de tristeza

03/08 EM 06 Operários ficam concentrados durante todo o dia no antigo campo do Atlético

03/08 EM 06 Não houve nada mais sério

03/08 EM 06 Dops acaba com piquete na Associação dos Delegados

03/08 EM 06 Delegado Braúna apura a morte de Orocílio Martins

03/08 EM 06 D. João lamenta incidentes

03/08 DT 03 Tudo tranquilo, para Francelino

03/08 DT 03 Maurício tenta evitar a greve

03/08 DT 08 Greve foi legal. Trabalhadores podem voltar hoje ao serviço

03/08 DT 08 Campo do Atlético esteve sempre à disposição da greve

03/08 DT 08 Assembléia decide hoje se aceita decisão do Tribunal

03/08 DM 06 Justiça fixa salários e condena greves

03/08 DM 06 Grevistas fazem outra assembléia hoje para decidir base do TRT

03/08 DM 06 Patrões explicam a dificuldade para fixar salários

04/08 EM 03 Francelino já vê quadro de normalidade

04/08 EM 05 O fim da greve foi decidido e começou uma batalha no estádio

04/08 EM 05 Apesar do pedido, a polícia não foi ao campo

04/08 EM 05 Passeata dos grevistas foi contida na avenida

04/08 EM 06 Para Francisco Pizarro, a greve está acabada

04/08 EM 06 Depois de três horas o líder foi para casa

04/08 EM 06 Paralisação atrasa muitas obras

04/08 EM 07 Uma comissão de greve tentou um novo aumento

04/08 EM 07 Escolas voltam ao normal segunda-feira

04/08 DT 08 Confusão, tumulto e pedradas durante a assembléia

04/08 DT 08 Pizarro: A greve terminou e todos devem voltar ao trabalho

04/08 DM 01 Violência no fim da greve dos pedreiros

04/08 DM 09 Porretadas e pedradas marcam o fim da greve

04/08 DM 04 Lideranças sindicais

05/08 EM 05 Os operários participam hoje de um culto em memória de Orocílio

05/08 EM 05 Empresas de Ouro Branco esperam TRT

05/08 DM 09 BH, a capital das greves

06/08 DT 07 Missa, volta hoje ao trabalho e formação de fundo de greve

08/08 VEJA capa Belo Horizonte: a revolta dos peões

20 A violência vai às ruas

- 22 Com uma bala no peito, um corpo na avenida
- 25 Em Minas, a estréia do "CG-Lula"
- 08/08 ISTOÉ capa "Queremos acabar com a fome"
- 04 A explosão em Minas: greve e "força selvagem"
- 09 Francelino e o tempo novo
- 10 Os donos das leis

### Anexo III

#### REPORTAGENS SOBRE A SINOPSE

DATA FONTE PÁG TÍTULO

12/07/78 ISTO É 16/22 Os mentirosos

10/07/78 JB 04 Revista mostra falhas na súmula

11/07/78 EM 03 Agência apura denúncias de deturpações

11/07/78 JB 04 Agência nacional abre sindicância para apurar fraudes

11/07/78 EM 01 Comissão apura denúncias contra Agência Nacional

11/07/78 EM (box)01 Francelino vê leviandade nas acusações da revista

12/07/78 EM 01 Sindicância já apura na Agência Nacional

12/03/78 EM 03 Sindicância da agência ouve hoje funcionários

12/07/78 DT 05 Sinopse: jornalistas serão ouvidos no Rio

12/07/78 JB 04 Comissão ouve envolvidos na fraude da Agência Nacional

13/07/78 DT 05 Relatório da sinopse será entregue amanhã

13/07/78 JB 05 Agência não muda esquema da sinopse

13/07/78 JB 05 Diário de Minas toma posição e nega a fraude

14/07/78 DT 05 Presidência receberá relatório da sinopse

14/07/78 EM 03 Problema da sinopse não passa de tempestade em copo d'água,  
afirma Sylo

14/07/78 JB 04 Sindicância da sinopse acaba hoje

15/07/78 JB 04 Planalto dirá o que sabe das sinopses

15/07/78 JB 04 Sindicato teme impunidade

18/07/78 DT 05 Apenas um funcionário será punido: sinopse

18/07/78 EM 03 Sindicância da sinopse terá resultado amanhã

18/07/78 JB 05 Comissão de Sindicância dá ao Governo relatório sobre fraude da sinopse

19/07/78 EM 01 Sindicância na AN pode sair hoje

19/07/78 ISTO É 04/08 Somos todos desinformados

Procura-se o mentiroso. Mas basta isso?

Uma sinopse acima de suspeitas

Pesquisei três meses de sinopse, só encontrei o Minasgate

19/07/78 VEJA 25/26 Alguém mentiu

20/07/78 DT 05 Resultados da sinopse só na segunda-feira

21/07/78 DT 05 Ludwig: sinopse é um mal menor

25/07/78 EM 01 Demitido o redator da Sinopse

26/07/78 DT 05 Ludwig, Francelino e sinopse

02/08/78 ISTO É 04 Ah, ingênuo Leopoldo...

## Anexo IV

### REPORTAGENS PUBLICADAS SOBRE ANGELA DINIZ

Legenda: Tipo- Coluna Social = CS

Autor- Wilson Frade = WF

Chamada de Capa = CC

Eduardo Couri = EC

Reportagem = REP

Sérgio Neves = SN

Reportagem Social = RS

José Lopes = JL

Reportagem Policial = RP

José Mauricio = JM

Crônica = CR

Antero Alencar = AA

Poesia = PO

Raimundo Pereira = RDP

Outros = OT

Aguinaldo Silva = AS

Fonte: Estado de Minas = EM

Flaminio Monni = FM

Diário da Tarde = DT

Wilson Angelo = WA

Correio de Minas = CM

Alberto Deodato = AD

Folha de Minas = FM

Anna Marina = AM

Diário de Minas = DM

Carlos A. Luppi = CAL

Jornal do Brasil = JB

Ricardo T. Salles = RTS

Binômio = BN

Última Hora = UH

Movimento = MV

O Cruzeiro = CR

Revista Alterosa = RA

Jornal da Cidade = JC

DATA FONTE TIPO PAG AUTOR TÍTULO

FESTA DE DEBUTANTES

07/04/60	EM	CS	04	WF	Notas de um repórter social
17/04/60	EM	CS	05	WF	Semana em Sociedade
30/04/60	EM	CC	01	-	Noite de esplendor e beleza
08/05/60	EM	OT	11	-	Baile de debutantes de 1960, acontecimento sensacional
12/05/60	EM	CS	04	WF	Notas de um repórter social
02/04/61	EM	CS	11	WF	Notas de um repórter social
30/04/60	EM	CS	09	WF	Notas de um repórter social
03/05/60	EM	CS	10	WF	Notas de um repórter social
04/05/60	EM	CS	03	WF	Notas de um repórter social
11/04/61	EM	OT	05	-	Festa da Glamour Girl no Iate Tênis
19/04/61	EM	OT	05	-	As senhoritas Angela Diniz e Norma Tamm são vistas na Hípica praticando equitação

CASAMENTO

01/01/63	EM	CS	04	EC	Nova Geração em Sociedade
05/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
06/01/63	EM	CS	14	SN	Notas de um repórter social
09/01/63	EM	CS	03	SN	Notas de um repórter social
09/01/63	EM	CS	03	EC	Nova Geração em Sociedade
12/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade

13/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
13/01/63	EM	CS	10	SN	Notas de um Repórter Social
15/01/63	EM	CS	05	SN	Notas de um Repórter Social
16/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
16/01/63	EM	CS	05	SN	Notas de um Repórter Social
17/01/63	EM	CS	06	EC	Nova Geração em Sociedade
18/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
19/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
21/01/63	BN	CS	03	FM	Um Repórter em Sociedade
20/01/63	EM	CS	08	EC	Nova Geração em Sociedade
22/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
24/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
25/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
28/01/63	BN	OT	03	-	Milton Vilas Boas e Angela Diniz residirão...
26/01/63	EM	CS	05	EC	Nova Geração em Sociedade
27/01/63	EM	CS	06	EC	Nova Geração em Sociedade
29/01/63	EM	CS	06	EC	Nova Geração em Sociedade
30/01/63	EM	CS	05	EC	Nova geração em Sociedade
31/01/63	EM	CS	05	WF	Notas de um Repórter Social
01/02/63	UH	CS	03	WA	Luzes da Cidade
31/01/63	EM	RS	03	-	Hoje o casamento do ano
01/02/63	DT	CC	01	-	Angela casou-se ao cair da noite
01/02/63	DT	REP	02	-	Bonita e elegante como sempre, Angela Diniz casou-se e foi passar lua-de-mel no Rio, São Paulo e Bahia

01/02/63 CM	REP	02	-	-
01/02/63 EM	REP	05		Enlace Diniz-Villas Boas
01/02/63 EM	CS	05	EC	Flashes e Notas
01/02/63 EM	CS	05	WF	Notas de um Repórter Social
01/02/63 FM	CS	04	AA	Passarela
01/02/63 DM	REP	09	-	Cupido uniu ontem Angela e Milton no casamento do ano
01/02/63 FM	CS	05	JL	Juventude em Sociedade
01/02/63 CM	CS	09	JM	Sociedade & Notícias
02/02/63 FM	CS	04	AA	Passarela
02/02/63 EM	CS	05	WF	Notas de um Repórter Social
02/02 63 EM	CS	05	EC	Flashes e Notas
02/02/63 FM	CS	04	JL	Juventude em Sociedade
02/02/63 CM	CS	09	JM	Sociedade & Notícias
03/02/63 FM	CS	04	AA	Passarela
04/02/63 BN	REP	03	-	-
02/03/63 CR	RS	44	JF	Angela, o broto do ano
29/04/63 BN	CS	03	-	Angela, mãe do ano
13/05/63 BN	CS	03	-	Angela, "Glamour lady"
10/02/63 RA	RS	58	WF	As mulheres de 1963
02/01/72 EM	RS	07	EC	As personalidades do ano de 1971

#### O ASSASSINATO DO EX-VIGIA

12/06/73 DT	CC	01	-	Empreiteiro milionário foi quem matou o vigia
-------------	----	----	---	---

Pânico quando o rondante caiu baleado

"Que coisa horrível"

12/06/73 DT RP 12 Um homem matou o vigia  
O crime, assim: Apenas um corpo no Medicina

Legal

13/06/73 DT RP 12 Na versão de Angela, a legítima defesa

14/06/73 DT RP 14 Tuca explica hoje como matou o vigia

15/06/73 DT RP 12 Manchas de sangue podem desmentir versão de  
Tuca

15/06/73 DT RP 12 Agora, Luigi quer ouvir delegado, coronel e cabo

20/06/73 VEJA REP 34/35 Minas Gerais: Crime da Pantera

23/06/73 DT RP 11 Delegado ouve mãe de Angela e agora espera  
laudo da perícia

#### TENTATIVA DE RAPTO DA FILHA

10/12/75 DT RP 14 Angela Diniz paga Cr\$15 para não ficar na prisão

#### ASSASSINATO DE ANGELA DINIZ

31/12/76 DT CC 01 Angela Diniz assassinada

A tragédia marcou a vida de Angela, bonita e  
famosa

31/12/76 DT	RP	14	Por ciúmes, Angela Diniz morre fuzilada com 4 tiros na cabeça
			Das colunas sociais...
			Doca, um ex-salva-vidas
02/01/76 EM	RP	14	Angela Diniz sepultada em BH
			Doca Street
			Com quatro tiros de Beretta
			A morte do rondante, boatos
03/01/76 JB	RP	12	Advogado nega apresentação e defesa do assassino de Angela
			Amiga revela antecedentes do crime
04/01/76 JB	RP	15	Juiz decreta a prisão do assassino de Angela Diniz
			Sonoterapia adia apresentação
05/01/76 JB	RP	15	Empregada de Angela depõe e muda detalhes do crime
			Depoimentos
			A empregada do Rio
			Defesa pede revogação da prisão
06/01/76 JB	RP	15	Último dia de Angela é revelado
			Missa leva à igreja 96 amigos
09/01/76 EM	RP	16	Dez dias depois, a morte de Angela Diniz está assim
10/01/76 MV	RP	11 AS	A pantera e o caçador
12/01/77 VEJA	REP	34/37	A última viagem de amor

17/01/76 JB RP 12 Alemã de Búzios confirma que Ângela a assediava  
antes da briga com Street

Colunista contesta dívidas e disparos

19/01/76 EM CR 06 JM Sim, é ela que eu hoje vou matar

19/01/76 EM CL 06 AD O drama de Búzios

19/01/76 JB RP 15 Assassino de Angela Diniz volta preso a Cabo Frio

19/01/76 VEJA REP 28/29 Justiça: Crime e perdão

20/01/76 JB RP 14 Raul Street chega a Cabo Frio e se recusa a depor

Corpo de Angela pode ser exumado

Gabriele não foi encontrada

Jan/77 De Fato CC 01 Angela Diniz: Em Minas tudo é permitido menos  
o escândalo

REP 06 Angela Diniz quebrou o silêncio de Minas  
E por fim esconderam-na sob a terra

CR 07 AM A menina da missa das dez  
Angela Diniz morreu por ser mulher  
O sonho sobre a máquina  
As Angelas Diniz de cada dia

09/02/77 VEJA REP 65/66 A encenação

#### JULGAMENTO DE DOCA STREET

26/01/77 JB RP 15 Juiz e Delegado exigem Street de volta hoje ao  
xadrez

Na defesa, Lins e Silva

Na acusação, Evaristo

15/10/79 DT	REP	02	Opinião Pública: Segundo maioria (8x4) Doca vai sair livre
15/10/79 DT	RP	13	Doca no banco dos réus Cabo Frio sai ganhando Quando os nomes mudaram de página Julgamento de quem não pode defender-se
16/10/79 EM	RP	19	Tudo pronto para o julgamento de Doca. Ou seria de Angela  Carta da ex-mulher, também a favor Diário de Gabrielle, a desaparecida
16/10/79 DM	RP	07	Angela Diniz, a pantera Doca Street, o galã
17/10/79 DT	RP	22	Sob o calor e a expectativa do júri de Doca O segundo júri, como vítima Defesa e acusação estão iguais
17/10/79 EM	CS	03	WF Notas de um Repórter
17/10/79 EM	RP	14	Doca Street começa a ser julgado hoje às 13 horas A defesa sustenta o passionalismo A acusação fala de um crime torpe
17/10/79 EM	RP	15	Tráfico de drogas, uma nova explicação para o crime  Pai explica o sono de Street Julgamento pode durar um dia Foram quatro tiros de Beretta na boca

				Nas cartas dos filhos o respeito
				Dona Maria Diniz passa mal
17/10/79	DM	RP	09	Família de Angela exige condenação máxima
18/10/79	EM	PO	02	RTS Antífona da força e da farsa
18/10/79	EM	RP	19	Júri decide hoje a culpa ou inocência de Doca
				Na Praça Tiradentes o povo fica dividido na previsão da sentença
				A última entrevista de Doca antes do júri
18/10/79	DT	RP	21	Doca em liberdade diz que vai ver os filhos
18/10/79	DM	RP	07	Absolvição de Doca Street pode significar sua morte
				O povo condena e absolve
19/10/79	DT	CC	01	A mãe de Angela: mataram minha filha outra vez
				Juristas contra essa pena
19/10/79	DT	RP	22	Doca livre em Cabo Frio: nunca me senti tão bem
				A vitória do mestre Evandro
				Disputa de Minas, Rio e São Paulo
19/10/79	DM	RP	07	Doca Street condenado: fica em liberdade e vai ter de trabalhar
28/10/79	MV	REP	11	RRP A sentença de Doca Street: Em defesa do homem e dos mais fortes
23/10/79	JC	CC	01	Um crime premiado com liberdade
24/10/79	VEJA	REP	112/121	Doca vai, mata e vence
				Uma cobertura maior que a autoridade

A defesa da fortuna

24/10/79	DM	RP	07		A família de Angela diz que não teme ameaças Quem gastou milhões na defesa de Doca? Tudo uma farsa e o júri acabou virando circo
24/10/79	ISTO É	REP	08/12		O machismo está salvo O último júri de Evandro? Matou a mulher? Tudo bem... Vou voltar para minha mãe
24/10/79	DT	RP	22		Razões da família de Angela por um novo júri
04/11/79	MV	REP	21	CAL	Os mistérios de Búzios
11/11/81	VEJA	CC	01		A condenação
20/25	VEJA	REP			O dia da caça chegou
Nov/91	VIP	REP			O destino de Doca Street

## Anexo V

### Relação dos entrevistados

1. Anna Marina.
2. Cristina Bahia.
3. Vilma Fazito.
4. Kátia Resende.
5. Assad de Almeida.
6. Elzio Costa.
7. Renato de Pinho.
8. Sérgio Prates.
9. Nilmário Miranda.
10. Mana Coelho.
11. José de Oliveira Vaz.
12. Roberto Drumond.
13. Fábio Martins.
14. Didimo Paiva.
15. Fernando Brant.
16. Otaviano Lage.
17. Geraldo Ferreira.
18. Tarcísio Ferreira.
19. Washington Melo.
20. Leopoldo José de Oliveira.
21. Sebastião Nery.